

em pauta

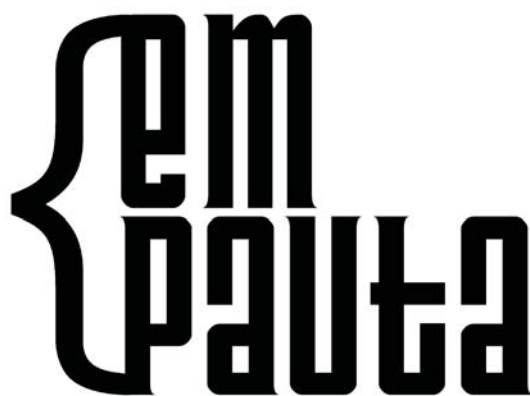
n. 40, v. 15 – 2º Semestre de 2017

20
ano

ISSN 2238-3786 (Versão Online)

O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA





Teoria Social e Realidade Contemporânea

Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – 2º. Semestre de 2017 – n. 40, v. 15, p. 1-383
ISSN 2238-3786 (Versão online)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ruy García Marques

Reitor

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitor

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitoria de Graduação

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

Elaine Ferreira Torres

Sub-reitoria de Extensão e Cultura

Domenico Mandarinó

Diretor do Centro de Ciências Sociais

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Renato dos Santos Veloso - **Diretor**

Guilherme Silva de Almeida - **Vice-diretor**

Silene Moraes Freire - **Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Vânia Morales Sierra - **Coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UERJ)**

Equipe Editorial (FSS/UERJ - Rio de Janeiro/RJ, Brasil): Elaine Marlova Venzon Francisco, Carla Almeida, Felipe Demier, Guilherme Almeida, Isabel Cristina da Costa Cardoso, Marilda Villela Iamamoto e Mônica Cesar

Editora Responsável: Isabel Cristina da Costa Cardoso

Assessoria técnica e administrativa: Patrícia Trajano

Revisão de texto: Klein Editora

Tradução/revisão de inglês: Klein Editora

Tradução/revisão de espanhol: Klein Editora

Projeto gráfico, editoração e capa: Márcia Carnaval

Fotografias: Rafael Werkema

Agradecimentos: Daniela Neves, Esther Luíza de Souza Lemos, Joaquina Barata, Maria Elvira Rocha de Sá, Maurílio de Castro Matos, Nádia Socorro Fialho Nascimento, Rafael Werkema e Tânia Maria Ramos de Godói Diniz

AGÊNCIA FINANCIADORA: PROEX-CAPEs



Endereço para correspondência

Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea

Faculdade de Serviço Social

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Centro de Ciências Sociais

Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001

Bairro Maracanã – 20.550-013 Rio de Janeiro/RJ – Brasil

URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>

Email: revistaempauta.uerj@gmail.com

Telefones: 2334-0299; 2334-0291 – ramal 221

Fax: (21) 2334-0572 – ramal: 221

ISSN 2238-3786 (Versão online)

Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea é um periódico semestral, arbitrado, de circulação nacional e internacional, dirigido a assistentes sociais e profissionais de áreas afins, professores, pesquisadores e demais sujeitos políticos, comprometidos com os processos democráticos.

A revista pretende ser um instrumento de divulgação e de disseminação de produções atuais e relevantes do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, através da publicação de artigos, ensaios teóricos, pesquisas científicas, resenhas de livro, comunicações, relatórios de pesquisas científicas e informes, visando contribuir para a formulação e a divulgação de políticas públicas e debates, no âmbito da academia e da sociedade civil.

CATALOGAÇÃO NA FONTE UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

E55

Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea.

– vol. 15, n. 40 (2017) – . – Rio de Janeiro

UERJ /Faculdade de Serviço Social, 2017 – v. : il.

Semestral.

Inclui bibliografia.

ISSN 1414 – 8609

1. Serviço social – Periódicos. 2. Ciências sociais – Periódicos 3. Políticas públicas – Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social



ISSN 2238-3786 (Versão online)
2º Semestre de 2017 – n. 40, v. 15

Equipe Editorial

Elaine Marlova Venzon Francisco
Carla Cristina Almeida
Felipe Demier
Guilherme Silva de Almeida
Isabel Cristina da Costa Cardoso
Marilda Villela Iamamoto
Monica de Jesus Cesar

Editora Responsável: Isabel Cristina da Costa Cardoso

Assessoria Técnica e Administrativa: Patrícia Trajano

Indexação: a Revista Em Pauta, Teoria Social e Realidade Contemporânea está disponível através do SEER/IBICT, no site da UERJ/Revistas Eletrônicas – <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>> –, onde se encontram as últimas edições para pesquisa e download. Está também indexada e/ou resumida em:

- DOAJ - Directory of Open Access Journals
- DIADORIM
- EBSCO
- CAPES - Portal de Periódicos
- CENGAGE Learning
- LATINDEX - Sistema Regional de Informação em Linha para Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
- OAJI - Open Academic Journals Index
- SUMARIOS.ORG - Sumários de Revistas Brasileiras

Conselho Editorial Científico: composto por professores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Internacionais: Atilio Borón (UBA-Argentina), Denise Freitas Soares (IMTA-México); Jaime Pastor (UNED-Espanha); Jacques Rancière (Univ. ParisVIII-França); Margarita Rozas (UNLP-Argentina); Maria Eugenia Bersezio (UARCHIS-Chile); Maria Lorena Molina (UCR-Costa Rica); Michel Husson (Institut de Recherches Economiques et Sociales-França); Norberto Alayon (UBA-Argentina); Susana Malacalza (UNLP- Argentina); Thereza Matus (UC-Chile). **Nacionais:** Alba Zaluar (UERJ); Ana Elizabete Mota (UFPE); Ana Maria Amoroso Lima (UFJF); Auta Stephan de Souza (UFJF); Berenice Rojas Couto (PUC-RS); Carlos Montaña (UFRJ); Franci Gomes Cardoso (UFMA); Francisco de Oliveira (USP); Gaudêncio Frigotto (UERJ); Ivanete Boschetti (UNB); Ivete Simionatto (UFSC); João Antonio de Paula (UFMG); José Paulo Netto (UFRJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); José Roberto Novaes (UFRJ); Josefa Batista Lopes (UFMA); Jussara Mendes (UFRS); Laura Tavares Soares (UFRJ); Marco Aurélio Nogueira (UNESP); Maria Beatriz da Costa Abramides (PUC-SP); Maria Carmelita Yazbek (PUC-SP); Maria Lúcia Martinelli (PUC-SP); Maria Rosângela Batistoni (UFJF); Maria Ozanira da Silva e Silva (UFMA); Mariângela Belfiore Wanderley (PUC-SP); Marildo Menegat (UFRJ); Marina Maciel Abreu (UFMA); Paulo César Pontes Fraga (UFJF); Potyara Amazoneida P. Pereira (UNB); Raquel Raichellis (PUC-SP); Ricardo Antunes (UNICAMP); Sílvia Gerschman (ENSP/FIOCRUZ); Vera Maria Nogueira (UFSC); Vicente de Paula Faleiros (UNB); Virgínia Fontes (UFF); Yolanda Guerra (UFRJ).



Sumário

10	Editorial Dossiê “O Serviço Social na História”
22	Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980 <i>Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Maria Carmelita Yazbek e Cláudia Mônica dos Santos</i>
40	Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical <i>Alcina Martins</i>
57	Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinition y reconocimiento profesional <i>Virgínia Alves Carrara, Miguel Àngel Oliver Perelló, Rosana Matos-Silveira, Marinêz de Oliveira Xavier, Rafaela de Souza Reis Aguiar e Denise Bergamo</i>
73	“Desalabrando” histórias: o Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973) <i>Alexander Panez Pinto, Kátia Marro, Maria Lúcia Duriguetto, Paula Vidal Molina, Victor Neves e Víctor Orellana Bravo</i>
87	Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso <i>Vicente de Paula Faleiros</i>
102	Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973) <i>Leticia Arancibia Martínez</i>
118	Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino <i>Carina Berta Moljo, José Fernando Siqueira da Silva e Roberto Zampani</i>
136	O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980) <i>Maria Rosângela Batistoni</i>
151	O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS <i>Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Aline Pereira Ribeiro Silva e Pedro Leonardo Cedrola Vieira</i>
166	Revisitando o Serviço Social clássico <i>Gilmaisa Macedo da Costa</i>

181 Índícios para a história do Serviço Social a partir da Justiça de Transição *Sheila de Souza Backx*

198 Experiências pioneiras de participação popular no urbano: novos desafios ao assistente social *Natália Coelho de Oliveira*

213 A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios
..... *Melissa Ferreira Portes e Lorena Ferreira Portes*

228 Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? *Claudio Henrique Miranda Horst e Regina Célia Tamaso Miotto*

247 “Entre o assistir e o cuidar”: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro *Rachel Gouveia Passos*

Tema Livre

261 Negligencia y omisiones de la jerarquía católica sobre derechos sexuales y reproductivos *Juan Guillermo Figueroa Perea*

280 A contrarreforma do Estado na ideologia neoestruturalista da Cepal *Vanda Micheli Burginski*

296 Fundo público, política social e Venezuela Bolivariana
..... *Vicente Neves da Silva Ribeiro*

313 Reflexões acerca da construção dos direitos humanos e seu diálogo com o marxismo *Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa*

Mostra Fotográfica

328 Memórias e resistências de assistentes sociais contra a ditadura
..... *Daniela Neves, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Rafael Werkema*

Entrevista

349 Interlocuções do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro com o mundo: entrevista com Esther Luíza de Souza Lemos
..... *Maurílio de Castro Matos*

	Homenagem de Vida
	Joaquina Barata Teixeira: legado intelectual e humano ao Serviço Social na Amazônia
357	 <i>Maria Elvira Rocha de Sá e Nádia Socorro Fialho Nascimento</i>
	Resenhas
366	A experiência brasileira das fábricas recuperadas
	 <i>Mariana Costa Carvalho</i>
370	Carlos Nelson Coutinho em debate: interpretações, polêmicas e atualidade do seu pensamento
	 <i>Pedro Claesen Dutra Silva</i>
374	Pareceristas Ad Doc
376	Normas Editoriais



Contents

16	Editorial	
	Dossiê “The Social Work in History”	
22	Social contestation movements in Ibero-European and North American Social Work from 1960 to 1980	<i>Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Maria Carmelita Yazbek and Cláudia Mônica dos Santos</i>
40	Social Work in Portugal during fascism: opposition, resistance and union action	<i>Alcina Martins</i>
57	Social Work in the Spanish scenario from 1960 to 1980: in search of self-definition and professional recognition	<i>Virgínia Alves Carrara, Miguel Àngel Oliver Perelló, Rosana Matos-Silveira, Marinêz de Oliveira Xavier, Rafaela de Souza Reis Aguiar and Denise Bergamo</i>
73	“Unpacking” stories: Social Work and social struggles in Chile (1970-1973)	<i>Alexander Panez Pinto, Kátia Marro, Maria Lúcia Duriguetto, Paula Vidal Molina, Victor Neves and Víctor Orellana Bravo</i>
87	Reconceptualization of Social Work: process and movement of Catholic University of Valparaíso’s “Escuela de Trabajo Social”	<i>Vicente de Paula Faleiros</i>
102	Disputes in the construction of reconceptualized Social Work at the Catholic University of Valparaíso (1966-1973)	<i>Leticia Arancibia Martínez</i>
118	Reconceptualization movement and Argentine Social Work	<i>Carina Berta Moljo, José Fernando Siqueira da Silva and Roberto Zampani</i>
136	Reconceptualization Movement in Brazil: the Professional Project of the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais (1964-1980)	<i>Maria Rosângela Batistoni Batistoni</i>

151	The reconceptualization movement in Latin America and its international expressions: critical analysis of the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works	<i>Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Aline Pereira Ribeiro Silva and Pedro Leonardo Cedrola Vieira</i>
166	Revisiting classic Social Work	<i>Gilmaisa Macedo da Costa</i>
181	Clues to the history of Social Work from transitional justice	<i>Sheila de Souza Backx</i>
198	Pioneering experiences of popular participation in the urban: new challenges to the social worker	<i>Natália Coelho de Oliveira</i>
213	Professional training in Social Work in Brazil: a trajectory built by advances and challenges	<i>Melissa Ferreira Portes and Lorena Ferreira Portes</i>
228	Social Work and working with families: renovation or conservatism?	<i>Claudio Henrique Miranda Horst and Regina Célia Tamasso Miotto</i>
247	"Between assisting and caring:" theoretical tendencies in Brazilian Social Work	<i>Rachel Gouveia Passos</i>
Free Theme		
261	Negligence and omissions of the Catholic hierarchy on sexual and reproductive rights	<i>Juan Guillermo Figueroa Perea</i>
280	The counter-reformation of the State in the neostructuralist ideology of ECLAC	<i>Vanda Micheli Burginski</i>
296	Public fund, social policy and Bolivarian Venezuela	<i>Vicente Neves da Silva Ribeiro</i>
313	Reflections on the construction of human rights and their dialogue with Marxism	<i>Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa</i>
Photography Exhibition		
328	Memories and resistances of social workers against the dictatorship	<i>Daniela Neves, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz and Rafael Werkema</i>

	Interview	
349	Interlocutions of the ethical-political project of the Brazilian Social Work with the world: interview with Esther Luíza de Souza Lemos....	<i>Maurílio de Castro Matos</i>
	Homage	
357	Joaquina Barata Teixeira: intellectual and human legacy to Social Work in Amazon	<i>Maria Elvira Rocha de Sá and Nádia Socorro Fialho Nascimento</i>
	Reviews	
366	The Brazilian experience of the recovered factories	<i>Mariana Costa Carvalho</i>
370	Carlos Nelson Coutinho in debate: interpretations, controversies and timeliness of his thought	<i>Pedro Claesen Dutra Silva</i>
374	<i>Ad Hoc</i> Reviewers	
380	Editorial Norms	

A Equipe Editorial da *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ – tem a satisfação de apresentar a edição de número 40, referente ao segundo semestre de 2017, parte do volume 15, com o tema *O Serviço Social na História*. Partindo dos desafios contemporâneos que se apresentam ao Serviço Social na ordem do capital, contempla as diferentes temporalidades da trajetória da profissão imbricada na particularidade histórica dos países considerados, cujos ritmos não são lineares. Pretende-se revisitar criticamente a história da profissão já narrada e sistematizada teoricamente, a partir de resultados de pesquisas sobre a memória e a própria história do Serviço Social como disciplina e especialização do trabalho, tanto em países da América Latina – com privilégio ao Brasil – como países da Europa ibera e da América do Norte.

Este volume da Revista expressa a resistência acadêmica ao desmonte da Universidade Pública que vem sendo perpetrado pelos governos estadual e federal, atingindo severamente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a oitava melhor universidade brasileira, em agonia há mais de dois anos. Sua rica vida intelectual é fruto da resistência de seus docentes, discentes e do corpo de funcionários no desempenho de suas funções precípuas de ensino, pesquisa e extensão, preservando os níveis de excelência acadêmica. O intercâmbio intelectual e as relações de cooperação nacional e internacional com centros similares se revelam também nesse número da Revista, com o ativo protagonismo da Faculdade de Serviço Social.

O cenário mundial e nacional sob a égide das finanças anuncia significativo avanço da reação conservadora nas dimensões econômica, política e cultural. Crescem as desigualdades sociais, as relações de subordinação econômica e dominação política entre países centrais e periféricos, acentuando as formas de dependência e a violência das guerras. Acirram-se as formas de intolerâncias étnico-raciais, de gênero, a ofensiva contra os direitos humanos e sua naturalização, sendo a imigração internacional para a Europa exemplar. Alia-se a espoliação de recursos naturais, a busca de controle das riquezas minerais, das fontes de água, da biodiversidade, do solo e do espaço sideral por parte de grandes grupos econômicos aliados ao poder das finanças, em sua fome insaciável de acumulação de riquezas. As ideologias neofacistas e neonazistas se expandem ao mesmo tempo em que acirram as manifestações de denúncia e repulsa às políticas neoliberais que concentram renda, riqueza e poder, na defesa da justiça, da igualdade, da liberdade de pensamento e de organização, dos direitos humanos e sociais.

Nesse quadro regressivo, esboçado em grandes linhas, a releitura da história e memória do Serviço Social é aqui portadora dos ventos renovadores da resistência da profissão na América Latina e no Caribe. Suas raízes remontam a meados dos anos sessenta, expressas no Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano, uma unidade de diversidades, considerando as particularidades nacionais. Nesse mesmo lapso temporal, eclodem na Europa e na América do Norte iniciativas similares, consubstanciadas nos denominados Serviço Social Crítico e Serviço Social Radical, com os quais se estabelece uma interlocução privilegiada. Esta é objeto da primeira parte do Dossiê Temático: *o Serviço Social na História* que contempla a produção parcial, condensada em oito artigos, fruto de uma cooperação internacional de pesquisadores sob a liderança da Universidade do Estado do Rio de Janeiro associada à Universidade Federal de Juiz de Fora. Trata-se da rede de pesquisadores vinculados ao projeto: *O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia e Costa Rica): determinantes históricos, interlocuções internacionais*. Projeto de pesquisa. UERJ/CNPQ: Rio de Janeiro, fev. 2016¹. Encontra-se anexado a este primeiro grupo, que totaliza 09 artigos, o texto de Vicente de Paula Faleiros, *Reconceitualização do Serviço Social: processo e movimento da “Escuela de Trabajo Social” da Universidad Católica de Valparaíso*, dada a similitude temática.

O texto *Os movimentos contestatórios no Serviço Social Ibero-europeu e na América do Norte no período de 1960 a 1980* abre o dossiê temático. Trata-se de uma aproximação ao Serviço Social ibero-europeu (Portugal e Espanha) e norte-americano (Canadá e EUA), que traz inéditos elementos para a interlocução do Serviço Social latino-americano com a trajetória e as expressões contestatórias da profissão em outros países. Procura-se identificar as referências teórico-metodológicas norteadoras do Serviço Social nos países considerados, seus nexos com “movimentos contestatórios” e as relações do Serviço Social Crítico e/ou Radical com o movimento de reconceitualização latino-americano.

A análise do Serviço Social em Portugal, contida no texto *Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*, pre-

¹ A pesquisa, sob a coordenação das Profs. Dra. Marilda Villela Iamamoto (UERJ) e Dra. Claudia Mônica Santos (UFJF), congrega pesquisadores de diferentes níveis – *seniors*, recém-doutores, estudantes de doutorado, de mestrado e bolsistas de iniciação científica e conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ) por meio do Edital Universal 2016 e do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – PROCIÊNCIA (UERJ/FAPERJ). Inclui oito instituições executoras nacionais: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Campus de Toledo (UNIOESTE); e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC_SP). Somam-se onze instituições colaboradoras, de cinco países: *Portugal*: Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra (ISMT); Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; *Espanha*: Universidad de Granada; Universidad de Islas Baleares (UIB); *Chile*: Universidad Católica de Valparaíso (UCV); Universidad de Chile (UC); *Argentina*: Universidad Nacional de La Plata (UNLP); Universidad Nacional de Rosario (UNR); *Colômbia*: Universidad Externado de Colombia; Corporación Universitaria Minuto de Dios (UNIMINUTO); *Costa Rica*: Universidad de Costa Rica (UCR).

tende apreender o significado atribuído pelo fascismo à profissão no processo de sua institucionalização (1930-1950); e identificar assistentes sociais que se envolveram em movimentos de oposição e resistência ao regime, dos quais se distancia a partir da organização sindical corporativista, nos anos 1960 e 1970.

O texto *Trabajo Social en la realidad española en los años 60-80: la búsqueda de autodefinición e reconocimiento profesional* procede a uma análise preliminar dos movimentos contestatórios presentes no Serviço Social na Espanha (1960/1980), salientando processos políticos internos e internacionais na sociedade espanhola, a partir da década de cinquenta. O movimento de reconceituação latino-americano não se generalizou no meio profissional. Entretanto influencia segmentos politizados e progressistas que buscam produção teórica e propostas de ação sintonizadas com o processo histórico nacional.

O movimento de reconceituação no Chile, dada a sua importância, é contemplado com três estudos. O primeiro, *“Desalabrando” historias: o Serviço Social e as lutas sociais no Chile (1970-1973)*, situa o Serviço Social numa conjuntura em que as forças organizativas da classe trabalhadora – partidos e movimentos sociais de esquerda – levaram o Chile a ser o primeiro país no mundo a conquistar, com um programa de construção do socialismo, o governo pela via eleitoral. O artigo explicita a conjuntura chilena do governo da Unidade Popular (UP) e as relações do Serviço Social com as organizações e movimentos sociais, evidenciadas em pesquisa de fontes originais. O segundo texto, *Reconceituação do Serviço Social: processo e movimento da “Escuela de Trabajo Social” da Universidade Católica de Valparaíso*, trata da mudança de paradigma do Serviço Social funcionalista no decurso do processo de reconceituação vivido por esta escola (1970-1973), no contexto da experiência chilena de transição para o socialismo com liberdade e da articulação com o marxismo. Este artigo foi elaborado com base em narrativa pessoal e documentos de época. A experiência aponta para uma articulação do Serviço Social com a ação política comprometida com a transformação das relações de dominação. O terceiro texto, *Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973)*, apresenta o projeto desta escola, elucidando as relações entre formação universitária e as perspectivas profissionais reconceituadas. Considera o contexto sociopolítico chileno e latino-americano nos anos 1960 e 1970 e os imaginários sociais nesse processo histórico, marcado pela via chilena ao socialismo do governo de Salvador Allende (UP), aí distinguindo as tensões entre Trabajo Social Crítico e Conservador e as próprias disputas no interior dos grupos que impulsionavam as mudanças.

No Cone Sul, a análise é enriquecida com o artigo *Movimiento de Reconceituação e Serviço Social argentino*. Ele considera as particularidades do Serviço Social na Argentina na era monopolista tardia do capitalismo

mundial, acentuando o debate entre as teses desenvolvimentistas e aquelas sustentadas na crítica à dependência ante o contexto político e social argentino e suas incidências no referido movimento.

No Brasil, são contempladas duas tendências sobre a direção do ensino e do exercício profissional em disputa à época do movimento de reconceituação. *O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)* expõe os eixos, os pressupostos e as bases sociopolíticas dessa experiência, sintonizada com os rumos do debate continental presente nos países de língua espanhola. A análise privilegia as concepções teórico-metodológicas norteadoras, seus vínculos com as forças contestadoras na profissão, presentes nos países de língua hispânica, sua experimentação através da extensão e estágios e desdobramentos para o Serviço Social latino-americano. Já o texto *O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e a contribuição do CBCISS no período 1960-1980* faz o contraponto ao debate latino-americano dos países de língua hispânica. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), instituição internacional sem participação direta na formação profissional, entra no debate com produções de apoio à prática e à formação acadêmica na área, com destaque ao *Documento de Araxá*.

A segunda parte do Dossiê inicia-se com o artigo: *Revisitando o Serviço Social Clássico* – um contraponto da temática anteriormente tratada – focando nas origens do Serviço Social e sua institucionalização nos Estados Unidos, em particular do pensamento de Mary Ellen Richmond. A base positivista e as insuficiências presentes em sua elaboração fornecem os insumos para seu reconhecimento enquanto proposição conservadora. Em *Indícios para a história do Serviço Social* são resgatados elementos da pesquisa *Mulheres na linha de frente*, que articula violência estatal e violência de gênero às práticas de tortura perpetradas no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), no estado do Rio de Janeiro. A partir de evidências reveladas foi possível identificar a participação de assistentes sociais nos movimentos de resistência nesse período, a partir de um *corpus* documental coligido pelas Comissões de Verdade, Memória e Reparação. A caracterização de *Experiências pioneiras de participação popular no urbano* trata de experiências de trabalho com educação e participação popular realizadas entre as décadas de 1960 e 1980. Elaborado com base em pesquisa documental junto ao acervo da Revista *Serviço Social e Sociedade*, o artigo instiga uma comparação das experiências dos anos 60 com o trabalho social desenvolvido na atualidade no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), principal programa habitacional brasileiro. O artigo, *A formação profissional em Serviço Social no Brasil*, recupera os diferentes projetos formativos presentes na trajetória do Serviço Social brasileiro. Considerando as diretrizes curriculares de 1996, problematiza a formação graduada em Serviço Social

ante a tendência privatista que predomina no ensino superior brasileiro e traz elementos para adensar o debate sobre o tema, considerando a dupla natureza da profissão: analítica e interventiva. O texto *O Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?* aborda o tema na história da profissão buscando identificar os desafios à uma atuação que historicamente “muda de forma, preservando, no entanto, compromissos sociopolíticos com o conservadorismo”. Salienta a necessidade do aprofundamento crítico no debate sobre famílias, nos marcos do projeto ético político do Serviço Social construído coletivamente no Brasil. Finalizando o Dossiê, o artigo *Entre o assistir e o cuidar: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro*, fruto de pesquisa de pós-doutoramento, objetiva contribuir para a compreensão da diferença entre assistência e cuidado a partir de uma análise marxista. Aborda o conceito de assistência na literatura profissional especializada dos anos 1980, desenvolve a concepção de cuidado sob a inspiração marxista, a de cuidado social e de *care* social, resumindo as principais concepções de cuidado no Serviço Social brasileiro.

Na *Seção Tema Livre* constam quatro artigos. O primeiro, oriundo do México, *Negligência e omissões da hierarquia católica sobre direitos sexuais e reprodutivos*, explora a questão da relação entre elementos normativos da tradição religiosa católica e as condições de exercer direitos de sexualidade e reprodução, a partir de uma referência explícita às categorias de negligência e omissão. O segundo artigo *A contrarreforma do Estado na ideologia neoestruturalista da Cepal*, explicita a afinidade entre este pensamento da Cepal e o neoliberalismo, tendo como foco o papel do Estado na acumulação capitalista em face à crise estrutural do capital. O terceiro artigo, *Fundo público, política social e Venezuela Bolivariana*, debate a relação entre renda petroleira, fundo público e política social durante a história recente da Venezuela, marcada sobretudo a partir de 1999 pelo processo bolivariano. Constata a relação entre a população trabalhadora excedente e a renda petroleira como um traço marcante do processo bolivariano, bem como a presença de significativa fuga de capitais. O quarto artigo, *Reflexões acerca da construção dos direitos humanos e seu diálogo com o marxismo* objetiva refletir sobre os direitos humanos a partir da exposição das determinações histórico-sociais que incidem na aquisição histórica e processual dos direitos. Efetua uma interlocução com a crítica de Marx no ensaio *A Questão Judaica* (1844) que aponta limites postos à sociedade burguesa e a restrição dos direitos no campo da emancipação política.

Este número da Revista tem o feliz privilégio de apresentar a bela e significativa mostra fotográfica inspirada no projeto *Memórias e resistências de assistentes sociais contra a ditadura*, construída sob a coordenação do Conselho Federal de Serviço Social. Ele realiza uma fecunda aliança entre arte, política e sujeitos profissionais e compreende: 1. *Faces da resistência*; 2. *Relatos selvagens*; 3. *Relembrar é preciso*. A mostra apresenta às novas gerações de assistentes sociais a história da ditadura civil-militar no Brasil.

Nesses tempos turvos e difíceis da política brasileira, que faz submergir valores emancipatórios como a democracia, da liberdade, da igualdade para todos, da defesa dos direitos humanos e sociais, rememorar a luta contra a ditadura civil-militar é uma forma de resistência e um contributo para a história do protagonismo político dos assistentes sociais brasileiros. A denúncia dos horrores do poder repressivo do Estado contra o (a) cidadã / cidadão tem um sentido preciso: “para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”, como sustenta o projeto *Memórias Reveladas. Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985)*, do Arquivo Nacional.

A entrevista deste número, com Esther Luíza de Souza Lemos, docente com intensa participação nos debates da profissão e na sua organização política, com destaque ao CFESS-CRESS, ao Comitê Mercosul de Serviço Social e da sua transformação em Coordenação do Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS), sendo primeira coordenadora até 2017, expõe as *Interlocuções do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro com o mundo*. A entrevista aborda as relações internacionais desenvolvidas pelo CFESS, tanto na articulação com os países latino-americanos quanto junto a *International Federation of Social Workers (FITS)*.

A *Homenagem de vida* neste número traz a trajetória de *Joaquina Barata Teixeira: legado intelectual e humano ao Serviço Social na Amazônia*. Ela atribui relevo à vida e à produção de uma mulher guerreira, uma companheira lutadora que dedicou sua vida aos ideais radicalmente humanos, que sempre presidiram sua fecunda produção acadêmico-profissional no Serviço Social enraizada nos dilemas do povo da Amazônia brasileira e dos trabalhadores do Brasil.

Finalizando esta edição, são apresentadas duas resenhas de livros de relevância na atualidade: *Carlos Nelson Coutinho em debate: interpretações, polêmicas e atualidade de seu pensamento*; e o livro *A experiência brasileira das fábricas recuperadas*, ambos de 2016.

Equipe Editorial

DOI: 10.12957/rep.2017.32754



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

The Editorial Team of *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* – the journal of the Faculdade de Serviço Social at UERJ – is pleased to present issue number 40, of the second half of 2017, part of Volume 15, with the theme *The Social Work in History*. Based on contemporary challenges to social work by the capital, it contemplates the different temporal stages in the trajectory of the profession, imbricated in the historical particularity of the considered countries, whose rhythms are not linear. It intends to revisit critically the history of the profession already narrated and systematized theoretically, based on results of research on memory and the history of social work as a discipline and work specialization, both in Latin American countries – especially Brazil – and in countries of Iberian Europe and North America.

This volume of the journal expresses the academic resistance to the dismantling of the Public University that has been perpetrated by the state and federal governments, severely affecting the University of the State of Rio de Janeiro, the eighth best Brazilian university, which is suffering in agony for more than two years. Its rich intellectual life is the result of the resistance of its teachers, students, and staff in the performance of its primary functions of teaching, research and extension, preserving the levels of academic excellence. The intellectual exchange and relations of national and international cooperation with similar centers are also shown in this issue of the journal, with an active role by the Faculdade de Serviço Social.

The world and national scenario under the auspices of finance announces a significant advance of conservative reaction in the economic, political, and cultural dimensions. Social inequalities, relations of economic subordination and political domination between central and peripheral countries, accentuating dependence and war violence, grow. Ethnic-racial and gender intolerance, and the naturalization of attacks on human rights grow worse, with the international immigration to Europe being exemplary. Large economic groups allied with financial powers strive for the spoliation of natural resources in an attempt to control mineral wealth, water resources, biodiversity, soil, and outer space, all for their insatiable hunger for the accumulation of riches. Neo-Nazi and neo-fascist ideologies are expanding just as the manifestations of denunciation and repulsion to neoliberal policies that concentrate income, wealth, and power intensify, in defense of justice, equality, freedom of thought and organization, human rights and social policies.

In this regressive framework, sketched in broad lines, the re-reading of the history and memory of social work is the bearer of renewing winds of resistance in Latin America and the Caribbean. Its roots date back to the mid-sixties, expressed in the Reconceptualization Movement of Latin American social work, a unit of diversities, taking into account national particularities. In the same time span, similar initiatives emerged in Europe and North America, consubstantiated in the so-called critical social work and radical social work, with which a beneficial dialogue is established. This is the subject of the first part of the Thematic Dossier: *The Social Work in History* that contemplates the partial production, condensed in eight articles, fruit of an international cooperation of researchers under the leadership of the University of the State of Rio de Janeiro associated with the Federal University of Juiz de Fora. They are part of the research network involved in the project: The Movement of Reconceptualization of Social Work in Latin America (Argentina, Brazil, Chile and Colombia): historical determinants, international interlocutions and memory. Research project, UERJ/CNPQ: Rio de Janeiro, Feb. 2016.¹ Attached to this first group, which totals 9 articles, is Vicente de Paula Faleiros's article, *Reconceptualization of Social Work: process and movement of Catholic University of Valparaíso's "Escuela de Trabajo Social"*, given the thematic similarity.

The article *Social contestation movements in Ibero-European and North American Social Work from 1960 to 1980* opens the thematic dossier. It is an approximation between Ibero-European (Portugal and Spain) and North American (Canada and USA) social work, which brings unprecedented elements for the interaction between Latin American social work and the trajectory and the social contestation expressions of the profession in other countries. It seeks to identify the theoretical-methodological references of the social worker in the analyzed countries, their links with social contestation movements and the relations between critical and/or radical social work and the movement of Latin American reconceptualization.

The analysis of the social work in Portugal, contained in the article *Social Work in Portugal during fascism: opposition, resistance and union action*, intends to grasp the meaning attributed by fascism to the profession

¹ The research, under the coordination of Professors Dr. Marilda Villela Iamamoto (UERJ) and Dr. Claudia Mônica Santos (UFJF), brings together researchers from different levels – seniors, recent PhDs, PhD and MSc students, and scientific initiation fellows. It is funded by the National Development Council (CNPQ) by means of the Universal Public Announcement 2016 and the Program for the Incentive of Scientific, Technical and Artistic Production – PROCIÊNCIA (UERJ/FAPERJ). It includes eight national executing institutions: Rio de Janeiro State University (UERJ), Federal University of Juiz de Fora (UFJF), Fluminense Federal University (UFF), Federal University of Ouro Preto (UFOP), Federal University of São Paulo (UNIFESP/Baixada Santista), Federal University of Espírito Santo (UFES), Western Paraná State University, Toledo Campus (UNIOESTE); and São Paulo Pontifical Catholic University (PUC-SP). There are eleven more collaborating institutions from five other countries: *Portugal*: Miguel Torga Higher Institute, Coimbra (ISMT), and University of Trás-os-Montes and Alto Douro; *Spain*: University of Granada, and University of Balearic Islands (UIB); *Chile*: Universidad Católica de Valparaíso (UCV), and Universidad de Chile (UC); *Argentina*: National University of La Plata (UNLP), and National University of Rosario (UNR); *Colombia*: Universidad Externado de Colombia, and Corporación Universitaria Minuto de Dios (UNIMINUTO); *Costa Rica*: University of Costa Rica (UCR).

in the process of its institutionalization (1930-1950); and to identify social workers who became involved in opposition and resistance movements to the regime, from which they departed from the corporatist trade union organization in the 1960s and 1970s.

The article *Social Work in the Spanish scenario from 1960 to 1980: in search of self-definition and professional recognition* proceeds to a preliminary analysis of the social contestation movements present in Spanish social work (1960-1980), emphasizing internal and international political processes in Spanish society from the fifties on. The Latin American reconceptualization movement was not generalized in the professional environment. However, it influences politicized and progressive segments that seek theoretical production and action proposals in tune with the national historical process.

The reconceptualization movement in Chile, given its importance, is contemplated with three studies. The first, *"Unpacking" stories: Social Work and social struggles in Chile (1970-1973)*, places social work at a juncture in which organizational forces of the working class – left parties and social movements – have led Chile to be the first country in the world to conquer government by the electoral route, with a program of building socialism. The article explains the Chilean conjuncture of the Popular Unity (UP) government and social work relations with social organizations and movements, evidenced in research based on original sources. The second article, *Reconceptualization of Social Work: process and movement of Catholic University of Valparaíso's "Escuela de Trabajo Social"*, deals with the paradigm shift of functional social Work in the course of the reconceptualization process experienced by this school (1970-1973) in the context of the Chilean experience of transition to socialism with freedom and of articulation with Marxism. This article was written based on personal narrative and period documents. The experience points to an articulation of social work with political action committed to the transformation of dominance relations. The third article, *Disputes in the construction of reconceptualized Social Work at the Catholic University of Valparaíso (1966-1973)*, presents the project of this school, elucidating the relations between university education and the reconceptualized professional perspectives. It considers the Chilean and Latin American sociopolitical context in the 1960s and 1970s and the social imaginaries in this historical process, marked by the Chilean way to socialism of Salvador Allende's government (UP), distinguishing the tensions between critical and conservative social work disputes within the groups that promoted change.

In the Southern Cone, the analysis is enriched with the article *Reconceptualization movement and Argentine Social Work*. It ponders over the peculiarities of social work in Argentina in the late monopolist era of world capitalism, accentuating the debate between developmental theses

and those sustained in the critique of dependence on the Argentine political and social context and its incidence on the aforementioned movement.

In Brazil, two tendencies are contemplated on the direction of teaching and exercising the profession in dispute at the time of the reconceptualization movement. *Reconceptualization Movement in Brazil: The Professional Project of the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais (1964-1980)* exposes the axes, the presuppositions and the socio-political foundations of this experience, attuned to the continental debate in the countries of Spanish language. The analysis privileges the theoretical-methodological guiding concepts, its links with the challenging forces in the profession, present in the Spanish-speaking countries, its experimentation through the extension and stages and developments for Latin American social work. The article *The reconceptualization movement in Latin America and its international expressions: critical analysis of the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works (1960-1980)* is the counterpoint to the Latin American debate of the Spanish-speaking countries. The Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works (CBCISS), an international institution with no direct participation in professional training, enters the debate with productions in support of practice and academic training in the area, with emphasis on the Araxá Document.

The second part of the Dossier begins with the article *Revisiting classic social work* – a counterpoint to the previously theme – focusing on the origins of social work and its institutionalization in the United States, in particular Mary Ellen Richmond's thinking. The Positivist basis and the deficiencies present in its elaboration provide the inputs for its recognition as a conservative proposition. In *Clues to the history of Social Work from transitional justice* retrieves elements from the survey "Women on the Front Line", which link state violence and gender violence to torture practices perpetrated in the state of Rio de Janeiro during the period of the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985). From the revealed evidence, it was possible to identify the participation of social workers in resistance movements in this period, based on a documentary corpus compiled by the Commissions of Truth, Memory, and Reparation. *Pioneering experiences of popular participation in the urban: new challenges to the social worker* analyzes work experiences with education and popular participation carried out between the 1960s and 1980s. This article is based on documentary research in the collection of Brazilian journal Serviço Social e Sociedade. It compares the experiences of the 1960s and of the social work currently developed in the government program Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), the main Brazilian housing program. The article *Professional training in Social Work in Brazil* showcases different formative projects present in the trajectory of Brazilian social work. Considering the curricular guidelines of 1996, it problematizes the undergraduate formation in social work before the

tendency to privatize that prevails in Brazilian higher education and brings elements to further the debate on the subject, considering the double nature of the profession: analytical and interventional. The article *Social work and families: renewal and conservatism* addresses the theme in the history of the profession, seeking to identify the challenges to an action that historically “changes shape, while preserving socio-political commitments to conservatism.” It emphasizes the need for a critical deepening in the debate on families, within the framework of the ethical-political project of social work collectively built in Brazil. Closing the Dossier, the article *Between assisting and caring: theoretical tendencies in Brazilian Social Work*, the fruit of a postdoctoral research, aims to contribute to understanding the difference between distinct concepts of “care” from a Marxist viewpoint. It addresses the concept of assistance in the specialized professional literature of the 1980s and develops the different conceptions of care under Marxist inspiration, summarizing the main conceptions in Brazilian social work.

There are four articles in the Free Themes section. The first, from Mexico, *Negligence and omission of the Catholic hierarchy on sexual and reproductive rights*, explores the question of the relation between normative elements of the Catholic religious tradition and the conditions to exercise rights of sexuality and reproduction, from an explicit reference to the categories of negligence and omission. The second article, *The counter-reformation of the State in the neostructuralist ideology of ECLAC*, explains the affinity between ECLAC thought and neoliberalism, focusing on the role of the state in capitalist accumulation in face of the structural crisis of capital. The third article, *Public Fund, Social Policy and Bolivarian Venezuela*, discusses the relationship between oil revenue, public fund, and social policy during the recent history of Venezuela, marked since 1999 mainly by the Bolivarian process. It notes the relationship between the surplus working population and the oil income as a striking feature of the Bolivarian process, as well as the presence of significant capital flight. The fourth article *Reflections on the construction of human rights and their dialogue with Marxism* aims to reflect on human rights from the exposition of historical and social determinations that focus on the historical and procedural acquisition of rights. Interlocution with Marx’s critique in the essay *The Jewish Question* (1844) which points out limits placed on bourgeois society and the restriction of rights in the field of political emancipation.

This issue of the Journal has the happy privilege of presenting the beautiful and significant photographic exhibition inspired by the project *Memories and resistance of social workers against the dictatorship*, built under the coordination of the Federal Council of Social Work. It creates a fruitful alliance between art, politics and professional subjects and comprises: 1. Faces of resistance; 2. Wild reports; 3. Remembering is necessary. The exhibit presents to the new generations of social workers the history of the civil-military dictatorship in Brazil. In the present bleak and difficult times

of Brazilian politics, which buries emancipatory values such as democracy, freedom, equality for all, and the defense of human and social rights, recalling the struggle against the civil-military dictatorship is a form of resistance and a contribution to the history of the political protagonism of Brazilian social workers. The denunciation of the horrors of the State's repressive power against citizens has a precise meaning: "so that it is not forgotten, so that it never happens again", as the project *Revealed Memories: Reference Center for Political Struggles in Brazil (1964-1985)*, from the National Archives, states.

The interview of this issue, with Esther Luíza de Souza Lemos, exposes the *Interlocutions of the ethical-political project of Brazilian social work with the world*. She is a teacher with intense participation in the debates of the profession and in its political organization, with emphasis on CFESS-CRESS, the Mercosur Committee of Social Work and its transformation into the coordination of the Committee of Professional Organizations of Social Work in Latin America and the Caribbean (COLACATS), being the first coordinator until 2017. The interview addresses the international relations developed by CFESS, both in articulation with the Latin American countries and with the International Federation of Social Workers (FITS).

The Life Tribute in this issue shows the trajectory of *Joaquina Barata Teixeira: intellectual and human legacy to social work in the Amazon*. It gives prominence to the life and production of a woman fighter, a struggle companion who dedicated her life to radically human ideals, who have always presided over her fruitful academic-professional production in social work rooted in the dilemmas of the Brazilian Amazonian people and the Brazilian workers.

At the end of this edition, two book reviews of current relevance are presented: *Carlos Nelson Coutinho in debate: interpretations, controversies and the contemporaneity of his thought*; and the book *The Brazilian experience of recovered factories*, both of 2016.

Editorial Team

DOI: 10.12957/rep.2017.32754



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Os movimentos contestatórios no Serviço Social iberoeuropeu e da América do Norte no período de 1960 a 1980

Social contestation movements in Ibero-European and North American Social Work from 1960 to 1980

Alexandra A. L. T. S. Eiras*

Maria Carmelita Yazbek**

Cláudia Mônica dos Santos***

Resumo – Este artigo constitui-se como parte da pesquisa *O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. Nossa ênfase circunscreve-se a Portugal, Espanha, EUA e Canadá (1960-1980). Desse modo, pretendemos identificar as referências teórico-metodológicas do Serviço Social nesse período, em seus nexos com os “movimentos contestatórios” e com o “movimento de reconceitualização latino-americano” (MRLA). Indagamos acerca da relação entre o MRLA e o Serviço Social crítico e/ou radical, considerando suas particularidades, antecedentes, expressões e desdobramentos. Apresentamos, assim, um panorama econômico, político, social e cultural da conjuntura desses países à época. Apresentamos, ainda, os movimentos do Serviço Social crítico e/ou radical e suas referências ético-políticas e teórico-metodológicas, as quais os distinguem do Serviço Social tradicional. Por fim, indicamos, quando pertinente, as interlocuções desses movimentos/produções com o MRLA.

Palavras-chave: Serviço Social; Movimento de Reconceitualização latino-americano; movimentos contestatórios na Europa ibera e na América do Norte.

Abstract – This article is part of the research “The Movement of Reconceptualization of Social Work in Latin America (Argentina, Brazil, Chile and Colombia): historical determinants, international interlocutions and me-

* Doutorado em Serviço Social (ESS/UFRJ). Vice-diretora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFJF). *Correspondência:* Universidade Federal de Juiz de Fora: Rua José Lourenço Kelmer, s/n – Campus Universitário Bairro São Pedro, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-900. Email: <alexandra.eiras@ufjf.edu.br>.

** Doutorado em Serviço Social (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Pós-doutorado (IEA USP). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Professora visitante de universidades de África, Portugal e Argentina. Pesquisadora 1 A do CNPq. *Correspondência:* Rua Dr. Barachisio Lisboa, 140, São Paulo – SP. CEP: 05441-090. Email: <mcyaz@uol.com.br>.

*** Doutorado em Serviço Social (ESS/UFRJ). Pós-doutorado (ISMT/Coimbra/Portugal). Professora aposentada, colaboradora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFJF). Professora convidada na Universidade Lusófona do Porto. *Correspondência:* Rua Miguel José Mansur, 400/apt. 1102, Bairro Cascatinha, Juiz de Fora – MG. CEP: 36033-250. Email: <cmonicasantos@gmail.com>.

mory.” Our emphasis is limited to Portugal, Spain, USA and Canada (1960-1980). In this research we intend to identify the theoretical-methodological references of social work in this period, in its links with the social contestation movements and with the Latin American reconceptualization movement (MRLA). We inquire about the relationship between the MRLA and the critical and radical social work, considering its particularities, antecedents, expressions and aftereffects. In this article, we present an economic, political, social and cultural panorama of the conjuncture of these countries at the time. We also present the movements of critical and radical social work and both their ethical-political and theoretical-methodological references, which distinguish them from traditional social work and indicate, when pertinent, the interlocutions of these movements and productions with the MRLA.

Keywords: social work; Latin American reconceptualization movement; social contestation in Iberian Europe and North America.

Introdução

Neste artigo – em âmbito preliminar –, apresentamos parte da bibliografia identificada em nossa pesquisa¹ acerca do Serviço Social na Europa ibera (Portugal e Espanha) e na América do Norte (EUA e Canadá), no período de 1960 a 1980, tendo como referência e possível interlocução o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (MRLA), cuja datação histórica consensual na bibliografia sobre o tema remete ao período de 1965 a 1975 (NETTO, 1991; ALAYÓN, 2005; FALEIROS, 2005). Tal movimento, em nossa compreensão, expressou o novo posicionamento ético e político do Serviço Social, alinhado às lutas progressistas e aos novos referenciais teórico-metodológicos que buscaram superar as referências utilizadas pelo Serviço Social tradicional.

Serviço Social tradicional: a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sobre o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado fático ineliminável. (NETTO, 1991, p. 118).

O debate sobre o MRLA é polêmico; há divergências que manifestam, inclusive, a particularidade desse processo em cada país onde destaca-

¹ Pesquisa intitulada *Movimentos contestatórios na Europa e América do Norte no período de 1960/1980 e Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina: aproximações possíveis*, coordenada por Marilda V. Iamamoto (Uerj) e aprovada no edital de 2016 do CNPq *Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia)*, envolvendo pesquisadores de diversos países.

damente o movimento se expressou: Argentina, Uruguai, Chile e Brasil. Mas, na bibliografia sobre o tema, há uma convergência: o MRLA é compreendido como um movimento heterogêneo, no qual emerge um posicionamento ético-político que se compromete com a realidade social da América Latina e explicita o lugar do Serviço Social na reprodução das desigualdades sociais, bem como sua função social, implicação socio-política e valores ideológicos, com pretensão de intervir na alteração dessa realidade. Desse modo, os trabalhadores sociais (assistentes sociais) questionam a neutralidade técnica, recusam a importação de referências norte-americanas e combatem a “técnica transplantada”. Simultaneamente, buscam construir referências latino-americanas para a ação profissional. Há também uma construção que transcende os países, que se expressa na criação de organizações de trabalhadores sociais de caráter latino-americano, como a Asociación Latinoamericana de Enseñanza en Trabajo Social (Alaets) e o Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), que impactam sobre a organização dos assistentes sociais no continente, bem como na elaboração e divulgação das novas referências produzidas pelo MRLA.

Há relação entre o MRLA e os processos de lutas e enfrentamentos sociais na particularidade de cada país, os quais interpelam o Serviço Social, assim como articulações progressistas que resistem aos processos repressivos, implementados através de ditaduras civis-militares em diferentes períodos – Brasil, 1964; Uruguai, 1972; Chile, 1973; Argentina, 1976. Essas ditaduras foram heterogêneas, bem como suas resistências (MOLJO, 2005). A vinculação do Serviço Social com esse processo diretamente ou com suas demandas constitui os fundamentos sócio-históricos de alteração das bases para o novo posicionamento ético-político.

Ao questionar seus referenciais, a profissão assume as inquietações e insatisfações de uma conjuntura histórica de intenso movimento político-cultural, que reúne profissionais, intelectuais, trabalhadores e segmentos médios e das classes populares em torno da luta anti-imperialista na defesa de projetos de transformação social. Nesse contexto destacam-se as transformações da Igreja Católica, agora sob a égide do Concílio Vaticano II (1962), dando origem à chamada Teologia da Libertação, que irá interferir nas lutas contestatórias que marcaram o continente neste período histórico.

É no bojo deste movimento e em seus desdobramentos históricos que se definem e se confrontam diferentes tendências na profissão, as quais incidem nos seus fundamentos teóricos e metodológicos e na direção social de sua intervenção. Marcam esse processo as experiências de grupos de assistentes sociais, vinculados à esquerda católica e a outros grupos políticos de esquerda, aos projetos de educação de base e de organização popular em comunidades urbanas e rurais, inspirados pela *educação para a libertação* e pelo método de alfabetização de Paulo Freire.

Por outro lado, o Serviço Social tradicional latino-americano recebeu influência direta e sustentava-se nas produções europeias (franco-

belgas)² e norte-americanas. A tradição franco-belga resultou de influências da Escola de Serviço Social de Bruxelas, que oferecia um curso de Serviço Social voltado para a ação social. Esta, por sua vez, recebeu influência do cardeal Mercier e das Ligas Operárias Femininas, cuja perspectiva era a ação social. Na França, a formação em Serviço Social era oferecida pela Escola Normal Social de Paris (primeira escola de Serviço Social da França, criada em 1911) e na Escola Superior de Estudos Sociais do Instituto Católico de Paris.

É necessário assinalar que esta matriz se encontra na gênese da profissão em quase toda a América Latina, embora com particularidades diversas e coexistindo com outras tendências, como, por exemplo, na Argentina e no Chile, onde vai somar-se ao racionalismo higienista³.

A influência norte-americana inicia-se em 1941, quando foram concedidas bolsas de estudos a professores de escolas da América, que vão se aprimorar nas abordagens profissionais desenvolvidas no âmbito da matriz positivista, na perspectiva de ampliar os referenciais técnicos para a profissão. Este processo reitera, para a profissão, o caminho do pensamento conservador pela mediação das Ciências Sociais.

No decorrer do MRLA, houve uma recusa e uma busca de superação das referências teóricas tradicionais. Foi um momento ímpar em termos de unidade e diversidade acerca dos questionamentos das bases conservadoras do Serviço Social, que suscitou diferentes debates e elaborações teóricas nos distintos países latino-americanos.

A elaboração de novas referências no Serviço Social latino-americano, sustentadas na perspectiva crítica, com aproximações à tradição marxista, expôs uma nova perspectiva para apreensão e análise da profissão e de suas demandas sócio-históricas. Nesse período, observamos um protagonismo do Serviço Social latino-americano na construção de novos posicionamentos e novas referências, distanciando-se e questionando as referências teóricas europeias e norte-americanas (EIRAS; SANTOS, 2017).

Contudo, sabemos que tanto na América do Norte como na Europa (Inglaterra, Reino Unido, Espanha, Portugal, Alemanha, dentre outros) houve movimentos contestatórios reformistas ou revolucionários que influenciaram o Serviço Social nesses países, abrindo novos horizontes e novas vinculações ético-políticas. Além disso, a bibliografia indica a emergência ou ativação do Serviço Social crítico e/ou radical nesse período nesses países.

Desse modo, indagamos sobre o contexto em que essas referências emergem, quais são suas origens e vinculações, a relação entre essas expressões e os movimentos contestatórios do período, em quais canais essa perspectiva se expressa (formação, produção acadêmica, exercício profis-

² O Serviço Social em Portugal e Espanha também tiveram em suas origens a influência franco-belga.

³ Ideário do movimento de médicos que exigiam a intervenção ativa do Estado sobre a questão social pela criação da assistência pública, que deveria assumir um amplo programa preventivo na área sanitária, social e moral.

sional), o que estão considerando por Serviço Social crítico e/ou radical, bem como a natureza e conteúdo dessa crítica.

No esforço preliminar de responder às perguntas que deram origem a este estudo, este artigo estrutura-se em dois tópicos. No primeiro, apresentamos um panorama das questões histórico-econômicas e dos movimentos contestatórios político-sociais relevantes no período analisado (1960 a 1980). No segundo, indicamos os movimentos do Serviço Social crítico ou radical – suas referências ético-políticas e teórico-metodológicas, as quais o diferenciam do Serviço Social tradicional naqueles países (EUA, Canadá, Portugal e Espanha). Apontamos, quando pertinente, as interlocuções desses movimentos/produções com o MRLA.

1. Panorama histórico-econômico e movimentos contestatórios (1960 a 1980)

Como sabemos, os anos de 1960 foram decisivos para grandes transformações no mundo em todos os domínios. A particular conjuntura dessa década assinala redefinições da ordem capitalista internacional e uma crise de fundo da “civilização urbano-industrial”, que se irradia por todas as esferas da vida social. Uma referência emblemática desse contexto é o “maio de 1968”, expressão de uma fenomenal conjugação de fatores e predisposição cultural e política para as mudanças que colocam em xeque a ordem burguesa e o conjunto de suas instituições. Na América Latina, esse processo se cruza com expectativas de mudança desencadeadas a partir da Revolução Cubana.

Uma das questões centrais em nossa abordagem nesta pesquisa remete ao processo de reprodução social da ordem capitalista no período analisado. Naquele momento, o capitalismo se expressa como modo de produção/reprodução consolidado, que possui como antagonista o socialismo real vinculado à URSS. A bipolarização do mundo, acentuada no pós-guerra, é um elemento fundamental, assim como a alteração progressiva desse contexto, que se desenvolve até o final da década de 1980, na derrocada do sistema socialista. Não analisaremos, neste artigo, a relação e as particularidades histórico-econômicas entre capitalismo e socialismo. Contudo, entendemos que o contexto de polarização fortalecia posicionamentos e demandas progressistas, seja pelo relativo sucesso do socialismo soviético, que permitiu sua expansão como potência mundial, seja pela “ameaça” de novos processos revolucionários de cunho socialista. Tais processos “forçavam” a construção de alternativas reformistas, no âmbito do capitalismo, que combinaram com uma base material favorável de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico capaz de prover o acesso das massas ao consumo.

Os países que analisaremos estão inseridos na lógica de reprodução social do capitalismo, em posições econômico-sociais distintas. De um modo geral, Hobsbawm (1996, p. 264) considera que “o capitalismo foi bem-sucedido em sua reestruturação (pós-guerra) que permitiu aos Estados planejar e administrar a modernização econômica e aumentou enormemente a demanda, evidenciando-se o compromisso com a seguridade social e previdenciária”, formando “um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades”. A capacidade produtiva da economia mundial foi multiplicada com uma “divisão internacional do trabalho muito mais elaborada e sofisticada” (HOBSBAWM, 1996, p. 264). “Os países que compunham o núcleo do capitalismo ocidental comerciavam, é claro, com o mundo de além-mar, e com grande vantagem, pois os termos de comércio os favoreciam – ou seja, podiam obter matérias-primas e alimentos mais baratos” (HOBSBAWM, 1996, p. 264). Mesmo assim, “o que de fato explodiu foi o comércio de produtos industrializados, sobretudo entre os países centrais industriais. O comércio mundial de manufaturas multiplicou-se por mais de dez em vinte anos após 1953” (HOBSBAWM, 1996, p. 265). “A reestruturação do capitalismo e o avanço na internacionalização da economia foram fundamentais e explicam as alterações que se processaram [no âmbito sociocultural], as quais não podem ser entendidas apenas como produto da revolução tecnológica” (HOBSBAWM, 1996, p. 265). Entre as alterações, destaca-se a substituição do Estado Liberal pelo Estado Social, noção de conteúdo anglo-saxônico e reativo às políticas levadas a cabo pelos regimes fascistas e pela necessidade de reconstrução das economias europeias no pós-guerra.

Esse Estado Social seria o Estado da sociedade industrial. Nessa direção, do pós-guerra até 1960 houve melhorias nas condições de vida para os trabalhadores e a população nos países centrais do desenvolvimento capitalista. É importante ressaltar que tanto Portugal como a Europa do Sul não chegaram a constituir pleno Estado Providência, sendo considerável o atraso de Portugal em relação à União Europeia na adoção de políticas sociais consequentes face às necessidades sociais da população.

Cabe ainda destacar que o modelo keynesiano, conjunto de contribuições teóricas de J. M. Keynes, no âmbito da economia e da intervenção do Estado, ao propor a necessidade de crescimento econômico e a extensão de um maior bem-estar para a população, foi fundamental para equilibrar a economia europeia do pós-guerra.

De acordo com Hobsbawm (1996, p. 267), isso repercutiu nas propostas dos partidos socialistas e nos movimentos trabalhistas, que “enquadraram-se prontamente no novo capitalismo reformado, porque para fins práticos não tinham política econômica própria, a não ser, os comunistas, cuja política consistia em adquirir poder e depois seguir o modelo da URSS”. Nesse período, a esquerda concentrava-se em “melhorar as condições de seus eleitorados operários e em reformas sociais para esse fim [...] um capita-

lismo reformado, que reconhecesse a importância da classe trabalhadora e das aspirações socialdemocratas, lhes parecia bastante adequado” (HOBBSBAWM, 1996, p. 267). O autor conclui que “o clima da década de prosperidade [pós-guerra, anos 1950] era contra a esquerda. Não era tempo de mudança” (HOBBSBAWM, 1996, p. 278).

Contudo, na década de 1960, “o centro de gravidade mudou para a esquerda” e “os partidos políticos de esquerda alcançam o auge” (HOBBSBAWM, 1996, p. 278). Esse é o período da crise do modelo de produção fordista/keynesiano, base material do Estado de Bem-Estar Social europeu, com “60% de orçamentos vinculados à seguridade social” (HOBBSBAWM, 1996, p. 279). O aumento da demanda por consumo, por parte da classe trabalhadora, “afeta a disputa por salários mais altos e por reajustes constantes” (HOBBSBAWM, 1996, p. 279), com expectativa de continuidade do pleno emprego. A inflação contínua é um problema acentuado pela “explosão mundial de salários” no fim da década de 1960 (HOBBSBAWM, 1996, p. 279). O “estado de “espírito” é de luta e enfrentamento [rebeliões]” (HOBBSBAWM, 1996, p. 279).

Os movimentos expressam expectativas para manter e ampliar o acesso aos bens produzidos, assim como a disposição para resistir aos ataques ao Estado de Bem-Estar Social e para manter a seguridade social alcançada. Os movimentos contestatórios do período em análise (1960 a 1980) vinculam-se, com suas particularidades, a esses processos.

Nesse sentido, a industrialização implicou no aumento do número de trabalhadores, tendência que se reverte a partir de 1980. O desenvolvimento tecnológico e a expansão econômica impactaram na demanda por novos profissionais e por qualificação técnica. Hobsbawm (1996) analisa a “revolução social” ocorrida neste período, que envolveu a “morte do campesinato”, a expansão do ensino superior, o protagonismo da juventude e das mulheres. Conforme referimos, destacam-se, na década de 1960, os eventos que ficaram conhecidos como “maio de 1968”, protagonizados pelos jovens estudantes em diferentes países.

Segundo Hobsbawm (1996, p. 432), há uma “aproximação da geração estudantil rebelde” aos “inspiradores da revolução radical e total transformação social”, “Marx, os ícones não stalinistas da Revolução de Outubro e Mao”. O marxismo “atraía grande número de intelectuais (desde o período antifascista)”, mas um tipo próprio de marxismo, “voltado para o seminário e para a academia”, elaborado na sala de aula e não pela experiência de trabalho. Para ele, “a revolta estudantil de fins da década de 1960 foi a última arremetida da velha revolução mundial”. Desse modo, “foi revolucionária tanto no antigo sentido utópico de buscar uma inversão permanente de valores, uma sociedade nova e perfeita, quanto no sentido operacional de procurar realizá-la pela ação nas ruas e barricadas, pela bomba e pela emboscada na montanha” (HOBBSBAWM, 1996, p. 434).

Nos EUA, tais movimentos tiveram a participação de grande número de intelectuais, e “muitos foram recrutados para a profissão acadêmica” (HOBBSAWM, 1996, p. 434). Ainda nos EUA, embora na condição de potência hegemônica, há um conjunto de lutas internas que expressam as contradições sociais próprias desta sociedade, como a contestação da participação do país na Guerra do Vietnã e o Movimento pelos Direitos Civis dos Negros, do qual é emblemática a manifestação liderada por Martin Luther King em Washington, com mais de 200 mil pessoas, em 28 de agosto de 1963.

No contexto europeu, a insatisfação da juventude estudantil encontra ressonância junto ao movimento sindical, desencadeando um conjunto de greves e reivindicações dos trabalhadores. A contestação estudantil também envolve demandas democráticas, no âmbito da formação acadêmica na relação entre alunos e professores (EIRAS, 2006). Os movimentos também se expressam no campo da adesão às lutas pela descolonização, empreendida pelos países submetidos aos domínios de França, Portugal, Inglaterra.

Na Espanha e em Portugal predominam ditaduras durante esse período. Nesses países, manifesta-se um conjunto de movimentos que enfrentam o regime ditatorial. Em Portugal, observa-se o protagonismo do operariado e sua organização no Partido Comunista (NETTO, 1986) como um elemento importante no processo da “Revolução dos Cravos” e do fim da Ditadura Salazarista.

Desse modo, o período analisado abarcou um conjunto de movimentos políticos, sociais e culturais diferenciados, com a presença ou não das organizações dos trabalhadores, como sindicatos e partidos, aqui designados como “movimentos contestatórios”. Houve convergência para os movimentos de esquerda, como indica Hobsbawm, mas sua caracterização foi diferente em relação aos processos sociais que originaram as posições políticas de esquerda na Europa do século XIX.

Assim, em face dessa diversidade e dado o caráter inicial desta pesquisa, utilizamos a denominação genérica “movimentos contestatórios” e vamos indicá-los, a seguir, considerando a relação do Serviço Social com tais movimentos, em cada país.

2. Movimentos contestatórios e Serviço Social

Nossa hipótese é a de que, concomitante ao MRLA, o Serviço Social em Portugal, Espanha, Canadá e EUA construiu proposições críticas ao Serviço Social tradicional, apresentando, inclusive, algum posicionamento ético-político de caráter socialista com horizonte emancipatório. Por que escolhemos esses países?

O Serviço Social latino-americano teve influência do Serviço Social norte-americano. A política econômica norte-americana envolveu a América

Latina, principalmente no período Pós-Segunda Guerra Mundial, pela estratégia desenvolvimentista e, posteriormente, pelo apoio da CIA aos golpes civis-militares realizados em vários países. Como apresentamos na introdução, um dos pontos de convergência do MRLA foi o “anti-imperialismo”, presente nas lutas sociais empreendidas neste continente. Desse modo, o Serviço Social norte-americano e os EUA são centrais para a nossa pesquisa.

A relação entre Portugal e Espanha e a América Latina é inerente à formação latino-americana. Mas, no que tange ao Serviço Social, essa relação não se expressou de modo central, embora a influência francobelga tenha sido um elemento comum na origem da profissão. No período analisado (1960-1980), houve uma aproximação entre o MRLA e a Europa ibera. O que destacamos nesse processo foi o fato de Portugal e Espanha estarem sob o regime de ditaduras, assim como outros países da América Latina, ainda que com características diferentes. Há, também, uma interlocução sociocultural, promovida pela proximidade linguística, e um trânsito de apoio e solidariedade entre profissionais perseguidos e exilados face aos regimes autocráticos, que aproximou o Serviço Social nesse período na interlocução entre esses países.

A escolha do Canadá também está vinculada a essa interlocução no período analisado e à emergência de referências críticas significativas, em diálogo com as construções do Serviço Social chileno, na década de 1970. Até o momento, pelos dados que estamos analisando, tal interlocução restringe-se a Quebec.

A seguir, apresentamos um breve estado da arte dos movimentos críticos ao Serviço Social tradicional nesses países e suas vinculações aos processos sociais em desenvolvimento no período.

2.1 EUA e Canadá

David Wagner (1991) afirma que nos EUA houve dois grandes períodos de movimentos radicais, repercutindo no chamado “Serviço Social radical” (SSR)⁴. O primeiro ocorreu entre 1930 e 1940⁵ e o segundo nos anos de 1960, chegando a 1980. Para ele (WAGNER, 1991, p. 82), o ponto alto desse movimento ocorreu entre 1974-1979, resultado do “severo declínio econômico de 1973”, com sérias implicações para os assistentes sociais. Para o autor, o termo “radical” caracteriza os assistentes sociais que se unem em organizações e/ou explicitam seu apoio às causas de esquerda (WAGNER, 1991, p. 97). Ele explica que o SSR não está necessariamente

⁴ Para Wagner (1991), as referências principais do SSR são: Frances Fox Piven e Richard Cloward, Jeffrey Galper (traduzido no Brasil), Roy Bailey e Mike Brake, autores adeptos do SSR.

⁵ Entre 1929 e 1942, um grupo minoritário de assistentes sociais, conhecido como Rank and File, questionou os valores do sistema socioeconômico americano, aliando-se aos movimentos dos trabalhadores. Criticavam o plano governamental “New Deal”, considerando que este não ajudava a sociedade, mas sim a indústria e a agricultura.

atrelado a uma teoria e indica a existência de várias organizações de assistentes sociais radicais durante os anos 1970 e 1980, quais sejam: Radical Alliance of Social Service Workers (RASSW) e Social Workers Action for Welfare Rights (SWAWR), ambas situadas em Nova York; Union of Radical Human Service Workers (URHSW) e Coalition for Basic Human Needs (CBHN), situadas em Boston. Igualmente, havia grupos de Serviços Sociais radicais, como o grupo nacional Bertha Capen Reynolds Society (BCRS). Importante também, neste período, foi a criação da *Revista Catalyst: A Socialist Journal of the Social Work Today*, em 1976, cujo objetivo era ser “uma voz consistente de esquerda no Serviço Social e ajudar a unir radicais do campo” (WAGNER, 1991, p. 82), atingindo, segundo este, milhares de pessoas. Wagner (1991) indica que, nesse período, realizavam encontros entre radicais que aglutinavam até 300 pessoas, em Nova York. Além disso, grupos menores se reuniam em Wisconsin, Boston, New Haven, Connecticut, Chicago e Philadelphia.

Wagner (1991) caracteriza os assistentes sociais radicais dos anos 1960 como aqueles que faziam a autocrítica ao se considerarem “privilegiados” e “opressores dos pobres”, dos negros e de grupos do “Terceiro Mundo”. Estavam interessados em utilizar suas posições dentro dos serviços sociais para promover causas políticas mais amplas, com permeabilidade ao pensamento marxista e socialista, contribuindo para que se percebessem como classe trabalhadora. O Serviço Social se apresentava como uma profissão identificada com o “cliente⁶” e também como uma organização política.

Ferguson (2011, 2016), Healy (2000) e Mullaly (1998) ratificam a existência da tradição “radical” nos EUA. Indicam alguns elementos que influenciaram no SSR, na década de 1970: Sociologia, que crescia, nesse período, como disciplina acadêmica; o Movimento Settlement (movimento de assentamento comunitário dos prestadores de ajuda); a emergência do Serviço Social radical no Reino Unido, Canadá e Austrália; o Movimento de Reconceituação Latino-Americano (MRLA); os movimentos de resistência à época, tais como contra a guerra do Vietnã, o movimento dos direitos civis dos negros e a frente de liberação dos homossexuais. Segundo Ferguson (2011), esses movimentos foram influenciados pelo movimento mundial estudantil, primordial na “Primavera de Praga”, em 1968, e no reinício do movimento dos trabalhadores franceses, desembocando na maior greve geral da história (Paris, 1968). O SSR também foi influenciado por ativistas socialistas e feministas anteriores à década de 1970, quando esses movimentos tinham uma preocupação para além do alívio imediato das privações sociais, visando, também, a mudanças estruturais e econômicas.

Galper (1980) argumenta que o interesse em associar ideias radicais com a teoria e a prática do Serviço Social cresce no contexto das dificul-

⁶ Utilizaremos o termo cliente, entre aspas, significando que foi usado pelo autor de referência.

dades geradas nos países capitalistas ocidentais e seus rebatimentos nos profissionais e nos “clientes” da assistência pública, acentuando a descrença nas reformas no capitalismo. Healy (2000) também indica a existência de “Teorias Práticas Críticas”, que emergiram em uma conjuntura de massiva agitação social e econômica que acompanha o abandono em grande escala do Estado de Bem-Estar Social. Isso significa o desaparecimento das certezas sobre a oferta básica de serviços sociais, agravada pela linguagem do “gerencialismo” sobre o “bem-estar” introduzidos na década de 1970.

De acordo com Maycon Payne (1995, p. 258), o SSR surge como crítica ao trabalho social “tradicional (psicodinâmica)” e a outras teorias que se sustentam em explicações psicológicas dos problemas sociais, bem como crítica às teorias funcionalistas e ao sistema de serviço de assistência à classe trabalhadora naquele período histórico. Mullaly (1998), por sua vez, afirma que o SSR critica o Serviço Social tradicional pelo fato de este patologizar a opressão da população, oferecendo explicações individualistas para os problemas sociais.

Para Mullaly (1998), os assistentes sociais radicais reconhecem a conexão entre preocupações privadas e debates públicos. Há aqueles que consideram a conscientização pessoal como precedente à mudança política e se esforçam para a conscientização das pessoas acerca de suas formas de desigualdade, limites, opressão etc. Para esses, Paulo Freire é um teórico relevante.

Já os que concebem a realidade social objetivamente esforçam-se pela mudança das condições materiais e dos modelos estruturais dentro das linhas socialistas. Para eles, o conhecimento e a realidade social são externos ao indivíduo. A realidade social é composta por estruturas concretas e tem um impacto determinista no desenvolvimento individual. Organizam, mobilizam os “clientes” dos serviços, sindicatos e outros grupos ativistas para a transformação social.

Para o autor, essas duas abordagens apresentam uma falsa dicotomia. De acordo com ele, na perspectiva dialética, os indivíduos não são só objeto da ordem social, mas também sujeitos capazes de se mover além dela. Assim, o Trabalho Social estrutural incorporaria ambas as teses da tradição radical na sua base teórica.

Payne (1995) assinala as formas de atuação do SSR, através da ação coletiva “devendo o profissional se unir às instituições da classe trabalhadora, sobretudo aos sindicatos, bem como participar de ações políticas e atividades comunitárias, descentralizando e democratizando o trabalho de equipe. O trabalho individual com “clientes” é muito importante na direção de fazer com que eles compreendam as opressões da classe dominante, distinguindo as necessidades materiais das necessidades pessoais, evitando a individualização e a culpabilização dos “clientes” por seus problemas sociais. Destaca a perspectiva radical baseada nos trabalhos do brasileiro Paulo Freire, considerando essa vertente “particularmente

importante”. Afirmar que essa concepção defende que a luta pela sobrevivência somente se consegue mediante uma mudança revolucionária. Ele afirma que essa “filosofia conduziu a uma ‘reconceitualização’ do trabalho social da América Latina” (PAYNE, 1995, p. 262).

Galper (1980, p. 28) concebe o SSR como “aquele que contribui para a construção de um movimento de transformação para o socialismo pelo seu próprio esforço e utilizando-se de sua prestação de serviços. [...] É um Serviço Social socialista”. Considera que o “conceito-chave do modo socialista de análise inclui a análise materialista e dialética que se encontra na metodologia marxista” (GALPER, 1980, p. 29). Ele chama atenção para o fato de que os assistentes sociais radicais são “radicais e assistentes sociais” ao mesmo tempo, ou seja, possuem compromisso político socialista e sua categoria profissional é a de assistente social. Ele critica a postura reformista e chama atenção para não se confundir estas com o SSR, afirmando que “devemos trabalhar a pequenos passos [...]. Devemos, porém, agir de modo a impedir o beco sem saída do reformismo, e construir rumo a uma transformação fundamental” (GALPER, 1995, p. 32).

Em relação ao Canadá – até o presente momento –, identificamos que a crítica ao Serviço Social tradicional se restringiu à Província de Quebec, isto é, ao Canadá francês. Hill e Serwatowski (1972) afirmam que essa região é uma espécie de “Latino-América desarrollada”. Eles declaram que, assim como os profissionais da América Latina questionaram os valores recebidos dos EUA, isto também aconteceu no Quebec. Para eles, os profissionais trabalhadores sociais (TSP) nesta província possuem um bom *status*, sendo reconhecidos e aceitos pela comunidade, “clientela” e outros profissionais, quando em equipes interdisciplinares. Além disso, possuem boa formação profissional, com bons salários, e exercem cargo de direção em todos os departamentos de Serviço Social, escolas e agências privadas.

Rondeau e Commelin (2007) afirmam que foi nos anos de 1950 que o Serviço Social, no Canadá, se emancipa da influência religiosa, tendendo à ruptura com o confessionalismo e com a caridade organizada, passando a se ver como profissão e não como vocação. É daí que surgem as premissas para o Serviço Social quebequense francófono. Mais tarde, em 1960 – no princípio da “Revolução Tranquila” – há um desenvolvimento nos serviços sociais.

Para Hill e Serwatowski (1972), os acontecimentos de outubro de 1970 marcam uma nova etapa na história de Quebec e os assistentes sociais são influenciados por essas mudanças, o que se reflete no Serviço Social. Destacam-se duas concepções: aqueles profissionais influenciados pela psiquiatria, colocando-se como agentes do sistema, seguindo a adaptação do indivíduo ao sistema; já o outro grupo, crescente neste período, deseja as mudanças sociais, e afirma: “Si queremos comprometer-nos a fondo com los câmbios sociales de nuestro tiempo, si queremos ser agentes activos del cambio, no podemos evitar tomar posición como colectividad profesioanl

frente a los problemas sociales y económicos de La hora” (MELVYN apud HILL; SERWATOWSKI, 1972, p. 55).

É necessário destacar a grande influência do assistente social brasileiro, um dos protagonistas do MRLA, Vicente de Paula Faleiros, no Serviço Social em Quebec neste marco histórico.

2.2 Portugal e Espanha⁷

Os países da Península Ibérica possuem um passado glorioso em relação às “grandes navegações” e ao contato com o Continente Americano. Portugal, até meados da década de 1970, manteve colônias em países da África. Mas, no século XX, a inserção desses países na conjuntura econômica europeia ocorre de modo subordinado, em relação aos países capitalistas desenvolvidos. Conforme Hobsbawm (1996, p. 237), a Comunidade Europeia, formada em 1957 (como uma resposta “antissoviética” e como “contraponto” aos EUA), envolvia França, República Federal da Alemanha, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. Apenas em 1986 Portugal e Espanha passam a se inserir nesse grupo.

Em Portugal, na passagem dos anos 1960 para 1970 ao derrube da ditadura, em 1974, há um processo de questionamento da neutralidade da profissão, do exercício profissional em projetos de desenvolvimento comunitário, associados ao desenvolvimentismo e à questão colonial, num contexto de resistência à ditadura e ao Serviço Social tradicional (MARTINS, 2002; 2010). Contribuem para tal o processo de politização e o envolvimento de assistentes sociais no movimento pela liberdade sindical, distanciando-se da legitimidade atribuída pela Ditadura Salazarista e fazendo a aproximação às correntes do pensamento crítico pelo diálogo entre o cristianismo e o marxismo, a pedagogia de Paulo Freire, a *Revista Debates Sociais* (CBCISS) e as produções que chegam do MRLA (SANTOS apud EIRAS; SANTOS, 2017).

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974, tendências do MRLA, provenientes sobretudo da Argentina, Chile e Brasil, fazem-se sentir na formação. Profissionais e estudantes não aceitam ser chamados de assistentes sociais, associados à assistência e à ditadura, identificando-se como trabalhadores sociais, na condição de assalariados no mercado de trabalho (SANTOS e MARTINS, 2016).

Reis e Maurício (2005, p. 257) encontram um “certo paralelismo” entre as mudanças postas pela Revolução de Abril e a “conjuntura revolucionária” política da América Latina. No que se refere à formação, ressaltam o impacto da Reconceituação nas escolas através do uso corrente de biblio-

⁷ Neste mesmo volume, há um artigo intitulado *Trabajo Social en la realidad española en los años 60-80: a la búsqueda de autodefinición y reconocimiento profesional*, que se dedica à análise deste período na Espanha.

grafias de autores latino-americanos vinculados ao MRLA, bem como na utilização de teóricos como Marx e Engels. Assiste-se a um aprofundamento da teorização do Serviço Social e a uma maior articulação entre teoria e prática.

Quanto às organizações profissionais, as autoras destacam a ação desenvolvida pelo sindicato de profissionais de Serviço Social (criado em 1950) e pela Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS “ 1977). Para elas, essas instituições contribuíram muito com a divulgação do MRLA no Serviço Social em Portugal. Destacam-se a realização de cursos e eventos que tiveram como participantes alguns protagonistas do MRLA, como Herman Kruse, José Paulo Netto e Natalio Kisnerman. Houve acesso a editoras estrangeiras, possibilitando conhecer obras publicadas na América Latina, sendo criada a publicação *Cadernos*, com influência de Herman Kruse, Juan Martínez, Ander Egg, José Paulo Netto e Vicente de Paula Faleiros.

Martins (2002, p. 10) indica os traços principais do chamado Serviço Social crítico: o processo de politização dos assistentes sociais por diferentes vias, refletindo na ação profissional; existência de práticas de resistência isolada, como alternativas ao Serviço Social tradicional e à ditadura; recusa da neutralidade da profissão; comprometimento com os interesses das populações com quem trabalhavam; estratégias de práticas de consciencialização social e de emancipação; orientação para a mudança social e para a transformação dos processos e das estruturas que perpetuam a dominação e a exploração. Entretanto, essa tendência crítica foi restrita a um pequeno grupo de assistentes sociais portuguesas.

A bibliografia espanhola também indica a presença da crítica ao Serviço Social tradicional, no contexto de efervescência política e cultural, face à ditadura franquista. Sarasa (apud FEU, 2005, p. 178) indica que, ao final da ditadura, existiam dois modelos de Serviço Social: um oficial e um oficioso. O “oficial” possuía cariz humanista, individualista e assistencialista; o “oficioso” priorizava critérios de justiça social e era ligado ao ativismo político. O primeiro centrava seu trabalho nas próprias instituições, com atribuições reacionárias, e o segundo, no trabalho em comunidades dos bairros, assumindo-se como “agente de mudança”.

Montserrat Feu (2005) afirma que o MRLA teve forte influência na Espanha, à qual se somou: a presença do italiano Marco Marchioni para dirigir um projeto de desenvolvimento comunitário de âmbito nacional; a obra de Paulo Freire; a teologia da libertação, de origem latino-americana; e o movimento europeu da “antipsiquiatria”. A autora indica três aspectos de influência do MRLA: o assistente social como “agente de mudança”; o termo “conscientizar” a população; a necessidade de repensar a metodologia e a técnica do trabalho social (FEU, 2005, p. 183). Para ela, tais concepções se fundamentavam nas correntes sociológicas críticas e na finalidade de alcançar uma sociedade mais justa, sustentada em conteúdos ideológicos das teorias marxistas e revolucionárias do período.

Considerações finais

Podemos afirmar, pelo exposto, que os movimentos contestatórios aos quais se vincula o Serviço Social nos diferentes países são expressões das mudanças societárias e conjunturais, solo das manifestações e lutas sociais desse período. Verifica-se o envolvimento de grupos de assistentes sociais com os movimentos dos trabalhadores (sindicatos e partidos) e com os movimentos de enfrentamento com o Estado, na luta pelos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, na perspectiva de continuidade dos avanços ou mesmo de superação da sociedade capitalista. Além disso, também na defesa ou na resistência ao dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Observa-se a organização dos assistentes sociais em associações ou sindicatos, também presente nesses processos.

Nos países analisados, há expressões críticas ao Serviço Social tradicional. Há também vínculo entre as expressões críticas e os movimentos contestatórios. Ou seja, as expressões críticas são potencializadas e mesmo enraizadas nos movimentos do período, o que se explicita diretamente na defesa dos interesses da população ou dos “clientes” atendidos pelos serviços sociais, bem como na compreensão de que essa defesa inclui a necessidade de alterações estruturais, de mudanças sociais, que supõem a ação na realidade social como requisito da ação profissional crítica. Interessa aos profissionais atuar no processo de consciência social, junto aos “clientes” e à população ou ao público-alvo dos serviços.

Tal conteúdo é convergente com o posicionamento dos assistentes sociais no MRLA. Ainda que não seja possível afirmar a interlocução entre tais posições e o MRLA em todos os países, nos EUA houve referência direta ao movimento e à sua produção; em Portugal e Espanha, com certeza houve interlocução bibliográfica e intercâmbio entre protagonistas desse movimento. Já no Canadá, ainda precisamos avançar na análise da bibliografia, mas podemos atestar, pelas entrevistas realizadas, que houve interlocução entre profissionais que contribuíram com a construção de referências críticas em Quebec.

No Serviço Social, os movimentos sociais, culturais, políticos e econômicos se expressam em críticas a um Serviço Social tradicional e/ou ao sistema capitalista como um todo. Essa postura crítica traduz-se no denominado Serviço Social crítico e no denominado Serviço Social radical, variando de acordo com o país.

No Serviço Social crítico e/ou radical, há recorrência ao marxismo. Mas, como apresentamos, existem compreensões diferentes e não houve, em qualquer um dos países, a configuração de uma hegemonia profissional referenciada na perspectiva marxista.

Observamos alguma semelhança entre o MRLA e o Serviço Social crítico e/ou radical nos quatro países. Essa constatação nos faz refletir acerca dos diferentes processos sociais e de conteúdos neles presentes, que nos

aproximam, com possibilidade de convergências. Por essa razão, talvez possamos, na atualidade, reencontrar os caminhos trilhados, fortalecendo-nos mutuamente na construção de estratégias progressistas e emancipatórias, nas circunstâncias que se colocam neste momento e que nos desafiam em nível mundial.

Por outro lado, o Serviço Social brasileiro, ao consolidar a ruptura com suas bases tradicionais no decorrer da década de 1980, constitui uma singularidade, havendo o avanço da perspectiva crítica e a construção hegemônica de um projeto profissional crítico de âmbito nacional. Posição talvez que nos confira alguma responsabilidade em contribuir com os assistentes sociais que se propõem à construção de referências críticas na profissão nos diferentes países.

Referências

- ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano – a 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- EIRAS, A. A. L. T. S. *Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas*. Tese (Doutorado) – Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; SANTOS, C. M. *Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais: os movimentos contestatários no Serviço Social europeu e norte-americano no período de 1960 a 1980*. In: XIII CONGRESO ESTATAL E I IBEROAMERICANO DE TRABAJO SOCIAL. Mérida/Espanha, out. 2017.
- FALEIROS, V. P. Reconceptualización del trabajo social en Brasil: una cuestión en movimiento? In: ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano – a 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- FEU, M. La construcción del trabajo social en España. Influencias de la Reconceptualización. In: ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano – a 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.
- FERGUNSON, I. Um outro Serviço Social é possível! – reivindicando a tradição radical. *Revista Em Pauta*, v. 9, n. 27, jul. 2011.
- _____. A esperança acima do medo: o ensino do Serviço Social rumo a 2025. In: MARTINS, A. et al. *Serviço Social Portugal-Brasil*. Formação e exercício em tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.
- GALPER, G. *Política social e trabalho social*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- HILL, R; SERWATOWSKI, W. Servicio Social en una América Latina desarrollada? Aspectos profesionales en el Canadá francés. *Revista Selecciones de Servicio Social*, n. 16, 1972.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- IAMAMOTO, M. V. et al. *Projeto de pesquisa. O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*, 2016.
- HEALY, K. *Trabalho social: perspectivas contemporâneas*. Galiza: Morata/Fundación Paidéia, 2000.
- MARTINS, A. *Serviço Social crítico em tempos de ditadura em Portugal*. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, Aveiro/Portugal, 23 e 24 de maio, 2002.
- _____. *Gênese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Lisboa: Porgress, 2010.

MARTINS, A.; SANTOS, C. M. Tendências “críticas” na formação do assistente social em Portugal. In: *Serviço Social Portugal-Brasil*. Formação e exercício em tempos de crise. Campinas: Papel Social, 2016.

MOLJO, C. B. *Trabajadores sociales en la historia*. Una perspectiva transformadora. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

MULLALY, R. *Structural Social Work*. Toronto, Ontario: McClelland, 1998.

REIS, M. H.; MAURÍCIO, C. S. Aportaciones para uma reflexión em torno al Movimiento de Reconceptualización del Servicio Social em el marco português. In: ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano – a 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

RONDEAU, G.; COMMELIN, D. La profesión de trabajador social em Quebec. In: DESLAURIERS, J. P.; HURTUBISE, Y. *El trabajo social internacional*. Elementos de comparación. Buenos Aires, Lumen Grupo Editorial, 2007.

NETTO, J. P. *Portugal do fascismo à revolução*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

PAYNE, M. *Teorías contemporáneas del trabajo social*. Una introducción crítica. Barcelona, Buenos Aires, México: Ediciones Paidós, 1995.

WAGNER, D. Movimentos radicais nos serviços sociais: uma base teórica. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 35, 1991.

DOI: 10.12957/rep.2017.32744

Recebido em 15 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 13 de outubro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Serviço Social em Portugal no fascismo: oposição, resistência e ação sindical*

Social Work in Portugal during fascism: opposition, resistance and union action

Alcina Martins**

Resumo – Partilha-se a concepção de que o Serviço Social, enquanto profissão, é indissociável do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, não se constituindo num bloco homogêneo. Na senda de Netto, os projectos societários em disputa pela manutenção ou transformação das estruturas sociais vigentes têm expressão nos projectos profissionais. Desse modo, com este trabalho procura-se contribuir para a análise da construção do Serviço Social em Portugal, apreendendo o significado atribuído pelo fascismo à profissão no processo de institucionalização, de 1930 a 1950. Pretende-se também identificar assistentes sociais¹ que se foram envolvendo em movimentos de oposição e resistência ao regime e perceber como, nos anos 1960 e 1970, a profissão se foi distanciando do significado inicialmente atribuído, a partir da organização sindical corporativista.

Palavras-chave: fascismo; Portugal; oposição; resistência; Serviço Social; distanciamento; ação sindical; assistentes sociais.

Abstract – The concept of social work as a profession is inseparable from the development of capitalist social relations, and does not constitute a homogeneous bloc. According to Netto, the corporate projects in dispute for the maintenance or transformation of the existing social structures are expressed in professional projects. In this way, this work seeks to contribute to the analysis of the construction of social work in Portugal, grasping the meaning attributed by fascism to the profession in the process of institutionalization, from 1930 to 1950. It is also intended to identify social workers² who have been involved in movements of opposition and resis-

*Comunicação apresentada na Mesa *Brasil e Portugal: regimes autocrático-burgueses e lutas sociais (1960-1980)*, no âmbito do Simpósio «Crise do capital e conflitos de classe no contexto mundial latino-americano (1960-1980)», realizado na Universidade Juiz de Fora, a 3 de novembro de 2016. Evento organizado e promovido pelo Grupo de Pesquisa “O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”. (1960-1980), coordenado pelas professoras Marilda V. Iamamoto (UERJ) e Cláudia Mônica dos Santos (UFJF) que integraram a comissão organizadora com a professora Alexandra Aparecida Eiras (UFJF), a quem renovo os meus agradecimentos pelo convite que me dirigiram.

** Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora associada e coordenadora do mestrado em Serviço Social do Instituto Superior Miguel Torga – Coimbra, Portugal. *Correspondência:* Instituto Superior Miguel Torga. Largo da Cruz de Celas, 1. 3000-132 Coimbra, Portugal. *Email:* <alcina55martins@gmail.com>.

¹ Entrevistas realizadas pela autora a: Maria Eugénia Varela Gomes (26 de junho de 2000), Maria Gabriela Figueiredo Ferreira (15 e 22 de janeiro de 2001) e Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila (20 de junho de 2000).

² Interviews conducted by the author to: Maria Eugénia Varela Gomes (June 26, 2000), Maria Gabriela Figueiredo Ferreira (January 15 and 22, 2001) and Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila (June 20, 2000).

tance to the regime and to perceive how, in the 1960s and 1970s, the profession was distanced of the initially attributed meaning, from the corporatist trade union organization.

Keywords: fascism in Portugal; opposition; resistance; social work; distancing; union action; social workers.

Introdução

Com este artigo procura-se contribuir para a análise da construção do Serviço Social em Portugal, apreendendo o significado atribuído pelo fascismo à profissão no processo de institucionalização, nos anos de 1930 a 1950. Pretende-se também identificar os assistentes sociais que se foram envolvendo em movimentos de oposição e resistência ao regime e, nos anos 1960 e 1970, como a profissão se foi distanciando do significado inicialmente atribuído a ela, a partir da organização sindical corporativista, tendo em vista que se partilha a concepção de que o Serviço Social, enquanto profissão, é indissociável do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, não se constituindo num bloco homogêneo.

O artigo está estruturado em três pontos: no primeiro, faz-se uma abordagem do processo histórico, um breve apontamento quanto à natureza do regime em Portugal, que se autodenominou “Estado Novo”, e a sua durabilidade, a mais longa ditadura da Europa. Segue-se uma referência aos últimos anos do fascismo, liderado por António Oliveira Salazar (1928-1968) e por Marcelo Caetano (1968-1974), anos de crise e declínio, de alargamento e de radicalização da oposição e resistência antifascista.

No terceiro ponto analisa-se como o regime concebeu o Serviço Social como uma finalidade da política social corporativa e as assistentes sociais como “cooperadoras da revolução nacional”, além do modo como elas se foram distanciando, opondo e resistindo a tal entendimento. Para tanto, identifica-se a participação de assistentes sociais na oposição católica, as primeiras presas políticas, passando pelo envolvimento na oposição democrática, nos movimentos anticoloniais, até à ação sindical se constituir num campo de luta política para o Serviço Social.

O fascismo e o corporativismo em Portugal

Parte-se do entendimento de Fernando Rosas (2012), para quem o salazarismo constitui uma “modalidade específica” do fascismo, que participa do movimento particular do período entre guerras, em que o autori-

tarismo procurou ser uma resposta política à industrialização, terceirização e urbanização, sendo uma tentativa de restauração da acumulação capitalista através da redução dos custos do trabalho.

Sendo o regime fascista português o que teve maior longevidade na Europa no século XX, Rosas (2012) analisa a longa duração do salazarismo como um fenômeno histórico em si, identificando cinco fatores estruturais da sua durabilidade: a violência (de tipo preventiva, intimidatória e desmobilizadora, e a de tipo repressiva, punitiva), o controle das Forças Armadas, a cumplicidade política e ideológica da hierarquia da Igreja Católica, a organização corporativa e o projeto totalitário do regime, com o “investimento totalitário no ‘homem novo’ salazarista” (ROSAS, 2012, p. 186-188). Nas palavras do autor:

O corporativismo é o fascismo enquanto regime. [...] participa da tarefa histórica nas economias periféricas: sujeitar o trabalho ao capital (dependendo das realidades nacionais, através de uma combinatória de violência, demagogia obreirista ou paternalismo social) e realizar a gestão autoritária e dirigista da economia no interesse da restauração da acumulação das classes dominantes e da perpetuação do seu domínio, erigindo essa «Nova Ordem» em ‘Interesse Nacional’. (ROSAS, 2012, p. 313).

O corporativismo como pilar desta ordem se traduzirá num instrumento prático central da eficácia do fascismo português, com uma

dupla função de, por um lado, ‘disciplinar’ o trabalho, permitindo, sobre a negação dos seus direitos e a redução dos seus custos salariais, elevadas taxas de acumulação; por outro lado, regular autoritariamente a economia, protegendo mercados, garantindo privilégios, regulando a concorrência, assegurando folgadas taxas de lucro e de auto financiamento. (ROSAS, 2012, p. 355).

Ao condenar o sindicalismo, cuja liberdade de associação e de expressão foi arduamente conquistada desde os anos 1870, que apesar das perseguições e condicionamentos era livre, o regime fascista põe termo, pela repressão, à hegemonia anarco-sindicalista do movimento operário sindical português, evidenciado a partir dos primeiros anos da implantação da I República (1910). Proíbe, ainda, a Confederação Geral do Trabalho (CGT), a União Anarquista Portuguesa e as greves, interdita os partidos políticos, nomeadamente o Partido Comunista Português (PCP), que entra na clandestinidade, persegue democratas e enceta uma dura repressão à insurreição dos trabalhadores da Marinha Grande (1934) (NETTO, 1986; HENRÍQUEZ, 2001).

Como refere Rosas (2012), quebrar a espinha do movimento operário sindical e politicamente organizado era um dos objetivos essenciais do projeto corporativo. A política social no salazarismo não terá lugar fora desse projeto, quer em relação à assistência, quer ao nível da previdência

social. O sistema de previdência social contempla algumas franjas de trabalhadores, mas a maioria não será abrangida (HENRÍQUEZ, 1998).

O regime contará com outro pilar, a saber, a cumplicidade política e ideológica da hierarquia da Igreja Católica. Segundo António Barreto (2000, p. 375),

[...] nunca a Igreja lhe faltou com o seu apoio explícito: na fundação do regime, na limitação das liberdades públicas, na criação da censura, no estabelecimento do sistema corporativo, na elaboração da Constituição, durante a guerra, no combate ao comunismo internacional, na resistência à descolonização e na condução da guerra colonial, sempre a Igreja partilhou com ele as principais decisões e os desígnios essenciais. Não era a Igreja que influenciava o poder, era Salazar que, em boa medida, a submetia.

Mas o Estado Novo não foi, em nenhum dos seus momentos, inelutável. A história da oposição e resistência antifascista, nas suas diferentes vertentes, é disso expressão.

Com a ascensão dos regimes fascistas e nazistas na Europa, dos anos 1930 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, tem lugar em Portugal: a derrota e a rendição do reviralhismo republicano, a resistência político-militar dos setores do republicanismo, que não tinham capitulado perante a ditadura militar e a consolidação do novo regime, o colapso do movimento libertário e a organização do PCP, que, após a reorganização de 1940/1943, constitui-se num forte partido clandestino, com influência nacional nas concentrações operárias, entre assalariados rurais do sul, junto da juventude estudantil e na intelectualidade (ROSAS, 2004).

Por outro lado, em 1945, é criado o Movimento de Unidade Democrática (MUD), ilegalizado passados três anos. Em 1949, o movimento apoia a candidatura da oposição do general Norton de Matos às eleições presidenciais. À derrota da oposição segue-se uma década de refluxo e desmobilização face ao anticomunismo reinante.

A “unidade”, em meio às diversas correntes oposicionistas, entre 1956 e 1968, será instável, quase sempre pontual, marcada por desconfianças. Além disso, os momentos unitários com expressão pública serão quase sempre hegemonizados política e ideologicamente pela oposição não comunista. A candidatura em 1958 do general Humberto Delgado às eleições presidenciais insere-se neste processo.

A resistência democrática consegue a mobilização e a participação popular em grandes manifestações, provocando um abalo ao regime. Diante da pergunta acerca de que posição tomaria perante Salazar, Delgado responde: “obviamente, demito-o”, o que foi uma declaração de guerra ao regime. Vítima da fraude eleitoral e de represálias pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), em 1959 Delgado pediu asilo político na Embaixada do Brasil, seguindo depois para o exílio na Argélia. Convencido de

que o regime não poderia ser derrubado pelos meios pacíficos, atrai chefias militares para um golpe de Estado, tomando de assalto, em 1962, o Quartel de Beja.

A oposição católica emerge durante a campanha. No rescaldo das eleições presidenciais de 1958, protesta contra a sua parcialidade, por favorecer o candidato do governo e pelo cercear da liberdade dos movimentos católicos. Diante desse contexto, o próprio Bispo do Porto passa a distanciar-se da identificação da Igreja com o regime.

Crise e declínio do regime: a oposição e a resistência

O rescaldo de 1958 e os primeiros anos de 1960 são de sobressalto para o regime: a fuga de Álvaro Cunhal e outros militantes do PCP, a prisão de Peniche (1960), o assalto ao paquete “Santa Maria” (1961) por Henrique Galvão, a tentativa de golpe palaciano de Botelho Moniz e a Crise Acadêmica de 1962, que marca a resistência estudantil e as jornadas de luta pelas oito horas de trabalho no Alentejo. Além disso, a união indiana ocupa os então territórios portugueses de Goa, Damão e Diu, pondo fim ao Estado Português na Índia; tem início a guerra colonial em Angola (1961), na Guiné (1963), e em Moçambique (1964), além do isolamento externo do governo português na ONU.

A partir dos anos 1960, o regime entrará em crise e declínio. Contribuem para tal “a guerra colonial e a crise económica – de que emergem, pela mediação da resistência democrática, o isolamento internacional e nacional do fascismo. [...] A luta da oposição democrática impede que o regime se recompusesse com uma alternativa de sobrevivência” (NETTO, 1986, p. 29, p. 35).

O marcelismo nos primeiros anos (1968-1970) esboça algumas medidas liberalizantes e uma relativa abertura política, a chamada “primavera marcelista”, mas que acaba por ser uma “renovação na continuidade” do salazarismo. A mudança cosmética de nomes da polícia política, do partido da União Nacional e das “províncias ultramarinas”, que passam a designar-se “estados”, não resolverá as questões com que o regime se vinha confrontando. A não resolução da questão da guerra colonial compromete a tentativa do regime de se autorreformular.

A estrutura social alterou-se. Se em 1960 a população ativa encontrava-se majoritariamente na agricultura (43%), em 1970 esse número diminui, em grande medida, devido à emigração. Mais de um milhão de portugueses foge à pobreza e às más condições de vida e de trabalho, à guerra e ao atraso do país. Cresce o número de trabalhadores nos setores secundário e terciário. Neste último, emergem novos profissionais, técnicos e funcionários públicos qualificados. As suas aspirações colidem “com os constrangimentos económicos, sociais e culturais da política do regime fas-

cista, e suas expectativas frustradas vão fazer com que boa parte deles afluja a fileiras da oposição democrática” (NETTO, 1986, p. 33).

O movimento sindical aproveitará a “abertura sindical” de 1969-1970 com a “abolição do sancionamento governamental dos dirigentes eleitos e, no plano da contratação colectiva, a consagração da obrigatoriedade de negociar e o consequente estabelecimento de mecanismos de resolução dos conflitos colectivos de trabalho” (BARRETO, 1990, p. 58; MARTINS, 2003). Este reforço da ação sindical faz-se também com os trabalhadores dos serviços. O movimento estudantil, alvo de forte repressão, e a recusa da mobilização dos jovens para a guerra, trazem novas configurações à resistência ao fascismo.

As ilusões frustradas da mudança de regime contribuem para a “radicalização decisiva das posições e da intervenção de todo o espectro das oposições ao regime, como instalarão uma agitação na oficialidade intermédia, cansada da guerra, que virá a ser fatal” (ROSAS, 2004, p. 117). A partir de 1970 surgem grupos marxistas-leninistas, maoístas e trotskistas, com intervenções no meio estudantil, colocando no centro da luta política a questão do colonialismo e a luta contra a guerra colonial. Neste processo de radicalização, o contexto internacional traz contribuições, com as revoltas estudantis na França, Alemanha e Itália, em 1968-1969, com a denúncia internacional da Guerra do Vietnã, com o diferendo nas relações sino-soviéticas, com a Revolução Cultural da China, com a invasão da Tchecoslováquia (1968) e com os movimentos de libertação nacional.

A oposição católica vem também a radicalizar-se. Os “católicos progressistas”, inspirados em leituras do Concílio do Vaticano II e da Teologia da Libertação, centram-se agora no combate social e político, criando vários núcleos clandestinos e de agitação anticolonialista. Publicações como *Direito à informação*, o Grupo de estudos e intercâmbios de documentos, informações e experiências (Gedoc), fazem a denúncia da guerra colonial e da colaboração da hierarquia da Igreja católica com o regime e com o conflito nas colônias. Alguns destes grupos chegam a dar apoio logístico a organizações de luta armada na fase final do regime.

Atentados bombistas são suscitados por várias organizações, como as Brigadas Revolucionárias, que lutavam contra as instalações da Nato na Fonte da Telha e instalações militares, desencadeando ações de propaganda com recurso a petardos e apoio à Vigília Anticolonial na Capela do Rato, com conexões aos católicos progressistas.

Para a radicalização política e bombista anticolonial contribuirá a conspiração dos oficiais, na frente da Guiné, que leva ao “movimento de capitães”. Inicialmente, contestam legislação contrária à progressão na carreira, mas vêm a transformar-se no Movimento das Forças Armadas, que derruba o regime no dia 25 de abril de 1974.

O corporativismo salazarista e marcelista deixará “um país atrasado, com o menor rendimento por habitante da Europa, a maior taxa de

analfabetismo, a pior cobertura do sistema de saúde ou de segurança social e a maior concentração de população na agricultura” (LOUÇÃ; LOPES; COSTA, 2014, p. 21). Por outras palavras, “uma ditadura paralisada, uma guerra sem solução, uma economia em crise. Metade da riqueza nacional estaria nas mãos de dez famílias, donas das 168 maiores empresas” (COSTA et al., 2010, p. 250).

Ora, é o Movimento das Forças Armadas que vai fazer depor o governo. Juntamente com o povo, encham as ruas de Lisboa e do país, colocando cravos nas armas dos soldados. Desse modo, transformam o golpe militar num processo revolucionário, a denominada Revolução dos Cravos. Na voz do poeta Ary dos Santos, “ninguém mais cerra as portas que Abril abriu!”.

O processo revolucionário faz a ruptura com a ditadura, de modo que são libertados os presos políticos, pondo termo à censura, à polícia política e às estruturas da ditadura, mudando radicalmente a sociedade portuguesa. Terminam treze anos da guerra colonial, as colônias africanas tornam-se independentes, bancos são nacionalizados e a reforma agrária tem lugar no Alentejo. Agora, as lutas são pelo trabalho para todos, pelo aumento dos salários e pelo direito à segurança social, habitação, saúde e educação (VARELA, 2014).

Significado atribuído ao Serviço Social e o distanciamento, oposição e resistência de assistentes sociais

O regime, ao equacionar uma resposta corporativista à questão social de feição caritativa, assistencial e de previdência social, vai configurar o Serviço Social como um agente dessa construção, ao serviço da ação de propaganda e doutrinação dos valores do “Estado Novo”. Assim, contribui para neutralizar tentativas de agitação social ou revolta, por parte dos trabalhadores e dos mais pobres (MARTINS, 2009).

É no 1º Congresso do Partido Único, a União Nacional (1934), que é proposta a criação de escolas de Serviço Social. Em 1935, o Patriarcado de Lisboa, por intermédio de uma associação de beneficência, a Associação de Serviço Social, cria o Instituto de Serviço Social em Lisboa (ISSL). Em 1937, um organismo de administração pública de âmbito regional, a Junta da Província da Beira Litoral, cria, em Coimbra, a Escola Normal Social, com a mediação de uma congregação, as Franciscanas Missionárias de Maria. Esta escola designa-se atualmente como Instituto Superior Miguel Torga.

O Estado vem, em 1939, a oficializar estas escolas, estabelecendo os princípios gerais de orientação a que hão-de submeter-se. É concedido o diploma do curso e o título de assistente de Serviço Social ao plano geral de estudos aprovados, “tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas

cooperadoras da Revolução Nacional [...] para que jamais possa desviar-se do sentido humano corporativo e cristão” (Decreto-Lei nº 30135, de 14 de Dezembro de 1939).

O corporativismo, apresentado como uma terceira via, alternativa ao liberalismo e ao socialismo, asseguraria a colaboração entre as classes sociais e grupos de interesse, através da harmonização e da concertação no seio das corporações (MARTINS, 2010).

O Serviço Social inscreve-se nesses desígnios, vindo o Estado a realçar a intervenção das “obreiras do Serviço Social” junto de “famílias de todas as condições”, mas sobretudo de “famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis”, em “fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva e de obras similares”, com “múltiplos objectivos – higiénicos, morais e intelectuais” (Decreto-Lei nº 30135, de 14 de Dezembro de 1939).

Fomentar o espírito de cooperação entre trabalhadores e patrões e negar o conflito de classes era o que se esperava do trabalho da assistente social. A assistência deve ser corporativa e, nas palavras de Oliveira Salazar,

deve ter origem e fim no seio da família, salvo nos casos de manifesta impossibilidade. Os pais mandam os filhos para as creches e asilos; os filhos internam os pais; e os irmãos dividem-se por sanatórios e casas de saúde [...] isto é comunismo puro, porque atenta directa e gravemente contra os alicerces da família, provocando a sua dissolução. (MARTINS, 2010, p. 262-263).

Neste sentido, Adérito Sedas Nunes (1955, p. 343) afirmava, na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, fonte doutrinária do corporativismo, que

a realização das formas sociais preconizadas pelo pensamento corporativo aparece formalmente condicionada por acções do Serviço Social [...] e o desenvolvimento do Serviço Social deve ser actualmente considerado uma finalidade directa, de primeiro plano, da Política Social.

Entre os objetivos do Serviço Social, o autor apontava o “aproximar as várias classes sociais numa acção de conjunto (por exemplo, no seio das empresas, através das ‘obras sociais’), e, por essa via, combater o espírito de luta de classes, existente ou em formação” (NUNES, 1955, p. 161).

A perspetiva antiliberal de feição corporativista negará a autonomia individual, exigindo a subordinação absoluta à coletividade, aos grupos e às associações intermediárias, como sejam a família, a Igreja e as corporações (MARTINS, 2010). O corporativismo português é estatista, católico e conservador. Conservadorismo que enaltece os valores da tradição, da ordem e da estabilidade, com tradução na divisa “Deus, Pátria e Família”, atravessado pela noção cristã da chefia e da obediência, da humildade e da pobreza, da negação das inovações e pelo ideal neotomista de uma paz assentada numa

sociedade rural e tradicionalista, anti-industrial e contrária à luta de classes (MEDINA, 2000). Tem, na Ciência Social de Frédéric Le Play e dos seus continuadores, outra das suas fontes (MARTINS, 2010).

À formação em Serviço Social subjaz o doutrinário, alicerçado nos valores da “educação da família”, a “recristianização da sociedade” e os valores nacionalistas e corporativistas, imbuídos do pensamento conservador, que expressam os desígnios do regime e da Doutrina Social da Igreja.

A institucionalização do Serviço Social nesta conjuntura sociopolítica ocorre também com a criação do mercado de trabalho para assistentes sociais ao nível dos serviços públicos de assistência, hospitais, dispensários, organizações femininas do regime, Juntas de Província e serviços do Ministério das Corporações. Organizações privadas, empresariais e assistenciais vão também recrutar estes profissionais.

A intervenção política de assistentes sociais no salazarismo tem lugar na Assembleia Nacional, a partir de 1949, como deputadas da União Nacional, da Acção Nacional Popular (ANP) e da sua Ala Liberal, depois de 1970. Até à queda do regime serão cinco as deputadas assistentes sociais. Pertencem a organizações do regime (Obra das Mães pela Educação Nacional, Instituto de Assistência à Família), da Igreja (União Noelista Portuguesa, Movimento Diocesano das Assembleias Familiares, Conferências Vicentinas) e a organizações internacionais de Serviço Social (União Católica Internacional de Serviço Social “Uciss” e, nos anos 1970, Comissão Portuguesa do Conselho Internacional do Serviço Social “CPCISS”) (RODRIGUES, 2014).

Quando cerca de 150 assistentes sociais se formam, é criado, em 1950, o Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e outras Profissionais do Serviço Social. Um terço delas sindicaliza-se. Trata-se de um organismo corporativo, à semelhança dos restantes sindicatos nacionais, dependente do Ministério das Corporações e Previdência Social, que aprova os estatutos cujo articulado o faz “renunciar a toda e qualquer forma de actividade, interna ou externa, contrária aos interesses da Nação Portuguesa [...], subordina os seus interesses ao interesse superior da economia nacional” e “repudia a luta de classes” (MARTINS, 2003, p. 55).

Vem, em 1951, a filiar-se à Uciss, seguindo as suas orientações, promovendo retiros espirituais, organizando ações de aperfeiçoamento profissional e publicando a revista *Cadernos de Serviço Social*, não se conhecendo qualquer iniciativa em prol da melhoria das condições salariais e de trabalho das suas associadas ou de outros trabalhadores (MARTINS, 2003).

Até aos anos 1950, o Serviço Social não se distanciava da legitimidade conferida pelo regime, salvo raras exceções. Eis o testemunho de uma assistente social que trabalhava nos bairros sociais de Lisboa, revoltada e indignada com a situação.

Pediam-nos dinheiro, o dinheiro não chegava ao fim do mês, não tinham para pagar a renda de casa, era uma miséria completa. Cada vez que havia manifestações do Governo ao Salazar, as carrinhas da polícia iam

ao bairro, arrebanhavam aquela gente toda e traziam-na para a manifestação. Naquele tempo, o sangue não se oferecia, vendia-se e era assim que a maioria daquelas famílias pagavam as rendas de casa. Não adiantava nada andarmos a resolver os problemas desta ou daquela família. A minha revolta era tão grande que disse, ‘não volto a trabalhar como assistente social. Não queria continuar cúmplice do sistema, nem ser conivente com os exploradores do meu país e seus governantes’. Ser ‘a gota de óleo’, qual gota de óleo, não temos nada que ser gota de óleo, pelo contrário. (Entrevista da autora a Maria Eugénia Varela Gomes, 2000).

Oposição democrática e as primeiras presas políticas

A intervenção política de assistentes sociais na oposição democrática ao regime terá lugar a partir do final dos anos 1950, associada às campanhas para as eleições presidenciais (1958) e legislativas (1961). Uma assistente social que não esconde ser apoiante de Humberto Delgado, por ação dos informadores, acaba por ser suspensa do Hospital de Santa Maria, onde trabalhava por seis meses, sendo-lhe instaurado um processo disciplinar.

No processo de radicalização da luta contra o regime, com a Revolta da Sé (1959) e na tentativa revolucionária do assalto ao Quartel de Beja (1962), que “polarizam para a luta armada sectores que se vinham perfilando nas fileiras oposicionistas, em larga medida à margem da tutela e da influência do Partido Comunista” (MADEIRA, 2002, p. 23), encontramos assistentes sociais que virão a ser as primeiras presas políticas.

Na sequência da tentativa de derrubada do regime por golpe militar, com o assalto ao Quartel de Beja, sob acusação “de alteração da Constituição, por rebelião à mão armada”, Maria Eugénia Varela Gomes é julgada e condenada a 17 meses, com suspensão de direitos políticos por cinco anos, como consta da biografia prisional do processo da PIDE (Torre do Tombo, Fundo PIDE/DGS. Ela se torna a primeira assistente social presa política, sujeita à tortura.

Mesmo após a sua libertação, foi sempre vigiada pela polícia política, tendo correspondência interceptada e a casa sendo alvo de buscas. Em 1969, o então Diretor da Direção Geral de Segurança (assim designada) “considerou inconveniente a sua readmissão no Hospital de Santa Maria ‘por a interessada não oferecer garantias de cooperar com os fins superiores do Estado’” (PIMENTEL, 2007, p. 339).

A sua prisão desencadeia reações de várias ordens, dentro e fora da profissão. Em apoio e solidariedade internacional, corresponderá a condenação da sua ação pelo Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares. A direção do sindicato condena estes atos políticos e expulsa-a.

Além disso, a assistente social Maria Manuela Antunes foi praticamente raptada no Porto e trazida para a prisão de Caxias, saindo no mês seguinte, em 1962, por denúncia de ter escondido o dirigente da Revolta da Sé, Manuel Serra, dirigente da juventude operária católica, em casa do Padre Abel Varzim. Este padre, que inicialmente apoiou o corporativismo e dele se distanciou, caiu em desgraça política, sendo afastado das funções de deputado, na Acção Católica Portuguesa, e de professor do ISSL em 1949. O seu afastamento do Instituto vai desencadear, num pequeno grupo de alunas de Serviço Social, entre elas Eugénia Varela Gomes e Manuela Antunes, uma reação de inconformismo. Quando têm conhecimento de que ele deixara de ser professor no Instituto, elas vão, junto da Direcção do ISSL e do Patriarcado, exigir explicações e mostrar que não aceitavam a decisão tomada (Entrevista da autora a Maria Eugénia Varela Gomes, 2000).

Se até ao início dos anos 1960 contava-se pelos dedos de uma mão a participação de assistentes sociais em ações políticas de oposição e resistência, no final da década de 1960 e nos anos 1970 a tendência é a existência de uma adesão mais alargada, através de iniciativas dos católicos progressistas e da radicalização dos movimentos anticoloniais. No contexto da “primavera marcelista”, destaca-se também a intervenção de assistentes sociais na oposição democrática, no movimento sindical crítico do corporativismo, estando subjacente um processo de politização com repercussão na configuração do projeto profissional, que se constituiu nestes anos até à queda do fascismo.

Participação nas eleições pela oposição democrática

A estratégia de alargamento das bases de apoio nas eleições de 1969 leva à aproximação do PCP aos católicos progressistas e independentes, sendo criado o movimento da Comissão Democrática Eleitoral (CDE). Organizações de base com funcionamento democrático disputaram lugares na quase totalidade dos círculos eleitorais. A CDE do Distrito de Lisboa apresentava delegados das Comissões concelhias, dos setores socioprofissionais, de mulheres, de estudantes, da Comissão Coordenadora e da Comissão Política. Nos períodos eleitorais (1969 e 1973), a CDE fará uma mobilização ao nível dos trabalhadores e das estruturas sindicais, constituindo as bases socioprofissionais.

Assistentes sociais integraram o movimento da CDE, quer ao nível da comissão política (assistente social Eugénia Pereira de Moura), quer das bases socioprofissionais, passando a intervir na atividade sindical e a integrar as direções do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social (SNPSS). A alteração da designação do sindicato, em 1964, advém da frequência de homens no curso. As listas de candidatos da CDE às eleições em 1973 também contemplaram, no Porto, uma assistente social, associada ao mo-

vimento de mulheres. Berta Granja, estudante do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, que trabalhava em bairros operários da cidade na campanha eleitoral, teve intervenções que incidiram na situação das mulheres portuguesas e na guerra colonial (FERREIRA, 2003). Assistentes sociais envolveram-se na campanha eleitoral, quer em 1969, quer em 1973, por todo o país.

Questão colonial, radicalização da resistência e envolvimento de assistentes sociais

Estando a questão colonial no centro das preocupações da oposição, o envolvimento de alguns assistentes sociais manifestou-se: nas organizações e ações de resistência dos católicos progressistas contra a guerra colonial, em que se destacou a participação nas Cooperativas Culturais, como a “Pragma” e “Confronto”. Estas cooperativas constituíram um recurso hábil para contornar as dificuldades jurídicas que a ditadura levantava ao livre exercício do direito de associação. Elas foram criadas em 1964, sendo promovidas por católicos ligados ao meio estudantil e operário que procuravam abrir o diálogo com diversos grupos sociais, contando com a participação de assistentes sociais em Lisboa e no Porto. Registrou-se também a sua participação nas Vigílias pela Paz, na Igreja de S. Domingos (1969) e na Capela do Rato (1972). Na vigília da Capela do Rato, em 1972, foi aprovada uma moção contra a política colonial, repudiando a empreitada belicista portuguesa, seguindo-se uma greve de fome, gesto de solidariedade para com as vítimas da guerra colonial e os povos em luta.

Assistentes sociais participaram ativamente da vigília de 1972, tendo o apoio do SNPSS. A repressão que se seguiu atingiu, entre muitos outros, duas assistentes sociais e a auxiliar social, que foram detidas e alvo de interrogatórios pela PIDE/DGS, processo disciplinar, e demitidas da administração pública: Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila e Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, bem como a auxiliar social Ludovina Esteves (ZENHA et al., 1973; MARTINS, 2003).

O SNPSS, nesta altura, contestará a situação em que se encontravam as suas associadas, fazendo diligências junto da polícia política, dos ministérios e da Assembleia Nacional. Na sequência deste processo, Maria Teresa Abrantes vê o seu pedido de bolsa ao Instituto de Alta Cultura ser recusado e sai do país, viajando para o Brasil a fim de frequentar o mestrado na Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Entrevista da autora a Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila, 2000.). Quando regressa a Portugal, contribui para a divulgação de autores do Movimento de Reconceitualização do Serviço Social latino-americano, sobretudo do Chile, Argentina, Uruguai e Brasil. Se os planos de estudo das escolas de Serviço Social do Chile e os livros destes autores escaparam às malhas

da censura, já o curso que o uruguaio Herman Kruse fará sobre este movimento, no país, em dezembro de 1973, ficará sob a vigilância da polícia política.

Assistentes sociais também se envolveram na edição de publicações legais e clandestinas (*Cadernos do diálogo* e *Gedoc*, no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral – Cidac “, vindo a integrar o grupo de católicos que publicava o *Boletim anti-colonial* – BAC). Em dezembro de 1973, todo o grupo que editava o BAC é preso, incluindo a assistente social Maria Gabriela Ferreira. Presa em Caxias durante cerca de três meses, sairá em fevereiro de 1974, para aguardar julgamento em liberdade (Entrevista da autora a Maria Gabriela Figueiredo Ferreira, 2001).

As assistentes sociais presas políticas envolveram-se em organizações de solidariedade para com os presos políticos, desde início, no executivo da organização unitária, que integra católicos, comunistas, socialistas e a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), criada em finais de 1969. Desenvolveram um significativo trabalho, em prol da denúncia da repressão, tortura, violação dos direitos e liberdades e de situações de injustiça, pela melhoria das condições de vida dos presos e suas famílias, quer ao nível nacional, quer internacional. Organização que deu continuidade ao trabalho político, clandestino, iniciado no início dos anos 1960, numa das células, em Portugal, da Frente Patriótica de Libertação Nacional, a que esteve associada Eugénia Varela Gomes.

A ação sindical: um campo de luta política para o Serviço Social de crítica ao corporativismo

Assistentes sociais que trabalhavam em grandes empresas e ativas nas bases socioprofissionais da CDE serão dirigentes do SNPSS (Maria Teresa Seródio Rosa, Dinah Ferreira). Isso ocorreu com a “abertura sindical”, quando as direções “progressistas” do SNPSS, de 1970 a 1974, integravam ou foram constituídas por assistentes sociais, que se apresentavam como independentes do poder vigente, sobretudo após a adesão do SNPSS às reuniões intersindicais, base da Intersindical Nacional, criada em 1970 (a atual Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses “ Intersindical Nacional CGTP). Esta participação exigiu-lhes um posicionamento político.

Em Assembleia Geral do Sindicato é colocada e debatida a seguinte questão: “queremos estar ao lado dos trabalhadores ou queremos estar ao lado dos patrões e do governo?” (Entrevista da autora a Maria Teresa Abrantes Pereira Ávila, 2000). Com posições extremadas, a resposta foi ficar ao lado dos trabalhadores. Esta participação vem reforçar a ação pioneira do sindicato no campo da negociação coletiva de acordos de empresa ou contratos coletivos de trabalho, nas empresas com assistentes sociais, e na definição das funções da Administração Pública, com incidência na classificação na grelha salarial, autonomia e relações com a hierarquia.

A intervenção sindical torna-se um campo de luta política das assistentes sociais pela liberdade sindical, mesmo quando proibidas as reuniões intersindicais, que continuaram a realizar-se na semiclandestinidade. Assim, desenvolve alianças e cumplicidades com as lutas dos trabalhadores, rompendo com o isolamento e ultrapassando o medo, manifestando solidariedade e exigindo justiça para com assistentes sociais presas, perseguidas e alvo da repressão.

A existência de projetos profissionais em disputa, com diferenças teóricas e políticas no Serviço Social, tem expressão em 1973, com a apresentação de duas listas às eleições para o sindicato. Vence a defesa pela vanguarda das assistentes sociais, que considerava que os profissionais de Serviço Social “exercem a sua actividade no âmbito das relações sociais em ordem à resolução dos problemas que surgem nessas relações, através da prestação directa, planeamento e administração de serviços sociais, participação na definição da política social, ensino e investigação” (SNPSS, 1971).

Considerações finais

Assistentes sociais, através do seu envolvimento em organizações associadas aos católicos progressistas, ações políticas de oposição e resistência, e sobretudo a partir da organização coletiva sindical dos últimos anos de 1960 e primeiros de 1970, distanciaram-se da legitimidade atribuída pelo fascismo, afirmando o Serviço Social como profissão. Desse modo, os profissionais reconheceram a sua condição de assalariados, aliando-se à luta dos trabalhadores. Segundo Maria Teresa Serôdio Rosa (1997, p. 30-31), presidente do SNPSS (1969-1972),

o contacto com outros Sindicatos – de que à partida se estava afastado, por imposição legal, mas que a negociação colectiva acabou por aproximar – permitiu tomar-se conhecimento directo das limitações do associativismo, impostas pelo regime totalitário e consolidou um sentimento de revolta e uma opção de solidariedade com os outros trabalhadores na luta contra esse regime. [...] sentiam-se conscientes da sua condição de assalariadas submetidas, mas com algum poder (o que decorre da associação com os outros trabalhadores assalariados, independentemente do seu estatuto social) e que buscavam negociar as suas condições de trabalho e do exercício profissional.

Parafraseando César de Oliveira (2000, p. 434), se os sindicatos passaram a constituir-se “como um instrumento que a ditadura e o regime não podiam dominar e que serviu à causa da luta pela democracia”, o SNPSS inseriu-se nos últimos anos nessa estratégia de resistência ao fascismo, em prol de uma sociedade democrática e de um novo significado social para o Serviço Social. Estas vanguardas, que nestes anos encetaram um percurso tendente a constituírem-se num sujeito profissional, com a Revolução de

Abril de 1974, vão envolver-se em ações e lutas coletivas em prol de uma sociedade socialista.

Referências

ARQUIVO PIDE/DGS. *Biografia prisional de Maria Eugénia Bilnstein de Menezes Luís de Sequeira Varela Gomes*. SC/Doc. RGP nº 24896. Lisboa: Arquivo Nacional Torre do Tombo.

BARRETO, A. Salazar, António de Oliveira – o após-guerra. In: BARRETO, A.; MÓNICA, F. (Coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 9. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 2000.

BARRETO, J. Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano. *Análise Social*, Lisboa, n. 105-106, 1990.

COSTA, J. et al. *Os donos de Portugal*. Cem anos de poder económico (1910-2010). Porto: Edições Afrontamento, 2010.

FERREIRA, A. M. *O discurso da resistência ou a resistência do discurso*. Os assistentes sociais de oposição ao Estado Novo (1969-1973). Dissertação (Mestrado de Serviço Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa, 2003 (mimeo).

HENRÍQUEZ, B. A. O estado de mal-estar social salazarista e a política social do Estado Novo. *Intervenção Social*, Lisboa, n. 23/24, 2001.

_____. *A construção do Serviço Social português e o Estado de mal-estar-salazarista*. Dissertação (Mestrado de Serviço Social), Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Lisboa, 1998 (mimeo).

LOUÇÃ, F.; LOPES, J. T.; COSTA, J. *Os burgueses*. Quem são, como vivem e como mandam. Lisboa: Bertrand Editora, 2014

MADEIRA, J. Entrevista de Manuel Serra a João Madeira. *História*, Lisboa, n. 43, 2002.

MARTINS, A. Investigação em Serviço Social: perspectivas actuais. In: HENRÍQUEZ, B. A.; FARINHA, M. A. (Org.). *Serviço Social: unidade na diversidade*. Encontro com a Identidade Profissional. In: I CONGRESSO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, Lisboa, Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2003.

_____. 70 anos de formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia: da Escola Normal Social ao Instituto Superior Miguel Torga. *Revista Temporalis*, Brasília, ano 9, n. 18, 2009.

_____. *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social português*. Beja Local: Encadernação Progresso, 2010.

MEDINA, J. Ideologia e mentalidade do “Estado Novo” salazarista. In: *História do pensamento filosófico português*. Vol. V – O século XX, tomo 2. Lisboa: Editorial Caminho, 2000.

NETTO, J. P. *Portugal*. Do fascismo à revolução. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: *Serviço Social, ética e deontologia e projetos profissionais*. Lisboa/Madrid/São Paulo: CPIHTS/ICSA/Veras, 2001.

NUNES, A. S. A organização corporativa e o Serviço Social. *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, Lisboa, n. 22/n. 24, 1955.

OLIVEIRA, C. Sindicalismo. In: BARRETO, A; MÓNICA, F. (Coord.). *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 9. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 2000.

PIMENTEL, I. F. *A História da PIDE*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, Temas e Debates e autora, 2007.

RODRIGUES, C. *Os deputados assistentes sociais na Assembleia Nacional e na Assembleia da República*: principais intervenções parlamentares entre 1949 e 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Instituto Superior Miguel Torga, 2014).

ROSA, T. O associativismo das assistentes sociais no pré-25 de abril. In: MARTINS, A.; HENRÍQUEZ, B. A. (Org.). *Serviço Social no feminino*. Lisboa: Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, 1997.

ROSAS, F. *Portugal século XX (1890-1976)*. Pensamento e acção política. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

_____. *Salazar e o poder*. A arte de saber durar. Lisboa: Edições Tinta da China, 2012.

SNPSS. SINDICATO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL. Parecer do SNPSS sobre o projecto do sistema escolar no que se refere ao Serviço Social, 1971.

VARELA, R. *História do povo na revolução portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.

ZENHA, F. et al. *O caso da Capela do Rato no Supremo Tribunal Administrativo*. Porto: Afrontamento, 1973.

DOI: 10.12957/rep.2017.32722

Recebido em 01 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 08 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinición y reconocimiento profesional

Serviço Social na realidade espanhola nos anos 1960 a 1980: em busca de autodefinição e reconhecimento profissional

Social Work in the Spanish scenario from 1960 to 1980: in search of self-definition and professional recognition

Virgínia Alves Carrara*

Miguel Àngel Oliver Perelló**

Rosana Matos-Silveira***

Marinêz de Oliveira Xavier****

Rafaela de Souza Reis Aguiar*****

Denise Bergamo*****

.....
* Profesora de la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP). Trabajadora social. Doctora en Trabajo social por la Pontificia Universidade Católica de Rio de Janeiro. Coordinadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social – NEESFT/CNPq. *Correspondencia:* Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) – Faculdade de Serviço Social: Rua do Catete, 166, Centro, Mariana – MG. CEP: 35420-000. *Email:* <vcarrara@oi.com.br>.

** Profesor de Estudios de Grado en Trabajo Social de la Universitat de les Illes Balears (UIB). Licenciado en Trabajo social. Investigador del Grupo de Investigación Desigualtat, Gènere i Polítiques Públiques. Doctorando de la Universitat de Barcelona. *Correspondencia:* Departamento de Filosofía y Trabajo Social – Universitat de les Illes Balears (UIB): Carretera de Valldemossa, km 7.5. Palma (Illes Balears), España. E-07122. CIF: Q0718001A. *Email:* <mangel.oliver@uib.es>.

*** Profesora de la Universidad de Granada (UGR). Trabajadora social por la Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-Minas. Doctora en Ciencias Sociales por la Universidad de Granada. Investigadora del Grupo de Investigación Seminario de Estudios para la Intervención Social y Educativa – SEPISE-UGR. *Correspondencia:* Facultad de Trabajo Social – Universidad de Granada (UGR): Avda. del Hospicio, s/n, Granada, España. C.P. 18010. *Email:* <rosanadm@ugr.es>.

**** Profesora de la Universitat de les Illes Balears (UIB). Licenciada en Trabajo social. Doctora en Derecho por la UIB. Investigador del Grupo de Investigación Desigualtat, Gènere i Polítiques Públiques. *Correspondencia:* Departamento de Filosofía y Trabajo Social – Universitat de les Illes Balears (UIB): Carretera de Valldemossa, km 7.5. Palma (Illes Balears), España. E-07122. CIF: Q0718001A. *Email:* <m.doliveira@uib.es>.

***** Becaria del Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Ouro Preto – PIP/UFOP, académica del Grado Trabajo Social (UFOP). *Correspondencia:* Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) – Faculdade de Serviço Social: Rua do Catete, 166, Centro, Mariana – MG. CEP: 35420-000. *Email:* <rafaelasouzar176@gmail.com>.

***** Becaria del Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Ouro Preto – PIBIC/CNPq - UFOP, académica del Grado Trabajo Social (UFOP). *Correspondencia:* Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) – Faculdade de Serviço Social: Rua do Catete, 166, Centro, Mariana – MG. CEP: 35420-000. *Email:* <debergamo@yahoo.com.br>.

Resumen – En este artículo presentamos los análisis, aún preliminares, de los movimientos contestatarios experimentados por el Trabajo social en España en el período de 1960 a 1980, y que mantienen una relación indisoluble con el movimiento macro societario interno de la sociedad española, y externamente, a partir del ingreso del Estado Español en los mecanismos de las políticas internacionales desarrollados especialmente por los Estados Unidos desde los años 1950. Dentro de ese período, el Movimiento de Reconceptualización Latinoamericano fue conocido entre los trabajadores sociales españoles, pero su influencia no se generalizó, apareciendo en segmentos de la profesión con posiciones politizadas más progresistas, reconociendo su importancia y buscando una producción teórica e intervencionista de la profesión adaptada a la realidad española.

Palabras-clave: movimiento de reconceptualización; trabajo social en España; movimientos contestatarios; agente de cambio; análisis crítico.

Resumo – Neste artigo apresentamos as análises, ainda preliminares, dos movimentos contestatórios experimentados pelo Serviço Social na Espanha no período de 1960/1980, e que mantêm relação indissociável com o movimento macrosocietário interno da sociedade espanhola, e externamente, a partir do ingresso do Estado Espanhol nos mecanismos de políticas internacionais desenvolvidos especialmente pelos Estados Unidos, desde os anos 1950. Dentro desse período, o Movimento de Reconceituação Latino-americano foi conhecido entre os trabalhadores sociais espanhóis, mas sua influência não se generalizou, aparecendo em segmentos da profissão com posições politizadas mais progressistas, ora reconhecendo sua importância, ora buscando uma produção teórica e interventiva da profissão adaptada à realidade espanhola.

Palavras-Chave: movimento de reconceituação; trabalho social em Espanha; movimentos contestatórios; agente de câmbio; análise crítica.

Abstract – In this article we present the preliminary analysis of the contestatory movements experimented by social work in Spain in the period of 1960-1980, which is inseparable from, internally, the Spanish macro-society movement, and externally, the adoption by Spain of international policy mechanisms developed especially by the United States since the 1950s. In this period, the Latin American reconstruction movement was known among Spanish social workers, but its influence was not generalized, appearing in segments of the profession with politicized and more progressive stances. These segments recognized its importance, but also sought a theoretical and interventionist production of the profession adapted to the Spanish scenario.

Keywords: reconceptualization movement; social work in Spain; contestatory movements; exchange agent; critical analysis.

Introducción

En el presente artículo presentamos las aproximaciones iniciales y los resultados parciales de la investigación en curso *Memorias y Documentos de los Movimientos contestatarios del Trabajo social en España en el período de 1960 a 1980*¹. Nuestra investigación se sitúa en el período entre

¹ Esta investigación se integra al proyecto *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*, coordinado por las profesoras, Dra. Marilda Villela Iamamoto y Dra. Cláudia Mônica dos Santos, con financiación de CNPq/Brasil.

1960 y 1980, época marcada por “terremotos económicos-sociales, políticos e ideo-culturales”, con frenéticos movimientos contestatarios en diferentes partes del mundo, y particularmente en América Latina, de cariz antiimperialista, y entrecruzándose estos con las reivindicaciones de las mujeres, negros y jóvenes. Este fenómeno internacional es considerado como uno de los elementos causantes de la precipitación de la erosión del Trabajo social Tradicional en América Latina (NETTO, 1996, p. 142-143), culminando en el Movimiento de Reconceptualización.

Investigamos si ocurrieron movimientos contestatarios en la realidad española que impactaran en la profesión y, si el Trabajo social en España experimentó una crisis que le llevara a cuestionar y reflexionar sobre las prácticas profesionales que se basaban en los métodos nacidos e importados de los Estados Unidos. Si se desarrollaron o no críticas, en referencia a los métodos y teorías a los que recurrían para sus interpretaciones de la realidad y, por consiguiente, con respecto a las intervenciones realizadas.

Ander-Egg (1982) asevera que el Movimiento de Reconceptualización tuvo una incidencia más grande en España que en Portugal. De hecho, la influencia de la Reconceptualización Latinoamericana, a pesar de no haberse generalizado en el Trabajo social español, significó, durante la década de 1970, una intensa búsqueda de autodefinition y de reconocimiento profesional en un contexto en el cual la democracia española heredaba de la dictadura un gran retraso económico, social, político y cultural (ZAMANILLO, 1987; MATOS-SILVEIRA, 2013).

Pretendemos rescatar y analizar críticamente como fue este proceso, partiendo de la base socio-histórica de la inserción de la profesión en la sociedad capitalista, que le confiere condiciones y relaciones históricas determinadas (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) para la actuación profesional de los trabajadores sociales en el ámbito de las relaciones entre clases. La profesión es aquí, inscrita en la división socio-técnica del trabajo, en la sociabilidad capitalista y su ejercicio profesional:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, dá resposta às necessidades de sobrevivência de classe trabalhadora. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81).

En esta fase de la investigación recorreremos a dos frentes: una bibliográfico, sobre la realidad socio-histórica del período franquista, las luchas y resistencias de la clase trabajadora, sobre los movimientos contestatarios y la “transición democrática”, de la década de los años 70, a través de artículos e informes producidos por los Congresos y Jornadas de los Trabajadores sociales que se inician en la década de 1960 y que tienen especial importancia en la década de los 70 con la *crisis de la profesión*, y de los que destacan especialmente, el *Seminario de Manresa* (1971), el *Seminario de Los*

Negrales (1972), y la *VI Jornada de Levante en 1975*; la *Revista de Treball Social* (del *Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya*), cuyo primer número se remonta al año 1969 y que representa una buena muestra de las reflexiones sobre el Trabajo social y las preocupaciones que se movían en torno al mismo en la época a que nos referimos; las obras, el *Método Básico de Trabajo Social* (1973) y *El Trabajo Social que yo he vivido* (2009), ambas de Monserrat Colomer; también a través de la realización de cinco entrevistas² semiestructuradas con asistentes sociales que vivieron y participaron activamente en este período de la historia del Trabajo social en España.

Para la exposición de los resultados de la investigación, y atendiendo a las limitaciones de este artículo, nuestra reflexión se organiza en dos partes: en la primera, presentamos el contexto sociopolítico de la sociedad española de los años 1960 hasta 1989, lo que nos ha exigido también retomar, aunque sea brevemente, el principio de la salida del aislamiento político-económico internacional de España en los años 50. En la segunda parte, analizamos el Trabajo social en España en un período de expansión de la formación y del mercado de trabajo para los asistentes sociales, y el proceso de aproximación al Movimiento de Reconceptualización Latinoamericana y a los movimientos contestatarios en curso en una España en proceso de democratización tras 40 años de dictadura franquista en una Europa que caminaba en dirección a la construcción de la Unión Europea.

El Contexto de los años 1960-1980 en España

España vivía desde finales de los años 60 una crisis creciente de la dictadura franquista. El Estado dictatorial (1939), erguido de la resistencia a las profundas expectativas de cambios durante la segunda-republica (1931), presentaba en los años 50 elementos importantes de desunión: fracciones de clases dominantes, con las viejas oligarquías, la iglesia católica y con Franco al frente, mantuvieron una escalada de violencia fascista en una España aislada de Europa y del mundo occidental. La dictadura franquista fue sustentada bajo el dominio del ejército como garantía de orden, la religión, la propiedad y la unidad nacional como valores y estrategias de coerción y cohesión de la sociedad española (MUNIESA, 2005). Sin embargo, eso no impidió la existencia de luchas y resistencias por parte de los sectores más combativos del movimiento obrero (MATOS; VEGA, 2014), que se constituyó en el enemigo más temido de las fuerzas contrarrevolucionarias. El denominado Sindicato Vertical – también denominado *Organización Sindical Española* (OSE), fue el único sindicato legal autorizado en España

² Para la realización de las entrevistas fue elaborado un guión general que se llevó a cabo con todas las personas entrevistadas. Se realizaron contactos iniciales, seguido de la presentación de todas las informaciones sobre la investigación, el objetivo y el uso de todas las informaciones e imágenes, de acuerdo con las normas éticas de la investigación y con la firma del acuerdo de consentimiento informado.

durante el periodo de 1940 a 1977, ya que sindicatos como CNT o UGT pasaron con el inicio de la dictadura a la clandestinidad en un proceso de adoctrinamiento y vaciamiento de su naturaleza de lucha de clases. El nazismo y el fascismo italiano estarán imbricados con el franquismo (corporativismo y el sindicalismo vertical), prohibiéndose cualquier otra organización obrera.

La resistencia antifranquista entre 1939 y 1952, aunque no dispuso de contextos internos y externos propicios, se desarrolla con *los maquis*, movimientos guerrilleros antifascistas conformados por comunistas, anarquistas, socialistas, a los que el régimen franquista calificaba de bandoleros (GÓMEZ, 1998).

Pero es en los años de 50, en Barcelona, núcleo central de la industria española, que ocurre la primera manifestación popular contra el franquismo. En Cataluña, una de las zonas más ricas, la burguesía ilustrada ha mantenido, en buena parte, grandes distancias con el Régimen; con una fuerte carga ideológica cultural catalanista y nacionalista, apoyada en muchas ocasiones por la Iglesia (OLIVER, 2008).

La huelga de tranvías en 1951, fue el comienzo del movimiento huelguista (actividad prohibida por el régimen), que llevó a la huelga general, y en 1956, la agitación en las universidades con el Sindicato Español Universitario (SEU), exigió del gobierno “represión con moderación,” y supuso un movimiento de salida del aislamiento de España con el mundo. El desmantelamiento de la universidad fue feroz con denuncias, expulsiones de las aulas de las universidades a dirigentes estudiantiles. Durante la dictadura, en la universidad – como en todos los otros ámbitos –, el objetivo era hacer “borrón y cuenta nueva” de la experiencia e influencia universitarias del periodo republicano. El periodo comprendido entre los años 1964 y 1968 es considerado el periodo en que la universidad se rebela, y de 1969 a 1975 la universidad se radicaliza, con una fuerte implantación en el movimiento obrero y en la universidad del Partido Socialista Unificado de Cataluña (PSUC, la rama del PCE en Cataluña, constituida como partido independiente), capaz de unir en su seno comunismo y catalanismo (OLIVER, 2008, p. 96-99).

Cabe recordar que la economía española fue sometida desde el final de la guerra civil a una política económica para la producción nacional, enfocada exclusivamente hacia el mercado interno. España se encontraba atrasada social y económicamente, con una población pobre, sin acceso a derechos sociales, dependiente exclusivamente de la caridad y del auxilio social (la asistencia social organizada por el franquismo, teniendo a la sección femenina del partido Falangista en el papel de administrarla), en una Europa occidental donde se forjaba el Estado de bienestar social. Esta situación de escasez económica en España propició una importante salida de españoles al extranjero. En los países industrializados de Europa, los créditos del Plan Marshall habían supuesto un impulso significativo para sus economías hasta

el punto de haber necesidad de recurrir a mano de obra extranjera. Es importante señalar que, en esa época, en España, la emigración se veía desde los ámbitos oficiales de manera positiva por la “válvula de seguridad” que representaba ante las tensiones sociales provocadas por manifestaciones como el paro y las huelgas. En ese sentido, cabe recordar la creación del Instituto Español de Emigración en julio de 1956, con la finalidad de fomentar y encauzar los movimientos migratorios hacia Europa. Las remesas de la emigración constituyeron en esa época el segundo capítulo en cuanto a ingresos de divisas de la balanza de pagos (el primer capítulo lo proporcionaba ya en aquellos años en España, el turismo).

Al mismo tiempo en que se da la migración de españoles al extranjero, se da una migración interior, un éxodo rural del campo a la ciudad – de núcleos rurales andaluces, de Extremadura, etc. se dirigían hacia el País Vasco, Cataluña, Valencia y Madrid, las zonas más industrializadas –, generando también un grave despoblamiento en las áreas de agricultura tradicional. En este movimiento migratorio interno, el surgimiento de barrios periféricos, chabolismo, con zonas sobrepobladas, es el reflejo de lo que denominamos “expresiones de la cuestión social”.³

En el ámbito internacional, la Guerra Fría marcaba el contexto mundial con los Estados Unidos intensificando su política externa en dos direcciones: la carrera armamentística y las políticas de ayuda internacional para el desarrollo económico y social, en el clásico Plan Marshall. España, en relación con la política externa de Washington, sale de su aislamiento en 1952 con el ingreso en la UNESCO, institución representativa de la cultura universal. En el año siguiente, ya se instalaban en España, a cambio de ayudas financieras, bases militares norteamericanas que, “proporcionaba a Washington total libertad de acción en caso de guerra, nuclear o no”. (MUNIESA, 2005, p. 127).

Según Muniesa (2005), para los “posibilistas”, los pactos obligarían al gobierno a evolucionar el sistema hacia las libertades, pero el papel de España en el juego de la política exterior norteamericana era servir como dique a la contención comunista en un mundo en guerra fría. En un corto plazo, la Organización Europea de Cooperación Económica (OECE), el Fondo Monetario Internacional y el Banco Mundial firmaron protocolos económicos con el gobierno español.

A partir de los años 60 crecieron rápidamente en España la industria y los servicios, produciéndose el ya comentado éxodo rural hacia los centros industriales, al mismo tiempo en que tuvo lugar una importante emigración al extranjero y la incorporación masiva de la mujer al trabajo.

³ “La cuestión social es aprendida como un conjunto de las expresiones de las desigualdades de la sociedad capitalista madura, que tiene una raíz común: la producción social es cada vez más colectiva, el trabajo se vuelve más ampliamente social, mientras la apropiación de sus frutos se mantiene privada, monopolizada por una parte de la sociedad” (IAMAMOTO, 1998, p. 27 “traducción propia”).

La intensificación de las luchas por la libertad y la democracia de los años 70, con el declive de la dictadura y la imposibilidad de conseguir un sustituto a la altura de Franco, representan algunos de los elementos que comparecieron en el proceso de transición democrática. Otro elemento central es el papel de los partidos de izquierda, y especialmente el Partido Comunista Español (PCE). El partido más fuerte y cohesionado hacia el cual acudieron mitos españoles que aún sin considerarse sólidamente comunistas, presentaban un ideario izquierdista y querían luchar contra el régimen, por lo que fueron admitidos en el partido sin exigencias de purismo ideológico, creando una nueva imagen pública: más diversa y menos radical. La revolución como objetivo inmediato se diluyó y en su lugar se pasó a defender *el pacto para la libertad*, lo que significaba la unión de todas las fuerzas democráticas de izquierda y de derecha para derribar la dictadura (ANDRÉS, 2014). En esta dirección, en 1975, Juan Carlos fue proclamado Rey en una sociedad que buscaba restablecer la democracia y el Estado de Derecho.

Procesos de cambio en la formación y el ejercicio profesional del Trabajo social en España: de la asistente social a la trabajadora social

Si el Trabajo social en España se expande a partir, especialmente de los años 60, su origen se remonta al período de la segunda-república. La primera escuela de Trabajo social en España – *Escola d'Assistència Social per la Dona de Barcelona* –, surge en Barcelona en 1932, durante la segunda república, con influencias de la escuela de Trabajo social de Bruselas (Bélgica), en un contexto de laicización de la sociedad española y con intensos movimientos de la clase trabajadora marcados por el anarquismo. Dos años después de la creación de la escuela, y con la formación de 35 alumnas en ese período, se organiza la *Associació d'Assistents Socials*. En el libro de actas de la asociación, en junio del 1935, ya consta la idea de creación de una revista dedicada a la profesión, como también la información de que la escuela había pasado a ser financiada por la *Generalitat de Catalunya*, el reconocimiento oficial de los títulos profesionales, organizándose en abril de 1936 una *Oficina del Servei Social a Barcelona* (FEU; RUBIOL, 2014).

Con el inicio de la guerra civil en julio de 1936, todo este proceso se ve paralizado, se produce el cierre de la escuela y de la asociación. Será solo con el fin de la guerra civil en 1939, cuando serán retomadas las actividades de la escuela, aunque, reabierta bajo otra denominación: *Escuela de Formación para el Hogar y Obras Sociales Femeninas*, y ahora dependiente de la *Junta Diocesana de Mujeres de Acción Católica*. Según Feu & Rubiol (2014), la escuela pasó a ser una filial de la Secretaría Diocesana de Beneficencia, contando con apoyo del obispado de Barcelona, bajo la

protección de la iglesia. En el transcurso de este proceso se cambia el nombre a *Escuela Católica de Enseñanza Social*. En 1942, la asociación retoma las actividades, constituyéndose una Junta Provisional de la asociación, pero con el nombre de *Secretariat d'Antigues Alumnes*.

El Trabajo social en España se desarrollará conectado con el régimen de Franco, vinculado a la Iglesia católica, a la sección femenina del partido falangista, y también con escuelas patrocinadas por el *Opus Dei*.

La década del 60 puede ser considerada un tiempo de expansión de la formación y del ejercicio profesional (espacios privados o empresas), de su legitimidad formativa por parte de los órganos del Estado, y de mayor incremento en la organización de las asociaciones de las asistentes sociales españolas.

En 1957 existían seis escuelas (COLOMER, 2009) pasando a 32 escuelas de Trabajadores sociales en 1964, año de reconocimiento de los estudios de técnico de grado medio por parte del estado. En ese reconocimiento tuvo un papel importante la Federación Española de Escuelas de la Iglesia de Servicio Social (FEEISS), anteriormente Confederación de Escuelas de Servicio Social, creada en 1959 y que aglutinaba las escuelas consideradas de la iglesia (COLOMER, 2009), y que juntamente con el grupo de escuelas de la Sección Femenina, llevaron el peso en la gestión para el reconocimiento del título (COLOMER, 2009).

En 1974 serán ya 42 escuelas, aunque sin reconocimiento universitario. Este periodo estará precisamente marcado por los debates que cuestionan y reivindican el reconocimiento universitario, y donde se promueven eventos que cuentan con la presencia de exponentes latinoamericanos como Ander-Egg, Kerman Kruse, Natalio Kisneram, y los brasileños Paulo Freire y Nadir Kfourri, quien había llegado ya a España en 1959 permaneciendo por un periodo de un año, tiempo durante el cual impartió cursos de formación tanto a profesores como a profesionales, y poniendo de manifiesto la necesidad de una metodología propia del Trabajo social (COLOMER, 2009). Otro importante trabajador social que impactó en la profesión en este periodo fue Marco Marchioni, trabajador social italiano que llegó a España en la década de los 60 impulsando el Trabajo social Comunitario.

En ese proceso, los asistentes sociales avanzan con la creación de asociaciones profesionales fundando la Federación Estatal de Asociaciones de Asistentes Sociales – FEDAAS, en 1964 (COLOMER, 2009).

En 1968 se realiza el I Congreso de Barcelona, donde en medio a los debates sobre repensar la formación y la reivindicación de su transformación en una carrera universitaria, se habla sobre la necesidad de aprobación de un código de ética y se altera la denominación profesional de Asistente Social por la de Trabajador Social.

Son tiempos de cuestionamiento del modelo benéfico asistencial que vinculaba la profesión a la realidad marcada por la dictadura y la influencia de la iglesia. La profesión experimentaba también los aires del desarrollo

económico impulsado por el gran capital, el acercamiento de una parte de la profesión a los movimientos contestatarios en curso en el mundo y en España – donde el franquismo mostraba ya claros signos de flaqueza –, y con la influencia también del Movimiento de Reconceptualización Latinoamericano.

El peso del factor religioso y del sistema político de la época en la formación de los asistentes sociales era evidente en muchas de las escuelas de entonces, como muestra la presencia en el plan de estudios de finales de los 60 de asignaturas como “Formación religiosa (moral)”, “Doctrina social de la Iglesia” o “Formación del espíritu nacional” y como nos relata la entrevistada (Entrevistada 4) al comentar que en la escuela de Palma de Mallorca a finales de los años 60 *“teníamos algunos profesores que venían a dar clase con sotana”*.

Ese primer congreso, si bien reflejaba los aires de renovación que existían en España a partir de mediados de los 60, mostraba también el escaso apoyo gubernamental en cuanto al reconocimiento de la asistencia social en esos años, además de la vigilancia que existía sobre las asociaciones (y la sociedad en general). A pesar de ello, el congreso ubicado en la etapa que se conoce como la de la *Gestación* reflejaba también a través de los contenidos del mismo, el perfil de una profesión que iniciaba su andadura (MORAN CARRILLO; DÍAZ JIMÉNEZ, 2016). Cabe señalar que en esos años 60 no había Trabajo social desde la administración “en el caso del ayuntamiento de Palma, lo único que se hacía en esos años era expedir los certificados de pobreza para la beneficencia y que además lo hacían los policías municipales” (E. 4).

Como recuerda también Feu (2007, p. 179) “en esa época, los Servicios Sociales eran casi inexistentes”. Esa situación de inexistencia de unos Servicios Sociales de la administración no cambió hasta prácticamente los años 80. Anteriormente a esa época, si tuvo una importancia considerable el trabajo de las asistentes sociales en empresas, escuelas y parroquias, destacando en los años 70 la puesta en marcha de guarderías laborales impulsadas por plataformas sindicales y gestionadas por Cáritas en las que trabajaban las asistentes sociales del momento (E. 4; E. 5).

Una de las expresiones de este proceso se ubica en el Seminario de Manresa de 1971 (con 20 escuelas participantes). En él se discutió la metodología del Trabajo social, “con el objetivo de: replantear la integración de los Métodos y estudiar la posibilidad de un Método Básico y evaluar el material didáctico disponible en las Escuelas de A. S. junto con la metodología utilizada en la enseñanza” (COLOMER, 1973, p. 70).

La decisión de desarrollar esta discusión es asumida por los organizadores del Seminario al comprobarse que la realidad del trabajo de los profesionales en muchos casos no respondía a lo que teóricamente se enseñaba en las escuelas. Como afirma Colomer (1973, p. 7) “se empezaba a sentir la necesidad de ofertar al Trabajo social español un método en-

carnado en nuestra realidad social”. En este evento, concretamente en la ponencia presentada por la Escuela de Sabadell-Tarrasa y denominada “*Revisión de los objetivos del Trabajo social, aquí y ahora*”, se presenta la crítica producida en Latinoamérica donde se afirma que:

seguramente es la zona en que actualmente se está planteando con mayor dureza una revisión de las funciones de T.S. [...] que se centra en: falta de una ideología o cuerpo doctrinal propio del T.S.; inserción del T.S. dentro de un sistema liberal-capitalista; compromiso del T.S. con el orden establecido. (VILASECA OLLER apud COLOMER, 1973, p. 25).

Se añade que la propuesta y actualización de la profesión en esta región (Latinoamérica), estaba todavía en vías de elaboración pero que la presencia e intervención de los trabajadores/as sociales en procesos de cambios se acentuaba. Se hace explícito en esta comunicación que no se podría ignorar “que en nuestro país – España –, está latente hace algún tiempo cierto malestar dentro del T. S.” Al mismo tiempo que se reconocía cierta crisis en la profesión, se indicaba algunos de los límites que había experimentado en sus primeros 25 años de existencia desde la fundación de la primera escuela, gracias a las condiciones socio históricas de este periodo que tuvo como consecuencia una formación poco sistematizada” (VILASECA OLLER apud COLOMER, 1973, p.28).

Siguiendo los trabajos desarrollados en Manresa, al año siguiente, en 1972, tuvo lugar el *Seminario de los Negrales* (Madrid), en el que participaron 14 escuelas de Trabajo social. Durante el evento se trabajó en grupos pequeños sobre objetivos y postulados del Trabajo social y sobre el Método Básico.

Durante este proceso han sido formuladas reflexiones y síntesis alrededor de 10 ejes: *objetivo general del Trabajo Social; objetivos inmediatos del Trabajo Social; Postulados base del Trabajo Social; Método del Trabajo Social; Técnicas del Trabajo Social; objetivos operacionales del Trabajo Social; sujeto del Trabajo Social; áreas de acción del Trabajador Social; niveles de actuación del Trabajador Social y quién es el Trabajador Social* (COLOMER, 1973, p. 95-96). Hay que resaltar que esta propuesta se asemeja significativamente al documento producido en Brasil en los conocidos Seminarios de Araxá y Teresópolis. En la primera ponencia de este Congreso de Madrid se hace referencia explícita a la Reconceptualización del Trabajo social asumiendo el congreso en sus conclusiones la definición de la “profesión como agente de cambio” (FEU, 2007, p. 184).

Progresivamente la profesión va insiriéndose en nuevos espacios ocupacionales que surgen durante el proceso de desarrollo económico (1961-1973), a la vez que la dictadura franquista sigue fuertemente cuestionada. En el interior de la iglesia, por ejemplo, se nota además la presencia de fuerzas progresistas, inspiradas por el Concilio Vaticano II. Las luchas y los movimientos reivindicativos, aunque prohibidos en las calles, cobran

fuerza en asambleas de barrios, movimientos de vecinos y en el movimiento sindical expresado en Comisiones Obreras. Las huelgas y muchos de estos movimientos se incrementan, de acuerdo con una de las trabajadoras sociales entrevistadas:

El movimiento sindical de clases que trabajaba en la clandestinidad, algunas huelgas en determinadas fábricas, movimiento vecinal y luego la labor social que se hacía desde algunas entidades católicas, tenían el paraguas protector de la iglesia católica. Parte de mi formación se debe a algunos de esos movimientos, por ejemplo, el señor Joseph Cardín. [...] con él que nos hemos formado nosotros, tiene mucho que ver con Freire por ejemplo (E.1).

Las VI Jornadas de Levante (1975) en Valencia, denominadas *“El Trabajo Social dentro del proceso de cambio”* se han caracterizado por posiciones considerablemente más críticas, con discursos profesionales que rescataban el pensamiento social marxista, desde contenidos que optaban por el cambio social y entendiendo la concienciación como objetivo profesional.

Es cierto que las discusiones en eventos anteriores giraban alrededor del rol de los profesionales como agentes de cambio, no obstante, en estas Jornadas se ha apostado más fuertemente por la población oprimida y por el rol revolucionario de la trabajadora social. En otras palabras, supusieron “el período de mayor influencia reconceptualizadora y radical en España en cuanto a propuestas de cambio social” (MORAN CARRILLO; DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 200).

En este sentido, lo que se exigía por parte de trabajadoras sociales era un análisis de la realidad española por la vía del método dialéctico. En los debates y síntesis producidos sobre ideología, estructura, ciencia y Trabajo social, dialéctica del cambio y clase social, concientización y concienciación, encontramos citados especialmente a: Marx, Althusser, Mao Tse Tung y Lenin. En estas Jornadas se dan algunas tendencias dentro de la perspectiva de considerar al trabajador social como agente de cambio – terminología traspasada del Trabajo Social Latinoamericano –, así como la existencia de un grupo que se contrapone a esta comprensión de la profesión. Se pretendía desterrar la imagen de beneficencia y asistencialismo y la contribución del Trabajo social a impulsar el proceso de cambio “ya que las estructuras socio-políticas son injustas” (GSTAAA, 1971, p. 92). Anteriormente, en las Jornadas que se desarrollaron en Palma de Mallorca en octubre de 1970, en plena crisis de la profesión y que llevaban por título *“Problemática actual del Asistente social en el ejercicio de la profesión”*, se habla de: “profesión...imposible en las circunstancias actuales, en crisis y necesitada de Reconceptualización, señalando la estructura capitalista como el origen y, por tanto, culpable de la injusticia, la falta de educación, etc...” (COLOMER, 2009, p. 158).

Es importante señalar también las reacciones diversas que suscitaron las conclusiones de las Jornadas de Levante de octubre 1970, organizadas por las Asociaciones de Asistentes Sociales de la Zona de Levante y celebradas en Palma de Mallorca, a la hora de problematizar la “validez de la profesión de asistente social”.

En la actual etapa de esta investigación y en los límites de esta exposición, destacamos que en los años 70 convivían dos sectores profesionales: uno más conservador y otro sector más progresista. Conformados por profesionales con orientaciones más psicologistas, desde la defensa de un trabajo más técnico y al margen de ideología política, así como del mantenimiento de prácticas benéficas tradicionales, en el primer caso; y profesionales con orientaciones más sociológicas expresando un trabajo más politizado, comprometido en la defensa de los derechos y libertades, e involucrados con movimientos de barrio, de vecinos, ligados a movimientos sociales, el segundo, que incluso contaba con una vanguardia profesional pero que no se intimidaba al afirmar: “Si se pretende que el avance de la historia se dirija a situaciones de mayor equidad, no parece haber otra toma de partido que la de la opción de clase por la de las clases oprimidas” (DOMENECH et al., 1975, p. 113). Destacamos en este contexto la iniciativa de un colectivo de asistentes sociales en crear un espacio de formación permanente a través del *Grup d’Investigació en el Treball Social* (GITS) inserido entre 1973-1978 en el Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Barcelona (FERRER, 1978).

Posteriormente, en 1977, en las Jornadas de Pamplona, ubicadas en lo que algunos denominan etapa técnico-ideológica, con la aún reciente desaparición de Franco, se dio una mayor inquietud por aspectos profesionales más que los ideológicos debatiendo en torno a si los profesionales debían ser considerados técnicos o agentes de cambio. Las jornadas se denominaron *Jornadas de la Reconceptualización en España*. (MORAN CARRILLO; DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 202, p. 206).

Otro hecho a destacar fue la acción llevada a cabo en 1978 por alumnos de todo el estado que, junto con el apoyo de los profesionales, participaron en una huelga los días 15 y 16 de mayo para denunciar la situación de desorientación en que se encontraban los estudios y que culminó en agosto de 1981 con un decreto que clasificó a las escuelas de Trabajo social como escuelas universitarias (COLOMER, 2009). En marzo de 1978, los estudiantes de Trabajo social también tuvieron un importante papel reivindicativo en Catalunya y Baleares cuando la Coordinadora de Estudiantes impulsó un encierro masivo de las Escuelas con amplia repercusión entre los profesionales y donde las reivindicaciones hacían referencia abierta a asuntos que afectaban directamente la profesión. Entre ellos, los planes del Ministerio de Cultura de reconvertir funcionarios de la Sección Femenina en “animadoras culturales del Desarrollo Comunitario”, (acción que implicaría nefastas consecuencias para las clases populares), y la lucha por la

clasificación universitaria de los estudios. A raíz de este hecho (PUIG 1978) lanza la siguiente problematización: “¿*Por qué, deberíamos preguntarnos, lo han defendido masivamente y con tanta fuerza los alumnos antes que los profesionales?*”. Su respuesta va en dirección al análisis de clase social:

La procedencia de clase de las Escuelas de Trabajo social ha variado sensiblemente en los últimos años. La mayoría simultanean sus estudios con el trabajo, y provienen de ambientes trabajadores o pequeña burguesía, mientras en décadas anteriores la carrera de asistente social estaba reservada a chicas de clases acomodadas. A su vez, los sectores más críticos de la juventud, ponen hoy en cuestión los valores y sistemas jerárquicos de nuestra sociedad, que se evidencian fácilmente cuando se entra en el análisis de la problemática social. (PUIG, 1978, p. 15).

Era importante en esos momentos unir fuerzas entre estudiantes y profesionales. Éstos, asumieron las reivindicaciones lanzadas por el estudiantado, acción reflejada en la reunión de zonas, Catalunya – “Les Illes” celebrada el mismo día de iniciarse el encierro, con:

[...] representantes de Escuelas y Asociaciones de Barcelona, Sabadell, Terrassa y Palma de Mallorca, encauzó correctamente el proceso, al asumir las reivindicaciones lanzadas por el estudiantado. En la misma línea se definió la Junta de Asociación de Asistentes Sociales de Barcelona (Puertaferri) en reunión urgente, aceptando que la sede del encierro fuera el mismo local de la Asociación, lo que facilitó la relación estudiantes-profesionales y favoreció el trabajo conjunto de las dos Escuelas de la ciudad Condal, evitando protagonismos. (PUIG, 1978, p. 6).

A pesar de los avances, “los 80 son un período relativamente pobre para los discursos del propio Trabajo social. Aunque son años cruciales para su status profesional y académico” (BREZMEZ apud MORAN CARRILLO; DÍAZ JIMÉNEZ, 2016, p. 213).

Consideraciones finales

Los procesos de cambios económicos, sociales y políticos ocurridos en España en la segunda mitad del siglo XX están intrínsecamente asociados a la construcción de la profesión, su evolución y transformación.

En este sentido, de las cuestiones reflejadas en este artículo destacamos que los movimientos contestatarios como las luchas por la libertad y la democracia, y el movimiento estudiantil y obrero en la realidad española han impactado en la profesión. Se revelan como uno de los múltiples determinantes que impulsaron a las trabajadoras sociales a problematizar, a cuestionar y a reflexionar sobre las prácticas profesionales vinculadas al modelo benéfico-asistencial, sobre los métodos nacidos e importados de Estados

Unidos, a la vez que toman contacto con el Movimiento de Reconceptualización Latinoamericano.

Por primera vez en este proceso de autodefinition y búsqueda de reconocimiento profesional, las trabajadoras sociales, de asociaciones y de escuelas, se organizan para elaborar una propuesta de Trabajo social atendiendo a la realidad y necesidades de la sociedad española.

Por otra parte, destacar que la influencia más directa del Movimiento de Reconceptualización fue con los sectores más progresistas, más politizados de la profesión, aquellos comprometidos con movimientos sociales de lucha contra franquismo y que tratan de conjugar elementos ideológicos y científicos desde una idea de compromiso profesional hacia el cambio social, y con la influencia de las teorías marxistas y revolucionarias de la época comprometidas hacia un cambio político, y que llegarán a España a través de documentos y literatura profesional de Latinoamérica, en congresos y jornadas, encuentros de asociaciones de asistentes sociales y a las escuelas de formación. La influencia más importante en España del proceso de la Reconceptualización se produce en la década de los 70 a los 80, en un contexto donde se habla de la crisis de la profesión, y en torno a los siguientes aspectos como elementos centrales del mismo (FEU, 2007): los asistentes sociales como agente de cambio; la toma de conciencia de la población y la búsqueda de una metodología más integral de la intervención.

En referencia a este último aspecto, señalar como las influencias del Movimiento de Reconceptualización que suponen un cambio en la perspectiva ideológica a través de la búsqueda del cambio social, precisarán también de un cambio en la metodología de un Trabajo social que venía influenciado por las teorías europeas y anglosajonas. En relación a ello, cabe mencionar de manera especial la influencia del *Método básico* de Colomer y el *Seminario de Manresa*, de 1971, donde se plantea la necesidad del proceso científico para conocer la realidad, en paralelo con los planteamientos metodológicos de la Reconceptualización.

Finalmente, en torno al Movimiento de Reconceptualización en su influencia en España, se destaca además de su orientación como profesión, su contribución a la transformación de la sociedad persiguiendo la defensa de las libertades democráticas y la mejora de las condiciones de vida. Se pretende que el trabajador social sea agente concienciador, en coincidencia con las ideas de los movimientos sociales y antifranquistas de la época en España, aunque cabe también señalar que ello supondrá más una serie de planteamientos teóricos y reivindicativos, que una aplicación a la práctica profesional, debido a las propias condiciones políticas y sociales del país en ese momento.

Referencias

ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio editorial, 2007.

ANDER-EGG, E. Entrevista con Ezequiel Ander-Egg. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 9, 1982.

ANDRÉS GÓMEZ, V. Los que vinieron de Francia y la resistencia armada. La Brigada Pasionaria (1946). In: III ENCUESTRO DE INVESTIGADOR@S SOBRE EL FRANQUISMO Y LA TRANSICIÓN. Sevilla. Ed. Muñoz Moya Sevilla, 1998.

ANDRÉS, E. La transición política española: el espíritu del 12 de febrero. *Televisión Española*, 2014. Disponible en: <<https://www.youtube.com/watch?v=psFr-LgCXRw>>. Acceso en: 25 nov. 2017.

COLOMER, M. *El trabajo social que yo he vivido*. Barcelona: Ed. Impulso a la acción social y Consejo General de Colegios oficiales de diplomados en Trabajo Social, 2009.

COLOMER, M. *Método básico de trabajo social*. Barcelona. FEISS d'Euramèrica S.A., 1973

DE LA RED, N.; BREZMES NIETO, M. *Introducción al trabajo social*. Madrid: Ed. Alianza, 2003.

DOMENECH et al. Trabajo Social dentro del proceso de cambio. In: VI JORNADAS DE LEVANTE, Núm.58. 1975.

FERRER, J. Actitudes burocráticas. *Revista de Treball Social*, Catalunya, n. 70, 1978.

FEU, M.; RUBIOL, G. *Les associacions d'assistents socials i el Col·legi de Treball Social de Catalunya*. 80 anys d'associacionisme professional (1934-2014). Barcelona: Col·legi Oficial de Treball Social de Catalunya, 2014.

GOMEZ-FOUZ, S. *La Brigadilla*. Cañada: Editor Gijón.1998

GÓMEZ OLIVER, M. El movimiento estudiantil español durante el Franquismo (1965-1975). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 81, 2008. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/652>>. Acceso en: 25 oct. 2017.

GRUPO DE SERVICIO TÉCNICO DE LA ASOCIACIÓN DE ASISTENTES SOCIALES DE BARCELONA (GSTAAA). *Revista de Treball Social*, Barcelona, n. 2, ab-jun. 1971.

HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014.

MATOS-SILVEIRA, R. Trabalho social en España: contextos históricos, singularidades y desafíos actuales. *Revista Katálysis*, Florianópolis. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179628922006>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MATTOS, M. B.; Vega R. (Org.). *Trabalhadores, golpes e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequencia, 2014.

MORAN CARRILLO, J. M.; DÍAZ JIMÉNEZ, J. M. La profesionalización del trabajo social contemporáneo en España: un análisis socio-histórico desde las aportaciones a los Congresos Nacionales de Trabajadoras/es Sociales 1968-2013. *Documentos de Trabajo Social*, n. 57, 2016.

MUNIESA, B. *Dictadura y transición: la España lampedusiana. La dictadura franquista. 1939-1975*. Barcelona: Ed. Universitat de Barcelona, 2005.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1996.

PUIG, M. Assistents socials en Lluita. *Revista de Trabajo social*. Barcelona, n. 70, 1978

SAINZ CINTORA, A. Acción social y trabajo social en España: una revisión histórica. *Acciones e Investigaciones Sociales*, n. 13, 2001.

VI JORNADAS DE LEVANTE. *Revista de Treball Social*, Catalunya, n. 58, 1975.

VILASECA OLLER, M. J. Revision de los objetivos del trabajo social, aqui y ahora. In: COLOMER, M. *Método básico de trabajo social*. Barcelona. Eura-mérica S.A., 1973.

ZAMANILLO, T. Fisonomía de los trabajadores sociales. Los problemas de la identidad profesional. *Cuadernos de Trabajo Social*, Madrid, n. 0, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2017.32720

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 03 de setembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

“Desalambrando” histórias: o Serviço Social e as lutas

“Unpacking” stories: Social Work and social struggles in Chile
(1970-1973)

Alexander Panez Pinto*

Kátia Marro**

Maria Lúcia Duriguetto***

Paula Vidal Molina****

Victor Neves*****

Víctor Orellana Bravo*****

Resumo – No Chile, o Serviço Social, no período da Reconceitualização, apresentou fortes mudanças nos seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, mudanças que estavam sintonizadas com o cenário político de alta efervescência da luta de classes. Na virada da década de 1960 à década de 1970, as forças organizativas da classe trabalhadora – partidos e movimentos sociais de esquerda – levaram o Chile a ser o primeiro país no mundo em que uma coalizão com um programa de construção do socialismo conquistou o governo pela via eleitoral. Neste cenário, o Serviço Social chileno estabeleceu relações e posicionamentos, produzindo uma rica reflexão de docentes, discentes e profissionais em relação à formação profissional e às ações interventivas. Neste artigo, explicitaremos reflexões iniciais da conjuntura chilena do governo da Unidade

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. *Correspondência*: Departamento de Geografia – Universidade Federal Fluminense: Rua Alexandre Moura – São Domingos, Niterói – RJ. CEP: 24210-200. *Email*: <alexander.panez@gmail.com>.

** Professora do curso de Serviço Social do Campus Universitário de Rio das Ostras na Universidade Federal Fluminense. *Correspondência*: Escola de Serviço Social – Universidade Federal Fluminense: Rua Recife, Lotes 1-7 – Jardim Bela Vista, Rio das Ostras – RJ. CEP: 28895-532. *Email*: <katiamarro@gmail.com>.

*** Professora Associada da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora e Pesquisadora CNPq. *Correspondência*: Faculdade de Serviço Social – Universidade Federal de Juiz de Fora: Rua José Lourenço Kelmer, S/n - Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email*: <maluduriguetto@gmail.com>.

**** Professora Assistente da área de Trabajo Social da Facultad de Ciencias Sociales na Universidad de Chile. *Correspondência*: Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Chile: Las Encinas, 3370, Ñuñoa, Santiago, Chile. *Email*: <pvidal71@yahoo.com>.

***** Professor Adjunto no Departamento de Teoria da Arte e Música na Universidade Federal de Espírito Santo. *Correspondência*: Departamento de Teoria da Arte e Música – Universidade Federal de Espírito Santo: Av. Fernando Ferrari, 514 – Goiabeiras, Cemuni V, Vitória – ES. CEP: 29075-910. *Email*: <victorsouza01@gmail.com>.

***** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. *Correspondência*: Faculdade de Serviço Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro: Rua. São Francisco Xavier, 524, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 20550-900. *Email*: <v.orellanabravo@gmail.com>.

Popular (UP) e as relações do Serviço Social com as organizações e movimentos sociais, as quais serão evidenciadas pela análise dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs)¹ e dos artigos da Revista de Trabajo Social da PUC.

Palavras-chave: Unidade Popular; Serviço Social; Reconceituação; lutas sociais; Chile.

Abstract – Social work in Chile during the Reconceptualization period presented deep changes, in a context of high social effervescence. At the turn of the 1960s to the 1970s, the consolidation of the working class and left-wing parties led Chile to become the first country in the world to conquer the government by electoral means, with a program building towards socialism. In a context of intensification of social struggles, Chilean social work established relationships and stances, producing a rich reflection of teachers, students, and professionals in relation to professional training and intervention. This article is the first delivery of results of an ongoing research that reviews the relationship of Social Service with social movements and struggles based on the analysis of final papers for graduation and articles from *Revista de Trabajo Social*, from Pontificia Universidad Católica de Chile.

Keywords: popular unity; Social Service; reconceptualization; social struggles; Chile.

Introdução

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960, com o denominado Movimento de Reconceituação latino-americano. A condição para essa primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores, que se desenvolveu em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva generalizada que teve agudos rebatimentos no continente (FERNANDES, 2011, p.75). É nessa conjuntura de acirramento de manifestações abertas dos conflitos de classe, e devido também à influência dos partidos de esquerda nas massas populares, que segmentos de vanguarda da categoria passam a repensar sua função em face das contradições sociais. Dessa forma, sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva.

Com a consideração central dos marcos conjunturais em que afloram organizações, movimentos e lutas sociais dos trabalhadores, acrescentamos as considerações de Netto (2005), que, ao discutir a erosão do Serviço

¹A pesquisa nos TCCs da Universidad de Chile teve a colaboração dos discentes de Trabajo Social: Ismael Quinteros, Denisse Carvajal, Ankari Canales e Javiera Ramírez.

Social “tradicional” na América Latina, credita a ela três vetores: revisão crítica que se processa no interior das Ciências Sociais; deslocamento socio-político das igrejas no tocante às interpretações teológicas com posicionamentos anticapitalistas e à permeabilidade de setores do clero a demandas vindas das bases sociais, em momento de profundo questionamento ao capitalismo; movimento estudantil, entendido não apenas enquanto rebelião juvenil, mas enquanto meio em que se reproduzem condensadamente as tensões políticas em curso na sociedade, através do qual elas se inserem no importante espaço de formação e reprodução da categoria profissional representado pela Academia.

Neste artigo, interessa-nos trabalhar sobre uma hipótese contida, mas não encerrada, nos vetores apresentados por Netto (2005). Ela se funda nas seguintes assertivas: por um lado, o processo da Reconceitualização e o ascenso das lutas dos trabalhadores na América Latina não devem ser interpretados como meramente confluentes, nem mesmo somente inscritos em um mesmo marco temporal, havendo entre eles uma relação de *determinação causal*; por outro lado, não basta *afirmar* tal relação – é necessário *demonstrá-la*, assim como *explicitar as diversificadas linhas de força* que para ela contribuem e com ela interagem. A hipótese é, portanto, a seguinte: o ascenso das lutas das classes trabalhadoras, por mais que se expresse nos três condutos enumerados por Netto (2005), não se esgota neles, sendo necessário levar em conta, para além deles, o “bloco histórico” a articular estrutura e superestrutura no período, e daí a relação entre assistentes sociais (individual e coletivamente) e as variadas constelações ideais expressas nos diversificados “aparelhos hegemônicos” ou “aparelhos ‘privados’ de hegemonia” vinculados organicamente às classes em luta (GRAMSCI, 1977).

A tal hipótese soma-se a seguinte precisão: no âmbito dos aparelhos vinculados às classes trabalhadoras², quando se quer explicar e compreender o fenômeno da erosão do Serviço Social “tradicional” e a emergência da Reconceitualização em âmbito latino-americano, merecem atenção especial aqueles vinculados ao proletariado.

No sentido de fundamentar aquela hipótese, vamos, no presente artigo, apresentar os primeiros resultados da nossa pesquisa sobre o Chile e o Serviço Social chileno no período 1965-1973³, em que explicitaremos alguns processos desenvolvidos nos anos sob o governo da Unidade Popular (UP) (1970-1973) e a sistematização e análise dos conteúdos dos TCCs da U. de Chile, U. Católica de Valparaíso e U. Católica de Chile, além dos ar-

² Classes trabalhadoras se refere, aqui, ao contingente de classes que vivem do próprio trabalho, o que abrange o proletariado, o campesinato, setores da pequena burguesia, e mesmo, eventualmente, outros estratos sociais – conjunto pluriclassista por vezes referido como “setores populares”. Dentre essas classes trabalhadoras está o proletariado, que na interpretação clássica com a qual trabalhamos neste texto não se restringe ao operariado fabril.

³ Esta pesquisa faz parte do subprojeto intitulado *A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil, Argentina e Chile no período de 1960-1980*, que compõe a pesquisa *O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile, e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*, coordenada pelas professoras Marilda Iamamoto e Cláudia Mônica.

tigos presentes na *Revista Trabajo Social* (PUC), entre o período 1970-1973. Assim, percorreremos nas próximas páginas um caminho que permita: a) vislumbrar alguns elementos centrais da conjuntura chilena entre 1965-1973, especialmente no tocante à organização das classes trabalhadoras; e b) tecer considerações exploratórias acerca do redimensionamento crítico do Trabalho Social chileno na relação com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas.

O Chile entre 1965 e 1973: localizando o Serviço Social e a Reconceituação chilena

O triunfo da UP representou a culminação de um longo e complexo processo de articulação de uma parte da esquerda chilena que, a partir dos anos 1950, construiu estratégias de aliança política para enfrentar a luta eleitoral e a construção de um projeto político comum. Neste esforço, confluíram o Partido Comunista, o Partido Socialista, o Partido Radical, o Movimiento de Acción Popular Unitaria (Mapu) e o Acción Popular Independiente, que levaram Salvador Allende a conquistar a presidência em setembro de 1970.

Os principais autores sobre os quais nos apoiamos para estudar a conjuntura chilena naquele período concordam que, devido ao Golpe de 1973 e à profunda derrota que ele significou para as forças sociais e políticas engajadas na luta socialista, aspectos centrais da história dos movimentos das classes trabalhadoras chilenas naquele interregno permanecem insuficientemente conhecidos. Nesse sentido, parece-nos importante explicitar aquelas que consideramos serem as principais linhas de força a determinar essa conjuntura, o que faremos brevemente nos parágrafos a seguir (GAUDICHAUD, 2004, p. 17).

Primeira, é no plano do “bloco histórico”, articulando estrutura e superestrutura, que se deve considerar a crise atravessada pelo Chile na virada dos anos 1960 aos anos 1970. Já no início dos anos 1960 evidencia-se o esgotamento do projeto capitalista “nacional-desenvolvimentista”. Na tentativa de apaziguar as contradições na esfera política desse modelo, surge o programa de “revolução em liberdade” da Democracia Cristã (DC) sob Eduardo Frei Montalva, que, através de uma narrativa de transformação social, pretende o aprofundamento do desenvolvimento capitalista (CANCINO, 1988). Porém, o projeto da DC não conseguiu conter a entrada do Chile na crise de fundo – que se manifestou social, econômica, política e culturalmente entre a segunda metade dos anos 1960 e 1970, em todas as economias centrais e em grande parte do mundo periférico capitalista (MANDEL, 1990).

Segunda, na esfera da economia, deve-se ter em conta o elemento de continuidade histórica entre o que o governo da UP efetivamente foi capaz de implementar entre 1970-1973, bem como a modalidade de desen-

volvimento capitalista chileno aberta pela DC entre 1965-1970. O governo da UP implementou já no começo mudanças estruturais contidas no seu programa, que proclamava claramente *o socialismo como objetivo* – como a nacionalização dos recursos minerais, intensificação da reforma agrária, expansão da área de propriedade social e controle estatal da banca (VIDAL, 2014). Apesar disso, não parece ter conseguido iniciar uma efetiva transição socialista, tendo sido abortado pelo Golpe de 1973, quando ainda se encontrava em um ponto que muitos dos próprios construtores de tal governo avaliavam como o “momento democrático” da revolução. Tem-se, portanto, que, mesmo que isso ainda seja objeto de debates, há autores que assinalam que o governo da UP, até onde conseguiu avançar no plano da economia, não chegou a ser capaz de superar uma forma radicalizada do desenvolvimentismo (GAUDICHAUD, 2004).

Terceira, tomando-se o Estado em sentido integral (GRAMSCI, 1977), devem-se considerar as três determinações a seguir: a) a *diferença de intencionalidades prevaletentes em cada um dos diversos aparelhos hegemônicos da classe trabalhadora*, entre aquela que, de um lado, vicejou no âmbito da esquerda previamente institucionalizada, forte e organizada (sobretudo o PCe o PS), de canalizar o descontentamento popular no marco de um apoio ao projeto de uma “via chilena ao socialismo”; de outro lado, aquela surgida desde a base dos movimentos das classes trabalhadoras, tendente a *transbordar* os limites da institucionalidade do Estado burguês, apoiada por um setor dentro do próprio PS, e a emergência do Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), dentre outros; b) o *surgimento de órgãos de “poder popular”*, interpretado diferentemente pelos diversos sujeitos políticos em presença; c) o *transbordamento dos movimentos das classes trabalhadoras* em face da ambiguidade da UP e da limitação que ela buscou – e, em larga medida, conseguiu – impor, entendendo-os antes enquanto ponto de apoio ao governo do que como alavancas no sentido de definir os rumos da luta de classes, transformando radicalmente as relações sociais na base do Estado e rompendo com a institucionalidade social e política burguesa (GAUDICHAUD, 2016).

A partir das observações expostas acima, é possível delinear uma periodização para o desenvolvimento dos movimentos das classes trabalhadoras entre 1970 e 1973. Uma primeira fase se estende entre a posse de Allende, em 1970, e o mês de outubro de 1972, sendo marcada por forte identificação entre a UP e sua base social. Uma segunda fase, compreendida entre a paralisação patronal de outubro de 1972 e o “Tancozo” de junho de 1973, durante a qual surge uma miríade de organizações coletivas independentes do Executivo, posicionando-se por vezes contra ele, tendendo a pôr em questão os limites da política da UP. Neste contexto, o governo, pressionado pelos movimentos patronais através dos quais a burguesia declara guerra e assume a ofensiva, passa a trabalhar no sentido de frear as reformas para garantir o já conquistado e evitar a guerra civil. É então que se apresenta

a conhecida disjuntiva entre os partidários do “avançar sem transacionar” e aqueles do “consolidar para avançar”, e que os órgãos de poder popular se vêem em uma encruzilhada entre sua fidelidade a Allende e o desejo de manter a pressão social para fazer avançar na transição. Por fim, uma terceira fase se estende da tentativa de golpe de junho de 1973 (o “Tancazo”) até o 11 de setembro, período em que está em marcha acelerada e aberta a contrarrevolução, favorecida, por sua vez, por certas medidas emanadas do Estado, como os gabinetes cívico-militares de salvação nacional e a Lei das Armas, da qual se valem os militares insidiosos para cometer diversos abusos e arbitrariedades.

Durante a terceira fase, cristaliza-se a oposição entre uma esquerda parlamentar e as direções dos organismos de poder popular. Quanto à assim chamada “esquerda parlamentar”, condiciona seu apoio a iniciativas de poder popular ao limite de que não levem ao surgimento de situações de dualidade de poderes em relação às instituições políticas juridicamente reconhecidas. Consideram que essas situações de dualidade de poderes favoreceriam posições tidas como “ultra-esquerdistas”, como, por exemplo, as do MIR, e levariam à guerra civil, o que essa parcela da esquerda quer, a todo custo, evitar – pensando ser possível e necessário, para isso, apoiar-se sobre a “arraigada tradição de compromisso com as instituições democráticas” que, pretensamente, vigeria no Chile de então. Quanto às direções dos organismos de poder popular, passam a ter cada vez maior clareza do perigo de se perder o controle do processo caso não se acelere o avanço e não se passe ao enfrentamento aberto e sem tréguas à contrarrevolução.

Acerca do redimensionamento crítico do Trabalho Social chileno na relação com as lutas e movimentos sociais das classes subalternas

Não restam dúvidas de que o Serviço Social chileno se vê profundamente redimensionado neste cenário histórico. Como um dos capítulos particulares do processo de Reconceituação latino-americano, podemos afirmar que *o vínculo e a pressão que exercem as lutas sociais dos trabalhadores e setores subalternos, entre meados dos anos 1960 e a chegada ao governo da Unidade Popular, são os fatores que tensionam o Serviço Social tradicional*. O desvelamento da dimensão política da profissão se traduz em férteis debates profissionais, que questionam a funcionalidade da profissão nos processos de exploração da força de trabalho e alienação dos trabalhadores. Traduz-se, além disso, na reprodução de modelos de participação social que apaziguam os conflitos de classes e problematizam as características da distribuição da propriedade privada e da dependência econômica do país, ou, também, nas formas de organização e do conflito de classes, como fundamentos das desigualdades sociais. Observam-se as

primeiras manifestações de um claro questionamento da sociedade capitalista e da função que a profissão tem desenvolvido neste contexto. Um artigo do primeiro volume da *Revista de Trabajo Social* (UC) elucidada:

O Serviço Social, situado neste contexto, sem um marco de referência mais amplo e [sem] uma visão crítica da sociedade, orientou sua ação, principalmente, nas duas linhas assinaladas, com a convicção de que por meio deste labor se poderia solucionar a maioria dos problemas sociais.

A experiência de inúmeros colegas durante esforçados anos de vida profissional parece indicar que este caminho conduz a um beco sem saída [...]. É necessário chegar na raiz do problema, que acreditamos que está no sistema capitalista e sua estrutura de dependência e subdesenvolvimento de nossa sociedade. Enquanto o sistema se mantenha e a estrutura não mude, o Trabalho Social continuará se encontrando no mesmo beco sem saída. (AYLWIN;POBLETE; SOLAR, 1970, p. 5-6 “tradução nossa”).

Temos assim que, no cenário histórico que se abre com a conquista do governo da UP, os trabalhadores sociais se interrogam acerca da sua contribuição com o processo de transição ao socialismo. No editorial desse mesmo primeiro volume da revista, afirmam os colegas: “A nova conjuntura histórica que começa a viver o nosso país, com um governo orientado à construção do socialismo, coloca novas e substanciais exigências para o Trabalho Social” (EDITORIAL, 1971, p. 6 “tradução nossa”).

Ao analisar documentos e trabalhos produzidos na época, destaca-se o *envolvimento da atuação profissional com problemas típicos de uma situação de deslocamento da correlação de forças no campo da luta política, cuja solução é colocada sob o crivo do compromisso com um processo de transição socialista*. Alguns exemplos disso são o relato profissional em uma empresa estatizada em que se evidencia a ausência de uma apropriação real e coletiva dos meios de produção (TRABAJO SOCIAL, 1972); a crítica da debilidade de valores de solidariedade e cooperação coletiva entre as massas (VARGAS, 1970; MOYANO et al., 1972); ou mesmo o desafio da construção do protagonismo dos segmentos subalternos na condução das políticas sociais, no âmbito habitacional (PALMA; QUIROZ, 1971; ETS-UC, 1972a) e de saúde (ARRIAGADA et al., 1972), entre outros.

Ainda assim, deve-se ter em mente que a profissão, naquele período, estava transitando, dando seus primeiros passos no sentido da realização de pesquisas mais rigorosas, abandonando um tratamento mais fenomênico e descritivo da realidade, questionando os pilares do pensamento conservador e incorporando novas referências teóricas para análise e intervenção social. Isso tem rebatimentos no pensamento crítico produzido no período. Em alguns momentos, percebe-se certo tratamento eclético e até mesmo a persistência de influências que remetem a correntes, pensadores e instituições mais diretamente vinculadas ao campo positivista de análise e intervenção

social, como também a utilização da *teoria da marginalidade*, ou, ainda, as influências da Cepal.

Está em curso um redimensionamento teórico que se materializa, por sua vez, num claro enriquecimento no conhecimento dos sujeitos com que trabalhamos, já não considerados como meros “usuários individuais”, mas *como sujeitos coletivos organizados e historicamente situados*. Este conhecimento é produto de uma compreensão histórica e política desses setores, mas também de *uma inserção real da profissão no cotidiano de vida e organização destes sujeitos* – é, na expressão empregada na época, fruto do “trabalho de base” junto aos “setores populares” e às suas organizações, que a profissão também é chamada a realizar.

Cabe destacar o conhecimento que a profissão produz sobre três dimensões importantes do movimento social das classes subalternas no período: os “pobladores”, a questão do poder popular e o movimento operário-sindical. É importante sublinhar que, do ponto de vista da relação da profissão com as lutas sociais, essa não se reduz exclusivamente ao operariado fabril, identificando-se outros sujeitos coletivos, geralmente integrantes das classes trabalhadoras tomadas em sentido mais abrangente, que fazem parte desta relação: assim, é possível observar na literatura do Serviço Social latino-americano da época, e em especial do Serviço Social chileno, reflexões sobre as mulheres, os camponeses e os indígenas, que passam a ser compreendidos, paulatinamente, desde uma perspectiva de classe e incorporando aspectos da sua reprodução social para pensar atribuições do trabalho profissional.

Por exemplo, o conhecimento dos “pobladores”, considerados como expressão de contradições secundárias, evidencia esse *esforço por conhecer a composição dos diversos segmentos das classes trabalhadoras e subalternas*, entendendo suas lutas pela reprodução social como parte da luta de classes, no contexto do capitalismo dependente (PALMA; QUIROZ, 1971). Ao compreender as particularidades do capitalismo dependente chileno, a profissão descortina a heterogeneidade da classe como reflexo da própria heterogeneidade da estrutura produtiva, impactando não apenas nos salários e na posição produtiva, mas também nos níveis de consciência, no comportamento político e nas formas de organização.

Esse fenômeno se torna tão representativo do debate profissional que a Escola de Trabalho Social da Universidade Católica de Chile (ETS-UC) cria um “Departamento Poblacional”, encarregado de acompanhar suas experiências de organização a partir de diversos organismos criados ou recriados pelo governo da UP. Assim, órgãos como as Juntas de Abastecimento e controle de Preços (JAP), Conselhos Locais de Saúde (CLS), juntas de vizinhos (associações de moradores), clubes de mães e comitês de vigilância noturna vão pautar um conjunto de demandas e de desafios para a atuação profissional do Trabalho Social.

A literatura analisada permite inferir uma *destacada inserção da profissão no processo de organização popular* a partir dos “talleres”, não

apenas em relação ao *apoio e fortalecimento do processo de auto-organização dos trabalhadores*, mas também em relação ao *desafio de uma nova institucionalidade que expressasse a gestão participativa dos assuntos públicos por meio dos organismos de poder popular*(CAMPO et al., 1971; GIMENEZ et al., 1971; DEL POZO, 1971; CRUZ, 1972).

É neste ponto que se evidencia, também, a preocupação da profissão pelo protagonismo e o processo de auto-organização dos trabalhadores na conjuntura que se abre a partir do governo da UP: *estudantes e trabalhadores sociais se debruçam sobre o debate do poder popular, questionados pelo desafio de identificar e fortalecer organismos de poder da classe.*

El pueblo aprendió más que en muchos años de su historia. Entendió por primera vez, por su práctica, lo que era la destrucción del Estado Burgués y la necesidad de construir un nuevo Estado... Entendió que el poder popular no era una palabra que se usa en las charlas, sino que era poder de verdad, de decisión y ejecución en el manejo de algo.(CRUZ, 1972, p.56).

A afirmativa de que a profissão deve desenvolver o seu trabalho junto às organizações populares se expressa em exemplos variados, como o da política habitacional; o da luta pelo controle e gestão do processo de produção da área social da economia; e até o da organização territorial dos “pobladores”. Especificamente neste ponto, na preocupação por diferenciar os “moldes” e instâncias de participação herdadas do período histórico anterior, a literatura analisada retrata que a relação predominante era de reivindicação e colaboração com o Estado – e o caráter que os organismos de poder popular deveriam adquirir, como organismos de poder de classe –, nos marcos do processo de transição ao socialismo. Inclusive, observa-se no debate profissional *uma relação estreita entre as políticas sociais e os trabalhadores organizados como classe, como sujeitos coletivos*. Voltaremos a esse assunto ao falar das atribuições profissionais e das perspectivas de trabalho.

Outro dos aspectos relevantes que se identificam no debate é o *trabalho com o movimento operário-sindical, impulsionado por experiências de intervenção a partir do processo de ocupação e estatização das fábricas*. Na compreensão dos profissionais, as ações desenvolvidas deveriam se orientar a elevar o nível de consciência dos trabalhadores. É assim que um dos artigos da PUC (TRABAJO SOCIAL, 1972) relata o projeto de criação de um “departamento cultural e de educação” na empresa para atuar no campo dos valores culturais que acompanhem o processo de transição ao socialismo e facilitem a compreensão do contexto histórico e a organização popular; para atuar na formulação e operacionalização de serviços e benefícios sociais nas empresas; inclusive, incorporando tarefas que fazem parte da luta de classes, com o objetivo de “ganhar confiança e reconhecimento” dos trabalhadores, participando nas diversas atividades convocadas pelos sindicatos (greves, assembléias, ocupações).

O artigo citado nos informa que algumas dessas demandas eram apresentadas à equipe profissional pelos próprios dirigentes sindicais, no sentido de se contrapor ao conservadorismo e à “neutralidade” dos assistentes sociais tradicionais que desenvolviam o seu trabalho nas empresas, com anterioridade a estes processos de ruptura. Ao tratar das atribuições que os trabalhadores sociais teriam ao atuar com os sindicatos ou nas empresas, destacam-se as perspectivas enumeradas a seguir. *Nos órgãos de participação operária*, a profissão trabalharia na “batalha ideológica junto às bases”; na capacitação política, ideológica e econômica; na alfabetização dos trabalhadores; qualificando esses órgãos para que sejam meios de apropriação real dos meios de produção. *Nos sindicatos*, os trabalhadores sociais teriam como tarefa a capacitação e formação política para garantir relação com as bases, superar o formalismo e evitar a cooptação; qualificar o debate acerca do destino do excedente (CAMPO et al., 1971; GIMENEZ et al., 1971). Outra frente seria o trabalho com “a mulher do trabalhador”, no sentido da formação política pelo seu poder na criação dos filhos, por exemplo, através dos Centros de Mães (GATICA; CABRERA; CHANG, 1972; TOLEDO, 1971).

Outra questão que chama a atenção e evidencia o enriquecimento que proporciona a relação entre a profissão e as lutas sociais é a interação com as políticas sociais. Isso se expressa no relato de experiências de intervenção que se propõem a garantir direitos, promovendo o protagonismo dos subalternos, nos marcos de um processo de transição ao socialismo. No cruzamento analítico entre a política social e o chamado “Poder Popular”, há artigos que salientam a formação de conselhos; o enfrentamento de modelos tradicionais de participação; a formação de líderes de saúde; a promoção do protagonismo dos trabalhadores e “pobladores” na construção da política habitacional e demais políticas sociais (ETS-UC, 1972a; ARRIAGADA et al., 1972).

No que diz respeito à relação com as políticas públicas e sociais, existem nuances que nos levam a afirmar a existência de vários posicionamentos no Trabalho Social da época. Antes da chegada da UP ao governo, a preocupação que aparece é a tensão que se produz entre as políticas/demandas institucionais (do mercado de trabalho, do empregador) e as demandas dos trabalhadores postas pelo processo de mobilização social para a transformação de um Chile periférico e dependente. As análises apontam que as políticas sociais tinham um selo assistencialista e de integração dos conflitos de classes, nos moldes propostos pela Aliança para o Progresso (DEL POZO, 1971).

Paulatinamente, aparece um questionamento à dimensão de apaziguamento das lutas operárias presente nas estratégias de enfrentamento da questão social por parte do Estado no contexto desenvolvimentista, bem como um reconhecimento de que a profissão se disputa nessa tensão. Por outro lado, no contexto de um governo que se apresenta como comprometido

com uma transição ao socialismo, verificam-se, nas fontes estudadas, as mesmas dificuldades de construção de mediações teóricas e políticas no debate profissional. Neste ponto, a participação real e substantiva da classe trabalhadora e dos setores subalternos nas diversas instâncias e delineamentos do governo em relação às políticas sociais aparece como uma frente de trabalho importante para os trabalhadores sociais. Observa-se certo questionamento dos ressaibos burocráticos, paternalistas ou até de práticas assistencialistas (herdadas do governo da DC) em alguns segmentos da profissão, apontando a insuficiência da estratégia da UP para os setores "poblacionales". Interessante observar algumas advertências críticas que aparecem nas fontes tratadas, quando analisam o governo em questão: a) a insuficiência da política "poblacional"; b) a continuidade de práticas paternalistas e burocráticas; c) o caráter limitado da participação popular nas políticas públicas (ETS-UC, 1972b).

Pudemos observar, ainda, que se destaca, nas fontes analisadas, uma forte explicitação da *dimensão ideopolítica e educativa da profissão*, com uma clara *perspectiva de classe* na compreensão do Trabalho Social. O trabalho profissional é considerado parte das estratégias de capacitação para a formação da consciência de classe e para o desenvolvimento dos processos de organização dos trabalhadores. Esta chave de interpretação vai delinear boa parte das atribuições e competências profissionais na relação com os trabalhadores e demais segmentos subalternos, no seu processo de organização.

Podemos mencionar algumas *linhas de atuação profissional, na perspectiva do poder popular*, como por exemplo: questionamento e problematização do processo de organização; apoio às organizações existentes; fomento de novas formas de organização que respondam às necessidades dos trabalhadores; capacitação de dirigentes; trabalho de organização para a melhoria das condições de vida e articulação dessas demandas com organismos estatais; apoio na formação sindical das mulheres; participação no desenho e implementação das políticas de saúde, dentre outras (ETS-UCC, 1972a; DEL POZO, 1971; ZELADA, 1972).

Relacionada à acentuada ênfase na dimensão ideopolítica da profissão, é possível constatar também, em algumas fontes analisadas, certa superestimação da dimensão política do Trabalho Social, presente em uma visão messiânica e voluntarista do trabalho profissional no processo de construção do socialismo e do poder popular. Isso se percebe em passagens de textos que demandam à profissão a necessidade de realizar um trabalho a serviço das classes populares para que as mesmas encontrem a sua "libertação". Podemos notar essa superestimação especialmente nas tonalidades acentuadas da concepção do Trabalhador Social como "capacitador" ou "educador popular", tendo a função de brindar instrumentos ideológicos e técnicos para que os trabalhadores pudessem desempenhar o papel de "agentes da transformação social". Deste modo, observam-se dificuldades

de construção de mediações teóricas, políticas e profissionais, que se expressam seja em posturas messiânicas, seja na dificuldade de compreender as contradições do Estado burguês, seu papel como empregador e as particularidades dos processos de trabalho, seja ainda na confusão da relação da profissão com os usuários – permeada em alguns casos por certo militantismo. Contudo, é importante reconhecer que estes elementos se relacionam também com a experiência inédita que se estava vivenciando no âmbito da profissão, em que nas próprias discussões internas se reconhecia as dificuldades de estar sendo confrontados com um desafio nunca antes colocado (AYLWIN; RODRÍGUEZ, 1971).

Considerações finais

Este artigo é uma primeira e sintética exposição de alguns elementos que consideramos serem os mais relevantes quanto aos processos desenvolvidos sob o governo da UP e a relação do Serviço Social chileno com as organizações, movimentos e lutas sociais. Nesta direção, apresentamos algumas considerações: na análise dos TCCs e dos artigos pesquisados, evidenciamos uma notável alteração dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da profissão, a partir da efervescente conjuntura pela qual passava o país naquele período. O Serviço Social reconhece que o “atual cenário histórico” (transição ao socialismo) exige um posicionamento. A tendência majoritária desse posicionamento é a de confluir e apoiar aquele processo, de sintonizar a profissão não apenas às demandas postas pelo governo da UP, mas sobre tudo de fomentar e fortalecer os processos de organização dos trabalhadores e a defesa das suas demandas e interesses.

Contudo, a relação da profissão com o governo da UP e com seu campo de forças políticas não foi monolítica nem isenta de disputas. Nas produções acadêmicas analisadas, é possível atestar que as próprias tensões existentes no interior das forças políticas que conformavam a UP também rebateram na relação dos assistentes sociais com os segmentos da classe trabalhadora, junto aos quais exerciam sua intervenção. Também é fundamental explicitar que, mesmo havendo envolvimento de profissionais com o governo, e com as forças políticas que o sustentavam a partir da militância política, *é pela mediação da política social* que a categoria profissional desenvolve a sua intervenção, com os *pobladores*, camponeses e operários industriais.

Referências

ARRIAGADA, A. et al. *Participación de la comunidad en programas y acciones del Servicio Nacional de Salud*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1972.

AYLWIN, N.; POBLETE, M.; SOLAR, M. Orientaciones para la acción del Trabajo Social. *Revista de Trabajo Social UC*, v.1, 1970.

AYLWIN, N.; RODRÍGUEZ, V. "Qué es el Trabajo Social" en la actual perspectiva histórica. *Revista de Trabajo Social UC*, v. 1, 1971.

CAMPO, E. et al. *Participación del asistente social en el proceso de desarrollo socio político actual*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.

CANCINO, H. *La problemática del poder popular en la vía chilena al socialismo, 1970-1973*. S.l.: Aarhus University Press, 1988.

CRUZ, G. Los talleres de Trabajo Social y la crisis de octubre. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.

DEL POZO, I.H. *La acción de un trabajador social en un sector marginalizado de vivienda Higerilla nº 1 e 2*. Trabajo de Conclusión de Curso. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1971.

ETS-UC.DEPARTAMENTO POBLACIONAL, ESCUELA DE TRABAJO SOCIAL, UC. El trabajador social como agente de movilización –Programa Salud. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972a.

_____. Algunos elementos del diagnóstico del fenómeno poblacional en Chile. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972b.

EDITORIAL. Chile: coyuntura favorable para el Trabajo Social. *Revista de Trabajo Social UC*, 1971.

FERNANDES, F. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, [1980] 2011.

GATICA, J.; CABRERA, S.; CHANG, R. Participación " poder obrero: ¿hacia una redefinición del trabajo social? *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.

GAUDICHAUD, F. Presentación General. In: *Poder popular y cordones industriales*. Testimonios sobre el movimiento popular urbano chileno, 1970-1973. Santiago: LOM Ediciones, 2004.

_____. *Chile 1970-1973*. Mil días que estremecieron al mundo: poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones, 2016.

GIMENEZ, R. et al. *Elementos para la formulación de políticas de acción social para un Servicio Social correspondiente a una época de cambios acelerados*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.

- GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, [1929-1935] 1977.
- MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e a sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio/Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- MOYANO, M. et al. *Organizaciones y participación en sectores populares urbanos*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1972.
- NETTO, J.P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, [1990] 2005.
- PALMA, D.;QUIROZ, T. Como La dependencia económica condiciona la realidad popular urbana en Chile. *Revista de Trabajo Social UC*, 1971.
- TOLEDO, G. et al. *El Instituto Laboral y la participación de la mujer en la vida sindical*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1971.
- TRABAJO SOCIAL en una empresa estatizada. *Revista de Trabajo Social UC*, 1972.
- VARGAS, N. *Organización de comunidad y participación para el desarrollo*. Santiago, Chile: Universidad de Chile, 1970.
- VIDAL, P. Unidad Popular y la lucha por la igualdad radical en Chile. *Revista Izquierdas*, n. 18, IDEA-USACH, Santiago de Chile, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3601/360133466005/>>. Acesso em: 17 de junho de 2017
- ZELADA, I. *Desarrollo de dos talleres de Trabajo Social en el sector poblacional, bajo el proceso de cambios de la Unidad Popular (1971-1972)*. Trabajo de Conclusión de Curso. Santiago: PUC, 1972.

DOI: 10.12957/rep.2017.32742

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 03 de setembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Reconceitualização do Serviço Social: processo e movimento da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso*

Reconceptualization of Social Work: process and movement of Catholic University of Valparaíso's "Escuela de Trabajo Social"

Vicente de Paula Faleiros**

Resumo – Este artigo de micro-história reflexiva refere-se à história da mudança do paradigma do Serviço Social funcionalista no processo de reconceitualização vivido na Escola de Trabalho Social da Universidade Católica de Valparaíso, no Chile, de 1970 a 1973. Tem por objetivo discutir a fundamentação e a prática do paradigma reconceitualizado no contexto da experiência chilena de transição para o socialismo com liberdade e da articulação com o marxismo. O relato histórico tem como referência a escrita de uma micro-história na perspectiva de uma análise da totalidade, com base em narrativa pessoal e em documentos da época, conforme sugere Burke (1992), numa perspectiva da sociologia reflexiva (MELUCCI, 2005). A discussão da experiência aponta para a construção de uma articulação do Serviço Social com a ação política comprometida com a transformação das relações de dominação.

Palavras-chave: Reconceitualização do Serviço Social; Funcionalismo; Dialética; Experiência Chilena.

Abstract – This reflective microhistory article refers to the history of the paradigm shift of the functionalist social service in the process of reconceptualization lived in the Social Work School of the Catholic University of Valparaíso - Chile from 1970 to 1973. Its purpose is to discuss the fundamentals and the practice of the paradigm reconceptualized in the context of the Chilean experience of transition to socialism with freedom and this articulation with Marxism. The historical account has as reference the writing of a microhistory in the perspective of an analysis of the totality, based on personal narrative and documents of the time, as suggested by Burke (1992), from a perspective of reflective sociology (MELUCCI, 2005). The discussion of experience points to the construction of an articulation of social work with political action committed to the transformation of relations of domination.

Keywords: Social Work Reconceptualization; Functionalism; Dialectics; Chilean experience.

* O texto foi inspirado em palestra proferida na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em novembro de 2017.

** Pós-doutorados pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) – Paris (1991) e Université de Montréal (1996). Professor emérito da Universidade de Brasília. Docente na Pós-Graduação em Gerontologia e na Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília. *Correspondência:* QS 7 LT 01 – Águas Claras, Brasília – DF. CEP: 71966-700. Email: <vicentefaleiros@terra.com.br>.

A experiência chilena de transição ao socialismo

A história passada, vista do presente, é fundamental para ressignificar, no contexto atual, um fenômeno ou um acontecimento situado em outro contexto. Comparar contextos não é o objetivo deste artigo, mas sim discutir uma prática historicamente situada em outro momento do capitalismo latino-americano e da contra-hegemonia na área específica do Serviço Social na América Latina. Burke (1992) lembra que a história se interessa por toda a atividade humana, e no estudo em pauta é a história de uma expressão particular de um movimento latinoamericano do Serviço Social no século XX.

Embora o capitalismo mantenha sua estrutura de exploração, existem mudanças que se produzem na organização dessa mesma estrutura e também na superestrutura, na dialética da relação estrutura/história, como propõe Mészáros (2011). Nessa dialética se expressam as relações estruturais do capitalismo com os movimentos sociais e políticos, bem como os processos particulares de conservação e de mudança numa determinada sociedade.

A experiência chilena de 1970 a 1973, sob o governo de Salvador Allende, foi denominada de transição ao socialismo (BASSO et al., 1972). Essa transição, por via democrática, fez emergir um movimento de ruptura com o capitalismo periférico, um Estado dependente dos Estados Unidos, num aprofundamento da democracia de participação popular e de mudança do Estado, visando estar a serviço das camadas populares. A mudança da superestrutura política, a partir de um bloco de união de partidos, chamado de Unidade Popular (UP), com agrupação dos partidos socialista, comunista, radical e democratas cristãos de esquerda, provocou fortes reações na direita conservadora, principalmente nos grupos da Democracia Cristã, do Partido Nacional, da Direita Radical (PDR) e de grupos paramilitares, como Pátria e Liberdade.

Nesse processo, a UP representava a contraposição à dominação elitista, sendo uma união política das esquerdas, ou seja, uma fissura na hegemonia da classe dominante. A mobilização política e popular trouxe um fortalecimento para a organização sindical e para a organização populacional, com ocupação de terrenos nas cidades e um movimento fortíssimo pela reforma agrária.

O conflito de classes se expressou na luta política entre os adeptos da UP e partidos da direita, defensores da ordem dominante capitalista, culminando na adesão das forças armadas ao golpe de 11 de setembro de 1973. A partir daí, implantou-se uma das mais sangrentas ditaduras da América Latina, com o apoio dos Estados Unidos. Contabiliza-se em torno de seis mil mortos, além de inúmeras pessoas torturadas e exiladas.

Entretanto, no período da UP, novas formas de mobilização popular foram se construindo à medida que o boicote e a oposição das forças conservadoras se manifestavam e impediam o avanço do processo de de-

mocratização popular. Várias empresas foram paralisadas pelos patrões e ocupadas pelos trabalhadores, num processo de produção coletiva. O boicote da distribuição de alimentos para a população fez emergir grupos locais para repasse de alimentos básicos organizados em Juntas de Abastecimento e Preços (JAPs). As JAPs geriam cotas de alimentos, conforme o território, principalmente de alguns cereais, leite em pó, óleo de cozinha e açúcar. Além disso, os caminhoneiros, desde o início de 1973, realizaram paralisações, financiadas, inclusive, pela ITT e CIA. As multinacionais boicotavam as peças de reposição para veículos e máquinas, desenvolvendo-se, em contraponto, formas de reutilização de peças e de produção substitutiva.

O processo de mobilização popular no Chile foi também uma reação à crise do capitalismo e do governo Eduardo Frei, deixando o país dividido entre as forças de mudança lideradas pela UP e as forças da direita ligadas ao Partido Nacional e à direita da Democracia Cristã. As posições se tornaram muito frontais, pois disputava-se fervorosamente a favor e contra a Unidade Popular, muitas vezes na própria família.

A Democracia Cristã se dividiu e sua ala mais à esquerda formou o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu). O bloco centrista apoiou o democrata cristão Radomiro Tomich; a direita da DC ficou com Frei. O conservadorismo era apoiado pelo jornal *El Mercurio*, de propriedade da família Edwards, que havia dominado a produção do salitre. Eles foram responsáveis por provocar a guerra contra a Bolívia, uma vez que a saída para o Pacífico pela Bolívia implicava a ocupação das minas de salitre, e os Edwards a mantiveram fechada.

Essa conjuntura chilena era diferente da do Brasil. Após o golpe de 1964, agudizado em 1968 pelo Ato Institucional nº 5, implantou-se o terror de Estado, institucionalizando a governança pela tortura. Ou seja, usou-se o terror como política, quer dizer, de modo a não haver espaço para o conflito, a democracia, a divergência (FALEIROS, 2010).

No Chile, durante o governo da Unidade Popular, o Estado implementou uma reforma agrária para os trabalhadores do campo e apoiou os cordões industriais por setor ou localização, com o apoio dos sindicatos, no sentido de fazer fluir a produção e romper o boicote. Além disso, também ampliou a economia mista, fortaleceu o monopólio do cobre e melhorou o acesso à saúde pública. A reforma agrária já vinha do processo implantado por Eduardo Frei, mas no governo de Allende houve um avanço com a desapropriação das grandes fazendas para distribuição de terras aos camponeses. Entretanto, os grandes proprietários passaram a também boicotar Allende, por exemplo, retirando as vacas do Chile e levando-as para a Argentina, de modo a promover a falta de carne para o povo chileno, agudizando a resistência da classe dominante à Unidade Popular.

No contexto internacional da época, a experiência chilena representou uma mudança na ordem dominante de divisão bipolar do mundo

nas áreas de influência dos Estados Unidos e da União Soviética. A América Latina se configurava como uma zona de influência norte-americana, denominada então de quintal dos Estados Unidos. A política exterior desse país não aceitava uma repetição da Revolução Cubana e articulou toda a sua força para impedir uma transição ao socialismo na sua área de influência. Nesse contexto, a União Soviética e Cuba apoiaram a experiência chilena de diversas formas, enviando alimentos, peças de reposição e propiciando intercâmbio político. No entanto, o Chile permaneceu independente do bloco soviético. Havia também divergências entre comunistas e socialistas; os primeiros, com a perspectiva de uma ênfase na produção, e os segundos, na revolução.

Os anos de 1970, no contexto do capitalismo, representam um momento de maior influência do Estado na economia, pois durante a crise do petróleo buscou-se apoiar a implantação de novas tecnologias para os combustíveis. Na França, a planificação foi desenvolvida e na América Latina foi apoiada com a criação da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). A ideia da planificação foi muito importante, aparecendo nos congressos de Serviço Social e no processo de desenvolvimento de comunidade com o apoio estatal. Exemplo disso foi o Congresso do Serviço Social Mundial de 1962, no qual se defendeu a ideia da planificação na relação do Serviço Social com o Estado.

No Chile, em 1970, a luta política era aberta, diferentemente do Brasil, onde havia ditadura desde 1964. Em outros países da América Latina também se havia implantado a ditadura, como no Uruguai, na Bolívia, no Peru e, mais tarde, na Argentina. No Chile, a nacionalização do cobre feita por Allende foi mantida por Pinochet, o que propiciou uma renda nacional que permitiu assegurar os privilégios dos militares na ditadura. Isso porque, ao manter o estado de guerra, os militares ganhavam em dobro, garantindo-se sua lealdade.

Durante o governo de Allende, além do boicote da carne e do boicote de reposição de peças, houve também o boicote de alimentos no comércio varejista, em manobra orquestrada pelos Estados Unidos para assegurar sua hegemonia.

O golpe de Estado no Chile, em 1973, foi uma guerra contra a intervenção do Estado, a experiência de transição ao socialismo e o modelo econômico de economia mista, com prisão dos militantes e esfacelamento das organizações de esquerda. A intenção era a implantação cruel e brutal de um modelo neoliberal, inspirado na Escola de Chicago, na ótica do Consenso de Washington. Augusto Pinochet, comandante do Exército, foi o líder do golpe de Estado contra Allende, figurando como traidor, pois havia se comprometido com a defesa da democracia. Allende sempre buscou resolver os conflitos por meio parlamentar, eleitoral e de consulta popular. Pinochet, por sua vez, boicotou um plebiscito previsto por Allende e o golpe de 11 de setembro impediu sua realização.

Desde que Allende ganhou a eleição, em 1970, foi organizada a sedição, por exemplo, com o assassinato do General Schneider, que era Comandante do Exército. Allende teve que enfrentar a sedição da elite, da burguesia, que foi intensificada com a sedição militar. Um golpe de estado não é construído de uma hora pra outra. Implica a mobilização da opinião pública, junto com a mobilização política, com o desgaste econômico e a intervenção armada.

Allende detinha uma habilidade política extraordinária, afirmando que iria continuar na democracia até o último dia de seu governo. Assim, toda a vida social e política no Chile, de 1970 a 1973, foi um embate constante entre as forças hegemônicas e um processo contra-hegemônico.

Depois da volta da democracia, em 1990, a Comissão da Verdade contabilizou seis mil mortos e desaparecidos durante a ditadura, com pessoas torturadas em campos de concentração ou unidades das Forças Armadas e mesmo no Estádio Nacional. A minha prisão está relatada em um texto publicado pelo Conselho Federal de Psicologia (FALEIROS, 2011).

Movimento de Reconceituação na Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso (UCV), em 1970

A seguir, apresento o processo e o resultado da Reconceituação do Serviço Social na Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso, durante o governo da Unidade Popular, no sentido de repensar, no presente, um processo complexo para ressignificar o Movimento de Reconceituação em suas reflexões atuais. Nesse sentido, pode-se parafrasear a expressão de Marx no Dezoito Brumário: *“os homens fazem a história nas condições dadas pelo passado”*, reinterpretando-a, ao dizer que nós fazemos a memória nas condições dadas pelo presente. Essa memória aqui apresentada não pretende reproduzir o passado, mas reinterpretá-lo.

No contexto latino-americano, o Serviço Social também foi se posicionando de forma mais ou menos explícita por uma transformação da sociedade ou pela defesa da ordem dominante (FALEIROS, 1982, 2016).

Nesse processo histórico, denominado de transição ao socialismo, minha vida pessoal no Chile confundia-se com a vida política e a participação de estudantes e professores da Universidade Católica de Valparaíso, imiscuindo-se na busca cotidiana pelo fortalecimento das lutas e das organizações populares, por exemplo, a dos cordões industriais, das Juntas de Abastecimento de Preços, dos sindicatos, das associações de moradores e das ocupações pela reforma agrária. As ocupações urbanas por movimentos políticos mais à esquerda da Unidade Popular, como o Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR), buscaram organizar novas formas de aglutinação comunitária e de justiça popular, como tribunais populares. Vários estudantes participavam dessas ocupações. Desse modo, essas práticas, como

reforma agrária, cordões industriais, implantação de serviços nas fábricas nacionalizadas e mudanças nos serviços de saúde, tornaram-se campos de estágio para vinculação do Serviço Social às lutas populares.

A construção da Escuela de Trabajo Social da Universidade Católica de Valparaíso foi um projeto político de mudança de concepção, de organização curricular, de compromisso com as lutas populares, de crítica radical ao funcionalismo e de vinculação com o marxismo. Nesse sentido, houve uma busca no sentido de repensar e de refazer o modelo tradicional do Serviço Social, principalmente no que se refere ao seu vínculo para manter a ordem dominante, com o exercício da sua função ideológica de autojustificativa e de sua prática clientelista do favor.

A discussão de um Serviço Social revolucionário implicava uma mudança de aliança, de compromisso com as lutas populares. Para isso, era necessário fundamentar-se na teoria marxista da contradição e da totalidade a partir de uma prática teórica reflexiva e sistemática, que também assinalava o questionamento de uma forma de ação tradicional. No prefácio do *Projeto de Escola de Trabalho Social da UCV* (PALMA et al., 1972¹) assinala-se que se trata de uma opção por inserir-se na realidade das lutas populares, de um compromisso com uma ação transformadora no marco da totalidade. Os conceitos de totalidade e contradição passaram a ser a base da construção desse projeto, que se ancorava na análise da realidade.

Essa concepção não surgiu de um grupo isolado de intelectuais, mas de um processo de crise da sociedade, do Serviço Social e da própria dinâmica de conflitos na Universidade Católica de Valparaíso. Com efeito, desde 1966 havia uma crise nas escolas de Serviço Social e de Educação Familiar. Por sua vez, em 1967 começa a luta pela reforma universitária e, em 1968, produz-se um autoquestionamento de ambas as escolas citadas. Em 1969 forma-se uma comissão mista de docentes e alunos para repensar ambas as profissões. Em 1970 agudiza-se a crise na Escola de Serviço Social e os estudantes exigem qualificação do pessoal docente e uma reformulação total e radical da profissão.

Quando cheguei, exilado, em 1970, para trabalhar na UCV a partir de um convite, havia greve de estudantes para a reformulação do pessoal docente, instituindo-se uma comissão de professores e estudantes, da qual passei a fazer parte. Ela se destinava a repensar o Serviço Social juntamente com a Educação Familiar, a partir da pressão estudantil para uma mudança radical de ambas as profissões. Os líderes estudantis faziam parte dos partidos políticos de esquerda.

A reitoria da UCV, exercida por Raúl Allard, da ala progressista da Democracia Cristã, apoiou o processo de democratização da universidade e de mudanças no Serviço Social. A própria universidade tinha uma assem-

¹ Fizeram parte da Comissão Organizadora da Escuela de Trabajo Social e da autoria do Projeto de Reformulação: Eloisa Pizarro de Palma, Maria Edith Jofre, Vicente de Paula Faleiros, Teresa Quiroz e Cecilia Paiva.

bleia anual de alunos e professores, chamada de Claustro Pleno, que discutia toda a estrutura universitária, com comissões, debates e votações. Também fizemos uma série de debates e assembleias com os estudantes e professores de ambas as escolas.

O primeiro ato da discussão dessas duas escolas foi uma imersão na história do Chile, com destaque para o processo de dependência e dominação em articulação com a transformação. Do ponto de vista marxista, tratava-se de partir da relação abstrato-concreto-abstrato para se entender a história e suas dimensões de totalidade, bem como do Serviço Social nesse processo. Repensar o Serviço Social implicava pensá-lo na realidade histórica e na realidade em movimento, na dinâmica de mobilização então vivida. Dentre os autores estudados destacam-se Garreton, Hinkelamert, Faletto e Cardoso, Vuskovic, Theotônio dos Santos, Quijano, Gunder Frank, Caputo e Pizarro, dentre outros.

Via-se que a própria história do Chile não era apropriada pela classe trabalhadora, nem mesmo a história do movimento operário, que era somente conhecida pelos dirigentes e líderes das centrais sindicais. Era fundamental desconstruir o processo de alienação ao qual é levada a classe trabalhadora pela ideologia dominante.

A fundamentação do *Projeto da Escuela de Trabajo Social da UCV* partia do pressuposto da crítica, questão central da leitura e da interpretação da história, buscando uma forma de dar relevo à perspectiva das classes dominadas. Um dos eixos centrais do novo currículo passou a ser a história do Chile, havendo um bloco de cinco disciplinas denominadas de “Realidade Nacional”, nas quais se abordavam as dimensões relacionadas ao processo de formação histórica do país e de suas especificidades conjunturais e temáticas, por exemplo, a realidade do campo, da cidade e da relação industrial.

A leitura da história sofreu uma mudança em sua forma, revertendo a perspectiva dos dominantes para se ver a história na perspectiva dos dominados. Deixou-se, inclusive, de considerar a classe trabalhadora como parte marginalizada da sociedade, passando-se a enxergá-la como protagonista da transformação. Fez-se uma crítica da teoria da marginalidade, buscando tornar objeto do Serviço Social a práxis da classe trabalhadora. Nesse sentido, o *Projeto da Escuela de Trabajo Social da UCV* parte da dialética da relação da totalidade com as suas contradições e da práxis de transformação, numa crítica da “ação dominadora” em oposição à “ação liberadora”.

É nesse sentido que se propõe, como objetivo da ação liberadora, a transformação da relação opressor-oprimido vinculada à dialética da situação e da organização coletiva no contexto. No referido projeto, concebe-se a liberação como um processo de organização popular, de gestão popular, de mobilização popular, de politização, de conscientização e de participação. Dessa maneira, aliam-se estratégias, táticas e operações nas condições concretas com um procedimento técnico adequado e construído conjuntamente com as pessoas participantes.

Algumas interpretações desses objetivos fizeram com que se entendesse a organização e a mobilização como propostas de uma vanguarda ou de um grupo detentor da consciência crítica. Entretanto, esse não foi o propósito do projeto em discussão, pois ele foi concebido e praticado sempre articulado ao movimento histórico e às forças em presença. Desse modo, esse processo pode ser realizado tanto pela ação coletiva, quanto por instituições, embora seja necessário levar em conta as condições em que se realiza.

Os grupos sociais aos quais se estava dirigindo o Serviço Social deixaram de corresponder à definição funcional de marginalizados. Fizemos uma crítica à teoria da marginalidade, que dominava as análises, para incorporar novas formas de consciência e de ação na situação em que se vivia. À consciência passiva propunha-se desenvolver uma consciência protagonizada, numa visão conflituosa da sociedade, aprofundando-se a teoria da conscientização proposta por Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1970)

Nesse sentido, em oposição à teoria do consenso, adotou-se abertamente a teoria do conflito. Nessa sociabilidade conflituosa, não se viam os sujeitos do Serviço Social como necessitados de benefícios, mas como protagonistas de uma transformação. A ideia de protagonismo social das classes trabalhadoras é crucial na formulação do projeto e na sua execução.

A proposta da Escuela de Trabajo Social da UCV coloca em discussão o objeto e os objetivos do Trabalho Social, considerando os campos de ação e a metodologia numa perspectiva de transformação da sociedade capitalista. Nesse sentido, elabora uma nova epistemologia da construção do objeto, que se descola da solução de problemas isolados para se tornar uma questão da realidade em movimento. Desta forma, desconstrói o objeto do fazer profissional tradicional e focalista, a partir da situação-problema, com ação circunstancial de assistência, orientação ao desvalido, ao assistido, ao pobre, através de trabalho com casos, grupos e comunidades.

A epistemologia de construção do objeto do Serviço Social na Escuela parte de uma análise articulada e dialética da relação da teoria com a história, considerando as análises do contexto global e das contradições reais e concretas da sociedade. No entanto, o objeto não se elabora com pressupostos abstratos, genéricos, provenientes de uma visão da estrutura do capitalismo. Essa epistemologia pressupõe o sujeito em ação, em relações que se põem em cada situação, levando-se em consideração a história de lutas e de conflitos com o poder dominante, social e institucional, conforme a práxis do dominado, nas condições concretas de relação com a mobilização, organização e projetos de liberação.

Nos estágios da Escuela, a ênfase era dada na relação entre a ação e as condições da ação; do contrário, cair-se-ia no voluntarismo ou no determinismo. Se se considerasse só a prática sem as condições, ou somente as condições sem a prática, seria descartado o processo dialético da própria

realidade. Desse modo, via-se a organização popular como uma mediação, e não um fim em si mesmo; mediação para fortalecer o poder dos dominados, como na discussão da gestão popular, no sentido de fortalecer a autogestão, referindo-se também ao dia a dia.

A capacitação popular (hoje melhor denominada de formação) colocava os trabalhadores sociais como educadores sociais numa práxis de compromisso com a mudança do cotidiano, na configuração da vida material. A politização discutia as relações em que o próprio dominado procura entender o sentido no qual quer orientar a mudança, buscando o trabalho social para apoiar a discussão de alternativas, sem, contudo, impor uma visão dogmática da sociedade capitalista ou de uma sociedade socialista para projetar relações menos desiguais.

Nesse sentido, a conscientização se tornava um processo de análise dos limites do sistema, como assinala o referido Projeto (PALMA et al. 1972) na página 45: “dándose cuenta de las situaciones límites y proyectando nuevas situaciones para objetivar una cultura y una sociedad cada vez más autónoma en la que se hace sujeto”, participante da mudança. Assim, baseava-se na teoria de Marx (2007) ao considerar que o educador precisa ser educado em circunstâncias que devem ser analisadas, pois a práxis é um processo que implica todos os aspectos da vida humana e todos os homens. Esses objetivos não eram considerados de forma sequencial, mas dialeticamente, na transformação das condições concretas, com apoio de ação técnica numa articulação estratégica e tática.

O projeto da Escuela previa campos de ação, com fundamento no protagonismo da mobilização pela transformação, e não numa previsão idealista. Na realidade chilena, os sujeitos protagonistas da transformação eram a classe operária, os sindicatos, o movimento camponês pela reforma agrária e os movimentos urbanos. Os campos de estágio e de ação foram articulados nessa lógica do protagonismo, incluindo as organizações específicas pelos direitos sociais da saúde e da previdência.

Dentro das empresas estatizadas, algumas abandonadas pelos patrões, era fundamental propiciar e organizar serviços sociais no interesse dos trabalhadores, como creches, acesso aos direitos, condições laborais, de saúde, de informação e formas de gestão participativa, entre outros. Cabe ressaltar que essa experiência de gestão foi relatada num texto de Ademar Sato, em um depoimento feito numa pesquisa que coordenei sobre planejamento estratégico democrático em 1998 (IDR, 1998).

Os grupos populares urbanos eram muito diversificados, mobilizando-se por habitação, saúde, creches etc. Os estágios faziam também a mediação nas instituições que aceitavam os estudantes. O campo de ação vinculado ao movimento camponês dava oportunidade de participar dos assentamentos de reforma agrária, com ênfase na educação social, na organização de serviços, do cotidiano e na mobilização. As instituições de reforma agrária apoiavam esse trabalho.

Como o Estado dirigido pela Unidade Popular estava em conflito com a direita, a própria política social servia para fortalecer a organização popular e melhorar as condições de vida. No momento, não se percebeu, no calor do processo, que o Estado não seria sempre um aliado permanente dos trabalhadores. Apesar disso, havia a crença de que a Unidade Popular dava as condições superestruturais para uma mudança da relação do Estado com as classes trabalhadoras, favorecendo-as. Embora muitos serviços ainda continuassem precários e insuficientes para a população, conforme mencionado no referido projeto (PALMA, et al., 1972, p. 54), “el trabajo social necesita ubicarse críticamente en las políticas sociales gubernamentales”.

Faleiros (1981) caracteriza essa proposta da Escuela como revolucionária, na crítica ao funcionalismo, ao clientelismo e, principalmente, ao processo de dominação e sujeição definidos pelo Serviço Social então hegemônico. Na formulação da metodologia fez-se uma crítica ao positivismo, além do funcionalismo, no sentido de romper com a visão da harmonia social e da vinculação aos valores da integração dos dominados à ordem dominante.

Uma das questões fundamentais da metodologia era considerar a relação dialética entre teoria e prática, como mencionado na página 59 do Projeto (PALMA et al. 1972): “La acción social implica teoría y práctica”, considerando-se as teorias científicas numa perspectiva ao mesmo tempo heurística e sistematizadora do desenvolvimento do conhecimento e abertas à crítica, possuindo uma relação dialética interna em constante comunicação com a prática e a história. Essa profunda relação com a história coloca o conhecimento na busca permanente pela transformação dos seres humanos e da sociedade. Desse modo, essa construção epistemológica pressupunha, segundo o projeto da Escuela, um movimento, uma relação entre a observação sensível e a elaboração racional, sem estabelecer etapas entre elas, como mais tarde foram definidas por Lima (1974).

No projeto em análise fala-se de aproximações ao objeto e à realidade, considerando-se o todo em movimento, na perspectiva proposta por Kosik (1967). O diálogo com as formulações das propostas metodológicas em efervescência na América Latina de então foi levado em consideração, como, por exemplo, com as proposições de Zabala (1974)². Em 1976, o Celats discutiu amplamente a questão da metodologia, sistematizada num texto de Maria Cristina Salazar (1976), em que ela critica a prática como produtora absoluta de teoria, elaborando também uma crítica ao Estado e colocando a questão da diversidade das ações do Serviço Social. A autora salienta, ainda, a dificuldade de produção de uma teoria dialética a partir dessa prática.

No Projeto da Escuela da UCV (PALMA et al. 1972), na página 62, considera-se que a metodologia “comprende un proceso y una estructura.

.....
² Juan Mojica, vindo da Colômbia, também colaborou com o projeto da Escuela da UCV.

Como proceso es un movimiento que no se agota o detiene en un solo momento, sino que posee una dinamicidad histórica. Como estructura exige una ordenación en términos de teoría y mediación que permita sistematizar y actuar”. Desta forma, a estrutura não se desvincula do processo e nem se reduz a um somatório de tecnologias ou conjunto de fórmulas. Para mudar a realidade, portanto, é preciso articular as mediações do que é dado como fenômeno com o que é construído como interpretação e proposta no movimento entre o que se apresenta como essencial e como imediato.

Para ilustrar, um exemplo prático: na empresa do Porto de Valparaíso houve a prática de estágio, articulando-se a relação entre o sindicato, a direção da empresa, alguns assistentes sociais que aderiram ao projeto e o serviço de saúde. A questão era o alcoolismo no Porto de Valparaíso, questão realmente complexa e difícil, pois a região era exportadora de vinho, de modo que se podia obtê-lo facilmente com perfurações nos barris. A aproximação com essa realidade, após contato com as assistentes sociais da empresa, que em parte aceitou a proposta, foi feita com a inserção de docentes, assistentes sociais concordantes e estagiários no próprio cais, em conversas diretas com os operários.

No diário de campo anotamos que havia muitas narrativas dos trabalhadores. Ao observarmos faltas ao trabalho nas segundas-feiras, verificamos o alcoolismo nos fins de semana. Assim, aproximamo-nos do serviço de saúde da empresa e, em seguida, propusemos um trabalho conjunto com o serviço médico, os dependentes do álcool, o sindicato e a empresa.

Os que faltavam na segunda-feira eram os mais adictos do álcool. Com eles se fazia o trabalho de acompanhamento, supervisionado pelo serviço de saúde e por outros trabalhadores voluntários no domingo. A educação social foi feita tanto por meio de cartazes em toda a empresa como nas assembleias do sindicato, quando nos foi dada a oportunidade de explicitar o que era o alcoolismo no capitalismo chileno e as suas consequências para o trabalhador.

Além disso, foi organizada pelos estagiários uma ação coletiva durante as comemorações da semana da pátria dos trabalhadores do Porto (*fiestas patrias*). Na primeira ocasião foi feita uma barraca de venda de bebidas não alcóolicas que teve pouco sucesso, mas que foi a mais concorrida depois de um ano de ação. Isso serviu para avaliar uma mudança de comportamento com a ação conjunta dos atores citados.

É importante salientar que a proposta articulou várias dimensões da ação de enfrentamento ao alcoolismo, envolvendo ação sindical, da saúde e da empresa, evidenciando-se a relação do alcoolismo com a alienação e o processo produtivo capitalista, além de ações voltadas para a saúde³.

³ Quando preso político em um barco de carga desativado, um dos jornais jogados no porão dizia que era acusado de promover o alcoolismo junto aos trabalhadores do Porto.

A relação teoria/prática se fazia não só no âmbito particular de cada estágio, mas na própria organização curricular. Participavam da prática de terreno estudantes e docentes durante quintas, sextas e sábados, quando se cancelavam as atividades de aula. Nas segundas, terças e quartas discutiam-se as práticas e as teorias em forma de seminários e oficinas. O aprendizado foi organizado completamente diferente do currículo tradicional, com integração teórico-prática, inclusive com a supervisão operacional na corresponsabilidade com a ação. Além disso, sua avaliação era compartilhada com os próprios trabalhadores. Os trabalhos de conclusão de curso traziam uma reflexão sistemática sobre a relação teoria-prática.

O currículo optativo também dava a oportunidade de aprofundamento de dimensões particulares da vida social dos trabalhadores do campo, da indústria e dos moradores urbanos, bem como das dimensões familiares, culturais e das políticas envolvidas nessas áreas. O estudante podia optar por estudar as políticas e dimensões específicas de uma ou de várias dessas áreas.

Esse movimento de mudança não deixou de trazer conflitos epistemológicos, pois colocou-se em questão uma visão e uma prática dominantes. Tratava-se de uma ação e de uma epistemologia que deslocavam a intervenção do Serviço Social para uma intervenção transformadora da ordem dominante, levando em conta a sua particularidade. Fazia uma crítica ao *status quo* da profissão e das metodologias tradicionais, focadas no Serviço Social de caso, Serviço Social de grupo e Serviço Social de comunidade.

O conflito se expressou na reação e nas críticas tanto de alas conservadoras, como de pessoas envolvidas com o próprio processo de reconceituação. Uma das críticas era de que a proposta não tinha possibilidades de ser operacionalizada. Assim, Ezequiel Ander-Egg (1984), em artigo publicado em 1972, afirmou que a reconceituação não tinha nada a ver com o próprio Serviço Social, tendo desenvolvido um discurso com categorias previamente estabelecidas pelo marxismo, o que significava apenas uma ilusão ou um discurso idealista com roupagem marxista. Trata-se de uma crítica, segundo ele, limitada a uma visão dogmática da reconceituação.

Por sua vez, Santos (1982) considera que nos anos 1970, como explosão de uma época, houve um metodologismo. No entanto, fez emergir a relação do Serviço Social com a ideologia, mas criando uma confusão entre trabalho ideológico e trabalho científico. A autora ressalta também que a crítica à ideologia pode contribuir para a separação do trabalho político em relação ao trabalho científico. Santos (1982) também critica o dualismo de separar trabalho institucional e trabalho político.

A caracterização do Movimento de Reconceituação apenas como atividade política ou própria de um mundo acadêmico tornou-se moeda corrente na consideração da reconceituação do Serviço Social. A dicotomia entre Academia e realidade não corresponde ao processo vivido na Escuela de Trabajo Social da UCV. Ao contrário, a inserção na realidade era uma

forma de participar também das mudanças das instituições. A segunda crítica era de que é impossível conciliar o trabalho social reconceituado com a prática institucional não corresponde ao que foi tentado na Escuela de Trabajo Social, como explicitado na experiência do Porto de Valparaíso.

Considerações finais

Como já assinalei alhures (FALEIROS, 2016), as críticas à politização do Serviço Social, no que se refere ao Movimento de Reconceituação, entendem que um trabalho profissional deve se pautar pela ótica da neutralidade. A crítica da neutralidade, por sua vez, traz incômodos, tanto epistemológicos quanto operacionais, ao conservadorismo presente nas práticas e instituições.

No livro *Saber profissional e poder institucional* (FALEIROS, 2015) aprofundo a dialética da relação da implicação entre saber e poder, pois em qualquer forma de se considerar o Serviço Social existe uma relação de poder. Nessa relação, as mediações vão sendo construídas epistemológica-estrategicamente como uma relação complexa de poder que envolve assimetrias e dominações, como também confrontos e contra-hegemonias.

A experiência da Escuela de Trabajo Social da UCV se situa na crítica das relações hegemônicas exercidas pelas instituições para manter o poder dominante. Dessa maneira, abre espaço para se pensar uma aliança do Serviço Social com os dominados e explorados em diferentes formas, por exemplo, no combate às violências contra a criança, a mulher, o negro e a comunidade LGBT, que formam parte de um bloco excluído da chamada normalidade dominante.

Tendo em vista a ênfase na luta de classes e nos movimentos operários, camponeses e urbanos, percebe-se que o Projeto da Escuela de Trabajo Social da UCV foi um processo que abriu a perspectiva de transformação das relações sociais de dominação pelo Serviço Social para tornar participantes e protagonistas da transformação os excluídos, explorados e dominados socialmente, seja em que relação de poder assimétrico estivessem.

A experiência contribuiu para elaborar uma nova epistemologia e para a construção do saber profissional de forma crítica e fundamentada, incorporando a análise marxista no constructo profissional e abrindo espaços para a crítica ao dogmatismo, à neutralidade, ao funcionalismo, ao positivismo, à acomodação e ao conservadorismo.

Referências

- ANDER-EGG, E.. *Achaques y manias del servicio social reconceptualizado*. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1984.
- BASSO, L. et al. *Transición al socialismo y experiencia chilena*. Santiago: Ceso; Ceren, 1972.
- BURKE, P. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, P. (Org.). *A escrita da história – novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- FALEIROS, V. de P. *Metodologia e ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. *O trabalho da política*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. Violência institucional e violência nos locais de isolamento. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Nenhuma forma de violência vale a pena*. Brasília: CFP, 2011.
- _____. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 2015.
- _____. Reconceituação: construção crítica e luta política e o paradigma da correlação de forças. In: RONDON, E. A.; ARAÚJO, S. S. M. de. *Movimento de Reconceituação*. História, memória e impactos nas políticas públicas. Rio de Janeiro: Autografia; Recife: Edupe, 2016.
- FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.
- GARCÉS, J. *Allende e l'expérience chilienne*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976.
- IDR. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS. *Que é o PED?* – Relatório final de pesquisa. Brasília: IDR, 1998.
- KOSIK, K. *Dialectica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1967.
- LIMA, B. A. *Contribucion a la metodologia del Trabajo Social*. Caracas: UCV – Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, 1974.
- MARX, K. *Teses sobre Feuerbach*. In MARX, K.; ENGELS, F. *Ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.611-613
- MELUCCI, A. *Por uma sociologia reflexiva – pesquisa qualitativa e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência II – A dialética da estrutura e da história*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PALMA, E. P. de; JOFRE, M. E.; FALEIROS, V. P.; QUIROZ, T.; LEIVA, C. *Que és trabajo social?* Valparaíso: Ediciones Universitarias de la Universidad Católica de Valparaíso, 1972.

SALAZAR, M. C. Ciencia Social, Trabajo Social y modelos de intervencion. In: CELATS. *Contribuciones a la metodologia del trabajo social*. Lima: Celats, 1976.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982.

ZABALA, M. T. *Metodo sin metodologia*. Buenos Aires: Ecro, 1974.

DOI: 10.12957/rep.2017.32723

Recebido em 19 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 04 de setembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Disputas en la construcción del Trabajo Social reconceptualizado en la Universidad Católica de Valparaíso (1966-1973)

Disputas na construção do Serviço Social reconceitualizado na Universidade Católica de Valparaíso (1966-1973)

Disputes in the construction of reconceptualized Social Work at the Catholic University of Valparaíso (1966-1973)

Leticia Arancibia Martínez*

Resumen – A partir de la investigación sobre el movimiento de reconceptualización del Trabajo social, en la Escuela de Trabajo social de la Universidad Católica de Valparaíso, se analizan las condicionantes y la articulación de diferentes tiempos y movimientos, locales y globales, del proceso de los 60 hasta 1973, que dieron forma al Proyecto de Escuela. Este expresa la producción y circulación del conocimiento sobre el problema de lo social en América Latina, la recepción de corrientes marxistas y la crítica hacia una formación universitaria ajena de la sociedad, conservadora ante el proceso político de la realidad chilena. Cuestiona el desarrollismo y la dependencia económica y cultural de los países del Sur, en el estado capitalista, asumiendo demandas de transformación. En el escenario de la vía chilena al socialismo, diferentes lógicas se disputaron y articularon, movilizandando discusiones políticas, teóricas y metodológicas, profundizando y materializando un proyecto de conciencia crítica del sentido y orientación del Trabajo social.

Palabras-clave: reconceptualización del trabajo social; imaginarios sociales; procesos políticos; producción del conocimiento; Valparaíso.

Resumo – A partir da pesquisa sobre o movimento de reconceitualização do Serviço Social, na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Valparaíso, analisam-se os condicionantes e a articulação de diferentes tempos e movimentos, locais e globais, do processo dos anos 60 até 1973, os quais deram forma ao Projeto da Escola. Este expressa a produção e circulação de conhecimento sobre o problema do social na América Latina, a recepção das correntes marxistas e a crítica a uma formação

* Doctora en Sociología por la Université Catholique de Louvain. Profesora de la Escuela de Trabajo Social de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso. *Correspondência:* Pontificia Universidad Católica de Vaparaíso – Escuela de Trabajo Social: Edificio Monseñor Gimpert. Avenida Brasil 2830, Valparaíso, Chile. *Email:* <leticia.arancibia@gmail.com>.

universitária alheia à sociedade, conservadora do processo político da realidade chilena. Questiona também o desenvolvimentismo e a dependência econômica e cultural dos países do Sul no estado capitalista, e assume as demandas de transformação da época. No cenário da chamada “via chilena ao socialismo”, diferentes lógicas se disputaram e articularam, mobilizando discussões políticas, teóricas e metodológicas, aprofundando e materializando um projeto de consciência crítica sobre o sentido e orientação do Trabalho Social.

Palavras-chave: reconceitualização do trabalho social; imaginários sociais; processos políticos; produção de conhecimento; Valparaíso.

Abstract – From research on the reconceptualization movement of social work at the School of Social Work at the Pontifical Catholic University of Valparaíso, this article analyzes the conditions and the articulation of different times, and both local and global movements, from the 1960s to 1973, which gave shape to the project of the school. This project proclaims the production and circulation of knowledge about social problems in Latin America, the reception of Marxist currents, and the criticism of university education apart from society, conservative of the political process of the Chilean scenario. It also questions developmentalism and economic and cultural dependence of countries of the South in the capitalist state, and takes on the demands for transformation of the time. In the scenario of the so-called “Chilean way to socialism,” different logics disputed with each other and were articulated, mobilizing political, theoretical and methodological discussions, deepening and materializing a project of critical awareness about the meaning and orientation of social work.

Keywords: reconceptualization of social work; social imaginary; politics processes; production of knowledge; Valparaíso.

Introducción

La reconceptualización del Trabajo social es un movimiento que se extendió por la mayoría de los países latinoamericanos, entre las décadas de los 60 y 80, con temporalidad y efectos diferentes, marcado por las fluctuaciones, crisis y acuerdos de cada contexto nacional. En él, se destaca el proceso de articulación que se dio entre saberes, tendencias y escuelas en las discusiones y los cambios en la formación a nivel nacional y latinoamericano.

En el análisis de las discusiones, los problemas, las interpretaciones, las matrices teóricas y los imaginarios sociales sobre el problema de lo social y el Trabajo social en América Latina, el escenario donde despliega las “tendencias de análisis e interpretaciones acerca de su propia intervención y sobre la realidad social” (YAZBEK, 2009, p. 2) está en interlocución con “el propio movimiento de la sociedad”. Los procesos de cambio en las disciplinas “no son un producto meramente endógeno de cada profesión. Se generan y se articulan con la dinámica social específica que se registra en un momento histórico determinado” (ALAYÓN, 2007, p. 9).

Así, los conocimientos que se producen y que circulan en el campo teórico y sus expresiones en las relaciones sociales, las significaciones sobre

el problema de lo social y la profesión, durante la reconceptualización, se explica a través de la dinámica social y las posiciones en el contexto social, político y económico de las sociedades capitalistas (IAMAMOTO, 2003) durante el período entre los 60 y los 80. Así como las perspectivas y las “visiones de mundo” (COUTINHO, 1991), que “implican [...] no solo una representación de aquello que es, sino también, y sobre todo, una representación de aquello que debe ser, una visión de mundo de lo real con normas de acción adecuadas” (COUTINHO, 1991, p. 10), con elementos instituidos e instituyentes (CASTORIADIS, 1975, 2004) en lo social.

Bajo esta consideración, analizaremos el proyecto “La producción y circulación del conocimiento en la formación universitaria sobre el problema de lo social en América Latina en las décadas 60 y 70: una lectura comparada de la investigación y la enseñanza del Trabajo Social en Chile y Brasil”, DII N° 039.328/2016, financiada por la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso, que sirve de base para este artículo, es resultado de la investigación dirigida por Leticia Arancibia Martínez, profesora de la Escuela de Trabajo social de la Pontificia Universidad Católica de Valparaíso (PUCV), junto a los co-investigadores Gloria Cáceres Julio, Carlos Valdebenito V. y Pamela Soto García integrantes del Núcleo de Imaginarios sociales, Memoria y Política de Valparaíso, de la Escuela de Trabajo social de la PUCV. Esta investigación está asociada con la pesquisa “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória”, financiada por CNPq – Processo [421744/2016-2] - Universal 01/2016 - Faixa C - até R\$ 120.000,00 – cuya Pesquisadora responsable es la profesora Marilda Villela Iamamoto.

Para analizar las relaciones entre la formación universitaria y las perspectivas profesionales a partir de la reconceptualización, distinguiremos los elementos principales del contexto sociopolítico chileno y latinoamericano durante la reconceptualización en los años 60 y 70; analizaremos las articulaciones de las discusiones y lecturas sobre el problema de lo social en Chile, distinguiendo los imaginarios sociales expresados en el proceso histórico del gobierno de Salvador Allende y la experiencia de la vía chilena al socialismo de la Unidad Popular, donde se ponen en tensión un Trabajo social crítico y uno conservador, así como las disputas entre los grupos que impulsaban los cambios, respecto del énfasis y prioridades en la marcha de las transformaciones políticas, económicas, sociales y culturales del momento.

El problema de lo social y el contexto de la reconceptualización en América Latina

Entendiendo el Trabajo social como “un producto histórico [...]”, como tal, adquiere sentido e inteligibilidad en la historia de la sociedad de

la que es parte y expresión” (IAMAMOTO, 2003, p. 221), el análisis de los procesos de formación, producción y circulación de conocimientos, no pueden estar ajenas a esa inscripción social e histórica. La dialéctica entre lo material y los sistemas de representaciones que se producen en las relaciones sociales, en lo histórico-social, donde los individuos se representan el mundo y pueden llegar a desarrollar conciencia de las contradicciones, nos ubican en el reconocimiento de la ideología, y la crítica al idealismo, donde “el factor que en última instancia determina la historia es la producción y la reproducción de la vida real” (ENGELS apud MARX; ENGELS, 1974). El estudio de la conciencia se encontrará siempre con la ideología.

no creen que puedan eliminar mediante el ‘pensamiento puro’ a sus amos industriales y su propia humillación práctica. Se dan cuenta muy dolorosamente de la diferencia que existe entre el ser y el pensar, entre la conciencia y la vida. Saben que la propiedad, el capital, el dinero, el trabajo asalariado, etc., no son precisamente quimeras ideales de sus cerebros, sino creaciones muy prácticas y muy materiales de su auto enajenación, que solo podrán ser superadas, asimismo, de un modo práctico y material, para que el hombre se convierta en hombre no solo en el pensamiento, en la conciencia, sino en el ser real, en la vida. (MARX; ENGELS, 1967, p. 118).

Analizar el cambio en las representaciones, exige considerarlas no como mero reflejo de las formas de relación, sino como la expresión que se entabla por el conflicto, en las relaciones sociales. El conflicto entre objetivaciones y explicaciones de las relaciones sociales de producción, que operan como ideología. Aquí recurrimos a los imaginarios sociales (CASTORIADIS, 1975, p. 225) que “designan la colectividad no como simple definición o función taxonómica, sino, al mismo tiempo, como comprensión y cualidad o propiedad, de la sociedad que se instituye en esa operación. Estas imágenes están en una relación dialéctica con las necesidades construidas en cada sociedad específica”. Considerando la operación de mecanismos socio-históricos y psíquicos en la construcción de los imaginarios, dicha imagen del mundo, permite la justificación y la reproducción de las relaciones sociales, pero al mismo tiempo expresa el conflicto, y produce nuevas significaciones. Esta perspectiva cuestionará el proceso ciego de institución de la sociedad, en el que se ocultan las condiciones, impidiendo que los sujetos sean capaces de reconocerse desde su participación activa de la construcción social (CASTORIADIS, 2004) y la apropiación del mundo, desde las condiciones materiales y simbólicas de la acción humana.

Los hombres son los productores de sus representaciones, de sus ideas, etc., pero los hombres son reales y actuantes, tal y como se hallan condicionados por un determinado desarrollo de sus fuerzas productivas y por el intercambio que a él corresponde, hasta llegar a sus formaciones más amplias. La conciencia no puede ser nunca otra cosa que el ser

consciente, y el ser de los hombres es su proceso de vida real. Y si en toda la ideología los hombres y sus relaciones aparecen invertidos como en la cámara oscura, este fenómeno responde a su proceso histórico de vida, como la inversión de los objetos al proyectarse sobre la retina responde a su proceso de vida directamente físico. (MARX; ENGELS, 2014, p. 27).

Las condiciones históricas en las que se desarrolla el movimiento de reconceptualización del Trabajo social, se corresponden con los procesos sociales y económicos, que Netto ubica dentro del “agotamiento de un patrón de desarrollo capitalista – de las “ondas largas” de crecimiento”. (NETTO, 2007, p. 73). Las economías y gobiernos latinoamericanos, sujetos al influjo de las políticas globales y al orden financiero, organizado desde la segunda guerra, con los acuerdos de Bretton Woods, incidirán en el énfasis del desarrollo de las décadas del 50 al 70 (MARTÍNEZ; REYES, 2012, p.37). Como parte de esta apuesta, el modelo de sustitución de importaciones en su primer momento 1950-1964 (MARTÍNEZ; RANGEL, 2012), con las políticas de la Cepal y la Alianza por el Progreso de Estados Unidos (1962) buscaban el aumento de las fuerzas de producción, y la expansión de la economía en los países subdesarrollados, para generar la demanda de bienes de capital hacia las economías de los países hegemónicos. Se promoverá una participación mayor del estado, la inversión en industrialización, infraestructura, educación y salud (KUCZYNSKI, 2003). Estratégicamente apuntarán hacia la contención del descontento social de diversos actores, cuyo mayor posicionamiento político y elevación de las expectativas y el influjo de la revolución cubana en el imaginario social, marcará un escenario donde la revolución y el cambio permea las representaciones sobre la lucha política y social de movimientos sociales durante ese período, fortaleciendo su organización y articulación a nivel nacional.

El fin unilateral de los acuerdos de Bretton Woods por parte de Estados Unidos en 1971, cristalizará nuevos intereses para reemplazar las políticas de corte keynesiano, dando lugar a una presión progresiva, a los países del sur, a través de la violencia de las dictaduras, para asegurar la expansión del capital. El segundo período, de 70 a 80, desencadenará la crisis de la deuda y otros efectos en las grandes oleadas del capital, que se expresarán progresivamente hasta hoy en América Latina, con el orden neoliberal.

El movimiento de reconceptualización y la articulación entre escuelas de Latinoamérica

El movimiento de Reconceptualización del Trabajo social es un proceso que se extendió por varios países latinoamericanos, con una temporalidad y efectos diferentes. En el caso del Cono Sur, en la década de los 60 se viven procesos de cambio y cuestionamiento de círculos académicos

y profesionales del Trabajo social ante la situación de dependencia de la profesión respecto de las concepciones, métodos y conocimientos presentes en la formación profesional. La reconceptualización surge como producto de la crítica, que se realiza hacia el modo en que se configura el Trabajo social, ante los métodos tradicionales, la ideología implícita y su falta de pertinencia y respuesta a la realidad latinoamericana, enfrentada a las demandas y expectativas de diferentes grupos de la sociedad respecto de los cambios sociopolíticos en la región (DE LA VEGA, 1976; PALMA, 1974).

El desarrollo de encuentros y documentos, serán un espacio de crítica inicial “en el seno de grupos de trabajadores sociales” (KISERMANN, 2007:35) que cuestionan la profesión, realizan “un profundo estudio de la realidad latinoamericana, su subdesarrollo y creciente dependencia económica [...], analizando métodos, técnicas y procedimientos, categorías de análisis de la realidad y su práctica institucional y formativa de trabajadores sociales, y de búsqueda en el sentido de lograr alternativas científicas” (KISERMANN, 1998). Partiendo por un énfasis técnico metodológico, reconocen el nuevo contexto político, los procesos de cambio, los contenidos y las discusiones que se darán en Seminarios y Congresos de Trabajo social en América Latina (Porto Alegre, 1965, Montevideo, 1966, Caracas, 1968, Ambato 1971); se profundizará la crítica desde una mayor presencia de la corriente marxista (Concepción 1969, Cochabamba, 1970, Chillán, 1973), opuesta a la visión instrumental de la profesión, impactada por el positivismo y por las orientaciones de la planificación bajo la matriz desarrollista de la Cepal (Prebisch, Cardoso y Faletto).

Iamamoto y Netto reseñan el “papel destacado en la articulación de las inquietudes profesionales del continente” (IAMAMOTO, 2003, p. 228) por parte de Brasil, Argentina, Chile y Uruguay, dado un escenario de abierto cuestionamiento a la crisis del capitalismo. En este proceso, Netto destaca cuatro factores que aportarán el proceso de reconceptualización al Trabajo social: i) la articulación de una nueva concepción de la unidad latinoamericana; ii) la explicitación de la dimensión política de la acción profesional; iii) la interlocución crítica con las Ciencias sociales y iv) la inauguración del pluralismo profesional (NETTO, 2007, p. 77).

El proceso de la reconceptualización del Trabajo social se da en la existencia de una acumulación de tiempos desiguales que se articulan y convergen en un espacio determinado (Santos, 1985). Estos tiempos diferenciados permitirían explicar la fuerza que cobra en América Latina, el impulso o protagonismo de algunas Escuelas y el mutuo influjo de ideas, discusiones y perspectivas. En Chile, se postulará el desafío de contribuir, hacia las transformaciones políticas, sociales y económicas, en crítica a la dependencia del capitalismo, considerando el Trabajo social como actor dentro de ese proceso. En el caso de Brasil (NETTO, 1998), las discusiones y gérmenes de crítica, que se desarrollaban en algunas Escuelas, serán interrumpidas por el golpe de Estado en 1964, construyendo espacios de

resistencia, pero generando un éxodo de profesores a otros países de la región. En Chile, instituciones estatales y universidades acogerán intelectuales brasileños. Paulo Freire llega asesorando la Reforma agraria y el Ministerio de Educación. En la Escuela de Trabajo social de la Universidad Católica de Valparaíso, llegarán Vicente Faleiros y Eva Oliveira.

Los procesos en el Trabajo Social chileno. Circulación de debates y experiencias en el proceso de la reconceptualización

En las décadas del 60 y 70 la circulación y producción de saberes provenían desde distintas orientaciones. Por una parte, corrientes de inspiración cristiana católica (NETTO, 2007), asociadas a la reforma de la iglesia y a conceptos de liberación, promoción y educación popular, y por otra parte, corrientes de orientación marxista que plantearán conceptos como lucha de clases, interdependencia y articulación social-popular (IAMAMOTO, 2003; ALAYÓN, 2007; NETTO, 2007). Estas corrientes tendrán diferentes desarrollos en los países, bajo el imaginario de unidad latinoamericana y el intercambio académico entre Escuelas, que permearán ideas, saberes, prácticas e imaginarios sociales generando nuevas y múltiples significaciones imaginarias sociales (CASTORIADIS, 1975, 2004) que participan de la coconstrucción y circulación de conocimientos y prácticas, con diversas expresiones.

En la Escuela de Trabajo social de la Universidad Católica de Valparaíso, se experimentará un proceso de crítica sobre el Trabajo social tradicional (PROYECTO ESCUELA UCV, 1972), en el cual se articularán varios tiempos en el contexto nacional: las características del proceso político y social en curso en Chile; el proceso de Reforma universitaria y Educacional en curso, y la trayectoria del Trabajo social chileno, en medio del cuestionamiento ante el papel del estado capitalista, y un rol paliativo, que no considera las demandas redistributivas, limitándose a asegurar la reproducción de un sistema de explotación y opresión, evidenciada en la miseria, las injusticias y la exclusión experimentada por segmentos completos de personas y grupos de la sociedad.

Como antecedente, el gobierno demócrata cristiano (1964-1970), bajo la consigna de “revolución en libertad” aplicó políticas desarrollistas, sujeto a la influencia de Estados Unidos, con la Alianza por el progreso (Doc. Básicos, 1962); y la democracia cristiana alemana, con la Fundación Konrad Adenauer, que destinaron políticas hacia la región. Disputando la hegemonía en el intento de contener el descontento y hacer frente a movimientos populares, y la amenaza de la extensión de luchas de liberación y anticoloniales, impactadas por la experiencia de la revolución cubana. Se distingue el imaginario revolucionario, en movimientos de izquierda en gran parte de América Latina, cuestionando la dependencia asfixiante y opresiva del capitalismo a escala mundial.

Hoy día la América Latina se encuentra claramente en la mitad de una revolución de grandes alcances. No es una revolución comunista, y ni siquiera inspirada por los comunistas. Es una revolución contra la pobreza, el analfabetismo, la injusticia social y la desesperación humana. (Extracto del Discurso de Teodoro Moscoso, 15 de febrero 1962, en Alianza por el progreso, Documentos básicos).

La vocación transformadora de la crítica al capitalismo en Chile y Latinoamérica, irá tomando mayor densidad y presencia, partiendo aguas respecto de las definiciones de la profesión, diferenciará un trabajo social crítico, consciente de su posición en la división del trabajo, el alcance histórico de su origen y desarrollo, y un servicio social tradicional, cuyo quehacer focalizado en un individuo, descontextualizado, se rebelaba incapaz de responder ante la demanda de la profesión. Para Diego Palma, la reconceptualización expresa la permanente disputa entre un Trabajo social crítico y uno de reproducción. Esto se observa en el proceso, en el contexto de encuentros y seminarios, organizados por el grupo ECRO en la Argentina, donde confluirán ideas reformistas, junto a postulados críticos.

Esa fue la primera etapa, [...] duró un par de años y ellos organizaron los primeros seminarios latinoamericanos de trabajo social, encontraron a la gente pero ellos lo que querían era como capturar toda esta gente joven, de ese momento, bajo esta influencia más bien reformista, modernizante si tú quieres. Pero hubo un seminario en Montevideo [...], y ahí se encontró este grupo en que estaba Vicente, estaba la Ana María Quiroga, la Consuelo es posterior, había una niña de Bolivia que se llamaba Teresa Sheriff. (DIEGO PALMA, entrevista 2016).

El énfasis racionalizador de las apuestas de algunas escuelas de Trabajo social en el proceso de cambio de la formación y la práctica profesional, si bien, serán una actualización de las demandas del conocimiento, contienen, no obstante, el intento homologador de los métodos al marco de la racionalización positivista, de mediados de los 60 (NETTO, 2007). Un cierto metodologismo (FALEIROS, 2007) se impone como estrategia de avance profesionalizante del Trabajo social, así como vehículo modernizante, que permitía establecer relaciones entre diferentes posturas políticas alojadas en las escuelas. La politización será determinante para disminuir estas tensiones.

En Chile, la estrecha asociación entre la reconceptualización y los procesos políticos en curso, se verán reforzados en el contexto de la Reforma universitaria que inicia en 1967, en un movimiento que demandará la “democratización de las estructuras docentes y la transformación de los perfiles académicos y curriculares, lo que crea espacios para la reflexión y la emergencia de propuestas renovadoras de la visión teórica y de los métodos de intervención profesional” (RUZ; HERNÁNDEZ, p. 90). La articulación política al interior de la universidad, reforzará los procesos desencade-

nados por la reforma universitaria, pero al mismo tiempo, tomará el peso de las resistencias de los sectores conservadores del país, ante el nuevo escenario donde el Trabajo social cobrará protagonismo.

Remando al interior de la institucionalidad universitaria de la UCV. Los procesos y tensiones políticas y teóricas, hacia la praxis de liberación del hombre dominado

El proceso de la reconceptualización del Trabajo social en la Universidad Católica de Valparaíso, se da en la confluencia de distintos procesos, a fines de la década 1960, poniendo al centro una crítica profunda a la situación de dependencia y a la forma en que la Universidad plantea su quehacer, en una dinámica de politización de la sociedad chilena.

Junto al cuestionamiento de la estructura organizativa y formas del poder en la Universidad, y las necesidades concretas impuestas ante el quehacer de los profesionales, el Proyecto de la Escuela de Trabajo Social de la UCV, expresa un auto cuestionamiento desarrollado por alumnos y docentes de las Escuelas de Servicio social y Educación Familiar. Este proceso se inicia en el año 1966 en la Escuela de Educación Familiar, donde se produce una crisis interna, formándose una comisión interna (alumnos, docentes y autoridades académicas) para analizar los problemas de la formación. Posteriormente, en junio de 1967, el cuestionamiento en el Consejo superior y la organización estudiantil, inician el proceso de Reforma Universitaria en la Universidad Católica de Valparaíso, que conducirá a profundas transformaciones en la estructura académica y de poder, como la elección directa de rector y otras autoridades académicas (ALLARD, 2017).

En 1968, la Escuela de Servicio Social inicia un proceso de “auto cuestionamiento de la profesión y de la formación profesional a partir de las exigencias de la Realidad Chilena y Latinoamericana” (PROYECTO, p. 12). En ese contexto, el 11 de octubre de 1968 se realiza la Primera Convención de la Escuela de Servicio Social, donde profesores y estudiantes debatieron sobre dos proyectos de plan de estudios, presentados, el primero, por un grupo de estudiantes y profesores, que proponen la reestructuración de la escuela, bajo “la crítica y la responsabilidad con los cambios y procesos socioculturales que la realidad exige” (Ponencia 1, Convención 1968, p.1). El segundo, de algunos profesores de prácticas, plantea el servicio social como agentes de cambio (Ponencia 2, 1968, p. 2). La mayoría de la comunidad de la escuela, eligió el primero. Luego, en 1969 se forma una comisión de estudiantes y profesores de las Escuelas de Educación Familiar y de Servicio Social, que analizarán ambas profesiones desde lo teórico y lo práctico, proponiendo una nueva forma del quehacer y la creación de una Escuela de Trabajo social.

En ese período se desarrollarán cursos de actualización en Ciencias Sociales (Dialéctica y Marxismo, Metodología, Filosofía, Sociología), para estudiantes y profesores de la Escuela, dictados por profesores de diferentes disciplinas del Instituto de Ciencias sociales y desarrollo de la UCV. Dentro de los profesores aportan Vicente de Paula Faleiros, con formación en marxismo, así como el chileno Víctor Farías quien había estudiado Marx en Heidelberg, en lengua original, imprimiendo mayor profundidad en las lecturas, tales como las Tesis de Feuerbach, el Capital, y otros textos, intentando llevar el estudio más allá de los manuales, traducciones y lecturas de bolsillo, que circulaban en la época.

en Valparaíso fue muy importante Farías, fue muy importante porque [...], nosotros de marxismo conocíamos el manifiesto, conocíamos algo de Mao y yo te diría que no mucho más ah, o sea, pa' que te voy a decir que nos habíamos metido a leer El Capital, no. [...], los Grundrisse, eso apareció después, te fijas, no había edición en español de Grundrisse, por eso estábamos muy amarrados conceptualmente, éramos muy limitados conceptualmente, como pa' poder pensar de manera creativa la importancia de este tipo de intervención particular pero concreta [...] Que no es esperar que se produzca la revolución pa' que vengan todos los cambios. (DIEGO PALMA, entrevista 2016).

En el proyecto de la Escuela de la Universidad Católica de Valparaíso, se criticará el rasgo moralizante -teleológico del Trabajo social, que tuvo su impacto en las escuelas chilenas, referido por Ruz y Hernández (2007). En el contexto de la crisis se genera un quiebre a la continuidad de la formación, con el cuestionamiento de la profesión y el auto cuestionamiento por parte de los profesores. La apertura hacia nuevas corrientes y hacia el marxismo, estará dada ante la magnitud del desafío de refundar la escuela, que implicaba derribar las bases conservadoras del Trabajo social, construyendo una escuela reconceptualizada, a la altura de los desafíos de la transición al socialismo.

los profesores estaban como esponja, o sea, a cualquier cosa que uno les pudiera plantear [...], porque qué pasó que, el marxismo, aquí la democracia cristiana era muy fuerte, lo cual quiere decir que mucha gente recibió formación de tipo Vekemanns, por el lado de la teoría de la marginalidad, una cosa cultural pero cultural de derecha, o sea, de esta gente que viaja del campo a la ciudad con sus canastos, con su cultura y que no se adapta, entonces que es culpa de ellos que vivan en la marginalidad porque no se han adaptado a lo que es la cultura urbana moderna, entonces siguen siendo primitivos campesinos que viven en los márgenes de la ciudad. Por la militancia resulta que la formación [...] que la gente recibía como militante, era de frasecitas, citas, consignas. Pero le empieza a decir otra cosa, entonces ¿Cómo nos ponemos al día, cómo nos actualizamos?, o sea, ¿cómo somos capaces de manejar esto? En-tonces vino como un período de reciclaje muy rápido. (DIEGO PALMA, entrevista 30 de Septiembre 2016).

El 8 de junio de 1970 se constituye una comisión interesescuela de profesores y estudiantes, con estatuto oficial el 21 de octubre de 1970, para elaborar el nuevo Proyecto de la Escuela de Trabajo Social. El 20 de abril de 1971, el proyecto es sometido a la discusión del Senado académico de la Universidad, donde sectores conservadores cuestionarán “la interpretación histórica y la línea general del proyecto” (QUIROZ, 1972, p. 36). Se desarrollará un debate intenso, reflejando las discusiones centrales sobre proyectos de sociedad, y el rol de la Universidad. Así, la relación entre marxismo y cristianismo; “el rol de una Universidad que se dice comprometida con el pueblo que en la práctica no lucha por sus intereses; El marco de análisis que se usaba para interpretar la historia y la realidad actual” (p. 36); el quehacer profesional y “su diferencia con el quehacer político” (p. 36). El Proyecto será aprobado por unanimidad el 27 de junio de 1971, y se organizará a través de: el Análisis de la Realidad Nacional, el Objeto del Trabajo Social; el Quehacer Profesional; los Objetivos del Trabajo Social; los Campos de Acción; y la Metodología.

El punto de partida del proyecto es la *Realidad nacional*, poniendo al Trabajo Social referido a una realidad concreta: el estudio de la realidad chilena en su situación de dependencia de un orden internacional y los desafíos del quehacer profesional.

En el caso de nuestra Escuela se plantea como necesario ubicarse en la Realidad chilena para entender las tareas y desafíos que dicha realidad presenta, [la cual] se entiende mejor dentro del marco de la dependencia; vale decir, que la realidad social, económica, política y cultural, se sitúa al interior del sistema internacional del cual forma parte. Este estudio nos permitió detectar las características concretas y las tareas históricas que la Realidad Popular Chilena presenta y los desafíos que para el Trabajo Social significa. (QUIROZ, 1972, p. 36).

El *Objeto del Trabajo social*, enfatiza su carácter histórico “como una construcción teórica y sistemática que surgirá del análisis del contexto global y más específicamente de contradicciones concretas y reales que presenta la sociedad en un momento histórico determinado” (Proyecto escuela, 1971, p.34). El objeto es la Acción Social (Praxis), de un sujeto histórico, protagonista de la transformación de la realidad chilena, que se encuentra “oprimido y dominado, impedido de realizar una praxis transformadora, tanto del mundo objetivo como del subjetivo, por no poseer los medios de producción y no participar real y activamente en la gestión política, social y cultural de la sociedad”. (QUIROZ, 1972, p. 36).

El *Quehacer profesional* será la participación comprometida “en la acción social del hombre dominado, mediante un proceso de Educación Social, que posibilite la praxis transformadora con los aportes de la ciencia y de la técnica” (QUIROZ, 1972, p. 36). Ello significaba en la formación, conocer concretamente a este hombre, a través de las “prácticas productivas”,

en que los estudiantes se insertaban en fábricas, poblaciones, zonas rurales, y realizaban actividades concretas de los actores, que les permitiera realizar un estudio de la realidad, pasando “de una práctica social espontánea a una praxis científica” posibilitando una acción transformadora, “cada vez más dinámica y eficiente” (QUIROZ, 1972, p.36).

Faleiros (2007), destaca el proyecto de la Escuela de la UCV, por la articulación entre la teoría y la práctica, bajo un enfoque de totalidad, histórico y crítico (p. 61); cuestionando el tecnicismo que derivaba hacia un énfasis positivista, que eludía las condiciones concretas de la realidad nacional. La crítica “al positivismo y a la focalización en problemas aislados, por un lado y, la asunción del materialismo histórico, por otro” (p. 61), plantea una “ruptura epistemológica y metodológica con el positivismo y con una visión vulgar del llamado pasaje del conocimiento sensible al conocimiento racional” (p. 61). La estructura y el proceso metodológico del Proyecto “considera la experiencia directa, el discurso, el lenguaje, la sistematización de la acción en distintos momentos a través de las aproximaciones sucesivas” (QUIROZ, 1972, p. 38), dando importancia al trabajo de teorización a través de la práctica, que permite una teoría crítica, donde “una coherencia dialéctica interna se pone en permanente comunicación con la práctica y la historia” (PROYECTO ESCUELA, 1972, p. 49). En la docencia se destaca el Seminario Taller, y “la constitución de equipos interdisciplinarios de docentes, alumnos y trabajadores que reflexionan y actúan en la realidad” (QUIROZ, 1972, p. 39), articulando tareas de investigación, docencia y acción profesional, que constituyen las bases fundamentales sobre las que se desarrolla el currículum.

El *Objetivo del Trabajo Social* será la praxis de la liberación de los grupos dominados. “Proceso de liberación que se plantea en cada hombre, junto a otros en el contexto de una liberación social, de acuerdo al proyecto histórico de estos grupos” (QUIROZ, 1971, p. 37). Dicha liberación “supone la desaparición del opresor y también de la imagen del opresor en el oprimido” (PROYECTO ESCUELA, 1972), praxis que exige Concientización (recurriendo a conceptos de Paulo Freire); Participación; Organización popular; Gestión popular; Movilización popular; y Politización. Los *Campos de acción* del Trabajo social tendrá dos énfasis: la *Acción directa* y la *Educación social*. La “acción directa con los sectores [...] protagonistas en el proceso de cambios estructurales. [...] trabajadores urbanos y los trabajadores rurales. La segunda perspectiva considera la concreción de nuevos valores en el contexto de una *revolución cultural*. Tarea que consistirá en la educación social del nuevo hombre crítico, solidario y cogestor de la estructura social” (QUIROZ, 1972, p. 37). La importancia dada a los trabajadores, no es ajena al proceso político de la UP y el efecto que tiene el ingreso de trabajadores a la universidad, quienes inicialmente estudiarán en cursos vespertinos, paralelos a los cursos regulares. El año 1970 se decide integrar ambos cursos, y para congeniar los horarios de los obreros, se opta

el año 1971 por realizar todas las clases en horario vespertino. Este encuentro entre clases, no exento de tensiones, permitió reforzar y concretar el Proyecto de la Escuela.

dejaron hacer. Creyeron que no iba a funcionar, que iban a fracasar. Cuando vieron que no hubo deserción nada más que los estudiantes regulares y los trabajadores..., se quedaron shockeados. [...] El proyecto no estaba avalado cien por ciento por la universidad pero fue tanta la presión y el producto, cuando la escuela de Trabajo social le mostró el producto, que el noventa y nueve como nueve por ciento había avanzado un año más, ahí se convencieron. [...] Y se dieron cuenta con la Católica también. El setenta y dos, restringieron, por qué, porque ya estábamos más comprometidos con el proceso, el proyecto político de la escuela estaba funcionando. (ELÍAS CISTERNAS, Ex alumno trabajador Escuela TSL UCV 1969-1973, entrevista 31 de agosto 2016).

El compromiso con actores populares y el empuje político, teórico y metodológico, será significativo en la concreción del proyecto de la Escuela en un contexto convulso en el interior de la universidad y el país. La quema de documentos y expedientes de alumnos, por sectores de ultraderecha, previo y posterior al golpe de estado, el 11 de septiembre de 1973, impidieron la titulación de varios estudiantes de la Escuela de la Universidad Católica de Valparaíso. Con la dictadura, la persecución será intensa. Alfredo García Vega, ex alumno y docente, será detenido el 18 de enero de 1975 junto a otros estudiantes y profesionales, y hasta hoy no se conoce su paradero. A él y a ellos dedicamos esta investigación.

Conclusiones

El proceso vivido en la Escuela de Trabajo social en Valparaíso, expresa su articulación con la recepción y reflexión, a partir de ciertas matrices teóricas, que estarán en una relación recíproca, pero no equivalente, con los procesos seguidos en otras Escuelas chilenas, donde el componente político, así como del orden del imaginario construido respecto del cambio (revolucionario, de transición, reformador) estará presente dentro de las disputas respecto de los cambios en curso, en la política, la economía y la ideología.

La incidencia de la política, en el proceso de la Escuela de Trabajo social de la Universidad Católica de Valparaíso, se distingue por la capacidad de articulación y despliegue de una diversidad de estrategias dirigidas a sensibilizar a los actores de la comunidad universitaria, para lograr la aprobación del Plan de estudios para la refundación de la Escuela bajo un nuevo planteamiento, en el Senado académico de la Universidad. La discusión sobre perspectivas teóricas, y la capacidad como escuela de debatir en una comunidad más amplia, los nuevos sentidos de la formación profesional,

destacará dentro del proceso, logrando que el Proyecto se plantee explícitamente “la ruptura con lo tradicional” (FALEIROS, 2007), haciendo apropiación del concepto de historicidad, reconociendo el Trabajo social fundado en la sociedad de clases (p. 61) y en las relaciones históricas de la clase trabajadora (p. 60). La Escuela fue capaz de llevar adelante los procesos de cambio de la formación, en un país que accedía por la vía democrática, bajo una singular apropiación del socialismo. Reivindicado como un “socialismo a la chilena”, por Salvador Allende, reflejará las particularidades del proceso político y cultural. Esta imagen irá cambiando y tomando forma en el espacio político, reconociendo el Trabajo social en el campo del conflicto y la disputa política para irrumpir, abrir paso, o contener un nuevo orden, aportando a la reflexión sobre el Trabajo social hasta hoy.

Referencias

- ALAYÓN, N. El Movimiento de Reconceptualización: una mirada crítica. ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.
- ALIANZA POR EL PROGRESO. *Documentos básicos*, 1962. Disponible en <<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-94594.html>>. Acceso en: 13 jul. 2017.
- ALLARD, S. *50 años después*. Inicio en Chile de la reforma universitaria de 1967. Cronología del movimiento de reforma de la Universidad Católica de Valparaíso. Valparaíso: Ediciones universitarias de Valparaíso-PUCV, 2017.
- CASTORIADIS, C. *Sujeto y verdad en el mundo histórico-social*. Seminarios 1986-1987: la creación humana I. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2004.
- _____. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- CISTERNAS, E. Entrevista de Investigación, 31 de agosto 2016.
- COUTINHO, C. N. Pluralismo: dimensiones teóricas y políticas. *Cadernos Abees*, São Paulo, n. 4, 1991.
- DE LA VEGA, B. La situación de América Latina y el trabajo social. *Revista Acción Crítica*, Lima, año 1, 1976.
- ESCUELA DE SERVICIO SOCIAL UNIVERSIDAD CATÓLICA DE VALPARAÍSO. Ponencia 1, Primera Convención de la Escuela de Servicio Social: *Proyecto de constitución básica de la Escuela de Servicio social de la Universidad Católica de Valparaíso*. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1968a.
- _____. Ponencia 2, Primera Convención de la Escuela de Servicio Social: *Proyecto de estructura básica de la Escuela de Servicio social UCV*. Valparaíso: Universidad Católica de Valparaíso, 1968b.
- FALEIROS, V. Reconceptualización del trabajo social en Brasil: ¿Una cuestión en movimiento? In: ALAYÓN, N. *Trabajo social latinoamericano*. A cuarenta años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.
- HERNÁNDEZ, J.; RUZ, O. La reconceptualización en Chile. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.
- IAMAMOTO, M. *El Servicio Social en la contemporaneidad*. Trabajo y formación profesional. Sao Paulo: Editorial Cortez, 2003.
- _____. *Servicio Social y división del trabajo: un análisis crítico de sus fundamentos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- KISNERMAN, N. A cuarenta años de la Reconceptualización. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007.

KISNERMAN, N. *El trabajo social en América Latina*. La reconceptualización. Pensar el trabajo social. Buenos Aires: Lumen-Humanitas, 1998.

KUCZYNSKI, P. P. Explicando el contexto. In: KUCZYNSKI, P. P.; WILLIAMSON, J. (Ed.). *Después del Consenso de Washington*. Relanzando el crecimiento y las reformas en América Latina. Lima: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas, 2003.

MARTÍNEZ, R. R.; REYES, G. E. El consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. *Revista Política y Cultura*, n. 37, 2012.

MARX, K., ENGELS, F. *La sagrada familia*. México: Grijalbo, 1967.

_____. *Obras escogidas*. Tomo III. Moscú: Editorial Progreso, 1974.

_____. *La ideología alemana*. Madrid: Akal, 2014.

NETTO, J. P. La crítica conservadora a la Reconceptualización. *Acción Crítica*, Lima, n. 9, 1981.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. La reconceptualización continúa viva, cuarenta años después. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A cuarenta años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2007

PALMA, D. Análisis de documentos de trabajo social latinoamericano. *Investigación/1*, Lima, documento preliminar, 1974 (mimeo).

_____. Entrevista de Investigación, 30 de septiembre 2016.

PIZARRO, E. (Ed.) ¿Qué es trabajo social? Proyecto Escuela de Trabajo social UCV. *Ensayos de Trabajo social*, Valparaíso, n. 1, 1972.

QUIROZ, T. La nueva Escuela de trabajo social en Valparaíso. Disponible en: <<https://repositorio.uc.cl/bitstream/handle/11534/6328/000381383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acceso en: 13 jul. 2017.

SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, 2009. Disponible en: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/yazbek-201608060401395873620.pdf>>. Acceso en: 4 jul. 2017.

DOI: 10.12957/rep.2017.32721

Recebido em 17 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 08 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Movimento de Reconceituação e Serviço Social argentino

Reconceptualization movement and Argentine Social Work

Carina Berta Moljo*

José Fernando Siqueira da Silva**

Roberto Zampani***

Resumo – O presente artigo debate o Serviço Social argentino entre as décadas de 1960 a 1980. Além disso, analisa o processo de Reconceituação na Argentina e seus dilemas no conjunto do Movimento de Reconceituação latino-americano, analisando-o no contexto da mundialização capitalista-monopolista tardia e suas expressões na América Latina.

Palavras-chave: Reconceituação; história do Serviço Social; Argentina.

Abstract – This article discusses Argentine social work from the 1960s to the 1980s. It analyses the process of Reconceptualization in Argentina as part of the Latin American movement of Reconceptualization in the context of late monopolist-capitalist globalization and its expressions in Latin America.

Keywords: reconceptualization; history of social work; Argentina.

.....
* Assistente Social (UNR, Argentina). Doutora em Serviço Social (PUC-SP), com pós-doutorado na PUC-SP e na UFRJ. Professora Associada da UFJF e Pesquisadora do CNPq. Membro da Comissão do GTP da ABEPSS “Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”. *Correspondência:* Rua Irineu Marinho, 365, apt. 202, bloco Daniela Bom Pastor, Juiz de Fora - MG. CEP: 36021580. *Email:* <carinamoljo@uol.com.br>.

** Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca. Professor colaborador do curso de mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Doutor em Serviço Social (PUC-SP). Pós-doutorado pela Universidade Nacional de La Plata (Argentina). *Correspondência:* Rua Rio Japurá, 1377, Franca - SP. CEP: 14406-034. *Email:* <jfernandoss@terra.com.br>.

*** Professor e investigador da Escuela de Trabajo Social - Facultad de Ciencia Política - Universidad Nacional de Rosario, Argentina. Trabalhador social do município de Rosário. *Correspondência:* Calle Poeta Pedroni, 2330, Rosário, Argentina, CEP: 2000. *Email:* <rzampani@hotmail.com>.

Introdução

O objetivo deste artigo é debater o Serviço Social argentino entre os anos de 1960 e 1980 e destacar as particularidades do Movimento de Reconceituação latino-americano neste país¹. Inicialmente serão tecidos comentários sobre o “chão sócio-histórico” que sustentou esse movimento na América Latina e na Argentina: a era monopolista tardia do capitalismo mundial e o debate entre as teses desenvolvimentistas e aquelas sustentadas na convivência ou na crítica à dependência.

No segundo momento é abordado o contexto político e social argentino e a presença, o intercâmbio e as influências do Movimento de Reconceituação. Para tanto, são perquiridas as influências teóricas, as relações estabelecidas com militantes, políticos e religiosos e a presença de grupos de base armados ou organizações político-militares. Na sequência, a Reconceituação é analisada no seu momento histórico, tomando como fonte principal livros e documentos da época, assim como publicações atuais que contribuem com a construção daquele período. Serão tratadas, ainda, as experiências do Instituto de Serviço Social e o Grupo Ecro como bases do Movimento de Reconceituação na Argentina.

Por fim, são explicitadas algumas indagações necessárias para a continuidade da crítica na atualidade, indicando caminhos possíveis para a reflexão e para a análise do tema. Neste sentido, caberia perguntar: foi somente o esplendor de uma época? Qual a “herança” deixada pela Reconceituação? Este processo foi abortado pelo golpe cívico-militar de 1976?

Vale ressaltar que o texto aqui apresentado é parte de um estudo mais amplo que pretende reconstruir o Movimento de Reconceituação na América Latina e as interlocuções realizadas com alguns países da Europa e da América do Norte, pesquisa esta coordenada pelas professoras Marilda Vilela Iamamoto e Cláudia Mônica dos Santos, financiada pelo CNPq.

Desenvolvimentismo, dependência e renovação do Serviço Social latino-americano

O Serviço Social não se explica a partir de si mesmo. Não são poucas as orientações que ressaltam aspectos contidos na gênese, no desenvolvimento, na institucionalização e na renovação desta profissão, até os dias atuais, sem um cuidado essencial: reconstruir mentalmente processos objetivamente postos e imersos em uma totalidade social historicamente determinada (MARX, 1989), particularizada a partir de condições específicas não menos importantes.

¹O Movimento de Reconceituação foi geograficamente bem definido e historicamente datado: ocorreu no continente latino-americano em um período situado, no geral, entre 1965-1975 (NETTO, 1981, p. 60). Tinha como proposta contestar as teses do Serviço Social tradicional, ou seja, aquele estruturalmente vinculado às protoformas desta profissão.

Trata-se, portanto, de um processo material, socialmente determinado, com base em condições históricas bem definidas: a sociedade burguesa monopolista (NETTO, 1992 e 1991), em seus diferentes tempos, crivada pela luta de classes, inscrita na divisão social do trabalho, como especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2007)². A questão que aqui se coloca é muito clara: revelar as mediações capazes de explicar as particularidades de processos universais, especificamente na diversa América Latina, tendo o Serviço Social como parte dessa complexa dinâmica.

Vale ressaltar, então, que qualquer tentativa de generalizar determinados contextos sem captar suas particularidades ou, ao contrário, crer que “o específico” explica complexos processos por si mesmo, “fala por si”, acaba por reproduzir heterogêneas orientações que priorizam dimensões gnosiológicas e logicistas que manipulam o real e seu movimento em nome da ciência (LUKÁCS, 1981, p. 109-131; 2010, p. 58).

É a partir desta base metodológica que o tema deste artigo será tratado. O Movimento de Reconceituação, como determinado complexo social objetivado em alguns países da América Latina em realidades e contextos particulares, parte de uma totalidade histórica determinada. Além disso, não pode ser unicamente explicado a partir de um movimento interno à profissão (reeditando certo tipo de endogenia), como um protagonismo exclusivo de seus profissionais e vanguardas empenhadas em reconceituar teórica, prática e metodologicamente o Serviço Social em suas respectivas realidades.

Trata-se, claro, de um processo constituído por profissionais, quadros intelectuais e militantes, apoiado na atuação de entidades latino-americanas da categoria³, mas inexplicáveis e insuficientes por si e em si mesmos. O Serviço Social argentino, sua reconceituação no âmbito do Movimento de Reconceituação latino-americano, é parte dessa complexa dinâmica⁴.

É fato que se, por um lado, a gênese da profissão no mundo esteve estruturalmente articulada à fase monopolista-fordista do capitalismo (típica de determinado momento do imperialismo mundial – LENIN, 2008; LUXEMBURGO, 2011; GRAMSCI, 1989), por outro, o Movimento de Reconceituação na América Latina e as tendências renovadas, objetivadas nesta parte do continente americano e neste tempo histórico, *foram tecidas na fase tardia*

² Nunca é demais repetir a relevância e o caráter inacabado de duas teses: a) a gênese desta profissão na era monopolista do capital (afirmação feita por José Paulo Netto); e b) o Serviço Social como profissão que se inscreve na divisão social e técnica do trabalho capitalista e nela se especializa. Isto não elimina, mas afirma, a necessidade de investigar as particularidades destas teses nas diferentes regiões do globo.

³ É essencial ressaltar o importante papel desempenhado pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Alaets), fundada em 1965 – hoje, Asociación Latinoamericana de Enseñanza y Investigación em Trabajo Social (Alaeits) – e pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social (Celats), fundado em 1975.

⁴ Netto (1981, p. 60) destaca que o Movimento de Reconceituação – que não se confunde com as propostas de renovação do Serviço Social “ [...] foi sempre uma mescla de tendências heterogêneas e até conflitantes; [...] debateu-se numa ambiguidade que nunca foi clarificada; gravitou ora em torno de uma proposta de adequação profissional às demandas institucionais (modernização), ora em torno de uma alternativa que postulava uma prática de natureza nova (ruptura).”

do capitalismo (MANDEL, 1985). Esta etapa foi marcada pela modernização conservadora, mundialmente em curso já na segunda metade dos anos 1960, bem como pelo reaquecimento da luta de classes sob o comando da Guerra Fria, após a “onda longa” de crescimento da economia capitalista iniciada no pós-segunda guerra mundial (MANDEL, 1985, p. 75-102).

Ernest Mandel (1985) ressalta, ainda, a necessidade de explicar os elementos constitutivos que determinaram, já no final do século XIX e durante todo século XX, a alta capacidade de o capital produzir-se e reproduzir-se a partir de suas próprias crises. Destaca que a explicação disto está em um complexo processo que não é determinado por evoluções lineares, previsíveis, situadas no campo da economia-política burguesa (as leituras monocausais das “ondas longas”). Ao contrário, explica-se pelo seu dinamismo, por sua capacidade de lidar e superar instabilidades, movimentar-se na complexa dinâmica que determina a composição orgânica do capital (MARX, 1983 a e b), cuja articulação entre capital constante (em geral direcionado à renovação e reposição de tecnologias – como capital fixo – e compra de matérias-primas) e capital variável (destinado ao pagamento da força de trabalho) nem sempre é controlável (ainda que manipulável pela grande burguesia). Nisto atua e influi a organização dos trabalhadores, a luta de classes, crescentemente afetada a partir da crise dos anos 1970.

Como se sabe, a “onda longa” de crescimento, que perdurou por cerca de 25 anos, estagnou-se mundialmente já no fim da década de 1960 e desencadeou uma profunda crise nos anos 1970 (superficialmente conhecida como a “crise do petróleo”). Ela repercutiu drasticamente na economia latino-americana no fim dos anos 1970 e fundamentalmente na década de 1980, objetivada politicamente nos golpes militares e em suas ditaduras (Chile e Uruguai em 1973, Argentina 1976), que começaram a implementar as “primeiras reformas neoliberais”. Isto, ao mesmo tempo, colocou as bases para a definitiva ofensiva e recrudescimento do projeto neoliberal no continente americano no início dos anos 1990, com sustentação liberal-renovada, ultraliberal, inspirada no padrão toyotista de acumulação⁵. Aqui, o capitalismo realizou sua modernização conservadora, recuperando o legado hiper-tardio da revolução burguesa nesta parte do globo, sua tradição colonial e dependente (MARINI, 2014; FERNANDES, 1987, 2009).

Debatendo as teses da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) acerca do subdesenvolvimento latino-americano, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977) formulam uma versão própria da teoria da dependência. Os autores, de forma geral, relacionam as causas do subdesenvolvimento às condições dependentes das economias na América Latina, ressaltando a inseparabilidade entre elas. Todavia, insistem que

⁵ Governos como os de Collor e de FHC (Brasil), Menem, De La Rúa (Argentina), Pinochet, Azócar e Ruiz-Tagle (Chile), Péres, Lepage, Velásquez e Caldera (Venezuela), Trujillo, Pizano, Arango e Uribe (Colômbia) e Fujimori (Peru), por exemplo, entre outros criados na América Latina no mesmo período, foram rigorosamente influenciados pela cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

esse modelo que associa subdesenvolvimento e dependência é “típico” desta realidade e que o caminho possível e proveitoso para a América Latina seria o de reforçar a associação entre interesses internos e externos buscando integrar-se a ele.

Em outras palavras, para Cardoso e Faletto (1977), o desenvolvimento seria fruto desta associação que compõe a natureza do modelo econômico latino-americano, não se constituindo, necessariamente, em um elemento impedor do desenvolvimento, mas sendo – quando devidamente articulado – seu estimulador. A proposta em questão, formulada na esteira da “crítica resignada” weberiana, chega à conclusão de que é possível e necessário estimular o desenvolvimento nesta parte do continente americano no cenário marcado pela dependência, defendendo uma espécie de “desenvolvimento possível”: *a modernização conservadora promovida dentro das fronteiras da dependência*. O teor crítico e resignado, então, objetiva-se.

Ainda que reproduzindo trajetórias diversas e características peculiares, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes adotam caminhos opostos ao de Cardoso e Faletto. Ressaltam a perversidade da dependência latino-americana, seus entraves estruturais para um projeto nacional-desenvolvimentista na região, bem como as consequências disto tanto para a constituição das classes sociais, como para os trabalhadores desta parte centro-sul do continente americano. Enquanto o primeiro enfatiza o que denominou de *superexploração da força de trabalho e subimperialismo* no processo de constituição dependente da América Latina (MARINI, 2014, p. 164-177), suas lutas revolucionárias, o segundo discute os caminhos objetivamente possíveis, factíveis, para o desenvolvimento latino-americano. Desse modo, destaca a necessidade da superação da dependência, *construída na relação entre o arcaico e o novo, pela via colonial*, que é componente intrínseco da dinâmica imposta pelo capitalismo mundial em sua fase tardia (FERNANDES, 2009).

Ruy Mauro Marini tece críticas radicais às ilusões vinculadas às possibilidades de o capitalismo dependente dinamizar o mercado interno, promover a mobilidade social de forma consistente e permanente e sustentar o desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, bem como rebate as teses sobre a “desindustrialização” e sobre a existência de uma “nova classe média”, que escamoteiam o subdesenvolvimento intrínseco à dependência⁶.

Em outras palavras, para Ruy Mauro Marini (2014), *a ruptura com o subdesenvolvimento exige a superação da dependência*. O autor ressalta que o aprofundamento do processo de industrialização nos países centrais e sua necessária infraestrutura (em particular aquela relacionada com a indústria pesada), contexto adensado a partir do final da Segunda Guerra Mundial, inflou a demanda mundial por matérias-primas e alimentos e per-

⁶ Um leitor atento verá que estes temas estão na agenda atual da América Latina. Não são, todavia, novos.

mitiu que a economia latino-americana vivesse seu auge. Todo esse processo se edificou a partir da *superexploração* da força de trabalho, que caracteriza a América Latina (MARINI, 2014, p. 52), e do *subimperialismo* exercido por nações dependentes que exercem funções importantes e de comando regional sobre outros países inseridos no circuito da dependência mundial.

Florestan Fernandes (2009), por sua vez, em uma série de conferências proferidas e documentadas no mesmo período (anos 1960), reconhece explicitamente os entraves gerados pela dependência. Referindo-se aos setores dominantes nacionais (as burguesias e suas frações), associados aos representantes do grande capital externo (tema que explora em seus estudos sobre as classes sociais latino-americanas), o autor lembra que a “*dependência e o subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados*” (FERNANDES, 2009, p. 34, p. 48-49), ainda que o imperialismo tenha “*limitado a amplitude dentro da qual a iniciativa privada – na América Latina “poderia desempenhar suas funções construtivas e inovadoras”*” (FERNANDES, 2009, p. 36).

Além disso, Florestan Fernandes (2009) também reconhece que a alternativa revolucionária, de ruptura radical com a dependência e crítica à modernização conservadora, é a que melhor representa os interesses desta parte da América, ainda que – mais otimista que Marini – não desconsidere possibilidades contidas no modelo que caracterizou como “*nacionalismo revolucionário*”, centrado em outro tipo de “*capitalismo de Estado*”. Ambas as alternativas poderiam evoluir para um processo comprometido com a constituição de povos livres e independentes (FERNANDES, 2009, p. 39)⁷.

O Movimento de Reconceituação latino-americano, como processo particular, objetivou-se diversamente nesta parte do continente americano, estimulado e alimentado diretamente pelo recrudescimento da instabilidade social, já claramente perceptível na segunda metade dos anos 1960. Esse período foi um cenário marcado pela estagnação da “onda longa”, iniciada com a reconstrução da Europa a partir de 1945, pela intensificação da Guerra Fria, pela reorganização das esquerdas no continente (em que Cuba foi o exemplo mais radical) e pela articulação de projetos societários que, de partida, possuíam críticas ao imperialismo norte-americano em curso nesta região do globo.

Tudo isso foi marcado por um processo de industrialização orientado por uma modernização conservadora e dependente. Este contexto implodiu o Serviço Social tradicional, os impulsos renovadores pontuais realizados antes da década de 1960 e suas bases inicialmente edificadas sob as condições monopolistas-fordistas. Assim, impôs a necessidade de uma articulação interna-externa que pudesse responder mais adequadamente às demandas objetivamente postas à profissão a partir da segunda metade dos anos 1960. Tais alternativas se refrataram em orientações profissionais diver-

⁷ Trata-se de um debate absolutamente necessário e aberto às esquerdas latino-americanas.

sas (sempre renovadas), estivessem elas comprometidas com o campo da modernização conservadora, seu relativo questionamento ou sua crítica mais radical. A Argentina é parte deste complexo contexto, como formação social particular, intercalando ditaduras cívico-militares e momentos de maior liberdade democrática.

O cenário político da Argentina dos 1960 e 1970

Os parágrafos anteriores se detiveram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, destacando o crescimento econômico deste momento e a profunda crise já anunciada na segunda metade dos anos 1960. Importa destacar que, na Argentina, vinham sendo implementadas políticas desenvolvimentistas que, na esteira do cenário internacional, chegavam ao esgotamento. As estratégias golpistas, então, recrudesce no país com a deposição do presidente Arturo Umberto Illia Francesconi (1963-1966) e a ascensão do ditador Juan Carlos Onganía (1966-1970), processo este que preanunciou a sangrenta ditadura cívico-militar implantada a partir de 1976.

O onganismo foi implacável com os trabalhadores, com os estudantes e com os intelectuais. Entrevi nas universidades com um grau de violência até então desconhecido, o que levou à renúncia massiva de professores e ao exílio de muitos deles. Paradoxalmente, quanto mais se proscrevia o espaço político, mais eram radicalizadas as ações da juventude por meio de suas organizações.

É necessário destacar, ainda, o cenário sócio-político vivido na época, ou seja, um clima de profunda efervescência social. De fato, nestas décadas, o mundo abria um período de profundas transformações, desde a Revolução Cubana, passando pela Guerra no Vietnã, pelo maio francês, pela chegada de Allende ao governo no Chile, pela Revolução Cultural na China, pela descolonização dos países africanos, bem como por uma profunda transformação cultural e revolução nos costumes⁸. Em outras palavras, vivia-se um ambiente cultural que sugeria que a revolução era possível e que havia chegado a hora de alterar a ordem em curso (HOBSBAWM, 1997, p. 433).

De fato, com o fechamento dos espaços públicos, vão sendo criados espaços paralelos de estudo e de organização que passam a criticar o “cientificismo” existente nas universidades e incentivam certo tipo de ciência mais próxima à realidade latino-americana. Embora o movimento de reverse, de reconceituar-se, tenha atingido as Ciências Sociais como um todo, o alcance desta reconceituação e seus desdobramentos – no Serviço Social –

⁸ Não cabe, aqui, mapear a riqueza sociocultural deste momento. Ela foi sentida ampla e mundialmente em diversos segmentos sociais, também na América Latina, refratando-se na cultura, nas expressões artísticas, na política, etc. Afetou profundamente os costumes e as relações de gênero, impulsionada, inclusive, pela descoberta e pelo uso de anticoncepcionais que alterou profundamente o comportamento sexual das mulheres.

foram significativos e diversos. É exatamente no conjunto deste debate que se produziu a primeira aproximação com a teoria social de Marx, ainda que de forma enviesada, pouco assentada nos estudos originais marxianos, re-produzindo certo tipo de “marxismo sem Marx” (NETTO, 1988).

Em muitos casos, os grupos de estudos funcionaram como uma via de entrada para a militância política, já que o entendimento era de que não bastava conhecer a realidade, mas agir sobre ela. É neste período que as organizações político-militares, ou organizações armadas, surgem na Argentina, com diversas e heterogêneas tendências, inicialmente influenciadas pela resistência peronista⁹, bem como incentivadas pela experiência cubana e pela ação de Che Guevara na Bolívia. Todavia, o elemento fundante desta organização baseava-se na repressão sofrida durante o governo de Onganía e a convicção de que não era possível construir uma sociedade justa dentro das fronteiras da sociedade burguesa.

Nesse complexo contexto são forjadas as ações de grupos armados, que ingressam como atores atuantes no cenário político depois de 1969¹⁰. Diversos protestos populares eclodem na Argentina, entre eles os conhecidos Cordobazo e Rosariazo, movimentos de protesto que uniam, pela primeira vez, o movimento estudantil e o movimento operário¹¹.

Em 1973, a presidência da Nação é assumida democraticamente por Hector José Cámpora (vinculado ao Partido Peronista). Vivia-se um “clima festivo e militante”, as palavras de ordem eram “liberação ou dependência”, mas a primavera pouco durou. Cámpora renunciou para dar lugar a uma nova eleição na Argentina, momento em que foram eleitos Juan Domingo Perón “que retornava do exílio” e a sua mulher Isabel Martinez de Perón. Perón morreu pouco depois de assumir a presidência e os setores mais conservadores e reacionários tomaram o poder¹².

Desde 1974, os enfrentamentos passaram a ser cada vez mais abertos, ao mesmo tempo em que o espaço público se fechava e o clima de militarização se adensava. Os grupos paramilitares, especialmente a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A), interviam abertamente nas universidades e na vida pública, causando temor na sociedade. A tragédia anunciada se objetivou em 24 de março de 1976, momento em que os militares tomaram o poder no país, dando início a um dos períodos mais violentos da história da Argentina dos últimos tempos. O terrorismo, as desapareções e as mortes recrudesceram como práticas comandadas pelo estado autoritário.

.....
⁹ Conferir Filiberto y Armida (2000).

¹⁰ No primeiro momento, surgiram numerosos grupos armados. Conforme Viano (2000), porém, somente cinco tiveram alcance nacional: Montoneros, Partido Revolucionário do Povo, Exército Revolucionário Popular (PRT-ERP), Forças Armadas de Liberação (FAL), Forças Armadas Peronistas (FAP) e as Forças Armadas Revolucionárias (FAR).

¹¹ Ver: Antognazzi (1995), entre outros.

¹² Mereceria uma análise específica a relação do Perón com os setores à esquerda dentro do próprio peronismo, já que o governante não aceitava as “invasões marxistas” dentro do movimento.

Não poderia ser diferente com o Serviço Social e com aqueles militantes a ele vinculados. O legado crítico também aí acumulado deveria ser combatido e aniquilado. Os impactos nas diversas escolas do país foram diferenciados: algumas escolas de Serviço Social sofreram intervenção e outras foram simplesmente fechadas¹³. O fato é que o debate que vinha sendo travado ao interior do Serviço Social foi abruptamente interrompido e as perspectivas críticas silenciadas.

O Movimento de Reconceituação em Argentina

Analisou-se, até o presente momento, o contexto no qual se desenvolveu o Movimento de Reconceituação. Vale destacar, ainda, o que de fato constituiu esse movimento no âmbito do Serviço Social argentino como parte das Ciências Sociais, que também se reconceituavam, alimentadas pelo caldo cultural de esquerda presente na época.

Trata-se, sem dúvida, de um período que pode ser caracterizado como de “florescimento do Serviço Social”, que buscava a sua identidade latino-americana (MOLJO, 2005). Ainda que se deva reconhecer as particularidades desta crítica e das lutas empreendidas na diversa formação sócio-histórica das nações latino-americanas, é preciso reconhecer que o sentimento de unidade entre os países deste continente e seu ideário anti-imperialista (anti-norte-americano) foram comuns à denominada “geração 65”, dentro do heterogêneo, complexo e múltiplo Movimento de Reconceituação da América Latina¹⁴.

Há que se ressaltar a abordagem oferecida pelo intelectual chileno Diego Palma (1977), quando este autor afere à Reconceituação algumas características: ela emerge a partir do desencantamento da função exercida pelo Serviço Social tradicional, procurando uma alternativa de transformação social; desenvolve-se, inicialmente, nos países que possuem um adensamento da luta de classes, contando com grupos reconceitualizadores concentrados nas universidades e em setores da Igreja Católica orientados pela teologia da liberação.

Com isto estamos afirmando que nem tudo o que se passava nesse período como renovação pode ser denominado como parte da Reconceituação¹⁵, mesmo que setores vinculados às alas conservadoras da profissão se tenham autoproclamado como tal. Entendemos que as características antes

¹³Conforme o estudo de Castronovo (1999, p. 8), do total de 45 escolas de Serviço Social que existiam nesse momento, 14 foram fechadas ou suspenderam o seu funcionamento. As universidades já vinham sofrendo intervenção desde 1975.

¹⁴ Há de se ressaltar, sumariamente, o caráter heteróclito (NETTO, 1981, p. 60), as diferentes abordagens das esquerdas no movimento, bem como a polêmica (em aberto) sobre a possibilidade de incorporar ou não, no seu interior, tendências renovadoras e modernizadoras que apresentaram determinadas alternativas ao Serviço Social tradicional.

¹⁵ Ainda que este cenário mereça maior cuidado investigativo-analítico.

citadas são fundamentais para estabelecer alguns parâmetros para compreender este movimento, que teve uma enorme transcendência e importância para o Serviço Social. Como bem sinalizava Alayón (2005, p. 10),

Si creemos oportuno destacar las grandes influencias teóricas y políticas que recibió el Movimiento. Los principales aportes provinieron de la teoría de la dominación y la dependencia, del marxismo, de las propuestas ‘concientizadoras’ del pedagogo brasileño Paulo Freire y también de la teología de la liberación.

É sob estas influências e pela ruptura com as tendências modernizadoras do desenvolvimentismo que este movimento se gesta e se desenvolve na Argentina, destacando que até hoje existem visões e compreensões diferenciadas que precisam ser explicitadas e aprofundadas mesmo nesta realidade.

É relevante destacar que existiu uma relação de negação-superação das tendências desenvolvimentistas dentro da profissão com as da Reconceitualização do Serviço Social na Argentina, já que estas últimas devem ser explicadas a partir do debate travado inicialmente nos marcos das propostas desenvolvimentistas. As duas propostas são do mesmo período, sendo influenciadas por orientações teóricas diferentes, por experiências práticas, pelo “espírito” da época. Elas convivem, mas se negam, realizando uma interlocução necessária entre si, como será destacado a seguir.

Para Aquin (2005, p. 21), a Reconceitualização “*puede considerarse como una disconformidad con el saber académico instalado y como una crítica negativa tanto al ejercicio profesional como a los arreglos institucionales en que tal ejercicio tiene lugar*”. A autora insiste que este movimento surge no processo de radicalização mais amplo das Ciências Sociais e da sociedade como um todo, destacando algumas influências – para ela negativas – que recaíram sobre a Reconceitualização: o maio francês, o marxismo como socialismo científico, em oposição ao socialismo utópico, a teoria da dependência, entre outros aspectos¹⁶.

Para Kisnerman (2005, p. 35), “Nadie puede negar que la Reconceitualización fue el producto de una actitud crítica frente al modelo positivista-funcionalista. Y la afirmación de un Trabajo Social consubstanciado con lo latinoamericano, frente a las embestidas dominantes del poder norteamericano [...]”. Nota-se, aqui, que o autor tece observações voltadas à Reconceitualização prioritariamente assentadas nas condições da Argentina, entre 1965 e 1975, ou seja, um processo comandado pelo debate progressista com certa literatura situada à esquerda, embora não necessariamente marxista e marxiana.

¹⁶ É interessante destacar que este tipo de abordagem encontrou eco em outros países latino-americanos. Consultar, por exemplo, o artigo escrito pela brasileira Helena Iracy Junqueira (1980).

José Paulo Netto (2005, p. 76-77) ressalta que o Movimento de Reconceituação trouxe conquistas importantes para a profissão. Entre elas, destaca: a) a articulação de uma nova concepção de unidade latino-americana; b) a explicitação da dimensão política da ação profissional; c) a interlocução com as Ciências Sociais e a inauguração do pluralismo profissional.

A principal conquista da Reconceituação, porém, parece localizar-se num plano preciso: *o da recusa do profissional de Serviço Social a situar-se como um agente técnico puramente executivo* (quase sempre, um executor terminal de políticas sociais). Reivindicando atividades de planejamento para além dos níveis de intervenção micro-social, valorizando nas funções profissionais o estatuto *intelectual* do assistente social (abrindo, pois, a via para a inserção da *investigação* como atributo também do Serviço Social), a Reconceituação assentou as bases para requalificação profissional, rechaçando a subalternidade expressa na até então vigente aceitação da divisão consagrada de trabalho entre cientistas sociais (os ‘teóricos’) e os trabalhadores sociais (os profissionais ‘da prática’). (NETTO, 2005, p. 77).¹⁷

Uma das expressões deste movimento na Argentina foi o Instituto de Serviço Social, conhecido como Instituto Bolívar, por ser o berço do Grupo Ecro, que colocava em xeque o “tipo” de formação profissional que vinha sendo gestado naquele país. Como dito anteriormente, havia um projeto de “desenvolvimento” para a América Latina e para o país, proposta essa sustentada nas análises realizadas pelos organismos internacionais. Este projeto entendia que a Argentina podia ser desenvolvida a partir do melhoramento das potencialidades dos sujeitos, com base em um processo de modernização cultural e econômica.

O projeto modernizador procurava intervir em todas as esferas da vida social e via os assistentes sociais como um dos especialistas com condição profissional para atuar na modernização daqueles setores “mais atrasados”¹⁸, os mais pobres, e integrá-los ao desenvolvimento previsto pelos organismos internacionais. Sendo assim, é possível compreender o porquê da necessidade de avaliar as escolas de formação e verificar se elas estavam ministrando os conteúdos necessários para contribuir com estas “mudanças”.

Como pode ser observado, a dimensão política da ação socioeducativa do profissional do Serviço Social estava presente neste debate, embora com a visão modernizadora, de mudança e de desenvolvimento. É neste contexto que, a pedido do governo argentino, no ano de 1957, solicita-se à

¹⁷ Todavia, no mesmo texto, o autor chama a atenção para as particularidades do impacto da Reconceituação no Brasil (NETTO, 2005, p. 81). Esta observação remete à necessidade de estudos mais densos sobre a diversidade e o significado deste movimento na América Latina.

¹⁸ É importante destacar que até este período a profissão era chamada, na Argentina, de Serviço Social. Será justamente no bojo do Movimento de Reconceituação que a mesma muda de nome para Trabajo Social, como uma forma de demonstrar a ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador.

administração de assistência técnica da ONU uma missão de assessoramento sobre o ensino no Serviço Social realizado na Argentina (ALAYÓN, 2005). Chega ao país, portanto, a assistente social chilena Maidagán de Ugarte, com o objetivo de conhecer e avaliar as Escolas de Serviço Social.

Após realizar uma análise rigorosa das escolas de Buenos Aires, Rosario, La Plata e Santa Fe, a profissional observa que elas não possuíam o perfil esperado. Ugarte, então, produz e propõe um manual de recomendações para modificar as grades curriculares, o perfil profissional e os conteúdos teóricos das escolas. Tais recomendações não foram atendidas. Neste contexto foi criado, em 1959, o Instituto de Serviço Social (que funcionou entre 1959 e 1969).

Segundo Alayón (2005), durante a gestão do primeiro diretor, o médico psiquiatra Ricardo Tarsitano, as diretrizes desenvolvimentistas recomendadas por Maidagán de Ugarte foram mantidas. Esta foi, na Argentina, a experiência fundamental da proposta desenvolvimentista em Serviço Social, uma proposta com clara inspiração modernizante. Contudo, deste instituto é que sairão as primeiras formulações do Movimento de Reconceituação na Argentina, inclusive contrapondo-se às teses desenvolvimentistas, no mesmo processo de radicalização mencionado anteriormente.

Aqui é possível verificar o processo histórico no seu percurso contraditório, bem como a rapidez com que ele se sucedia em tempos de mobilização social intensa. O instituto recebia alunos de toda América Latina, sendo que desta experiência será publicada a Revista de Serviço Social, intitulada *Hoy en el Servicio Social*, em 1964, assim como serão divulgadas as atividades realizadas pelo Grupo Ecro¹⁹. O instituto era considerado, para muitos, a “vanguarda” do Serviço Social argentino.

Como mencionado, embora o instituto e o Grupo Ecro tenham surgido com inspiração desenvolvimentista, será no intercâmbio com outras experiências (fundamentalmente chilenas e uruguaias), assim como no encontro cotidiano nas comunidades e com outros atores sociais (trabalhadores, militantes políticos, grupos cristãos influenciados pela teologia da libertação etc.), que o Grupo Ecro vai radicalizando as suas ideias. O fruto desta radicalização é o nascimento do Movimento de Reconceituação para o caso argentino (GRASSI, 1989).

Destaque deve ser feito para o fato de que o Movimento de Reconceituação não foi “simplesmente aceito” pela categoria profissional, já que as correntes mais conservadoras da profissão viam nos reconceituadores um “perigo à profissão”.

Hacia el año de 1969 fueron paradigmáticas las acusaciones de la asistente social argentina Marta Ezcurra, vicepresidente para América

¹⁹ Grupo Ecro: grupo de jovens estudantes e docentes do Instituto de Serviço Social que produzem um forte debate na profissão e difundem as suas ideias a partir da criação de uma editora de mesmo nome, que – sem dúvida – gerou um importante movimento editorial.

Latina de la Unión Católica Internacional de Servicio Social (UCISS). Ezcurra (1899-1995) representante del pensamiento lúcido del catolicismo conservador, acusó al grupo ECRO y a colegas de Uruguay y de Chile de ser ‘cabeceras organizadas del movimiento comunista dentro del Servicio Social’. (ALAYÓN, 2005, p. 11).

Não por acaso, a nota editorial nº 5/6, de janeiro e fevereiro de 1966, da revista *Hoy en el Servicio Social*, destacava que o periódico estava sendo proibido de circular em algumas escolas, uma vez que seu conteúdo era considerado como uma “*confabulação comunista e antipatriótica de profissionais e científicos destacados*”. Lembremos que estava próximo o novo governo militar de Onganía, que assumirá o poder em 28 de junho de 1966, destituindo o então presidente eleito Illia. Este governo será o prenúncio da ditadura mais cruel, que aconteceria em 1976.

O governo de Onganía (1966-1970) destacava o desenvolvimento de comunidade como uma estratégia para substituir os partidos políticos e sindicatos (que estavam proibidos). Foi justamente esta proximidade dos estudantes com a realidade da comunidade e do “povo” que acabou por radicalizar a ação dos jovens universitários.

O certo é que, naquele período, foram criadas várias escolas de Serviço Social (sejam universitárias ou terciárias²⁰) e que grande parte das que existiam passaram por importantes mudanças nos planos de estudos, trazendo à tona o Movimento de Reconceituação e o pensamento latino-americano.

Como já mencionado, o compromisso assumido com a classe trabalhadora e suas frações foi uma característica essencial do Movimento de Reconceituação. Este descobrimento da realidade levou muitos jovens estudantes a uma militância mais comprometida, descobrindo a “dimensão política da profissão”, que em muitos casos desconsiderou os limites do “fazer profissional” e da militância política. Sem dúvida este foi um traço importante da Reconceituação na Argentina (e não só dela), ou seja, um militantismo que gerou – em muitos casos – o abandono das instituições por serem estas consideradas espaço único de reprodução da ordem dominante.

Hoje, após balanço crítico daquele período, há certo consenso sobre esse equívoco, ainda que seja necessário destacar o avanço ídeo-político que sustentou outra espécie de compromisso profissional com as camadas trabalhadoras, na direção de um projeto profissional radicalmente novo. O Movimento de Reconceituação na Argentina era criticado, então, ora por privilegiar o âmbito acadêmico, ora por valorizar o trabalho de campo, a militância. Com a ditadura implantada em 1976, todos estes emba-

²⁰ Destacamos que nesse período (assim como na atualidade) as Escolas de Serviço Social se desenvolviam em diferentes instâncias, algumas nas universidades, outras nos Ministérios de Bem-Estar Social, Saúde e Assistência, outras no âmbito terciário, tendo duração entre três a quatro anos.

tes teóricos e políticos foram silenciados e uma geração perseguida (parte dela eliminada). O silêncio, a censura, o medo, o terror e o desaparecimento de pessoas foi o que predominou.

Recuperando a mais fina e densa tradição reconceitualizada, a radicalidade deste compromisso exigiria não apenas a superação das ditaduras cívico-militares na América Latina, mas também o adensamento sobre o significado da dependência latino-americana na ordem burguesa tardia e os limites objetivos da profissão.

Considerações finais

Não parece possível analisar o Serviço Social na contemporaneidade sem antes explicar o período histórico no qual o Serviço Social argentino acompanhou este intenso movimento de “repensar ou reconceituar” a universidade e a profissão, os conteúdos teóricos e o perfil profissional pretendido, buscando contribuir para uma formação crítica e comprometida com os interesses das “classes populares” e com uma visão latino-americana. Muitos dos atores principais destas mudanças se aglutinavam dentro do Movimento de Reconceitualização latino-americano, com posturas claramente anticonservadoras e com aproximações à “tradição marxista”. Conforme destaca Palma (1977, p. 25),

Lo que caracteriza a la reconceptualización no es la homogeneidad interna del conjunto, no existe una común declaración de principios en que todos los participantes se reconozcan y que norme sus actuaciones sino, más bien, una unidad laxa cuyo denominador común es la adhesión a ciertos parámetros de interpretación de la realidad de América Latina y del Trabajo Social que les permite reconocer desafíos y tareas que los oponen francamente a la práctica corriente que, hasta entonces, ha delineado el perfil del Servicio Social en el continente. Es esta posición la que ha permitido que, a pesar de una base de unidad muy laxa, los múltiples grupos locales se hayan reconocido e influenciado unos a otros.

Neste período, as diferentes perspectivas dentro do Serviço Social “começavam a diferenciar-se”, expressando intensa partidização e politização. Posto isto, algumas reflexões devem aqui ser destacadas como estímulo ao debate do tema na Argentina:

- a) Um traço fundamental da Reconceitualização, no caso argentino, foi o de procurar ou pensar um “Serviço Social verdadeiramente latino-americano”, muitas vezes inspirado no sentimento antinorte-americano da época.
- b) Existe uma polêmica sobre as matrizes de pensamentos ou correntes teóricas e políticas que influenciaram a Reconceitualização na

Argentina. Há produções e pesquisas que entendem que, além da influência “teórica do marxismo”, de Paulo Freire, da teologia da libertação, entre outros, a Reconceituação conviveu, debateu e se nutriu da experiência e da reflexão política do peronismo (na sua vertente de liberação nacional) (ARIAS, 2012; SERVIO, 2009; SIEDE, 2015). Trata-se de assunto a ser melhor investigado.

c) Tais influências, embora polêmicas, possibilitaram a busca por uma profissão que acompanhasse os grandes projetos societários, abandonando a “neutralidade política” típica do desenvolvimentismo. A presença e o debate com militantes vinculados a variadas tendências políticas (grupos armados de diferentes orientações marxistas, do peronismo e suas vertentes, com movimentos operários, estudantis e cristãos) vincularam-se à “ideia de compromisso”, que permeia até hoje a profissão.

d) Considerando o que foi apontado no item c) é preciso adensar o debate sobre o Movimento de Reconceituação e os desenvolvimentismos propostos na época.

e) Hoje, estão presentes na Argentina diversas tendências teórico-práticas comprometidas com a modernização conservadora e aquelas herdeiras do legado crítico da Reconceituação (em que pese a diversidade disto). Este debate, hoje, se apresenta de forma polêmica na Argentina, seja no campo acadêmico, seja no profissional.

Os tempos atuais são extremamente difíceis: restauração conservadora, adensamento de tendências reacionárias, recrudescimento e ofensiva da sociedade do capital. Caberia indagar: acumulou-se algo da história recente? Qual o legado deixado pelo Movimento de Reconceituação para os desafios atuais? Estudar, pesquisar, resistir, propor, desenvolver a grande política – contaminada de economia-política –, ter posição de classe em favor daqueles que, diversamente, vendem a força de trabalho, é absolutamente essencial. Estamos teórica e praticamente à altura desta batalha?

Referências

ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceitualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ANTOGNAZZI, I. La lucha armada en la estrategia política del PRT_ERP (1965-76). In: *Del Rosaríazo a la democracia del 83*. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1995.

AQUIN, N. Reconceitualización: un Trabajo Social alternativo o una alternativa al Trabajo Social? In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano*. A 40 años de la Reconceitualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

ARIAS, A. *Pobreza y modelos de intervención*. Aportes para la superación del modelo de asistencia y promoción. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2012.

CARDOSO, F. H.; FALETTTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CASTRONOVO, R. *Los procesos de revisión, evaluación y reformulación de los proyectos de formación profesional de los trabajadores sociales argentinos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social da PUC/SP, São Paulo, 1999.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

FILIBERTO, B.; ARMIDA, M. Entre la proscripción y el desarrollo (1955-1966). In: *Rosario en la Historia (de 1930 a nuestros días)*. Rosario: Ed. Universidad Nacional de Rosario, 2000.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRASSI, E. *La mujer y la profesión de asistente social*. El control de la vida cotidiana. Buenos Aires: Humanitas, 1989.

HOBSBAWM, E. *Historia del siglo XX*. Barcelona: Ed. Crítica, 1997.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JUNQUEIRA, H. I. Quase duas décadas de Reconceitualização do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 2, v. 4, dez. 1980.

KISNERMAN, N. A 40 años de la Reconceptualización. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

LENIN, V. I. *O imperialismo – Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2008.

LUKÁCS, G. São Paulo: Ática, 1981.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

LUXEMBURGO, R. *Rosa Luxemburgo – Textos escolhidos*. Vol. 1 e 2. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1985. (Os economistas)

MARINI, R. M. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, livro 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Vol. 1, livro 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

_____. *O método da economia política*. In: FERNANDES, F. (Org.). *Marx e Engels – História*. São Paulo: Ática, 1989.

MOLJO, C. B. *Trabajadores sociales en la historia*. Una perspectiva transformadora. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à Reconceituação. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 2, v. 5, 1981.

_____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 30, 1988.

_____. *Didadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). *Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

PALMA, D. *La Reconceptualización*. Una búsqueda en América latina. Buenos Aires: Librería Ecro, 1977.

REVISTA HOY EN EL SERVICIO SOCIAL. Buenos Aires, n. 5, n. 6, 1966.

SERVIO, M. Trabajo social y tradición marxista. Apuntes para recuperar la experiencia argentina en los años 60 y 70. *Revista Cátedra Paralela*, Rosario, n. 6, 2009.

SIEDE, M. V. *Trabajo Social, marxismo, cristianismo e peronismo*. O debate profissional argentino en las décadas de 60-70. La Plata: Ed Dynamis, 2015.

VIANO, C. Una ciudad movilizada (1966/1976). In: PLÁ, A. (Org.). *Rosario en la Historia de 1930 a nuestros días*. Rosario: Ed. UNR, 2000.

DOI: 10.12957/rep.2017.32726

Recebido em 07 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 06 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)

Reconceptualization Movement in Brazil: the Professional Project of the School of Social Work of the Catholic University of Minas Gerais (1964-1980)

Maria Rosângela Batistoni*

Resumo – O resgate histórico e teórico do projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte, constitui um dos subprojetos da pesquisa coletiva *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. Naquela Escola foi formulado o conhecido “Método Belo Horizonte”, expressão do Movimento de Reconceituação latino-americano na particularidade brasileira. Tendo isso em vista, o presente artigo apresenta os eixos, pressupostos e caminhos investigativos na apreensão de suas bases sociopolíticas, privilegiando suas concepções teórico-metodológicas norteadoras, seus vínculos com as forças contestadoras da profissão nos países de língua hispânica, sua experimentação através da extensão e estágios, suas influências e seus desdobramentos para o Serviço Social.

Palavras-chave: Movimento de Reconceituação; ditadura militar; “Método Belo Horizonte”; fundamentos do Serviço Social.

Abstract – Analyzing the experience of the Belo Horizonte School is one of the focuses of the collective research project “The Reconceptualization Movement of Social Services in Latin America (Argentina, Brazil, Chile and Colombia): historical factors, international dialogues and memory.” This school formulated the famous Belo Horizonte method, expression of the Latin American reconceptualization in Brazil. This article presents the axes, assumptions and investigative paths in the apprehension of its socio-political bases, privileging its theoretical-methodological conceptions, its links with the forces challenging the profession in Spanish-speaking countries, its experimentation through extension and stages, and its influences and developments in social work.

Keywords: reconceptualization movement; military dictators; Belo Horizonte method; fundamentals of social work.

* Assistente Social, Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo. *Correspondência:* UNIFESP/Baixada Santista Edifício Central: R. Silva Jardim, 136 - Vila Matias, Santos – SP. CEP: 11015-020 *Email:* <rosangelabatistoni@gmail.com>.

Introdução¹

O movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina é demarcado pela literatura no período de 1965-1975 (NETTO, 1981, 2005; IAMAMOTO, 1998 ALAYÓN, 1976, 2005). Portanto, a compreensão do seu processo na particularidade brasileira exige que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico-social da Ditadura Civil Militar (1964-1985), em sua constituição, crise e desdobramentos na “transição democrática”, bem como as implicações da natureza do Estado autocrático, do novo padrão de acumulação e de dominação sobre as classes trabalhadoras². No Brasil, a Reconceituação assumiu a perspectiva hegemônica de uma modernização conservadora e tecnocrática, expressa nas sistematizações teóricas dos Documentos de Araxá e de Teresópolis, com traços de funcionalidade com o regime autocrático (NETTO, 1991). No entanto, o caráter contraditório dos fenômenos e processos sócio-históricos surge aqui em toda sua efetividade:

[...] *Instaurando condições para a formulação do Serviço Social de acordo com suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava.* (NETTO, 1991, p. 129 “grifos no original).

Assim, desenvolveu-se a experiência da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. As fontes sobre a experiência da escola de Belo Horizonte “documentos elaborados entre 1971 e 1976 – são pouco conhecidos. Fazemos referência, em especial, a: *Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais; A prática como fonte de teoria; Uma Proposta de reestruturação profissional.*³

A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, no contexto do regime autocrático, foi um núcleo de *oposição e contestação*, sob os influxos das mudanças acadêmico-profissionais da Reconceituação, tal como nos países de língua hispânica, tornando-se a formulação inicial e abrangente da perspectiva renovadora de *intenção de ruptura* no Brasil, como qualifica Netto (1991, p. 276-277 – grifos no original):

uma alternativa global ao tradicionalismo [...], foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa de prá-

¹ Esse estudo é parte de pós-doutorado da autora junto ao Núcleo de Pesquisa Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social (NECLATSS), vinculado ao Centro de Estudos Octávio Ianni (CEOI) no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UERJ, sob a orientação da Profa. Dra. Marilda V. Iamamoto.

² Esta é uma premissa de análise que, nos limites do texto, será apenas referida em algumas de suas fontes. Entre outros: Ianni (1981); Fernandes (1976); Netto (1991, 2014); Alves (1987).

³ Estes documentos foram publicados sob a coordenação acadêmica de Quiroga (1973 a; 1973b) pela Série ISI/ECRO. Ver também em Santos (1985).

ticas próprias do tradicionalismo, envolvendo todos estes passos, *ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional*, abrangente oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive de um conjunto de suportes acadêmicos para a formação de quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social.

A experiência da Escola mineira emergiu na primeira metade dos anos de 1970, no imediato após o Ato Institucional nº5 (AI-5), contexto em que a repressão e violência policial militar institucionalizaram-se em todo seu alcance nos poros do Estado, estendendo-se para a sociedade civil. O regime político civil-militar compeliu as forças sociais e políticas democráticas e da esquerda sobreviventes ao isolamento à prática de resistência fragmentada, clandestina, residual e molecular. Livre de qualquer contestação, a ditadura militar garantira as condições sob as quais o grande capital monopolista, nacional e estrangeiro alcançaria as mais altas taxas de lucros “uma espécie de mais-valia extraordinária” com a superexploração dos trabalhadores, nos termos de Ianni (1981, p. 79).

Os processos e condicionantes político-institucionais da ditadura inviabilizaram a ressonância e difusão do projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte junto a outras escolas e organismos da categoria no país⁴, permanecendo isolada até o fim da década. Mas suas formulações ganharam ampla visibilidade no meio acadêmico-profissional latino-americano, afirmando-se como *uma de suas referências* exemplares, dada a sintonia com a *feição crítica* da Reconceituação e os vínculos com as forças contestadoras da profissão na América Latina. A vinculação com a Reconceituação nos países de língua hispânica *foi intencionalmente buscada* pelo corpo docente da Escola de BH, como registram documentos e entrevistas (IAMAMOTO; SANTOS, Coords., 2007).

Eixos e caminhos (abertos) de reconstrução histórica

Para melhor expor os pressupostos e caminhos na apreensão do projeto de escola mineira, faz-se necessário retomar alguns traços e elementos gerais da Reconceituação Latino-Americana⁵. Como se sabe, este movimento foi impulsionado pela intensificação das lutas sociais no continente H a partir da experiência cubana de 1959 H, que pôs na agenda a perspectiva da revolução socialista e, no contexto geopolítico da Guerra Fria, ampliou o financiamento da contrarrevolução pelo imperialismo. Esses processos

⁴ Há registros de vínculos e influências nas escolas de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), Universidade Católica de Goiânia (GO), Escola de Campina Grande (PB) e de Aracaju (SE). Um dos focos da pesquisa é o resgate dessas influências pela via documental e de memória dos seus sujeitos, dando visibilidade a experiências que veicularam traços críticos ao tradicionalismo profissional e de oposição ao regime.

⁵ Pressupostos estes sintonizados com a pesquisa coletiva, - *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória* -, da qual este subprojeto é parte. IAMAMOTO; SANTOS (coords.) (2016).

foram tensionados por lutas e movimentos sociais com refrações diretas nos Estados nacionais, nas, nas Ciências Sociais, na Igreja Católica, nos movimentos sociais (em especial o estudantil), na política e na cultura. Esta conjuntura de efervescência social inscreve-se num período histórico de grande destaque mundial, demarcando a expansão e a crise estrutural do capital, com consequências e medidas de ajustes econômicos e sociais para a América Latina.

Estes processos societários e suas mediações históricas e geopolíticas provocaram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina (NETTO, 1991) e determinaram as bases condensadas pelo Movimento de Reconceituação, num amplo questionamento da profissão (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional), com diferenças nos vários países. Historicamente datado, expressou a articulação político-profissional continental, direcionada pelo Centro Latinoamericano de Trabajo Social e pela Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Celats-Alaets), “soldando uma unidade de diversidades nacionais” (IAMAMOTO, 2015, p.4).

Os eixos de preocupações fundamentais do movimento, e que assentam sua *unidade*, são analisados por Iamamoto (1998,) e sintetizados nos seguintes pontos: 1) *a busca pela construção de um novo Serviço Social/ Trabajo Social latino-americano*, enraizado em seus processos sócio-históricos e capaz de decifrar os rumos de sua condição de dependência com os países centrais, contextualizando a inserção profissional; 2) *os esforços de reconstrução do próprio Serviço Social, na recusa e crítica ao tradicionalismo*, denunciando a sua pretensa neutralidade político-ideológica e debilidade teórica; 3) *a necessidade de atribuir um estatuto científico ao Serviço Social*; 4) *a afirmação do compromisso com as lutas dos “oprimidos” pela “transformação social”*, numa explícita politização da ação profissional; e 5) *a reestruturação da formação profissional* na articulação entre ensino, investigação e prática profissional, evidenciando serem as escolas universitárias o principal *lôcus da Reconceituação*.

No plano da orientação teórica e metodológica, o movimento conformou-se com base eclética e heterogênea; inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas e identificado com o universo do amplo “pensamento crítico”, alcançou as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista. Processos analisados por Netto (1991), Iamamoto (1998) e Quiroga (1989).

Assim explicitada, a análise do Movimento de Reconceituação, inscrito e vinculado às contingências históricas que determinaram sua emergência e desenvolvimento, implica no exercício de apreender os fundamentos históricos e teórico-metodológicos das concepções de Serviço Social na história latino-americana, privilegiando a tradição marxista, com destaque para as relações deste movimento com as lutas das classes subalternas.

Na compreensão dos antecedentes e das bases sociopolíticas da ESS/UCMG⁶ situa-se a dinâmica da *política* e da *cultura* no período de 1964-1968, período em que, passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, as lideranças democráticas, comprometidas com as forças populares e de esquerda, buscaram estratégias de rearticulação para confrontar o regime. Ao mesmo tempo, o “modelo econômico”, assentado no fim da estabilidade do emprego e numa política salarial depressiva (*o arrocho salarial*), atingiu os trabalhadores em suas condições imediatas de trabalho e de vida, desdobrando-se ainda em insatisfação na pequena burguesia urbana, que teve no movimento estudantil universitário sua manifestação mais visível.

A inquietude e explosão contestatória evidenciaram o florescimento de uma *cultura predominantemente de esquerda*, em todas as suas expressões (na literatura, no cinema, na música, na emergência de movimentos culturais), repercutindo na particularidade da conjuntura nacional os processos dos países capitalistas centrais e da periferia latino-americana (NETTO, 2014, p. 111-118).

No âmbito das universidades, desde meados dos anos de 1950 evidenciara-se uma aberta *politização* dos intelectuais, sintonizada às lutas sociais e à democratização em curso, destacando-se a luta em defesa da *escola pública* e o debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. No imediato pós-golpe, o regime realizara o controle e destruição das organizações de docentes e pesquisadores estudantes, bem como de experiências e alternativas destinadas a democratizar os sistemas e processos educacionais, vinculando-os às necessidades da massa da população⁷.

No entanto, entre 1964-1968, o sistema educacional e universitário constituía um dos flancos vulneráveis e abertos ao apelo político contra a Ditadura Civil-Militar. Só a partir de 1968-1969 o regime autocrático golpeia o conjunto das instituições do sistema educacional, instaurando a sua política de educação compatível ao conjunto da política social da ditadura, funcional ao “modelo econômico”, iniciando pelas universidades, associadas a outras medidas de forte repressão⁸. A radicalização à esquerda também se efetivou nas Ciências Sociais, beneficiando-se da interlocução com autores marxistas, mas não só, e na definição do seu papel face à realidade subdesenvolvida e dependente da América Latina.

⁶ A experiência da Escola de Serviço Social de BH se desenvolveu de 1969 a 1975, mas esta pesquisa propõe abranger um período histórico mais largo, de 1964 a 1980, de modo a incorporar seus antecedentes, desdobramentos e influências posteriores, acompanhando a demarcação temporal definida na pesquisa coletiva referida na nota anterior.

⁷ Expressão deste controle foi a avassaladora repressão sobre a Universidade de Brasília, a ilegalização da UNE, o desmantelamento do Movimento de Educação de Base, o exílio do educador Paulo Freire, o fechamento das escolas vocacionais – núcleos de significativas experiências educacionais de secundarista –, instalação de Inquérito Policial Militar, com intimidação, processos e expulsão de universidades, entre outras.

⁸ Situa-se, nessa ofensiva, o Decreto-Lei n. 477, de 1969, conhecido como o *AI-5 do sistema educacional*. Sobre a política educacional superior da ditadura há uma vasta bibliografia; cito: Góes e Cunha, (1985), Fernandes, (1979), Netto, (1991), Motta, (2014), entre outros.

Belo Horizonte – região metropolitana em ampla industrialização e modernização desde meados dos anos de 1950 – foi campo político das elites reacionárias articuladoras do Golpe de 1964, como analisa Starling (1986). Entretanto, na contratendência, foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais, com a existência de uma forte tradição estudantil – democrática e de perspectivas revolucionárias e socialistas. Foi na capital mineira que se deu de início a influência das ideias do filósofo Pe. Henrique Vaz de Lima (teólogo jesuíta, estudioso da filosofia hegeliana e marxista, divulgador da *Revue d'Action Populaire*, publicada pelos jesuítas franceses) junto aos militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) H que deu origem ao nome Ação Popular, base do surgimento da organização de esquerda Ação Popular (AP) (SILVA, 1991). Além disso, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) H também teve forte enraizamento com quadros estudantis, intelectuais e operários. Teve início o estudo da crítica da economia política entre seus intelectuais, que, no exílio, desenvolveram a *teoria da dependência* (Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos). A vinculação dessa militância na experiência da ESS/UC também será objeto de estudo de suas bases políticas e ideológicas.

Em 1968 deu-se a eclosão da greve operária de Contagem – no cinturão industrial da capital H, a primeira depois do golpe, em claro confronto tanto à ditadura, que cerceava a liberdade e autonomia sindicais, quanto à sua política econômica fundada na superexploração do trabalho (ANTUNES; RIDENTI, 2007). Reivindicando aumento salarial acima dos índices oficiais, surpreenderam o governo militar, que foi obrigado a ceder. O movimento grevista contou com apoio e solidariedade de estudantes, intelectuais, quadros da Igreja Católica e outras instituições⁹.

No final daquele ano, com o AI-5, a repressão ditatorial abateu as forças e movimentos de oposição articulados na região (BATISTONI, 2014). Faz-se necessário, nesta reconstrução histórica, pesquisar as relações estabelecidas pelos protagonistas da proposta da escola mineira com as lutas, movimentos e organizações dos trabalhadores, contribuindo para o adensamento dos estudos sobre a relação entre Serviço Social e movimentos sociais.

Essa dinâmica sociopolítica conjugou “para tornar Belo Horizonte um *topus* adequado à expressão inicial do projeto profissional da ruptura” (NETTO, 1991, p. 262). Articula-se àquelas referências o fato de a experiência da escola mineira desenvolver-se em uma instituição universitária com condições relativamente favoráveis, pela presença de forças progressistas da

⁹ Repercutiam em BH e em Contagem a história das lutas dos trabalhadores anteriores ao golpe, como a greve dos operários da Usiminas, em Ipatinga (1963), com forte repressão e assassinato, fato conhecido como o Massacre de Ipatinga. Movimentação também em outras cidades localizadas no Quadrilátero Ferrífero mineiro – maior produtor nacional de minério de ferro, “ nas cidades deem Ipatinga, João Monlevade, Itabira, entre outras etc. (NEVES, 1995; VEN, 1987).

hierarquia católica, oferecendo aos docentes e discentes espaço de resistência intelectual e política, ainda sem sofrer os controles da Ditadura Civil Militar.

No protagonismo dos seus sujeitos, identifica-se um grupo de jovens docentes, sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga¹⁰, que assumira a hegemonia na Escola a partir de 1969, direcionando seu projeto de formação e exercício profissional no sentido de *romper* com o *tradicionalismo no Serviço Social em suas implicações teórico-metodológicas e práticas*, marcando uma inflexão na dinâmica de ensino da escola e da profissão no país.

Na equipe de docentes assistentes sociais destaca-se a presença de alguma experiência e contato com práticas do Serviço Social rural, de educação popular, vinculadas ao Movimento de Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire, e de práticas institucionais de desenvolvimento de comunidade. Como se conhece, estas práticas profissionais foram relevantes, tornando-se, desde o final dos anos 1950, um dos vetores dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social e apontando a possibilidade de vinculá-lo a projetos societários pertinentes aos interesses das classes trabalhadoras. Esse processo foi analisado por Netto (1991, p. 136-142) como a erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil, interrompido com a instauração da Ditadura Militar.

Foram também incorporados ao corpo docente jovens profissionais de outras áreas – Filosofia, História, Jornalismo, Sociologia e Ciências Políticas – com aportes teóricos não só de referências clássicas do pensamento social (em sintonia ao que era já veiculado no âmbito das intelectualidades das Ciências Sociais no país naquele contexto), mas, também, de interpretações críticas do caráter do capitalismo brasileiro e da dependência latino-americana, bem como das primeiras análises acerca do significado do Golpe Militar.

A proposta alternativa formulada pela equipe docente da ESS/UCMG efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. Esses são demonstrativos das suas preocupações teórico-práticas, operacionalizando com consistência, rigor, inteligência e coragem *mecanismos institucionais* da universidade e determinados espaços do exercício profissional.

Tais mudanças implicaram em ações, podemos afirmar, em dois níveis. Primeiro, em uma reestruturação do ensino teórico-prático, sustentada na análise crítica da universidade brasileira nos moldes do acordo MEC-

¹⁰ Entre essas docentes, citamos duas de suas expressões individuais, cujo protagonismo sócio organizativo e intelectual ultrapassou a experiência da Escola de BH: Consuelo Quiroga “ que foi também vice-diretora da Escola e diretora do Celats “, e Marilda Soares Villela, recém-formada na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Esse registro não dá conta das suas singulares contribuições posteriores.

Usaid, que operava a sua *refuncionalização* aos interesses da *modernização conservadora* do regime autocrático (NETTO, 1991, p. 53-68).

Buscou-se resgatar a possibilidade de condução da revisão curricular a partir da recuperação do relativo espaço de autonomia existente no âmbito decisório interno às unidades de ensino. (ESS/UCMG, 1971b). A concepção globalizadora da proposta de currículo sustentava-se na articulação do ensino teórico-prático à pesquisa, à docência e à prática, operacionalizado nas “unidades de ensino e aprendizagem” (UAs), concepção inédita na organização curricular da formação em Serviço Social do país.

As UAs eram organizadas em projetos semestrais de aprendizagem (PSAs). Além disso, eram articuladas no “contato com a realidade”, através de programas de investigação, programas de estudo, pesquisa e/ou ação profissional, realizados semestralmente, ao longo de oito semestre letivos, contemplando conjunto de disciplinas e os respectivos conteúdos, incluso as disciplinas especificamente profissionais.

As “equipes de prática” eram articuladas em torno de problemáticas básicas de investigação e intervenção profissional. Apoiavam-se em uma orientação interdisciplinar (com a incorporação dos docentes das áreas afins, em suas devidas áreas de atuação, e participação de “monitoria” de discentes concluintes), resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional, como demonstram os relatórios das “equipes de prática” e os trabalhos de conclusão (denominados trabalhos de estágio de campo) (SANTOS, 1985; QUIROGA, 1973b).

Evidencia-se, na proposta de reestruturação da formação, a projeção de um perfil profissional com competência teórica, política e interventiva. Portanto, temos aí o eixo central da “formação de um profissional em que as capacidades técnicas estariam criticamente consteladas por uma sensibilidade política, respaldada informação teórica e disposição investigativa”, como conclui Netto (1991, p. 289) em sua análise da experiência da escola mineira.

O outro aspecto importante é que a experimentação das elaborações teórico-metodológicas foi conduzida através da prática *de extensão universitária* – constituída em campos de estágio, envolvendo esferas e organismos do poder público, como a Legião Brasileira de Assistência (LBA) do estado de Minas, prefeituras e agências de prestação de serviços, diferenciando-se de outras propostas metodológicas exemplares da Reconceituação em outros países latino-americanos. Projetava-se, desse modo, uma proposta para a prática profissional institucionalizada, contrapondo-se às críticas conservadoras ao Movimento de Reconceituação, que acentuam unilateralmente o seu caráter de mera denúncia do passado profissional e pelo suposto de sua negação da atuação dos assistentes sociais nos espaços profissionais (IAMAMOTO, 2015).

Destas articulações institucionais desdobra-se a estratégia de *interiorização* dos projetos de práticas profissionais nas referências teórico-

metodológicas do “método BH”, buscando operacionalizá-los tanto na capital quanto em outras cidades importantes no contexto econômico e social mineiro, como Contagem, Itabira, João Monlevade, Itajubá e Formiga. A formulação do “Método Belo Horizonte” foi sistematicamente experimentada em Itabira, obedecendo a critérios e controles previamente definidos, explicitando a delimitação do alcance do “*processo metodológico*”¹¹.

Sabe-se que outras experiências, levadas a efeito pela Reconceituação no país, ocorreram em instituições do mercado profissional de trabalho, merecendo destaque o Instituto Nacional de Cooperativas Habitacionais (Inocoop), instituição oficial que incorporou a proposta do conhecido “Método Belo Horizonte” na atuação profissional dos assistentes sociais. Trata-se, portanto, de dar visibilidade a estas experiências de incorporação do “Método BH” em sua experimentação nos espaços sócio-ocupacionais, como a do Inocoop, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, pelo resgate de sistematizações já realizadas por Abramides et al. (1984).

O projeto profissional da ESS/UCMG é expresso, em grande parte, no conhecido “Método de Belo Horizonte”, que contém um conjunto de críticas centrais ao tradicionalismo, não apenas em geral no Serviço Social, mas tomando as formas particulares que assumiu na trajetória da própria escola – de sua criação, em 1946, a 1970. Dessa maneira, foi denominado como “Serviço Social tradicional” e tomado como inadequado à realidade latino-americana.

Critica-se a aparente “neutralidade” teórico-prática da profissão, exercendo realmente “um papel conservador no desempenho de funções voltadas para a defesa de determinados interesses”, conforme documentos referenciados (ESS/UCMG, 1971a, 1971b, 1974). Põe-se em questão os elementos teóricos que, quando não revelados, aparecem subjacentes à atuação profissional, referindo-se ao caráter segmentado na abordagem dos fenômenos sociais, a partir de uma visão microscópica e dicotômica “entre a realidade e grupos sociais, entre a sociedade e os homens, entre o sujeito-objeto”. (ESS/UCMG, 1974, p.6)

A crítica se desdobra à importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas. Acresce-se ainda a crítica à visão – subjacente e tácita – normalizadora da sociedade, redundando em objetivos profissionais com propósitos de “eliminar disfunções sociais, os problemas de desadaptação, as condutas desviadas”, orientados pelas interpretações funcionalistas da dinâmica social. (ESS/UCMG, 1974, p.7)

¹¹ O detalhamento do processo metodológico e da pauta interventiva, sua síntese gráfica e a avaliação posterior à experiência em Itabira encontram-se em Santos (1985: 49-68). Ver: o balanço de Lima e Rodríguez (1977), coligido em Santos (1985) acerca do formalismo do processo metodológico, diagnosticado pelos autores como *metodologismo* – a *explosão de uma época*, característica não só não da proposta de BH, mas de várias propostas da Reconceituação.

Nesse sentido crítico, estabelece-se a *contraposição* à perspectiva da modernização conservadora e a *recusa* ao conservadorismo reatualizado “processos em curso na dinâmica profissional brasileira, expressos nas sistematizações já citadas de Araxá e Teresópolis, nos conteúdos e pautas dos eventos promovidos pelas entidades da categoria.

A equipe docente articula uma nova proposta ao nível da formação acadêmica e do exercício profissional, demarcando a definição de seus objetos e objetivos baseados no pressuposto de uma análise da sociedade brasileira. Considera que o *objeto* da atuação profissional é a “ação social da classe oprimida”, conectado ao *objetivo meta*, ou seja, “a transformação da sociedade e do homem” através de *objetivos meios*, “a conscientização, a capacitação e a organização”. (ESS/UCMG:1974, p.19). Tais definições trazem profundos equívocos e limitações, em que pese o reconhecimento da tentativa de historicizar o objeto e objetivos profissionais, o repúdio à neutralidade e ao transclassismo típicos do tradicionalismo profissional. Carregam as ilusões características de uma parcela da vanguarda profissional progressista naquele momento, atualizando as marcas messiânicas no trato dos profissionais, mediados pelos processos educativos da “pedagogia do oprimido”, inspirados na perspectiva de Paulo Freire, decorrendo uma visão polarizadora da sociedade, dividida entre opressores e oprimidos.

A formulação da estrutura teórico-metodológica proposta no “método BH”, que não é possível apresentar nesse trabalho, parte de uma reflexão epistemológica (dirigida para a relação teoria prática) e apresenta-se com formalismos e empirismos típicos da teoria da vulgarização marxista através de manuais, incorrendo em forte ecletismo. Identifica-se, nas referências teóricas, a ausência das fontes originais do pensamento de Marx; portanto, ela não possui base na apreensão do método e das categorias centrais para o desvendamento das relações sociais. A proposta em discussão exemplifica o que Quiroga (1989) qualificou como uma “*invasão às ocultas*” do positivismo no marxismo incorporado no seu referencial teórico-metodológico. Como avalia Iamamoto (2015, p.11):

O traço eclético que preside os fundamentos teóricos que sustentam o ‘Método Belo Horizonte’ explica aquela ‘invasão’: o estruturalismo althusseriano, o marxismo difundido a partir da II Internacional, haurido em manuais de ‘marxismo-leninismo’ na sua versão tida como ‘oficial’; a inspiração maoísta presente na análise das relações entre teoria e prática, redundando num empirismo incontestado expresso na máxima: ‘a prática como fonte de teoria’, tal como ali é trabalhada.

No viés da tradição marxista que a proposta da Escola de Belo Horizonte incorporou, encontram-se suas debilidades e equívocos, o que a comprometeu, ainda mais considerando o destaque do rigor e consistência com que formulou o seu projeto de formação e exercício. Esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma

incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideopolíticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil¹². Assim, torna-se eixo do estudo a análise das matrizes teórico-metodológicas que influenciaram esse projeto, com destaque aos *marxismos* e sua repercussão nos processos de ruptura com o conservadorismo.

A experiência da Escola de Serviço Social da então UCMG foi interrompida em 1975, no contexto de uma crise interna, não suficientemente esclarecida em seu processo, com a demissão de suas principais docentes formuladoras e dirigentes de escola, inviabilizando sua continuidade. O resgate da proposta de BH reaparece no final dos anos de 1970 e início da década seguinte, em novas bases sociais e políticas no país, no contexto de crise da Ditadura Militar e da democratização que se abre, em especial com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica.

No Brasil, sob a Ditadura Militar, ocorreu a consolidação da expansão monopolista, com alterações no processo produtivo, na organização e aparato do Estado, desdobrando-se para os aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade. Sob estas determinações e condições históricas constitui-se o processo de renovação do Serviço Social, gestando um novo perfil profissional através da consolidação de um mercado de trabalho nacional para os assistentes sociais, bem como crescimento do contingente profissional; crescimento e inserção da formação no circuito universitário, sujeito às exigências do ensino, pesquisa e extensão; criação da pós-graduação *stricto sensu* com produção científica; interlocução acadêmica com áreas afins; renovação dos quadros docentes e mercado editorial; e reconhecimento pelas agências de fomento, entre outros aspectos (IAMAMOTO, 1998; NETTO, 1992).

A maturação acadêmica do Serviço Social brasileiro, iniciada sob as condições e amarras impostas pela Ditadura Civil Militar, adquiriu visibilidade no contexto da crise do regime, fazendo com que o Serviço Social vivesse *um descompasso*. Assim analisa lamamoto (1998), ao considerar que, ao mesmo tempo que dispõe de condições críticas para dar o salto necessário para responder ao avanço das lutas pelos direitos sociais e políticos, não apresentava ainda os pressupostos teóricos críticos para sustentar uma autorrenovação. Numa chave analítica carregada da perspectiva de his[tóricidade, lamamoto (2015, p. 12) assevera:

Esse descompasso propiciou um reencontro do Serviço Social brasileiro com as inquietudes profissionais e políticas do movimento de reconceituação. Já não era possível sua mera reiteração. A sociedade brasileira, e nela, a profissão haviam amadurecido historicamente. Repô-

¹² A superação crítica da proposição da escola mineira só poderia ocorrer pela apropriação do referencial do legado teórico-metodológico marxiano, o que se deu uma década depois, com a produção teórica de lamamoto (1982), na análise do Serviço Social inscrito na lógica da produção e reprodução das relações sociais.

las significaria potenciar os seus equívocos. [...] não restou outra alternativa senão um mergulho na pesquisa histórica aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional (ainda inconclusas).

Este projeto de reconstrução e análise crítica do Movimento de Reconceituação, na particularidade brasileira, inscreve-se neste esforço coletivo sustentado na perspectiva de articulação entre a história do país, a crítica e a autocrítica do conhecimento junto à profissão. É, portanto, um desafio para a contribuição à *tarefa inconclusa* de adensamento dos fundamentos históricos e teóricos da profissão.

Referências

- ABRAMIDES, M. B. C. et al. (Org.). *Repensando o trabalho social*. São Paulo: Cortez, 1984.
- ALAYÓN, N. (Org.). *Desafío al Servicio Social*. Buenos Aires: Humanitas, 1976.
- _____. (Org.). *Trabajo social latino-americano*. A 40 años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Ed., 2005.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e Estudantes estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez., 2007.
- BATISTONI, M. R. Organização sindical metalúrgica de São Paulo: história, organização e lutas. In: ABRAMIDES, M. B. DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social*. Uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.
- ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. *Análise histórica da orientação metodológica da Escola de Serviço Social da UCMG*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, Minas Gerais: 1974. [mimeo].
- _____. *A prática como fonte de teoria*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, 1971a. [mimeo].
- _____. *Uma proposta de reestruturação profissional*. Belo Horizonte, ESS/UCMG, 1971b. [mimeo].
- FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *A universidade brasileira reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- GÓES, M.; CUNHA, L. A. *O golpe na educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- IAMAMOTO, M. V. O debate contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. Proposta de interpretação histórico-metodológica. In: IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, L. L. Entrevista memória com Leila Lima Santos. *Serviço Social na América Latina: 1970-1980*. *Revista Em Pauta*,

Rio de Janeiro, n.º 20. Rio de Janeiro: FASS/UERJ, 2007, p.163-179. *50 anos do Movimento de Reconceituação*. Seminario latinoamericano de escuelas de Trabajo Social. La formación profesional em trabajo social: avances y tensiones em el contexto de América Latina y Caribe a 50 años de la reconceptualización. Alaiets/Amiets/Atsmac. Aguas Calientes, México, 2015. [mimeo].

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. (Coords.). *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social em América Latina (Brasil, Chile, Argentina e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. Projeto de Pesquisa/UERJ: Rio de Janeiro: Uerj: fev/2016, [mimeo].

IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIMA, L.; RODRIGUEZ, R. Metodologismo: estallido de una época. *Acción Crítica: Lima (Peru)*, n. 2, p.15-41, jul., 1977.

MOTTA, R. P. S. *As universidades e o regime militar: cultura, política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NETTO, J. P. A crítica conservadora à reconceptualização. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo n. 5, 1981.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O movimento Movimento de reconceituação Reconceituação (40 anos depois). *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez; n. 84, p. 5-20, 2005.

_____. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NEVES, M. de A. *Trabalho e cidadania. As trabalhadoras de Contagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

QUIROGA, C. (Org.). *Compendio sobre: Metodologia metodologia para o Trabajo Social*. Série ISI 4, Buenos Aires: Editorial Eco, 1973a.

_____. (Org.). *Compendio sobre: reestructuración de la carrera de Trabajo Social*. Buenos Aires: Editorial Eco, 1973b.

_____. *Uma invasão às ocultas: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino de Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1989.

SANTOS, L. L. *Textos de Serviço Social*. São Paulo: Cortez/Celatez 1985.

SILVA, L. M. R. da. *Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos*. Tese de (Doutorado) “ Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social. São Paulo, PUC/SP, 1991.

STARLING, H. M. M. *Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe militar*. Petrópolis: Vozes, 1986.

VEN, M. M. L. Movimento Operário operário e Sindical sindical (1972-1985). In: *Movimentos Sociais sociais em Minas Gerais: emergência e perspectivas*. Belo Horizonte: UFMG/Proed, p. 25-51, 1987.

DOI: 10.12957/rep.2017.32745

Recebido em 04 de dezembro de 2017.

Aprovado para publicação em 05 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O Movimento de Reconceituação na América Latina e suas expressões internacionais: análise crítica da participação e contribuição do CBCISS

The reconceptualization movement in Latin America and its international expressions: critical analysis of the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works

Isaura Gomes de Carvalho Aquino*

Aline Pereira Ribeiro Silva**

Pedro Leonardo Cedrola Vieira***

Resumo – O presente artigo visa apresentar análises preliminares de resultado de pesquisa acerca da participação e contribuição do CBCISS no Movimento de Reconceituação da América Latina, no período compreendido entre a década de 1960 até 1980. Sendo o CBCISS uma instituição sem participação direta na formação profissional, protagonizou, quase exclusivamente, não só a organização das produções sobre a sistematização da prática e da formação profissionais, como também foi responsável pela divulgação do material coletado em âmbito mundial. Organizou os seminários de teorização do Serviço Social, dos quais foi estudado, nesta fase da pesquisa, o *Documento de Araxá*, com o objetivo de retomar o Serviço Social na história, através de mediações determinantes, possíveis em face do acúmulo teórico-metodológico produzido pelo Serviço Social na esteira da “intenção de ruptura”.

Palavras-chave: movimento de reconceituação; CBCISS; análise crítica.

Abstract – This article aims to present preliminary analyzes of research results on the participation and contribution of the Brazilian Center for Cooperation and Interchange in Social Works (CBCISS, in Portuguese) in the Latin American reconceptualization movement between 1960 and 1980. The CBCISS is an institution with no direct participation in professional training, but it was, almost solely, not only the organizer of the academic production on the systematization of professional practice and training, but also the responsible for the dissemination of the collected material worldwide. It organized seminars on the theory of social work, of which it was studied in this research a 1967 seminar in Araxá, Minas

* Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2010). Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <isauraaquino@gmail.com>.

** Graduanda em Serviço Social/UFJF/Bolsista. *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <alinea98@hotmail.com>.

*** Graduando em Serviço Social/UFJF/Bolsista. *Correspondência:* Rua José Lourenço Kelmer, S/n – Martelos, Juiz de Fora – MG. CEP: 36036-330. *Email:* <pedrocedrola@hotmail.com>

Gerais. This choice had the purpose of recovering social work throughout history, through determinant mediations, possible in face of the theoretical and methodological accumulation produced by social work in the wake of the “intention of rupture.”

Keywords: reconceptualization movement; CBCISS; critical analysis.

Introdução

Este artigo é a condensação de estudos e análises parciais realizados através de pesquisa de Iniciação Científica do grupo de pesquisa Trabalho, Mercado de Trabalho e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), como um subprojeto de pesquisa intitulada *O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (Argentina, Brasil, Chile e Colômbia): determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória*. É um projeto coordenado pelo núcleo de pesquisa Estado, Classes Sociais e Serviço Social (Neclatss), da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A pesquisa tem como fundamento teórico-metodológico a apropriação e análise da matéria objeto de estudo, em “[...] suas diferentes formas de desenvolvimento [...]”, de modo que seja viável “[...] rastrear seu nexo interno [...]” (MARX, 2013, p. 90) através de pesquisa bibliográfica e de entrevista semiestruturada.

Portanto, atende aos objetivos de resgatar e analisar criticamente o significado histórico e a contribuição teórica do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), no lapso temporal entre 1960 e 1980, e de ampliar a investigação e a reflexão acerca das particularidades da Reconceituação do Serviço Social brasileiro e as repercussões do movimento na América Latina. Tem por mote contribuir com a sistematização e análise do Serviço Social na história latino-americana e suas interlocuções internacionais.

A investigação gerou dados que, analisados qualitativamente, sustentam a hipótese da pesquisa de que tanto o trabalho do assistente social, quanto a formação profissional são crivados por tensões e projetos sociais distintos. Assim, possuem enfrentamentos historicamente demarcados na busca pela hegemonia, que objetam ou conformam o contexto de modernização conservadora predominante no Brasil, em face da ditadura civil militar.

Devido à gama de material bibliográfico selecionado para a pesquisa de cerca de 340 títulos, entre artigos e livros (o que inclusive impossibilita a citação de todos eles), foi realizado um recorte no objeto de estudo. Elegemos, portanto, o *Documento de Araxá* como premissa para debater

criticamente o significado da participação do CBCISS no Movimento de Reconceituação da América Latina, particularmente no Brasil. O critério de escolha para estudo do documento-síntese do Encontro de Araxá foi o fato de este ser a expressão da contradição entre modernidade e tradicionalismo no Serviço Social (PAULO NETTO, 1994). A análise do documento ampliou a hipótese da pesquisa e demonstrou que o CBCISS, no período em questão, constituiu-se em instrumento institucional, formal, sistemático, operacional e legal em face das condições impostas pela autocracia burguesa, de oposição às raízes do Movimento de Reconceituação no Brasil.

Posto isso, para a investigação, foram realizados estudos de artigos selecionados dos *Cadernos verdes CBCISS* e da revista *Debates sociais*, além de ter sido feita releitura do *Documento de Araxá* e uma entrevista semiestruturada realizada com um membro da atual diretoria do CBCISS. Para exposição dos resultados parciais da pesquisa, três mediações são destacadas a partir das formulações oriundas do Seminário de Teorização do Serviço Social, que originou o *Documento de Araxá*, analisadas de forma articulada: a primeira é referente ao desenvolvimentismo e seu corolário político e econômico garantidor de um modelo vetusta, travestido de moderno, sendo a industrialização a única forma de superar a pobreza e o subdesenvolvimento. A intervenção estatal era considerada indispensável para capturar recursos e investir em setores econômicos que não interessavam ao grande capital, mantendo, a contendo, o processo de acumulação de capital e adensamento da questão social. A segunda alude ao estruturalismo enquanto miséria da razão (COUTINHO, 2010). A natureza estruturalista, ao pretender fundar um método objetivo, científico e racionalista, acaba por limitar a própria razão à aplicação de regras formais e a realidade objetiva é subsumida como matéria-prima manipulada. A terceira, por fim, é a influência neotomista, caudatária das protoformas do Serviço Social e seu legado doutrinário do humanismo cristão. A vida social, aqui, tem por finalidade a felicidade geral construída pelos homens que são, em essência, seres que necessitam viver em sociedade, com o objetivo de buscar o bem-estar de todos.

CBCISS e Movimento de Reconceituação

De acordo com Paulo Netto (1994), na década de 1960, o Serviço Social tradicional entra em crise. É o momento das grandes contestações no mundo, demarcando uma crise mundial de base urbano-industrial, expressão de uma conjuntura desgastada do padrão de acumulação capitalista. Com a desaceleração do crescimento, os Estados burgueses reestruturaram estratégias para o direcionamento dos recursos aplicados às políticas sociais e as demandas de interesses econômicos, reivindicadas pelos movimentos sociais, somam-se às reivindicações de foros sociais e culturais.

Projetos sociais diferentes, e até mesmo divergentes, acirram as contradições e explicitam os espaços de lutas e resistências das classes subalternizadas. É nessa relação que ocorre a participação do CBCISS, instituição não formadora de profissionais, mas que conta com a participação de protagonistas vinculados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Não obstante, o que está no foco do debate é a funcionalidade da profissão em contribuir para que o subdesenvolvimento seja superado. É questionada a intervenção profissional junto às expressões da questão social – objeto de trabalho dos assistentes sociais – disputando sua eficácia, eficiência e legitimidade. Evidencia-se, na primeira metade da década de 1960, uma articulação entre os profissionais da América Latina, que é diluída em torno de 1965. A razão para o desmonte dessa articulação, com vistas à superação de uma lógica conformada com o capitalismo, não é outra que não as ditaduras na América Latina, inauguradas com o Golpe de 1964 no Brasil e, depois, com os demais golpes espalhados pelo Cone Sul.

Como a Ditadura no Brasil foi um golpe arquitetado pela burguesia interna em aliança com a burguesia externa norte-americana, visando ao controle econômico, social, político e *cultural*, o delineamento desse processo no Serviço Social é a impossibilidade de incorporação de uma referência teórica e metodológica capaz de realizar a crítica à sociedade burguesa.

A relação entre o Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro e a ditadura civil militar sugere que o regime militar não derrubou ou deslegitimou as formas profissionais consagradas e vigentes na sua emergência e consolidação de raiz conservadora, empiricista e pragmatista (IAMAMOTO, 1992). Ao contrário, nos anos 1960/1970, há interesse pela prática tradicional do Serviço Social, pois atende a duas necessidades do Estado burguês: preservar a subalternidade profissional calcada na execução acrítica de políticas sociais e, ao mesmo tempo, impedir a expressão dos focos de resistências profissionais que se opunham aos interesses das organizações e instituições nas quais os assistentes sociais trabalhavam. A vinculação ocorre com a reorganização do Estado e com as modificações ocorridas na sociedade. Essas foram comandadas pelo grande capital, em dois níveis imbricados, porém distintos, por suas características específicas: a do seu trabalho e a da sua formação profissional (PAULO NETTO, 1994).

O lapso temporal entre 1960 e 1980 é fundamental para o estudo da bibliografia selecionada para a pesquisa, haja vista o caráter diacrônico da pesquisa e da sistematização profissional neste período. Conforme Paulo Netto (1994, p. 152-153), o “impulso organizador é praticamente monopolizado pelo CBCISS, que então abre a série dos seus importantes ‘seminários de teorização’”, que envolvem profissionais e docentes no seu interior e se coloca como representante da categoria profissional.

Essa incorporação generalizada da categoria delega ao CBCISS a sistematização da prática, o debate teórico e a ação profissional, com caráter de exclusividade, no interior dos cursos de graduação e pós-graduação. Impõe orientação, tanto no âmbito da formação profissional no interior dos cursos de Serviço Social, quanto na organização da categoria e no mercado de trabalho. Amplia o universo de interlocutores em razão da pluralidade de sujeitos e organismos envolvidos e do aumento do número de profissionais.

Essa centralidade do CBCISS tem, também, relação direta com a difusão dos conteúdos pesquisados, elaborados e difundidos durante o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Assistentes sociais de maior expressão intelectual e profissional se concentram no CBCISS, com capacidade inaudita para disseminar os eixos fundamentais da modernização da profissão em face das demandas do mercado.

Desenvolvimentismo e o lastro histórico conservador do CBCISS

De acordo com Iamamoto (1998), o contexto histórico do Movimento de Reconceituação na América Latina é perpassado num duplo dilema. O primeiro refere-se às estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem contrair as transformações do capitalismo internacional, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. O segundo está relacionado à dominação externa que estimula a modernização e o crescimento do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Isso porque setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão responsáveis e interessados por essa situação quanto os grupos externos que dela tiram proveito.

Dependência e subdesenvolvimento são interessantes para ambos os lados. Porém, as condições históricas dos anos de 1960 apresentam um padrão de dominação assentado no imperialismo e na hegemonia norte-americana, que impedem a América Latina de atingir a integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo. Apesar da invasão das grandes empresas corporativas norte-americanas, que formatarão o capitalismo monopolista brasileiro, e da relevância do processo histórico, cultural e social, a influência decisiva desta dinâmica foi política (FERNANDES, 1975, 1981). Além do fato de o novo padrão de dominação (imperialista) ser, em si mesmo, destrutivo para o desenvolvimento da América Latina, o continente era despossuído das condições sócio-históricas e econômicas para um desenvolvimento autônomo através de uma rápida industrialização. Ademais, buscava-se suporte no modelo europeu de revolução burguesa através de mecanismos improvisados e oportunistas, que não contemplavam a realidade latino-americana.

Nesse contexto, o Serviço Social brasileiro adentra a década de 1960 com a realização do II Congresso Brasileiro de Serviço Social, realizado

no Rio de Janeiro, em 1961. O congresso retrata três determinantes fundamentais para analisar o Serviço Social no período histórico demarcado da pesquisa. O primeiro busca a passagem do agente missionário da Igreja para o “agente de mudança” (CASTRO, 1984); o segundo versa sobre a descoberta de que o Serviço Social poderia contribuir para a supressão da sociedade subdesenvolvida e para construção de uma nação, de um povo e de uma economia forte. Daí “[...] decorre uma atenção especial ao social; a meta prioritária é o homem e não o crescimento econômico em si mesmo” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 352). O terceiro, em face do segundo, é a apropriação do Desenvolvimento de Comunidade como um novo método de intervenção profissional, dinâmico, amplo e moderno, tomado como vanguarda estratégica de intervenção, compatível com as demandas da sociedade àquela época, haja vista que ou a profissão “se sintoniza com ‘as solicitações de uma sociedade em mudança e em crescimento’ ou se arrisca a ver seu exercício ‘relegado a um segundo plano’” (PAULO NETTO, 1994, p. 139).

Esses são os pressupostos nos quais o *Documento de Araxá* é construído, com vistas ao seu caráter promocional e à capacitação, sendo que

[...] o serviço social promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidade e populações, fazendo-os atingir a plena realização de suas potencialidades. Sob este prisma, a ação do serviço social insere-se no processo de desenvolvimento, tomado este em sentido lato, isto é, aquele que leva à plena utilização dos recursos naturais e humanos, e, conseqüentemente, a uma realização integral do homem. Destaca-se, quanto à promoção humana, a importância do processo de conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global. (CBCISS, 1969, p. 9).

Ou, ainda, tomando como pressuposto a necessidade de reformulação teórico-prática em face da realidade social presente na qual os assistentes sociais intervirão,

O esforço do serviço social, nesta perspectiva, tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento, entendido este como um processo de planejamento integrado de mudança nos aspectos econômicos, tecnológicos, socioculturais e político-administrativos. (CBCISS, 1969, p. 20)

Os assistentes sociais se propõem ao enquadramento da proposta desenvolvimentista. Está na pauta do trabalho “e da formação profissional, principalmente de pós-graduação (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988) – contribuir para as mudanças necessárias para levar a cabo o projeto desenvolvimentista, na árdua tarefa de extrair os segmentos populacionais marginalizados do progresso. No afã e na inépcia crítica, “[...] desafiado pelas exigências do processo de desenvolvimento, o serviço social vem buscando integrar-se nessa realidade em mudança como um, entre outros, instrumento

eficaz para propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana” (CBCISS, 1969, p. 5).

Não obstante, a profissão recorre ao Desenvolvimento de Comunidade (DC) como um dos processos do Serviço Social, visando ao desenvolvimento e integrando ao modelo de modernização conservadora adotado pela autocracia burguesa brasileira neste período. O CBCISS, responsável pelo Encontro de Araxá e pela elaboração do *Documento de Araxá*, “define a ação profissional do serviço social como um instrumento de desenvolvimento humano (individual e coletivo) ‘em um esforço de teorização’” (FALEIROS, 2005, p. 23).

A concepção de DC contida no *Documento de Araxá* é a expressão da relação orgânica entre profissão e projeto desenvolvimentista para o enfrentamento da questão social. As funções do DC, de “deflagração dos processos de conscientização, motivação e engajamento de lideranças individuais, de grupos e instituições no sentido do desenvolvimento” (CBCISS, 1969, p. 17-18), colocavam-se na contramão das resistências de segmentos progressistas, caudatários do período que antecedeu ao golpe. Ainda, ofereciam alternativas de luta, particularmente no âmbito da política educacional e do mundo da cultura. Essas funções da profissão, operadas pelo DC, iam ao encontro do projeto de “contenção” instaurado pela autocracia burguesa pós-AI-5 (PAULO NETTO, 1994).

De acordo com o documento analisado, o DC, numa terceira fase, é definido “por uma transição caracterizada pelo reconhecimento da necessidade de atender-se a problemáticas estruturais, motivando a necessidade de estabelecimento de metas para o desenvolvimento” (CBCISS, 1969, p. 16). Além disso, também enfatiza “a criação de mecanismos de participação popular no processo de desenvolvimento” ao buscar um “melhor conhecimento da realidade nacional e regional quanto, principalmente, ao instrumental disponível e à dinâmica de comportamento das populações” (CBCISS, 1969, p. 16). Trata-se de conhecer a realidade para integração (dos indivíduos, grupos e comunidade) e de identificar comportamentos que seriam disfuncionais à modernização conservadora e opositores ao autoritarismo e ao terror de Estado. Esses indivíduos, grupos e comunidade seriam alvo de intervenção profissional.

O desenvolvimento como política econômica de aliança com o capital internacional, mas também, e principalmente, como forma de controle da questão social em suas múltiplas expressões, foi um processo para viabilizar a acumulação de capital (externo) e de alavancar a economia interna às custas do “desenvolvimento” social – ainda que pensado sob a angulação liberal-burguesa. A participação, como concepção analítica essencial para questionar o DC e abrir fendas reflexivas para o processo de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social (PAULO NETTO, 1994), é entendida como resultado de ações dos indivíduos na sociedade. Desse modo, levam a conclusões previstas, sendo a população responsável pela

dinâmica e funcionamento da comunidade (AMMANN, 1984). Essa é a perspectiva desenvolvimentista conectada ao *Documento de Araxá*.

A fundamentação teórica “e política” para as experiências do DC está assentada no funcionalismo, no estruturalismo e no estrutural-funcionalismo, que compreendem a comunidade, assim como os indivíduos isolados, como partes integrantes de um todo, mutuamente dependentes, com valores gerados em consenso pelos integrantes da comunidade, com “pautas sociais moralmente sancionadas” (AMMANN, 1984, p. 84). A integração social, promovida fundamentalmente pelo DC, propicia a harmonização do sistema a partir dos diversos interesses envolvidos nos diferentes “papéis” e “funções” sociais e em suas várias formas/intensidades participativas na comunidade.

Este tipo de participação objetiva a preservação da harmonia, da continuidade e da estabilização do sistema. Não persegue a mudança em dimensão estrutural-crítica, pois no funcionalismo as modificações ocorrem dentro de um sistema equilibrado, dotado de elementos automantenedores e estabilizadores. A mudança é assim representada pela passagem de um a outro estado de equilíbrio, como movimento unilinear, interno, gradual e unívoco sem a presença de conflitos relevantes ou permanentes. (AMMANN, 1984, p. 85).

A unidade aqui não é diversa. É um grande consenso comunitário. Os problemas sociais podem ser solucionados a partir do atendimento das necessidades da comunidade, tomada em suas partes. As lideranças comunitárias são responsáveis por articular os demais membros dessa comunidade na solução de seus problemas “coletivos”, haja vista a compreensão de que os problemas são particularidades da comunidade e não fazem parte da análise as relações sociais na sociedade burguesa, nem a forma como se configura a relação entre o Estado e a sociedade civil.

O estruturalismo: a cumbuca visitada pelo CBCISS

O Serviço Social, em seu processo de profissionalização, foi marcado pela tradição positivista, cuja base é o pensamento conservador, vertente fundadora das Ciências Sociais. Na década de 1960, de acordo com Paulo Netto (1994), o Serviço Social tradicional tem suas bases questionadas e entra em crise. São inclusivas dessas bases as Ciências Sociais que, historicamente, constituíram-se em importante subsídio teórico-metodológico para a profissão. A origem das Ciências Sociais está na mudança da função sócio-histórica da burguesia, como fundamentação teórica e política dos segmentos mais conservadores, interessada em perpetuar e justificar teoricamente a realidade social ao reduzir as possibilidades de uma apreensão totalizante e objetiva da realidade.

Como fundamentação teórica conservadora, o estruturalismo prima pela perpetuação e justificação teórica da realidade existente e reduz as possibilidades de apreensão totalizante e objetiva da realidade. Por isso que “a necessidade do conhecimento da realidade brasileira é pressuposto fundamental para que o serviço social possa inserir-se adequadamente [na sociedade], neste seu esforço atual de reformulação teórico-prática”, haja vista que o conhecimento é um “diagnóstico da realidade nacional [...] indispensável a um planejamento para a intervenção na realidade brasileira, com vistas à implantação de mudanças” (CBCISS, 1969, p. 20).

O *Documento de Araxá* apresenta vários “conceitos” de Serviço Social. Um deles é o de que a profissão se encontra “[...] no quadro das ciências, afirmando possuir um sistema de conhecimentos científicos, normativos e transmissíveis em torno de um objetivo comum” (CBCISS, 1969, p. 7), que “pode ser considerado como provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano [...]” (CBCISS, 1969, p. 9). É fato que o desenvolvimento da sociedade e os valores (éticos) calcados na influência filosófica do neotomismo são postos como objetivos do Serviço Social. A profissão, engendrada como ciência, é reconhecida na concepção formalista e não reproduz a realidade objetiva, apenas sistematiza regras formais. A totalidade é reduzida à justaposição de totalidades parciais e nega-se a característica mais profunda da dialética marxista, que toma a história como processo, introduzindo-a como elemento secundário à estrutura.

O documento caracteriza, consensualmente, a profissão “[...] no plano do conhecimento especulativo-prático, enquanto se coloca ao nível da aplicação de conhecimentos próprios ou tomado de outras ciências” (CBCISS, 1969, p. 7). O Serviço Social, como ciência ou como “disciplina”, segue o documento e “atua à base das interrelações do binômio indivíduo-sociedade. Sua teorização se processa a partir da ‘práxis’, isto é, o serviço social pesquisa e identifica os princípios inerentes à sua prática e sistematiza sua teoria” (CBCISS, 1969, p. 7).

O subsídio estruturalista direcionador do documento faz com que a concepção de teoria sofra um corte epistemológico e imprima a ruptura entre ciência e ideologia. Demonstra, pois, que somente rompendo com uma organização teórica anterior é possível chegar a uma nova formulação. A realidade vivida é fonte inaudita, inquestionável e perene da formulação teórica.

A profissão “se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas” (CBCISS, 1969, p. 7). Deste modo, a profissão precisa ter caráter corretivo, para eliminar as situações ou condições que impedem o desenvolvimento de indivíduos, grupos e comunidade, e preventivo, para antever-se aos “problemas sociais”. O caráter preventivo “é evidenciado quando se procura evitar as causas de desajuste,

inserindo elementos que possam eliminá-las fornecendo subsídios para medidas de âmbito geral” (CBCISS, 1969, p. 8).

À destruição da dialética, o estruturalismo acrescenta uma completa dissolução do materialismo. Os dois movimentos são complementares: identificando a racionalidade com o intelecto, substituindo a razão objetiva pelas regras formais subjetivas, termina-se por afirmar que a realidade exterior à consciência é um caos, cuja organização e sentido provêm de algumas regras mentais. (COUTINHO, 2010, p. 132).

A vertente teórico-cultural estruturalista é uma autorrepresentação da sociedade burguesa. Em outras palavras, o conhecimento produzido não contribui para desmistificar a positividade com que se represam as relações sociais na sociedade, ao contrário, oculta a estrutura contraditória da sociedade capitalista.

Nesse modelo de ciência, o objeto do conhecimento é um recorte do real, isolado, sem relação com a totalidade. Do mesmo modo, a razão é externa ao objeto e, portanto, o processo de conhecimento é visto como neutro e desvinculado da história; o conhecimento é uma operação formal e o método é visto como uma técnica neutra, separada da teoria.

Neotomismo e Reconceituação do Serviço Social brasileiro

Na segunda metade da década de 1960, o Estado (ditatorial) organiza e racionaliza mecanismos para gerenciar o processo de acumulação na perspectiva da modernização conservadora em prol dos monopólios.

Segundo Paulo Netto (1994), para atendimento dessa lógica econômica, a modernização conservadora exigiu um novo padrão de desempenho profissional. Associado à racionalidade burocrático-administrativa da “modernização”, passou a requisitar do assistente social – e não só “uma postura moderna no sentido de compatibilizar desempenho profissional com normas, fluxos e rotinas. A prática teve que se revestir com características formais e processuais, possibilitando o seu controle e verificação, segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e sua interseção com outros profissionais. Tais exigências favoreceram a erosão do Serviço Social tradicional, implicando um dimensionamento técnico-racional, pondo em xeque os comportamentos profissionais fundados em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias à lógica da programação organizacional. Produzir o “profissional moderno” implicou na inteira refuncionalização das agências de formação de assistentes sociais com vistas à ruptura com o confessionalismo, paroquialismo e provincianismo.

Fator determinante da busca dessa ruptura foi a incorporação dos cursos de formação em Serviço Social nas universidades, que, entre 1967 e 1968, passavam por uma crise sem precedentes no “mundo da cultura”, em

face “de um *terrorismo cultural sistemático* [...]”. É então, com o Estado autocrático burguês na sua forma e no seu conteúdo definidos que se consuma o golpe contra o ‘mundo da cultura’[...]” (PAULO NETTO, 1994, p. 82 “grifos nossos). Os efeitos desse golpe são decisivos para o Serviço Social. O que o autor denomina de vazio cultural reverberou na repressão direta aos segmentos progressistas da profissão.

Os eixos da dinâmica cultural democrática e progressista – o racionalismo, o historicismo e o humanismo – são substituídos (como anacrônicos), superados e carentes de capacidade para dar conta da ‘situação’ pelo arbítrio de uma volição individual que só encontra na existência, dos indivíduos e da sociedade, o caos e o fragmento sem sentido. (PAULO NETTO, 1994, p.83)

A Reconceituação do Serviço Social brasileiro pode ser entendida como um conjunto de características novas que a profissão articulou rearranjando suas tradições e sua assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo. Procurou, assim, investir-se da instituição de natureza profissional, dotada de legitimidade prática, com respostas às demandas sociais, à sua sistematização e validação teórica, mediante à rendição do Serviço Social como disciplina autônoma. Foi, também, um processo global que envolveu toda a profissão em decorrência da laicização, implicando na construção de um pluralismo profissional, porém, sem atenuar as contradições do cariz comum às suas vertentes.

O fundamento da instituição profissional era deslocado para bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do agente e a validação teórica não possuía relevo. O esforço de validação teórica procurou dar fundamento sistemático a todos os componentes do processo profissional (análises, diagnoses etc.), e recorreu a um elenco de fontes teóricas, ideológicas e culturais para operar naquela fundamentação uma crescente diferenciação das concepções profissionais (“natureza, funções, objeto, objetivos e práticas do serviço social”) (PAULO NETTO, 1994, p. 135), em face da diversificação teórico-metodológica (em oposição à homogeneidade).

O *Documento de Araxá* tem posição polarizada nesse processo em relação aos propósitos do Movimento de Reconceituação, ainda que dele sendo parte. Existe na contradição entre continuidade e ruptura com o conservadorismo.

O CBCISS, segundo um membro da diretoria atual entrevistado para a pesquisa, foi um órgão importante para o Movimento de Reconceituação, “dentro do que era possível ser feito diante do quadro de ditadura”. Reconhecia a opressão e rendia-se a ela, sem nenhuma oposição ou crítica.

Na contramão da herança cultural dos segmentos progressistas do pré-1964, que, todavia, não se constituía de esquerda, o *Documento de Araxá* resgata princípios humanistas que operam como anti-humanismo,

porque são anti-históricos. Adota como fundamento “filosófico científico” o *neotomismo*, e a vida social – em seus processos e estrutura, sob a hegemonia do capital (externo) “é explicada pela metafísica. Consta no documento que os princípios básicos da ação profissional são postulados que apresentam “os pressupostos éticos e metafísicos [...]” (CBCISS, 1969, p. 11). Os postulados da “dignidade da pessoa humana”, “da sociabilidade essencial da pessoa humana” e “da perfectibilidade humana”, ao cabo, ajustam-se em si mesmos: o homem é central e autonomizado da sociedade. Essa síntese merece explicação, haja vista que a única mediação existente entre homem, ser social e sociedade é Deus. É

O homem com um duplo destino: o temporal e o eterno. Até que chegue a eternidade, o homem deve construir a sociedade, buscando realizar o bem-comum; dessa forma é capaz de hierarquizar o natural e o sobrenatural. A tarefa do homem é lutar contra todos os desajustamentos que impeçam a ordem querida por Deus. (AGUIAR, 2011, p. 170).

O irracionalismo é a chave heurística para conceber a sociedade e o indivíduo no documento, haja vista que o neotomismo dispensa qualquer tipo de mediação histórica para compreender as relações na sociedade, porque esta é estanque e configurada numa forma, na qual a argamassa está sedimentada; por isso, é inalterável e inquestionável.

Notas finais

1 – O CBCISS fez parte do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil, em oposição ao lastro cultural e crítico dos segmentos democráticos e progressistas que antecederam o golpe de 1º de abril de 1964. Por conseguinte, apartado dos interesses políticos e sociais das camadas subalternizadas da população, em detrimento dos interesses e expectativas do capital internacional, geridos na lógica da modernização conservadora;

2 – O *Documento de Araxá* é o instrumento de convergência dos interesses conservadores da sociedade burguesa e é também o seu propagador em âmbito nacional e internacional, através dos objetivos (remoto e operacionais) do Serviço Social, tais como: viabilizar condições para o desenvolvimento, valorizar o ser humano, em consonância com valores universais e em harmonia com a sociedade, “tratar problemas ou distorções residuais” que impedem a elevação de “padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana”, criar condições para a participação com vistas à integração nas mudanças eminentes na economia e no ordenamento social e político e, finalmente, pôr a cargo da profissão “implantar e dinamizar sistemas e equipamentos que permitam a consecução dos seus objetivos” (CBCISS, 1969, p. 10);

3 – Ao interpor os objetivos profissionais, os assistentes sociais devem superar a mera execução de políticas sociais e criar condições para planejá-las e administrá-las. As funções da profissão também são revistas e gravitam – porque não houve, propriamente, a investida (do próprio CBCISS) na capacitação dos assistentes sociais para assumirem as novas atribuições “em torno das políticas sociais, do planejamento e da administração dos serviços. Não obstante, esse quadro técnico contempla a funcionalidade requerida pelo Estado autocrático burguês. O Estado é imprescindível para o bem comum, supõe autoridade e, segundo os princípios neotomistas, toda autoridade é derivada do Senhor, logo, é boa e não deve ser questionada. A relação entre Igreja e Estado, fé e razão são harmônicas (AGUIAR, 2011). Como? Via estruturalismo.

4 – O estruturalismo é o recurso da base “científica” e irracional do *Documento de Araxá*. Suas bases formais, abstratas, subjetivas e despolitizadas são essenciais para proceder a adaptação e integração de indivíduos, grupos e comunidade às mudanças necessárias à autocracia burguesa para o desenvolvimento econômico, em detrimento do social.

5 – O CBCISS cumpre, pois, a função de organizar estruturalmente a profissão para minar forças e resistências democráticas oponentes ao modelo vigente.

Referências

AGUIAR, A. G. *Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

AMMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 1984.

ANDER-EGG, E. La problemática de la reconceptualización del Servicio Social latinoamericano a comienzos de la década del 70. *Selecciones de Trabajo Social*, Buenos Aires, n. 12, 1970.

_____. Evolución de la metodología del Servicio Social: hacia una metodología integrada o hacia una metodología única? *Selecciones de Servicio Social*, Buenos Aires, n. 14-15, 1971.

CASTRO, M. M. *História do Serviço Social na América Latina*. São Paulo: Cortez Editora/Celats, 1984.

CBCISS. *Suplemento de debates sociais*. N. 3, ano II, ago. 1969.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano XXVI, nov. 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. O debate contemporâneo da Reconceituação do Serviço Social: ampliação e aprofundamento do marxismo. In: *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez Editora, 1988.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

DOI: 10.12957/rep.2017.32724

Recebido em 01 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 08 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Revisitando o Serviço Social clássico

Revisiting classic Social Work

Gilmaisa Macedo da Costa*

Resumo – Este artigo tem por finalidade revisar o tema das origens do Serviço Social em seu processo de institucionalização nos Estados Unidos. Expõe aspectos das bases históricas e teóricas da profissão, revelando conteúdos referentes ao Serviço Social, clássico hoje pouco analisado no interior da formação, limitando possivelmente a informação aos estudantes e profissionais sobre a produção do Serviço Social em seu contexto originário e talvez até mesmo a crítica a ele realizada. O texto trata do pensamento de Mary Ellen Richmond e sua proposição do Serviço Social de casos individuais, mostrando as bases teórico-metodológicas para uma ação sobre os indivíduos sociais em meio a um conjunto de interpretações divergentes sobre o tema. O pensamento de Richmond exerceu forte influência no Serviço Social europeu e no Brasil, oferecendo o suporte para que se fizesse uma crítica às tendências oriundas da base positivista e as insuficiências ali contidas como proposição conservadora.

Palavras-chave: Serviço Social clássico; institucionalização; bases teórico-metodológicas.

Abstract – This article aims to revisit the origins of social work in its process of institutionalization in the United States. It exposes aspects of the historical and theoretical bases of the profession, revealing contents referring to classic social work that are little analyzed today in undergraduate courses, possibly restricting information valuable to students and professionals about the inception of social work in its original context and perhaps even the criticism it received. The text deals with the thought of Mary Ellen Richmond and her proposal of the social work of individual cases, showing the theoretical-methodological bases for an action on social individuals in the middle of a set of divergent interpretations on the subject. Richmond's thought exerted a strong influence on both European and Brazilian social work, offering support to the criticism of tendencies originating from the Positivist base and the inadequacies contained therein as a conservative proposition.

Keywords: classic social work; institutionalization; theoretical-methodological bases.

* Assistente social. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, com Doutorado Sanduíche pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutorado pela Universidad de Buenos Aires (Argentina). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (Ufal). *Correspondência:* Faculdade de Serviço Social (Ufal), Campus A. C. Simões: Av. Lourival Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins, Maceió – AL. CEP: 57072-970. Email: <gilmaisa@uol.com.br>.

A proposição por esta Revista do tema Serviço Social na História constitui um raro momento para a revisitação de conteúdos teóricos e históricos hoje pouco analisados após aquele primeiro momento de uma crítica ao Serviço Social tradicional. Toda profissão precisa conhecer os seus clássicos, seja para segui-los, seja para negar os seus pressupostos ou revisá-los. Daí o caráter pedagógico proposto neste texto. Por clássica fica aqui entendida a obra que propôs pela primeira vez o tema destinado ao Serviço Social e elaborou seus pressupostos teórico-metodológicos, oferecendo insumos ao exercício da prática profissional, cuja influência expandiu-se a outros países.

Em termos históricos, o Serviço Social surge na dinâmica da socialidade capitalista, na qual a divisão do trabalho se diversifica em resposta às necessidades da teia da produção e das relações aí constituídas. A gênese do Serviço Social, entendida como um momento processual resultante de múltiplas determinações até sua plena configuração no capitalismo dos monopólios, remete à Europa dos meados do século XIX. Surge em meio às contradições e efeitos das desigualdades da base estrutural capitalista, sobre as quais atua a interação entre Estado, Igreja e organizações sociais assistenciais, desdobrando-se em ações dirigidas a um peculiar pauperismo que se abate sobre os trabalhadores e suas famílias.

A peculiaridade desse pauperismo reside em que, diferentemente de sociedades anteriores, nas quais a causa do pauperismo era a escassez, ele se manifesta num mundo da abundância, em que o desenvolvimento das forças produtivas permitia uma produção muito maior que as necessidades dos homens. Entretanto, as determinações próprias à desigualdade de classes geravam de forma indissociável pobreza e riqueza. As expressões do pauperismo e da desigualdade social, criadas na base econômica, provocam reações dos trabalhadores, configuradas na luta entre trabalhadores e capitalistas, cujo caráter político receberá dos ideólogos burgueses, por volta de 1831, a denominação de questão social.

Mas é no particular modo de expressão do desenvolvimento capitalista nos Estados Unidos que se configurarão as condições adequadas para a sua constituição formalmente legitimada como conjunto de atividades peculiares a um grupo de pessoas preparadas para tal. Em sua institucionalização, alcança o *status* de profissão assalariada entre 1890 e 1940, desenvolvendo práticas especialmente no campo jurisdicional e de saúde; começa então a elaborar a apreensão do social com vistas à sua legitimidade acadêmica. Trata-se do momento clássico do capitalismo monopolista, no qual as ideias liberais do capitalismo concorrencial começam a ceder lugar às de um Estado que intervém na economia para a resolução de crises econômico-sociais. Marcado por momentos de prosperidade e de estagnação, também é permeado por guerras, crises sociais e momentos de ampliação e de redução dos empregos. No mesmo período, ocorre a crise de 1929, na visão de Mészáros (2002), uma das crises cíclicas do capital, passível de resolutividade no interior do próprio sistema.

Em termos conceituais, “O capitalismo monopolista é um sistema constituído de empresas gigantes”, junto ao qual há “um setor mais ou menos amplo da pequena empresa” que “participa, de muitas formas, nos cálculos e estratégias da grande empresa” (BARAN SWEEZY, 1966, p. 61). Enquanto a máquina a vapor significou a descoberta geradora do grande impulso para a Revolução Industrial, a estrada de ferro e a indústria automobilística são os grandes geradores do desenvolvimento no capitalismo dos monopólios. Segundo os autores:

Cada um produziu alteração radical na geografia econômica, com conseqüente repercussão nas migrações internas e na formação de comunidades inteiramente novas; cada um deles exigiu ou, pelo menos, tornou possível, a produção de muitos bens e serviços novos; cada um deles, direta ou indiretamente, ampliou o mercado para uma série de produtos industriais. (BARAN; SWEEZY, 1966, p. 219).

A expansão capitalista, no denominado momento clássico do capitalismo monopolista, dá-se concomitantemente à inserção do referido modelo nos Estados Unidos com sua linha de montagem automática de automóveis, estabelecimento de oito horas diárias de trabalho, mais recompensa aos trabalhadores, e apoiado numa clara visão do significado da produção e do consumo de massa. As primeiras décadas do século passado caracterizaram-se por grandes lutas em favor de reformas sociais, um período conhecido como *Progressive Era*. Especialmente em Nova Iorque, grupos militantes e de trabalhadores de esquerda formavam alianças, focalizando, particularmente, os problemas criados pelo desemprego durante os momentos de depressão.

A implantação do fordismo não se realizou com tranquilidade; havia resistência dos trabalhadores à linha de montagem, por sua rigidez, repetição de movimentos e intensificação de formas alienadoras no tocante à sua participação integral no processo produtivo. E mais, o “novo homem” proposto pelo fordismo implicava disciplina, boa formação moral, equilíbrio familiar e consumo moderado de álcool, para corresponder às expectativas do mundo corporativo. O quadro delineado é bem típico de um modo peculiar da questão social como forma de resistência dos trabalhadores às condições de vida propiciadas ao trabalho pelo capital, que o Serviço Social considera como base de seu surgimento e objeto de sua ação.

O movimento de prosperidade e de estagnação no desenvolvimento do capitalismo dos monopólios demanda uma diversidade de atividades no campo da produção e dos serviços que incidem sobre o indivíduo, a família e as necessidades sociais. Condições histórico-sociais e econômicas que propiciam a institucionalização do Serviço Social nos Estados Unidos da América, o denominado Serviço Social clássico.

Serviço Social nos Estados Unidos e sua expansão

A constituição do Serviço Social como profissão foi, sem dúvida, historicamente precedida pela atuação de grupos voluntários europeus que prestavam assistência social às camadas mais pobres da sociedade, sob a influência dos reformadores sociais, em parte vinculados às Igrejas. A atividade do voluntariado, composto de pessoal ligado à medicina social, à economia, à física social (sociologia) e à dinâmica de movimentos sociais que denunciavam a exploração de mão de obra (especialmente infantil), transforma-se processualmente em suporte ao modelo de administração capitalista em relação ao problema da pobreza de amplas camadas populacionais, passando a constituir um mecanismo de regulação dos conflitos sociais.

O marco histórico da formação em Serviço Social é o ano de 1890, com a criação da *Women's University Settlements*, em Londres. Oriunda do movimento feminista, esta formação de pessoal preparado para a ação social junto a grupos populacionais pauperizados foi um movimento de especialização e de racionalização da ação da assistência com base em teorias sociológicas e psicológicas. Esse processo vem acompanhado do desmonte de certa utopia revolucionária presente no interior dos movimentos feministas. Significou também uma mudança dos padrões éticos que se pretendiam humanistas e de solidariedade, viabilizando a síntese entre a moral cristã e os valores burgueses. Essa tendência de formar pessoal preparado para a ação social se estende ao conjunto do voluntariado interessado em manter um papel ativo no processo de penetração no meio social.

Em 1893 é realizado o primeiro curso experimental de formação para voluntariado social pela *Charity Organization Society* de Londres – instituição criada em 1869. Em 1894 essa mesma organização promove experiência idêntica nos Estados Unidos. Daí surge o movimento liderado pelas *Charities* inglesa e norte-americana e pela *Women's* para a formação adequada a certo tipo de atividade social praticada pelo voluntariado social. A *Charity* passa a utilizar pessoal qualificado e remunerado na realização de investigações sociais, a partir das quais seriam determinadas as formas de assistência social.

Tais pesquisas ou inquéritos sociais sobre as condições socioeconômicas serviam de base para selecionar as famílias necessitadas de “ajuda”. Após a seleção dos casos sociais, a orientação era entregue a um visitador domiciliar (*friendly visiting*), responsável pelo acompanhamento da situação concreta e pela promoção da prevenção de conflitos através da compreensão mútua entre ricos e pobres. Desse modo, o Serviço Social pode ser de fato compreendido como profissão assalariada a partir da institucionalização que ali ocorre e da elaboração de suas primeiras produções teóricas. Em 1897, Mary Ellen Richmond, membro da *Charity* norte-americana, propõe a criação da Escola de Filantropia Aplicada, destinada à formação de pessoal

para esse fim. De todo o movimento da realidade de natureza econômica e político-social, nos finais do século XIX emerge o processo de institucionalização do Serviço Social.

Na sequência, proliferam, quase ao mesmo tempo e em várias partes da Europa e nos Estados Unidos, outras escolas de formação de assistentes sociais, posteriormente incorporados por instituições públicas ou privadas, inclusive as primeiras experiências de formação acadêmica em 1899 em Nova Iorque e em Amsterdã (Holanda). Isso evidencia que a necessidade de tal atividade social e de seus agentes intelectualmente preparados foi gerada pelas condições sociais criadas na base econômica, marcada pela incômoda situação de desigualdade social, em que uma sociedade caracterizada pela abundância dependia de instituições para a prestação de serviços sociais com vistas a minimizar os problemas da pobreza e a insatisfação das classes trabalhadoras pauperizadas envolvidas no processo.

O fenômeno da expansão do Serviço Social se estende e o processo de institucionalização se desdobra até aproximadamente 1940. Instaura-se a preocupação em termos de definir o caráter, a função, o objeto da ação e os métodos de procedimento profissional. No plano intelectual tratava-se de uma aproximação à ciência social de uma atividade que buscava fundamentos para a sua prática pedagógica junto a indivíduos e grupos de trabalhadores, de desempregados e de suas famílias, cujas condições de vida eram resultantes da desigualdade de classes própria do capitalismo.

Quanto às bases teórico-metodológicas que constituíram as primeiras influências científicas no Serviço Social, não poderiam ser outras que aquelas das quais se originaram seus agentes intelectuais de ascendência da classe burguesa ou por eles formados, com base no pensamento da intelectualidade gerada em meio às transformações do modo de produção capitalista. No século XVII assistiu-se à afirmação da ciência experimental de que a atividade científica não mais se reduzia a observar e classificar os fenômenos, partindo de dados empíricos para os princípios eternos, conforme predominara na Idade Média. Marcado pela objetividade, o pensamento burguês busca apreender a legalidade objetiva da realidade para transformá-la conforme os seus interesses econômicos e sociais, o que levou a descobrir e explicar os fenômenos e as leis que constituem a natureza a partir da própria natureza, tendo a racionalidade humana como meio de captar o conhecimento dos dados observáveis. Surgem as ideias do conhecimento com base em métodos científicos para conduzir a razão a procurar a verdade nas ciências.

O empirismo adquire grande força no campo da pesquisa científica; aquilo que pode ser observado, testado e demonstrado empiricamente a partir da descoberta das leis internas que regem o objeto torna-se de grande importância para as descobertas científicas. Ocorre a separação entre Filosofia e Ciência em consequência das lutas entre a intelectualidade dominante do *ancien regime* e a burguesia que assumiu o poder, defendendo a ciência

necessária ao domínio da natureza, da qual resultou a eliminação de toda Ontologia como base ao conhecimento científico, uma tendência que se estende às Ciências Sociais, que buscam nas ciências da natureza o seu modelo.

No âmbito das Ciências Sociais, Durkheim (1978) cria a primeira formulação metodológica para a Sociologia proposta como ciência autônoma sob a influência do positivismo, concebendo os fatos sociais como coisas e defendendo que cada ciência social deveria ter método e objeto próprios particulares e autônomos. Algo semelhante é defendido por Richmond (1950, p. 18) quando diz que “o Serviço Social dos Casos individuais deveria utilizar provas e meios [...] não apenas os legais, mas os que se seguem na história e nas ciências naturais”. A tendência positivista será evidenciada na primeira produção teórica do Serviço Social por Mary Ellen Richmond, mediante a aproximação às ciências sociais já constituídas com seus objetos definidos, em especial a Sociologia e a Psicologia. A predominância da investigação empírica será evidenciada a partir da prática dos agentes sociais na elaboração do *Diagnóstico social*.

O Serviço Social de casos individuais

Mary Ellen Richmond é reconhecida como a pioneira do Serviço Social profissional no sentido de ter elaborado as primeiras produções teóricas do Serviço Social e de ter influenciado o Serviço Social em todo o mundo. Duas de suas obras, *O diagnóstico social* (1917) e *O que é Serviço Social de casos* (1922), reúnem as principais ideias dessa autora sobre o Serviço Social de casos individuais e representam a base que deu início à produção teórica no campo do Serviço Social. Esse pensamento pioneiro espalhou-se pela Europa e por outras partes do mundo onde o Serviço Social se institucionalizou como profissão. No Brasil, a influência do Serviço Social estadunidense se faz presente especialmente a partir da década de 1940, com o intercâmbio entre os dois países, que promoveu a ida de representantes do Serviço Social brasileiro aos Estados Unidos.

Publicada em 1917, a principal obra de Richmond (1950), *Diagnóstico social*, levou 15 anos até a realização final. Configurou-se a partir de ampla investigação de natureza documental e junto a um significativo número de suas colaboradoras sobre o conteúdo e a forma das atividades desenvolvidas pelos agentes sociais no exercício de suas atribuições institucionais. Considerava a necessidade de reunir noções técnicas básicas e comuns de procedimento metodológico ao conjunto dos assistentes sociais extensivo àquelas que não estavam voltadas diretamente aos casos individuais, tomando como exemplo atividades como a Medicina e o Direito em suas diversidades de especializações. Pode-se dizer que neste aspecto o pensamento de Richmond (1950) revelava sua aspiração a dar um caráter

científico às atividades desenvolvidas pelos agentes sociais com a elaboração do diagnóstico como instrumento próprio de investigação e de ação. O número de profissionais assalariados envolvidos com atividades de Serviço Social nos Estados Unidos, em 1915, já era significativo e tais atividades não estavam reduzidas ao Serviço Social de casos individuais, conforme consta do folheto da Escola de Filantropia de Nova Iorque citado em *Diagnóstico social* (RICHMOND, 1950, p. 3).

O contexto social entre 1900 e 1920, caracterizado por grande inquietação e movimentos em favor de reformas sociais, é um elemento favorável aos ideais vigentes no interior do Serviço Social. Certamente os movimentos sociais reformistas não formavam um bloco indivisível de ideias; a tendência de Richmond não era, portanto, a única. As divergências davam-se basicamente em defesa ou contra a intervenção do setor público nos programas sociais, o uso adequado dos fundos públicos e a luta por melhoria dos equipamentos, como creches, escolas, construção de *playgrounds* e ginásios de esportes, planejamento urbano e habitacional etc.

Para explicar as dificuldades encontradas pelo Serviço Social, a autora busca o apoio da racionalidade científica derivada da sociologia, da psicologia e das ciências jurídicas. Propõe criar um método particular para o Serviço Social que fosse comum a toda ação profissional.

Mesmo nesse período, o Serviço Social que emerge não dispõe de um conjunto homogêneo de ideias e não comporta apenas a abordagem sobre os casos individuais. Richmond 1950 se ocupa teoricamente do denominado Serviço Social de casos individuais e elabora sua proposta de investigação diagnóstica a partir de realidades empíricas sobre as quais poderiam ser feitas deduções: “O primeiro estágio para a dedução é uma tentativa que se chama hipótese” (RICHMOND, 1950, p. 72). Assim, identifica-se nesta obra a influência do método hipotético-dedutivo, criado no desenvolvimento científico.

O pensamento de Richmond

Diferentemente do Brasil, já nesse período os Estados Unidos dispunham de uma ampla rede de atendimento assistencial que permitia o encaminhamento de pessoas necessitadas de assistência de natureza variada, ou seja, materiais, judiciais, educativos e de saúde, de modo que o encaminhamento tornou-se um dos instrumentos do Serviço Social. Uma primeira crítica feita ao Serviço Social estadunidense foi a de que ele não oferecia conteúdo teórico ao Serviço Social brasileiro, visto que se tratava de uma realidade muito distinta da nossa. Deste modo, parece que o pensamento de Richmond não se tornou objeto de estudo em seus fundamentos, pelo menos em matéria de publicação, embora tenha exercido forte influência no Serviço Social de casos no âmbito da formação profissional.

Em face dos limites disponíveis para este artigo, iremos recuperar somente os aspectos mais decisivos no pensamento da autora referente às bases teóricas e conceituais. Segundo Richmond (1950), o Serviço Social, considerado em sentido amplo, poderia fazer progredir a espécie humana, tornando melhores as relações sociais. Uma função conceitualmente pensada mediante o ajuste entre indivíduo e meio social, no qual não cabia o real caráter de totalidade do sistema capitalista como modo de produção cuja base é a exploração do homem pelo homem. Neste sentido, partilha da concepção do capitalismo como fim último, podendo ser melhorado no seu processo de desenvolvimento. Já o Serviço Social seria um modo de realização disso através da ação sobre a consciência dos indivíduos por meios materiais ou intelectivos.

Embora contenha em si a ideia de progresso bem típica do positivismo e o suporte da sociedade no indivíduo, não propõe a desvinculação do Serviço Social de outras teorias, porquanto este teria muito a aprender com atividades sociais como a medicina, o direito, a história, a lógica e a psicologia. Entretanto, não há menção alguma às causas econômicas dos problemas por eles vivenciados – a sociedade melhoraria com a melhora do indivíduo. Consequentemente, o campo específico de ação do Serviço Social de casos seria o “desenvolvimento da personalidade do indivíduo”, ocupando-se de estabelecer melhores relações sociais, tratando o indivíduo um a um no círculo íntimo da família” (RICHMOND 1950) Por isso mesmo a família se torna um campo decisivo de investigação sobre a situação do indivíduo trabalhador e os problemas que este possa apresentar no trabalho. O conceito básico é que “O Serviço Social de Casos Individuais é um conjunto de métodos que desenvolvem a personalidade, reajustando consciente e individualmente o homem em seu meio social” (RICHMOND, 1950).

Em *Diagnóstico Social* Richmond (1950, p. 8) partilhava com os reformadores sociais da Europa e dos Estados Unidos o questionamento à prestação da assistência com base em critérios puramente econômicos e até repressivos, concordando com aqueles que, junto à necessidade de concessão de auxílios, “estudavam e desenvolviam as capacidades latentes desses indivíduos” (Idem, p. 8). Com tais reformadores surge a ideia da superação do inquérito social como fim em si mesmo, tradicionalmente realizado junto aos pobres para qualificar sua necessidade à assistência social, bem como a proposta de sua realização “tendo como motivo e objetivo a reintegração social dos indivíduos” (RICHMOND, 1950, p. 8), ao qual Richmond considerou mais adequada a denominação de diagnóstico social. Só que tal reintegração está mais relacionada aos aspectos comportamentais que visavam à adaptação dos indivíduos às normas sociais, evitando reações à sociedade que pudessem pôr em risco o equilíbrio social. Abre-se o espaço à moralização dos costumes, à criação dos hábitos e atitudes adequados ao “bom trabalhador”, à “boa moça”, ao equilíbrio nas relações familiares, que perpassam os relatos das atividades práticas contidos

no texto e que configuram a função ideológica da profissão no sentido da ação de uma consciência sobre outras consciências.

A proposta metodológica

Neste Serviço Social de casos, a interação entre o profissional e o “cliente” era proposta para viabilizar a prestação de certos serviços institucionais acompanhados de ação pedagógica, tendo “como objetivo imediato a melhoria dos indivíduos ou das famílias, uma a uma, independentemente da sua melhoria coletiva, no conjunto do agregado social” (RICHMOND, 1950, p. 4). Caracterizava, portanto, uma ação centrada nas pessoas, com vistas ao seu crescimento, independentemente da coletividade.

O caráter da obra é basicamente empirista e, para diagnosticar uma “dificuldade ou necessidade de natureza social” (RICHMOND, 1950, p. 4), de um indivíduo ou de uma família, propunha-se reunir o maior número possível de conhecimentos dos fatos imediatos. Para tanto, deveriam ser tomadas como fontes de informação as realidades sociais “definidas como consistindo de todos os fatos, da história pessoal e familiar que, tomados em conjunto, indicam a natureza das dificuldades sociais dum necessitado e dos meios de removê-la” (RICHMOND, 1950, p. 26). Quanto ao significado dos fatos, estes não deveriam “limitar-se às coisas, visíveis ou tangíveis [...]”. Os *pensamentos* e acontecimentos são também fatos” (RICHMOND, 1950, p. 29).

Evidencia-se a concepção de fatos sociais como coisas de natureza objetiva e subjetiva que, mediante o procedimento metodológico hipotético-dedutivo, poderiam alcançar as causas dos problemas individuais. A colheita destes fatos consistia na base para deduções obtidas através do raciocínio. Reunidos os fatos e feitas as deduções, deveria proceder-se à comparação e à interpretação dos dados; com isso, formava-se um quadro de referência da pessoa e do seu problema. Todo o material era disponibilizado ao controle das instituições, para que se processasse o acesso a bens e serviços ao necessitado. Consolidava-se, assim, um amplo controle dos membros pauperizados da coletividade.

No processo desencadeado na relação da assistente social com o “cliente” ocorria uma interferência institucional na privacidade interna e externa da pessoa contra a qual esta, como portadora de necessidades, não tinha como se negar. Portanto, não resultava de uma livre decisão sua o expor-se ao processo. Compunha o conjunto da categorização da pobreza obtido através do diagnóstico social e comportamental destinado aos trabalhadores em dificuldades, desempregados, crianças em situação de abandono ou delinquência, viúvas, doentes ou todos os que não dispunham de meios próprios para a resolução de suas dificuldades materiais ou pessoais. Em termos de uma atividade realizada por um grupo de agentes particulares, corresponde ao que José Paulo Netto (1991) reconheceu como objeto de

intervenção do Estado nas expressões da questão social em suas novas funções no período monopolista consolidado.

Por outro lado, justamente pelo caráter empirista, a obra oferece base a uma ampla investigação diagnóstica que revelava traços imediatos da vida social, das condições de existência daqueles indivíduos, do desemprego, dos aspectos jurídicos e de direito, das relações interpessoais. Desse modo, não se limitava ao plano meramente subjetivo, contendo a dimensão de uma investigação de aspectos sociais que poderia dar ao assistente social um conhecimento objetivo da problemática da realidade social imediata em que aquelas vidas se moviam. Esse duplo movimento em direção a elaborar um diagnóstico das necessidades da pessoa não se destinava à investigação da vida social em si; sua finalidade se expressa no seguinte conceito:

O diagnóstico social pode ser definido como sendo a tentativa para se formar um juízo tão exato quanto possível da situação e da personalidade dum ser humano que tenha qualquer necessidade social, situação e personalidade, estas em relação aos outros seres humanos de quem ele dependa ou que dependam dele e em relação também às instituições sociais de sua comunidade. (RICHMOND, 1950, p. 305).

Assim, o diagnóstico social permitiria apreender a situação e a personalidade de um indivíduo que, por qualquer necessidade, recorresse a instituições sociais, subsidiando a ação profissional no sentido de o indivíduo encontrar em si mesmo solução para os problemas. Os caracteres pessoais e as relações daquele indivíduo, na família, no trabalho, na vizinhança, enfim, no meio social imediato, tomados em si, sem relação com as bases econômico-causais, não revelavam o verdadeiro caráter social dos problemas enfrentados pelo indivíduo, decorrentes de suas condições de classe e do caráter essencial da sociedade. Permaneciam no nível fenomênico da individualização. Ao mesmo tempo, o problema não só era centrado na personalidade, mas, além disso, a ação profissional deveria dirigir-se à expansão da personalidade, como propõem suas reflexões no capítulo XIX, destinado ao que a autora denomina Bases Filosóficas.

O texto ressalta dois conceitos básicos oriundos da psicologia que, segundo a autora, “constituem mesmo a filosofia que forma a base do Serviço Social dos casos individuais e explicam a necessidade de ele subsistir para sempre; o primeiro refere-se às diferenças entre os indivíduos; o segundo prende-se à teoria da expansão da personalidade” (RICHMOND, 1950, p. 314). Em relação às diferenças entre os indivíduos, apoia-se principalmente em Edward E. Thorndike. Este considera que há uma variedade imensa de caracteres individuais, e essas diferenças constituem um traço originário do homem, a ser levado em conta pela medicina, pela educação ou por quaisquer forças socioprofissionais. O pensamento de Thorndike é considerado uma variante do neobehaviorismo, ramo da psicologia experimental.

A corrente Hedônica de Thorndike [...] conquanto também prevalentemente empirista e objetivista, oferece, no entanto, a peculiaridade de admitir, na experimentação um elemento novo de ordem subjetiva – o princípio do *prazer-desprazer*. Tal princípio é, de fato, básica e constantemente invocado por Thorndike na elaboração de sua teoria hedônica da aprendizagem, inspirada em seus conhecidos experimentos de ‘ensaio e erro’, que tanto vieram a influir na evolução posterior do behaviorismo. (NOBRE DE MELO, 1979, p. 90 “ grifos no original).

Richmond (1950, p. 314) inicialmente observa: “Socialmente, as semelhanças entre os homens têm muita importância, sendo elas que tornaram possível a melhoria das massas, tendo a individualidade necessariamente de se lhes adaptar”. Mas, em seguida, ao ressaltar que os indivíduos são originalmente diferentes, remete tal constatação ao problema da administração democrática: “Nos primeiros períodos da democracia parecia que a melhor orientação administrativa seria aquela que a todos servisse de maneira exatamente igual, mas veio depois a concluir-se que era necessário proceder de modo diferente para com indivíduos diferentes e sempre com benefício social mais proveitoso” (RICHMOND, 1950, p. 314).

Dado que a constatação das diferenças entre os indivíduos é uma característica natural do ser humano, e sendo este o critério dominante entre os reformadores, “não parece necessário fazer mais considerações sobre a verdade deste conceito” (RICHMOND, 1950, p. 315). Para ela, o critério é suficiente e necessário na administração de qualquer serviço de natureza socioinstitucional. O critério da igualdade entre os homens deve ser substituído pelo da natural desigualdade entre os indivíduos, como referência para a concepção de democracia. Como se pode perceber, uma reflexão condizente com princípios do pensamento liberal e da tendência ao individualismo reinante na própria sociedade.

A base filosófica mais fundamental ao Serviço Social estaria, para a autora, no conceito de expansão da personalidade. E acrescenta: “como se tem caminhado devagar neste campo e como o nosso ideal consiste em abandonar as classificações gerais, ocupamo-nos, em vez disso, do homem no seu conjunto” (RICHMOND, 1950, p. 315). Entretanto, o que à primeira vista parece, nesta produção profissional, apontar para a necessidade de refletir o “homem no seu conjunto”, entender mais a fundo em que consiste o homem como totalidade revela-se em seguida considerar o indivíduo idealmente como o somatório das suas relações. Indica mais um ponto de vista corrente na categoria profissional: “Também, cada vez mais, embora mais lentamente, o Serviço Social tem a ideia de que o espírito humano (e evidentemente o espírito humano é que é o homem) pode ser descrito como o somatório das suas relações sociais” (RICHMOND, 1950, p. 315).

A ideia aí subjacente é de que os elementos externos ao indivíduo influem sobre a expansão da personalidade, porque esta é resultado do meio social. Complementa tal pensamento:

Sabemos que a personalidade se dilata e se expande quando lhe surgem novos direitos, novos interesses, novas ligações de amizade, e sabemos também como ela é afetada quando a esfera de nossa atividade é reduzida ou quando a morte nos rouba uma amizade. Não é, pois, uma frase literária e metafórica dizer-se que perdemos uma parte de nós próprios. (RICHMOND, 1950, p. 315).

Neste plano das relações sociais, Richmond (1950) as compreende mais precisamente como relações dos indivíduos com as companhias que fazem parte da sua vida. Diz, por exemplo: “sabemos quem é um homem pelas companhias que tem” Ou mesmo: “um homem é, na verdade, mais influenciado pelas suas companhias do que pelas que os seus antepassados tiveram” (RICHMOND, 1950, p. 315).

Essas assertivas resultam da interpretação que a autora faz de algumas contribuições ao conceito de personalidade; ela opta pelas que avalia como as melhores entre os psicólogos da época. Uma delas vem da Psicologia Social de James Mark Baldwin, que relaciona os interesses da pessoa ao seu meio imediato. Diz: “Ele estende os seus interesses de consciência e de afetividade às companhias que tem” (BALDWIN *apud* RICHMOND, 1950, p. 315), ideia que Richmond (1950, p. 315-316) ratifica: “Estes interesses estão sujeitos a variações contínuas, e essas variações, que tanto podem elevá-los quanto rebaixá-los, são condições com que o homem tem, normalmente, de se debater no robustecimento das relações sociais”. Explicita:

O pensamento da personalidade emerge diretamente de certos dados das relações sociais; na verdade, ele é a forma pela qual as relações sociais entram na organização de novas experiências pessoais. O *eu* não é uma abstração situada isoladamente no corpo da pessoa como as nossas teorias da personalidade nos levariam a concluir. É como um sentido da rede de relações que existem entre mim, vós e os outros, pelas quais certas necessidades pungentes de sentimento, de vida ativa e de pensamento concreto requerem que eu me empenhe, colocando-me a mim próprio num polo, e a vós ou a eles, noutro polo. (BALDWIN *apud* RICHMOND, 1950, p. 316).

Assim sendo, aproxima-se de tendências empiristas e predominantemente objetivistas da psicologia, que, por um lado se voltam para o indivíduo a pessoa humana unitariamente configurada e, por outro lado, acentuam o valor da realidade externa como fonte da atividade psíquica. Faz uma apreciação exterior das formas de comportamento dos indivíduos nas suas relações interpessoais e exalta a necessidade do empenho do indivíduo, ajudado pelo Serviço Social, para expandir-se como pessoa na resolução dos males que o afetam. A atuação sobre as pessoas seria, portanto, o caminho para mudar o meio social.

Considerações finais

A obra de Richmond, pensamento que deu origem à produção teórica do Serviço Social, oferece uma exaustiva proposta investigativa e do modo como proceder sobre as realidades sociais que compõem a situação de vida e de saúde das pessoas às quais devem ser prestados serviços institucionais. Entretanto, embora a obra ofereça um vasto conjunto de formulações destinado à investigação das condições de vida dos indivíduos no âmbito da família, do trabalho e das relações imediatas, e forneça elementos empíricos a um conhecimento de natureza sociológica em matéria da aparência da sociedade na qual os indivíduos vivem e agem, a destinação do material investigado tem por finalidade o conhecimento do indivíduo e não das relações sociais nas quais este se insere. Tendência que irá se aprofundar posteriormente, passando por uma inflexão destinada a pensar o indivíduo com base na psicanálise.

Em linhas gerais, o tema da individualidade aparece na obra de Richmond intitulada *O Diagnóstico Social*, a única investigada por nós neste texto, como substrato à atuação profissional na sua proposta de elaborar uma técnica comum do diagnóstico social para o conjunto dos assistentes sociais. De modo ainda incipiente, recorre a conceitos de teorias psicológicas oriundas do funcionalismo, que Davidoff (1983, p. 720) define como corrente no campo da psicologia “Movimento psicológico de interesse histórico que se concentrava no funcionamento dos processos mentais, especialmente quando auxiliavam as pessoas a sobreviverem em um mundo perigoso” e do behaviorismo, concebendo-as como base filosófica no conhecimento de características do indivíduo e da expansão da personalidade. O conceito de personalidade presente em *Diagnóstico Social* tem por base a concepção de homem como somatório das relações sociais.

O problema da individualidade e do indivíduo como ser livre foi posto em pauta no capitalismo como momento em que o processo de individuação alcança o seu auge. No capitalismo, o indivíduo emerge como portador de uma liberdade que não encontra precedentes na história das sociedades de classe e a personalidade se transformou em objeto de investigação por tendências filosóficas e científicas de vários matizes demarcada com certa autonomia em relação a outros campos do conhecimento e quase sempre centrada no indivíduo desconectado da totalidade social. Entretanto, conforme Marx: “O ser humano só se individualiza pelo processo histórico” (MARX, 1981 p. 407). E é no capitalismo que os indivíduos vão aparecer como individualidades, tornando-se objeto de estudos e teorizações do ponto de vista econômico, político e filosófico. Ainda mais: “a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento” (MARX, 1983, p. 4).

O Serviço Social toma então a concepção de personalidade em seu caráter atemporal, portanto, a-histórico. Uma concepção de personalidade geral que coexiste com a de indivíduo abstrato, ideia incompatível com o indivíduo real, concretamente determinado. Os grupos e instituições comparecem como meios para o desenvolvimento individual, enquanto os indivíduos singulares, com suas motivações e interesses tomados em si mesmos, são as forças propulsoras do desenvolvimento da sociedade. Essa hipertrofia do indivíduo é agravada pela ausência de fundamentação sócio ontológica da individualidade. A história de cada indivíduo é tomada nestas perspectivas como referência somente para a descoberta de problemas que comprometam sua adaptação a uma vida social ativa e harmonicamente adequada à convivência no trabalho, na família, no meio social. Não há qualquer relação entre a personalidade e a essência da sociedade no seu desdobramento histórico-concreto.

O Serviço Social de casos, tal como foi pensado em suas origens, medeia sua ação sobre as consciências dos indivíduos na prestação de serviços sociais, não apenas de natureza material, mas através da interpretação de sintomas patológicos no comportamento das pessoas. Os conflitos imediatos, em última instância oriundos da base material, expressos, nestes casos, por indivíduos das classes pauperizadas, como o desemprego, a degradação das famílias, o abandono de crianças e velhos, o precário nível de educação, as baixas condições de existência, causas reais imediatas da problemática de vida das pessoas e de suas relações, são avaliados e tratados como manifestações da inadaptação dos indivíduos à realidade social, quando na verdade é esta mesma realidade que os aliena.

Referências

- BARAN, P.; SWEEZY, P. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- DAVIDOFF, L. *Introdução à psicologia*. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.
- DURKHEIM, E. *As Regras do Método sociológico*. Tr. Margarida Garrido Esteves, Os Pensadores, São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MÉSZÁROS, I. *Para Além Do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MELO, A. L. N. *Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RICHMOND, M. E. *Diagnóstico Social*. Tr. José Alberto de Faria, Lisboa: Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1950.
- _____. What is Social Work. In: *Caso social individual*. 1922. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/libros/libros-000029.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

DOI: 10.12957/rep.2017.32747

Recebido em 30 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 05 de dezembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Indícios para a história do Serviço Social a partir da Justiça de Transição

Clues to the history of Social Work from transitional justice

Sheila de Souza Backx*

Resumo – Este trabalho decorre da pesquisa (recente e em curso) intitulada *Mulheres na linha de frente*, que faz uma articulação entre violência estatal e violência de gênero às práticas de tortura perpetradas no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), no âmbito do estado do Rio de Janeiro. No decorrer desse estudo, foram encontrados dados que possibilitam situar o Serviço Social na história – apesar de não ser seu objeto privilegiado. Assim, a partir de evidências reveladas pelo campo da Justiça de Transição pode-se melhor avaliar a participação de assistentes sociais nos movimentos de resistência desse período da formação social brasileira, a partir de um *corpus* documental identificado pelas Comissões de Verdade, Memória e Reparação.

Palavras-chave: Serviço Social; história; justiça de transição; movimento social.

Abstract – This work stems from a recent (and ongoing) research entitled *Women on the front line*, which links state violence and gender violence to torture practices perpetrated during the period of the civil-military dictatorship in Brazil (1964-1985), in the state of Rio de Janeiro. In the course of this study, data have been found that make it possible to situate social work in history – although not as its privileged subject. Thus, from evidence revealed by the field of transitional justice, it is possible to evaluate better the participation of social workers in the resistance movements of this period of social formation in Brazil, based on a documentary corpus identified by the Commissions of Truth, Memory and Reparation.

Keywords: social work; history; transitional justice; social movements.

* Assistente social. Doutora em Serviço Social (Puc-SP). Professora Associada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *Correspondência:* UFRJ – Escola de Serviço Social - Avenida Pasteur, 250 – fundos, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22290-902. Email: <sheilabackx@gmail.com>.

Introdução

O presente trabalho decorre de dados encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa, recente e ainda em curso, intitulada *Mulheres na linha de frente: o(s) feminino(s) nos depoimentos prestados às Comissões de Memória, Verdade e Reparação no âmbito do estado do Rio de Janeiro*. A citada pesquisa foi motivada a partir do entrecruzamento de vários interesses, mas, sobretudo, pela necessidade de conhecer o “não dito” sobre esse período da formação social brasileira.

Essa pesquisa toma a história como processo, estabelecendo diálogo com as evidências, de modo a atribuir significados e valores, permitindo entender os sujeitos históricos em determinados contextos e em determinada formação social; ou como, nas palavras de Thompson (1981, p. 49), um “diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica por outro”. Isso significa situar experiências singulares em um quadro explicativo sobre a estrutura e a dinâmica social de um determinado período em análise.

Considerando a fase inicial da pesquisa e ajudando a construir seu pano de fundo, será discutido neste trabalho como os movimentos sociais contribuíram para que, ainda que de modo incipiente, o país tivesse instaurado o que tradicionalmente se chama de Justiça de Transição – que Mezarobba (2009, p. 111) assim define:

O conceito é comumente entendido como uma estrutura para se confrontar abusos do passado e como componente de uma maior transformação política. Isso geralmente envolve uma combinação de estratégias judiciais e não-judiciais, complementares, tais como: processar criminosos, estabelecer comissões de verdade e outras formas de investigação a respeito do passado; esforços de reconciliação em sociedades fraturadas; desenvolvimento de programas de reparação para aqueles que foram mais afetados pela violência ou abusos; iniciativas de memória e lembrança em torno das vítimas; e a reforma de um amplo espectro de instituições públicas abusivas (como os serviços de segurança, policial ou militar) em uma tentativa de se evitar novas violações no futuro.

A relevância e atualidade do campo da Justiça de Transição transcende seu próprio objetivo, ao possibilitar a construção de narrativas históricas que contribuem para o entendimento de evidências em outros contextos correlatos – neste artigo em particular, a história do Serviço Social.

Assim, este artigo objetiva contribuir para a compreensão do movimento estudantil no âmbito do Serviço Social no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, noção defendida por Netto (2014, p. 17) a partir da identificação dos agentes desse processo:

Levado a cabo pelos setores mais reacionários da sociedade brasileira (a fina flor da burguesia industrial e financeira, os grandes proprietários de

terras e as cúpulas militares) e com significativo apoio inicial da alta hierarquia católica e de largas camadas da pequena burguesia, o golpe [...] contou com a mais ativa colaboração dos Estados Unidos e das empresas norte-americanas que atuavam no país [...].

Além disso, pretendemos apresentar indícios para a recuperação de outra face da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Lutas sociais por memória, verdade e justiça

As lutas por memória, verdade e justiça no Brasil – ainda sem o uso dessa expressão, mas já traduzindo, sob diversas formas, resistência à Ditadura Civil-Militar – começaram muito antes da entrada na pauta política do país da temática dos Direitos Humanos. Assim, serão destacadas nesta seção, ainda que sinteticamente, as principais iniciativas, entre 1970 até o período da Assembleia Nacional Constituinte, promovidas por vítimas, familiares e organizações de direitos humanos e por algumas instâncias do Estado brasileiro que, após pressão de movimentos sociais, passaram a reconhecer torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados praticados por agentes estatais.

Cabe ressaltar que, considerando a especificidade deste trabalho – contribuição do tema para o Serviço Social – somente serão lembradas as principais ações das décadas de 1990 a 2010 pautadas pela memória, verdade e justiça: busca por restos mortais em SP (Perús), Rio de Janeiro (Ricardo de Albuquerque, Cacua e Santa Cruz) e Tocantins; pressão para transferir arquivos da comunidade de informação para o Arquivo Público do ERJ e Arquivo Nacional; cassação dos registros profissionais dos médicos que colaboraram com a Ditadura; pressão para ampliação do âmbito de atuação das várias comissões, que buscam recuperar a memória do período; e, mais recentemente, os “escrachos” na porta da residência de torturadores e colaboradores, dentre outras ações que visavam romper com a lógica da “política de esquecimento”, que resultou da Lei de Anistia.

Com relação ao regime, Netto (2014) defende que o golpe de abril “não pode ser compreendido fora do contexto da guerra fria”, pois, “sob o hegemonismo norte-americano e numa conjuntura em que se modificava profundamente a divisão internacional do trabalho”, “os núcleos imperialistas patrocinaram a contrarrevolução preventiva em escala mundial”. Chama ainda a atenção para o fato de que o golpe significou mais que “a deposição de um presidente no legítimo exercício do seu mandato – *significou à época a liquidação da possibilidade de reverter a dependência e a vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira*”. Neste sentido,

ergueu-se, pois, como um Estado antinacional e antipopular, que conduziu o capitalismo no Brasil a um estágio avançado do capitalismo mono-

polista com vigorosa intervenção estatal. Assim, ao mesmo tempo em que dominava o que parecia escapar (e, de fato, estava escapando mesmo) ao controle das classes dominantes, o golpe deflagrou uma dinâmica nova, econômica e política, que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem de seus próprios marcos. (NETTO, 2014, p. 74-79).

Já em meados da década de 1970, familiares de atingidos se mobilizaram para denunciar os crimes praticados pelo governo, com o apoio de diferentes atores sociais. Missas em homenagem a militantes mortos, cartas endereçadas às autoridades e campanhas internacionais¹ foram algumas das formas de resistência exercidas para tornar públicas as atrocidades cometidas nos centros de prisão e tortura. A difícil via judicial também foi tentada com o intuito de responsabilizar o Estado brasileiro e obter informações sobre os desaparecimentos². Ainda nesse período, foi estruturada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP).

Em 1975 (já sob a égide da “distensão política” do Governo Geisel) teve início, em São Paulo, o Movimento Feminino pela Anistia (MFA). De início organizado por mulheres, o movimento pela anistia ganhou força em diversos setores da sociedade brasileira e passou a mobilizar grupos como movimento estudantil, Movimento Democrático Brasileiro (partido de oposição consentida ao governo militar), setores progressistas da Igreja Católica e de profissionais liberais.

A partir de 1977 são retomadas as manifestações públicas em defesa das liberdades democráticas nas principais capitais do país, nas quais a demanda pela soltura dos presos políticos tornava-se imperiosa, dando origem à criação dos Comitês Primeiro de Maio pela Anistia. Assim, em fevereiro de 1978, foi criado, no Rio de Janeiro, o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), integrado por advogados, familiares, amigos de presos, exilados políticos e ex-presos políticos recém-libertos, contando com representação em diversos estados e em outros países.

Demandando uma anistia ampla, geral e irrestrita, os CBAs procuraram reorganizar os movimentos sociais pela redemocratização e buscaram popularizar a bandeira de luta, sobretudo, em torno do esclarecimento das torturas, mortes e desaparecimentos, da libertação dos presos políticos, da devolução dos restos mortais das vítimas desaparecidas, da revogação da Lei de Segurança Nacional e da responsabilização dos agentes estatais envolvidos em violações de direitos humanos. Luta à qual

¹ Destacam-se as denúncias promovidas por entidades de direitos humanos, como a Anistia Internacional e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH-OEA). Em 1971 foi divulgado o documentário *Brazil: a report on torture*, com depoimentos de ex-presos políticos, exilados no Chile, relatando torturas.

² São exceções: a sentença da 7ª VJF/SP, em 27 de outubro de 1978, responsabilizando a União Federal pela prisão e morte de Vladimir Herzog, e a decisão da 5ª VJF/SP, proferida em 1980, culpando o Estado brasileiro pela prisão ilegal, tortura e morte do operário Manoel Fiel Filho, em 1976.

aderiram os presos políticos³, que manifestaram repúdio à proposta de anistia apresentada pelo governo.

Em outubro de 1978, como resultado dessa pressão, o Ato Institucional n. 5 (AI-5) foi revogado, restituindo-se o direito ao *habeas corpus*; em dezembro, a Lei de Segurança Nacional foi reformada, extinguindo as penas de morte e de prisão perpétua, diminuindo algumas penas e determinando recolhimento dos presos políticos em local diverso do destinado aos presos comuns – assumindo-se, assim, a existência de presos políticos no Brasil. Ainda em dezembro desse mesmo ano, foi revogado o decreto de banimento de 126 exilados, mas sem contemplar os considerados “indesejados” pelo Estado (como Brizola, Arraes e Prestes).

Não se pode esquecer que, no Brasil, o pacto que levou à redemocratização teve um caráter conservador, pois “aceitava que os militares e aqueles setores que deram sustentação à ditadura permanecessem como fiadores da política durante um longo período” (SOUSA, 2002, p.1). Desta forma, após 15 anos de regime autoritário, em 28 de agosto de 1979, o Congresso Nacional promulgou a Lei n. 6.683, conhecida como Lei da Anistia, que concedia indulto a todos os que haviam cometido “crimes políticos ou conexos com estes” entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 – ou seja, crimes relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

Deve-se destacar que, apesar de aceita por segmentos da oposição, essa lei não abarcou os chamados “crimes de sangue” (terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal), não beneficiando a totalidade dos presos políticos “muitos saíram um ano depois, em liberdade condicional, em função da reformulação da LSN. Também não atendeu à reivindicação dos familiares, pois nenhuma informação foi obtida “a alternativa oferecida foi um “atestado de paradeiro ignorado” ou de “morte presumida”, nos casos de vítimas desaparecidas, sem que implicasse qualquer esclarecimento por parte do Estado. Na interpretação conservadora da lei, crimes praticados por policiais ou militares ficaram imunes à jurisdição penal. A Lei de Anistia foi recebida como uma vitória parcial pelos movimentos sociais.

A não resolução da demanda dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos, nos anos de 1980, leva à busca pela verdade e justiça, bem como ao exercício de várias estratégias de pressão e divulgação de testemunhos de ex-presos e perseguidos políticos, além de busca pelos despojos dos desaparecidos que, em agosto de 1979, resulta na localização dos restos mortais de Luis Eurico Tejera Lisboa. Nesse mesmo ano, Inês Etienne identifica e divulga o local conhecido como Casa da Morte (Petrópolis-RJ) e é publicizada a versão ampliada do Dossiê sobre Mortos e Desapa-

³ Ressaltam as denúncias feitas pelos presos políticos do Rio (*Documento sobre a Justiça Militar*) e de São Paulo (*Bagulhão*), bem como a Greve Nacional de Fome, iniciada em 22 de julho de 1979, no Presídio Milton Dias Moreira (Complexo Frei Caneca), que durou 32 dias e obteve a adesão de mais de 50 presos políticos, detidos em diferentes locais do país, alcançando ampla repercussão nas mídias nacionais e internacionais.

recidos Políticos. Além disso, é feita a organização da primeira caravana em busca dos restos mortais dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia e são localizadas, em 1991 – por moto próprio –, duas ossadas no Cemitério de Xambioá (TO), dentre outras ações.

Em 1985 (início do Governo Sarney), dava-se por encerrado o período da Ditadura Militar, com o retorno à ordem constitucional democrática, mas longe do acerto de contas com o passado. Porém, nesse mesmo ano, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) “integrado por ex-presos e perseguidos políticos, familiares, estudantes e militantes de direitos humanos”, que se destaca na luta pela investigação, responsabilização e reparação dos crimes praticados no período da Ditadura até hoje (GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, 1995). Nesse mesmo ano, é publicado o livro *Brasil: nunca mais*, resultado de extensa pesquisa iniciada em 1979, objetivando o registro das violações de direitos humanos do período ditatorial, com base nos Inquéritos Policial-Militares (IPMs).

Com o processo constituinte, as lacunas da denominada Lei de Anistia são rediscutidas, derivando na redação do Art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), único dispositivo da Constituição Federal de 1988 a tratar da anistia. Esse artigo reafirmou o direito à promoção aos servidores públicos atingidos pelo golpe (EC 26/85), estendendo-o a trabalhadores do setor privado (especificamente aeronautas), e definiu a possibilidade de reparação econômica ao anistiado. Este artigo é um marco legal no que se convencionou chamar internacionalmente de Justiça de Transição.

Neste sentido, as Comissões de Verdade e de Reparação (e similares), ao funcionarem com outras instituições que compõem a Justiça de Transição, revelam e exigem que as “verdades reveladas” sejam reconhecidas como “verdades judiciais”, a partir de depoimentos e, sobretudo, a abertura dos arquivos da chamada “comunidade de informação”. Assim, é denominado um verdadeiro complexo de instituições que, até 1968, integravam a repressão política oficial: SNI, CIE, Cenimar, Cisa, outras seções de unidades militares, as chamadas divisões de segurança e informação de toda a estrutura governamental, empresas e autarquias, órgãos das secretarias estaduais de segurança pública (Dops), as polícias militares e estaduais, bem como o Departamento de Polícia Federal. A partir de 1968, esse sistema é redimensionado, passando a contar com recursos oferecidos por empresários. São marcos desse período a criação da Oban, que se articula a partir de 1970 ao Codi/DOI.⁴

Por também ajudar a revelar essa estrutura, as Comissões da Verdade “fazem parte de um processo no qual se interpenetram os direitos à memória, à verdade, à justiça e à reparação” (RIO DE JANEIRO, 2015, p.

⁴ Para mais detalhes, ver: Netto (2014, p. 136-137).

11), ao romperem com a “política do esquecimento” que perdurou durante cinco décadas no Brasil.

Serviço Social e resistência

Como é sabido, vários assistentes sociais participaram de movimentos de resistência à Ditadura Civil-Militar, com maior ou menor intensidade e de formas variadas (CFESS, 2017). Contudo, durante muito tempo, havia certa cautela no trato desse assunto, seja por parte daqueles que participaram das várias ações, seja por parte dos seus diversos interlocutores. Além disso, para se falar mais abertamente sobre o tema, muito concorreram as várias ações deflagradas e instâncias criadas no movimento pelo direito à memória.

Particularmente interessante é analisar o que emerge como decorrência do livre acesso aos arquivos das polícias políticas, em seus variados níveis e regiões do país, bem como depoimentos prestados às Comissões de Verdade e Reparações, dentre outras.

Para os limites deste trabalho, pretende-se enfatizar duas peças distintas: o acervo da polícia política paulistana sobre as estudantes fichadas no evento conhecido como Congresso de Ibiúna (1968) e um depoimento prestado à Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio), que integra o Relatório Final dessa Comissão.

Sobre as participantes do Congresso de Ibiúna

Vale situar, ainda que sumariamente, a situação do movimento estudantil no período da Ditadura Civil-Militar, a partir de sua organização mais conhecida: a União Nacional de Estudantes (UNE). Essa entidade – criada ao final dos anos 1930 – assume, no início dos anos 1950, nos dizeres de Netto (2014, p. 46), uma “política direitista”. Contudo, a partir de 1956, “volta a protagonizar importante papel progressista” e, na “entrada dos anos 1960”, sua influência “incide para além dos limites acadêmicos”. Essa mudança de orientação não se daria de modo isolado, pois estaria no contexto de “renovação e mobilização do ‘mundo da cultura’”.

Contudo, essa guinada não se deu sem tentativas de contenção: em julho de 1962, durante a realização de Congresso em Petrópolis, os participantes foram atacados “a tiros por militantes da extrema-direita e oficiais do Exército; e, em junho de 1964, a UNE foi formalmente extinta pelo Ministro da Educação da ditadura” (NETTO, 2014, p. 89, p. 101).

No que toca ao movimento estudantil, desde 1964 a ditadura, com o largo emprego das suas medidas de força (a perseguição aos seus líderes,

a já mencionada extinção formal da UNE – bem como das suas organizações em nível estadual, as *Uniãos Estaduais de Estudantes/UEEs* e nas universidades, os *Diretórios Acadêmicos/CAs/DAs* – pelo governo Castelo Branco), demonstrou-se absolutamente incapaz para conquistar qualquer legitimidade. A nova estrutura que a ditadura tentou impor aos estudantes (através da ‘Lei Suplicy’, de 9 de novembro de 1964, criando o *Diretório Nacional de Estudantes/DNEs*, os *Diretórios Estaduais de Estudantes/DEEs*, os *Diretórios Centrais dos Estudantes/DCEs* e os *Diretórios Acadêmicos/DAs*) nunca teve existência real. Passados os primeiros meses da ditadura, a UNE e praticamente toda a sua estrutura, em escala nacional, voltou a funcionar; ilegal e perseguida, realizou quatro congressos clandestinos, ganhou mais influência, liderou a luta contra os acordos MEC-USAID, já referidos, enfrentou o assalto à autonomia universitária empreendido pelos governos oriundos do 1º de abril e seu papel cresceu na resistência democrática. E a oposição estudantil à ditadura estendeu-se para além dos círculos universitários: também no ensino secundário e no ensino técnico, as organizações estudantis marcaram nítida oposição contra o regime e se mobilizaram contra ele. No que diz respeito ao repúdio à ditadura por parte dos estudantes universitários, sem dúvidas expressava o peso da tradição combativa da UNE, que vinha dos tempos do Estado Novo; mas também era parte do grande repúdio que os intelectuais e, mais amplamente, o ‘mundo da cultura’ devotaram à ditadura [...]. (NETTO, 2014, p. 110).

O 30º Congresso da UNE, realizado em outubro de 1968, na Região Sul do estado de São Paulo, no município de Ibiúna, contava com a participação de mais de mil estudantes universitários – número extremamente alto para uma operação clandestina, realizada em um sítio (“Mucuru”, na encosta da Serra de São Sebastião) na área rural.

Como uma das atividades principais do encontro, estava programada a eleição da nova direção da UNE, que iria definir os rumos do movimento estudantil. A luta pela presidência estava especialmente acirrada. De um lado, José Dirceu, ex-presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) de São Paulo e, de outro, Jean Marc, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Estudantes de vários estados convergiram a Ibiúna; apesar das tentativas para não chamar atenção⁵, a compra de gêneros em elevada quantidade gerou comentários em uma localidade com somente seis mil habitantes – que não hesitaram em denunciar a movimentação.

Segundo o jornal *Folha de São Paulo*, depois de avançarem “alguns quilômetros de carro e outro trecho a pé, por causa da lama da estrada, 215 policiais chegaram ao local às 7h15” de sábado, “organizaram o cerco aos estudantes e dispararam algumas rajadas de metralhadora para o ar, para

⁵ Estudantes, em grupos de dez a vinte pessoas, viajaram da capital para Piedade, em ônibus com partida de hora em hora; desciam em Ibiúna e eram transportados em jipes até o local do congresso (FOLHA DE SÃO PAULO, 1968). Mesmo com essa preocupação, fica evidente a violação de normas elementares de segurança.

intimidá-los. Sem resistir, os congressistas foram colocados em fila e levados aos ônibus requisitados para transportá-los para a capital”.

Todos os participantes foram presos no sábado, dia 12 de outubro, por soldados da Força Pública e policiais do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de São Paulo. Toda a liderança do movimento universitário foi presa: o presidente da União Estadual de Estudantes (UEE), o presidente da UNE, o presidente da União Metropolitana de Estudantes (UMEs), o presidente do DCE da UFRJ e o presidente da União Paulista de Estudantes Secundários, entre outros. Eles foram levados diretamente ao Dops, passando posteriormente por vários locais (quartéis de Itaipu e São Vicente, delegacia de Vila Mariana e pelo 4º RI). Os demais foram “recolhidos” ao presídio Tiradentes.

Na ocasião, o então governador daquele estado (Abreu Sodré), em atividade oficial no Horto Florestal de São Paulo, teria declarado que agiu para “reprimir a agitação e a subversão” quando determinou, “após horas de angústia e apreensão, a prisão de estudantes subversivos que participavam do congresso da UNE” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1968).

Com a abertura dos arquivos da chamada “comunidade de informações”, o sítio eletrônico intitulado Documentos Revelados (2014)⁶ organizou um arquivo especial intitulado *Mulheres de Ibiúna*. Esse arquivo contém as fotos de identificação de 152 jovens que foram presas no 30º Congresso de Ibiúna, em ordem alfabética, e sua atenta observação revela alguns dados instigantes.

Apesar de o relato da *Folha de São Paulo* (1968) indicar que as primeiras a embarcarem foram “as moças”⁷, essas não foram as primeiras a serem atendidas, pois seus números variam de 1.041 a 1.210 (em dez fotos, não é possível visualizar a identificação, pois a placa estava muito baixa “dado que, por um lado, evidencia a dificuldade de “fichar” tantos jovens, fazendo com que o fotógrafo não conseguisse atentar para todos os detalhes, e, por outro, o sucesso de participação nesse congresso). Evidentemente, foram identificadas, juntamente com a parte final do grupo masculino.

Analisando-se a procedência das participantes por idade, pode ser observado que a grande maioria das jovens era proveniente dos estados de São Paulo (21%) e Rio de Janeiro (20,4%), seguida por Bahia (11,8%) e Minas Gerais (10,5%). As idades variavam de 18 a 37 anos, com grande concentração entre 18 e 22 anos (59% das participantes), seguida pela faixa de 23-27 (29%).

Das 152 jovens, somente uma parece não ser estudante (foi identificada como revisora de provas tipográficas, paulista, 28 anos, residente em São Paulo; contudo, poderia ser aluna secundarista). Também foi encon-

⁶ Esse sítio eletrônico tem por objetivo expor documentos emitidos pela denominada “comunidade de informações”, que se constituiu no período de 1964 a 1985. O site é editado por Aluizio Palmar, ex-integrante do MR-8 e também um dos atingido pelo estado ditatorial brasileiro.

⁷ Há também o relato de transporte especial e atendimento médico a uma jovem que seria paraplégica – essa teria sido a primeira a embarcar em um jipe do exército, após transporte de maca.

trada uma aluna secundarista (18 anos, mineira, residente em Belo Horizonte, única a ter registrado tanto o seu nome de solteira como o de casada – o que indica a possibilidade de todas as outras serem solteiras, mas não necessariamente sem companheiros).

Objetivando analisar o perfil das participantes em função dos cursos universitários frequentados, passou-se a trabalhar com o universo de 150 estudantes de curso superior (ou seja, nem a jovem identificada como revisora nem a secundarista foram consideradas). E aqui surgem mais dados interessantes.

Os cursos com maior participação das jovens foram, respectivamente, Filosofia (24%), Serviço Social (17,3%), Direito (7,3%) e Medicina (5,3%). No total, 27 cursos⁸ estavam representados no Congresso de Ibiúna, somente consignando a participação feminina. Cabe também ressaltar que não houve registro do curso em 15 identificações (10%), só tendo sido indicada a instituição de ensino da jovem (caso no qual se situa a hoje professora da PUC-SP Maria Beatriz Costa Abramides). Tal fato pode indicar que a participação de estudantes de Serviço Social pode ter sido maior, considerando que várias não identificadas são de Brasília, que congregou bastantes alunas de Serviço Social e somente uma jovem do curso de Geologia.

Ademais, deve-se considerar que, à época do congresso, a Reforma Universitária ainda não havia sido aprovada. Ela foi instituída através da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. Teve por base os acordos MEC-Usaid, realizados entre 1965 e 1966, que são exemplos de subordinação do Brasil aos interesses norte-americanos. Além disso, constituíram-se, também, em “programas de ajuda” – meio legal de aumentar a ação estadunidense em seu projeto de “contrarrevolução preventiva”. Vale ainda lembrar que, “em 1962, o sistema universitário brasileiro compreendia 40 universidades: 23 federais, 3 estaduais e 14 particulares” (NETTO, 2014, p. 272). A partir da reforma, multiplicam-se “as instituições particulares, de natureza empresarial” (NETTO, 2014, p. 108).

Desse modo, como a reforma ainda não havia sido feita, os cursos de Filosofia estavam, portanto, mais vinculados às licenciaturas em várias áreas do conhecimento do que a formação em nível de bacharelado. Tomando-se essa hipótese como verdadeira, o curso de Serviço Social seria o que concentra a maior participação.

No caso do Serviço Social, somente a Região Norte não estava representada; as demais apresentaram os seguintes índices de participação, em ordem de grandeza: Região Sudeste (53,9% “contando com os seguintes estados: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo), Região Nordeste (30,8% “Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Sergipe),

⁸ Em ordem alfabética: Administração, Arquitetura, Artes Plásticas, Biblioteconomia, Comunicação, Dança, Desenho (licenciatura), Direito, Economia, Educação Familiar, Enfermagem, Engenharia, Farmácia, Filosofia, Geologia, História, Letras, Medicina, Música, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Química, Serviço Social, Teatro e Especialização em Educação Física (PG *lato sensu*).

Região Centro-Oeste (11,5% “ Goiás e Brasília) e Região Sul (3,8% “ contando apenas com Santa Catarina).

Evidentemente, a maior participação da Região Sudeste não pode ser valorizada, em função de ser a Região que sediou o evento, mas se deve destacar que no grupo das “Meninas de Ibiúna”⁹ o estado do Espírito Santo (assim como o estado do Maranhão) só está consignado por representantes do curso de Serviço Social.

Corroborando a hipótese, vale comentar os dados para o curso de Filosofia, que apresentou resultados melhores para as Regiões Nordeste (33,3% “ com predominância no estado da Bahia) e Sul (16,6% “ com participação do Rio Grande e Paraná). A Região Sudeste teve apenas 47,4% de participação, com concentração no estado de São Paulo (33,3%) – situação distinta da apresentada para o curso de Serviço Social.

Vale conhecer as instituições de ensino de Serviço Social às quais as jovens estavam vinculadas, conforme registro na ficha de identificação, por estado: *Bahia* – Faculdade/Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador; *Ceará* – Curso de Serviço Social de Fortaleza; *Distrito Federal* “ Faculdade de Serviço Social de Brasília; *Espírito Santo* “ Faculdade de Serviço Social de Vitória; Escola de Serviço Social do Espírito Santo; *Goiás* – Faculdade de Serviço Social da Universidade de Goiás; *Maranhão* – Curso de Serviço Social da Universidade do Maranhão; *Minas Gerais* – Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora; Faculdade de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais; Faculdade de Serviço Social de Minas Gerais; *Paraíba* “ Faculdade de Serviço Social da Paraíba; Faculdade de Serviço Social de João Pessoa; *Pernambuco* “ Escola de Serviço Social de Pernambuco; *Santa Catarina* – Faculdade de Serviço Social de Florianópolis; *Sergipe* “ Faculdade de Serviço Social da Universidade Feral de Sergipe; *Rio de Janeiro* “ Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense; Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal da Guanabara; *São Paulo* “ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Faculdade de Serviço Social de Campinas; Faculdade de Serviço Social de Piracicaba.

Observando-se os nomes das instituições de ensino arroladas, pode ser verificado que nem sempre a informação era colhida com o mesmo esmero (caso da Universidade Católica de Salvador, que ora era designada Faculdade de Serviço Social, ora Escola de Serviço Social) ou a ignorância do agente responsável pelo registro (salta aos olhos a Universidade Federal da Guanabara – quando, a rigor, era Universidade do Estado da Guanabara, que atualmente é a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj).

Em relação ao Rio de Janeiro, também chama atenção a presença de algumas instituições de ensino, pois é consensual, entre alunas do pe-

⁹ Esse material é também assim conhecido – denominação que consideramos mais adequada em função dos dados, já apresentados, relativos à faixa-etária.

ríodo¹⁰, o maior envolvimento do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no movimento estudantil. Não se tem detalhes sobre o processo de escolha dos delegados com seus respectivos quantitativos, mas foram encontradas duas alunas da UFF, uma da UFRJ e uma da Uerj. Esses dados precisam ser retomados e esclarecidos para melhor se entender a organização e a participação das alunas de Serviço Social no movimento estudantil no estado do Rio de Janeiro nesse período.

A ESS/UFRJ e o relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro

Da mesma forma que se aponta o maior envolvimento das alunas da UFF com o movimento estudantil, também é recorrente o discurso que remete ao conservadorismo da ESS/UFRJ, que se expressaria, sobretudo, através da composição de seu quadro docente. Contudo, o relatório final da CEV-Rio traz indício bastante relevante para iluminar aspecto ainda não conhecido sobre essa unidade de formação.

A CEV-Rio foi instalada em 8 de maio de 2013, sendo composta por sete membros, contando com grupo de assessores e pesquisadores que auxiliaram no desenvolvimento das várias atividades realizadas até 13 de novembro de 2015 – quando foi apresentado o relatório final. Nesse período, a CEV-Rio se dedicou

ao esclarecimento de casos de prisão ilegal, tortura, morte, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver, ocorridos no estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir do golpe de 1964, e procurou identificar as estruturas, os locais e as instituições relacionadas às sistemáticas violações de direitos humanos. [...] documentar as violações de direitos humanos cometidos durante a ditadura, conferindo centralidade à memória das vítimas e dos grupos sociais atingidos pela violência estatal. Denuncia ainda as continuidades de um passado que se atualiza constantemente no presente e evidencia os obstáculos para a efetivação do Nunca Mais. As recentes intervenções das Forças Armadas no espaço urbano, a implementação de políticas de segurança pública guiadas pela lógica de combater um ‘inimigo interno’, a criminalização dos movimentos sociais e o monopólio dos grandes grupos de comunicação, entre uma série de outras questões são apenas algumas das marcas da ditadura que persistem no nosso cotidiano. Espera-se que suas páginas possam ajudar a fortalecer as lutas políticas que, ainda hoje, enfrentam o legado autoritário do regime militar, abrindo caminho para o avanço da democracia. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 18-19).

¹⁰ Depoimento informal prestado por ex-alunas da UFRJ e da UFF – membros dos respectivos Centros Acadêmicos “ao Centro de Memória da ESS/UFRJ (CeMDESS), em reunião realizada em 2010, na casa da Assistente Social Tereza Vilella (Rio de Janeiro/RJ).

Esse documento se estrutura em seis partes¹¹, que se desdobram em 24 capítulos. A seção 12 (*Vozes despertadas*) “ que integra a terceira parte do relatório final “ objetiva registrar os depoimentos dos que procuraram espontaneamente a comissão para narrar a violência do período – “vozes silenciadas por tanto tempo” que foram assim interpretadas pela CEV-Rio:

Inseridas no doloroso processo de construção da verdade, as narrativas dão voz àqueles que foram perseguidos, impedidos de exercer suas profissões, presos e torturados, bem como aos que foram privados de conviver com seus familiares mortos ou desaparecidos pela repressão. Os relatos apresentam uma pequena fração do enorme grupo de *pessoas afetadas pelo terror de Estado e que permaneciam ‘anônimas’ em nossa história oficial*. Os depoentes transmitiram a necessidade de contar aos outros o que havia acontecido em suas vidas, atribuindo um valor pedagógico, político e reparatório ao ato de testemunhar. As narrativas apresentadas evidenciam que, apesar de transcorridas décadas do fim da ditadura militar, o silêncio, o incômodo e o medo dos atingidos de contarem suas histórias de vida são marcas ainda presentes no processo de transição brasileiro. Na medida em que se abre uma porta para o testemunho, percebe-se que a multiplicidade da violência foi tão variada quanto a quantidade dos sujeitos atingidos, assim como são múltiplas as estratégias de superação da dor. O ato de narrar o trauma, de colocar em palavras as experiências vividas no contexto de violações tão profundas, busca superar a dificuldade de se transmitir histórias até então inseridas no âmbito da vida privada dos indivíduos e situadas, muitas vezes, no campo do indizível, do inenarrável, tamanha dor e violência sofridas [...]. (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 160 “ grifos nossos).

Nesse contexto, a comissão acolheu a demanda de Thereza Álvares Vidigal (ouvida em 4 de abril de 2014), que buscou a CEV-Rio com o objetivo de esclarecer as circunstâncias da morte de seu companheiro, João Fortunato Vidigal, encontrado morto em sua residência, em 30 de dezembro de 1972. Em função do pleito apresentado, o registro coloca no centro da cena a biografia e trajetória de João Fortunato Vidigal, que ainda era estudante (Psicologia/UFGM) quando se casou com Thereza, em 1965. Apesar do levantamento de mais informações, o caso João Fortunato Vidigal ainda permanece aberto.

Porém, para os propósitos do presente trabalho, destaca-se a trajetória de Thereza, cujos poucos dados aparecem indiretamente no relatório:

Em abril de 1966, após Thereza ser presa por agentes do DOPS e do CENIMAR em Minas Gerais e libertada por meio de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Sobral Pinto, ela e João vieram para o Rio de Ja-

¹¹ A saber: sobre a CEV-Rio, *O Golpe de 1964 e a Ditadura, Violência e terror do estado, A estrutura do estado ditatorial, Autoria das graves violações de Direitos Humanos e O que resta da ditadura*.

neiro, onde passaram a trabalhar no Banco da Providência. *Thereza foi contratada como professora nos cursos de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*, e João continuou seus estudos de psicologia na UFRJ e, posteriormente, no curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). (RIO DE JANEIRO, 2015, p. 165 “grifos nossos).

Em contato com docentes aposentados dessa unidade acadêmica (que ingressaram ao final da década de 1970), verificou-se o desconhecimento dessa história; assim, chegou-se a pensar que não se tratava de docente com formação em Serviço Social. Contudo, em busca realizada através do site Google (ASSOCIAÇÃO NACIONAL, 2014)¹², foi verificado que Thereza é assistente social aposentada do Banco Nacional de Habitação (BNH), onde trabalhou com habitação popular, e foi representante da Associação dos Funcionários do BNH no Estado de Minas Gerais (quando retornou para seu estado natal).

Em relação à docência, há informação de que foi Professora Assistente da Cadeira de Desenvolvimento e Organização Comunitária na PUC/RJ e, na ESS/UFRJ, teria ministrado as disciplinas de Serviço Social de Comunidade e Serviço Social de Grupo. Evidentemente, esse também é outro indício que, se verificado, pode contribuir para recuperar aspectos não conhecidos da trajetória dessa unidade de ensino.

Considerações finais

A luta por verdade e justiça ainda não acabou, apesar das instâncias judiciais e não judiciais que já foram estabelecidas, como mostram as novas estratégias e ações desenvolvidas pelos militantes dessa área. Vale registrar que o direito à memória e à verdade foi estabelecido como um dos sete eixos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), que recomendou a criação de uma Comissão Nacional da Verdade, com a tarefa de examinar as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais no contexto da repressão política da Ditadura. A criação dessa comissão permitiu, efetivamente, a abertura dos arquivos da “comunidade de informação”, possibilitando reescrever o nosso passado recente.

Como se tentou demonstrar ao longo deste artigo, a história do Serviço Social pode se beneficiar com a abertura dos arquivos da comunidade de informação, através dos procedimentos relativos ao que se convencionou chamar de Justiça de Transição, aliada à proposta de uma história escrita de “baixo para cima”. De fato, o material organizado a partir do

¹² Nesse informativo, uma súmula da trajetória funcional de Thereza desde 1966 é narrada na seção Personalidade. Participou dessa busca a professora aposentada Maria Helena Rauta Ramos.

acervo da polícia paulistana sobre o Congresso de Ibiúna apresenta dados até então só conhecidos de modo impreciso. Sabia-se, sem dúvida, da participação de “vários alunos” de Serviço Social. Agora, sabe-se quantas e quais alunas participaram, seus estados de procedência e o nível de organização do movimento estudantil da época: quase todos os estados brasileiros estavam representados e, no caso particular do Rio de Janeiro, a presença de aluna da ESS/UFRJ causa surpresa.

Considerando-se a participação masculina e a possibilidade de identificar o curso de todas as alunas “fichadas”, provavelmente a representação do Serviço Social pode ser maior. Também provoca espécie ex-docente dessa mesma unidade de formação que tenha passado pelo Dops e pelo Cenimar/MG.

Os indícios aqui apresentados apontam para a possibilidade de descobertas de novos dados para a história do Serviço Social, em particular no Rio de Janeiro. Espera-se que pesquisadores interessados na trajetória do Serviço Social aproveitem a divulgação dessas informações para reexaminar aspectos não conhecidos das unidades de formação, da organização estudantil e de profissionais em suas organizações de trabalho que possibilitem iluminar lacunas da historiografia profissional, através da voz dada aos anônimos que ajudaram a escrever essa história.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL dos Ex-empregados do BNH Participantes de Planos de Previdência (Anaphab). *Informativo*. Ano XI, N. 42, 1º e 2º trim. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, de 05 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998. 21ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999. pp. 141-175.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 d novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: Brasília: Distrito Federal, 03 dez 1968. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm> Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, Distrito Federal, 28 dez. 1979. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SDH/PR, 2010.

CFESS. *Serviço Social, memórias e resistências contra a ditadura*: depoimentos. Brasília: CFESS, 2017.

DOCUMENTOS REVELADOS. *As meninas de Ibiúna*: 152 fotografias das estudantes presas no Congresso de Ibiúna. 2014. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-das-estudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Banco de dados – Acervo on-line*. 1968. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

MEZAROBBA, G. De que se fala quando se diz “Justiça de Transição”? *BIB*, São Paulo, n. 67, 1º sem. 2009.

NETTO, J. P. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. *Relatório*/Comissão da Verdade. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.

SOUSA, J. J. V. de. *Memória e esquecimento: artimanhas da história*. Rio de Janeiro: DHNet, 2002. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dados/acesso/texto/index.html>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros* – uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

DOI: 10.12957/rep.2017.32746

Recebido em 25 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 16 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Experiências pioneiras de participação popular no urbano: novos desafios ao assistente social

Pioneering experiences of popular participation in the urban: new challenges to the social worker

Natália Coelho de Oliveira*

Resumo – Este artigo reflete parte da contribuição e produção acadêmica de assistentes sociais acerca das experiências de trabalho com educação e participação popular realizadas entre as décadas de 1960 e 1980, com base na pesquisa documental em artigos da *Revista Serviço Social e Sociedade* e nas principais obras datadas deste período histórico. Esse período possibilitou um avanço no trabalho de conscientização e educação popular junto aos movimentos populares urbanos, proporcionando um legado teórico-metodológico para a categoria profissional e relevantes reflexões sobre a nossa prática. Além disso, também cabe ao artigo levantar alguns desafios de caráter comparativo ao tempo presente no que tange ao trabalho social desenvolvido no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), principal programa habitacional brasileiro.

Palavras-chave: participação popular; educação popular; Serviço Social; urbano; habitação.

Abstract – This article reflects part of the contribution and academic production of social workers on work experiences with education and popular participation carried out between the 1960s and 1980s, based on documentary research in articles of the Brazilian journal *Revista Serviço Social e Sociedade* and in the main works dating from that historical period. This period allowed an advance in the raising of awareness and popular education with the popular urban movements, providing a theoretical and methodological legacy for the professional category and relevant reflections on our practice. In addition, it is also up to the article to raise some comparative challenges to the present time regarding the social work developed in the government program *Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV), the main Brazilian housing program.

Keywords: popular participation; popular education; social work; urban; housing.

* Assistente Social. Especialista em Política e Planejamento Urbano (IPPUR-UFRJ) e em Dinâmicas Urbano-Ambientais e Gestão do Território (UERJ). Mestre em Serviço Social. Professora Substituta em Serviço Social (UFF - Rio das Ostras). *Correspondência:* Universidade Federal Fluminense - Pólo Universitário de Rio das Ostras (PURO): Rua Recife, s/n, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras - RJ. CEP: 28895-532. Email: <nataliacoeelho2014@gmail.com>.

A estrutura do artigo propõe apresentar a produção intelectual da categoria profissional no período de maior visibilidade no trabalho com educação popular e mobilização comunitária, a partir dos anos 1960. Além disso, apresenta o trabalho em assessoria aos movimentos sociais urbanos, na década de 1980, que demonstra um período rico de aproximação entre o profissional e a população, a partir da mobilização, conscientização e participação popular.

Por meio da crítica ao desenvolvimento de comunidade, durante as décadas de 1950 e 1960, o Serviço Social, em sua prática, desenvolveu junto ao trabalho com comunidade a participação social vinculada à promoção do desenvolvimento econômico de forma acelerada, com vistas à superação do “atraso” urbano e social. Influenciada pelo questionamento desta prática e pelo contexto histórico, a categoria profissional busca novas bases de legitimação e elabora um método de trabalho social de perspectiva mais crítica, considerando as particularidades da realidade social.

Com esta vinculação clara e o compromisso da classe trabalhadora com o processo de reconceituação do Serviço Social, foi desenvolvido um vínculo orgânico com a população na prática profissional. Este período foi marcado pelo movimento de ruptura com a burocracia e tecnificação no trabalho do assistente social. Ademais, o reconhecimento da dimensão política do exercício profissional possibilitou um trabalho mais amplo de conscientização e mobilização social com movimentos urbanos de luta pelo direito à cidade.

Neste sentido, vamos verificar tais mudanças de conceito da prática profissional no que tange ao trabalho social nos programas de habitação popular, especialmente o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o maior programa habitacional com disponibilidade de recursos financeiros e de maior abrangência no que se refere à produção habitacional no país. Por meio dos documentos institucionais do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, órgãos formuladores e fiscalizadores que constroem regras e parâmetros de ação para o trabalho social, verificaremos novos significados que imprimem um conteúdo à prática profissional do assistente social no campo da habitação.

2. Desenvolvimento

2.1. Mobilização comunitária e Serviço Social

O tema mobilização comunitária começou a ser discutido nos Seminários de Desenvolvimento de Comunidade durante o período entre 1951 e 1966. Nestes seminários, a temática *desenvolvimento de comunidade*, entendida geralmente como instrumento de trabalho, era compreendida como uma:

técnica que, tendo por base, a discussão de assunto específico, em grupos informais de debate, levam seus integrantes, elementos representativos da comunidade (lideranças, entidade e povo) intencionalmente organizados, a uma tomada de consciência dos problemas e recursos da mesma, tornando-os preparados a realizarem trabalho onde prevaleça o espírito comunitário em uma forma coordenada e harmônica. (AMMANN, 2013, p. 214).

Expressava uma construção ideológica tipicamente funcionalista, com foco sobre o controle do processo de intervenção, esmiuçado em procedimentos, etapas e instrumentos. No livro *Manual de operacionalização de Serviço Social de comunidades*, citado por Ammann (2013), esboçam-se didaticamente as etapas do processo como técnicas a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais, tais como: o diagnóstico, a programação e a intervenção social. Como exemplifica a referida autora, “*O assistente social preocupa-se em conhecer a cultura da comunidade, principalmente suas normas e valores. É preciso que o técnico ajude as pessoas a compreenderem os porquês de determinadas situações ou bloqueios*” (AMMANN, 2013, p. 216). Dessa forma, este era o objetivo para construir o diagnóstico e basear sua intervenção profissional.

A partir de uma perspectiva dialética que leva em conta o contexto histórico das relações sociais e os processos de dominação e exploração vigentes nas sociedades capitalistas, são elaborados outros conceitos de participação social, os quais consideram a participação social no cotidiano como prática social concreta. Influenciados por Lefebvre, por exemplo, as formas de participação analisadas por Lima (1979) concebem o cotidiano como centro real da práxis, em que o processo produtivo desempenha um papel fundamental.

A articulação entre os movimentos sociais e o desenvolvimento de comunidade foi gestada com as experiências de movimentos de educação de base, junto aos sindicatos rurais, procurando estabelecer um vínculo orgânico entre intelectuais e as classes dominadas, pelo viés dos movimentos sociais. Outras obras foram elaboradas, como *Serviço Social de comunidade numa visão de práxis*, produzido por Silva (1983) com o objetivo de construir uma base para a práxis social, a partir de um suporte metodológico, analisando o processo de ensino-aprendizagem do Serviço Social de comunidade nos currículos dos cursos das Escolas de Serviço Social, estreitando o trabalho da universidade junto aos bairros populares.

Nesses estudos, foi verificada a influência do Serviço Social de comunidade na formação de técnicos e “alguns reivindicam que a ação deveria contribuir para o avanço da consciência política do povo brasileiro através de trabalhos junto à população explorada e oprimida, partindo da luta de classes” (AMMANN, 2013, p. 220)

Os que acreditam na práxis transformadora, a partir da adoção de uma perspectiva dialética, passam a ter um posicionamento que privilegia

os movimentos populares “como alternativa de práticas extrainstitucionais, dentre elas os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, as associações de moradores, etc.” (AMMANN, 2013, p. 220). Alguns até consideravam que o Serviço Social deveria optar somente pelas organizações populares, pois é a partir delas que se conhece a realidade concreta da população. Acreditavam, ainda, que apenas desse modo poderiam “liberar o Serviço Social da dependência institucional, ou seja, do Estado e da classe dominante” (AMMANN, 2013, p. 220). Tal perspectiva integrava um dos temas característicos dos debates profissionais, na transição aos anos 1980, sobre os limites e possibilidades do trabalho do assistente social nas instituições. Assim, Silva (apud AMMANN, 2013, p. 220) defendia que os movimentos sociais são alternativas que propiciam “maior liberdade de ação, oferecendo uma prática profissional mais comprometida com as classes populares”.

Cabe destacar a importância do conceito de práxis social, à época, para pensar a ação profissional, na qual a ação transformadora de uma realidade propunha a construção de um novo projeto de sociedade a partir da prática social consciente. Tendo como base o movimento de ação-reflexão, tal projeto de ação visava à participação no cotidiano e ao seu engajamento nos movimentos populares, ainda com a preocupação dos interesses da população usuária.

A autora Maria Luiza de Souza, na sua obra *Desenvolvimento de comunidade e participação*, propõe o processo pedagógico de “autonomização das camadas populares e enfrentamento dos interesses e preocupações da população comunitária”, introduzindo no conceito de comunidade uma perspectiva de classes sociais (AMMANN, 2013, p. 222)

Ammann (2013) salienta que o ponto de vista de Souza baseia-se na centralidade do local de moradia enquanto ponto de encontro entre o desenvolvimento de comunidade e os movimentos populares, assim como os espaços de moradia podem possibilitar uma transformação social. Então é estimulada e desenvolvida a participação, considerada como “processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade concreta” (AMMANN, 2013, p. 223).

2.2 O Serviço Social e a inserção nos movimentos sociais

A reorganização da sociedade civil no processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, recoloca ao Serviço Social o debate sobre o compromisso com a classe trabalhadora, “principal protagonista das lutas sociais no período” (AMMANN, 2013, p. 232). Por um lado, a crítica sobre o desenvolvimento de comunidade “desvendara seu caráter ideológico, reiterativo e manipulador”. Por outro, o processo de reconceituação do Serviço Social “apontara os limites da ação profissional no interior das instituições” (AMMANN, 2013, p. 230). Considerava-se que

o papel legitimador das instituições, no que concerne à dominação e à exploração de classe, “exerce um consentimento das classes dominadas para assegurar a hegemonia dominante sobre o conjunto da sociedade” (AMMANN, 2013, p. 230).

Inicia-se, neste momento, uma crítica à participação social, que era pautada nos projetos de desenvolvimento de comunidade nas décadas de 1950 e 1960, quando a ação comunitária tinha o papel de “acelerar o desenvolvimento, nos moldes em que ele é ditado pelo poder central”, ou seja, pelo Governo Federal. Como relata Ammann (1980) em artigo para a *Revista Serviço Social e Sociedade*, tecendo a discussão das críticas sobre o conceito de participação:

As populações envolvidas nesses programas compete legitimar as aludidas diretrizes, oferecer apoio logístico e mão-de-obra – quase sempre gratuita – para a execução e eficácia das mesmas. O desenvolvimento local transforma-se numa variável dependente dos modelos de desenvolvimento nacional, não se questionando a validade e justeza dos mesmos. O desenvolvimento é então identificado com as plataformas de governo, cabendo ao Estado promovê-lo, planificá-lo e ditar o que é bom e o que não é bom para os brasileiros. (AMMANN, 1980, p. 153).

O debate no interior da categoria nessa época era um dilema do assistente social por atuar como funcionário das instituições e, assim, colaborar com a classe dominante na exploração da classe trabalhadora. Nesse sentido, a profissão experimentou outros campos extrainstitucionais e iniciou a produção de um novo projeto profissional, distante dos modelos que reforçavam a ideologia dominante.

A ação com os movimentos populares se deu como uma alternativa de criação de um vínculo orgânico com a classe dominada, como foi o caso do Chile, no início de 1970. No Brasil, somente no final da década de 1970 as universidades passaram “a definir seu campo de prática com base em grupos engajados em lutas de transformação social”, com maior visibilidade (AMMANN, 2013, p. 230).

Como exemplos dessas experiências, podemos ressaltar a participação dos cursos de Serviço Social da PUC-SP e da Universidade de Brasília (UNB), os quais socializaram suas publicações, principalmente na *Revista Serviço Social e Sociedade*, na qual podemos encontrar esses registros. Ali, é possível verificar que essas práticas eram desenvolvidas nas disciplinas de Serviço Social de comunidade com muitos alunos que estavam praticando o estágio. Um dos exemplos da experiência de Brasília foi com o movimento popular da comunidade de Ceilândia, com associações de bairros, conhecido como os “Incansáveis”.

Ammann (2013) relata que, dentre as ações desenvolvidas, estavam o auxílio na oferta de informações sobre legislação, políticas sociais e trâmites legais de processo judicial; na confecção e reprodução de suas histórias; na

elaboração de documentos para envio de autoridades; em manifestos, cartas e abaixo-assinados; em suporte na organização de assembleias, reuniões e plenárias; na realização de visitas domiciliares e convocações para encontros; na explicação da situação legal dos lotes etc.

A prática do Serviço Social da PUC de São Paulo junto ao movimento popular se deu por meio da criação de um projeto-piloto com a população residente na periferia da cidade. Foi concretizada pela inserção do Movimento de Loteamentos Clandestinos, cujos objetivos, em 1978, eram conscientizar os moradores dos loteamentos quanto à situação da ocupação, aumentar a participação dos moradores nos bairros, formar lideranças, organizar permanentemente o bairro e articular este movimento a outros da cidade (AMMANN, 2013).

A atuação dos assistentes sociais consistia no assessoramento à população no contato com as instituições e órgãos responsáveis para resolução dos problemas dos bairros. Desse modo, organizavam ida coletiva à prefeitura, socializavam informação e mapeavam a área. Os assistentes sociais procuravam institucionalizar a demanda e as reivindicações dos moradores por meio das ações da prefeitura, prioridades estas que foram, muitas vezes, redimensionadas com a pressão popular.

Sendo assim, o assessoramento à população, de modo a preparar o trabalho de pressão junto à prefeitura, cooperou no sentido de levantar as reais necessidades da área no que se refere à infraestrutura e aos equipamentos sociais. Eles problematizavam com a população a precariedade ou inexistência dos serviços urbanos, questionando os interesses assumidos pela gestão pública, o papel e o significado dos movimentos populares na concretização das reivindicações, elaboração de estratégias coletivas, fortalecimento da organização popular e articulação com outros movimentos de nível regional. Nesse sentido, seu saber técnico encontrava-se socializado junto à população.

O artigo intitulado *O Serviço Social e os movimentos sociais – uma experiência de trabalho em loteamentos clandestinos*, da *Revista Serviço Social e Sociedade*, de 1981, é fruto da vivência de alunos de estágio, de modo que eles puderam produzir seus trabalhos de conclusão de curso sobre essa experiência. Isso nos mostra que a intenção dessas experiências foi de superar uma visão fragmentada da realidade.

A perspectiva da atuação profissional nesses projetos-piloto parte de algumas premissas, tais quais: a) as mudanças são fruto de confrontos de interesses antagônicos; b) as lutas urbanas são contradições do modo de produção capitalista; c) a luta pela legalização da terra faz parte da melhoria das condições de vida dos trabalhadores urbanos; e d) a população é sujeito da transformação social e a saída se dará por meio da sua organização e mobilização social. Tais pressupostos demonstram um movimento de ruptura com uma prática profissional, marcada pela burocracia e tecnificação. Essa

ação é sempre voltada para o fortalecimento de políticas sociais no entorno de um Estado fortemente autoritário e centralizador.

O reconhecimento da sua dimensão política, na contribuição do processo de conscientização e mobilização social, é visto como um confronto de posições que possibilita saltos qualificativos na organização da população. É nesse contexto que o Serviço Social passa a adotar o método das Ciências Humanas, a *Investigação-Ação*, como uma primeira aproximação com a realidade, por meio de participação de atividades significativas com a comunidade para o entendimento da população, sua forma de organização e suas expressões. Assim, considera-se que a sistematização e elaboração científica complementam a sua ação, entendendo o assistente social enquanto agente da transformação.

No artigo da *Revista Serviço Social e Sociedade* intitulado *Profissional-População uma luta conjunta*, elaborado por Araújo et al. (1982, p. 36), é retratado o trabalho de mobilização, orientação e encaminhamento realizado por assistentes sociais em favelas da Zona Norte de São Paulo, próximas ao Rio Tietê, no ano de 1976. A partir da fala dos moradores é perceptível que os assistentes sociais contribuíam para a organização interna dos mesmos, colaborando com informações, propiciando condições para sua auto-organização na luta por luz, água, creche universitária e urbanização dos loteamentos, e, considerando que a população acreditava que a equipe profissional tinha respaldo institucional, a concretização das melhorias urbanas pelos órgãos públicos, reivindicadas pelos moradores, era melhorada.

As reflexões de Siqueira et al. (1982) contribuem para essa análise. O artigo da *Revista Serviço Social e Sociedade* chamado *As contradições e o espaço profissional na prática do assistente social* demonstra a atuação dos assistentes sociais na assessoria à organização popular com o movimento social urbano das favelas Funerária e Beibinha, em São Paulo, a partir de depoimentos de assistentes sociais que realizaram esse trabalho.

Nesse artigo, uma profissional deixa claro que o objetivo da atuação profissional era 1) fazer com que a população assumisse a posição de agente da história, a partir de sua participação pessoal e na mobilização do conjunto de lutas em busca da solução de suas necessidades; 2) elevar seu nível de consciência à medida que passasse por experiências vivas, vivenciadas através do processo de luta; e 3) contribuir para o seu grau de organização, comunitária e social.

Dessa forma, esse trabalho de fomento à participação social possibilitou construir junto dos moradores uma pauta de reivindicações que se relacionam às necessidades fundamentais da população na periferia, desde o direito à moradia até os serviços de infraestrutura urbana, creches, hospitais, escolas etc. Assim, como contribuir para o reconhecimento da luta dos movimentos sociais urbanos e a formação de compromissos assumidos pelo Poder Público para obtenção das suas reivindicações? Nesse sentido, mecanismos

coletivos de fortalecimento de organização popular foram criados com a atuação da equipe de Serviço Social nas favelas, a fim de que a população pudesse avançar nas suas pautas prioritárias para socialização dos benefícios da urbanização para os moradores, na promoção do direito à cidade.

Lefebvre (2001) salienta que a cidade é produto de interações sociais, a partir de relações de vizinhança, que adquire sentido como forma urbana. Sendo assim, a forma urbana também é apropriada pelos moradores e se ressignifica. A noção de direito à cidade, defendida pelo autor, compreende que os moradores têm necessidades vitais, para além do espaço físico da casa, como por exemplo: sentir, conversar, ver, experimentar, praticar atividades lúdicas e criar símbolos sobre o seu modo de vida. Seguindo esse pensamento, os homens são criadores do seu habitar.

Para Safira Ammann (2013), esse processo de inserção do Serviço Social no movimento popular possibilitou algumas conclusões, tais quais: a atuação dos diversos atores no processo de luta; o desvelamento de que a realidade não ocorre de imediato, mas é uma ação e uma reflexão duradoura, que deve ultrapassar a aparência; a identificação dos grupos que se formam a partir das necessidades concretas; e a definição de que o agente técnico não pode ir aos grupos com programas prontos, visto que os grupos já têm vivências e práticas sociais próprias, a partir das suas necessidades. Ressalta, também, que o grupo caminha com maior riqueza quando está calçado na ação.

Dessa forma, o legado teórico-metodológico construído pela categoria profissional, nas décadas anteriores de acúmulo de experiências junto à população-alvo das intervenções habitacionais e urbanas, sofreu algumas modificações profissionais a partir de novas requisições socioinstitucionais. Essas requisições acabaram por automatizar e burocratizar esta prática profissional com o excesso de normatização que temos hoje no trabalho social desenvolvido no PMCMV, cuja estrutura vem se modificando desde a década de 1990 com o Habitar Brasil BID (HBB). Isso é salientado por Santana (2013) a partir de experiências de trabalho com comunidades em Belém do Pará e com o trabalho social desenvolvido nas favelas do Rio de Janeiro, ambos com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de acordo com Gomes (2006).

Soma-se a esse legado teórico-metodológico profissional e ideopolítico o movimento construído pelo Serviço Social na elaboração do currículo mínimo em Serviço Social (1982), na construção do novo código de ética de 1993, na formulação das Diretrizes Curriculares da Abepss (1996) e na construção do Projeto Ético-Político (PEP). Tais processos representaram para o Serviço Social um novo horizonte profissional ético-político, destacando os principais eixos prioritários que demonstravam esse amadurecimento na relação entre assistente social e usuário: defesa da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais, além de imprimir um olhar sobre a realidade e o reconhecimento do significado profissional,

como retratam Iamamoto (2008) e Cardoso (1997). Esta arena de conquistas ideopolíticas profissionais assume um corpo profissional.

2.3 O Trabalho Social (TS) na atualidade

Esses avanços, no que tange às conquistas democráticas e à participação social da sociedade civil, foram se alterando nas décadas de 1990. Atualmente, impactam o trabalho social no PMCMV, a partir da forma com que os temas de mobilização popular são apresentados nos textos institucionais. O tema da participação social foi aparecendo de outras maneiras, como associativismo e mobilização comunitária nas atividades do trabalho social (TS). Além disso, foi apresentado de modo a ser estimulado em oficinas abertas em que os técnicos devem abordar, junto às famílias, possibilidades de se unirem e se organizarem em defesa de interesse comum, tanto se associando por grupos de apoio, quanto por comissões para reivindicar melhores condições de vida, saúde, transporte etc. Dessa maneira, as novas requisições socioinstitucionais do trabalho social para o debate da mobilização comunitária foi se transformando e adquirindo outros conceitos nos documentos institucionais do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal.

Segundo o Ministério das Cidades, o trabalho técnico social é um dos componentes dos projetos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que compreende um conjunto de estratégias, processos e ações. Os projetos de trabalho social devem estar fundamentados a partir de estudos e diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as seguintes dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características de intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias. Para tanto, torna-se necessária a articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014b).

Nos documentos institucionais do Ministério das Cidades, em conjunto com a Caixa Econômica Federal, assim como no material dos cursos de capacitação para profissionais de todo o território nacional, por meio do EAD Trabalho Social (BRASIL, 2014a), a ação de mobilização, organização e fortalecimento social “é entendida como uma ação pedagógica e que visa a desenvolver o senso crítico e, como objetivo fim, a maior democratização da sociedade”. Paz e Taboada (2010, p. 49) contribuem com essa perspectiva, afirmando que esta ação “incentiva a autonomia, fortalece a autoestima e os laços de solidariedade entre os participantes daquela intervenção e entre os que estão em situação análoga à sua”. Esta nova metodologia de trabalho social está sustentada em três pilares: o estímulo da noção de *empoderamento*; ideia de *pertencimento* aos moradores e organizações da

sociedade civil e populares; estabelecimento de *redes no território*. A ideia de empoderamento surge da concepção e do reconhecimento de que os moradores são agentes sociais da mudança. A partir do diálogo entre conjunto de famílias, reuniões de grupos e assembleias, “o trabalho social deve consolidar as informações a serem trazidas e definir mecanismos de discussão para ampliar a participação” (BRASIL, 2014c, p. 53). Como menciona o material do curso de capacitação para técnicos do Ministério da Cidade:

também não se trata de transferir para a sociedade organizada as responsabilidades que são do Estado na formulação ou implantação de políticas públicas, sob o discurso da participação. A comunidade mobilizada precisa conhecer profundamente seus direitos e a quem cabe atendê-los. (BRASIL, 2014c, p. 49).

Observando as portarias ministeriais, deve ser priorizada a organização de grupos e segmentos mais vulneráveis, tais quais de mulheres, idosos, deficientes físicos e jovens, pela identificação de conflitos de gênero, geracionais e de preconceitos. O reconhecimento de tais conflitos acontece ao se perceber que esses grupos enfrentam desafios diferenciados para serem reconhecidos socialmente no espaço urbano, considerando uma visão legítima e que trata dos diferentes com equidade social. Contudo, essa segmentação dos moradores permite uma certa fragmentação na ação coletiva. Tais órgãos indicam uma ação mais focalizada nas oficinas do TTS.

A homogeneização do público ao qual o trabalho social atende é classificado, segundo Pimentel (2012 p. 7), pelas suas condições de vida. Portanto, os eixos do TS de mobilização e organização comunitária pressupõem total desarticulação destes grupos ou apresentam, conforme a autora, um “novo” padrão de associativismo e participação comunitária. As ações de geração de trabalho e renda são construídas a partir das potencialidades dos moradores e comunidade. Além disso, as ações de educação sanitária, ambiental e patrimonial são constituídas a partir da perspectiva para a educação popular, de forma a contribuir para alteração dos modos de vida, construindo novas relações sociais e influências culturais na medida em que os moradores vão se adaptando à “nova condição de moradia” e realidade social, solicitando uma vida mais formal do que antes era experimentada. Esta é a lógica do desenvolvimento comunitário, expresso nas normativas que solicitam um lugar do trabalho social que se remete às antigas funções de controle da classe trabalhadora por meio da moradia, experimentadas no trabalho social com comunidades nas nossas origens profissionais, nas décadas de 1940 e 1950.

A orientação do Ministério das Cidades apesar de pressupor uma participação junto às esferas de mobilização local, tais como as associações de moradores, conselhos, fóruns, retira desses espaços as perspectivas

de luta. A prerrogativa da participação popular identificada é como uma forma de legitimação das etapas do trabalho social. As mobilizações engajadas politicamente ficam a rebote das ações particulares de grupos profissionais vinculados aos projetos profissionais mais progressistas e emancipatórios. Ainda que se assuma este perfil, o padrão de avaliação adotado para o trabalho social não permite qualificá-las. É incabível nos moldes adotados para o trabalho social, posto que se trata de mudanças moleculares que se operam em determinado espaço e tempo, não sendo registrável em números tão somente, como é proposto. Desta forma, estas iniciativas estão fora do cálculo de medição do trabalho social, deixando evidente, que se trata somente de uma participação traduzida em números de participantes em assembleias, reuniões e etc. (PIMENTEL, 2012, p. 7).

Esta noção de participação social salientada por Pimentel (2012) é bem explorada nos manuais do TS, que solicitam uma quantificação do atendimento das demandas sociais apresentadas pelos mesmos e entendem como participação social a presença física dos moradores nas atividades desenvolvidas pelo trabalho conjunto.

A exemplo dos conceitos de participação tratados por Santana (2013), no processo de gestão democrática das cidades devem ser considerados como marcos a discussão do Estatuto das Cidades (2001) e o movimento da reforma urbana. Nesses momentos, foram debatidos alguns instrumentos de participação, como: 1) participação por meio de democracia direta, baseada nos ideais de cidadania e justiça social, a partir do controle social dos gastos públicos; 2) noção de participação vinculada à democracia representativa, via disputa por dentro do Estado e com base no exercício da política, que propiciou experiências interessantes, como as do orçamento participativo nas prefeituras do sul do país, no processo de democratização brasileira; 3) participação social, apresentada nos projetos habitacionais por meio do planejamento territorial desses projetos de intervenção durante a execução das obras e, posteriormente, nos projetos de geração de trabalho e renda, mobilização comunitária, formação das redes de território, organizadas pela sociedade civil e identificação de redes já existentes nas comunidades nos projetos de habitação atuais.

No trabalho social desenvolvido no PMCMV é abordada a terceira noção de participação social sob uma nova perspectiva. Nesta, deve-se incluir a população nas decisões do projeto e nas atividades de pós-ocupação dos moradores à nova realidade habitacional, tanto nas ações executadas por produção habitacional, quanto nos projetos de urbanização e regularização fundiária, quando são mobilizados os moradores residentes em assentamentos precários, favelas e loteamentos populares.

Essa participação na fase inicial do projeto arquitetônico ocorre com maior frequência quando se trata da demanda fechada, ou seja, proveniente de um mesmo assentamento ou de grupo de moradores de um bairro remanejado para condomínios habitacionais. Considera-se que a parti-

cipação iniciada no processo de discussão do projeto físico pode criar mais vínculos entre os moradores e o novo local de moradia, desenvolvendo também maior sensação de pertencimento e contribuindo para criação de identidade ao território.

Contudo, quando se refere à demanda aberta, ou seja, por sorteio, como na maioria dos casos, isso não ocorre. Dessa forma, a participação é incentivada para “referendar” o projeto físico, modelo adotado do PMCMV em todo o Brasil, sem discussão das demandas específicas dos moradores. Portanto, deve ser considerado que tais propostas podem acrescentar e modificar o projeto físico de modo a atendê-los com maior satisfação. Por consequência, é notável que haja uma falta de temporalidade entre o projeto físico e o projeto social com os moradores do PMCMV, acarretando alterações no modo de vida dos moradores dos condomínios habitacionais.

Conclusão

Como podemos observar com este apanhado histórico, este processo de inserção do Serviço Social no movimento popular nos possibilita algumas conclusões. O trabalho social desenvolvido pelos assistentes sociais, entre as décadas de 1950 e 1960, tinha a mobilização comunitária e a participação social como pressupostos das estratégias profissionais, com objetivo de aproximação direta com a classe trabalhadora. Por meio das experiências vividas pelos assistentes sociais de assessoria aos movimentos sociais urbanos, com os projetos de extensão e estágio em comunidades e bairros populares, pautados no trabalho de educação popular e organização comunitária, nas décadas de 1970 e 1980, aprofundamos nossa relação com a população no que se refere às lutas urbanas e à ampliação da cidadania. Atualmente, observamos que o trabalho social nos condomínios do PMCMV e moradias populares possui um caráter de controle social da força de trabalho, devido às normativas, manuais e orientações ditadas pela Caixa Econômica Federal, órgão fiscalizador do programa habitacional.

Apesar do caráter repressivo e cerceador de atividades políticas, durante a Ditadura Militar o trabalho social teve grande importância para organização popular dos moradores de favelas, comunidades, bairros populares e periferias. Essa relevância não era somente no sentido de subsidiar informações, contribuindo para ações reivindicatórias pelo direito à cidade, mas também para adaptação à nova moradia, nos processos de remanejamento de famílias para condomínios habitacionais. Além disso, deu suporte e apoio na formação de associações de moradores e grupos de interesse, papel este que se assemelha ao trabalho social desenvolvido nos condomínios do PMCMV. As novas requisições socioinstitucionais ao trabalho do assistente social, neste campo, colocam novos desafios, tais quais, a construção de novas redes sociais no território para atendimento

das famílias, como se a articulação destas redes representasse ações inter-setoriais e pudesse reverter o processo de segregação socioespacial das moradias.

Ainda sobre o trabalho social desenvolvido nos condomínios do PMCMV, o Ministério das Cidades, com o excesso de normatização e mudanças na legislação sobre o trabalho social, vem apresentando estratégias de padronização e codificação da prática profissional que permitam à CEF “medir” o trabalho social para, então, aprová-lo ou não, pagá-lo ou não. Isto repercute na restrição da autonomia e criatividade nas metodologias e propostas de trabalho das equipes sociais das prefeituras e empresas. Estas se tornam limitadas, enfatizando processos de trabalho mais burocráticos e tecnicizados, diferentemente do que fora experimentado em outros momentos da nossa trajetória histórica neste campo. Contudo, inscrevemos esta contradição como um processo político, no qual o assistente social é sujeito da história e a transformação dessa condição perpassa um processo organizativo da categoria profissional.

Referências

AMAMANN, S. B. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

ARAÚJO, M. J. S., et al. Profissional-População uma luta conjunta. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano III, n. 5, mar. 1982.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Capacitação na modalidade ensino a distância – trabalho social em programas de habitação de interesse social*. 2014a. Disponível em: <http://cidades.nute.ufsc.br/downloads/MCidades_bookweb.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. *Portaria nº 21/2014*. Aprova o Manual de Instruções de Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. 22 de jan. 2014b. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/PAC/Manuais-Gerais-PAC/portaria21.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. *Manual temático: fortalecimento das organizações da sociedade civil*. Oficina da Caixa Econômica Federal, vol. 2, 2014b. Disponível em: <www.avsi-usa.org/docs/pdf/Brazil-Integ-Urban-Manual1-Plan-pt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2016.

CARDOSO, I. Processo de trabalho do Serviço Social. In: ABEPSS/CEDEPSS. *Proposta básica para o projeto de formação profissional*. Novos subsídios para o debate. Cadernos ABEPSS, n. 7, 1997.

GOMES, M. F. C., LEGRINO, A. I. C., FERNANDES, L. L., REGINENSI, C. *Desigualdade e Exclusão nas Metrópoles Brasileiras*. Editora Arco-Íris. Rio de Janeiro, 2006.

IAMAMOTO, M. *O Serviço Social em tempo de capital e fetiche*. São Paulo: Cortez, 2008.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

LIMA, S. A. B. *Participação social no cotidiano*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

PAZ, R.; TABOADA, K. J. *Curso a distância, trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social*. Brasília: Ministério das Cidades, set. 2010.

PAZ, R. S. O. C., et al. O Serviço Social e os movimentos sociais – uma experiência de trabalho em loteamentos clandestinos. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano II, n. 5, mar. 1981.

PIMENTEL, J. R. O trabalho social no contexto da atual política nacional de habitação: a difusão de um modelo e as implicações para o exercício profis-

sional do assistente social. *Revista Convergência Crítica “ Movimentos Sociais, Direitos e Sociedade*, v. 1, n. 1, 2012.

SANTANA, J. *Gestão das cidades no Brasil: estratégias e orientações* do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Campinas: São Paulo, 2013.

SILVA, M. L. L. S. *Serviço Social de Comunidade: numa visão de práxis*. 2ª edição. São Paulo. Editora Cortez, 1983.

SIQUEIRA, F. C. A. et al. As contradições e o espaço profissional na prática do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano III, n. 8, mar. 1982.

DOI: 10.12957/rep.2017.32740

Recebido em 29 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 30 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios

Professional training in Social Work in Brazil: a trajectory built by advances and challenges

Melissa Ferreira Portes*

Lorena Ferreira Portes**

Resumo – O presente artigo apresenta sínteses aproximativas que foram construídas através de estudos e pesquisas realizadas por dois grupos de pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social em uma universidade estadual do Paraná. Através de revisão de literatura, o artigo se propõe a recuperar os diferentes projetos formativos que se fizeram presentes na trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro. Partindo das diretrizes curriculares de 1996, problematiza a formação graduada, levando em considerando a tendência privatista que predomina no ensino superior brasileiro e que traz repercussões na formação profissional em Serviço Social. Aponta elementos para adensar o debate sobre o tema em questão, reafirmando a tarefa de se formar assistentes sociais considerando a dupla natureza da profissão: analítica e interventiva.

Palavras-chave: Serviço Social; formação profissional; exercício profissional; natureza analítica e interventiva.

Abstract – This article presents approximate summaries that were constructed through studies and research carried out by two research groups on professional training in social work at a state university of Paraná, Brazil. Through a literature review, the article proposes to recover the different formative projects that were present in the socio-historical trajectory of Brazilian social work. Starting from the curricular guidelines of 1996, it problematizes the graduate course structure, taking in consideration the tendency to privatize that predominates in Brazilian higher education and that brings repercussions in the professional formation in social work. It points out elements to deepen the debate on the subject in question, reaffirming the task of training social workers considering the dual nature of the profession: analytical and interventional.

Keywords: social work; professional training; professional practice; analytical and interventional nature.

* Assistente Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudo em Formação e Trabalho Profissional (GEFORT) e Coordenadora do setor de estágio supervisionado. *Correspondência:* Rodovia Celso Garcia Cid, Pr 445 Km 380 – Campus Universitário. Londrina – PR. Cx. Postal 10.011. CEP 86.057-970. Email: <melissaportes2010@gmail.com>.

** Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL (2016). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEPFOR). *Correspondência:* Rodovia Celso Garcia Cid, Pr 445 Km 380 – Campus Universitário. Londrina – PR. Cx. Postal 10.011. CEP 86.057-970. Email: <lorenafportes@gmail.com>.

Introdução

O artigo apresentado é fruto das discussões realizadas por dois grupos de pesquisa sobre formação profissional em Serviço Social, ambos desenvolvidos em uma universidade estadual do Paraná. Tem por finalidade, através de uma revisão de literatura, apontar elementos para fomentar o debate acerca da formação profissional em Serviço Social, recuperando a trajetória da formação de assistentes sociais no Brasil e apresentando os distintos projetos formativos que se fizeram presentes nesta trajetória.

Para problematizar os caminhos da formação profissional em Serviço Social, realiza-se uma análise considerando o panorama do ensino superior brasileiro, de modo a apontar algumas tendências presentes e que repercutem na formação de assistentes sociais, considerando o caráter privatista predominante das Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam os cursos de Serviço Social.

O texto se encerra com a apresentação de elementos considerados fundamentais para se pensar a formação profissional e que merecem ser aprofundados pela categoria profissional, particularmente para os sujeitos envolvidos com a formação de assistentes sociais.

1. Os diferentes projetos formativos na trajetória sócio-histórica do Serviço Social brasileiro

No contexto da gênese da profissão no Brasil, na década de 1930, a formação profissional dos primeiros assistentes sociais foi tributária da influência do humanismo cristão e do neotomismo. Uma formação profissional com forte influência da doutrina social da Igreja Católica e do modelo formativo franco-belga. Esta formação doutrinária era tida como necessária para fornecer aos assistentes sociais uma concepção de vida, de homem e de mundo fundamentada em princípios cristãos. Para assegurar a formação dos agentes sociais nesta perspectiva, as escolas de Serviço Social atuavam para “desenvolver a personalidade dos alunos, garantir a formação profissional, dando-lhes o conhecimento dos problemas sociais e a técnica do trabalho a ser realizado nesse terreno” (FERREIRA, 1939, p. 3).

A profissão era entendida como sendo uma vocação, uma filosofia de vida embasada numa concepção religiosa. A finalidade da formação estava voltada para construir uma carreira baseada na dedicação e desinteresse, buscando restaurar a vida social dos seus irmãos, estando sensível aos seus problemas. O papel do Serviço Social era ajudar na restauração da ordem social cristã, através de um trabalho com técnica, mas também de coração, pois sua atividade deveria ser a de um apostolado de caridade.

Para Ferreira (1939), no processo de formação dos assistentes sociais era preciso levar em consideração quatro aspectos: formação cien-

tífica, técnica, prática e pessoal. Segundo Sá (1995), a formação deveria fundamentar-se em critérios exigentes em termos da personalidade das assistentes sociais, importando não só o preparo técnico, mas moral. A formação e o ensino em Serviço Social serão envolvidos nesta perspectiva, direcionados para formar profissionais que intervenham de forma moralizadora, de caráter individualizado e psicologizante, na qual os problemas sociais são concebidos como disfunções sociais, julgadas moralmente segundo uma concepção de normalidade dada pelos valores cristãos (BARROCO, 2008). Exigem-se, então, certas qualidades indispensáveis ao agir do assistente social, que deve estar em consonância com os princípios de sua doutrina, a qual não se deve só conhecer, mas muito mais-viver. E que princípios seriam estes? O da justiça e da caridade.

Se, até meados dos anos 1940, a formação profissional era essencialmente doutrinária, e as escolas, em sua maioria, estavam vinculadas ao bloco católico, nos anos 1950 a formação era direcionada para a técnica especializada. A linguagem doutrinária e o conhecimento aristotélico-tomista continuaram rebatendo e influenciando o currículo das escolas, mas uma outra racionalidade foi se apresentando: a linguagem positivista-funcionalista. A partir da interferência política e econômica dos Estados Unidos da América (EUA) no Brasil, através de diferentes acordos estabelecidos entre os governos, ocorreu o intercâmbio do Serviço Social norte-americano com o latino-americano. Por meio deste, as Escolas de Serviço Social da América Latina receberam convites do governo dos EUA para participarem da Conferência Nacional de Serviço Social, que foi realizada em Atlantic City, sendo promovida pela American Association of Schools, em 1941.

Desta primeira aproximação resultou um programa de bolsas de estudos para assistentes sociais sul-americanas, visando ao aperfeiçoamento e à especialização em escolas de Serviço Social norte-americanas. Alimentado pela busca de uma metodologia para o Serviço Social, o seu ensino passou a ser influenciado pelo modelo norte-americano, trazido para o Brasil pelas profissionais que participaram do aperfeiçoamento nos EUA e através de tradução de livros. Ocorreu, desta forma, uma importação dos métodos e das técnicas do Serviço Social de casos, inicialmente e, depois, do Serviço Social de grupo e do desenvolvimento de comunidade. Importante frisar que, nos EUA, o Serviço Social de casos foi o mais desenvolvido no período das bolsas, destacando-se as obras de Mary Richmond e Gordon Hamilton.

A formação profissional, neste contexto, calçou-se na cientificidade e teve por objetivo compreender as perturbações de ordem econômica ou de ordem jurídico-social para auxiliar o indivíduo a realizar sua vida. A “prática profissional” ancorou-se em teorias comportamentais e teorias da personalidade. Essa influência expressou-se no processo formativo através dos projetos pedagógicos e, particularmente, da organização da estrutura curricular. Os assistentes sociais precisavam ser formados dentro dessa racionalidade, buscando conhecer as causas que originavam os desajustamentos

dos indivíduos e de suas famílias, assim como identificar as causas do desajustamento do ambiente social. Preocupavam-se em centrar seu foco de atuação na personalidade do cliente, buscando mudar seus comportamentos e atitudes, no sentido de ajustá-lo ao meio social para que pudesse cumprir seu papel no sistema vigente.

Eivada da perspectiva modernizadora, a formação profissional nas décadas de 1960 até 1970 foi se adequando para atender às exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64, dotando a profissão de um cariz tecnocrático, inserindo-a numa moldura teórica e metodológica exigida pela racionalidade burocrática das reformas promovidas pelo Estado ditatorial (NETTO, 2009). Na conjuntura do final de 1960, estendendo-se nas décadas subsequentes, a profissão foi objeto de análise e reflexão, explicitando seu vínculo com a proposta desenvolvimentista e problematizando seu referencial teórico-metodológico.

Assim, em fins da década de 1970 e início da de 1980, a formação profissional do assistente social passou a ser questionada, iniciando um ciclo de debates sobre a questão. Esse período representou um marco histórico significativo para o Serviço Social brasileiro, uma vez que explicita a construção de um processo de “revisão profissional”, tanto no âmbito da formação quanto do exercício profissional, entrelaçado à conjuntura socioeconômica e política brasileira, que incide, diretamente, nos processos organizativos e formativos dos assistentes sociais, no contexto de Ditadura Militar.

A proposta de reforma curricular que se iniciou em 1978 e culminou no currículo de 1982 significou um avanço para o processo formativo na medida em que buscou romper com a perspectiva de análise predominante no Serviço Social, a-classista e a-histórica, tomando como referência a realidade social. Carvalho, Bonetti e Iamamoto (1984) consideram que este projeto de formação, que vai se forjando, precisa assumir uma direção social vinculada aos interesses coletivos das classes subalternas.

No clamor do período de efervescência política, o currículo de 1982 do curso de Serviço Social foi aprovado como fruto de um processo de revisão curricular promovido pela então Abess, em 1979, tendo como marco a XXI Convenção Nacional da Abess. Dessa forma, ficou estabelecido, para implantação do novo currículo em todas as unidades de ensino, o prazo máximo de agosto de 1984.

Questionaram-se as diretrizes da formação profissional, seus objetivos e conteúdos, a estrutura curricular, os estágios e a supervisão. Esse processo teve como respaldo a organização política da categoria profissional. Este currículo traduziu o movimento de apreensão do significado sócio-histórico da profissão, vinculando o exercício profissional a uma perspectiva de transformação da realidade. Categorias como conscientização, organização e mobilização das classes populares foram inseridas nos ementários e na organização curricular como um todo, na tentativa de superar o marco

das clássicas metas de assistência e promoção (KAMEYANA, 1989). A crítica mais contundente proferida por essa proposta curricular foi à suposta neutralidade profissional.

Tal currículo, fruto do processo de revisão curricular organizado pela Abess, representou um marco histórico na formação profissional ao propor uma reflexão sobre a concepção de formação profissional, buscando construir uma avaliação crítica e propondo um novo encaminhamento metodológico da discussão, que, segundo Carvalho, Bonetti e Iamamoto (1986), parte de uma concepção de formação profissional que considere: preparação científica dos quadros profissionais para responder às demandas sociais que se colocavam para o Serviço Social; produção de conhecimentos; e capacitação continuada da categoria em termos de atualização para o exercício profissional.

Este projeto educacional da formação profissional considerou os determinantes estruturais e conjunturais no contexto das relações sociais no bojo do desenvolvimento do capitalismo monopolista. Entendia-se que era preciso ter um posicionamento político e crítico diante das contradições inerentes ao modo de produção capitalista para saber ler e interpretar as demandas e possibilidades que se colocavam à profissão, construindo estratégias interventivas e analíticas.

Houve um compromisso com a transformação da realidade social ao reconhecer a contradição e a luta de classes como categorias estruturantes dessa realidade. Além disso, o mito da neutralidade profissional foi questionado, dando densidade à formação política dos assistentes sociais ao considerar que era preciso investir na formação teórica e metodológica dos profissionais, superando o tecnicismo e a racionalidade instrumental que permearam a preparação e qualificação até os anos 1980.

Em que pese todos os avanços e conquistas construídas com o currículo de 1982, no esforço de se romper com o Serviço Social tradicional, as análises tecidas de sua implantação e alcance social e político na formação profissional indicam que o mesmo não conseguiu materializar as premissas analíticas e metodológicas que tinha proposto. Por isso, a revisão curricular não se esgotou, mesmo com a definição e implantação do novo currículo de 1982, uma vez que o processo de avaliação e acompanhamento da implantação sempre buscou responder aos desafios que se apresentaram para o ensino do Serviço Social.

A década de 1990 representa um momento de redesenho para a compreensão, direção e organização pedagógica da formação profissional em Serviço Social no Brasil, expressando uma síntese dos debates, problematizações e pesquisas que foram sendo construídas no e pelo percurso da categoria profissional e das entidades representativas da profissão. As diretrizes curriculares, construídas em 1996, expressam a defesa de um novo projeto de formação profissional na afirmação das “dimensões interventivas e investigativas como princípios formativos e condição central da formação

profissional e da relação teoria-realidade” (ABESS, 1997, p. 63). Instaura-se, assim, uma nova lógica curricular com base na articulação de “um conjunto de conhecimentos indissociáveis que se traduzem em núcleos de fundamentação, constitutivos da formação profissional” (ABESS, 1997, p. 63).

O processo de revisão curricular ocorreu através de um sucessivo debate na categoria profissional, buscando reafirmar os avanços do currículo anterior, bem como apontar e aprofundar novos elementos para se pensar a formação profissional pautada numa matriz teórica analítica crítica, a teoria social de Marx. Assim, tendo como finalidade avaliar, profundamente, o processo de formação profissional em face às exigências que se apresentavam, as entidades representativas da profissão promoveram um intenso trabalho de mobilização das unidades de ensino de Serviço Social no Brasil, que culminou na elaboração e apresentação das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social¹.

A proposta curricular da Abess organiza-se em eixos formativos: estruturantes e transversais. Os eixos estruturantes são considerados aqueles fundamentais, os pilares da formação, que devem dar a direção e a sustentação teórica, ética e política do processo formativo. Traduzem questões próprias do modo de produção capitalista, a produção e reprodução das relações sociais e a sociabilidade burguesa como forma de construir um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração a vida social e as contradições presentes na realidade. Os eixos transversais favorecem a interdisciplinaridade, buscando integrar temas deixados à margem do processo educacional. Possibilitam o acesso a saberes específicos, não ficando restritos a um ou outro componente curricular. São transversais porque pretendem desenvolver conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, como está explicitado nas direções constitutivas do exercício e da formação profissional: *teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo*.

Os eixos estruturantes das diretrizes curriculares de formação profissional, nesta lógica curricular, são, portanto, a “*questão social*” e o *trabalho/processos de trabalho*, e não a política social, como defenderam alguns assistentes sociais no processo de revisão curricular. Esse ponto também não está livre de polêmicas. Compreende-se, assim, que “a questão social é um elemento que dá concretude à profissão, ou seja, é a sua base de fundação histórico-social na realidade e, que nesta qualidade, portanto, deve constituir o eixo norteador do currículo” (ABESS, 1997, p. 20-21). A profissão é considerada uma especialização do trabalho coletivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, apontando que o currículo deve se aproximar do cotidiano do trabalho do Serviço Social e das formas contemporâneas de organização e desenvolvimento da sociedade brasileira.

¹ Tendo em vista a finalidade deste texto, não serão apresentados os ataques do MEC à proposta original das Diretrizes Curriculares.

Ao recuperar a centralidade do trabalho na vida social, busca-se “inserir as formas histórico-contemporâneas do trabalho do Serviço Social na sociedade brasileira” (ABESS, 1997, p. 42), para que seja possível “imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social” (ABESS, 1997, p. 42). A finalidade é a de, a partir deste fundamento, atualizar os conhecimentos e habilidades, “visando à apreensão da realidade e a melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma” (ABESS, 1997, p. 43). Reafirmam-se os pressupostos da teoria social marxista para o tratamento do ser social enquanto totalidade histórica. Em relação aos eixos transversais da formação, a proposta define a *ética, a pesquisa e o estágio*.

Tendo por referências estes eixos, o documento *Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social*, apresentado pela Abess ao MEC, em 1996, apresenta os pressupostos da formação profissional; os princípios e diretrizes da formação profissional; a nova lógica curricular e observações e recomendações. Como *pressupostos norteadores* da concepção de formação profissional, reafirma-se que a profissão tem, na “questão social”, seu âmbito de atuação, numa relação mediatizada pelos processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos do processo de trabalho do Serviço Social, que é determinado pelas configurações estruturais e conjuntas da questão social.

A partir destes pressupostos, tem-se por *princípios* que fundamentam a formação profissional: a) flexibilidade de organização dos currículos plenos (definição de disciplinas e outros componentes, como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares); b) rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão, adotando-se uma teoria social crítica (marxista) para apreender essa totalidade social; c) superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular; d) estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade; e) padrões de desempenho idênticos para os cursos diurnos e noturnos, com um máximo de quatro horas/aula diárias de atividades nos cursos noturnos; f) caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; g) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; h) exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional; i) ética como princípio formativo, perpassando a formação curricular; j) indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional.

Considera-se que as diretrizes curriculares expressam um salto na análise até então construída no debate sobre a formação profissional no sentido de situar não somente a profissão, mas o seu ensino, nas relações sociais oriundas do modo de produção do capital. Pensar a profissão de Serviço Social e a sua formação requer uma análise da realidade social calcada num referencial teórico que privilegie a totalidade. Pelos princípios

descritos, definem-se as *diretrizes* curriculares da formação profissional, implicando numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que se possa: apreender criticamente o processo histórico como totalidade; investigar a formação histórica e os processos sociais que conformam a sociedade brasileira, apreendendo suas particularidades; apreender o significado social da profissão, desvelando suas possibilidades; apreender as demandas postas à profissão pelo mercado de trabalho, visando formular respostas ao enfrentamento da questão social; exercer a profissão cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

Para dar concretude e materialidade aos pressupostos, princípios e diretrizes, a formação profissional deve estar ancorada num conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduziram em *núcleos de fundamentação*: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. A partir desses núcleos, desdobram-se os conteúdos, as matérias básicas (disciplinas, seminários temáticos, oficinas, atividades complementares) e dos demais componentes curriculares (como o estágio supervisionado e o TCC). Propõe-se, então, uma “lógica curricular inovadora, que supere a fragmentação do processo de ensino e aprendizagem e permita uma intensa convivência acadêmica entre professores, alunos e sociedade” (ABESS, 1997, p. 63).

1.1 As tendências do ensino superior brasileiro e as implicações para a formação profissional em Serviço Social

Pensar a formação profissional em Serviço Social exige, para além de uma análise curricular e de seus pressupostos formativos, a compreensão de que esta se processa e se desenvolve sob as interferências sociais, políticas e econômicas dos tempos históricos. Assim, problematizar a formação, a sua direção, os caminhos percorridos e os desafios a enfrentar pressupõe uma análise não endógena da profissão e de sua formação, mas situando-a num determinado contexto de realidade. Nesse sentido, tem-se como exigência apontar a conjuntura atual no que diz respeito a algumas tendências apresentadas no ensino superior brasileiro.

Na esteira destas discussões, destacam-se duas grandes tendências presentes, mas não exclusivamente, no ensino superior brasileiro: a) privatismo e b) centralidade no ensino. A primeira tendência, o *privatismo*, revela a penetração da lógica do capital no campo educacional. O privatismo é a marca do ensino superior brasileiro. Esta configuração atende a uma dupla funcionalidade: primeiramente, mantendo os interesses do capital, subordinando-se a eles e, em seguida, parecendo atender “parcialmente” às pressões sociais advindas de certos setores da sociedade, que reivindicavam o acesso ao ensino superior, pleiteando a expansão das vagas e acesso às

camadas mais pobres da população. Sob o discurso da democratização, mascara-se o viés mercantil e privatista que assenta a política educacional brasileira, sobretudo no ensino superior.

De acordo com Minto (2014), tem-se como estratégia fundamental para as empresas do ramo educacional a concentração de mercado e de capital. Como resultado desta concentração, ocorrem as fusões em que IES menores são compradas pelas maiores, geralmente localizadas no interior do país e com problemas financeiros, formando-se assim grandes grupos. A educação é convertida em mercadoria controlada por poucos grupos, denominando o que Oliveira (2009, p. 752) chamou de “mercadoria oligopolizada”. Outra estratégia apontada por Minto (2014) é a penetração de capitais estrangeiros nesse mercado, concretizando-se por meio de associação dos grupos educacionais com o capital financeiro, negociando-se a educação, altamente rentável, na forma de ações em bolsa de valores.

Através dos dados do Censo da Educação Superior de 2015 pode-se evidenciar essa tendência privatista. Do total de 2365 IES no Brasil, 87,52% são privadas. Do total de IES, somente 195 são universidades (8,25%); 149 (6,3%) são centros universitários; 40 (1,69%) são caracterizadas como Institutos Federais (IFs) e Cefets; e 1.980 (83,76%) são faculdades. Em relação às IES privadas, o predomínio das faculdades se faz presente. Das 2.069 IES privadas, somente 88 (4,25%) são universidades; 140 (6,76%) são centros universitários e 1.841 (88,99%) são faculdades. Esta tendência se faz presente, por sua vez, no desenho das IES que ofertam o curso de Serviço Social (nas modalidades presencial e a distância). Caracterizando essas, tem-se a seguinte descrição, de acordo com o Censo de 2015: 350 IES oferecem o curso de Serviço Social, sendo 61 públicas e 289 privadas; dos 435 cursos oferecidos nestas IES, 61 são em IES públicas e 359 em privadas. Do total de 172.569 matrículas nos cursos de Serviço Social no Brasil, 21.436 estavam em IES públicas e 151.133 matrículas no setor privado (BRASIL, 2015).

Em relação à modalidade de ensino, dos 435 cursos, 409 são oferecidos na modalidade presencial e 26 a distância; dos 409 cursos presenciais, 334 são oferecidos em instituições privadas e 75 em instituições públicas. Dos 334 cursos no setor privado, 91 são oferecidos em universidades, 59 em centros universitários e 184 em faculdades. Esta lógica é diferenciada nos cursos oferecidos na modalidade presencial no setor público: 66 cursos em universidades, 8 em faculdades e 1 em IF. Dos 26 cursos a distância, 25 são ofertados por instituições privadas (18 em universidades e 8 em centros universitários) e 1 em universidade estadual pública (BRASIL, 2015). Os dados confirmam um modelo de ensino superior que tem no mercado a referência e o controle, reafirmando a premissa de que o ensino superior é antes um bem privado do que público, como apontou Sguissardi (2009).

Esse quadro deve ser considerado ao se debater a formação profissional de assistentes sociais, pois um projeto de formação profissional

não deve ser pensado dissociado da realidade. Isto não significa pensar numa “adaptação” para reforçar os interesses mercantis. No entanto, problematizar a direção da formação, bem como seu projeto formativo, deve considerar esse determinante econômico. Se um dos princípios para a formação, afirmados nas diretrizes curriculares, é a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como garantir a articulação deste tripé, uma vez que a prevalência das IES que ofertam o curso de Serviço Social é de serem faculdades privadas? Como faculdades, legitimadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), não possuem obrigatoriedade em desenvolverem pesquisa.

Essa questão leva à segunda tendência: *a centralidade no ensino*. Com forte influência e orientação das agências internacionais, sobretudo do Banco Mundial, ocorre uma mudança no perfil das IES, através de maior diferenciação institucional. Assim, com a criação de instituições não universitárias, consideradas onerosas e pouco sensíveis às necessidades do mercado, reorganiza-se a estrutura triplamente articulada entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, diferencia-se as IES entre as que fazem pesquisa e IES que concentram suas atividades no ensino. Concorda-se com Minto (2014, p. 342) ao dizer que os processos de flexibilização e de diversificação nas modalidades de ensino “estão amplamente vinculados à lógica da privatização”, operando segundo “as mesmas tendências de adequação da educação superior aos novos padrões de acumulação capitalista nos tempos de mundialização”.

Como já exposto, do total de IES que ofertam o curso de Serviço Social, 82,57% são privadas. Nestas IES são oferecidos 334 cursos, sendo que 55% desses são ofertados em faculdades. Essa marca incita a pensar: como a formação graduada em Serviço Social será orientada de modo a pautar-se nos pressupostos, princípios e diretrizes afirmados nas diretrizes curriculares de 1996? Além disso, essa realidade provoca a problematizar: como estes cursos, que se concentram sobretudo em faculdades privadas e que têm o predomínio de suas atividades pedagógicas no ensino, irão garantir uma formação calcada num rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e da profissão? Um trato que busque estabelecer uma relação entre as dimensões investigativa e interventiva, que apreenda as demandas postas à profissão, pelo mercado de trabalho, criando respostas interventivas e cumprindo as competências e atribuições previstas nas legislações profissionais?

É preciso considerar as condições objetivas de trabalho dos docentes que formam os assistentes sociais e que estas são diferenciadas nos âmbitos público e privado. Os dados revelam que, enquanto nas IES privadas o “típico docente” possui título de mestre e regime de trabalho horista, nas IES públicas, o “típico docente” possui título de doutor e regime de trabalho em tempo integral. No Brasil, existem 401.299 docentes no ensino superior, sendo que, destes, 226.863 (56,53%) atuam em IES privadas. Quais as

condições de trabalho dos assistentes sociais que atuam na formação graduada, seja presencial ou a distância?

Se, através dos dados, identificou-se que os cursos de Serviço Social são ofertados predominante em faculdades privadas, é preciso levar em consideração que as condições de trabalho nestas instituições têm algumas características particulares: concentração das atividades em ensino, através de regime de trabalho horista; restrição e até ausência de carga horária para a pesquisa; dificuldades para a qualificação docente, tendo em vista o regime de trabalho e a liberação para a qualificação profissional, como licenças especiais.

Outra questão a ser inserida no debate sobre a formação profissional é o perfil docente: quem são os assistentes sociais que atuam na docência? Quais seus percursos formativos e profissionais? Como tem sido a sua formação acadêmico-profissional e de que forma esta qualifica e prepara para que eles formem assistentes sociais com um denso trato teórico analítico da realidade e da profissão? Se a pesquisa tem sido restringida nas instituições privadas, sobretudo em faculdades, como o docente, que não experiencia e desenvolve pesquisas acadêmico-científicas, irá contribuir para formar assistentes sociais norteados pela dimensão investigativa? Estes elementos devem ser considerados ao se debater os caminhos da formação profissional em Serviço Social para que não se sobreponha as condições subjetivas às objetivas.

1.2 Os desafios à formação profissional em Serviço Social: alguns apontamentos

Como contribuições ao debate sobre a formação profissional em Serviço Social apontam-se elementos que se considera fundamentais, mas não exclusivos; quais sejam:

a) Pautando-se nos pressupostos, princípios e diretrizes para a formação profissional, afirmados nas diretrizes curriculares, defende-se que a formação de assistentes sociais necessita possibilitar uma competência teórico-analítica, em que a realidade social seja apreendida nas suas múltiplas determinações e calcada numa análise da totalidade pela crítica da economia política.

Os conhecimentos teóricos podem contribuir com os profissionais de Serviço Social no sentido de fomentar uma análise mais apropriada e aprofundada da realidade social, orientando o seu exercício profissional, não como manual prescritivo de ações, mas através de elementos que proporcionem essa relação analítico-interventiva. Além disso, também compreendendo as demandas sociais que são postas aos profissionais; analisando o perfil e a funcionalidade das políticas sociais e do Estado; problematizando as respostas institucionais e o direcionamento econômico-político que incide diretamente na vida social dos trabalhadores, nas relações de produção e

reprodução social, nos processos de aviltamento da exploração e no ataque e regressão dos direitos humano-sociais.

Um referencial teórico-metodológico é analítico e não instrumental. No seu exercício profissional, os assistentes sociais se apropriam de outros tipos de conhecimentos (técnicos, especializados, procedimentais, instrumentais) para responder às demandas do cotidiano profissional. É preciso atentar para o fato de não reduzir um conhecimento oriundo de uma teoria social (que não responde às exigências técnico-instrumentais) ao “fazer profissional” de modo prescritivo e manualesco, eliminando o seu potencial revolucionário.

O marxismo é uma doutrina teórico-prática e não um receituário e instrumento de intervenção profissional. Para tanto, é urgente investir na capacitação e aprimoramento teórico-analítico dos assistentes sociais que atuam na docência, pois como exigir uma formação com esse cariz se os formadores não possuem uma apropriação teórico-metodológica crítica da realidade? A formação precisa ser continuada, sistemática e rigorosa no preparo de docentes qualificados para desenvolverem, como apontam as diretrizes e os princípios das diretrizes curriculares, uma formação que oportunize “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social”, tendo por referência uma “teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” possibilitadora de uma “apreensão crítica do processo histórico como totalidade” (ABESS, 1997, p. 61).

b) É preciso considerar e reforçar que a profissão tem uma dupla natureza “analítica e interventiva” e isso requer uma formação que se sustente em um estatuto teórico-prático. Tal preparo pressupõe o desenvolvimento de um conjunto de conhecimentos e saberes que oportunizem ao sujeito em formação o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais capazes de tomar a realidade social como referência e de construir ações profissionais que atendam às demandas socialmente postas no cotidiano profissional. Assim, o exercício e a formação profissionais precisam ser analisados a partir de sua indissociabilidade.

Por isso, a formação profissional não pode se privar de possibilitar a construção de conhecimentos que, dialeticamente articulados, oportunizem uma qualificação teórico-metodológica sem desprezar a natureza interventiva da profissão. É preciso levar em consideração as condições sob as quais o exercício profissional se materializa, refletindo acerca das requisições do mercado de trabalho e as condições objetivas de trabalho; a configuração das políticas sociais e sua funcionalidade, nos marcos de uma sociedade capitalista; as demandas profissionais e a necessidade de sua reconstrução para a assistência das necessidades apresentadas pelos sujeitos atendidos pelo assistente social, buscando, assim, diminuir o distanciamento existente entre a formação e o cotidiano profissional. Sim, porque esse “fosso” existe e desconsiderá-lo é deixar de avançar no debate, na problematização

do ensino do Serviço Social e dos conhecimentos que precisam ser mobilizados no percurso formativo.

A formação profissional que se afirma progressista não pode virar as costas para a realidade dos campos ocupacionais do assistente social. O conhecimento crítico, tão necessário para o enfrentamento das racionalidades conservadoras, não pode tornar-se sinônimo apenas de *denuncismo*, mas precisa capacitar o futuro profissional para o exercício das atribuições e competências profissionais definidas pela legislação de regulamentação profissional, mediadas também pelas requisições socioinstitucionais.

Dessa forma, a aproximação com os assistentes sociais que estão materializando o exercício profissional nos diferentes campos sócio-ocupacionais, através de propostas de educação permanente e formação continuada, é imprescindível para que o ensino do trabalho profissional seja problematizado e para que se conheça, com profundidade, as modalidades de intervenção profissional, as ações profissionais construídas e as exigências requeridas. É preciso indagar constantemente qual o lugar que o ensino do trabalho profissional tem ocupado nas estruturas curriculares dos cursos de Serviço Social e quais conhecimentos teórico-práticos precisam ser ensinados e exigidos do estudante em formação para o seu futuro exercício profissional.

Essa postura exige um esforço intelectual da categoria profissional para se debruçar na discussão da particularidade do exercício profissional. Questão essa tão cara aos profissionais, mas que não pode mais ser adiada porque dela decorre o futuro dessa profissão assalariada no contexto contemporâneo.

Considerações finais

A formação profissional em Serviço Social no Brasil foi orientada no seu percurso sócio-histórico por distintos projetos formativos, que responderam às exigências sociopolíticas e econômicas da sociedade brasileira, mas também se colocaram num movimento de questionamento, de revisão e problematização destas mesmas exigências. As Diretrizes Curriculares (1996) expressam um projeto formativo que foi desenhado e sustentado num contexto de crítica à profissão, em que se coloca em questionamento os componentes teóricos, ideopolíticos e técnicos que orientavam a formação e o exercício profissionais.

Nesse sentido, debater sobre a formação profissional, pautando-se nas Diretrizes Curriculares de 1996, requer uma análise articulada entre formação e exercício profissional, retomando-se as exigências ao processo formativo de assistentes sociais, que envolve um conjunto de competências a serem desenvolvidas. Destaca-se, então, dentre estas, a importância de um adensamento teórico analítico na formação que potencialize uma análise crítica e aprofundada da realidade social, em que os assistentes sociais se

inserir e atuar, munindo-se de um referencial teórico-crítico para que sejam capazes de apreender esta realidade nas suas múltiplas determinações, interpretando as demandas sociais não como mero epifenômenos.

Mesmo reconhecendo os limites profissionais, não se descarta uma apropriação mais consistente das bases sociais e econômicas que estruturam a sociedade de classes para que seja possível localizar a inserção profissional nesta trama de relações, bem como explicitar as desigualdades sociais que se materializam e se expressam no cotidiano, na realidade social, e analisar as respostas que são dadas para o enfrentamento destas desigualdades.

O adensamento teórico-analítico deve possibilitar ao futuro profissional tomar a realidade social como referência para construir as respostas interventivas de modo a atender às demandas socialmente postas no cotidiano profissional, levando em consideração as condições sob as quais o exercício profissional se materializa, refletindo acerca das requisições do mercado de trabalho e das condições objetivas de trabalho; a configuração das políticas sociais e sua funcionalidade nos marcos de uma sociedade capitalista; as demandas profissionais e a necessidade de sua reconstrução para o atendimento das necessidades apresentadas pelos sujeitos atendidos pelo assistente social.

Referências

ABESS. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. *Cadernos Abess*, São Paulo: Cortez, n. 7, 1997.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo, Cortez, 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Sinopse Estatísticas da Educação Superior*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CARVALHO, A. M. P. de; BONETTI, D. A.; IAMAMOTO, M. Projeto de investigação: a formação profissional do assistente social. *Revista Serviço Social e Sociedade*, ano V, n. 14, abr. 1984.

FERREIRA, F. Considerações sobre o Serviço Social. *Revista Serviço Social: órgão informativo e doutrinário*, São Paulo, n. 1, jan. 1939.

KAMEYAMA, N. Concepção de teoria e metodologia. *Cadernos Abess*, São Paulo: Cortez, n. 3, 1989.

MINTO, L. W. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

SÁ, J. *Conhecimento e currículo em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

SGUISSARDI, V. *Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

DOI: 10.12957/rep.2017.32748

Recebido em 31 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 05 de dezembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo?

Social Work and working with families: renovation or conservatism?

Claudio Henrique Miranda Horst*
Regina Célia Tamaso Miotto**

Resumo – O objetivo do presente texto é apontar elementos que caracterizam o trabalho com famílias na história da profissão buscando identificar os desafios presentes colocados para uma atuação que historicamente muda de forma, preservando, no entanto, compromissos sociopolíticos com o conservadorismo. O artigo aborda a necessidade do aprofundamento crítico no debate sobre famílias, o trabalho com estas no interior da profissão, assim como a necessária articulação, para além dos marcos normativos das políticas, com os elementos que constituem o projeto ético político.

Palavras-chave: Serviço Social; Famílias; Atuação Profissional.

Abstract – The objective of the present article is to analyze the work with families throughout history of this profession, aiming to identify the present challenges set to a performance that historically “changes shape”, preserving, however, sociopolitical commitments to conservatism”. The article points to the need to deepen the debate regarding families and the work with those in the profession, as well as the necessary articulation, beyond the policies legal boundaries, with elements which constitute our ethical-political project.

Keywords: Social work; Families; Professional Performance.

* Assistente Social, Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo. *Correspondência:* Rua Antônio Francisco da Silveira, número 373, Casa, Bairro Pantanal, Florianópolis – Santa Catarina. CEP: 88040-160. *Email:* <claudiovasques1@hotmail.com>.

** Assistente social. Doutora em Saúde Mental (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de Produtividade em Pesquisa/CNPq. *Correspondência:* Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n - Trindade, Florianópolis – SC. CEP: 88040-900. *Email:* <regina.miotto@gmail.com>.

1. Introdução: qualquer caminho serve?

Alice perguntou: Pode me dizer qual o caminho que eu devo tomar?
Isso depende muito do lugar para onde você quer ir – disse o Gato.
Eu não sei para onde ir! – disse Alice.
Se você não sabe para onde ir, qualquer caminho serve.
(Alice no País das Maravilhas – Lewis Carroll).

O objetivo do presente texto é apontar elementos que caracterizam o trabalho com famílias na história da profissão buscando identificar os desafios presentes na atuação junto à famílias da classe trabalhadora num país dependente. Nosso pressuposto é que, na atual fase do capitalismo – com a predominância de sua forma mais fetichizada, o capital fictício -, há o reordenamento das políticas sociais, o que vem demandando um perfil profissional “competente no gerenciamento e monitoramento da pobreza e, portanto, funcional a um Estado assistencial e penal” (RODRIGUES, 2012, p. 52), ou seja, na contramão do Projeto Ético Político profissional. Dessa forma, observa-se o forte retorno do conservadorismo, principalmente no que diz respeito à atuação junto a questões que não avançaram no amadurecimento teórico no interior da profissão, a exemplo o trabalho com *famílias*.

Trata-se de investigar, a partir de uma reflexão entre o passado e o presente profissional, como a atuação “muda de forma, preservando, no entanto, compromissos sociopolíticos com o conservadorismo” (IAMA-MOTO, 2013, p.23). Assim, o que objetivamos é discutir o papel do trabalho com famílias num cenário de “retomadas de perspectivas que na renovação profissional não ambicionavam romper com o tradicionalismo” (RODRIGUES, 2012, p. 52).

O trabalho está organizado em três momentos. No primeiro, situa-se a contraditória relação entre a política social no capitalismo dependente e a centralidade das famílias da classe trabalhadora que constitui o chão do trabalho com famílias. No segundo momento, debate-se a questão da família no Serviço Social, tentando pontuar as bases que historicamente pautam o trabalho com famílias, bem como aquelas que se alinham ao projeto ético político da profissão. E por fim, apontaremos algumas reflexões sobre a necessidade histórica de uma atuação junto a famílias atrelada ao Projeto Ético Político profissional.

Com inspiração no diálogo de *Alice no país das Maravilhas*, pretendemos demonstrar que, “se não sabemos para onde queremos ir”, ou seja, se desconhecemos a intencionalidade e o compromisso da nossa atuação junto a famílias da classe trabalhadora, continuaremos fadados a um trabalho que culpabiliza essas famílias, classificando-as “desestruturadas”, e, dessa forma reproduz uma prática profissional que confronta o horizonte profissional aberto desde a década de 1970.

2. Política social e família: confluência perversa!

Num cenário de aprofundamento da crise estrutural do sistema do capital, conforme aponta Mészáros (2002), não temos dúvidas do não lugar reservado à política social dentro desse sistema, uma vez que, conforme denuncia Marques (2015), as políticas sociais têm se revelado um obstáculo para os interesses do capital em geral e do capital financeiro em particular.

O único interesse que esse tipo de capital tem em relação às políticas sociais é na transformação dos sistemas públicos de aposentadoria (de repartição) em sistemas privados, de capitalização, como forma de amealhar mais recursos para suas atividades especulativas. [...] O único nível de políticas sociais admitido, organizado e financiado pelo Estado, é aquele dirigido à população muito pobre (MARQUES, 2015, p.18).

Fruto da correlação de forças estabelecidas entre o capital e os trabalhadores, políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado numa perspectiva de universalização situam-se num momento do padrão de acumulação que se esgotou, experiência essa, característica de países europeus. Portanto, se falamos de experiências – como o Welfare State – que não são mais possíveis nos países centrais dada a necessidade de aumento da taxa de lucro, tal aposta nem sequer se vislumbra no horizonte de países dependentes.

No que tange às determinações da política social na América Latina, estas devem partir da compreensão de uma especificidade *latinoamericana*, como apontam Paiva e Ouriques (2006).

A política social como fundamental para a regulação política no sistema capitalista apresenta, na América Latina, características específicas, determinadas pela sua formação social nos marcos da dependência, que, nesse contexto, “desnuda os limites das soluções reformistas e pseudo-integradoras, nos moldes do que hoje se atribui às mal denominadas políticas de ‘inclusão social’” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p.171). Essa forma de modelo econômico – periférico e dependente – expõe a realidade do país e da região.

A classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. Enfim, para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172).

Mesmo com a tentativa histórica de construção de um Estado para o social – presente na história da proteção social estatal brasileira a partir da Constituição de 1988 –, não se conseguiu alcançar a universalidade desejada. Em vez disso, aprofundou-se o caminho para uma política social pensada de modo residual, sustentada pelas orientações neoliberais. Ao tratarmos da experiência do Estado brasileiro, observa-se que este sempre se ausentou e contou com “[...] alternativas privatistas que envolvem a família, as organizações sociais e a comunidade em geral” (YAZBEK, 2016, p. 09) no provimento da proteção social.

Como afirma Campos (2015), a atual posição da família na Política Social não é uma novidade e não pode ser analisada apenas como consequência da política neoliberal em ascensão a partir dos anos de 1990. Ao contrário, a família sempre foi instância central na configuração da proteção brasileira e referência na estruturação das políticas setoriais, como saúde, educação, previdência. Para Goldani (2005), as políticas referidas às famílias são aquelas que através de um conjunto de normativas e instrumentos buscam fortalecer as suas funções sociais tendo em conta sua estrutura, suas características ou a demanda de seus membros. Tal centralidade da família, tanto como principal instância de provisão de bem-estar como de referência para a política social, define o caráter familista das sociedades latino-americanas. Familismo entendido como um padrão de interrelação reinante na sociedade, em que no nível macrosocial, na organização dos sistemas de proteção social, a família é colocada como instituição provedora central de bem-estar. No nível micro social, uma rede de mulheres (mães, avós, vizinhas...) respondem pelo trabalho familiar, especialmente pelo cuidado dos dependentes (BATTHYÁNY, 2015). No Brasil vem sendo considerado um padrão cultural e político secular que tem se expressado no campo da legislação (solidariedade obrigatória) e na configuração da política social (MIOTO ET AL., 2015; COSTA; GOLDANI, 2015).

A manutenção desse padrão familista torna-se essencialmente útil num momento em que, de acordo com Mota (2017), se exaure a estratégia de conciliação de classes que abrangeu os governos do PT na presidência do país e permitiu a ampliação de serviços de infraestrutura e criação de políticas compensatórias de alívio à pobreza. Ao ampliarem-se no pós-golpe de 2016 os novos mecanismos de exploração da força de trabalho, de supressão de direitos sociais e especialmente de privatização e/ou mercantilização da educação, da saúde, da previdência e, conseqüentemente, dos serviços públicos, nos parece que a família assume lugar ainda mais estratégico no processamento desses mecanismos, especialmente em relação à privatização da provisão de bem-estar.

O que estamos tentando demonstrar é a contraditória relação entre política social no capitalismo dependente, agravada pela crise atual, e a centralidade nas famílias da classe trabalhadora. Como sinaliza o título que abre o presente tópico, essa confluência perversa para as famílias – mas

nada para o capital - sempre acarretará sobrecarga e culpabilização das famílias e, principalmente, das mulheres. Silveira Junior (2016), ao demonstrar as tendências político pedagógicas postas aos trabalhadores do SUAS, chamou atenção para a característica da atuação com famílias.

Efetivamente, ela tem seu fulcro conduzido para o enfrentamento do ‘risco e vulnerabilidade social’, o que se expressa na fixação das suas prioridades em termos do ‘desenvolvimento de capacidades’ dos indivíduos e famílias atendidos. Mas, nessa esteira, ocorre uma indução de metodologias de trabalho socioassistencial com acentuado teor individualizador e marcado peso psicologizante. A individualização se expressa na proposição de metodologias de trabalho social centradas na mudança de projetos individuais (ou familiares) para a superação da condição de pobreza. A psicologização é conformada, não somente por uma moralização estrito sensu da pobreza, donde redundaram, no passado, inclusive terapias de ajustamento, mas pela promessa de sua suplantação por meio da escolarização, profissionalização e/ou assimilação de aptidões empreendedoras, que capacitariam para a luta individual por ascensão social na concorrência do mercado. O que oportunizaria a ‘emancipação’ (ou a ‘autonomia’) dos usuários da assistência social e suas famílias. Aqui, a hipoteca permanece na redefinição de características pessoais dos indivíduos, na mudança subjetiva, representada no alcance de determinados conteúdos culturais e atitudes sociais que representariam a ‘porta de saída’ da sua condição social (SILVEIRA JUNIOR, 2016, p. 65).

Na contramão dessa lógica, estamos apostando na política social como “motor de uma nova institucionalidade democrática, contribuindo para uma dinâmica de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes” (PAIVA; ROCHA; CARRARO, 2010, p. 168). E é nesse sentido que o trabalho com famílias pode fazer toda diferença se direcionado em consonância com o Projeto Ético Político profissional.

Podemos, portanto, afirmar que a relação entre política social e famílias, dependendo da compreensão que se tem de ambas as instituições, constitui uma confluência perversa. Isso porque, se apostarmos na política social como espaço de disputa junto a famílias, essa relação pode ser de potência. No entanto, o que se legitima é uma relação perversa – já estabelecida *a priori* – na qual a política social, longe da possibilidade de desvendamento da realidade como forma de luta, tenderá sempre a jogar para cima das famílias responsabilidades que elas, dadas as suas condições objetivas de vida, não são capazes de assumir. Entender essas contradições a partir da atuação profissional e as opções que temos feito ou não, historicamente, junto ao trabalho com famílias é a tarefa necessária.

3. Famílias e Serviço Social: a necessidade histórica do rompimento com o conservadorismo

A partir do século XX, a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil, por meio do processo de industrialização, exigiu do Estado uma nova configuração, especialmente, para responder às questões decorrentes dos conflitos entre empresários e operariado e às expectativas de se construir uma “nação moderna”. Nesse movimento, a família foi alçada a uma condição estratégica, tanto para desativar os conflitos no âmbito da produção como para consolidar relações sociais pautadas nos ideais de modernidade. No contexto dos anos de 1930, surgiram as primeiras iniciativas do Estado brasileiro na conformação de políticas públicas destinadas às famílias, inspiradas, de acordo com Neder (1994), no autoritarismo nazi-facista, que tinha como paradigma o ideal de “família regular” e “saudável”, paradigma esse construído pelas formulações gestadas especialmente no campo médico, jurídico e urbanístico (NEDER, 1994). Essas formulações forneceram o suporte técnico e teórico, abraçado pela Igreja Católica, para a implementação de políticas públicas nessa área e para a colocação no mercado de trabalho de um conjunto de novos profissionais, dentre eles, os assistentes sociais.

Incorporado por esses princípios, o Serviço Social será determinado por uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando principalmente com mulheres e crianças. A atuação aqui não se caracteriza apenas por exercer a caridade, mas se configura principalmente como forma de intervenção ideológica na vida das famílias da classe trabalhadora. Como demonstra Iamamoto, os efeitos dessa atuação são essencialmente políticos: “o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

Diferenciado da caridade tradicional, vista como mera reprodução da pobreza, o Serviço Social propõe uma ação educativa entre a família trabalhadora, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais. Distingue-se também da assistência pública, que, desconhecendo a singularidade e particularidade dos indivíduos, produz respostas não diferenciadas aos ‘problemas sociais’. [...] Desconhecendo o caráter de classe dos antagonismos sociais, os efeitos desses antagonismos são considerados motivos relevantes para um tratamento socioeducativo da ‘clientela’, tratamento esse de cunho doutrinário e moralizador, amplamente haurido no senso comum da classe de origem desses profissionais¹ (IAMAMOTO, 2013, p. 23).

¹ “O Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador”. Porém, como demonstra Iamamoto (2013) os processos de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico ocorreram sob a influência das Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente com a vertente empiricista norte-americana.

Ao longo das décadas seguintes, o desenvolvimento das políticas sociais no campo estatal e o avanço do tecnicismo na profissão vão delinear um distanciamento cada vez maior entre as ações dos profissionais em relação às famílias e aquelas que continuaram sendo realizadas no campo da filantropia. Os profissionais passaram a definir cada vez mais suas ações a partir dos postulados metodológicos do Serviço Social de Caso, do Serviço Social de Grupo e do Serviço Social de Comunidade, mantendo, porém, a mesma lógica de atendimento às demandas do capital, por intermédio de um Estado interventor.

Durante todo esse período o trabalho com famílias no Serviço Social tinha como inspiração os caminhos abertos por Mary Richmond - *Serviço Social de Caso* - que através de seus relatos de casos apontava que as ações dos assistentes sociais deveriam incidir na higiene (pessoal e doméstica), na estrutura habitacional, respeito a propriedade, condutas sociais e familiares, retomada de laços familiares, ajuda na aquisição de hábitos e nas situações de “crises” associadas, em geral, aos grupos familiares (RICHMOND, 1977). Nos anos de 1950 e 1960 o CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais)², através de sua revista, publicou inúmeros textos relacionados à família, muitos de autores norte-americanos traduzidos para o português. Neles se divulgava e se fortalecia uma intervenção profissional pautada na perspectiva estrutural funcionalista de família.

Posteriormente, nesse viés funcional-estruturalista, especialmente a partir dos anos de 1970, pode ser observado a influência da teoria sistêmica nas práticas com famílias. Nos anos de 1980, encontra-se uma produção bibliográfica significativa sob essa ótica que acabou desembocando no desenvolvimento do denominado Serviço Social Clínico. A teoria sistêmica, através das terapias familiares, ancora grande parte da produção de conhecimento da segunda metade do século XX sobre processos de intervenção nas famílias. Foi desenvolvida na área da saúde mental, com a participação de diferentes profissionais (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros) vinculados à teoria sistêmica e à psicanálise. Essa farta produção, que explica as dificuldades apresentadas pelos indivíduos a partir da estrutura e dinâmica familiares e informa acerca de procedimentos para efetuar mudanças, passou a ganhar primazia no campo interventivo. Tanto que se adentra na configuração do Trabalho Social com Famílias no SUAS, em plenos anos 2000, e ainda se faz presente num número expressivo de capacitações direcionadas aos profissionais, sejam realizadas pela iniciativa privada, sejam patrocinadas pelos gestores municipais do SUAS. Ela aparece e se consolida pela sua lógica explicativa dos “problemas familiares” e pela apresentação de formas “eficazes” de responder às demandas postas. Ou seja, traz respostas operativas ao cotidiano profissional. Respostas reclamadas pela categoria profissional desde os anos de 1970 e 1980 quando a profissão

² Até 1966 denominado de Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social.

começa a se repensar sobre novas bases, deslocando o seu debate do eixo do “metodologismo”, até então reinante, para o debate das relações sociais nos marcos do capitalismo, e abrir caminho para a construção do projeto ético-político do Serviço Social.

O deslocamento desse eixo se iniciou no final da década de 1960 com profissionais comprometidos com a realidade latino-americana e engajados num projeto político de transformação das condições estruturais da sociedade brasileira. Empreenderam um grande esforço para a construção de um marco teórico-metodológico para o Serviço Social, à luz de um posicionamento materialista-dialético, que pudesse responder às questões postas pela realidade latino-americana (IAMAMOTO, 2013).

Nesse processo, Iamamoto e Carvalho (1982) buscaram reconstruir o objeto de estudo do Serviço Social, redefinindo-o como as expressões da questão social, ao mesmo tempo em que situam a profissão como “um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas”, compreendendo-a como uma “profissão historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982, p.71). A partir dessa concepção, firmaram o Serviço Social como instituição componente da sociedade; é esta que reproduz interesses em oposição, os quais estão em constante tensionamento. Portanto,

A partir dessa compreensão é que se estabelece uma estratégia profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 81).

Essa releitura proporcionou novas bases de sustentação da intervenção profissional dos assistentes sociais, pois permitiu compreender que, na sociedade capitalista, as ações profissionais estão profundamente condicionadas pelas relações entre as classes e que elas interferem na reprodução material e social da força de trabalho, tanto por meio das ações materiais como por meio das ações de cunho sociopolítico e ídeo-cultural. Ou seja, elas participam da reprodução das relações sociais que se faz pela reprodução de valores, de modos de vida e de práticas culturais e políticas (YAZBEK, 1999; SIMIONATTO, 1999).

De acordo com Mioto (2015), tal releitura possibilitou entender a intervenção profissional sob dois eixos. Um eixo é relacionado à interpretação das demandas colocadas aos assistentes sociais, a qual permite compreendê-las não mais como problemas individuais ou familiares, mas como expressões de necessidades humanas básicas não satisfeitas, decorrentes da desigualdade social própria da organização capitalista.

O outro eixo diz respeito ao redimensionamento da ação profissional quanto ao seu alcance e direcionalidade. Ou seja, ao compreender as situações vivenciadas pelos indivíduos e suas famílias como expressões da “questão social”, passa-se a sustentar que o enfrentamento delas, de fato, só se efetivará com a superação do modo de produção capitalista, com a transformação das bases de produção e reprodução das relações sociais. Nessa perspectiva, as ações profissionais devem ser pensadas na sua teleologia, incorporando-se o compromisso ético com a transformação social e ultrapassando-se, assim, os limites de sua eficiência operativa ou instrumental (GUERRA, 2000).

Ainda para Mioto (2015), o reconhecimento do terreno sócio-histórico sobre o qual se situa a profissão levou à adoção da categoria dos Direitos e da Cidadania como indicador central para o encaminhamento das ações dos assistentes sociais. Direitos devem ser entendidos como forma de concretização da cidadania por meio de políticas sociais pautadas no atendimento das necessidades humanas. Nessa postulação o Estado é considerado como a instância responsável pela garantia de direitos e pela oferta de atenção pública. No escopo dessa formulação, uma nova janela se abriu para o debate da família enquanto um dos sujeitos privilegiados de intervenção direta ou indireta dos assistentes sociais, considerando-se, por um lado, ser ela o lugar de materialização das expressões da questão social e, por outro, ser ela historicamente uma instância de provisão de bem-estar. Além disso, as ações profissionais para o enfrentamento das expressões da questão social no campo da política social se constroem para criar e articular “condições” de acesso concreto da população a melhores condições de vida. Ou seja, suas ações incidem diretamente no âmbito da proteção social.

Apesar de aberta tal janela e da publicação do livro *Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia*, de Lídia M. Silva, no início dos anos de 1980, a sua exploração só começou, de fato, na segunda metade dos anos de 1990 e muito mais nos anos 2000, quando a família foi recolada explicitamente no plano da política social brasileira — especialmente da assistência social. A inclusão da matricialidade sociofamiliar foi um tanto quanto polêmica, uma vez que revelava uma clara contradição com a Constituição de 1988, que além das inovações que trouxe para a concepção de família, assumia a seguridade social como dever do Estado e, portanto, rompia com o caráter familista que sempre marcou a proteção social brasileira.

Os motivos da ausência do debate sobre família no arco da teoria social crítica pelo Serviço Social, especialmente nas décadas de 1970, 1980 e também de 1990 pode ser atribuído à preocupação com a consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, à inserção da profissão como interlocutor no debate das Ciências Sociais sobre política social e também a um possível alinhamento ao caminho adotado pela esquerda, de negação da família burguesa como objeto de interesse intelectual, como apontou Canevacci (1987).

É nesse contexto contraditório — em que se conjuga sinais do redesenho da política social brasileira e a forte presença de um corpo de conhecimento de viés estrutural funcionalista de natureza interdisciplinar para orientar o trabalho com famílias — que se começa investir na construção de novos marcos para o trabalho com famílias na esteira do projeto ético-político. Desde então, estes novos marcos têm se estruturado sobre uma concepção de família que implica no reconhecimento de sua multiplicidade de formas e de suas transformações históricas e também do lugar que lhe é atribuído nos sistemas de proteção social. Dessa forma, interessa pelas suas relações com o Estado (esferas legislativa, executiva e judiciária) e com o mercado, bem como a sua incorporação pela política social. Tem ganho expressão nesse processo os estudos referentes à centralidade da família no campo da reprodução social na sociedade capitalista, tanto na sua face de reprodução cotidiana da força de trabalho, aspecto apontado intensamente pelas autoras feministas de viés marxista, como no campo da reprodução ideológica, que sempre permeou as análises da profissão no pós-reconceitualização.

Nas palavras de Mészáros (2002), trata-se de uma instituição que, ancorada na mediação de primeira ordem produtiva, constitui uma mediação de segunda ordem que “além do papel de reproduzir a espécie, participa de todas as relações reprodutivas do ‘macrocosmo’ social”. Trata-se do papel decisivo atribuído à família na internalização e transmissão do sistema de valores da ordem social dominante. Consequentemente, a personalidade, e a individualidade humana, no processo de subjetivação, são determinadas por essas condições ontológicas. O que significa dizer, que os desenvolvimentos das capacidades humanas redundarão, sob a égide da lei do valor, em relações coisificadas, estranhadas. “[...] o lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos pelo ter [...] (MARX, 2013). O que desmonta, de antemão, qualquer pretensão de idealizar essa instituição. Sua contradição se expressa exatamente no cenário conflituoso entre proteção e cuidado, e altos índices de violência e opressão, independente do arranjo familiar. Ao considerarmos o “momento predominante” dessa instituição na ordem burguesa é preciso apontar que há uma profunda contradição entre a nossa forma de organização da vida familiar e a possibilidade mais autêntica de desenvolvimento das nossas necessidades e potencialidades, inclusive no campo afetivo. Isso indica que essa forma de vivência não pode ser naturalizada como a única possível de organização familiar e por isso, a necessidade de superá-la sobre essas determinações. Pelo menos por dois motivos: 1) Pelo papel da família na reprodução da ordem burguesa, que tem como missão a transmissão e internalização dos valores dominantes pelos seus membros e para isso é necessário que a violência, a hierarquia e opressão (leia-se Machismo, Racismo e LGBTfobia etc.) sejam reproduzidas cotidianamente no seu interior; 2) Concretamente, ainda que as vivências entre os

sujeitos não reproduza somente a violência esperada de uma sociedade regida pela lei do valor, as famílias da classe trabalhadora, inseridas numa sociedade de classes, ordenada pela propriedade privada, não têm condições de garantir uma proteção aos seus.

Tal compreensão, tem contribuído para a construção de novos fundamentos para o trabalho com famílias em contraposição aos fundamentos postos pelo estrutural-funcionalismo. Situa-se a família no conjunto das relações sociais, desmistificando a clássica divisão entre esfera pública e privada, reafirmando o seu caráter histórico e as suas relações contraditórias. Busca-se desnaturalizar o trabalho desenvolvido na família e pela família, cuja naturalização permite os deslizamentos de responsabilidades, especialmente no campo do cuidado, dos serviços para as unidades familiares. Ademais, interpreta os processos familiares como expressões singulares arquitetadas nas famílias, que expressam as múltiplas relações que a condicionam e a definem. Nessa esteira, a dinâmica familiar não pode ser circunscrita ao âmbito das relações familiares, considerando os modelos de famílias pautados em funções e papéis. Com isso, abre-se uma ponte para o campo de debate sobre a direcionalidade do trabalho com famílias no campo da política social, postula-se ações orientadas pelas necessidades das famílias e não pelos problemas apresentados por elas – casos de família.

Esse deslocamento da lógica dos problemas – típica da perspectiva funcional-estruturalista – para a lógica das necessidades, permite pautar a perspectiva da defesa dos direitos sociais na sua universalidade, afastando-se criticamente das propostas de focalização e mercantilização. Também permite desconstruir a ideia de família dissociada da condição de classe e de outros eixos de desigualdades, como gênero e raça. Isso rebate frontalmente na proposição do trabalho com famílias que se propõe a realizá-lo centralizado na abordagem das famílias e nas suas singularidades. Ao contrário, destaca-se o conjunto de ações que necessitam ser desenvolvidas para além das famílias, como sujeitos singulares.

Assim, nos anos 2000 o debate vai se estruturando e vai se instalando tensões nas concepções de família e nas formas de pensar e propor o trabalho com elas, embora ainda se observe a hegemonia dos cânones do conservadorismo, ancorado nos fundamentos teórico-metodológicos do estrutural-funcionalismo e de suas derivações.

Pesquisas realizadas com profissionais (SANTOS, 2010; CARRARO, 2011; TEIXEIRA, 2013) nos serviços sócio-assistenciais da política de assistência social indicam a forte presença de concepções de famílias pautadas num modelo ideal ou de forte tendência da preservação dos papéis idealizados de pai e mãe, além de ausência de conexões entre as questões familiares e a estrutura social. Romano (2009) afirma que, dentre as respostas dos seus sujeitos de pesquisa, destacaram-se as que atribuem aos próprios usuários a resolução pelos problemas vivenciados. As análises de conjuntura

referentes ao contexto social mais amplo de inserção desse indivíduo e/ou família em determinada classe social, praticamente inexistem na fala dos profissionais.

Campos (2010), por meio de sua análise, demonstra que o trabalho social com famílias tem implicado a ausência de metodologias claras e uma “miscelânea” de correntes teóricas, além da falta de comunicação e articulação com a rede de serviços. Nessa mesma direção, Abrão (2012, p. 94), referindo-se às assistentes sociais, afirma que “ainda persiste o trabalho que reproduz e mantém os referenciais teóricos conservadores e uma prática imediatista”.

No âmbito da política de saúde, as pesquisas de Alves (2010), Barcelos (2011) e Caetano (2010) demonstram que os profissionais tendem a agir a partir de códigos culturais hegemônicos que atribuem e naturalizam o papel da família, especialmente, para incorporá-la ao processo de cuidado. A família, em princípio, é tomada como a grande responsável pelo cuidado de seus doentes, independentemente das condições socioeconômicas nas quais se encontra. Simão (2015), num estudo sobre o trabalho de cuidado à pessoa dependente vinculada ao Programa Melhor em Casa, por meio de entrevistas com famílias em suas residências, relata situações em que, apesar das precárias condições para cuidar, as famílias são enquadradas no Programa pelos profissionais dos serviços de saúde e responsabilizadas pelo cuidado, inclusive legalmente.

Cabe destacar que a persistência dessa perspectiva pautada numa cultura disciplinar se apresenta também nas próprias formulações das políticas sociais. Mioto (2015), ao analisar os documentos orientadores da política de assistência social, indica as contradições e as ambiguidades presentes nesses documentos, especialmente relacionadas à concepção de matricialidade sociofamiliar e aos procedimentos a serem adotados com as famílias. Afirma que esses documentos favorecem, no cotidiano dos serviços socioassistenciais, interpretações a partir de construtos já consolidados em práticas tradicionais da assistência social.

A nosso ver, os exemplos de pesquisas recentes, apontadas até aqui, demarcam a necessidade histórica de uma atuação junto à famílias que fortaleça a luta de ruptura com o conservadorismo. Acreditamos, conforme apontou Silva (1982, p.82), que ainda “sob a capa de uma aparente heterogeneidade, existe uma certa unidade na forma de conceber a família”, logo na forma de pensar metodologias de trabalho junto a famílias. Resumindo, na dialética entre passado e presente, continuamos assistindo no trabalho com famílias:

– a uma reatualização do conservadorismo, na responsabilização da família pelos cuidados, e, com isso, no reforço do papel da mulher pela “falha” nos cuidados, na proteção e na socialização, o que acaba reforçando papéis socialmente construídos. Trata-se

da busca pelo retorno dos papéis típicos da família nuclear patriarcal, constituída por pai, mãe, ambos heterossexuais, e seus filhos (CARDOSO; TEIXEIRA, 2014; MIOTO et al; 2015; JORGE, 2009);

– à psicologização da realidade das famílias, focalizando nas características psicológicas para resgatar e fortalecer os vínculos familiares, em detrimento do entendimento da realidade de negligência que essas famílias sofrem por parte do Estado (CARDOSO; TEIXEIRA, 2014; HORST; AZEVEDO, 2013; MIOTO et al., 2015; JORGE, 2009; SILVEIRA JÚNIOR, 2016);

Diante disso, fica muito clara a tendência atual de direcionar o trabalho com famílias na sua instrumentalidade funcional, reiterando o movimento hegemônico da sociedade, com base numa produção bibliográfica de cunho estrutural-funcionalista e também nas ambiguidades contidas na orientação das próprias políticas setoriais em relação à família, o que significa velhas práticas travestidas em novos discursos. Assim, a reiteração de um processo interventivo na lógica do disciplinamento, da responsabilização e da culpabilização das famílias flui como um *continuum* naturalizado e necessário, embalado pela ideia do protagonismo das famílias. Nesse contexto, a ausência ou a incipiência de resultados efetivos relacionados à intervenção profissional com famílias tem sido atribuída, ora como culpa do Estado, que não garante os direitos, ou da família, que, apesar de todas as informações sobre seus direitos, não é competente o suficiente para acessar o que lhe é de direito, ou ainda, para efetuar mobilizações para reivindicar tais direitos (MIOTO, 2017).

Nesse contexto, torna-se imprescindível o aprofundamento do diálogo sobre a família dentro da tradição marxista, compreendendo-a a partir da sua contraditoriedade e particularidade no capitalismo e apostando nessa contribuição para a construção de novos valores éticos, centrados efetivamente na liberdade e na justiça social – parâmetros que sustentam nosso código de ética e constitui nosso projeto profissional crítico – no trabalho cotidiano com as famílias. Ou seja, construir respostas concretas que vão para além das determinações da política social, das cartilhas e indicações governamentais.

A busca de práticas mediadas pelo projeto profissional não está apenas no domínio do pensamento. Trata-se de identificar na realidade e definir/priorizar/realizar estratégias e ações e atividades que se impõem e que são essenciais e indispensáveis, não só ao acesso às políticas sociais como direito do cidadão e dever do Estado, mas também aos processos de formação, mobilização e organização das massas trabalhadoras, tendo em vista sua participação no controle social dos serviços prestados e na imposição de limites ao capital [...] (VASCONCELOS, 2015, p.432).

Nosso entendimento compreende o trabalho com famílias como um *locus* privilegiado de reflexão e provocações, a partir da realidade concreta dos sujeitos atendidos por nós, que pode contribuir nos processos de desmistificação da sociabilidade do capital. Afinal, “o processo de construção e consolidação de práticas mediadas pelo projeto profissional exige, de partida, *análise concreta de situações concretas*” (VASCONCELOS, 2015, p. 448 – grifos originais).

4. Concluindo, desafios do caminho...

Apontamos, ao longo do texto, a relação contraditória entre política social no capitalismo dependente e a centralidade das famílias, bem como alguns traços que constituem o trabalho com famílias ao longo da história do Serviço Social brasileiro. O percurso traçado buscou explorar as contradições no sentido de “evidenciá-las e fazer delas potencialidades de luta e não encobri-las com pactos de sujeição” (BOSCHETTI, 2016, p.13).

O Projeto Ético Político exige, cada vez mais, assistentes sociais com uma formação continuada, crítica e direcionada pelo fim da exploração de classes. Nesse sentido, torna-se necessário aprofundar os estudos de cariz marxista e desenvolver investigações que demonstrem como se implicam os processos de regulação da vida familiar e os processos de articulação e delegação de responsabilidades às famílias, objetivando construir intervenções que possam se contrapor ou resistir à lógica dominante. Ou seja, é necessário tornar cada vez mais compreensível a articulação entre as diferentes esferas do Estado para a efetivação dos processos de responsabilização e culpabilização das famílias na qual os assistentes sociais estão implicados.

É no cotidiano profissional que esse desafio se coloca como emergente. A não compreensão das particularidades da política social no continente latino-americano implica um trabalho com famílias que desconsidera as particularidades desses sujeitos, correndo o risco de limitar as reflexões a melhorias imediatas, o que serve apenas para controlar a pobreza e legitimar o Estado capitalista. Nesse sentido, “o projeto neoconservador valendo-se de novas roupagens, fragmentará cada vez mais as análises e ações do profissional” (YAZBEK, 2016, p. 11). É preciso entender as demandas colocadas pelos usuários dos serviços sociais e suas famílias como expressões da luta de classes, buscando romper com uma visão “a-histórica do indivíduo abstraído, artificialmente, da produção material, das relações de classe, enfim, da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 82).

Ao pensarmos que a força de trabalho é superexplorada³ (MARINI, 2011), e, ao mesmo tempo que as famílias não acessam um sistema de pro-

³ “[...] a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo do seu valor real” (MARINI, 2011, p. 180).

teção social público e universal, elas são, consequentemente, sobre-cargadas com funções que não são capazes de arcar. Nem de longe trata-se de famílias que não se responsabilizam pelos seus membros; pelo contrário, as famílias da classe trabalhadora vêm sendo historicamente sobrecarregadas. Conforme apontam Paiva, Carraro e Rocha (2014, p.41), reconhecer a importância das famílias

[...] não é pretexto para sua supervalorização, ou entificação, ou seja, sua pseudoafirmação como sujeito, vez que efetivamente isso é uma impossibilidade. Tal percurso equívoco, além de encobrir as contradições do processo de pauperização, tem submetido as famílias, sujeitos de direitos da assistência social, a uma solitária e contraditória condição de protagonista social, cuja proteção de seus membros deve ser assegurada, sob auspícios dos serviços socioassistenciais. Mas não só proteção, sobretudo, cabe a esse fantasmático ente a tarefa de sair da pobreza.

Retomando o sentido da epígrafe que abre o presente texto, nossa intenção é destacar a necessidade de construir e caminhar junto com as famílias da classe trabalhadora. Ou seja, defender um exercício profissional com famílias que não se resume em responsabilização e/ou no apassivamento delas, mas, ao contrário, que construa junto às famílias outras perspectivas e apostas.

Referências

ABRÃO, K. C. *O trabalho dos assistentes sociais com famílias no contexto da Política Nacional de Assistência Social em Goiânia*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiania: PUCGO. 2012, 143 f.

ALVES, F. L. *Trajetórias de acesso da população aos serviços do SUS: um estudo sobre a cirurgia bariátrica*. 2010. 165 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis.

BARCELOS, M. S. *A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2011.

BATTHYÁNY, D. K. Las políticas y el cuidado em America Latina: una mirada a las expectativas regionales. Santiago: CEPAL - *Série Assuntos de Gênero*, n. 124, 2015.

BOSCHETTI, I. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. *Argumentum*, v.8, n.2, 2016.

CAETANO, P. S. *Família e Política Social: um estudo sobre o acompanhante nos serviços de saúde de alta complexidade*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

CAMPOS, L. G. *O trabalho com famílias na proteção social especial de média complexidade no município de Londrina/PR*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Política Social. UEL. Londrina, 2010, 132 f.

CAMPOS, M. S. O Casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R. C. T; CAMPOS, M. S; CARLOTO, C. M. (orgs.) *Familismo, Direitos e Cidadania*. Contradições da política social. São Paulo, Cortez, 2015.

CANEVACCI, M. *Dialética da Família: Gênese de uma instituição repressiva*. São Paulo: Editora Brasiliense. 5 ed. 1987.

CARDOSO, J. N; TEIXEIRA, S. M. Política de assistência social e o trabalho social com família: autonomia ou maternagem? *Serviço Social em Revista*, Londrina, v.17, n.1, p.66-87, jul/dez. 2014.

CARRARO, G. *As pesquisas avaliativas de políticas sociais públicas: um estudo sobre a metodologia do trabalho com famílias no SUAS*. Dissertação (MESTRADO). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2011, 226f.

COSTA, A. P. M; GOLDANI, J. M. A influência do Contexto Familiar nas decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente? *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v.14, n.1, p. 87-103, jan/jun, 2015.

GOLDANI, A. M. Reinventar políticas para as famílias reinventadas: entre la “realidad” brasileña y la utopia. *Lineamientos de acción y propuestas de políticas hacia las familias*. Serie Seminarios y Conferencias, Chile, n. 46, CEPAL, p.319-345, 2005. Disponível em: <http://www.pasa.cl/wp-content/uploads/2011/08/Reinverntar_politicas_para_familias_reinventadas_Goldani_Ana_Maria.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2014.

GUERRA, Y. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. *Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Política Social*, módulo 4. Brasília: UnB. 2000.

HORST, C. H. M; AZEVEDO, A. S. M. *Família, afinal o que é?* Um estudo dos trabalhos do serviço social no ENPESS. Monografia, Departamento Serviço Social, UFES. 2013.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. In: *Revista Temporalis*. Ano. 2, n.3. Brasília: ABEPSS, 2001.

_____. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*. Ensaios Críticos. 12. Ed. São Paulo. Cortez, 2013.

_____. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 41 ed. São Paulo, Cortez, 2014.

JORGE, C. F. *A construção teórica das relações entre família e serviço social brasileiro no contexto dos diferentes projetos societários*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social. PUC-SP, 2009.

MARINI, R. M. *Ruy Mauro Marini — Vida e obra*. TRASPADINI, R; STEDILE, J. P. (orgs.) 2.ed. São Paulo. Expressão Popular. 2011.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. In: *Argumentum*, Vitória (ES), v.7, n. 2, p. 7-21, jul./dez. 2015.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. Rumo a uma teoria da transição. Boitempo. 2002.

MIOTO, R. C. Serviço Social e Intervenção Profissional com Famílias: o debate brasileiro em pauta. In CARVALHO, M. I. (ORG) *Família e Serviço Social*. Lisboa: Pactor. 2015.

_____. *Família e Proteção Social: Intervenções profissionais contemporâneas?* (No prelo). 2017.

MIOTO, R. C. et. al. (orgs.) *Familismo, Direitos e Cidadania*. Contradições da política social. São Paulo, Cortez, 2015.

MOTA, A. E. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 3, p. 30-36, set./dez. 2017.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In KALOSTIAN, S. M. (ORG) *Família Brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994.

PAIVA, B. A; OURIQUES, N. O. Uma perspectiva latinoamericana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? *Katálisis* v. 9 n. 2 jul./dez. 2006.

_____. (org.) *Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, políticas públicas e superexploração*. São Paulo, Veras Editora, 2014.

PAIVA, B. A; ROCHA, M; CARRARO, D. Política social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *Ser Social*, Brasília, v.12, n.26, p. 147-175, jan/jun, 2010.

RICHMOND, M. E. Caso social individual. Buenos Aires: Humanitas, 1977.

RODRIGUES, M. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 21, nº2, p. 51-68, Jan-Jul, 2012.

ROMANO, A. P. H. *Entre socialização da informação e a organização coletiva: a dimensão socioeducativa na atuação com grupos nos CRAS em São José do Rio Preto/SP*. Dissertação (Mestrado). Franca: UNESP, 2009, 238f.

SANTOS, R. *O desafio do trabalho com famílias na política de assistência social no Vale do Paraíba*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. PUCSP- São Paulo 2010, 127p.

SILVA, L. M. M. R. *Serviço Social e Família: a legitimação de uma ideologia*. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 1982.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. *A assistência social e as ideologias do social-liberalismo: tendências político-pedagógicas para a formação dos trabalhadores do SUAS*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

SIMÃO, V. M. *O trabalho de cuidado social*. Relatório Final de Pós-Doutorado: UCPEL/CAPE. 2015.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. *Cadernos de Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais*, módulo 01. Brasília: UnB. 1999.

TEIXEIRA, S. M. *A Família na política de Assistência Social: concepções e as tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI*. Teresina: EDUFPI, 2013. 218 p.

VASCONCELOS, A. M. *A/O Assistente Social na Luta de Classes – Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas*. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. *Cadernos Capacitação em Serviço Social e política social, módulo*. 04. Brasília: UNB. 1999.

_____. O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social. *Argumentum*, Vitória (ES), v.8, n.1, p. 6-13, jan./abr. 2016.

DOI: 10.12957/rep.2017.32749

Recebido em 29 de agosto de 2017.

Aprovado para publicação em 04 de fevereiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

“Entre o assistir e o cuidar”: tendências teóricas no Serviço Social brasileiro

“Between assisting and caring”: theoretical tendencies in
Brazilian Social Work

Rachel Gouveia Passos*

Resumo – O presente artigo é fruto das reflexões que compõem a pesquisa de pós-doutoramento. Tem-se como objetivo contribuir para a compreensão da diferença entre assistência e cuidado a partir de uma análise marxista. Na atualidade, essas categorias encontram-se esvaziadas de sentidos teóricos, principalmente nas políticas de saúde e assistência social, uma vez que o irracionalismo contribui para esse esvaziamento. Nesse caminho, o artigo divide-se em três partes: no primeiro momento, abordaremos o conceito de assistência a partir de autoras que já tratavam sobre o assunto no Serviço Social desde os anos 1980. No segundo momento, desenvolveremos a concepção de cuidado que parte do marxismo, além de dissertarmos sobre o cuidado social e o *care* social. Por fim, serão apresentadas as principais concepções de cuidado que perpassam o Serviço Social brasileiro.

Palavras-chave: assistência; cuidado; Serviço Social.

Abstract – This article is the result of the reflections composing a post-doctoral research. The objective is to contribute for an understanding of the difference between assistance and care based on a Marxist analysis. At present, these categories are in general emptied of theoretical meanings, mainly in the policies of health and social assistance, since irrationalism contributes to this emptying. In this way, the article is divided in three parts: first, we will approach the concept of assistance from authors who have already dealt with the subject of social work since the 1980s. Second, we develop the concept of care according to Marxism, in addition to lecturing on different definitions of “social care.” Finally, the main meanings of care that permeate Brazilian social work will be presented.

Keywords: assistance; care; social work.

* Assistente Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Pós-doutoranda em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista CNPQ – Processo 150076/2017-7. *Correspondência:* Rua Senador Nabuco 23, apt. 903, Vila Isabel/ Rio de Janeiro – Brasil. CEP: 20551-230. *E-mail:* <rachel.gouveia@gmail.com>.

Introdução

Em tempos de individualização e subjetivismo, é necessário trazer-mos à tona algumas questões que envolvem não só o cotidiano do trabalho profissional do assistente social, como também temas que são incorporados pela categoria sem a menor apropriação teórica e filosófica de seus fundamentos. Netto (2011) já assinalava sobre a composição sincrética¹ da nossa profissão, composição que está relacionada não somente em seu surgimento, mas que até hoje ainda permeia o trabalho profissional.

Na tese de doutoramento defendida em 2016 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, apresentamos ao Serviço Social elementos que descortinam a categoria cuidado a partir da teoria marxista. É preciso assinalar que, no atual cenário, a categoria cuidado vem sendo apropriada pela profissão com forte influência do irracionalismo, principalmente no que diz respeito à política de saúde, conforme nos mostram Castro (2015) e Guimarães (2016) em suas pesquisas.

Já na política de assistência social também temos identificado a crescente apropriação da categoria cuidado, só que de forma muito mais esvaziada de qualquer fundamento teórico. Esse esvaziamento está vinculado à centralidade da família nessa política. É preciso destacar que a família vem sendo pensada pelo Estado a partir do parâmetro da divisão sexual do trabalho, apresentando uma enorme cisão entre a esfera produtiva e a reprodutiva, e centrada em atribuições e atividades vinculadas à essencialização e à generificação dos sexos masculino e feminino. Logo, as responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado acabam sendo transferidas para as famílias, principalmente no que diz respeito à superação das sequelas da questão social (SILVA; TAVARES, 2015).

Nesse sentido, nosso objetivo, aqui, é contribuir para que possamos compreender, a partir de uma análise marxista, a diferença entre assistência e cuidado. Portanto, o presente artigo divide-se em três partes: no primeiro momento, iremos abordar o conceito de assistência a partir de autoras que já tratam sobre o assunto na profissão desde os anos 1980. Já no segundo momento, dissertaremos acerca da concepção de cuidado que parte do marxismo. Além disso, também trataremos sobre o cuidado social (MIOTO, 2000) e o *care* social (ZOLA, 2016). No terceiro momento, serão apresentadas as principais concepções de cuidado que permeiam o Serviço Social brasileiro.

¹ "O sincretismo nos parece ser o fio condutor da afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação. Expressa-se em todas as manifestações da prática profissional e revela-se em todas as intervenções do agente profissional como tal. O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social". (NETTO, 2001, p. 92).

Afinal, o que é assistência?

Para recuperarmos elementos teóricos que definem e conceituam a assistência, nada melhor do que retomar o debate que ocorreu na profissão nos anos 1980. Elementos que já foram debatidos e superados pela nossa vanguarda intelectual, hoje podemos dizer e localizar como um dos dilemas mais atuais em uma conjuntura que esvazia de sentidos políticos, teóricos e filosóficos temáticas que deveriam estar maduras em nossa formação profissional.

A confusão entre assistência e cuidado está vinculada não só ao avanço do irracionalismo pós-moderno, mas também à introjeção dos objetivos institucionais ressignificados como objetivos profissionais, promovendo a incorporação de teorias e filosofias que não coadunam com os princípios defendidos pelo projeto ético-político da profissão (AMARAL; TRINDADE; LINS, 2016).

Conforme assinalam Sposati et al. (2014, p. 42), a assistência “tem se constituído o instrumental privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais”. Para que isso ocorra, o Estado “institui e cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes e desamparados”.

Destacamos que a assistência está vinculada à relação capital-trabalho e à participação da classe trabalhadora na luta de classes, cenário esse que fez emergirem as novas configurações da questão social no capitalismo monopolista. É a contradição entre trabalhadores e burguesia que vai exigir outras formas de intervenção, além da caridade e repressão (BRAVO, 2013). Conforme assinalam Iamamoto e Carvalho (2001, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação de poder de classe sobre o conjunto da sociedade.

De acordo com Sposati et al. (2014) e Bravo (2013), a assistência é uma prática demasiadamente antiga na humanidade. Além disso, não está limitada à civilização judaico-cristã e nem às sociedades capitalistas.

Entretanto, aqui temos como objetivo tratar sobre o processo de institucionalização da assistência como resposta estatal à pressão política exercida pela classe trabalhadora no capitalismo monopolista, uma vez que foi através dela que houve a necessidade do surgimento do Serviço Social como um dos mecanismos institucionais para executar as políticas sociais.

Ao longo da história, grupos filantrópicos e religiosos foram conformando práticas de ajuda aos doentes, aos incapazes. Com a civilização judaico-cristã, a ajuda toma a expressão de caridade e benemerência. Na Idade Média, abrem-se as instituições de caridade pelas companhias religiosas e associações leigas. Estas formas de ajuda, com o decorrer do tempo, foram se constituindo em práticas mais sofisticadas de dominação, podendo-se citar como exemplo a 'Pow Law' na Inglaterra e os asilamentos franceses.[...] Mas as formas de ação com relação à 'questão social' e, especificamente, à assistência se modificam com a expansão capitalista e têm duas faces indissociáveis: a situação objetiva da classe trabalhadora; mudança no modo de produzir, capacidade de organização e luta dos trabalhadores; e as diferentes interpretações e ações sobre a classe trabalhadora, propostas pelas diversas frações dominantes apoiadas no e pelo poder do Estado. (BRAVO, 2013, p. 23).

Para Yazbek (2009, p. 60), a assistência apresenta duas facetas: quer seja como um dos setores da política social brasileira, quer seja como mecanismo compensatório que permeia o conjunto das políticas sociais públicas. A autora ainda assinala que a assistência social foi constituída como uma das ações estatais direcionadas para os mais necessitados, tendo um sentido aparentemente compensatório de sua exclusão. Já o assistencial ou assistência é identificada como sendo "um campo concreto de acesso a bens e serviços, enquanto oferece uma face menos perversa do capitalismo" (YAZBEK, 2009, p. 64). Nesse sentido, a assistência acaba cumprindo uma função ideológica de possibilitar o consenso entre as classes, neutralizando as tensões e conflitos existentes.

A distinção entre assistência e política de assistência social é fundamental para compreendermos também os sentidos do cuidado que são apropriados hoje por essa política. Além disso, não podemos deixar de assinalar que, "no conjunto das ações do Estado no campo social, [...], é o assistencial que estabelece os parâmetros meritocráticos para o acesso a 'benefícios' e recursos concedidos" (YAZBEK, 2009, p. 67). Ou seja, o sentido da assistência é que vai direcionar as ações estatais, dependendo, inclusive, da pressão ou não da classe trabalhadora. Portanto, a direção política, teórica e filosófica precisa ser disputada pela classe trabalhadora, uma vez que o assistencial pode sofrer em seu sentido um esvaziamento e reproduzir os sentidos da ajuda, do assistencialismo e da caridade.

Já em Sposati et al. (2014), as autoras vão assinalar que a apreensão de que o assistencial é um mecanismo do Estado, diz respeito à noção assenhorada pela classe dominante, sendo que a população não se apropria do

mesmo sentido de quem está no poder. Logo, "o assistencial é a ótica do Estado. O direito e a extensão da cidadania, em contrapartida, são as garantias buscadas pela população" (SPOSATI et al., 2014, p. 53).

É esta contradição que permite o avanço das lutas sociais. O que ocorre é o esvaziamento do sentido do assistencial, já que a luta pela cidadania e pelos direitos sociais vai reivindicar a mudança do sentido desse espaço. O Estado, pela via assistencial, está "tentando" assegurar o mínimo de condições de sobrevivência para aqueles trabalhadores que estão localizados na extrema desigualdade e, desta forma, estabelecer a perpetuação da dominação burguesa.

Para finalizar essa primeira parte, destaco que as ações assistenciais viabilizadas pelo Estado burguês como resposta às expressões da questão social têm sido cada vez mais esvaziadas das necessidades sociais e ontológicas dos sujeitos. No cenário contemporâneo, fica muito evidente o processo de individualização e subjetivação das necessidades, já que a essência das coisas é banalizada e o efêmero e o imediato ocupam o seu lugar, de forma que o real é cada vez mais fetichizado.

Cuidado, cuidado social e *care* social

Partimos do entendimento de que o *cuidado é uma necessidade ontológica do ser social*. A sua "satisfação" ocorre enquanto resultado da coexistência entre trabalho e relações sociais, o que nos possibilita apontar as seguintes questões: 1^o – enquanto procriação, existe a necessidade de se pensar a sobrevivência dos indivíduos que não podem executar o trabalho para satisfazer as suas necessidades ontológicas primárias, logo, precisam que um outro trabalhe para satisfazê-los; 2^o – enquanto relação social, será determinado como, por quem, onde e de que forma o cuidado deve ser executado. Nesse caminho, entende-se o cuidado a partir da "conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens" (MARX; ENGELS, 2007, p. 34).

Existem indivíduos que não podem suprir as suas necessidades ontológicas primárias, o que os torna "dependentes" de um outro para supri-las, ou seja, esse outro precisa trabalhar por/para eles². *O cuidado é a resposta dessa "dependência", uma vez que ele é ao mesmo tempo a necessidade do sujeito para existir e a ação para que sejam supridas as demais necessidades ontológicas*. Para assegurar a reprodução da espécie humana, é necessário que alguns trabalhem para garantir a existência de outros. No trabalho doméstico e de cuidados, executados pelas mulheres na esfera da reprodu-

² Aqui, podemos esclarecer que os sujeitos que demandam cuidado não só por um determinado período (enquanto fase natural), mas, em alguns casos, ao longo de toda a vida, são: pessoas com deficiência, pessoas com sofrimento psíquico grave e institucionalizadas a longo período, acamados, doentes crônicos, degenerativos etc.

ção, isso fica mais fácil de ser identificado³. O cuidado, que é uma necessidade ontológica do ser social, acabou assumindo o sentido de atribuição feminina, tornando-se parte dos comportamentos que devem ser ensinados e reproduzidos pelas mulheres, reduzindo completamente a sua essência.

Destaco, ainda, que a constituição da família foi fundamental para a organização desse trabalho, estabelecendo-o enquanto atribuição social a um de seus membros, bem como suas formas de execução. É nesse espaço que se torna possível reproduzir modos de vida social. Ademais, foi no contexto da sociedade capitalista que a família nuclear se estabeleceu e se perpetuou, sendo-lhe atribuído um papel extremamente importante na reprodução dos valores criados. Essa forma de organização societária tem como fundamento a existência das desigualdades de classes distintas e antagônicas, ocasionando uma não satisfação das necessidades de todos os indivíduos. Além disso, sustenta-se pelo caráter individualista da apropriação privada dos meios de produção e da mercantilização dos produtos e da força de trabalho.

Nas configurações atuais, o cuidado vem sendo identificado enquanto trabalho – executado majoritariamente pelas mulheres – na medida em que tem sofrido a sua valorização, não só em relação ao uso, como também à troca. No cenário internacional, esse fenômeno vem sendo estudado, principalmente, pelas pesquisadoras francesas (Helena Hirata e Daniele Kergoat) e pelas espanholas (Cristina Carrasco). Carrasco (apud HIRATA, 2010, p. 4) denomina esse fenômeno de “internacionalização do trabalho reprodutivo”. *Cabe assinalar que, a partir do momento em que o cuidado é tratado e conceituado como trabalho, ele passa a ser reportado como care⁴ ou trabalho de care/cuidado⁵.*

Na Sociologia do Trabalho, os estudos direcionados ao trabalho do *care* estão tendo um enorme crescimento⁶. Tais estudos direcionam-se para problematizar o reconhecimento das ditas qualidades femininas (a competência relacional, o provimento do cuidado) enquanto qualidades profissionais. Ou seja, as atividades realizadas pelas mulheres, que estão atreladas a essas qualidades, devem ser reconhecidas enquanto trabalho no cenário contemporâneo. É importante frisar que tem sido através do setor de serviços que esse tipo de trabalho vem sendo convocado e mercantilizado.

Em relação ao cuidado social, é em Mioto (2000) que localizamos o debate no Serviço Social, que considera o cuidado como proteção social. A autora compreende que as famílias não são apenas espaços de cuidados,

³ Para maior aprofundamento sobre a temática, buscar: Passos (2016).

⁴ A categoria *care* é utilizada a partir do momento em que se localiza o trabalho do cuidado na perspectiva feminista, problematizando-o no contexto contemporâneo como mercadoria. Além disso, identificamo-lo enquanto atividade majoritariamente feminina, vinculado à determinada “essência feminina”, sustentada pela divisão sexual do trabalho e afirmada pela precarização.

⁵ Para maior aprofundamento acerca da temática, buscar: Passos (2016).

⁶ Apesar da vasta literatura, indicamos duas leituras que consideramos importantes: Hirata e Guimarães (2012) e Abreu, Hirata e Lombardi (2016).

mas também espaços a serem cuidados⁷. Essa concepção problematiza que as famílias dos segmentos sociais mais vulneráveis possuem inúmeras dificuldades para viabilizar os "cuidados" aos seus membros, sendo necessária a presença mais ativa do Estado através das políticas sociais e dos serviços destinados às famílias.

Já Zola (2016, p. 247) vai dizer que o reconhecimento do "*care social*", ou seja, do cuidado como trabalho viabilizado pelo poder público, é uma forma de assegurar a proteção social, seja através da "modalidade de repasse financeiro, contratação de cuidador domiciliar ou de trabalhador para o desempenho de cuidados". Para a autora, o "*care social*" é um direito de cidadania e deve ser garantido pelas políticas sociais, em especial, pela política de assistência social. Zola (2016, p. 214) ainda vai apontar que o "cuidar está relacionado a demandas societárias e a práticas pertinentes e de responsabilidade das políticas públicas, como cuidar da saúde, educação, de serviços ligados à proteção e ao bem-estar social".

Guimarães (2008) vai tratar sobre o cuidado como sendo uma questão de justiça social e um princípio ético que deve reger a vida em sociedade. Em seu estudo, a autora direciona a sua análise para as pessoas com deficiência, afirmando que aqueles que necessitam de "cuidados" devem tê-los garantidos como proteção e assistência através do Estado, principalmente no que se refere às famílias pobres e vulneráveis. Para Débora Diniz (apud GUIMARÃES, 2008), a interdependência é uma condição indispensável à vida social, inclusive para aqueles que não são deficientes, o que nos coloca numa relação de "dependência" em rede.

Em síntese: compreendemos o *cuidado* como sendo uma das necessidades ontológicas do ser social; que o *cuidado feminino* está relacionado à essencialização e à naturalização do cuidado como parte das características consideradas femininas; que o *trabalho de care* é o trabalho realizado, majoritariamente, por mulheres e vem sendo mercantilizado no cenário contemporâneo; e que o *care social* diz respeito à viabilização do trabalho do cuidado por meio da assistência prestada pelo Estado, ou seja, é reponsabilidade estatal garantir o trabalho de *care* como direito social.

Por fim, é necessário deixar claro que, no cenário atual, a noção de cuidado e de *care* encontra-se em disputa, seja no âmbito acadêmico, seja no político, social e ideológico, uma vez que as políticas de saúde e assistência social estão absorvendo tal categoria em suas diretrizes. A apropriação do sentido do cuidado nessas políticas está sendo esvaziada no que se refere ao referencial utilizado, permanecendo meramente como atribuição feminina ou intervenção médica. É nesse processo de incorporação de determinadas noções do cuidado por parte das políticas públicas que o Serviço

⁷ Apesar de abordarmos a concepção apresentada por Mioto (2000), não concordamos com a terminologia cuidado social por centrar-se nas necessidades da reprodução das famílias, o que acaba não explorando e desvendando a essência do cuidado, e não o reconhecendo como necessidade ontológica.

Social brasileiro acaba tomando para si, sem qualquer debate teórico, as inúmeras concepções existentes, o que leva a um esvaziamento teórico da assistência e do cuidado. Além disso, reproduz perspectivas teóricas e filosóficas que não coadunam com a teoria marxista e nem com o projeto ético-político, como é o caso do irracionalismo⁸.

Nos últimos anos a noção de cuidado tem aparecido com frequência nos escritos profissionais para designar um conjunto de novas práticas assistenciais, bem como avaliar o alcance de políticas públicas no contexto neoliberal brasileiro. Observa-se, nesse sentido a necessidade de aprofundamento do conteúdo que expressa um conjunto diverso de práticas e sentidos, além de demarcar carreiras profissionais e sociabilidades de todo tipo. (ALMEIDA, 2014, p. 180).

Concepções de cuidado e o Serviço Social

No processo de elaboração e construção da pesquisa de pós-doutoramento, temos identificado a utilização da categoria cuidado de muitas maneiras, com diferentes significados e pautada a partir de inúmeros referenciais teóricos. Podemos afirmar que localizamos, na literatura produzida no Serviço Social brasileiro, pelo menos três subcategorias de cuidado que gostaríamos de apresentar de forma bem sintética.

Inicialmente, destacamos o cuidado como direito social ou proteção social, que deve ser viabilizado através da assistência prestada pelo Estado. Assinalamos que Zola (2014, 2016) vem apresentando à categoria profissional esse debate, afirmando que, “na sociedade capitalista, a combinação e a dinâmica existente entre família, mercado e Estado sustentam a proteção social e os cuidados dos indivíduos” (ZOLA, 2014, p. 2). Para a autora, que parte dos cuidados familiares, com as transformações da composição, dos papéis sociais e dos relacionamentos dos membros das famílias, houve inúmeras mudanças, levando à necessidade de os cuidados tornarem-se um direito social, ou seja, ao fato de que devem girar em torno das articulações entre as políticas sociais, o mercado e as famílias.

Zola (2016, p. 247) destaca que é preciso o reconhecimento do cuidado como trabalho no cenário contemporâneo, já que a modalidade de *care social* “pode ser uma forma de assegurar a proteção social, necessária a todas as sociedades”. Guimarães (2008), ao tratar sobre deficiência e cuidado, também afirma que é responsabilidade do Estado viabilizar, através de serviços, o atendimento e a assistência àqueles que se encontram em vulnerabilidade. A autora também trabalha com a noção de democratização do cuidado nas relações sociais. Na política de assistência social podemos

⁸ É imprescindível assinalar que Martin Heidegger é considerado o filósofo do cuidado, cuja temática é abordada em sua obra *Ser e tempo*. Entretanto, ele é considerado por Lukács um irracionalista.

destacar que já existem estratégias de serviços de alta complexidade que podem ser configurados como *care* social, tendo como exemplo o programa Família Acolhedora⁹.

A segunda subcategoria é identificada como sendo o *cuidado familiar* ou *cuidado feminino*, e podemos dizer que possui forte influência de intelectuais espanholas e latinas que estudam a temática. Moser e Dal Prá (2016, p. 383) compreendem que as “tarefas domésticas e os cuidados voltam-se, principalmente, àqueles familiares que se encontram em situação de dependência”. Para essas autoras, o cuidado é incorporado como responsabilidade da família, que deve prover o bem-estar dos indivíduos dependentes, o que recai enquanto atribuição e responsabilidade das mulheres. Já Carloto (2015, p. 194) vai dizer que “as políticas de cuidado [...] ocupam um lugar secundário e quando existem são concebidas como benefícios para as mulheres, o que resulta numa desvalorização simbólica e social”. Logo, para essa autora, o cuidado de terceiros não deve ser identificado como assistência às mulheres e, sim, como um direito de cidadania. Essa subcategoria está relacionada aos cuidados sociais direcionados às famílias vulneráveis, conforme já apontava Mioto (2000).

Segundo Costa (2002), para pensar o trabalho feminino é importante assinalar a delegação dos encargos e tarefas designados às mulheres na esfera reprodutiva, a fim de alcançar a esfera produtiva. No caso brasileiro, as mulheres que saem para trabalhar delegam a outras o cuidado. A autora denomina essas práticas sociais de maternidade transferida, ou seja, são maneiras de as mulheres assumirem e compartilharem as responsabilidades do trabalho de *care* com as outras. Essa relação da transferência de responsabilidade do *care* é demarcada pelas diferenças de classes, ou seja, as mulheres trabalhadoras sempre estiveram ocupando o espaço da rua – ainda que de forma invisibilizada e subalterna –, diferente da burguesia, que submeteu suas mulheres apenas à esfera reprodutiva. Entretanto, o trabalho de *care* sempre foi comum a todas.

A terceira subcategoria diz respeito ao *cuidado em saúde*, e é a que consideramos mais complexa, uma vez que se entende que algumas profissões no campo da saúde encontram-se vinculadas a um “cuidado profissional” ou cuidado técnico-científico, como é o caso da Enfermagem (SOUZA; MENDONÇA, 2017). É nessa subcategoria que identificamos diferentes influências teóricas e filosóficas, só que neste artigo apenas daremos destaque a três: 1) o *cuidado em Heidegger* explica a necessidade dos atos, das ações e das razões do cuidado enquanto atividade, em uma perspectiva existencialista fenomenológica; 2) o *cuidado-de-si em Foucault*, que se encontra enquanto uma necessidade individual, ou seja, como arte da existência, e que está vinculado ao cuidado consigo. Aqui, o sujeito olha para si e

⁹ Para maior aprofundamento, buscar: Figueiredo (2016).

proporciona o seu autocuidado; 3) *o cuidado como práxis social*, pautado em Marx e Lukács (SOUZA; MENDONÇA, 2017). Essa concepção difere-se daquela que expomos no item anterior.

Souza e Mendonça (2017) compreendem que o cuidar é ajudar outra pessoa a viver, sendo inerente ao ser humano; logo, é uma práxis ineliminável do ser social. Como eles lidam com a compreensão de que o trabalho é apenas a transformação da natureza e as demais atividades são consideradas práxis sociais, o cuidado acaba sendo localizado como prática consubstanciada na dinâmica das relações sociais. Destacamos que a perspectiva marxista-lukácsina ainda é muito tímida no debate do âmbito da saúde, porém, não é inexistente, conforme aponta Souza (2016).

Por fim, ao identificarmos e analisarmos as diferentes concepções teóricas e filosóficas sobre o cuidado e suas implicações na profissão, torna-se possível retomar um debate que não pode encontrar-se esquecido, uma vez que esse tema tem permeado o cotidiano profissional através das demandas postas pelas políticas públicas, pelas famílias e pelo mercado.

Algumas considerações

O presente artigo resulta da pesquisa de pós-doutoramento que possui o intuito de identificar as principais teorias e filosofias do cuidado que influenciam o Serviço Social brasileiro. No cenário internacional, o debate sobre se o Serviço Social é uma profissão direcionada para o cuidado já vem sendo realizado, conforme sinalizam Faleiros (2013), Marinho (2004), Amaro (2015) e Carvalho (2013). Isso nos mostra que o debate do cuidado ou *care* não é específico da realidade brasileira (PASSOS, 2016).

A forma como a categoria cuidado vem sendo apropriada nas políticas públicas, no cotidiano do trabalho profissional e na produção acadêmica, convoca-nos a questionar e problematizar quais os fundamentos teóricos e filosóficos estão sendo acionados para sustentar essa apropriação, que na maioria das vezes aparece esvaziada. Essa apropriação também ocorre no Serviço Social, levando à confusão entre assistência e cuidado. Hoje, tudo virou cuidado, embora na verdade não seja. A pergunta que deve ser feita ao utilizarmos essa categoria é a seguinte: quais os sentidos do cuidado?

Além disso, tivemos o intuito de retomar os fundamentos teóricos que tratam sobre a assistência. Recuperar a ideia de que a assistência ocorre como resultado da luta de classes nos mostra que os serviços sociais prestados pelo Estado podem e devem viabilizar o *care social* e garanti-lo como direito. Entretanto, a grande questão que temos identificado, e que é um dos grandes desafios para a superação da sociabilidade burguesa, diz respeito à dimensão relacional que compõe as interações humanas.

Vivemos em uma sociedade que nega a essência do cuidado, que menospreza as relações coletivas e que se assenta na individualidade, na

competitividade e nas desigualdades sociais. Portanto, para seguirmos na projeção da superação da sociedade capitalista é necessário aprofundar as análises que tratam sobre o cuidado e buscam a sua essência, ultrapassando o imediato. É o momento de entendermos que uma sociedade cuidadora só será possível com o fim da propriedade privada e das opressões/explorações de classe, gênero e raça/etnia.

Referências

ABREU, A. R. P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ALMEIDA, C. C. L. Saúde e cuidado: elementos para o trabalho com famílias. In: DUARTE, M. J. O. et al. *Política de saúde hoje: interfaces e desafios no trabalho de assistentes sociais*. São Paulo: Editora Papel Social, 2014.

AMARAL, M. V. B.; TRINDADE, R. L. P.; LINS, M. A. T. Fundamentos do trabalho do/a assistente social no contexto de reconfiguração das políticas sociais no Brasil. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Ribeirão Preto: Abepss, 2016.

AMARO, M. I. *Urgências e emergências do Serviço Social: fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2015.

BRAVO, M. I. S. *Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2013.

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa-Família, cuidados e o uso do tempo das mulheres. In: MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Org.). *Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social*. São Paulo: Cortez, 2015.

CASTRO, M. M. C. *Humanização em saúde: intencionalidade política e fundamentação teórica*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CARVALHO, M. I. Cuidados continuados integrados e Serviço Social. In: CARVALHO, M. I. de (Org.). *Serviço Social e Saúde*, Lisboa, Edições Pactor, 2ª edição, 2013.

COSTA, S. G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, ano 10, 2º semestre de 2002.

FALEIROS, V. P. Desafios do cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *Revista Katálisis*, v. 16, n. especial, 2013.

FIGUEIREDO, N. da S. *Família acolhedora: proteção integral, apoio e cuidado individualizado a crianças no Município de São Gonçalo*. In: II CONGRESSO DE ASSISTENTES SOCIAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Cress 7ª Região, 2016.

GUIMARÃES, R. Deficiência e cuidado: por quê abordar gênero nessa relação? *Revista Ser Social*, Brasília, v. 10, n. 22, jan./jun., 2008.

GUIMARÃES, E. M. S. *A abordagem familiar e comunitária na saúde da família: desvelando contradições e construindo mediações críticas*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, 2ª edição, 2010.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

MARINHO, M. Olhares femininos sobre a ética: Carol Gilligan e Nel Noddings. *Revista Intervenção Social*, n. 29, 2004.

MIOTO, R. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. *Cadernos Cead*, Brasília, UNB, módulo 4, 2000.

MOSER, L.; DAL PRÁ, K. R. Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. *Revista Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, ago./dez., 2016.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

PASSOS, R. G. *Trabalhadoras do care na saúde mental: contribuições marxianas para a profissionalização do cuidado feminino*. Tese (Doutorado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, E. L.; TAVARES, M. S. Desconstruindo armadilhas de gênero: reflexões sobre família e cuidado na política de assistência social. *Revista Feminismos*, v. 3, n. 2 e 3, maio/dez., 2015.

SPOSATI, A. O. et al. *Assistência na trajetória das políticas sociais: uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 2014.

SOUZA, D. O. A saúde na perspectiva da “ontologia do ser social”. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, maio/ago., 2016.

SOUZA, D. O.; MENDONÇA, H. P. F. Trabalho, ser social e cuidado em saúde: abordagem a partir de Marx e Lukács. *Revista Interface*, Botucatu, v. 21, n. 62, 2017.

YAZBEK, M. C. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2009.

ZOLA, M. B. *O cuidado como direito: determinações e práticas na perspectiva da proteção e reprodução social*. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL. Natal: Abepss, 2014.

_____. O trabalho de cuidado e o care social. In: TEIXEIRA, S. M. (Org.). *Política de assistência social e temas correlatos*. Campinas: Editora Papel Social, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2017.32725

Recebido em 13 de julho de 2017.

Aprovado para publicação em 27 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Negligencia y omisiones de la jerarquía católica sobre derechos sexuales y reproductivos

Negligência e omissões da hierarquia católica sobre direitos sexuais e reprodutivos

Negligence and omissions of the Catholic hierarchy on sexual and reproductive rights

Juan Guillermo Figueroa Perea*

Resumen – En este texto se busca explorar el tema de la relación entre algunos elementos normativos de la tradición religiosa católica y las condiciones de posibilidad para ejercer derechos de sexualidad y reproducción, desde una referencia explícita a las categorías de negligencia y omisión, en parte porque los derechos humanos pueden violentarse por ambas razones, pero a la vez porque los rituales católicos incluyen en su discurso la omisión como un elemento importante de las faltas que debe reconocer toda persona. Valdría la pena reflexionar si existen omisiones entre personas católicas alrededor del espacio de la sexualidad y del de la reproducción que puedan asociarse a su lectura de la normatividad institucional, pero a la vez la negligencia suele atribuirse a autoridades de instituciones que no cumplen con una responsabilidad que les corresponde. En ese tenor, un paso adicional consiste en problematizar si la jerarquía de la institución puede llegar a omitir o incluso manipular el discurso normativo de la tradición a la cual representan, ya sea por prejuicios o ignorancia, o bien por una búsqueda intencional de mantener un sistema y orden social en temas de sexualidad y reproducción, quizás por aprendizajes de género de sus integrantes, o bien por otro tipo de motivaciones e intereses – conscientes o no – que valdría la pena analizar y documentar. Se detallan elementos subyacentes a dichos derechos para luego contrastarlos con los valores que se justifican desde la tradición católica, como la libertad de conciencia y, en la contraparte, la interpretación que hacen los jerarcas de la institución y los documentos oficiales de la misma, como el derecho canónico. Estas interpretaciones no coinciden y la hipótesis de este texto es que existe la posibilidad de que se está manipulando el sentido del discurso original y, por ende, incurriendo en omisiones y negligencia, con lo cual desestructurarlo podría contribuir a un ejercicio más integral de los derechos tanto de las personas creyentes como de quienes son influidos socialmente por el poder que tiene dicha institución en las normatividades de diferentes instituciones sociales.

Palabras clave: negligencia, omisión, sexualidad, reproducción, tradición católica.

* Profesor investigador en El Colegio de México. *Correspondencia:* Camino al Ajusco, 20 - Pedregal de Santa Teresa - Ciudad de México – MEXICO. CP: 10740. Email: <jfigue@colmex.mx>.

Resumo – Este texto procura explorar a questão da relação entre alguns elementos normativos da tradição religiosa católica e as condições de possibilidade de exercer direitos de sexualidade e reprodução, a partir de uma referência explícita às categorias de negligência e omissão, em parte porque os direitos dos seres humanos podem ser violados por ambas as razões, mas, ao mesmo tempo, porque os rituais católicos incluem em sua omissão do discurso como um elemento importante das falhas que cada pessoa deve reconhecer. Vale a pena refletir sobre a existência de omissões entre os católicos em torno dos espaços da sexualidade e da reprodução que podem ser associados à leitura das normas institucionais, mas, ao mesmo tempo, a negligência é comumente atribuída às autoridades de instituições que não cumprem a responsabilidade que lhes corresponde. Nesse sentido, um passo adicional consiste em problematizar se a hierarquia da instituição pode chegar a omitir ou mesmo manipular o discurso normativo da tradição a que representa, seja por meio de preconceito ou ignorância, seja através de uma busca intencional para manter um sistema e ordem social em questões de sexualidade e reprodução, talvez devido à aprendizagem de gênero de seus membros, ou outras motivações e interesses – conscientes ou não – que valerão a pena analisar e documentar. Detalham-se os elementos subjacentes a esses direitos que, em seguida, são contrastados com os valores justificados pela tradição católica, como a liberdade de consciência e, na contrapartida, a interpretação feita pelos hierarcas da instituição e seus documentos oficiais, como direito canônico. Essas interpretações não coincidem e a hipótese deste texto é que existe a possibilidade de que o sentido original do discurso esteja sendo manipulado e, portanto, incorrendo em omissões e negligências, com as quais desintegrá-lo poderia contribuir para um exercício mais abrangente dos direitos tanto dos fiéis como daqueles que são socialmente influenciados pelo poder que a instituição possui nos regulamentos das diferentes instituições sociais.

Palavras-chave: negligência, omissão, sexualidade, reprodução, tradição católica.

Abstract – This text seeks to explore the issue of the relationship between some normative elements of the Catholic religious tradition and the conditions of possibility to exercise sexuality and reproduction rights, from an explicit reference to the categories of negligence and omission, in part because human rights can be violated for both reasons, but at the same time because Catholic rituals in their discourse give prominence to omission as part of the faults that every person must recognize. It would be worth reflecting on whether there are omissions among Catholic people around the space of sexuality and reproduction that can be associated with their reading of institutional norms, but at the same time negligence is usually attributed to authorities of institutions that do not fulfill a responsibility which corresponds to them. In this sense, an additional step consists in problematizing whether the hierarchy of the institution can even omit or manipulate the normative discourse of the tradition which they represent, either through prejudice or ignorance, or through intentional search to maintain a system and social order in issues of sexuality and reproduction. This could happen perhaps due to gender learning of its members, or other motivations and interests – conscious or not – that would be worth analyzing and documenting. It details elements underlying these rights and then contrasts them with the values that are justified from the Catholic tradition, such as freedom of conscience and, on the counterpart, the interpretation made by the hierarchs and the official documents of the institution, as canon law. These interpretations do not coincide and the hypothesis of this article is that there is a possibility that the sense of the original discourse is being manipulated and therefore incurring in omissions and negligence. The elimination of these elements could contribute to a more comprehensive exercise of the rights of both believers

and those who are socially influenced by the power this institution has in the regulations of different social institutions.

Keywords: neglect; omission; sexuality; reproduction; Catholic tradition.

Introducción

En este texto se busca sistematizar algunos de los componentes de los derechos en el ámbito de la sexualidad y la reproducción, para luego identificar si existe alguna relación posible con el planteamiento esperado de la jerarquía de una institución que se justifica a partir del discurso moral del fundador de la era cristiana. Esta reflexión explora el tema de la relación entre algunos elementos normativos de esta tradición religiosa y las condiciones de posibilidad para ejercer ambos tipos de derechos, pero desde una referencia explícita a las categorías de negligencia y omisión, en parte porque los derechos humanos pueden violentarse por ambas razones, pero a la vez porque los rituales católicos incluyen en su discurso la omisión como un elemento importante de las faltas que debe reconocer toda persona, antes de proceder a una ceremonia religiosa¹.

Valdría la pena reflexionar si existen omisiones entre personas católicas alrededor del espacio de la sexualidad y del de la reproducción que puedan asociarse a (su lectura de) la normatividad institucional, pero a la vez la negligencia suele atribuirse a autoridades de instituciones que no cumplen con una responsabilidad que les corresponde. En ese tenor, un paso adicional consiste en problematizar si la jerarquía de la institución puede llegar a omitir o incluso manipular el discurso normativo de la tradición a la cual representan, ya sea por prejuicios o ignorancia, o bien por una búsqueda intencional de mantener un sistema y orden social en temas de sexualidad y reproducción, quizás por aprendizajes de género de sus integrantes, o bien por otro tipo de motivaciones e intereses (conscientes o no) que valdrían la pena analizar y documentar. Hablo de “negligencia pastoral” para aludir al daño de una “mala práctica” como intérprete de una tradición religiosa, a la par de una ciudadanía religiosa que defiende los derechos de las personas creyentes y de quienes son influidos por las intervenciones sociales justificadas por dicha tradición. Vale la pena profundizar en este horizonte analítico y político.

El uso de las categorías “negligencia” y “omisión” en el texto requieren ser contextualizadas. La omisión es no hacer lo que se debería hacer o, bien, “puede definirse la omisión como aquel comportamiento pasivo con-

¹ El *Confiteor* o (por su traducción al español) “yo pecador” es una oración de confesión de pecados cometidos.

sistente en la no ejecución de una acción determinada que, sobre la base de alguna norma, se esperaba que el sujeto realizara”. (GIMBERNAT, 2003, p. 18).

Luis Ribó (1995) plantea que negligencia es la condición que debe cualificar los actos para que estos puedan estimarse culpables y por tanto, generadores de responsabilidad. En el Diccionario de Derecho (DE PINA; DE PINA VARA, 1997, p. 38), se establece que la “negligencia es el descuido o falta de atención en el cumplimiento de las obligaciones”. Palomar de Miguel (2000, p. 1044) establece que “negligencia es el descuido o la imprudencia injustificada”. Vale la pena preguntarse, si podría serle demandada a los jerarcas de la iglesia católica, omisión o negligencia en temas de derechos sexuales y reproductivos.

El entorno de los derechos sexuales y los derechos reproductivos

Es relevante explicitar qué incluyen los conceptos de sexualidad y de reproducción por una parte y cómo se modifican o se significan cada uno cuando se adjetivan desde la dimensión de los derechos. A la par también sería necesario reflexionar sobre lo que implica pensar ambas dimensiones de manera conjunta y problematizar a qué alude la separación de ambas experiencias en las construcciones de las identidades de las personas a partir de su diferenciación biológica, de sus edades, de sus estados conyugales, de sus orientaciones sexuales y de cualquier otra característica que pueda permear sus formas de vivir cada uno de estos entornos.

Con el fin de avanzar en ello, es interesante retomar las diferentes acepciones de la categoría de derechos, ya que, así como puede reconocerse la intención de servir como defensa y protección de individuos que pueden vivir situaciones de vulnerabilidad en momentos y contextos específicos, también se ha presentado como una reivindicación explícita ante situaciones de discriminación (LAFER, 1994; ÁVILA, 1999; CERVANTES, 2001; FIGUEROA, 2009, entre otros). Esto no contradice a la primera acepción, pero pareciera darle un papel diferente al titular del derecho: entre el ser protegido por otros o por algunas instituciones sociales, para pasar a visibilizar su capacidad de “agencia”, después de haber sido minimizado, ignorado o no reconocido.

Otra variante analítica es pensar los derechos como recurso de los individuos titulares de los mismos para elegir opciones en ámbitos específicos donde se reconocen dichos derechos, si bien esta acepción puede suponer que dichas opciones pre-existen al proceso de decisión del sujeto, por lo que dicha persona tendría que escoger entre escenarios contruidos por alguien más. En la contraparte, pueden interpretarse los derechos como un reconocimiento explícito a la capacidad moral de los sujetos para

construir nuevas opciones, si acaso las existentes no le satisfacen en los espacios en los que se reconocen derechos. Esto les da un papel más activo, pues les reconoce la capacidad de cuestionar las normas existentes e incluso la posibilidad de adoptar alguna, pero igual sin cerrarles la posibilidad de resistirse a las mismas o bien a tratar de transformarlas. La clave sería reconocer que los derechos no son recetas uniformes que orienten el comportamiento de los sujetos titulares de los mismos, sino al contrario, un reconocimiento constante a la capacidad de los individuos de ir moldeando su propia historia, sin ignorar que el ejercicio de sus derechos tiene consecuencias en otros actores sociales también titulares de dichos derechos.

Por ende, vale la pena hacer referencia a otra acepción de los derechos, centrada en prerrogativas de individuos, pero con la característica de ser “individuos sociales” y no desde una “posición individualista”, como si fueran sujetos aislados, que usan sus derechos como privilegios dependiendo de la posición social en la que se ubican. Es decir, se trata de garantías que tienen límites que van definiendo la convivencia cotidiana, pero que por ello pueden acarrear las jerarquías derivadas de la desigualdad social o bien la equidad producto de los avances democráticos de los ordenamientos logrados en grupos sociales y en poblaciones específicas.

Esto nos lleva a dos acepciones últimas, dentro de las que quisiera destacar, sin pretender que sea un recuento exhaustivo de los significados potencialmente atribuibles a los derechos. Estas aluden al derecho como una figura jurídica que le genera obligaciones a instituciones sociales respecto al entorno que viven los individuos de un espacio social, temporal e histórico determinado. Es decir, no basta con reconocerlos, sino que se asumen obligaciones y responsabilidades para monitorear las condiciones en los que pueden ejercerse. Ello nos lleva a una última interpretación, no excluyente de las anteriores, pero que sí enfatiza otros componentes y esta se refiere a pensar los derechos como un consenso de compromisos sociales que busca asegurar que las personas reconocidas como ciudadanos y ciudadanas logran acceder a las condiciones que les permiten poner en práctica dichos derechos.

Algo que ayudaría para un ejercicio analítico en dicha vertiente es identificar las formas en que los derechos pueden ser violentados o bien, no respetados, ya que tratando de contrarrestar dichas experiencias podría avanzarse en la inclusión cada vez mayor de los titulares de los mismos. De acuerdo a la literatura sobre el tema, se puede atentar contra los derechos por abuso, por negligencia, por discriminación o por omisión. De ser así valdría la pena intentar un ejercicio para evidenciar sujetos potencialmente vulnerables en sus derechos, así como actores e instancias sociales que llegan a participar en dichas exclusiones, omisiones o discriminaciones. Con ello puede identificarse el papel de una tradición religiosa, como la católica, en la prevención o bien en la legitimación de dichos abusos (PUELLO, 1998; CERVERA, 2005).

Las condiciones de posibilidad para los derechos desde una tradición religiosa

En el caso de *los derechos reproductivos*, estos abarcan algunos derechos reconocidos nacional e internacionalmente, como lo son el derecho a decidir el número y espaciamiento de hijos, el derecho a disponer de la información, la educación y los medios para ello y el derecho a adoptar decisiones sobre la reproducción sin sufrir discriminación, coerción ni violencia. Para ello se requieren asegurar ciertas condiciones de posibilidad que faciliten la autodeterminación reproductiva, para lo cual es necesario cuestionar exclusiones de género o bien de cualquier otra índole. Autores como Sánchez Vázquez (1982) proponen que los actos humanos son más libres en la medida en que los sujetos que los llevan a cabo tienen menos coacciones para realizarlos. Dichas coacciones tienen que ver con presiones externas y con demandas internas, asumidas desde los procesos de socialización, los estereotipos de género, los valores morales y desde la misma personalidad del sujeto. Para ello es necesario que las personas se asuman con cierta autoridad moral para hacerlo y que no vivan las consecuencias negativas de sus decisiones como factores que las obligan a decidir en una sola vertiente.

El término “derechos sexuales” alude al derecho de toda persona a ejercer libremente su sexualidad. Al igual que en el caso de los derechos reproductivos, al referirlos a la sexualidad se demanda el derecho a decidir respecto a la propia sexualidad, sin que la persona se vea expuesta a coerción, discriminación o violencia. Habría que asegurar las condiciones de posibilidad para ello a través de la información y de los medios para tomar las propias decisiones, pero en este caso, aún más que en el de la reproducción, pareciera necesario delimitar lo que significa el reconocimiento de la diversidad en la sexualidad, así como el respeto a la libertad desde la “otredad”. Es decir, ¿cómo pasar de la percepción de los otros como los extraños (o extranjeros) hacia el sí mismo como otro (RICOEUR, 2006) o bien a la construcción del “yotro” (FERNÁNDEZ 2007), a saber, el yo como el otro? La pregunta central es cómo relativizar nuestra lectura y práctica de la realidad sin asumir que es la única y, más aún, sin pretender que es la correcta. De no abordar esta reflexión, puede seguirse reproduciendo que las posiciones de quienes detentan el poder en una sociedad son las que tienen más posibilidades de constituirse y de legitimarse como las adecuadas. Ahora bien, podría argumentarse que desde cierta cosmovisión solamente hay una lectura de la realidad, como se ha argumentado en algunos momentos desde la jerarquía católica, pero a la vez se reconoce en la misma que un valor central subyacente a las prácticas morales es el de la libertad de conciencia (PAGLIERO, 2000; FIGUEROA, 2008). Hace falta, por ende, abundar sobre el significado de dicho valor, cuando pensamos en el dominio de la moral más que de la fe, en especial para identificar si una interpretación

equivoca, ya sea generada intencional o accidentalmente, podría poner en riesgo los derechos de las personas que la asumen o la viven.

Otro componente relevante en la reflexión sobre los derechos alude a su connotación como derechos negativos y a su contraparte, como derechos positivos (CERVANTES; CITERONI, 2008). Los primeros son la base mínima, según la cual es necesaria la tolerancia como recurso de no agresión, ni discriminación, mientras que los segundos son una aspiración máxima, que pretende el respeto desde el como reconocimiento del valor de la “otredad”; es decir, de la posibilidad de nombrarse-visibilizarse en la diferencia, sin que ello signifique una deficiencia o un retroceso moral.

En el caso de la sexualidad, se han evidenciado falta de acceso a ejercicio integral de la misma a partir de las especializaciones de género, de las orientaciones sexuales, por cuestiones generacionales (por ejemplo grupos de edad “extremos”, durante la niñez y adolescencia, así como en la vejez), por estado conyugal (en especial personas solteras o bien separadas de algún tipo de unión) e incluso por las representaciones que se han construido alrededor de las llamadas minusvalías, pero también asumiendo acríticamente “formas normales” de practicar la sexualidad.

En el ámbito de la reproducción, nuevamente son las mujeres como individuos y por grupos quienes más han sido identificadas como marginadas de los medios sociales y de la legitimidad para auto-determinarse en sus historias reproductivas, a la par que ha sido reconocida poco a poco la vulnerabilidad a la que están expuestas en estos espacios las personas no heterosexuales. A ello se añaden personas no fértiles, las que son solteras y quienes se han divorciado o que viven en uniones no formalizadas ante alguna institución. Es más reciente la referencia a los hombres como potenciales excluidos de decisiones en este tema, a partir de la “feminización de la reproducción” (FIGUEROA, 1998).

Diferentes valoraciones morales dentro de una misma tradición religiosa

En esta reflexión un paso siguiente a considerar consiste en problematizar qué le añade o le quita el construir normas sociales que influyen sobre los derechos en el ámbito de la sexualidad y de la reproducción, privilegiando ciertas lecturas religiosas de dichos procesos o incluso interpretaciones desde algunas tradiciones culturales o hasta disciplinarias que en algún momento pudieran estar legitimando o reproduciendo las discriminaciones o exclusiones anteriormente señaladas. Un paso más complejo consistiría en revisar si dichas lecturas o interpretaciones se imaginan como rígidas y únicas en el tiempo o bien si se recupera explícitamente sus cambios, ya sea por rectificación de errores o de enriquecimiento del saber asociado o bien porque se reconozcan actores y demandas sociales a ser consideradas en las normatividades de referencia.

Si suponemos un primer escenario sin cambios en el tiempo, pero además con normas de tipo directivo, podría encontrarse que se legitiman interpretaciones que discriminan en ámbitos de la sexualidad y la reproducción, que limitan libertades y capacidad de decisión, que legitiman privilegios y jerarquías sociales y en el fondo, que desigualan a los seres humanos en sus derechos básicos. Es decir, si la tradición disciplinaria, cultural o religiosa (sin ser excluyentes) asume una lectura determinada y además es la visión dominante (independientemente de cómo se haya establecido), deja fuera a quien no se identifique con la misma. Adicionalmente, el escenario puede ser más complejo si se asume que solamente hay una respuesta o bien una interpretación posible al definir una norma.

Otro elemento analítico a considerar es cuando se asume que las disciplinas o las tradiciones de referencia están dirigiendo conductas, a diferencia de cuando se reconoce que están orientando o sugiriendo elementos a considerar en las decisiones que finalmente toman las personas. Sánchez Vázquez (1982) y Lamas (1996) aluden a visiones deontológicas, las cuales además consideran de manera definitiva la diferencia entre lo que puede hacerse y lo que debe prohibirse, mientras que describen como tautológicas las posturas interpretativas de las normas que demandan matizar y conocer el contexto y las intenciones en los que se desarrollan los comportamientos humanos, incluso antes de contrastarlos con alguna normatividad. La primera opción nuevamente puede dejar de lado a más personas que la segunda; si bien la segunda suele ser descalificada por relativista, habría que problematizar si la primera no podría caer en un tipo de totalitarismo que minimiza la capacidad de decisión y construcción de la realidad de los seres humanos.

Ahora bien, si se asume un segundo escenario en constante revisión tanto de las normas como de la interpretación de las mismas, lo que está asociado a ello es que no se suponen respuestas únicas a temáticas específicas, lo que supone un acercamiento más auto-crítico; ello implica una búsqueda constante de conocimientos sistemáticos y matizados. Esto se puede acompañar de un mayor pluralismo cultural, lo que obliga a “saberse escuchar” dentro de la diferencia, pero a la par a matizar la propia interpretación de la realidad, en especial en temas donde emergen constantemente lecturas maniqueas o permeadas por pre-juicios a veces no tan explícitos. Es decir, no se está pensando en este término como un adjetivo que (des)califica sino aludiendo a los supuestos de nuestros juicios.

Cualquiera que sea la respuesta a la reflexión anterior, lo que implica este segundo escenario es una mayor transparencia de acuerdos políticos al definir normas que pretendan acompañar la organización social, en especial si van a repercutir en personas con diferentes cosmovisiones, tradiciones religiosas y orígenes culturales. Ello supone asumir colectivamente una corresponsabilidad en el ejercicio de los diferentes derechos reconocidos a todo ser humano y de paso asegurar la igualdad jurídica de los diferentes ciudadanos, con el fin de poder ejercer garantías como la

libertad de conciencia, de pensamiento, de creencias y de culto, así como la libertad de expresión y de asociación.

La práctica jurídica y el trabajo con derechos humanos ha reconocido como relevantes las categorías de negligencia y omisión, para aludir a las responsabilidades no cumplidas por agentes institucionales alrededor de las condiciones para que los derechos puedan ser ejercidos, pero también podríamos diversificar la noción de omisiones para hacer referencia a las responsabilidades de la “agencia como ciudadanos”, en términos de pedir cuentas a sus representantes y de apoderarse de sus derechos. En sintonía con este nivel de reflexión, proponemos reflexionar sobre “ciudadanía religiosa”, como metáfora del uso político del término ciudadanía, sin pretender que las autoridades civiles vigilen el hacer de los intérpretes de una tradición religiosa, pero que no se ignoren las consecuencias de su discurso en los creyentes del mismo y en otras personas que conviven con normas permeadas por dichas referencias normativas. Para ello hemos sugerido también el concepto de “negligencia pastoral”, aludiendo al ejercicio indebido de la autoridad para ser intérprete de una tradición religiosa en especial en temas de sexualidad y reproducción, si bien puede diversificarse su alcance.

Algunos elementos recientes sobre la posición de la iglesia católica

En este ejercicio reflexivo, vale la pena dar un paso más e incursionar en el análisis de algunas posiciones de la jerarquía católica alrededor de temas vinculados con derechos sexuales y reproductivos. Eso implica reconocer, para empezar, que se habla de la jerarquía y no explícitamente de la iglesia en general, pero además que la primera tampoco es homogénea, si para ello se consideran las afirmaciones o posicionamientos de personajes que son parte de la misma, así como algunos documentos y referencias normativas que usan como justificación de sus planteamientos.

Por ejemplo, una de las cartas pastorales que le dieron inicio al período del Ratzinger (Benedicto XVI) aludía a la necesidad de ser más cuidadosos con los criterios de selección de candidatos al sacerdocio, con el fin de evitar la incorporación de personas homosexuales, a menos de que éstas demostraran que estaban “curadas de dicha enfermedad”, lo que muestra una concepción y representación muy específica de dicha orientación sexual. A pesar de ello, el obispo John Shelby Spong ha manifestado públicamente estar “cansado de sentir vergüenza por parte de (una) [mi] iglesia” que odia a los homosexuales. Incluso declara que eso es parte de una tiranía psicológica y de una ineptitud vergonzosa, pues contradice el sentido de la religión al legitimar el odio, el cual reconoce como incompatible con el origen de la tradición que representan.

Vale la pena referirnos a un discurso pronunciado por el presidente del gobierno español en abril de 2005, con motivo de la modificación del

Código Civil Español con el fin de reconocer el derecho a contraer matrimonio a personas del mismo sexo. José Luis Rodríguez Zapatero señalaba “estamos construyendo un país más decente, porque no humilla a sus miembros”. Es decir, enfatiza la reparación de discriminaciones ancestrales y añade posteriormente que “una sociedad que ahorra sufrimiento inútil a sus miembros es una sociedad mejor”, ya que “hace retroceder el espacio de la humillación y la infelicidad”. Valdría la pena preguntarse cuál de ambos planteamientos es más incluyente, pero además cuál parece más afín a los valores subyacentes a la tradición católica.

John Shelby destaca que “la justicia aplazada es una justicia negada” y por ende señala que “la igualdad de la ciudadanía no es algo que deba ser sometido nunca a un referéndum”. Por ello no se limita a abogar por una iglesia donde “las personas homosexuales sean aceptadas como seres humanos iguales y completos, que tienen derecho legítimo a todos los derechos que tanto iglesia como sociedad ofrecen a cualquiera”, sino que la “iglesia no sólo debería pedir disculpas, sino hacer penitencia pública por la forma en que (ha) [hemos] tratado a... las mujeres, a los adeptos a otras religiones..., así como a los gays y a las lesbianas”.

¿Qué significa pedir disculpas, como sugiere el obispo Shelby y como de hecho lo hizo Juan Pablo II, al aludir por ejemplo a la segunda guerra mundial y al holocausto que tuvo lugar durante la misma? De acuerdo a la propia tradición católica y a los mandatos de sus procedimientos internos, una petición de disculpa supone un propósito de enmendar la falta cometida, en particular desde la lógica de no volver a repetirla. Sería interesante ligar esta reflexión a la noción de omisión incluida tanto en los discursos de derechos humanos como en uno de las principales oraciones de las ceremonias religiosas católicas. Es decir, pareciera que no evitar discriminaciones o bien ser indiferente ante las mismas (legitimándolas de alguna forma), podría ser motivo de abuso o violación a derechos humanos de personas concretas, en el caso de ser autoridad de instancias responsables de ello, pero a la vez, podría ser calificado como una falta (denominada “pecado”) desde la lógica católica que alude a la necesidad de solidarizarse con las personas discriminadas o marginadas. Ahora bien, ¿qué sucedería cuando la lógica normativa avalada por los intérpretes oficiales de la institución le transmite a sus seguidores que esto es válido? ¿Cometerían alguna violación tanto a los derechos humanos como a los principios de la propia tradición quienes así lo interpretan? ¿Sería mayor o un agravante su posición al ser personajes que tienen influencia sobre el actuar de otros que confían en que ellos saben transmitir la forma de leer las normas de la institución a la que pertenecen?

Es muy frecuente que cuando se investiga y documenta (con diferentes criterios) lo que se considera la postura de la iglesia católica en temas específicos, se suele recurrir al discurso de la jerarquía, a pesar de que quienes son nombrados como laicos (no por la categoría de laicidad sino por no

ser jerarcas) también son parte de la institución y, de hecho, son el componente mayoritario (CONCILIO VATICANO II, 1968, 1972). ¿Cómo recuperar sus posicionamientos en estos temas?

Ejercicios de disidencia en el entorno de la iglesia católica

Es interesante contrastar la posición del grupo de Católicas por el Derecho a Decidir con el de un grupo de católicas colombianas (también feministas como las primeras), respecto a lo que procede hacer cuando las personas creyentes no se identifican con quienes coordinan burocrática y pastoralmente a la institución. Las primeras han propuesto de diferentes formas una revisión de la interpretación que se hace de la jerarquía en la búsqueda de asegurar el ser incluyente y solidario en las diversas prácticas sociales al interior y fuera de la propia pertenencia religiosa (CATOLICAS POR EL DERECHO A DECIDIR 1998a y 1998b), algo que no identifican en diferentes posiciones de la jerarquía, mientras que las segundas han optado por renunciar a la iglesia, dados sus componentes fundamentalistas, anacrónicos, misóginos, homofóbicos, machistas, patriarcales y antifeministas.

No es un tema menor comentar la propuesta que presentó el segundo grupo, el cual optó por promover como protesta la salida voluntaria y masiva de la iglesia de todas aquellas personas que ya no se identifican ni como fieles ni como creyentes, pero argumentando características de la institución que otras personas podrían afirmar que no son una parte consustancial de la misma (PLANETA PAZ). Es decir, si lo homofóbico, misógino, patriarcal y antifeminista, por repetir solamente algunas de las categorías mencionadas previamente, así como el afirmar que se distancian de la misma “por imponer, en alianza con políticos, gobernantes y sectores conservadores, la maternidad obligatoria y no deseada a las mujeres”, pudiera ser cuestionado como “lo propio de esta tradición religiosa”, sería factible monitorear y demandar qué tanto se manipula el discurso institucional.

Adicionalmente, vale la pena no olvidar que quienes lo hacen (de ser el caso) están violentando derechos, ejerciendo un abuso del poder y desvirtuando una cosmovisión, que a la par ha generado múltiples acciones de solidaridad en momentos críticos para diferentes poblaciones, como lo son las épocas de hambrunas, la discriminación a quienes viven con alguna discapacidad o bien quienes padecen alguna enfermedad, por mencionar solamente algunas. Se podrían incluso identificar jerarcas que se han solidarizado con personas y poblaciones a quienes les han violentado sus derechos humanos, por lo que más que generalizar una sola posición, habría que profundizar en las normatividades que parecen tener mayor preponderancia normativa y analizar si hay interpretaciones en disputa y que requieren negociarse o bien, si puede hablarse de una intención deliberada de imponer alguna lectura (aunque sea incompleta y reduccionista), por

ejemplo por el interés de mantenerse en el poder (al no reconocerle los mismos derechos a las mujeres) o bien por lo que el obispo Shelby describe como “ineptitud vergonzosa” y hasta por alianza con grupos de poder (como describe Ortiz Ortega “ 2000, “los pactos entre caballeros” de la jerarquía católica con los líderes políticos, para legislar sobre el aborto). De ser este el caso ¿qué papel jugarían las personas creyentes laicas y su potencial proceso de ciudadanía, incluso dentro de la institución?

Antes de dar un paso más en esta reflexión, vale la pena retomar algunos elementos de lo que incluyen dentro del Derecho de Petición las compañeras que promovieron una renuncia libre y voluntaria a ser parte de la iglesia². En un formato dirigido al Arzobispo de Medellín el 25 de noviembre de 2009 (fecha en la que se conmemora el día internacional en contra de la violencia hacia las mujeres), afirman que “la iglesia católica es una institución antidemocrática, autoritaria y violenta, que niega el libre desarrollo de la personalidad, la libertad de cultos, la libertad de cátedra y la objeción por conciencia, al imponer en la sociedad una única conciencia de carácter religioso.”³ Por lo tanto, manifiestan que “haciendo uso de (su) [mi] inalienable derecho a la libertad de conciencia y a (su) [mi] capacidad de razonamiento crítico, sobre el significado de (su) [mi] adscripción a la fe católica, y por consiguiente a la Iglesia Católica...desean expresar en absoluta libertad, (su) [mi] contradicción con la adscripción a una entidad caracterizada por su dogmatismo” y a la par que “la fidelidad a la propia conciencia es un derecho constitucional reconocido por la legislación en el art. 18 de la constitución” (de Colombia). Por lo mismo, solicitan su “exclusión a todos los efectos – incluso los estadísticos –, del registro de personas bautizadas a la fe católica y el reconocimiento del acto de apostasía que, por esta declaración expreso, haciendo uso de los legítimos derechos a disponer libremente de mis convicciones morales, éticas y religiosas”. Valdría la pena documentar las opiniones de diferentes personas ante este recurso de apostasía⁴, en especial cuando cada vez más personas de diferentes poblaciones se auto-describen como “católicos no practicantes”. Es decir, como alguien que reconoce una pertenencia, pero que a la par toma distancia de la misma, quizás por discrepancias en algunos contenidos normativos.

Lo que sí es posible afirmar es que una lectura de intolerancia a la diferencia por la falta de costumbre de convivir con la misma. Sánchez Vázquez (1982) y Lamas (1996), entre otros autores, caracterizan dos formas

² Derecho de petición al Arzobispo de Medellín, *Renuncia a la iglesia católica*, 2009. Disponible en: <<http://redesciudadanasjalisco.blogspot.mx/2009/11/25-de-noviembre-dia-por-la-eliminacion.html>>. Acceso en: ago. 2017.

³ Carta Abierta: La realidad sobre la protesta del 26 de noviembre en contra de la iglesia católica, en defensa del Estado laico y del derecho a las mujeres a decidir, *Planeta Paz. Sectores Sociales Regulares para la Paz en Colombia*. Disponible en: <<http://planetapaz.org/component/content/article?id=195:la-realidad-sobre-la-protesta-contra-la-iglesia-catolica&catid=59:noticias-del-conflicto>>. Acceso en: ago. 2017.

⁴ Renunciar a la fe católica, a la Iglesia y a todos sus preceptos. Es el anulamiento del sacramento del bautismo, por el que se declara a una persona católica, y el rompimiento de todo lazo con la Iglesia católica. Es un *derecho* que tiene cualquier católico en base a la libertad de culto y, como tal, se puede ejercer con total libertad.

de construir juicios morales: una deontológica y otra que denominan teleológica. Según la primera, los comportamientos son buenos o malos por definición, mientras que en la segunda se reconocen matices, de acuerdo al contexto de las intenciones, por lo que no existen calificaciones únicas de los actos humanos. La segunda lectura puede ser más incluyente que la primera, ya que una lectura más definitiva puede ser a la vez menos tolerante ante la diversidad de condiciones sociales, culturales e históricas. El problema es cuando la diferencia genera temor y rechazo, detonando en muchos casos violencia y discriminación.

Un ejemplo de ello es la homofobia internalizada, a la que alude Mariana Castañeda (1999) y ello tiene múltiples ejemplos en la jerarquía católica, pero a la vez en seguidores acríticos de sus discursos e interpretaciones. ¿Tendrá alguna responsabilidad el discurso aprendido a partir de lo dicho por la jerarquía? Algo análogo sucede en el campo de los derechos reproductivos, por ejemplo, alrededor de la autodeterminación reproductiva de las mujeres, sin querer sugerir que con ello se agota dicho concepto. Es más que conocido el rechazo a la posibilidad de ciertas formas de regulación de la fecundidad, pero más aún de la interrupción de un embarazo, incluso en situaciones donde la vida de la mujer embarazada se encuentre en riesgo o en que dicho embarazo sea el producto de una violación. Es poca la difusión que se le ha dado a voces que se consideran disidentes dentro de la propia teología católica, según las cuales no puede sancionarse moralmente a una persona cuando actúa de acuerdo a su conciencia y más aún cuando la normatividad católica no reconoce dogmas morales sino solamente dogmas de fe. Dentro de dicha tradición tiene un valor central la libertad de conciencia e incluso hasta ‘la obligación moral’ de actuar de acuerdo a la misma (PAGLIERO, 2000; MÚNERA, 2003). Esto es más que la pura obediencia a los comentarios u opiniones de líderes, quienes en muchos contextos no matizan la norma y, al contrario, presentan como certeza respuestas que son una de las varias interpretaciones posibles.

Otra vertiente de preguntas y de diálogo a considerar es cómo se toma en cuenta en la normatividad el conjunto de prácticas de la población creyente (suponiendo que a la jerarquía le interesa el caso), e incluso de aquella que no se identifica con la tradición religiosa pero que es influida por sus discursos y normas, que vive las experiencias reproductivas (y las sexuales) en una vertiente distinta a la de la interpretación dominante de la jerarquía. Para especificar esta pregunta retomo dos experiencias en diferentes regiones del mundo, pero a la vez valdría la pena no olvidar el acuerdo del Concilio Vaticano II en términos de reconocerle una mayor autoridad a la población de seglares; es decir, creyentes que no ocupan alguna posición jerárquica en la lógica institucional.

Una experiencia a considerar es la documentada sobre el tema del aborto y la anticoncepción en Uruguay, Paraguay y Argentina a mediados de la década de los noventa. En este caso, mujeres católicas reconocían

que se sentían abandonadas por la jerarquía lo que les generaba vivir conflictos morales de manera solitaria y con culpas, si bien reconocían que el ser superior a quien los sacerdotes decían representar seguramente era más comprensivo que sus intermediarios, aunque no los confrontaban a estos por el temor a ser excluidas de la institución. A la par, algunas de ellas reconocían que el discurso feminista sobre el valor de la dignidad como mujeres les había posibilitado reconciliarse con la tradición religiosa a la que deseaban pertenecer, como lo es la católica (MAZZOTI; PUJOL; TERRA, 1994). Irónicamente, el feminismo ha sido cuestionado por la jerarquía de la institución, argumentando que atenta los valores de la familia y las funciones que dentro de la misma ocupan hombres y mujeres. Estas mujeres mostraban una disidencia práctica con respecto a las normas institucionales alrededor de dos espacios de sus experiencias reproductivas, pero a la par reconocían una rigidez en quienes detentan el poder dentro de la jerarquía, por lo que preferían hacerles sentir que los obedecían, a pesar de los conflictos que tenían que vivir de manera aislada. ¿Habría algo que cuestionarle a la jerarquía o bien es objeto de descalificación el quehacer de las mujeres al argumentar que actuaron de acuerdo a lo que “su conciencia y necesidades les dictan” (MAZZOTI; PUJOL; TERRA, 1994)?

Una segunda experiencia es la documentada en diferentes países del mundo, con población católica a propósito de temas como la anticoncepción, el aborto y el divorcio. En un documento publicado a fines del segundo milenio, se constató que existe una importante distancia entre las referencias normativas de diferentes documentos de la iglesia y las prácticas cotidianas de personas que se describen como parte de la institución en cuestión. Lo que es interesante de considerar es que no pocas de dichas personas le dan una justificación católica a sus comportamientos distanciados de la lógica desde la que se interpretan jerárquicamente las normas; es decir, por el valor de su dignidad, por su mayor tranquilidad como “personas de bien” y por algunas consideraciones a actuar bien con su descendencia, afirman actuar de acuerdo a su conciencia, aunque eso signifique reinterpretar lo escuchado de los jerarcas o bien decidir que en ámbitos tan personales como la reproducción, ellas también son autoridades como para tomar sus propias decisiones. Irónicamente una de las conclusiones de este estudio, es que “la mayor parte de los católicos no obedecen las normas institucionales”, si bien podríamos afirmar que sí “obedecen a su conciencia”. ¿Acaso cometen, por eso, alguna irregularidad moral, en lo general y en lo católico?

Sócrates señalaba que él era más sabio en la medida en que no pretendía saber lo que no sabía⁵. Es decir, más que por erudición, su sabiduría

⁵ El filósofo griego Platón hace referencia a esta reflexión en su diálogo Menón (un conocido dicho que se deriva de lo relatado por el filósofo griego Platón sobre Sócrates), también llamado Menón, o de la Virtud, es un diálogo de Platón que se vincula al *Protágoras*. Contiene una reflexión sobre la esencia de la naturaleza de la virtud (ἡ ἀρετή) y habla sobre la posibilidad para enseñarla y los problemas relativos a cómo se puede obtener a través de la teoría del conocimiento. (PLATON, 1958).

se centraba en reconocer los límites de su conocimiento. Esto obliga a matizar afirmaciones, a contextualizarlas y a reconocer que hay otros saberes por incorporar al propio, el cual además requiere revisarse constantemente.

Recursos para revisar las condiciones de posibilidad para el ejercicio de los derechos

Propongo reflexionar sobre el conjunto de criterios subyacentes a la interpretación oficial de la iglesia católica al hablar sobre sexualidad y reproducción. Se busca mostrar la existencia de lecturas en tensión dentro de la propia institución, a la vez que la forma en que la jerarquía impone las interpretaciones que sostiene y minimiza la posibilidad de negociar con la diferencia al interior de la institución, al margen de la legitimidad moral, teológica y discursiva de otros miembros de la misma. No se pretende repetir ni sistematizar lo dicho por la institución a propósito del ejercicio de la sexualidad y la reproducción, sino especular sobre el manejo de los discursos por parte de diferentes actores sociales y tratar de socializar una categoría que parece útil desde un punto de vista analítico y político, como lo es “la negligencia pastoral”.

La negligencia pastoral alude al ejercicio indebido de la función que tienen las personas que dentro de la iglesia católica son reconocidas como intérpretes de la doctrina, por el hecho de ser quienes transmiten las normas de la institución. Cuando se habla de ejercicio indebido se hace referencia a no cumplir las mismas normas de la institución, como lo es la necesidad de actualizarse en el conocimiento acumulado sobre aquello que no es objeto de dogma sino de decisiones individuales de los creyentes de la tradición religiosa; esta desactualización u ocultamiento del conocimiento acumulado puede evitar que los individuos actúen de acuerdo a su conciencia, pues no hay certezas que apoyen una conducta única. Por abuso de autoridad dicho ejercicio del poder puede generar daños a los derechos humanos de personas creyentes y de las no creyentes.

Para el tema de los derechos humanos, importa explorar algunos ejercicios de lo que denomino ciudadanía religiosa, en la medida en que los sujetos creyentes se apropian activamente de las normas institucionales, a través de su introyección y resignificación, a partir del actuar de acuerdo a su conciencia, al margen de que ello a veces contradiga los discursos institucionales oficiales. La ciudadanía religiosa alude a la capacidad de reconocerse teniendo derechos dentro de una institución religiosa, sin necesidad de ser parte de la jerarquía burocrática de una institución. Se habla de ciudadanía religiosa para distinguirla del uso político del término, pero reconociendo algunas analogías y explorando algunas analogías y metáforas.

Vale la pena citar a Marty, Guin y Greenfield (1998), quienes sistematizan los principios que denominan “el discurso civil religioso”, mientras que Morelo (2003) hace una revisión de los derechos de los católicos

en la iglesia y cuestiona las razones por las que la jerarquía de la institución se resiste a difundir dichos derechos (PUELLO, 1998; CERVERA, 2005). Con estos referentes, puede decirse que se es ciudadano ante un Estado que reconoce los derechos y que busca asegurar las condiciones para su ejercicio; en la iglesia católica se tiene una estructura jerárquica que pareciera ignorar derechos de los “no jerarcas” pero a la vez cuenta con elementos normativos que les reconocen autoridad a todos sus miembros, al margen de ser parte de la jerarquía formal o de la burocracia de la institución.

Este texto busca construir algunas propuestas para el estudio de los “derechos de los creyentes”, así como la acotación de las responsabilidades de las personas que son parte de la jerarquía institucional. Para ello, se proponen seguir explorando la dimensión del abuso del poder a través de la intimidación moral hacia los creyentes, pero a la par, reconociendo algunas coincidencias del discurso católico con los derechos humanos en el ámbito de la sexualidad y de la reproducción. ¿Podríamos avanzar un poco más explicitando omisiones, imprudencias injustificadas, daños provocados y concluyendo con procesos tanto de reparación de daños como de prevención de los mismos?

En este momento, valdría la pena retomar una cita de María Van Doren (2011), teóloga feminista, quien recuerda que el propio Benedicto XVI, señalaba en 1968 (cuando era el teólogo Joseph Ratzinger), que “la conciencia personal está arriba del Papa, también contra los requisitos (las formalidades) de una autoridad eclesial”. Es necesario problematizar la noción de obediencia a la autoridad (si esta se identifica como los jerarcas) a partir de revisar la importancia primordial que tiene la conciencia personal en la moral católica. Algunos teólogos plantean que sería inmoral no obedecer a la conciencia, incluso con el argumento de estar defendiendo a la autoridad institucional. Lo complejo es cuando las personas creyentes de dicha institución desconocen el valor (y la obligatoriedad) que tiene su propia conciencia como guía de sus comportamientos o más aún, que la obedecen, pero viviéndolo con culpas y experimentando conflictos innecesarios.

¿Lo podemos seguir dialogando?

Referencias

ÁVILA, M. B. Feminismo y ciudadanía: la producción de nuevos derechos. In: SCAVONEL (Coord.). *Género y salud reproductiva en América Latina*. Costa Rica: Cartago Libro Universitario Regional, 1999.

CASTAÑEDA, M. *La experiencia homosexual*. Para comprender la homosexualidad desde dentro y desde fuera. México: Paidós, Contextos, 1999.

CATOLICAS POR EL DERECHO A DECIDIR. *La opinión católica ante la reproducción. Un panorama mundial. Estudios de actitudes y prácticas*. Católicas por el Derecho a Decidir, México, D.F. 1998a.

CATOLICAS POR EL DERECHO A DECIDIR. *La primacía de la conciencia*. Católicas por el Derecho a Decidir, México D.F. 1998b.

CERVANTES, A. Universalización, desigualdad y ética: intervenciones en la teorización sobre derechos humanos. In: FIGUEROA, J. G. (Coord.). *Elementos para un análisis ético en la reproducción*. México: Editorial Porrúa, Universidad Nacional Autónoma de México, 2001.

CERVANTES, A.; CITERONI, T. Los derechos sexuales y la desarticulación del heterosexismo: tolerancia, reconocimiento y liberación. In: SZASZI.; SALASG. (Coord.). *Sexualidad, derechos humanos y ciudadanía*. México: El Colegio de México, 2008.

CERVERA, R. Derechos humanos e iglesia católica. In: *Los derechos humanos dentro de la iglesia católica*. México: Católicas por el Derecho a Decidir, 2005.

CONCILIO VATICANO II. *Comentario a la constitución Gaudium et Spes sobre La iglesia en el mundo de hoy*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1968.

_____. *Documentos completos del Vaticano II*. México: Librería Parroquial, 1972.

DE PINA, R.; DE PINA, V. R. *Diccionario de Derecho*. México: Editorial Porrúa, 1997.

FERNÁNDEZ, G. C. Masculinidad: errática zaga de un lugar imposible. In: JIMÉNEZ, L.; TENA, O. (Coord.). *Reflexiones sobre masculinidades y empleo*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

FIGUEROA, J. G. Una aproximación a los derechos sexuales y derechos reproductivos desde la laicidad. *Revista Sexología y Sociedad*, La Habana, Cuba: Editorial Cenesex, año 15, n. 39, 2009.

_____. La libertad de conciencia en la tradición católica: una opción para el ejercicio de los derechos en el ámbito de la sexualidad. In: SZASZI;

SALASG (Coord.). *Sexualidad, derechos humanos y ciudadanía*. Diálogos sobre un proyecto en construcción. México: El Colegio de México, 2008.

_____. Algunos elementos para interpretar la presencia de los varones en los procesos de salud reproductiva. *Cadernos em Saúde Pública*, Río de Janeiro, v. 14, suplemento 1, 1998.

GIMBERNAT, O. E. *Estudios sobre el delito de omisión*. México: Instituto Nacional de Ciencias Penales, 2003.

LAFER, C. *La reconstrucción de los derechos humanos*. Un diálogo con el pensamiento de Hannah Arendt. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

LAMAS, M. La bioética: proceso social y cambio de valores. In: CAREAGA, G.; FIGUEROA, J. G.; MEJÍA, M. C. (Coord.). *Ética y salud reproductiva*. México: Programa Universitario de Estudios de Género, 1996.

MARTY, M. E.; GUIND, E.; GREENFIELDL. To speak and be heard. *Conscience*, Washington, v. XIX, n. 4, 1998.

MAZZOTTI, M.; PUJOL, G.; TERRA, C. *Una realidad silenciada*. Sexualidad y maternidad en mujeres católicas. Uruguay: Católicas por el Derecho a Decidir, 1994.

MORELO, S. Catholics are the church. What catholics need to know, and why the hierarchy doesn't want us to. *Conscience*, Washington, v. XXI, n. 3, 2003.

MÚNERA, A. Fundamentalismo en la Iglesia Católica. *Conciencia Latinoamericana*, México, v. XIII, n. 6, 2003.

ORTIZ ORTEGA, A. *Si los hombres se embarazaran, ¿el aborto sería legal?* Las feministas ante la relación Estado-iglesia católica en México (1871-2000). México: Edamex y El Population Council, 2000.

PAGLIERO, M. La primacía de la conciencia y la libertad de decidir de las mujeres. *Conciencia Latinoamericana*, México, v. XII, n. 3, 2000.

PALOMAR DE MIGUEL, J. *Diccionario para juristas*. México: Editorial Porrúa, 2000.

PLANETA PAZ. Carta abierta: la realidad sobre la protesta del 26 de noviembre en contra de la iglesia católica, en defensa del Estado laico y del derecho a las mujeres a decidir. *Planeta Paz " Sectores Sociales Regulares para la Paz en Colombia*. Disponible en: <<http://planetapaz.org/component/content/article?id=195:la-realidad-sobre-la-protesta-contr-la-iglesia-catolica&catid=59:noticias-del-conflicto>>. Acceso en: ago. 2017.

PLATON. *Menón*. Estudio crítico, traducción y notas por Antonio Ruiz de Elvira. Madrid: Instituto de Estudios Políticos. 1958 (Reimpresión 1970).

PUELLO, Y. Derechos Humanos en la Iglesia Católica desde la perspectiva de las mujeres. *Conciencia Latinoamericana*, São Paulo: CDD-Brasil, v. X, n. 2, jul./dic. 1998.

REDES CIUDADANAS JALISCO. Derecho de petición al Arzobispo de Medellín. *Renuncia a la iglesia católica*, 2009. Disponible en: <<http://redesciudadanasjalisco.blogspot.mx/2009/11/25-de-noviembre-dia-por-la-eliminacion.html>>. Acceso en: ago. 2017.

RIBÓ, L. *Diccionario de derecho*. Barcelona: Bosch, Casa Editorial, 1995.

RICOEUR, P. *Sí mismo como otro*. México: Siglo XXI, 2006.

SÁNCHEZ, V. A. *Ética*. México: Grijalbo, 1982.

SHELBY S., J. A Manifesto! The Time Has Come! 2009. Disponible en: <<http://walkingwithintegrity.blogspot.mx/2009/10/manifesto-from-our-friend-bishop-john.html>>. Acceso en: ago. 2017.

VAN DOREN, M. La conciencia personal está arriba del papa, también contra los requisitos (las formalidades) de una autoridad eclesial (J. Ratzinger, 1968). 2011. Disponible en: <<https://mariavandoren.wordpress.com/2011/07/04/%e2%80%9cla-conciencia-personal-esta-arriba-del-papa-tambien-contralos-requisitos-las-formalidades-de-una-autoridad-ecclesial%e2%80%9dj-ratzinger-1968/>>. Acceso en: ago. 2017.

ZAPATERO, J. L. R. Discurso en el Congreso por la aprobación del matrimonio gay. *Cadena ser*, 2005. Disponible en: <http://cadenaser.com/ser/2005/07/01/espana/1120175411_850215.html>. Acceso en: ago. 2017.

DOI: 10.12957/rep.2017.32750

Recebido em 21 de outubro de 2017.

Aprovado para publicação em 18 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A contrarreforma do Estado na ideologia neoestruturalista da Cepal

The counter-reformation of the State in the neostructuralist ideology of ECLAC

Vanda Micheli Burginski*

Resumo – Este artigo explicita a afinidade entre o pensamento neoestruturalista da Cepal e o neoliberalismo, tendo como foco o papel do Estado na acumulação capitalista em face à crise estrutural do capital. O objetivo é trazer os principais elementos teóricos do pensamento estruturalista clássico da Cepal para demonstrar que o neoestruturalismo não se constitui em alternativa ao neoliberalismo. O Estado é acionado para estabelecer a primazia do mercado na definição do desenvolvimento, no sentido de fazer com que as regulações referentes à legislação trabalhista e os direitos sociais sejam reduzidas, em sintonia com as contrarreformas em curso. O programa neoestruturalista não produz enfrentamentos às medidas regressivas que acirram a barbarização da vida social, o que sugere a mobilização de forças sociais para a construção coletiva de um programa de esquerda, de transição para outra sociabilidade.

Palavras-chave: Cepal; neoliberalismo; neoestruturalismo; contrarreforma; Estado.

Abstract – This article explores the affinity between neostructuralist thinking of ECLAC and neoliberalism, focusing on the role of the state in capitalist accumulation in face of the structural capital crisis. Its goal is to bring the main theoretical elements of classical structural thinking of ECLAC to demonstrate that neostructuralism does not constitute an alternative to neoliberalism. The state is called upon to establish the defining role of the market primacy in development, in order to ensure that regulations regarding labor legislation and social rights are reduced, in tune with current counter-reformations. The neostructuralist program does not produce confrontations with regressive measures that aggravate the barbarization of social life, which suggests the mobilization of social forces for the collective construction of a left-wing program, in transition to another type of sociability.

Keywords: ECLAC; neoliberalism; neostructuralism; counter-reformation; State.

* Doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). *Correspondência:* Quadra 506 N, NS 06, HM 01, LT. 02, Residencial Bom Sucesso, Ap. 703, Bloco B, Palmas – TO. CEP 77006-622. E-mail: <micheliuft@gmail.com>.

Introdução

Historicamente, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ficou conhecida pela sua abordagem estruturalista clássica antiliberalização, com vistas a proteger as economias latino-americanas da vulnerabilidade externa. Nessa concepção, a deterioração dos termos de troca era a principal causa da rigidez estrutural, demarcada por uma divisão internacional do trabalho, em que a dinâmica do comércio exterior não permitia promover uma transformação substancial, causando a dependência. O Estado deveria ter um papel central ao proteger a indústria nacional, em alguns casos substituindo os processos do mercado, estabelecendo padrões de proteção e regulação social.

Entretanto, nesse período prevalecia, mundialmente, o pacto keynesiano-fordista, no qual os Estados tinham em comum estratégias que deveriam se concentrar no crescimento econômico, no pleno emprego e em direitos sociais públicos e universais, em um cenário de forte mobilização da classe trabalhadora que trouxe à cena política outras possibilidades societárias, para além do capitalismo.

Se, no processo de transformações societárias do pós-1945 foi possível identificar um amplo debate em torno das concepções de desenvolvimento que colocou a Cepal enquanto alternativa à ortodoxia, nos tempos atuais assiste-se a um retrocesso sem precedentes. Nos anos 1990, a comissão passa a revisar o pensamento estruturalista, surgindo a partir de então o neoestruturalismo. O que se pretende abordar é que a ideologia neoestruturalista da Cepal abandona as perspectivas críticas e se aproxima das contrarreformas neoliberais, que pretendem refuncionalizar o Estado para viabilizar as transformações sociais em curso.

Deve-se ressaltar que não pretende recorrer a uma análise do conceito marxiano e marxista do desenvolvimento; entretanto, é a partir do referencial marxista que se propõe a estabelecer uma crítica da ideologia neoestruturalista, localizando esse reposicionamento ideológico sobre o desenvolvimento, a partir das transformações societárias trazidas pela crise estrutural do capital de final dos anos 1960. Assim, essa reflexão parte da perspectiva de que as propostas e programas de desenvolvimento sintonizados com as “saídas” capitalistas para a crise não se constituem em alternativa perante as contrarreformas regressivas e destrutivas do capital, o que coloca a defesa de direitos sociais amplos e universais na agenda de luta anticapitalista.

1. O pensamento estruturalista da Cepal clássica (1950-1960)

É preciso esclarecer que não se pretende realizar um trabalho sobre a história da Cepal, já que há importantes estudos dedicados a essa

tarefa (BIELSCHOWSKY, 2000; RODRIGUES, 2009; VITAGLIANO, 2004). Pretende-se, porém, abordar alguns elementos que caracterizaram o pensamento estruturalista dos anos 1950-1960, de cariz reformista, no sentido de apontar o esgotamento das possibilidades civilizatórias do “reformismo” para os tempos atuais.

As teorias do desenvolvimento começaram a tomar forma e fomentaram a grande discussão a partir de 1945. O desenvolvimentismo se relacionava ao destino de praticamente todos os países: tanto os arrasados pela guerra, quanto os países da Ásia e da África, que se tornaram politicamente independentes ou estavam em processo de libertação. Além disso, também se referia aos países dependentes economicamente, como os da América Latina e o Caribe. Nesse período criaram-se comissões econômicas para África, Ásia e o Extremo Oriente. A Cepal foi criada em 1948 junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em nível mundial, as críticas ao *laissez-faire* se sobressaíam devido ao clima de desconfiança da própria burguesia em relação aos automatismos do mercado. A contestação dos princípios do livre mercado seria impensável para a burguesia, sem levar em consideração os efeitos da crise mundial de 1929, a organização operária e a ameaça do “socialismo real” (ainda que se reconheçam suas limitações) na então União Soviética. Além disso, os Estados Unidos passaram, então, a liderar o processo de integração monopólica dos países latino-americanos aos seus interesses econômicos.

Fizeram parte da Cepal ou estiveram influenciados por ela (além de Raúl Prebisch, seu principal intelectual) autores de livros clássicos da história econômica da região, como Celso Furtado e sua *Formação econômica do Brasil*, Aníbal Pinto, no Chile, com *Um caso de desarrollo frustrado* (1956), e Aldo Ferrer (1979) e sua obra *La economía argentina*, dentre outros. A Cepal se consolidou enquanto agência preocupada com diagnósticos e políticas de desenvolvimento econômico. A atividade da comissão não se resumiu à sistematização de propostas econômicas, antes de tudo, tornou-se o centro de debates, planejamento, formação e divulgação das ideias desenvolvimentistas.

Em termos teóricos, a principal contribuição do pensamento estruturalista da Cepal foi a crítica à teoria neoclássica, assentada na hipótese das vantagens comparativas. Essa teoria tem por base que a suposta “ótima” distribuição dos frutos advindos do progresso técnico se daria através da liberalização do mercado mundial. A recomendação é que a periferia deve direcionar seus esforços em produzir alimentos e matérias-primas, enquanto os países centrais devem se especializar em produtos industriais que concentrem alto padrão tecnológico e de produtividade do trabalho.

A tese estruturalista da troca desigual sustentava que essa política macroeconômica aprofundava a desigualdade entre as economias centrais e as periféricas. A saída seria a aceleração da industrialização a partir da substituição de importações, com objetivo de agregar melhores preços aos

produtos fabricados no país, aumentar a produtividade do trabalho e, consequentemente, a taxa média de lucro entre as economias nacionais.

Prevalecia a visão de que o capital estrangeiro aumentava a vulnerabilidade externa e constituía um verdadeiro entrave para o desenvolvimento econômico da América Latina. Nas condições internacionais do capitalismo monopolista, o desenvolvimento não aconteceria mediante um processo espontâneo através de uma articulação com o mercado mundial. Era preciso adotar uma política de desenvolvimento para dentro, tendo o Estado o papel central nesse processo.

As propostas da Cepal se concentravam na adoção de medidas corretivas, aliadas a uma estratégia econômica nacional baseada na mudança da estrutura produtiva, através da industrialização substitutiva de importações para reduzir a vulnerabilidade externa estrutural. Essas propostas assentavam-se nas seguintes recomendações: a) promover menor dependência em relação à exportação de *commodities*; b) reduzir as lacunas tecnológicas através do sistema nacional de inovações; e c) estabelecer limites aos investimentos estrangeiros, restringindo o acesso a determinados setores, e obter incentivos governamentais (GONÇALVES, 2012, p. 652).

O Estado deveria ser o indutor do desenvolvimento no sentido de racionalizar, direcionar e incentivar atividades industriais, seja organizando e planejando a aplicação de recursos, adotando medidas de proteção à indústria local, promovendo a possibilidade de incentivar tecnologias compatíveis com o quadro populacional e financeiro; seja, ainda, garantindo os meios necessários à expansão do capitalismo, mesmo que o Estado fosse o próprio produtor de mercadorias.

A Cepal tinha uma alternativa de desenvolvimento para a América Latina que contradizia a ortodoxia neoclássica e denunciava a existência de uma ordem mundial hierarquizada e desfavorável aos países subdesenvolvidos (CARCANHOLO, 2008; GONÇALVES, 2012; TRASPADINI, 2014). Partia de questões estruturais para explicar o subdesenvolvimento da América Latina como crítica ao colonialismo e ao imperialismo, mas evitava as análises sintonizadas com a luta de classes e projetava que o Estado deveria realizar uma efetiva transição para a sociedade burguesa, através de reformas estruturais e mediante a conciliação de classes.

Embora criticasse a articulação estabelecida entre as economias periféricas e as centrais, a Cepal interpretou a transformação capitalista a partir de horizontes de análise circunscritos ao capitalismo em si, como destino inexorável da história da humanidade. Ao longo de sua trajetória recebeu inúmeras críticas pelo fato de trazer uma concepção neutra de Estado, alheio às contradições de classe, ou porque não abordou a relação dialética entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, tratando-os apenas por uma diferença quantitativa.

Essas críticas se intensificaram a partir dos anos 1960 e se estenderam durante toda a década de 1970, período de ditaduras militares na

América Latina. Os anos 1960 foram decisivos pois implicavam a passagem da industrialização de substituição de importações à etapa da industrialização pesada, que exigia uma rearticulação entre o Estado, o capital privado nacional e o capital estrangeiro. Esse processo veio acompanhado de uma substantiva politização em torno do processo de industrialização e inserção dos países dependentes no mercado mundial.

Nesse contexto, a crítica de Cardoso e Faletto (1973) ao estruturalismo cepalino trouxe para o debate a impossibilidade de pensar um desenvolvimento que não estivesse em países centrais passíveis de produzir políticas para aproveitar as novas oportunidades de crescimento econômico (CARDOSO; FALETTO, 1973, p. 29). Nessa acepção, há uma crítica que retrocede à perspectiva estruturalista, uma vez que pressupõe a integração dos países ao mercado mundial e às tendências mundiais em curso, compatíveis com a perspectiva neoclássica.

Entre a tradição marxista¹ pode-se destacar a crítica de Marini (2011) na obra *Dialética da dependência*. Para o autor, ainda que seja evidente a existência da troca desigual das mercadorias no mercado mundial, as análises estruturalistas não tocam na centralidade da causa do subdesenvolvimento, pois não é a troca desigual no mercado mundial que *determina* a inserção dependente dos países latino-americanos. A inserção dependente implica que, no marco da troca desigual, “a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de mais valor que é gerado mediante a exploração da força de trabalho no interior de cada nação” (MARINI, 2011, p. 147).

Apesar das críticas à Cepal clássica, é inegável que suas elaborações teóricas representaram uma crítica à ortodoxia ao construir em torno do papel do Estado ideias que contrariavam os sinais do mercado. Contudo, se no auge do desenvolvimentismo a ortodoxia era um inimigo com menor influência política, nos dias atuais essas ideias se converteram em dominantes. Nos anos 1990, a Cepal passou por uma revisão teórica que não permite colocá-la como alternativa; ao contrário, optou por dar ressonância às versões conservadoras que viam a “crise do Estado” e aderiu aos programas de abertura comercial e financeira, bem como às medidas regressivas de redução da intervenção do Estado.

2. O neoestruturalismo e a aproximação ideológica da Cepal ao neoliberalismo

Nas últimas três décadas do século passado, o neoliberalismo se tornou hegemônico e trouxe tempos de nítido conservadorismo, que atingiu as formas culturais, as identidades coletivas e as subjetividades, erodindo

¹ Nesse debate, destacaram-se outros teóricos vinculados à teoria marxista da dependência, como Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, além de Florestan Fernandes. Evidencia-se, além disso, também a *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira.

projetos e utopias. A ofensiva burguesa restringiu as possibilidades desenvolvimentistas à sua órbita de atuação. Esse contexto atingiu até os segmentos que historicamente eram inóspitos à ortodoxia, no caso, a Cepal.

Antes de adentrar no debate sobre a revisão teórica da Cepal e sua aproximação à ortodoxia, é necessário retomar, ainda que brevemente, algumas inflexões importantes trazidas pela conjuntura mundial de crise estrutural do capital frente à estratégia de endividamento externo dos países latino-americanos, acentuando sua inserção subordinada à “nova” divisão internacional do trabalho no processo de transição das ditaduras militares para os regimes democráticos.

2.1 A ofensiva neoliberal e a encruzilhada da América Latina

Com a crise estrutural do final dos anos 1960, ocorreram profundas transformações que fizeram findar o ciclo expansivo da economia internacional. Isso significou a acentuação da crise de todas as relações sociais burguesas e, mais especificamente, das relações de produção capitalista (MANDEL, 1990). A transferência de fluxos de capitais do setor produtivo para o financeiro ocasionou uma mudança particularmente importante no que diz respeito à relação capital e trabalho e nas requisições mais profundas dirigidas ao Estado, com drásticas repercussões entre as economias latinoamericanas.

A mundialização do capital ampliou o domínio do capital portador de juros que acentuou a hierarquização entre os países, acirrando a dependência. A exigência de maior elaboração na produção de bens para a exportação demandou padrões tecnológicos mais avançados, que colocaram em xeque o projeto de industrialização prevalente, situando a América Latina em uma encruzilhada. Deu-se início a um padrão exportador de reprodução do capital, que requisitou um rearranjo na “nova” divisão internacional do trabalho (OSÓRIO, 2012, p. 101).

A época neoliberal é marcada por forte queda no crescimento econômico e uma relação conjugada entre redução de salários e da parte dos lucros reservada aos investimentos. As políticas neoliberais não ocasionaram a queda da taxa de lucros, ao contrário, elas foram contemporâneas e prosseguiram com essa redução. Pela própria lógica do desenvolvimento desigual, a exploração das diferenças de valor e de preços ocorre na compra da força de trabalho e nas taxas de rendimentos permitidas pela desregulamentação do trabalho. A aceleração das taxas de mais-valor colocadas ao capital funcionante (diga-se, extrator de mais-valor) pelas normas de rentabilidades do capital portador de juros pressionou a busca sistemática por trabalho barato, propiciado pela transnacionalização da economia com a deslocalização de empresas. Esse processo expandiu a subcontratação em nível mundial, atingindo “em cheio” os trabalhadores assalariados, de modo que é contra eles que recaem “os efeitos das normas de rentabilidade impostas pelo capital financeiro” (CHESNAIS, 2005, p. 55).

A estratégia burguesa para a retomada das taxas de lucros nos níveis do período desenvolvimentista passa a se articular em três eixos: a reestruturação produtiva – que imprimiu uma fragilização quanto à resistência dos trabalhadores em face às condições de vida e de trabalho; a mundialização – que rearticula o mercado mundial, redefinindo a especialização dos países comandados pelo capital financeiro; e o neoliberalismo – que é representado pelas contrarreformas neoliberais, através de uma reação burguesa para refuncionalizar o papel do Estado, favorável a essas mudanças (BEHRING, 2008, p. 197-198).

Pode-se dizer que a consolidação do neoliberalismo se deu a partir de sua adoção entre os governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, nos anos 1980. Porém, foi no Chile, sob o regime militar do ditador Pinochet, ainda nos anos 1970, que se adotou o neoliberalismo como a primeira experiência. Para Granemann (2006), essa experiência serviu de teste para a implantação do sistema previdenciário privado imposto pela ditadura militar chilena, pois tal violência da acumulação do capital sobre as conquistas do trabalho não poderia contar com condições mais propícias que as construídas pelo golpe militar do grande capital. Assim, as propostas neoliberais foram utilizadas no sentido de serem modeladas, de forma que se pudesse ter uma aplicabilidade na economia real, o que é uma necessidade inexorável para a construção de argumentos em seu próprio favor.

O crônico endividamento externo promovido pela decisão norte-americana em elevar as taxas de juros impactou duramente os países latino-americanos, em especial aqueles com dívidas externas contraídas a juros flutuantes. A estratégia de endividamento se intensificou sob os regimes militares, que propiciaram as condições institucionais para a realização dos reescalamentos da dívida a juros exorbitantes em favor dos bancos, mediante assessoria do Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse cenário de juros flutuantes, as dívidas não puderam ser dirimidas; ao contrário, transformaram-se em mecanismo de extração de renda e de dominação política, o que dificultou a elaboração de políticas macroeconômicas soberanas. Para dar uma ideia da extorsão praticada pelos bancos, a Cepal estimou que, na primeira rodada de reescalamentos realizada nos anos de 1980, a taxa de risco média somou US\$ 49,5 bilhões, em 2,25%, o dobro das taxas de risco da década de 1970. Soma-se a isso o juro básico flutuante que significou um lucro líquido anual para os bancos de US\$ 1,7 bilhão (KUCINSKI; BRANFORD, 1987, p. 203).

A macroeconomia neoliberal é apontada como saída para a crise e apresentada como a única alternativa séria, politicamente viável e socialmente responsável. A estabilização macroeconômica tem por princípios estabelecer o controle da inflação; a liberalização; a privatização; a flexibilização do trabalho e, sobretudo, impor a disciplina fiscal aos países latino-americanos, cujas pretensões são bem evidentes: garantir reservas de capital

para pagamentos de juros e amortizações da dívida externa junto ao capital portador de juros. A pré-condição do neoliberalismo é a eliminação de todos os entraves ao mercado impostos pelo Estado protecionista e regulador. Se, para os neoliberais, as raízes da crise se concentram no Estado, o primordial é reorientar o seu papel e construir um ambiente “saudável” aos negócios. O fato de o neoliberalismo corroborar com a retórica da desqualificação da ação estatal, tida como ineficiente, não quer dizer que os neoliberais defendam uma linha passiva do Estado em favor do capital. Isso porque a estatização que se opõe ao capital é tão somente aquela que vai contra os seus interesses.

Nos anos 1980, a crítica da Cepal ao mecanismo da dívida externa apontava os países centrais como corresponsáveis pelo endividamento dos países latino-americanos. Entretanto, com o fortalecimento das políticas pró-liberalização, as críticas ao modelo desenvolvimentista assumiram tons de radicalidade. Os teóricos neoliberais difundiram a ideia de que a existência da crise na América Latina devia-se ao modelo atribuído à Cepal. A partir dos anos 1990, a Cepal passa por uma revisão interna que corrobora com as transformações em curso.

2.2 Neoestruturalismo e neoliberalismo: um debate em curso

A estratégia “Transformação produtiva com equidade: tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e o Caribe” (TPE) (CEPAL, 1990) e o documento *América Latina: políticas para melhorar a inserção na economia mundial* (CEPAL, 1994) representaram um conjunto de elaborações teóricas que marcaram a revisão da Cepal². Embora algumas preocupações centrais permaneçam nas elaborações, como a questão da incorporação do progresso técnico, o emprego e a distribuição de renda, o que chama a atenção é o tratamento teórico e as propostas de superação do subdesenvolvimento, que não permitem mais colocar a Cepal como alternativa à ortodoxia.

Segundo o diagnóstico desse pensamento, os países devem concentrar-se em dois critérios principais: reduzir a regulação estatal e estabelecer mecanismos de fomento à competição, princípios fundamentais do neoliberalismo, reforçando um conjunto de aportes teóricos e ideológicos que são compatíveis com as transformações em curso.

O argumento para a revisão em torno da intervenção estatal se deve à experiência da crise econômica e seus rebatimentos nos países da América Latina que, segundo a Cepal, trouxe uma lição central: “para crescer de forma sólida é indispensável manter os equilíbrios macroeconômicos” (CEPAL, 1990, p. 48). A prioridade passa a ser a manutenção dos princípios

² Também se destaca o documento *Fortalecer el desarrollo. Interacciones entre macro y microeconomía* (1996).

macroeconômicos, pautando a intervenção do Estado para a restauração das taxas de lucro, em detrimento de sua função mediadora e civilizadora da sociedade. Em última instância, o diagnóstico consiste em colocar o mercado como prioritário na alocação dos recursos sociais, através de mecanismos que permitam controlar e restringir a atuação do setor público, tal como consta no documento TPE (CEPAL, 2000, p. 898):

O estilo da intervenção estatal deverá ser reformulado em relação às décadas anteriores. [...] Convém agora deslocar as prioridades para o fortalecimento de um a competitividade baseada na incorporação do progresso técnico e na evolução para níveis razoáveis de equidade. Isso não significa, necessariamente, aumentar nem diminuir o papel da ação pública, mas aumentar seu impacto positivo na eficiência e na eficácia do conjunto do sistema econômico. Requer também um a mudança em seus procedimentos tradicionais em matéria de planejamento.

O foco se voltou para a transformação produtiva, por intermédio da liberalização dos mercados, especialmente através das privatizações. As soluções consistem em remover as regulamentações que restringem a entrada de capitais financeiros e privatizar as empresas públicas para redimensionar o papel do Estado, a fim de adequá-lo a uma intervenção mais eficiente para o mercado. No documento *América Latina: políticas para melhorar a inserção na economia mundial* (CEPAL, 1994), os mercados financeiros são vistos como fundamentais no processo de desenvolvimento e passa-se a ser consensual a liberalização, tanto financeira quanto comercial. A recomendação se limita a utilizar uma política regulatória, quando necessária, para atrair capitais externos e desestimular a entrada de capitais especulativos. Aqui se defende uma das principais medidas do neoliberalismo, a abertura para atrair capitais externos de longo prazo e investimentos para incentivar a concorrência e a produtividade, fatores considerados necessários para retomar o crescimento.

A redefinição da estratégia de intervenção estatal implicou em crítica ao modelo industrializante defendido pela teoria estruturalista. Evidentemente, reduzir a intervenção estatal e fomentar a competição configuram-se como orientações que estão em sintonia com a mundialização do capital. Os Estados passam a sintonizarem-se com o neoliberalismo à medida que se facilita a competição entre as empresas, corporações e entidades territoriais, aceitando-se as regras de livre comércio e recorrendo-se a mercados de exportação abertos (HARVEY, 2012).

Apesar de compatibilizar com o neoliberalismo, a Cepal tem se colocado no debate sobre o desenvolvimento como uma alternativa. Nos documentos produzidos por autores do chamado neoestruturalismo³ cepalino, é comum encontrarmos argumentos que denotam a necessidade

.....
³ Terminologia empregada pelos cepalinos.

em se diferenciar do neoliberalismo. Isso se deve ao fato de que, no decorrer dos anos 1990, as promessas neoliberais não foram materializadas, particularmente entre aqueles países que foram os “alunos mais aplicados” da disciplina fiscal imposta. O resultado dessa política na América Latina foi nefasto: baixo crescimento econômico, aumento da vulnerabilidade externa, reprimarização das exportações, agudização da pobreza, desemprego estrutural e flexibilização do trabalho – um cenário de consideráveis retrocessos sociais.

O posicionamento em relação ao neoliberalismo se tornou fundamental para qualquer modelo de desenvolvimento que se apresentasse como alternativa (CARCANHOLO, 2008). A posição da Cepal sobre os efeitos da liberalização foi conciliadora, pois não se colocou contra as “reformas”; ao contrário, passou a apoiá-las. Nessa direção, os países deveriam aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pelas vantagens comparativas no mercado mundial. Com essas proposições, o que configuraria a Cepal como alternativa ao neoliberalismo?

Para os neoestruturalistas, a revisão da Cepal permitiu elaborar propostas afinadas aos novos tempos e, paradoxalmente, também se manteve enquanto alternativa à ortodoxia. Segundo Rodríguez (2009), a comissão buscou um enfoque diverso, no sentido de sugerir uma macroeconomia viável mediante a continuidade do crescimento econômico em longo prazo. Nessa direção, o que diferenciaria o neoestruturalismo do neoliberalismo é a perspectiva de longo prazo.

Em uma linha de argumentação bem semelhante à anterior, Bielschowsky (2000) defende que a Cepal inspira uma proposta alternativa, pois tanto o progresso técnico, quanto a distribuição de renda e o emprego se configuram na mesma agenda de investigação de cinquenta anos atrás.

É evidente que a Cepal não se mantém como alternativa, pois defender as “reformas” pró-mercado enquanto estratégia de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, argumentar que estas aprofundam os problemas estruturais das economias dependentes, são dois extremos inconciliáveis. Ao se colocar no meio-termo, a Cepal estaria se “abstendo de algo que é imperativo no debate a respeito das estratégias de desenvolvimento” (CARCANHOLO, 2008, p. 137). Além disso, temas como progresso técnico, distribuição de renda e emprego não são exclusivos do pensamento crítico; o que lhes dá sentido crítico é a forma como são abordados.

É importante observar o que tornaria específico o pensamento neoestruturalista sobre o Estado frente à sua visão estruturalista, bem como frente à ortodoxia. Para fazer essa distinção, os neoestruturalistas fazem o seguinte recorte: os neoliberais defendem a abertura comercial e o Estado mínimo, enquanto que o estruturalismo seria totalmente o oposto, recomendando restrições à abertura externa e priorizando o mercado interno, tendo o Estado como central no processo de planejamento e direção. Contrariamente ao estruturalismo, as propostas do neoestruturalismo incentivam a

concorrência externa como estímulo à produtividade interna. Além disso, o Estado deve ter um papel ativo referente às “falhas” da política econômica ao estabelecer a primazia do mercado na definição do desenvolvimento, portanto, uma inevitável aproximação ao neoliberalismo.

Os argumentos utilizados para distinguir o neoestruturalismo do neoliberalismo são extremamente frágeis, pois partem do pressuposto de que Estado e mercado são antagônicos na dinâmica do desenvolvimento capitalista. O que se observa é que o neoliberalismo nunca adotou uma linha passiva de intervenção estatal, já que o Estado sempre foi complementar ao mercado, no sentido de garantir tanto os pressupostos legais, quanto os econômicos, que servem de base política para a sustentação da acumulação e garantia das condições gerais de produção e reprodução do capital.

3. A primazia do mercado e o contrarreformismo da Cepal

Nesse tópico pretende-se mostrar que a Cepal, ao se alinhar à ortodoxia, passa a aderir às contrarreformas, defendendo mecanismos de desregulamentação dos direitos trabalhistas em consonância com os discursos dominantes que pressionam a redução de custos com o trabalho. A liberalização e desregulamentação se tornam fundamentais para o movimento dos oligopólios, ao recuperar a liberdade de ação, organização e integração das vantagens comparativas, dentre elas os diferenciais de custo da força de trabalho. Nesse processo, as fortes repercussões da reestruturação produtiva e da mundialização do capital no âmbito do Estado configuram em linhas gerais uma contrarreforma (BEHRING, 2008, p. 58). Para tecer a argumentação cabe retomar, de forma breve, alguns elementos centrais para sistematizar o sentido sócio-histórico da contrarreforma.

Historicamente, as reformas tiveram longa tradição entre os setores da esquerda e estiveram no epicentro do debate teórico e político nos séculos XIX e XX. Caracterizaram-se por uma intervenção do Estado sob a pressão do movimento operário para impor limites aos ganhos do capital, na perspectiva de garantir direitos a partir de regulamentações do trabalho e serviços sociais públicos que ampliaram a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores. Por mais que as reformas fossem e devessem ser criticadas, também se constituíram em um legado da esquerda.

No Pós-Segunda Guerra, os chamados “anos de ouro” se caracterizaram pela implantação das reformas e a institucionalização do Estado social, levando em consideração as diferentes formações nacionais, a luta de classes e o papel do Estado. É evidente que o Estado social não é capaz de superar as desigualdades por meio de direitos sociais, já que a desigualdade é um elemento estruturante do capitalismo. Se, por um lado, o Estado social se mostrou imprescindível para criar condições objetivas de reprodução e integração da força de trabalho e reprodução ampliada do

capital, por outro, é inegável que a ampliação dos direitos sociais assegurou bens e serviços sociais públicos (BOSCHETTI, 2016, p. 49).

O que foi chamado de reforma se referiu à tendência temporal e geopoliticamente situada que configurou uma “combinação entre acumulação e diminuição dos níveis de desigualdade e redistribuição” (BEHRING, 2008, p. 129). De fato, o que as “reformas” neoliberais vêm promovendo é uma redução considerável dos direitos sociais, reconfigurando a intervenção estatal em favor do capital, diante de suas exigências exacerbadas de extração de mais-valor. O que se vivencia é um ambiente contrarreformista, uma reação burguesa conservadora e monetarista contra os direitos sociais, de natureza regressiva.

Convém ressaltar que, pelo fato de as reformas terem uma conotação positiva, o neoliberalismo vem adotando o termo de forma pragmática, “como se qualquer mudança implicasse uma reforma, não importando seu sentido sócio histórico e suas consequências sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 149). Por isso é importante reafirmar que se trata de contrarreformas.

Ao defender a abertura comercial e financeira e estabelecer marcos regulatórios que tenham por base a liberdade dos mercados privados, a Cepal promove uma alteração substancial no modo de ver o sistema centro-periferia, que é contrário à concepção anterior. Conforme Castelo (2009, p. 89), trata-se de uma nova etapa do estruturalismo latino-americano, que podemos chamar de *estruturalismo desestruturado*. Este se supõe teoricamente desenvolvido, mas está ausente de análises substantivas de questões econômicas, políticas e sociais estruturais.

A abertura comercial expôs as indústrias nacionais à competitividade com os países de parques industriais tecnológicos mais desenvolvidos, o que inviabilizou o avanço e, em alguns casos, a própria continuidade da produção interna, devido ao custo dos produtos importados em comparação com os produtos domésticos. A empresa transnacional se torna mais poderosa que o Estado-Nação, penetrando e se associando a este, de modo que os setores se desenvolvem mediante sua influência. Tais empresas se movem a partir das vantagens competitivas e, ao operar fora de seu país de origem, estabelecem relações complexas para extrair lucros, explorando ao máximo as desigualdades nacionais. O resultado é uma maior dependência tecnológica externa e uma maior dominação em relação aos períodos anteriores.

No que tange aos direitos sociais, o mercado é considerado a instância distributiva e pontencializadora da equidade, sendo esta última condicionada pela compra de bens e serviços (mercadorias) e não acessada a partir de serviços sociais públicos. O que se observa nas abordagens neo-estruturalistas da Cepal são os automatismos entre crescimento econômico, progresso técnico e equidade, pois progresso técnico induziria à acumulação de capital, que estaria relacionada automaticamente com as melhorias na equidade no que se refere à realização (venda) da produção de bens. Assim,

o progresso técnico e o aumento da produtividade são concebidos como conceitos em si mesmos, eliminando do horizonte de análise a contradição imanente entre a introdução da tecnologia na produção e a intensificação da exploração da força de trabalho.

Embora reconheça que os últimos avanços tecnológicos exigem das empresas uma maior adaptação às mudanças, a comissão mantém a ideia de que, no mercado mundial, a abertura é pré-requisito e, consequentemente, expõe cada vez mais as empresas à competitividade, pressionando para diminuição dos custos com o trabalho e sua proteção. Entretanto, são tratados como custos inevitáveis do progresso. No documento *O novo cenário laboral latino-americano* (CEPAL, 2009), o ponto de partida é a redução da proteção trabalhista ao projetar que o desenvolvimento deverá se basear em uma institucionalidade trabalhista mínima que favoreça a competitividade e a empregabilidade.

As recomendações para a empregabilidade se baseiam, essencialmente, na capacitação para um mercado de trabalho mais flexível para estimular a rotatividade de mão de obra e convergir com a competitividade das empresas. Como está explícito no documento: “os mercados de trabalho interno e externos com mais elementos de adaptatividade teriam papel importante no fomento da flexibilidade no processo produtivo” (CEPAL, 2009, p. 20). O pano de fundo em que se movem tais ideologias é a flexibilização, que, através dos processos de terceirização, elabora práticas que o capital já experimentou no passado, mesclando com as modernamente conhecidas (TAVARES, 2004). Essas construções ideológicas reforçam a visão de que a regulamentação deve ser eliminada ou consideravelmente reduzida por representar um entrave ao emprego, e não por trazer maior liberdade ao capital. Têm sido disseminadas de forma a promover a conciliação de classes, que impedem um rumo certo à luta de classes.

O emblemático dessas propostas é a retomada da conciliação entre crescimento econômico e desenvolvimento social; em outras palavras, “crescimento e equidade”, dimensões incompatíveis com a lógica do capital (MOTA et al., 2012, p. 160).

Dentro dos padrões estabelecidos pelo processo de mundialização do capital, a tendência do desenvolvimento capitalista é a de incorporar cada vez mais mecanismos de exploração da força de trabalho. Isso porque é próprio da dinâmica do desenvolvimento a reprodução e ampliação constante do diferencial internacional da produtividade do trabalho (MANDEL, 1982, p. 243). Assim, é totalmente falsa a hipótese do nivelamento das taxas de lucros em nível mundial, já que as discrepâncias de valor e de preço da mercadoria força de trabalho não são causas, mas efeito do diferencial de produtividade em nível mundial (MANDEL, 1982, p. 249).

As “saídas” capitalistas para a crise sintonizadas com a conciliação de classes não conseguem produzir enfrentamentos consideráveis diante das forças regressivas e destrutivas do capital e contribuem para o aperfei-

çoamento de discursos dos donos do poder, sempre empenhados em mudar algumas coisas de tal modo que nada se transforme.

Considerações finais

A crítica elaborada trouxe o debate do esgotamento da perspectiva civilizatória de programas que comungam com as “saídas” capitalistas para a crise, pois não fornecem concepções alternativas e coerentes acerca do modo como as economias capitalistas, particularmente as dependentes, devem ser conduzidas. Tampouco mobilizam possibilidades de enfrentamentos às regressivas contrarreformas em curso, que acentuam a barbarização da vida social. Nessa direção, o pensamento neoestruturalista da Cepal não pode ser considerado um contraponto ou mesmo uma alternativa ao projeto neoliberal, à medida que se reeditam, sob “novas” condições, os velhos signos da dependência, que acirram a dominação externa e que tendem a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população (OSÓRIO, 2012, p. 104).

Referências

- BEHRING, E. R. *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. S. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2007.
- BIELSCHOWSKY, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Vol. 1. Brasília: Record/Cepal/Cofecon, 2000.
- BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- CARCANHOLO, M. D. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova Cepal dentro do Consenso de Washington. *Revista Análise Econômica*, Rio Grande do Sul, v. 26, n. 49, 2008.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- CASTELO, R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *Revista Oikos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009.
- CEPAL. *Transformacion productiva con equidade (TPE)*. Chile: Cepal, 1990.
- _____. *América Latina: políticas para melhorar a inserção na economia mundial*. Chile: Cepal, 1994.
- _____. *O novo cenário laboral latino-americano: regulação, proteção e políticas ativas nos mercados de trabalho*. Chile: Cepal, 2009.
- CHESNAIS, F. O Capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org.). *A finança mundializada*. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/03.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- GRANEMANN, S. *Para uma interpretação marxista da previdência privada*. Tese (Doutorado) “ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2006.
- HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Editora Loyola, 2012.
- KUCINSKY, B.; BRANDFORD, S. *A ditadura da dívida – causas e consequências da dívida latino-americana*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1990.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MOTA, A. E. et al. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Org.). *Padrão de reprodução do capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

RODRÍGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Cepal, 2009.

TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*. Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TRASPADINI, R. *A teoria da (inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Outras expressões, 2014.

VITAGLIANO, L. F. *A CEPAL no fim do milênio: a resposta aos programas de ajustes neoliberais*. Campinas, 2004. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DOI: 10.12957/rep.2017.32751

Recebido em 01 de março de 2017.

Aprovado para publicação em 17 de julho de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Fundo público, política social e Venezuela Bolivariana

Public fund, social policy and Bolivarian Venezuela

Vicente Neves da Silva Ribeiro*

Resumo – A formação social venezuelana é caracterizada por sua condição de exportadora de petróleo e o papel cumprido pela renda petroleira internacional captada. Busca-se debater a relação entre renda petroleira, fundo público e política social durante a história recente da Venezuela, marcada sobretudo a partir de 1999 pelo processo bolivariano. A partir de uma discussão teórica mais geral sobre fundo público e política social, busca-se compreender a especificidade assumida no período recente na Venezuela, tendo em vista o aumento da renda petroleira disponível e a centralidade atribuída à questão social pelo governo bolivariano. Como conclusão indicamos a relação entre a população trabalhadora excedente e a renda petroleira como um traço marcante do processo bolivariano, bem como a presença de significativa fuga de capitais.

Palavras-chave: Venezuela; Renda Petroleira; Fundo Público; Política Social; Processo Bolivariano.

Abstract – The Venezuelan social formation is characterized by its condition of oil exporter and the role fulfilled by the international oil rents. This paper seeks to discuss the relationship between oil rents, public fund and social policy during the recent history of Venezuela, marked since 1999 by the Bolivarian process. From a more general theoretical discussion on the public fund and social policy, it is sought to understand the specificity assumed in the recent period in Venezuela in view of the increase of available oil rents and the centrality attributed to the social question by the Bolivarian government. As a conclusion, we indicate the relation between the surplus working population and the oil rents as an important feature of the Bolivarian process as well as the presence of significant capital flight.

Keywords: Venezuela; Oil Rent; Public Fund; Social Policy; Bolivarian Process.

* Historiador. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul. *Correspondência:* Av. Fernando Machado, 108 E, Centro, Chapecó - SC. CEP: 89802-112. Email: <vicente@uffs.edu.br>.

1. Introdução

No presente artigo buscamos debater como a especificidade da formação social venezuelana, sua condição de exportadora de petróleo, se atualiza na sua história recente a partir de algumas reflexões sobre o fundo público e a política social.

Em um primeiro momento apresentaremos uma discussão sobre o tema, dialogando com alguns autores que nos permitem aprofundar a discussão entre a ampliação do fundo público e a política social. Tendo esta referência, buscaremos realizar um pequeno roteiro de questões: luta por direitos; frações da classe dominante e fundo público; e precariado e classe média. Por fim, buscaremos evidenciar os diálogos das questões levantadas pelo processo bolivariano na Venezuela. Estaremos atentos à especificidade da constituição do fundo público venezuelano, definida pela significativa presença de um componente rentístico, bem como o aumento do volume de recursos destinado à política social a partir de 2003 até o final do governo Chávez, em 2013.

Pesquisar como a história da Venezuela contemporânea contribuiu para avivar um interesse sobre as reflexões sobre o Estado. Assim como, a condição de exportador de petróleo e a importância da apropriação do excedente petrolífero pelo Estado contribuem para esse interesse. Igualmente importante é a retomada do debate estratégico da esquerda, em especial com a chegada ao governo na América do Sul de diversas organizações historicamente vinculadas às classes populares. A questão do Estado, do governo e dos processos de transformação ganhou grande importância, em especial a partir da primeira década do século XXI.

Uma das marcas comuns não só do governo bolivariano na Venezuela mas ao conjunto dos governos chamados progressistas foi, em um contexto de aumento dos preços das exportações de produtos primários, a ampliação das políticas sociais. Mais do que isso, tais políticas transformaram-se em muitos casos na marca distintiva de tais governos, mobilizando tanto apoiadores quanto opositores. Busca-se aportar ao debate sobre tais políticas, debatendo seu lugar na reprodução da ordem do capital quanto nas lutas potencialmente emancipatórias que a adversam.

2. Estado, Fundo Público e Política Social

Buscaremos nesta primeira parte apresentar algumas reflexões sobre o Estado a partir do conceito de fundo público ou, dito de forma mais precisa, apresentar algumas reflexões sobre o fundo público a partir do conceito marxista de Estado. Se tais conceitos, Estado e fundo público, não podem ser reduzidos um ao outro, o vínculo estabelecido entre ambos é evidente.

A área do Serviço Social vem produzindo interessantes trabalhos de reflexão sobre a questão. Recusando-se a uma abordagem superficial ou apologética, a reflexão marxista nesta área contribui para dar agudeza e concretude ao debate sobre o Estado e, em especial, ao debate sobre o fundo público. A própria política social, chão no qual esta categoria profissional se localiza, é pensada em sua relação com o fundo público e a dinâmica do capitalismo contemporâneo (BEHRING, 2011; SALVADOR, 2012)

Elaine Behring e Evilásio Salvador tem como referência a obra de Ernest Mandel para abordar as características assumidas pelo Estado nesta nova fase. Para esse autor, o Estado capitalista irá se estruturar ao redor de três funções básicas: repressão, integração e promoção das condições gerais de produção. Ao longo do século XX, o raio de ação do Estado capitalista será constantemente ampliado, como atesta a parcela crescente da riqueza social por ele apropriada e redistribuída, colocando novos desafios à teoria marxista. Para Mandel (1982) esta última teria se dedicado sobretudo à análise das funções repressivas e integradoras do Estado capitalista, deixando em aberto a investigação de seu papel na promoção das condições gerais de produção.

Já em suas análises da dinâmica do capitalismo e, em especial, das contradições existentes entre uma estrutura cada vez mais socializada e a apropriação privada, Engels identificou no final do século XIX o papel crescente assumido pelo Estado, em muitos casos com a apropriação estatal de atividades essenciais. Tal processo não alteraria por si o capitalismo, tendo em vista que o Estado funcionaria como um “capitalista total ideal”, mas entretanto colocaria como tendência os limites do capitalismo (ENGELS, 2015).

Ao longo do século XX, efetivamente, para fazer frente às contradições do modo de produção capitalista, o Estado assumiu um vasto leque de funções, ampliando a parcela da riqueza social apropriada e redistribuída pelos seus canais. Cada vez mais o Estado cumpre papel decisivo nos interesses de classe gerais dos capitalistas, não somente através de suas funções repressivas e integradoras mas igualmente na promoção das condições gerais de produção. Apesar da retórica anti-estatal entoada por certos aparelhos privados de hegemonia capitalista, este é absolutamente indispensável para a acumulação de capital, estando tal retórica muito mais destinada a um disciplinamento da ação estatal do que à sua redução. Esta necessidade está inscrita na própria natureza do capital.

O capital é incapaz de produzir por si mesmo a natureza social de sua existência em suas ações; precisa de uma instituição independente, baseada nele próprio, mas que não esteja sujeita a suas limitações, cujas ações não sejam determinadas, portanto pela necessidade de produzir (sua própria) mais-valia. Essa instituição independente, “ao lado, mas fora da sociedade burguesa”, pode, baseada simplesmente no capital, satisfazer as necessidades imanentes negligenciadas pelo capital. [...] O

Estado não deve ser visto, portanto, nem como um simples instrumento nem como instituição que substitui o capital. Só pode ser considerado uma forma especial de preservação da existência social do capital “ao lado, mas fora da concorrência” (ALTVATER apud MANDEL, 1982, p. 336).

A pedra de toque da teoria marxista é o caráter de classe do Estado. Desta forma, uma das questões chave será sua autonomia relativa, necessária tanto para reproduzir seu caráter de classe quanto para exercer suas funções. Para Mandel,

[...] a autonomização do poder do Estado na sociedade burguesa é decorrência da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalista; mas essa mesma predominância impede que essa autonomização deixe de ser relativa (1982, p. 337).

O aumento do papel do Estado na reprodução das condições gerais de produção incrementa o protagonismo da ação estatal em relação à ação mais ou menos fragmentada dos capitalistas. Esta autonomia não atenua seu caráter de classe, tendo em vista que crescentemente, a ação estatal é incorporada de forma cada vez mais orgânica ao processo global de reprodução do capital.

Se o Estado nunca pode ser compreendido fora da luta de classes, esta passa a se inscrever cada vez mais dentro de seu aparelho, e se expressar nos seus próprios termos, expressando a disputa pelo excedente cada vez mais pelo intermédio do fundo público. A canalização dentro do aparelho de Estado das contradições sociais permite torná-las mais funcionais à reprodução global do capital. É neste contexto que ocorre uma ampliação crescente das funções sociais do Estado.

Outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou um impulso particular no período imperialista. Em certo sentido tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado, destinando-se a salvaguardar a dominação do capital de ataques mais radicais por parte dos trabalhadores. Mas ao mesmo tempo correspondeu também aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, ao assegurar a reconstituição física da força de trabalho onde ela estava ameaçada pela superexploração. A tendência à ampliação da legislação social determinou, por sua vez, uma redistribuição considerável do valor socialmente criado em favor do orçamento público, que tinha que absorver uma percentagem cada vez maior dos rendimentos sociais a fim de proporcionar uma base material adequada à escala ampliada do Estado do capital monopolista. (MANDEL, 1982, p. 338-339).

Seguindo essa trilha, Elaine Behring vai destacar a necessidade de uma compreensão da política social para além do binômio conquista/

concessão e buscará compreender seu lugar para a promoção das condições gerais de produção. Se no processo imediato de inscrição da política social no marco normativo do aparelho de Estado, o binômio conquista/concessão aparece como dominante, as determinações que permitem explicar seu sentido e alcance dependerão crescentemente de sua relação com as condições gerais de produção.

A autora destaca o aspecto contraditório da política social, pois tanto expressa o acesso à direitos pelos trabalhadores quanto contribui para a reprodução do capital (BEHRING, 2012, p. 178). Tal visão contribui para questionar uma visão da política social tão somente como resultado das lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida, não situando a importância dessa para a reprodução global do capital; mas igualmente questiona visões que perdem de vista sua condição de expressão da luta dos trabalhadores e da nada irrelevante questão de quais direitos serão ou não garantidos desde a ação estatal.

A política social passa a ocupar um lugar permanente no fundo público e justamente a luta de classes passará a se expressar em um conjunto de disputas para afirmar como se dará a articulação das várias dimensões desta política: salário social, qualificação da força de trabalho, realização do mais-valor, novo território de acumulação, contenção da sobrepopulação relativa.

3. Roteiro de questões para a discussão do fundo público A luta por direitos e o fundo público

Corre em paralelo a luta por direitos sociais e a ascensão do fundo público. De alguma maneira, a linha de menor resistência passou a pressionar por uma ampliação do fundo público visando incorporar uma gama crescente de direitos sociais. Conforme já indicamos acima, o que poderíamos chamar de legislação social é tanto expressão das lutas quanto das condições gerais de produção do capital. Novamente, as lutas populares não são externas à reprodução do capital, mas estão inscritas em sua dinâmica, definindo-lhe limites, mas ao mesmo tempo sendo pautadas pelo seu processo de reprodução. Por mais que não sejam plenamente solúveis no capital, tais lutas terão uma efetividade diferenciada de acordo com sua possibilidade de canalização e recuperação para a reprodução da ordem.

A ofensiva neoliberal se caracterizou por colocar em questão esses direitos e mais do que isso, a solapar a sociabilidade que permitiu sua emergência. Uma nova rodada de expropriações atinge os trabalhadores. Segundo Chico de Oliveira (1998), tal processo teria atingido o poder de negociação dos trabalhadores nos locais de trabalho e menos o volume de recursos destinado à política social. Tais recursos se tornam necessários, tendo em vista que estas novas expropriações pressionam parcelas crescentes da po-

pulação para a dependência da política social para sua reprodução. Por outro lado, o conteúdo da política social é disputada, visando inseri-la de forma mais estreita no circuito de valorização.

Frações capitalistas

Embasado na tradição marxista e especialmente na formulação realizada por Poulantzas (2000), a classe dominante deixa de ser compreendida como um todo unívoco, e passa a ser vista como um conjunto de frações que necessitam constantemente articular sua unidade. O aparelho de Estado será a arena desses conflitos e ao mesmo tempo o lugar no qual podem constituir-se os compromissos que asseguram essa unidade.

Para tal abordagem, a existência de frações na classe dominante será um elemento importante para compreender sua atuação política, em especial a interação estabelecida entre seus aparelhos privados de hegemonia e o Estado restrito. Tal abordagem permitirá ver com clareza esse movimento de conflito e unidade que caracteriza a classe capitalista e a importância do Estado para criar o terreno de luta e compromisso necessário à reprodução de cada uma das frações e da dinâmica do capitalismo.

As mudanças no capitalismo afetam as frações e seu lugar no bloco no poder. O que nos interessa debater igualmente é se tais transformações afetam de alguma maneira as linhas divisórias entre as frações. Sobre essas mudanças mais gerais, afirma Virgínia Fontes (2010, p. 155):

Na segunda metade do século XX ocorreria uma efetiva “união íntima” entre capitais de quaisquer origem, embora de outro tipo, que, progressivamente, perderia o formato de uma união evidente entre “espécies” diversas de capitalistas, aproximando-se mais da formulação marxiana da concentração do capital sob pura forma monetária, do capital portador de juros ou, ainda, do predomínio da pura propriedade de recursos sociais de produção. Com isso, a concentração da propriedade superaria de fato a propriedade imediata dos meios diretos de produção, indo muito além de uma junção entre capitalistas industriais e bancários. O novo patamar de concentração deriva do impulso monopólico propiciado pelo estreitamento da relações entre dois tipos específicos de grandes capitalistas (o capitão de indústria e o banqueiro) característico do início (e de boa parte) do século XX, porém desembocou na constituição de imensos conglomerados multinacionais para, finalmente, se encaminhar em direção a uma propriedade quase descarnada do capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos.

Considerando o movimento que vai da união íntima à pura propriedade: como tais mudanças afetam os critérios para demarcar as frações da classe dominante? Considerando a ascensão da importância do fundo público: a posição frente a este não ganharia relevância para delimitar as frações?

Neste contexto, identifica-se a emergência de aparelhos privados de hegemonia nos quais divisões como fração agrária, industrial, bancária, perderiam relevância. Mantendo tais delimitações, poderíamos pensar numa perda de importância da divisão da classe capitalista em frações em prol de uma unidade mais orgânica da classe capitalista, unida em torno da pura propriedade. Entretanto, como aponta Virgínia Fontes, não se trata de uma diminuição das tensões inter-burguesas, mas sim de uma reconfiguração sobre quais divisões as exprimem mais centralmente: divisão funcional (capital bancário, comercial, fabril), divisão por tamanho (pequeno, médio, grande), por escala de atuação (local, regional, nacional, multinacional), por tipo de acesso ao sobretrabalho (renda x lucro). Assim, se o movimento caminha nessa direção não é possível restringir a análise das contradições dentro da classe dominante a frações estabelecidas de forma estática.

Precariado e classe média

Esse mesmo debate pode ser realizado para a classe trabalhadora. Para isso, é igualmente necessário questionar pelo menos duas categorias que tendem, no limite, a diminuir a importância do proletariado no capitalismo contemporâneo ao retirar do seu âmbito alguma de suas parcelas constitutivas, por diferenças na sua remuneração, formalização, estabilidade da relação de trabalho, etc. São elas o precariado e a classe média.

A discussão apresentada por Ruy Braga (2014) sobre o precariado é elucidativa. Dialogando com os autores que situam as novas condições sob as quais se realiza o trabalho como as bases para uma nova classe social, Braga demonstra como se trata não de uma nova classe mas justamente dos segmentos mais precarizados da própria classe trabalhadora. Manter tal setor como parte do proletariado, permite uma visão menos dependente de formas particulares como tal condição de classe se manifesta, por exemplo, com um grau elevado de regulamentação da exploração mediante uma certa configuração do contrato de trabalho.

O conceito de classe média, como o que esteve presente no discurso de “país de classe média”, abarca trabalhadores que, tomando como referência o salário mínimo necessário calculado pelo Dieese, sequer atingem o patamar básico para reproduzir sua força de trabalho em condições normais. Entretanto, mesmo para os setores da população cujo salário lhes permite reproduzir-se acima das condições normais, segmento que, diga-se de passagem não se incrementou durante o ciclo de governos progressistas, situá-los fora da classe trabalhadora retira outra parcela importante da classe trabalhadora, indispensável para sua compreensão e para a dinâmica do capitalismo.

A reflexão marxiana sobre o tema é de crucial importância, em especial quando aborda a sobrepopulação relativa (MARX, 2013; KABAT, 2009; MATTOS, 2013). Longe de uma compreensão estreita do proletariado,

Marx apresenta uma visão que une na mesma classe ocupados e não ocupados, diretamente produtivos e improdutivos, etc. Essa concepção ampla do proletariado é necessária para sua explicação da lei geral da acumulação capitalista. Tendo como ponto de partida essa concepção ampla de proletariado, daí é possível ancorar a discussão sobre as frações de classe, considerando que as citadas diferenças nas diversas dimensões da classe serão decisivas para uma aproximação mais concreta de sua dinâmica.

Tais apreciações são de grande importância para a compreensão da Venezuela contemporânea. Assim como para os demais países da América Latina, a formação social venezuelana é caracterizada por vastas parcelas da classe trabalhadora não vinculadas a relações formais de trabalho, imersas na informalidade e no trabalho por conta própria. Por outro lado, os setores da classe trabalhadora inseridos em relações de exploração com maior formalidade e estabilidade são muitas vezes identificados e auto-identificados como classe média.

A tendência a cindir a classe trabalhadora em três ou mais partes, enfatizando suas diferenças no terreno do consumo, tem uma base real desde a qual se erige. Entretanto é prisioneira de uma visão fragmentária do processo social, podendo reproduzir ao infinito novas divisões que perdem de vista o papel da classe para a compreensão da dinâmica do capitalismo. Mais do que isso, tal visão é fundamental para fortalecer como diferenças antagônicas os traços que constituem a variada morfologia da classe trabalhadora. A funcionalidade ideológica desta perspectiva não pode ser subestimada, pois traça fronteiras intransponíveis entre os diversos segmentos de trabalhadores, dificultando o estabelecimento de relações de solidariedade.

4. Fundo público, política social e Venezuela bolivariana Política social venezuelana e fundo público

O processo bolivariano se caracteriza por uma ampliação da política social, especialmente voltada para os segmentos mais pobres da população. Este processo esteve sustentado em uma ampliação do fundo público, não através de um aumento do excedente produzido internamente apropriado pelo Estado, mas devido ao aumento do excedente petroleiro arrecadado enquanto renda. Este será um elemento decisivo. Mais do que um processo de redistribuição através de uma maior progressividade na tributação, trata-se de uma distribuição de uma renda petroleira internacional, produzida no âmbito do mercado mundial e captada pelo Estado venezuelano na condição de proprietário de um recurso natural.

A explicação das características e amplitude dos segmentos mais pobres da população deve ser lida desde o conceito de população trabalhadora excedente para o capital. Como veremos, a renda petroleira permitirá

melhorar as condições de vida deste setor sem modificar as determinações estruturais que o reproduzem.

É decisivo abordar a política social para além dos próprios termos nos quais se apresenta, isto é, do discurso e das informações produzidos sobretudo desde o aparelho de Estado. Seguindo as indicações adiantadas anteriormente, buscaremos dialogar com os autores que situam a relação entre política social, renda petroleira e sobrepopulação relativa.

A tese apresentada por Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) é que a política social venezuelana está voltada à contenção da crescente população excedente para o capital. Realizando uma interessante comparação entre Argentina e Venezuela, os autores defendem que durante o período neoliberal já poderia ser identificado um aumento do gasto social, que veio a ser intensificado durante o período chavista e kirchnerista. A mudança realizada durante tais governos, fundamentalmente quantitativa, estaria vinculada ao aumento da apropriação da renda da terra internacional pelo Estado.

Para o caso venezuelano, podemos relacionar essa situação com a crise da acumulação de capital sustentada na apropriação da renda petroleira que ocorre desde o final da década 1970. Como demonstra Asdrúbal Baptista (2010), o capitalismo rentístico a partir de determinado momento deixa de potencializar a acumulação de capital em território venezuelano, quando medida pela formação bruta de capital fixo. Desta forma, uma parcela crescente do orçamento público deverá ser destinada à população trabalhadora excedente, que não é empregada diretamente pelo capital ou é remunerada abaixo do necessária para sua reprodução. E tão importante quanto isso é a fuga estrutural de divisas que caracteriza o país e que atinge sua máxima potência nos períodos de auge petroleiro (MEDINA SMITH, 2004; SUTHERLAND, 2016).

Seiffer, Kornblihtt e de Luca (2012) defendem a inexistência de mudanças radicais na política social, indicando a existência somente de uma ampliação do gasto social, aprofundando uma tendência existente no período neoliberal. Seria necessário destacar, entretanto, que a ampliação da renda petroleira disponível foi objeto de aguda disputa política entre os anos 2001 e 2003 não se tratando, portanto, de mero resultado do aumento dos preços do petróleo. Assim, a retomada da estratégia de maximização da renda petroleira se enfrentou com uma estratégia de acumulação do capital no setor petroleiro, dentro e fora das fronteiras da Venezuela, que reservava ao proletariado venezuelano a manutenção de sua condição excedente para o capital e uma deterioração contínua das suas condições de vida. Compreender essa tensão e a forma como tal disputa ocorreu entre os anos 2001 e 2003 será decisivo para caracterizarmos o processo bolivariano.

Em todo caso, apreciação de Seiffer, Kornblihtt e de Luca é bastante interessante, pois questiona uma visão excessivamente otimista da ampliação do gasto social. O projeto bolivariano, expresso na Agenda Alternativa

Bolivariana, estava ancorado em uma ampliação da arrecadação fiscal petrolífera e no pagamento da chamada dívida social, produzindo um ponto cego para as reflexões críticas. Nada mais representativo desta visão do que a apresentação do aumento do gasto social como percentual do gasto público total como uma evidência conclusiva do processo de transformação social em curso.

Como alguns textos de Jorge Giordani (2009) indicam, a necessidade de resolver necessidades urgentes da população, pela via do consumo, foi priorizada frente a investimentos que permitissem ampliar a capacidade produtiva do país. Uma parcela crescente da população venezuelana que vivia em condições de pobreza e pobreza extrema ampliou seu nível de vida, passando a um acesso ampliado à alimentação, educação e saúde. Entretanto, tais políticas estiveram dependentes de uma renda petrolífera crescente, como tornou-se dramaticamente evidente a partir da queda dos preços do petróleo em 2014.

Nesse contexto de melhoria de vida da população trabalhadora, em especial a parcela não empregada diretamente pelo capital, os capitalistas venezuelanos se movimentaram para se apropriar de parcela crescente da renda petrolífera e realizar uma das mais significativas fuga de capitais da história (SUTHERLAND, 2016). O processo de acumulação venezuelano tendeu a exportar capital ao longo dos anos, mesmo em um contexto de controle de câmbio. Tais regulações não foram capazes de impedir que ao longo dos últimos anos os recursos em contas no exterior de venezuelanos aumentassem de forma crescente.

Burocracia e fundo público

Conforme indicamos acima, o fundo público venezuelano tem como característica um significativo componente rentístico. Isto o torna agudamente dependente do mercado mundial e relativamente independente dos processos produtivos realizados no âmbito nacional. Esta situação nos permite colocar a especificidade da autonomia relativa do Estado venezuelano e igualmente a autonomia relativa que a burocracia pode deter em certas circunstâncias.

Entretanto, a autonomia da burocracia rentista está centrada menos no seu controle sobre os processos de produção e circulação internos e mais sobre a apropriação primária do excedente petrolífero na forma monetária. Desta forma, a distribuição e circulação do provento rentístico obedece a determinações que tendem a direcioná-lo para os capitalistas. Esta será basicamente a tese de Asdrúbal Baptista: o lucro excedente do setor petrolífero se tornará lucro excedente do setor não-petrolífero, mediado pela sua apropriação enquanto renda pelo Estado (2004).

O processo bolivariano a partir de 2003 irá se caracterizar por um controle de câmbio que será mantido durante um auge petrolífero. Fato

pouco usual na história venezuelana, os controles de câmbio anteriores ocorreram em período de queda da renda petroleira disponível. Isso permitiu que a burocracia obtivesse uma maior autonomia, pois não estava regulando o acesso à escassez de divisas e sim a uma verdadeira enchente de petrodólares.

Podemos falar de modalidades diferenciais de autonomia da burocracia e a partir desta visão analisar de forma mais detida a relação desta com os capitalistas. Para pensar essa relação podemos contrastar com a seguinte citação de Mandel (1982, p. 345):

Quais são os mecanismos concretos pelos quais se exerce o controle da classe burguesa sobre o aparelho de Estado no capitalismo tardio? A dominação financeira e econômica da máquina estatal – segundo o axioma marxista de que a classe social que controla o sobreproduto social controla também a superestrutura financiada por ele – continua prevalecendo em grande medida, ainda que seja cada vez menos enfatizada nos escritos mar-xistas mais recentes sobre essa questão.

Justamente a sustentação fiscal do aparelho de Estado na Venezuela detém características específicas que lhe conferem uma modalidade diferencial de autonomia em relação aos capitalistas. Mas esta modalidade de autonomia relativa em relação aos capitalistas nacionais tem como contraparte uma ampliada dependência do capital global, do mercado mundial. Mais do que isso, a renda petroleira internacional é uma parcela do dinheiro mundial apropriada devido à propriedade sobre parcelas monopolizáveis da natureza e no curso de apropriação mudará suas formas sem perder seu conteúdo.

Estas características irão determinar a forma como essa burocracia atuará para ampliar seu poder, não só convertendo-o em dinheiro, mas aprofundando, por vezes, essa condição e transitando ela mesma para a condição capitalista. Considerando as características do excedente apropriado, uma renda da terra internacional, não é surpreendente que sua acumulação ocorra no exterior

Proletariado e capitalismo rentístico

A situação da classe trabalhadora venezuelana revela algumas características importantes. Por um lado, um alto grau de proletarização e por outro um conjunto de diferenciações que dão lugar a diferentes frações. Como afirmam De Luca, Seiffer e Kornblitt:

Lejos de ser homogénea, se trata de una clase obrera atravesada por diferentes fracciones producto del tipo de fuerza de trabajo que venden, o incluso del hecho de que ésta pueda o no venderse en condiciones normales. Es decir, dichas divisiones están determinadas por el carácter del capital que las emplea (o desemplea).

En este sentido, observamos que la historia venezolana está marcada en las últimas décadas por un colapso económico producto de una mayoría de capitales que, incapaces de sostener la productividad media, quedan relegados en la competencia internacional. El resultado, como veremos, es un aumento de las fracciones de la clase obrera que el capital no explota en forma directa (desempleo abierto), o que lo hace en condiciones peores a la media mundial (sobreenpleo, empleo informal, empleo público, y en ramas de producción obsoletas). (DE LUCA; SEIFFER; KORNBLIHTT, p. 159, 2013).

Os autores explicam o colapso existente pela incapacidade da maioria dos capitais sustentar a produtividade média e serem competitivos em nível mundial. Ao longo do século XX, os processos desenvolvimentistas se basearam numa transferência dos setores que capturam a renda da terra internacional para sustentar o processo de acumulação em setores com produtividade abaixo da média mundial, como o setor industrial. Este processo ocorreu de forma marcante na Venezuela através de diversos mecanismos de transferência: baixa carga fiscal, crédito subsidiado, demanda efetiva garantida, barreiras alfandegárias às importações de certos bens finais, subsídios cambiais às importações de insumos, máquinas e equipamentos. De acordo com os autores, assim como nos demais países latino-americanos o processo de expansão industrial se dá por meio de transferências de uma renda da terra internacional associada ao setor primário-exportador, no caso da Venezuela, o setor petrolífero.

Esse processo se detém no final da década de 1970 com aquilo que Baptista chama de colapso da acumulação rentística de capital. Em que pese um conjunto de políticas para sustentar a acumulação de capital no setor industrial, o auge petrolífero da década de 1970 tem como consequência uma sobreacumulação de capital que tendeu a incrementar a fuga de divisas (traço estrutural da economia venezuelana acentuado em período de auge) e uma queda abrupta do investimento.

Se existe uma quase total proletarianização da força de trabalho na formação social venezuelana, parcela expressiva desta não é diretamente explorada pelo capital, entre os quais se encontram um vasto contingente de servidores públicos (atualmente cerca de um terço assalariados) e um perene setor de trabalhadores por conta própria, ao qual voltaremos mais adiante.

O colapso da acumulação rentística de capital tem como uma de suas evidências a queda da população formalmente assalariada. Ater-se à presença do contrato formal de trabalho para uma definição do assalariamento e até mesmo da proletarianização oculta a manutenção de um vasto proletariado, expropriado, inclusive, de determinado quadro jurídico para sua exploração (FONTES, 2010). Tal situação não atenua em nada sua condição proletária, pelo contrário, aprofunda tal condição ampliando o grau de exploração.

Conforme indicamos mais acima, uma das chaves do debate sobre o grau de proletarianização da população venezuelana são os setores definidos

nos levantamentos do Instituto Nacional de Estatística como trabalhadores por conta própria, os cuentapropistas. Visando identificar a condição proletária deste segmento, De Luca, Seiffer e Kornblihtt (2013, p. 162) analisam a média de remuneração dos cuentapropistas em relação à média salarial e evidenciam que esta encontra-se permanentemente por baixo, oscilando entre 65%-75% da remuneração dos assalariados. Constitui-se uma evidência interessante do caráter proletário deste setor, não permitindo assimilá-lo à produção mercantil simples.

Em poucas palavras, a Venezuela se caracteriza por uma extensa e aprofundada proletarização de sua população, pela magnitude da sobrepopulação relativa e pelo papel cumprido pela renda petroleira para conter as consequências desta brecha.

Justamente este papel será acentuado pelo colapso da acumulação rentística de capital. Uma parcela crescente da população deverá submeter-se à condições de exploração ainda mais violentas, tendo em vista a ausência de contrato de trabalho. Outra parte deverá reproduzir-se trabalhando por conta própria, sem atenuar de nenhuma maneira sua condição proletária.

5. O processo bolivariano como resposta ao colapso do capitalismo rentístico: renda petroleira e política social

O colapso do capitalismo rentístico no final da década 1970 deteriorou as condições de vida da maioria da população, especialmente a partir do momento em que a renda petroleira não foi capaz de sustentar a sobrepopulação relativa gerada pelo colapso. Pouco antes das eleições de 1998 e com o preço do petróleo aproximando-se em termos reais dos patamares anteriores à década de 1970, a maioria da população foi jogada na pobreza e na pobreza extrema. O programa de Hugo Chávez vai crescentemente se sustentar na busca da ampliação da arrecadação fiscal petroleira para pagar a, assim chamada, dívida social. Estes dois elementos serão decisivos para compreender o processo bolivariano. Por um lado, o caminho para expandir a arrecadação estatal passava por uma dupla estratégia que afirmava a propriedade nacional sobre o petróleo tanto frente aos países consumidores quanto frente à empresa pública extratora, a Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). O governo Chávez encabeçou uma retomada da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, diminuindo de forma coordenada a extração de petróleo e realizando uma estratégia de bandas, com um piso e um teto nos preços do petróleo que permitiria aos países exportadores regularem sua oferta de petróleo no mercado mundial. Expressão deste novo momento foi a realização da II Cúpula da OPEP em Caracas. Os preços do petróleo dependem de um conjunto de variáveis nas quais se incluem, para além de seus aspectos físicos de oferta, demanda, investimentos, um componente especulativo importante, dificultando estabelecer uma cau-

salidade linear para a dinâmica dos preços do petróleo. Entretanto, é possível afirmar que o aumento dos preços do petróleo ocorrido na virada do século esteve relacionada à maior coordenação dos países de exportadores, ainda que os aumentos posteriores se devam em grande medida a outros fatores.

A afirmação da propriedade nacional seria realizada igualmente na sua relação com a PDVSA, empresa petroleira que tem como único acionista o Estado venezuelano. A crise dos anos 80 e 90 assistiu a emergência de uma estratégia própria da petroleira, centrada na sua expansão como empresa global em detrimento de sua contribuição fiscal. O caminho seguido pelo governo foi através da Lei Orgânica de Hidrocarbonetos de 2001, ampliando os *royalties*, impostos fixos que dependem dos preços e volumes exportados, em detrimento dos impostos cobrados após a dedução dos custos, incidindo somente sobre o excedente de exploração. A aprovação desta lei e a nomeação de uma nova junta diretiva para PDVSA foi decisiva para abrir um período de agudas disputas no qual, em contexto polarizado e com alto grau de mobilização entre ambos os campos, a Venezuela viveu entre marchas e contramarchas e ocasionalmente entre golpes e contragolpes.

Este será o eixo orientador do governo bolivariano: pagar a dívida social através de um conjunto de políticas sociais sustentado na expansão da renda petroleira. A questão social venezuelana está estreitamente relacionada à sobrepopulação relativa, ampliada pelo colapso da acumulação rentística de capital. O novo ciclo aberto a partir de 2003, ao qual às políticas de aumento da arrecadação fiscal petroleira se somam a um aumento sustentado dos preços do petróleo, se caracterizará pela criação de políticas sociais massivas e pela elevação do nível de vida de amplas parcelas da população. Durante esse ciclo, inaugurado por um violento enfrentamento aos setores empresariais e gerenciais da Venezuela e sustentado em uma crescente renda petroleira, emerge uma perspectiva socialista.

Excede os limites deste trabalho realizar um estudo mais detido sobre os sentidos do socialismo presentes no processo bolivariano. Há indicações importantes que, tanto pelas as políticas públicas quanto pela compreensão de grande parte da população, sua definição passa pela centralidade da política social. Como vimos acima, a emergência da “questão social” é inerente à história do capitalismo e está associada ao aumento de uma sobrepopulação relativa. Justamente, os mecanismos que provocam tal aumento não foram colocados em questão, restringindo-se a uma ampliação dos recursos destinados a mitigar suas consequências.

Considerações finais

O processo bolivariano se apresenta como a emergência de um sujeito político, o povo bolivariano, que afirma-se como proprietário de uma riqueza natural e pode, graças a isso, melhorar suas condições de vida.

Justamente mora aí o potencial e o limite desse processo. Essa melhoria das condições de vida é dependente de uma ampliação da capacidade de compra no mercado mundial sustentada pela renda petroleira internacional. Destaca-se ainda que parcela crescente desta renda tenderá a se acumular no exterior, mediante uma fuga de capitais acentuada durante o período de auge petroleiro. Esse limite, já intuído no período do auge petroleiro e vivido hoje de forma dramática, se funda em não ter superado sua condição estruturalmente dependente de um processo de acumulação de capital incapaz de incorporar parcelas crescentes da sua população trabalhadora, podendo eventualmente mitigar sua condição de forma temporária pela presença massiva da renda petroleira.

A reflexão crítica sobre Estado, fundo público e política social desenvolvida na área do Serviço Social brasileiro tem grande contribuição para a explicação do processo bolivariano. Pensar criticamente desde a própria contradição, como o fazem alguns de seus intelectuais, permite nos aproximar das experiências do ciclo de governos de esquerda da América Latina, focando não tanto em suas mais evidentes debilidades, mas sim nas suas aparentes fortalezas. A crise vivida atualmente pela Venezuela dá a medida da urgência dessa reflexão para as lutas emancipatórias dos trabalhadores.

Referências

BAPTISTA, A. *Teoriã econoimica del capitalismo rentiistico*. Caracas: BCV, 2010.

BEHRING, E. R. *Política social no capitalismo tardio*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Rotação do capital e crise: fundamentos para o fundo público e a política social. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financeirização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, p. 153-180, 2012.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul Global. *Revista Outubro*, n. 22, p. 35-61, 2o Sem. de 2014.

DE LUCA, R.; SEIFFER, T.; KORNBLIHTT, J. Gasto social y consolidación de la sobrepoblación relativa durante el chavismo (1998-2010). *Revista de Estudios Sociales*, n. 46, p. 158-176, mai-ago de 2013.

ENGELS, F. *Anti-Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FONTES, V. *Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GIORDANI, J. *La transición venezolana al socialismo*. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

KABAT, M. La sobrepoblación relativa. El aspecto menos conocido de la concepción marxista de la clase obrera. *Anuario CEICS 2009*, Buenos Aires, 2009, p. 109-128.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. *O capital*. Crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, M. B. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n.21, 2º Sem. de 2013.

MEDINA SMITH, E. J. *La fuga de capitales en Venezuela, 1950-1999*. Caracas: BCV, 2004.

OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. In: SALVADOR, E. et al. (org.). *Financerização, fundo público e política social*. São Paulo: Cortez, p. 123-152, 2012.

SEIFFER, T.; KORNBLIHTT, J.; DE LUCA, R. El gasto social como contención de la población obrera sobrante durante el kirschnerismo y el chavismo (2003-2010). *Cuadernos de Trabajo Social*, v. 25, n. 1, p. 33-47, 2012.

SUTHERLAND, M. 2016: la peor de las crisis económicas, causas, medidas y crónica de una ruína anunciada. Caracas: CIFO, 2016.

DOI: 10.12957/rep.2017.32753

Recebido em 01 de setembro de 2017.

Aprovado para publicação em 23 de janeiro de 2018.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Reflexões acerca da construção dos direitos humanos e seu diálogo com o marxismo

Reflections on the construction of human rights and their dialogue with Marxism

Rafaela Ribeiro Saraiva da Costa*

Resumo – O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os direitos humanos a partir da exposição das determinações histórico-sociais que incidem sobre a aquisição histórica e processual dos direitos. Buscaremos realizar uma interlocução com a crítica marxiana, tecida no ensaio *A questão judaica* (1844), que aponta os limites postos à sociedade burguesa e a restrição dos direitos no campo da emancipação política.

Palavras-chave: direitos; direitos humanos; emancipação política; emancipação humana.

Abstract – This article aims to reflect on human rights from the exposition of historical and social determinations that affect the historical and procedural acquisition of rights. We will seek to establish a dialogue with the marxian critique, woven in the essay *The Jewish Question* (1844) which points out the limits placed on bourgeois society and the restriction of rights in the field of political emancipation.

Keywords: rights; human rights; political emancipation; human emancipation.

1. Breve recuperação histórica das lutas por incorporação de direitos

Para que as ideias transformadoras se concretizem na realidade faz-se necessário que existam condições sociais e históricas que favoreçam as mudanças. É preciso também que os grupos sociais consigam resistir às pressões dos seus oponentes. Diante dessas exigências, é difícil reunir todos esses elementos em um momento específico e concreto, mas, no caso dos direitos humanos, tais fatores estavam minimamente combinados em alguns países da Europa Ocidental, no século XVIII, e, em particular, na França. Essas forças foram gestadas durante um longo período da história e não se deram de forma imediata, mas processual. Por esse motivo, a compreensão

* Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assistente Social do Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira. *Correspondência:* Rua Quarenta e Três, 24, São Francisco – Cabo de Santo Agostinho – PE. CEP: 54530-530. Email: <rafinhasaraivach@gmail.com>.

histórica não pode se dar em etapas, visto que existe uma constante correlação de forças sociais em ação.

Podemos mencionar, como forças sociais e históricas que contribuíram para a construção de um conjunto de direitos, três elementos: o feudalismo, a peste negra e o surgimento da burguesia enquanto classe social. O feudalismo caracteriza-se como um sistema econômico que se baseava em uma rígida estratificação social, fundado no princípio do privilégio de nascimento, no qual o servo, o último estrato da hierarquia social, deveria pagar impostos aos nobres e ao clero. Cabia ao servo uma série de obrigações para com o seu senhor, como, por exemplo, prestar serviços na casa, no castelo e nas igrejas e lutar nas guerras quando convocado (TRINDADE, 2002). Esse sistema baseava-se ainda no uso comum da terra, onde os vassallos plantavam nas áreas produtivas, mas pelo menos um terço da produção deveria ser entregue ao senhor; o restante era destinado à sobrevivência. Além de entregar um terço da produção, eles eram obrigados à corveia (trabalho gratuito), em que o servo e seus familiares tinham que trabalhar dois ou três dias da semana nas terras do senhor feudal.

No feudalismo, o servo diferia do escravo em dois aspectos: a) não poderia ser vendido, pois pertencia à terra, só podendo ser transferido de senhor caso a terra fosse vendida; b) recebia, por parte do senhor, uma parcela dos rendimentos da produção. Devido à forma como funcionava o feudalismo, este se caracteriza por: produzir pouco excedente; ser um modo de produção de subsistência; existir poucas trocas entre os feudos e ser, predominantemente, rural.

A *peste negra* (1348), segundo Trindade (2002), representou um importante evento histórico impulsionador do direito à liberdade.

A peste negra ficou conhecida na história como uma doença responsável por uma das mais trágicas epidemias que assolaram o mundo Ocidental. Chegando pela Península Itálica, em 1348, essa doença afligiu tanto o corpo, quanto o imaginário de populações inteiras que sentiam a mudança dos tempos por meio de uma manifestação física. Assim como a Aids, a peste negra foi considerada por muitos um castigo divino contra os hábitos pecaminosos da sociedade. (SOUSA, 2017).

Com o despovoamento da Europa Ocidental devido ao grande número de vítimas da peste negra, ocorreu escassez de trabalhadores e, consequentemente, um aumento no valor do trabalho alugado. Os camponeses perceberam nessa situação uma oportunidade de fortalecimento da sua luta, pois naquele contexto tinham como enfrentar os senhores e exigir, através da força, as concessões que não conseguiram conquistar de outra forma. Isso só foi possível porque os camponeses possuíam como moeda de barganha a sua força de trabalho, que se tornava cada vez mais rara, tendo em vista que poucos sobreviveram. Além disso, a peste negra atingiu nobres, clero e plebeus, desconstruindo a ideia de que a nobreza e

os sacerdotes teriam proteção divina. Diante desses elementos, o século XIV foi marcado por convulsões e revoltas camponesas contra os impostos, a fome e as más condições de vida às quais estavam submetidos.

O surgimento da burguesia como uma nova classe social é um dos elementos que contribuíram para o processo histórico de aquisição de direitos civis. Essa classe intermediária era composta por pessoas livres que conseguiram se desvincular do seu senhor ou que haviam fugido ou comprado a sua liberdade. Pessoas vindas de famílias que tinham se dedicado, exclusivamente, às atividades artesanais ou eram funcionários públicos, advogados ou que não possuíam ocupação.

Com o passar do tempo, essa classe foi construindo a sua hegemonia e conseguindo se consolidar. Nos séculos XV e XVI já emprestavam dinheiro aos reis, forneciam assessores para administrar o Estado e estavam envolvidos em todos os negócios que surgiam na época.

Entre os séculos XVII e XVIII, a burguesia já estava bastante diversificada em vários estratos, desde mestre artesão que expandiram suas oficinas contratando muitos empregados e montando manufaturas até grandes (para a época) industriais e banqueiros, e constituía o que pode ser chamado de uma classe média- no sentido de ser intermediário entre a aristocracia e a grande massa do povo. (TRINDADE, 2002, p. 25).

Essa nova classe tinha interesse em ver o declínio do feudalismo, pois a ideologia que predominava impedia a acumulação de riquezas, o lucro, o desenvolvimento do trabalho assalariado (base do capitalismo) e a expansão dos mercados. Os elementos de contradição interna do feudalismo foram as molas propulsoras da sua transformação. A derrocada do feudalismo se deu de forma dialética, processual e inserida em um contexto histórico em que as forças econômicas e sociais o sufocaram, até o ponto em que o sistema deu lugar ao capitalismo e este montou suas bases por dentro do sistema vigente. Esse processo viria a resultar na tomada de poder por parte da burguesia, que tem na Revolução Francesa (1789) o seu ponto máximo, provocando profundas transformações no sistema de direitos.

No tópico seguinte será discutido o contexto histórico em que se desenvolveram os direitos humanos, sendo importante ressaltar que não se trata de um movimento linear, e sim processual, marcado por avanços e retrocessos. Realizamos as divisões em ciclos para destacar os principais elementos de cada momento histórico.

1.1 1º ciclo (séculos XVII e XVIII)

Segundo Trindade (2002), podemos dividir cronologicamente a aquisição dos direitos humanos em três ciclos: o primeiro ciclo, compreendido entre os séculos XVII e XVIII, está relacionado à construção pro-

gressiva de uma nova sociedade diferente da que havia na Idade Média, estando diretamente relacionada aos elementos citados anteriormente. É nesse momento da história que os estados modernos se constituem e ocorre a substituição dos privilégios feudais pelos direitos burgueses.

Quatro marcos históricos foram fundamentais para a aquisição dos direitos civis e políticos: a Revolução Puritana (1640), a Revolução Gloriosa (1688)¹, a luta pela independência dos EUA (1776) e a Revolução Francesa (1789). Esta última é a mais importante para a conquista de tais direitos, porque projetou os seus ideais para além das fronteiras francesas, ou seja, com ela “os direitos passam a ter um caráter universal” (MONDAINI, 2006, p. 65).

Nesse momento histórico a liberdade é o princípio mais evocado por todas essas revoluções, pois só o ser livre seria capaz de escolher; ou melhor, quando um povo é livre tem possibilidades de escolha e pode construir a sua própria história. Apesar disso, adiantando alguns elementos da crítica de Marx (2009), essa liberdade posta pelas revoluções burguesas está intrinsecamente vinculada à sociabilidade capitalista e, por esse motivo, só pode ser exercida dentro das limitações que ela impõe. Somente a emancipação humana permitiria ao ser humano vivenciar uma liberdade plena e sem restrições.

A *Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão*, promulgada durante a Revolução Francesa, segundo Trindade (2002), é o atestado de óbito do regime feudal, pois rompe com algo que fundamentava aquele sistema: o privilégio de nascimento.

Os homens nascem e são livres e iguais em direitos (artigo 1º) e ‘a finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescindíveis do homem’ (2º artigo). Quais são esses direitos? São quatro: ‘a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (2º artigo)’.

A soberania foi atribuída, no artigo 3º, à ‘Nação’ (fórmula unificadora) e não ao povo (expressão rejeitada, pelo que podia conter reconhecimento das diferenças sociais). A liberdade (4º artigo ‘pode fazer tudo aquilo que não prejudique a outrem’) só pode ser limitada pela lei, que deve proibir as ‘ações prejudiciais à sociedade’ (5º artigo). A lei ‘deve ser a mesma para todos’ (6º artigo). (TRINDADE, 2002, p. 53).

O direito à propriedade é o único que na *Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão* é considerado como inviolável e sagrado. Sobre esse direito, Karl Marx (2009) faz uma crítica, já que a propriedade privada é a base de exploração de um homem sobre o outro. O direito de ter propriedade estabelece uma igualdade jurídico-formal, em que todos possuem

¹ Segundo Trindade (2002, p. 81), essa revolução foi o coroamento de um longo processo histórico de disputas da aristocracia e da burguesia inglesas contra os seus reis.

o direito de ser proprietários, mas que não garante as condições para que todos o sejam.

A defesa da propriedade privada é basilar, tendo em vista que a declaração daqueles direitos foi proposta por uma classe com interesses específicos e que tinha como base de fortalecimento e consolidação a propriedade. Já a igualdade não está no *rol* dos direitos naturais e tampouco foi elevada ao patamar de inviolável e sagrada. Isso porque os direitos civis possuem um claro direcionamento de classe. A igualdade está inscrita apenas no plano jurídico; ela não é extensiva ao âmbito social, ou seja, a *Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão* não questionou a desigualdade econômica que assolava a França naquele momento, pois possuía o interesse de assegurar que a burguesia seria a classe dirigente do novo sistema que se constituía.

1.2 2º ciclo (séculos XIX e XX)

O segundo ciclo, situado entre o século XIX e início do XX, está relacionado às lutas da classe trabalhadora, inspirado pelo pensamento socialista, centrado na figura de Karl Marx. Nesse ciclo, há uma crítica à forma como o modelo socioeconômico se configurava com a produção social e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida. Em consequência, criou-se um ambiente de insatisfação, com uma pequena parcela social se tornando cada vez mais rica e a pobreza se generalizando entre os demais.

O primeiro entendimento da “questão social”, enquanto manifestação da luta de classe do proletariado e a luta contra a apropriação privada, está relacionado às Revoluções de 1848, representando um momento em que a classe trabalhadora se organizou para reivindicar os seus direitos, explicitando, assim, um conflito entre classes. Os ideários das Revoluções de 1848 questionavam os Estados absolutistas, que foram substituídos pelas repúblicas democráticas, além de questionarem a ordem econômica e de fazerem uso revolucionário do termo “questão social”.

Diante desse cenário, iriam se configurar algumas perspectivas teóricas para responder às indagações da classe trabalhadora. Os socialistas utópicos, como Proudhon e Saint-Simon, propunham formas utópicas de concretizar o socialismo.

O cenário de nascimento do socialismo utópico, a França do início do século XIX, abundavam as crises provocadas pelo avanço do sistema liberal, que produzia miséria em série, proporcionando precárias condições de vida aos cidadãos que então chegavam recentemente do meio rural. A jornada de trabalho absurda e o uso de mão de obra infantil completavam o cenário de horror que a Revolução Industrial criou inadvertidamente. Nesse ambiente onde as promessas da Revolução Francesa acabaram de certo modo por não se concretizar, onde a única liberdade existente era a de mercado, com o capitalista tendo passe livre para

realizar a exploração do trabalhador comum. De tal decepção e frente à uma realidade desesperadora, surgem os questionamentos por parte dos intelectuais. De uma dessas correntes de questionamentos temos a origem do socialismo utópico. O termo ‘*utopia*’ é um resgate literário do título do livro de Thomas Morus, de 1516, e tal expressão passa assim a designar toda filosofia defensora da igualdade social, onde era pregado um modelo idealizado, mas a “receita” para se atingir tal caminho não era discutida. (SANTIAGO, 2006).

Na visão defendida por Marx e Engels (1848), somente a emancipação humana e a ruptura com a ordem capitalista poderiam pôr fim ao conflito irreconciliável das classes sociais: a exploração da força de trabalho e a propriedade privada.

A partir dos questionamentos da classe trabalhadora, o sistema capitalista se viu obrigado a responder às demandas sociais do proletariado, pois o acirramento da contradição entre capital e trabalho poderia pôr um fim ao sistema vigente. Essa resposta, através dos direitos sociais, é contraditória, porque, ao mesmo tempo em que esses direitos são fruto da luta histórica dos trabalhadores, também contribuem para a consolidação e o fortalecimento do capitalismo.

As respostas dadas pelo Estado para as demandas de reprodução social da classe trabalhadora são fundamentais para desresponsabilizar o capital de arcar com esses custos, além de responder de forma imediata e paliativa, sem afetar diretamente as raízes da questão. Portanto, o Estado atende às reivindicações da classe trabalhadora, mas na mesma proporção arrefece as lutas, uma vez que há, nesse campo de batalha, uma conciliação de classes que se dá em torno das concessões feitas pelo Estado e pela classe dominante, da qual ele é o representante.

Fazendo um contraponto, nos países do chamado “socialismo real”, os direitos sociais foram incorporados como sendo direitos inalienáveis dos homens, mas, para que eles fossem realmente efetivados, os direitos civis e políticos foram restringidos. Ou seja, o processo histórico vem nos mostrar que, para que um direito seja adicionado, outro pode ser excluído. Para ilustrar, no *Manifesto comunista*, Marx e Engels (1848) são claros ao afirmar que, para haver uma sociedade na qual todos tenham direito à igualdade, faz-se necessário o fim da propriedade privada. Isso excluiria um direito, considerado pelos liberais como natural e inalienável.

Por essa razão, entendemos que a hegemonia e a direção de uma determinada classe representam uma chave importante para compreensão dos direitos, pois a aquisição e a consolidação de direitos estão relacionadas com a luta de classes. Não se pode querer adicionar direitos de igualdade e equidade em uma sociedade que está sob as bases do capitalismo. Tais propósitos colocariam em cheque um elemento estrutural: a propriedade privada; logo, o Estado burguês e a burguesia fazem concessões, desde que essas não extrapolem os limites do capital e não representem uma ameaça.

1.3 3º ciclo (segunda metade do século XX até os dias atuais)

O terceiro ciclo, situado a partir da metade do século XX, é marcado pela luta dos direitos sociais, políticos e civis para aqueles grupos chamados de “deserdados” (TRINDADE, 2002) e que não eram considerados iguais, embora o fossem perante a lei. Como exemplo, podemos citar: mulheres, homossexuais, negros, trabalhadores pobres dos países subdesenvolvidos e dominados pelas potências imperialistas, bem como as crianças, que até então não eram consideradas sujeitos de direitos. Em outras palavras, esse ciclo representa a luta pelos direitos das minorias políticas. É nesse momento que nomes importantes, como o de Mahatma Gandhi, Nelson Mandela e Martin Luther King, destacam-se pelas lutas pacíficas que empreenderam na defesa dos grupos oprimidos e na luta para que pudessem viver com igualdade de direitos perante os demais.

É característica desse ciclo a mobilização em prol de novos direitos relacionados às questões ambientais, exigindo a sua preservação e o recuo da ação predadora do homem; o fim da corrida armamentista empreendida por EUA e URSS no pós-II Guerra Mundial; e o término do acúmulo de armas de destruição em massa. Esse período da história também se define pela incorporação dos direitos dos povos que vivem subjugados às ações dos Estados despóticos, totalitários e imperialistas, e que podem ser vítimas de genocídios cruéis e bárbaros, visando assegurar a sua dignidade e barrar atos violentos contra grupos de mulheres, crianças, negros e religiosos. O que se percebe de fundamental neste ciclo é a exigência de uma democracia que assegure direitos para todos e que não sejam restritos a uma elite, embora essa exigência prescindia o questionamento do capitalismo.

Depois da II Guerra Mundial, em 26 de junho de 1945, foi criada, através da *Carta de São Francisco*, a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa organização tem como finalidade: promover e praticar a tolerância e a convivência em paz com os outros vizinhos; unir forças para manter a paz e a segurança internacionais, garantindo que as forças armadas só sejam utilizadas quando for de interesse comum; e promover o progresso social e econômico de todos os povos. Em seu 1º artigo, a *Carta de São Francisco* estabelece:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeter-

minação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e

4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns. (ONU, 1945.).

Esses foram os princípios que configuraram a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* em 10 de dezembro de 1948, na Assembleia Geral das Nações Unidas. O documento passou a considerar os direitos econômicos, sociais e culturais como direitos humanos, ou seja, a partir de 1948 o conjunto dos direitos a serem garantidos a todos os povos havia se ampliado e não estava mais restrito aos direitos civis e políticos. Isso só foi possível porque a então União Soviética conseguiu conquistar muitos aliados na Europa, formando o que ficou conhecido como *campo socialista*, e também porque o movimento dos trabalhadores havia ressurgido das cinzas do fascismo por toda a parte. Logo, a ONU não poderia desconsiderar as opiniões do campo socialista, o que possibilitou a participação ativa no processo de redação da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.

O cerne da Declaração de 1948 consiste no reconhecimento de que compõe o âmbito dos direitos humanos todas as dimensões que disseram respeito à vida com dignidade – portanto, em direito, deixam de fazer sentido qualquer contradição, ou hierarquia, ou ‘sucessão’ cronológica ou supostamente lógica entre os valores da liberdade (direitos civis e políticos) e da igualdade (direitos econômicos, sociais e culturais). Sob o olhar jurídico, os direitos humanos passaram a configurar uma *unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada*. (TRINDADE, 2002, p. 191).

Segundo Trindade (2002), a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (1948) inaugurou o direito internacional, haja vista que, até o momento, não havia nenhum documento materializado que tratasse do assunto com tanta abrangência. Além disso, contribuiu para integrar os direitos econômicos, sociais e culturais (adquiridos no contexto das revoluções socialistas) aos direitos civis e políticos (conquistados no contexto das revoluções liberais).

Desse modo, compreende-se que o conjunto de direitos humanos conquistados atualmente é resultado de uma intensa luta de classes e de disputas de interesses no decorrer do processo histórico. A classe trabalhadora não pode se restringir a lutar por mais direitos, mas deve ter como horizonte a consolidação da sociedade regulada, conforme os termos

de Antonio Gramsci (apud BIANCHI, 2008). Isso porque a mera luta por mais direitos não irá concretizar a emancipação humana, tendo em vista que a ideologia que norteia as classes em disputa é diametralmente oposta. Não é possível lutar por direitos e não questionar o capitalismo, pois, enquanto permanecermos nos limites do capital, os direitos sempre serão contraditórios e disputados pelas classes sociais. É a hegemonia de uma classe sobre a outra que indica para qual direção esses direitos estão apontando.

Considerando que, para Marx (2009), a emancipação humana é um eixo central, a crítica tecida no ensaio *A questão judaica* irá denunciar que os direitos estão limitados à sociedade burguesa e inscritos no campo da emancipação política. A luta e a aquisição de direitos, encerrados em si mesmos, não conseguem operar a emancipação humana.

2. Crítica marxista sobre os direitos

O ensaio *A questão judaica*, publicado em 1844, representa o ato de fundação da crítica marxista aos direitos. O texto é uma crítica à análise de Bruno Bauer sobre a emancipação política dos judeus no Estado laico. Nele, Karl Marx (2009) faz duas diferenciações importantes: 1) emancipação política e emancipação humana; 2) direitos do homem e direitos dos cidadãos. A partir da cisão do homem, teremos os direitos do homem e os direitos do cidadão.

Na primeira diferenciação, Marx (2009) esclarece que a emancipação política se dá em relação à religião ou à propriedade privada, ou seja, o Estado se abstrai do homem e transfere a crença religiosa da esfera pública para a privada, mas isso não significa que o homem seja emancipado humanamente. Em *A crítica da filosofia do direito de Hegel* (2005), Marx (2005) já colocava a emancipação política como sendo uma revolução parcial, em que apenas uma parte da sociedade se torna emancipada: a burguesia. Esta impõe sobre o resto da sociedade sua hegemonia, passando a ser a representante da vontade geral.

A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual se tiver tornado um ser genérico, e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política. (MARX, 2009, p. 30).

Compreende-se, portanto, que o fato de o Estado ter se tornado laico não significa necessariamente que os homens sejam livres. No plano privado, individual, egoísta e independente, ele continua sendo religioso, o que seria o motivo da sua alienação. Assim, e igualmente, o fato de a democracia ter superado os limites do voto censitário não seria suficiente para libertar o homem da propriedade privada, pois esta se manteria legitimada

no interior da sociedade civil burguesa. É por esse motivo que, em *A crítica da filosofia do direito de Hegel* (2005), Marx (2005) coloca a democracia no plano da emancipação política, já que ela opera meramente uma transformação na forma política da república burguesa, em que, aparentemente, todos poderão participar em igualdade de condições e terão suas necessidades consideradas pelo Estado.

A emancipação política realiza meramente uma transferência dos elementos de alienação do plano público para o privado. Essa transferência provoca uma cisão entre os homens: público e privado. Segundo Marx (2009), o homem leva uma dupla existência: ora vive na comunidade política, como ser comunitário; ora na sociedade civil, como indivíduo privado. Isso é diferente da emancipação humana, que, nas palavras de Karl Marx (2009), só acontecerá quando a classe consistir em um agente político idealista que se sinta representante das necessidades sociais em geral.

A partir dessa cisão do homem, teremos os *direitos do homem* e os *direitos do cidadão*. De um lado, os direitos do homem, egoístas, individuais, independentes da comunidade e ligados a interesses pessoais. De outro, os direitos do cidadão, pertencentes a uma comunidade política, da qual, juntamente com os outros, o homem faz parte. Ao indicar essa cisão e, por conseguinte, dos respectivos direitos, podemos afirmar que Marx (2009) faz uma diferenciação entre o direito privado, do homem egoísta, e o direito público, do cidadão. Karl Marx (2009) afirma que os direitos do cidadão são subordinados aos direitos do homem egoísta.

A emancipação política, no sentido de separar o público do privado, apenas consolidou a vida burguesa sem criticá-la, ou seja, não denunciou que na democracia política ou no Estado de direito o cidadão não passa de um ser abstrato e submisso ao homem burguês. Desta forma, o indivíduo não consegue ter consciência de que o cidadão é apenas uma forma velada do homem egoísta.

Daí a conclusão de Marx de que, por meio da emancipação política, o homem é apenas e tão somente reduzido, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta, independente e, de outro lado, a cidadão do Estado, a pessoa moral, cabendo à emancipação humana a tarefa histórica desalienante de fazer com que o homem individual real recupere em si o cidadão abstrato, convertendo-se assim, como homem individual, em ser humano genérico. (MONDAINI, 2013, p. 29).

Para Marx (apud MONDAINI, 2011), os direitos delimitavam apenas as liberdades, com o objetivo de evitar o Estado hobbesiano de “guerra de todos contra todos”. A delimitação ocorria por meio da afirmação das individualidades, da segurança, da propriedade privada e do ocultamento da exploração na relação de compra e venda da força de trabalho. As formalizações dos direitos permitem que a exploração burguesa se apresente como um direito e não mais como um privilégio, como acontecia na socie-

dade feudal, na qual senhores e servos tinham uma relação de deveres e obrigações. Agora, o burguês se livra das obrigações para com o trabalhador e passa a ter o direito de expropriar a mais-valia produzida, porque paga um salário para esse operário, o que lhe confere o direito de usufruir da sua força de trabalho durante um determinado período.

Alguns pensadores da tradição marxista concordam com a crítica de Marx (2009) de que os direitos seriam uma forma velada da submissão do cidadão ao homem egoísta, mas, como a realidade é dinâmica e dialética, avançaram em outras questões. Antonio Gramsci (apud BIANCHI, 2008), por exemplo, percebeu que o Estado capitalista não se restringe somente ao aparelho coercitivo das classes dominantes, mas apresenta-se como um complexo formado por dois planos que estão organicamente relacionados: 1) a sociedade civil, formada por instituições responsáveis pela construção da hegemonia; 2) a sociedade política, formada por instituições responsáveis pela coerção.

Essa concepção mais ampla do Estado é fundamental, pois permitiu que Gramsci indicasse outros caminhos para a revolução. Segundo ele, em países onde a sociedade civil e política são equilibradas, há possibilidade de uma luta pela hegemonia. Ou seja, uma batalha de ideias em que existe a perspectiva do confronto entre projetos societários divergentes, o que quer dizer que a mudança poderia ocorrer a partir da escola, dos sindicatos, da imprensa etc. Já em países onde a sociedade política se sobrepõe à sociedade civil, a única via de disputa seria a insurreição (MONDAINI, 2011).

Dentro desse contexto, nas análises gramscianas, o direito estaria situado ainda no plano da ‘sociedade política’. Isso fica claro quando Gramsci afirma que o ‘aparelho da coerção estatal [...] assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, que o ‘domínio direto’ [...] se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’ (GRAMSCI apud MONDAINI, 2013, p. 32).

Para Gramsci (apud MONDAINI, 2013), o direito não está inserido no campo da batalha de ideias, da luta por hegemonia, mas sim na esfera da coerção do Estado e da dominação de classes.

Eis, aí, o progresso e o limite contidos nas conclusões presentes na obra do pensador sardo. De uma parte, ele avançou na percepção das estruturas políticas do novo Estado capitalista, das novas relações estabelecidas entre governantes e governados, e das maneiras de transformá-las. De outra parte, ele não conseguiu superar a visão tradicional do direito como instrumento auxiliar da dominação de classe. (MONDAINI, 2013, p. 32).

Segundo Claude Lefort (1983), haveria uma limitação histórica do pensamento de Marx, considerando que ele não pôde acompanhar a ampliação dos direitos humanos, restritos aos direitos civis. Segundo Lefort

(1983), à medida que os direitos humanos seriam um importante instrumento de auxílio na dominação de classe, seriam, também, uma importante ferramenta para contenção dos excessos cometidos e o abuso de poder das classes dominantes (MONDAINI, 2011). O direito que reitera a exploração é o mesmo que freia e impõe limites a ela.

A conquista dos direitos políticos e sociais pelas classes subalternas só foi possível porque os direitos civis de liberdade e igualdade jurídico-formais permitiram reivindicar os demais direitos. Logo, o entendimento sobre os direitos é contraditório, pois, à medida que eles legalizam a dominação e a exploração de classes, proporcionam uma mediação legal entre opressores e oprimidos, permitindo que os conflitos não sejam mais reconciliados por um poder arbitrário. Nesse sentido, os direitos humanos se apresentam como um instrumento necessário para conter as investidas e avanços da exploração capitalista e da sociedade burguesa, que degradam a dignidade humana.

Embora o direito, para Marx (2009), represente uma forma de mascarar as relações burguesas, é necessário compreender que as conquistas por mais direitos pode dar novos rumos à história, não se fazendo necessário aguardar uma resolução global dos conflitos ou o momento oportuno de tomar o poder. A mudança de rumos pode ocorrer através da luta progressiva e organizada dos grupos sociais no sentido de manter os direitos já conquistados e de conquistar novos direitos, pois, para que os ideais transformadores se efetivem na realidade, faz-se necessário que um grande número de pessoas os coloquem em prática e estejam convencidas de que eles reiterem e estão na mesma direção dos seus interesses e lutas coletivas.

Diante do que até aqui foi posto, compreende-se que é necessário atualizar a crítica marxiana feita no ensaio *A questão judaica*, uma vez que, naquele contexto, os direitos se restringiam aos direitos civis e os direitos políticos e sociais ainda não haviam sido incorporados aos direitos do homem e do cidadão.

Em suma, para Marx, os direitos humanos seriam o instrumento da conquista da emancipação política, enquanto tais não passariam de um produto da sociedade burguesa, na qual a conquista da liberdade do indivíduo implica sempre a limitação dos outros indivíduos e não a sua realização junto aos outros [...]. Com isso, a escravidão da sociedade burguesa ganharia a aparência da sua maior liberdade “isso, através da substituição do que antes era privilégio pelo direito. (MONDAINI, 2011).

Portanto, embora a crítica de Marx (2009) aos direitos civis precise ser atualizada, é importante pontuar que a teoria marxista continua sendo um caminho metodológico importante para a apreensão da história social desses direitos, pois busca identificar elementos de determinação no sentido de apreender a totalidade e as condições objetivas para a construção e o surgimento desse conceito. O método de análise de Marx (2009) permite

identificar as forças sociais que interferiram em diferentes momentos, com o objetivo de compreender os motivos que impulsionaram, retardaram e modificaram o desenvolvimento e a prática dos direitos humanos em diferentes sociedades.

Conclusão

Na contemporaneidade, direitos humanos significam um conjunto de direitos que devem ser assegurados a todos os seres humanos, independente das suas diferenças biológicas, econômicas e culturais. A universalização dos direitos humanos encontra-se localizada em um processo de incorporação de direitos que foi ocorrendo ao longo da história. Essas conquistas são fruto de lutas sociais que resultaram na aquisição de direitos civis, políticos, sociais e dos povos, embora seja importante ressaltar que esse processo não foi concluído e que as lutas sociais para afirmação e ampliação desses direitos devem ser constantes e permanentes.

No século XXI, as divergências ainda persistem, já que o capitalismo e a sua mundialização se opõem ao desenvolvimento de um sistema global de direitos humanos. Isso se dá pois o modo de ser capitalista exige que cada vez mais o sujeito se concentre no ter, no desenvolvimento pessoal e na individualidade, já que cada um precisa conquistar o seu lugar no mundo, nem que para isso o outro seja apenas um meio. A mundialização econômica permite que países desenvolvidos violem os direitos trabalhistas dos povos de países subdesenvolvidos, levando-os a trabalhar em condições de elevada exploração. Ou seja, o capitalismo financeiro banaliza o ser humano, fazendo deste apenas um meio de obter lucros exorbitantes.

Em contrapartida, os direitos humanos tentam assegurar a todos os homens e mulheres a igualdade e a dignidade, sendo uma ferramenta para enfrentar os avanços perversos do sistema econômico vigente. Concorramos com Marx (apud IAMAMOTO, 2011, p. 19) quando afirma que “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livre deles e possam brotar as flores vivas”. Compreende-se, portanto, que ideias transformadoras e a crítica ao sistema que está posto não são suficientes para transformar a realidade; faz-se necessário, porém, uma postura criativa e propositiva diante do mundo, para que as “flores vivas” cresçam e modifiquem a realidade que está ao nosso redor. Sendo assim, à medida que Karl Marx (2009) faz uma crítica aos direitos civis, ele oferece elementos para uma compreensão rica e interessante desse conceito, permitindo uma apreensão dos elementos e determinações que implicam na construção e na prática dos direitos humanos.

Além disso, permite-nos entender que, nos dias atuais, não é possível lutar para ampliação ou manutenção dos direitos sem questionar o ca-

pitalismo e os elementos estruturais que possibilitam a sua sobrevivência. A classe subalterna precisa radicalizar as lutas, e não somente permanecer no campo da negociação de classe. Com isso, não estamos diminuindo a importância da luta por direitos, mas reiterando que somente ela não será capaz de conduzir a realidade social para um momento em que todos poderão ser de fato iguais, livres, não sendo igualdade e liberdade meramente jurídico-formais.

O Estado, que, nas palavras de Chico de Oliveira (1984), institucionaliza as regras do jogo, tem sido uma das vias pelas quais as classes dominantes oprimem ainda mais as classes subalternas, através de um aparato legal que retira direitos e restringe, sobretudo, a distribuição da riqueza socialmente produzida.

Referências

BIANCHI, *O laboratório de Gramsci: filosofia, história, política*. São Paulo: Alameda, 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265467970_BIANCHI_Alvaro_O_laboratorio_de_Gramsci_filosofia_historia_politica_Sao_Paulo_Alameda_2008> Acesso em: 09 fev. 2018.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2011.

LEFORT, C. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 1848. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MONDAINI, M. *Direitos humanos e marxismo*. 2011. Disponível em: <<http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1414>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. *Democracia e direitos humanos sob o fogo cruzado*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.

OLIVEIRA, F. de. *A economia da dependência imperfeita*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Gerais, 1984.

ONU. *Carta das Nações Unidas*. 1945. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso: 12 jul. 2017.

SANTIAGO, E. *Socialismo utópico*. 2006. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/filosofia/socialismo-utopico/>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

SOUSA, R. G. *Peste negra*. [2017]. Disponível em: <<http://brasilescola.uol.com.br/historiag/pandemia-de-pestes-negras-seculo-xiv.htm>>. Acesso em: 9 dez. 2017.

TRINDADE, J. D. de L. *História social dos direitos humanos*. São Paulo: Petrópolis, 2002.

DOI: 10.12957/rep.2017.32752

Recebido em 13 de julho de 2017.

Aprovado para publicação em 29 de novembro de 2017.



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Memórias e resistências de assistentes sociais contra a ditadura

Daniela Neves* e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz** (Texto)

Rafael Werkema*** (Imagens****)

O Serviço Social na história da ditadura civil militar. Este é o tema desta mostra fotográfica, apresentada por meio do Projeto *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura*, neste espaço de “diálogo em imagens”.

O projeto foi idealizado e realizado a muitas mãos pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Seus primeiros esboços foram discutidos na gestão “*Tempo de Luta e Resistência*” (2011-2014) e finalizados na gestão “*Tecendo na luta a manhã desejada*” (2014-2017).

O projeto teve como objetivo recuperar e tornar pública a memória daqueles/as assistentes sociais e estudantes de Serviço Social cujos direitos foram violados nos trágicos e violentos acontecimentos da ditadura empresarial militar no Brasil. Pessoas que lutaram pela liberdade e pela justiça ao lado de muitos/as outros/as combatentes, que resistiram e sobreviveram às mais cruéis violações de direitos humanos e contribuíram na luta pela democracia no país.

Antes de apresentarmos a mostra fotográfica, vale recuperar, de maneira breve, como foi desenvolvido o projeto *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura* e mostrar as nuances da construção de sua identidade visual, fundamental nas diferentes formas e atividades que evocam

* Assistente social e conselheira vice-presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Gestão “É de batalhas que se vive a vida” (2017-2020). Professora Doutora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). *Correspondência*: CFESS – Setor Comercial Sul (SCS): Quadra 2, Bloco C, Ed. Serra Dourada, Salas 312/318. *E-mail*: <daniela@cfess.org.br>.

** Assistente social e conselheira do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) Gestão “É de batalhas que se vive a vida” (2017-2020). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). *Correspondência*: CFESS – Setor Comercial Sul (SCS): Quadra 2, Bloco C, Ed. Serra Dourada, Salas 312/318. *E-mail*: <tania@cfess.org.br>.

*** Assessor de Comunicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (Universidade Fumec) e técnico em Comunicação Visual pelo Instituto de Arte e Projeto de Belo Horizonte (Inap). *Correspondência*: CFESS – Setor Comercial Sul (SCS): Quadra 2, Bloco C, Ed. Serra Dourada, Salas 312/318. *E-mail*: <comunicacao@cfess.org.br>.

**** Intervenções gráficas digitais sobre fotografias / ilustrações, fotocollagens e recortes.

o caráter de denúncia e resistência¹, de maneira criativa e contestatória. O projeto evidencia a relação intrínseca entre conteúdo político/editorial e conteúdo visual/gráfico, objetivo deste diálogo em imagens: as imagens – fotografias e ilustrações – contribuíram e contribuem significativamente na interpretação e expressão do que foi proposto, que é contar as histórias de assistentes sociais e estudantes, que sofreram violações de direitos e lutaram contra o arbítrio da ditadura, que perdurou por 21 anos (1964 a 1985).

Seu lançamento, em maio de 2013, contou com divulgação *online* da proposta do projeto e um roteiro para que assistentes sociais que sofreram violações de direitos na ditadura fizessem o seu registro.

Esse formulário, cujo preenchimento realizado por diversas/os assistentes sociais – ex-presos/presas políticos/as – possibilitou-nos conhecer, por meio de seus depoimentos, histórias de resistência e sobrevivência. Alguns depoimentos foram realizados de forma diferente: seja por meio de um texto livre, elaborado pelo/a autor/a, ou pessoalmente, durante um evento da categoria (43º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, Brasília/DF, 2014), em uma mesa-redonda que contou com depoimentos de cinco assistentes sociais que vivenciaram os horrores dos tempos de chumbo no Brasil. Tivemos também transcrições de palestras ou de relatos para as Comissões da Verdade e depoimentos escritos, que foram editados e colocados em um vídeo.

O tempo dispendido nessa primeira parte do projeto, expresso nas dificuldades encontradas pelos/as assistentes sociais para deporem sobre esse passado de terror e sangue, que não está imerso nas poeiras do esquecimento, mostrou-nos quão forte foi o sequestro de seus corpos e mentes nos anos da ditadura que assombrou o país. São marcas de sofrimentos que não podem ser eliminadas. Tratava-se de um material denso, bruto, que precisava ser apresentado à categoria profissional.

Em 2016, já tínhamos um número considerável de depoimentos captados de diferentes formas. Assim, no 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em Olinda (PE), organizamos uma exposição sobre o projeto, em forma de painéis, reunindo trechos dos depoimentos e fotos que havíamos recebido até então.

Mas a ideia do projeto era não só contar estas histórias e dar visibilidade para quem as viveu, mas trazê-las para as novas gerações, reafirmando que lembrar é preciso, para que a história não se repita.

Nesse sentido, a exposição buscou reproduzir e produzir sensações, ao ambientarmos o local com músicas sobre resistência e iluminação especial, além de ilustrarmos as paredes com os depoimentos e com figuras inspiradas em cartazes contra a tortura, em fotografias históricas e em imagens que procuravam transmitir a dor, o sofrimento e a luta dos/as assistentes sociais e estudantes. Também em 2016, essa exposição foi disponibilizada

¹ Conforme afirma um dos pressupostos/princípios da Política de Comunicação do Conjunto CFESS-CRESS: “valorizar a dimensão política da comunicação usá-la em seu caráter de denúncia e resistência”. (2007, pag. 8).

pelo CFESS no 15º Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (Enpess) em Ribeirão Preto (SP).

Em 2017, encerramos o projeto com o lançamento do livro *Depoimentos*, que traz os relatos na íntegra, documentos históricos, fotografias, ilustrações e outros tipos de imagens que dialogam diretamente com o conteúdo. O livro é acompanhado de um DVD com o vídeo passado na exposição do CBAS (e do Enpess), com outro material audiovisual que captou a emoção dos/as presentes ao adentrarem o espaço da exposição e com um arquivo com matérias publicadas pelos CRESS sobre o assunto.

É desse livro e de todo o Projeto *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a ditadura* a inspiração para essa sessão fotográfica que será apresentada nas próximas páginas. Seu componente gráfico recuperou alguns rostos da resistência e rememorou os terrores da tortura, por meio de fotografias e ilustrações.

Assim, dividimos esta mostra em três momentos:

1. Faces da resistência

As pessoas que participaram do projeto e enviaram seus relatos têm rostos. São de carne e osso. Seus corpos e mentes foram violentados de maneiras tão cruéis, que fica difícil, por vezes, imaginar tais violações. Violências que deixaram marcas, muitas delas físicas.

Assim, a partir de documentos enviados pelos/as participantes do projeto e do material de pesquisa que conseguimos reunir, buscamos, por meio de intervenções gráficas digitais sobre fotografias originais, ressaltar que estas marcas perduram, sejam em cicatrizes ou expressões faciais.

Ainda neste primeiro momento, construímos, a partir das fotografias disponíveis no livro *Mulheres de Ibiúna*, um painel com as estudantes de Serviço Social que participaram do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na ocasião, quase mil estudantes sofreram violência psicológica e física, repressão e acabaram na prisão.

2. Relatos selvagens

A partir de ilustrações inspiradas em cartazes e imagens produzidas à época, e, principalmente, dos relatos chocantes sobre a tortura, buscamos, nesse segundo momento, mostrar os horrores das violações de direitos. O vermelho de sangue (mas também de luta) é constante em todas as imagens que, por vezes, demonstram dor e desespero. Mostramos também os torturadores que, na visão de quem sofreu tortura, significavam a morte fardada, com toda sua ironia e crueldade. Militares que quebraram corpos e mentes em atos violentos e com objetos.

3. Relembrar é preciso

Neste último momento, reafirmamos, por meio de fotografias, um dos objetivos do projeto, que foi o de contar às novas gerações de assistentes

sociais a história da ditadura civil-militar no Brasil, para que a mesma não volte a ocorrer. Defender a democracia é compromisso ético da categoria.

Ilustrar o projeto não foi tarefa fácil. Em diversos momentos, a produção gráfica surgiu para completar, ou até mesmo “verbalizar”, aquilo que não conseguiu ser dito. Ou que foi dito, mas precisava ser escancarado. Falamos de um período difícil, do qual muitas pessoas tentaram, em vão, esquecer. Outras não conseguiram falar.

Mas firmamos o compromisso com a história de luta destes sujeitos. Tornamos pública a experiência trágica daqueles/as que tiveram seus direitos violados na ditadura militar e trouxemos, para as novas gerações do Serviço Social, um período de terror vivido no país, não só como uma denúncia, mas como um alerta contra a ignorância histórica e política que ceifou muitas vidas, projetos e sonhos. É uma contribuição para o enfrentamento do autoritarismo, da opressão e da criminalização das lutas por uma sociedade igualitária.

Texto e imagem, em uma relação simbiótica, para contar histórias de profissionais e estudantes comprometidos/as com as lutas da classe trabalhadora, com a liberdade e a justiça social.

DOI: 10.12957/rep.2017.32733



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

FACES DA RESISTÊNCIA

01. Faces da Resistência



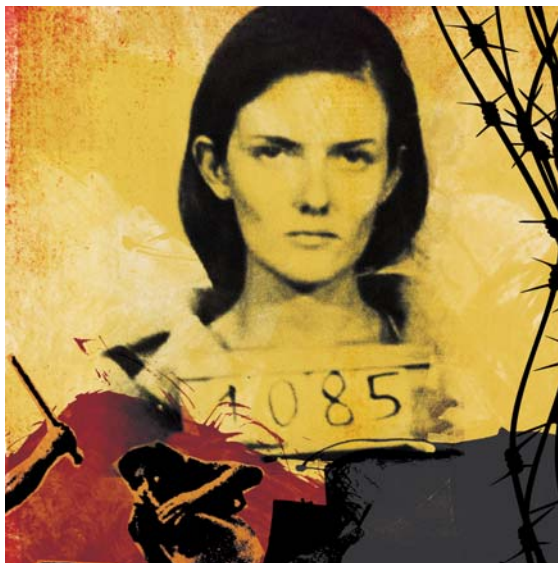
02. *Ana Maria Ramos Estêvão* – Assistente social. Formada pela PUC-SP (1976), integrou o diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social. Ofereceu apoio logístico a militantes do Grupo Tático Armado da Ação Libertadora Nacional. *Design*: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



03. *Ana Maria Santos Rolemberg* – Assistente social. Formada pela UFS (1968), integrou o diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social, participou da Ação Popular do Partido Comunista do Brasil (PC do B). Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



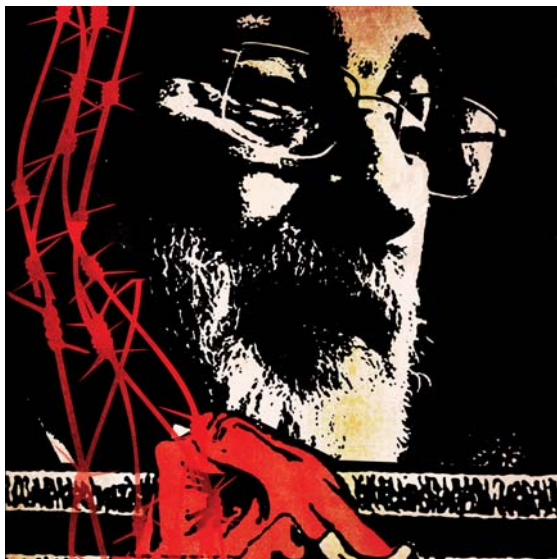
04. *Cândida Moreira Magalhães* – Assistente social. Formada pela UFC (1971), participou ativamente das atividades do centro acadêmico da Universidade e integrou a Juventude Estudantil Católica. Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



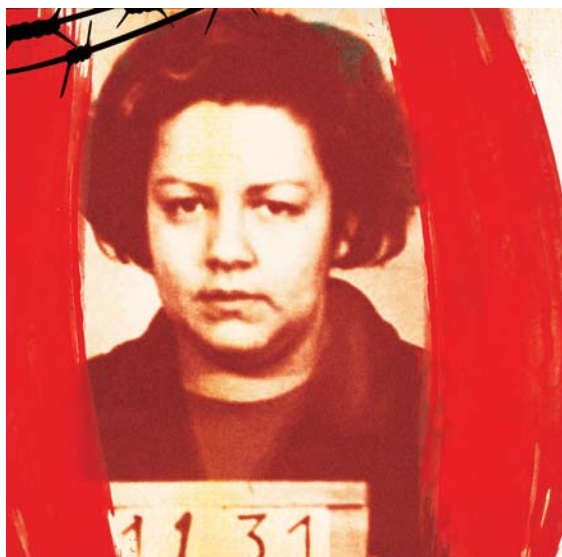
05. *Ana Maria Froés Batalha* – Assistente social. Formada na UFBA pela UCSal, integrou o movimento estudantil em Serviço Social, participou da Ação Católica e foi simpatizante da Ação Popular. Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



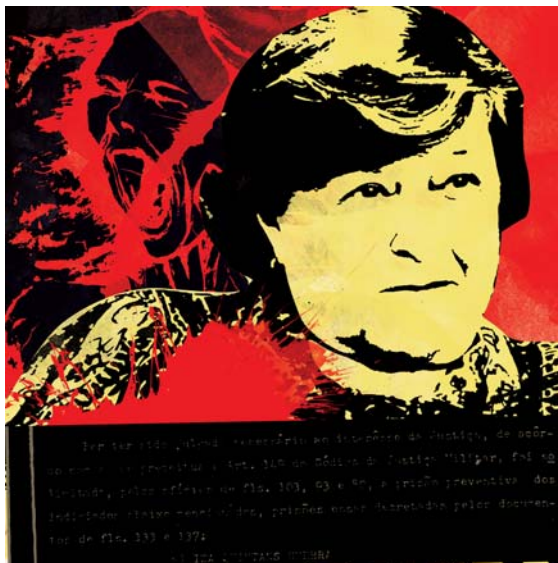
06. *Joaquina Barata Teixeira* – Assistente social. Formada pela UFPA, foi presidenta do diretório acadêmico de Serviço Social. Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



07. *José Paulo Netto* – Assistente social. Formado pela UFJF (1966-1969), integrou o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



08. *Maria Beatriz Costa Abramides* – Assistente social. Formada pela PUC-SP (1971), fez parte do movimento estudantil em Serviço Social, pertenceu à Ação Popular e integrou o Grupo de Trabalho Revolucionário. Design: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



09. *Iza Guerra Labelle* – Assistente social. Integrou a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular. *Design*: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



10. *Maria Rosângela Batistoni* – Assistente social. Formada pela PUC-MG (1972), militou na Ação Popular e, posteriormente, se aproximou da Organização de Combate Marxista-Leninista (OCML-POLOP). *Design*: Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



11. *Marilda Vilela Iamamoto* – Assistente social. Formada pela UFJF (1967-1971), participou da Ação Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, além de integrar o diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social. *Design:* Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



12. *Mariléia Venâncio Porfírio* – Assistente social. Formada pela UFJF (1969), foi presidenta do diretório acadêmico da Faculdade de Serviço Social e participou da Ação Popular. *Design:* Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



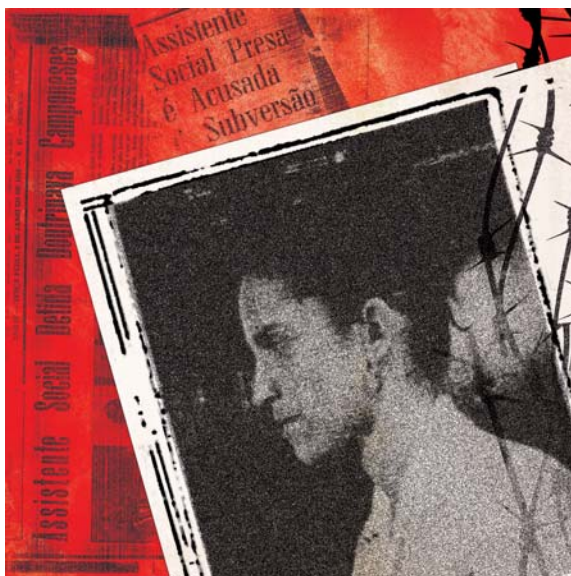
13. *Rosalina Santa Cruz* – Assistente social. Formada pela PUC-SP, militou no movimento estudantil, foi presa por um ano. Integrou o movimento da Anistia. Seu irmão Fernando Santa Cruz continua desaparecido em decorrência da ditadura. *Design: Rafael Werkema* – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



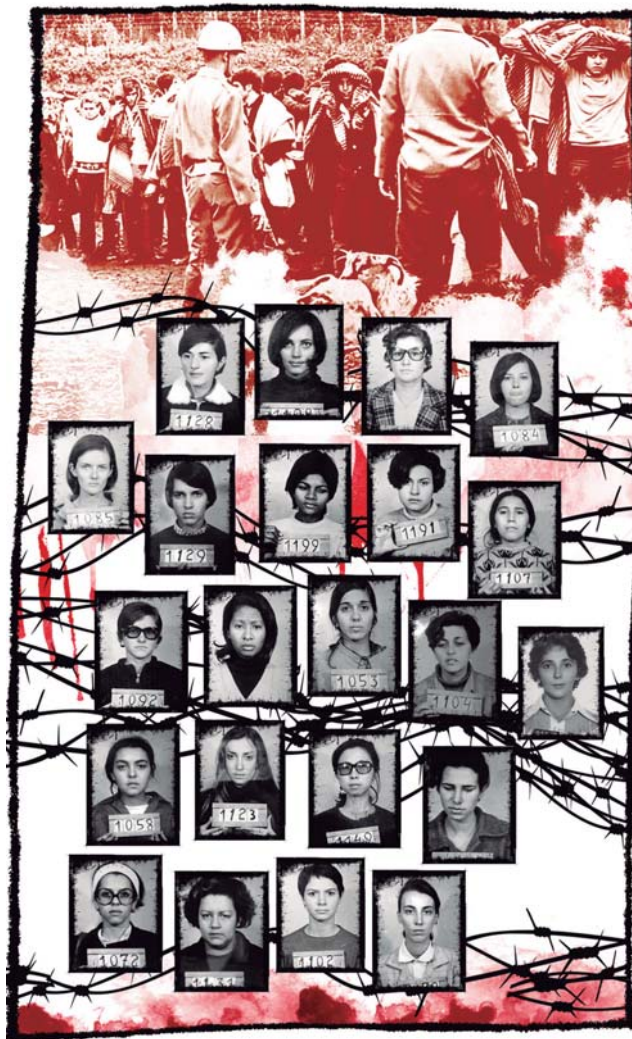
14. *Rute Gusmão* – Assistente social. Formada pela PUC-RJ, integrou a Ação Cristã de Acadêmicos, a União Cristã de Estudantes do Brasil e a Ação Popular. *Design: Rafael Werkema* – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



15. *Vicente de Paula Faleiros* – Assistente social. Formado pela Universidade de Ribeirão Preto (1964), integrou o movimento estudantil de Serviço Social, a Ação Popular (AP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). *Design:* Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



16. *Maria Lúcia de Carvalho Souto* – Assistente social. Formada pela UFAL, militou no movimento estudantil de Serviço Social, participou da Ação Popular e integrou o Partido Comunista do Brasil (PC do B). *Design:* Rafael Werkema – intervenção gráfica digital/fotocolagem/ilustração sobre fotografia original.



17. *Painel Mulheres de Ibiúna* – Da esquerda para direita: Cacilda Filomena de Castro; Aurivanda Almeida da Silva; Celia Zanqueta; Elaine Gonzaga Negreiros; Ana Maria Froes Batalha; Elizabeth Schmidt de Andrade; Elze Maria dos Santos; Estela Maria Ourique da Silva; Guilhermina de Souza Bezerra; Maria da Graça Ferro Baima Pereira; Miramar da Costa Correia; Maria Regina Sampaio Terra; Marcia Vera de Vasconcelos; Candida Moreira Magalhães; Maria Tereza Cardoso; Marlene do Amaral Simonetti; Rosa Haruko Tane; Rosemary Cardoso; Verônica Aguiar dos Santos; Maria Beatriz da Costa Abramides; Clarice Chonchol; Helena Costa Lopes. *Design*: Rafael Werkema – fotocoloragem sobre imagens do livro *As Meninas de Ibiúna*, disponível em <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/as-meninas-de-ibiuna-152-fotografias-dasestudantes-presas-no-congresso-de-ibiuna/>

RELATOS SELVAGENS

18. Relatos Selvagens



19. *O Grito*. Design: Rafael Werkema – ilustração digital/fotocolagem.



20. *Corcéis da morte*. Design: Rafael Werkema – ilustração digital/fotocolagem.



21. *Escárnio*. Design: Rafael Werkema – ilustração digital/fotocolagem.



22. *Repressão e tortura*. Design: Rafael Werkema – ilustração digital/fotocolagem.



23. *O prazer do torturador.* Design: Rafael Werkema – ilustração digital/fotocolagem.

RELEMBRAR É PRECISO!

24. Relembrar é preciso



25. A exposição. Foto: Diogo Adjuto



26. *A dor da lembrança.* Foto: Diogo Adjuto



27. *Olhares atentos.* Foto: Diogo Adjuto



28. Olhar para a memória. Foto: Rafael Werkema



29. Logo do Projeto. Design: Rafael Werkema – ilustração digital

ENTREVISTA

Interlocuções do Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro com o mundo: entrevista com Esther Luíza de Souza Lemos

Maurílio de Castro Matos*

Entrevista com Esther Luíza de Souza Lemos, assistente social graduada pela UNIOESTE (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), mestra e doutora em Serviço Social, respectivamente pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pós-doutora em Política Social pela Universidade de Brasília. Desde 1994 leciona no Curso de Serviço Social da UNIOESTE, com inserção na graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Tem tido uma intensa participação nos debates da profissão e na sua organização política, com destaque para sua participação no Conjunto CFESS-CRESS. Foi conselheira do CFESS nas gestões “Tempo de luta e resistência” (2011-2014) e “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017), tendo coordenado a comissão de relações internacionais nas duas gestões e sendo vice-presidente da entidade na segunda gestão. Participou do Comitê Mercosul de Serviço Social e da sua transformação em Coordenação do Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS), sendo sua primeira coordenadora até 2017, quando se encerrou a gestão.

*Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ). Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias/RJ. Doutor em Serviço Social (PUC/SP). Foi conselheiro do CFESS nas gestões “Tempo de luta e resistência” (2011-2014) e “Tecendo na luta a manhã desejada” (2014-2017), tendo sido presidente na segunda gestão. *Correspondência*: FSS – UERJ; Rua São Francisco Xavier, 524, sl. 8030-2, bloco D. CEP: 20550-900. Email: <mauriliomatos@gmail.com>.

EP – Quais os antecedentes históricos da participação do CFESS na articulação internacional?

Podemos dizer que o marco inicial da participação do CFESS na articulação internacional deu-se com a deliberação do seu conselho pleno, após análise cuidadosa, de filiar-se à Internacional Federation Social Workers – IFSW, cuja sigla na língua portuguesa é Federação Internacional de Trabalhadores(as) Sociais – FITS em 1995.

A partir de 1998, o CFESS tem participado das Assembleias Gerais da FITS e dos Congressos Mundiais de Serviço Social, espaços coletivos da categoria que permitem o encontro, intercâmbio e socialização das experiências profissionais e organizativas. Sendo ao mesmo tempo um encontro com a diversidade de concepções sobre a profissão, a participação do CFESS nesse espaço visa construir a articulação e defesa da concepção de Serviço Social a partir da experiência brasileira, respeitando as posições diferentes e mesmo antagônicas. Esse foi sempre um desafio.

A participação nos encontros mundiais permitiu a aproximação com a representação das organizações profissionais latino-americanas e caribenhas, e particularmente, pela aproximação regional, com as organizações dos países do cone sul num momento de enfrentamento do neoliberalismo e de crítica ao projeto do Mercosul.

Neste contexto e com um projeto de crítica à dimensão econômica proposta pelos governos da época, foi criado o Comitê Mercosul de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social no ano de 1996. Seu objetivo era fortalecer as organizações a partir do cone sul e incidir com organicidade no debate internacional. O Comitê Mercosul reunia-se duas vezes ao ano e passou a construir um campo de articulação latinoamericana em torno dos temas demandados pela FITS bem como a emitir posicionamentos a partir de sua inserção na conjuntura regional. Na experiência do Comitê Mercosul a participação da Assistente Social Elaine Behring e da gestão do CFESS à época foi muito importante.

Ao mesmo tempo, o CFESS ao longo das últimas 8 (oito) gestões manteve sua participação compondo a representação da FITS – América Latina e Caribe com as seguintes conselheiras como vogais no cargo da vice-presidência na região: Valdete de Barros (1998 – 2002), Joaquina Barata Teixeira (2004 – 2008) e Ivanete Boschetti (2008 – 2012).

Ao longo destes 22 anos, fazendo um caminho de volta, considero cinco grandes e importantes contribuições do Serviço Social brasileiro no âmbito das relações internacionais. A primeira refere-se ao voto contrário à aprovação da Definição de Serviço Social na assembleia geral de Montreal em 2000. Deste processo, depois de 10 anos, na assembleia geral de Hong Kong, aprovou-se a realização de um *Workshop* para rediscutir a Definição sendo o mesmo sediado pelo Brasil em 2012.

A segunda refere-se à contribuição brasileira no debate e na definição de princípios éticos comuns para os países que integravam o Comitê Mercosul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O acúmulo da discussão e construção coletiva culminou com a aprovação em 2000, em Seminário realizado na cidade de Montevideo – Uruguai, dos princípios ético-políticos para atuação do/a assistente social nestes países.

O terceiro marco que destaco foi a incansável articulação para trazer a realização do Congresso Mundial de Serviço Social para a América Latina. No âmbito das relações internacionais este foi o momento de maior expressão, capacidade organizativa e investimento da categoria no âmbito internacional. O trabalho de nossas representantes à época, e aqui destaco Joaquina Barata e Ivanete Boschetti, juntamente com as respectivas gestões do conjunto CFESS/CRESS, viabilizou a realização do 19º Congresso Mundial de Serviço Social da FITS em 2008 na cidade de Salvador. A temática foi “O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual”, contando com a representação de 47 países e 2.704 profissionais e estudantes de serviço social, sendo a maior conferência mundial realizada pela FITS até então! O quarto aspecto que destaco foi a ampliação da articulação internacional na região, nascida e consolidada com o Comitê Mercosul com 5 países. Desta experiência e capacidade de agregar novos países no espírito de integração latino-americana, em 2013 foi criado o Comitê Latinoamericano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social – COLACATS. A adesão de mais países ao processo de articulação, que foi sendo construída desde 1996 com o Comitê Mercosul, permitiu fortalecer a voz e o voto da representação latino-americana e caribenha no âmbito mundial. Este é um aspecto fundamental, pois a correlação de forças na assembleia geral da FITS é desigual e possui a hegemonia dos países europeus. Ao longo dos últimos anos ocorreu um processo de ampliação da filiação à FITS, porém a concentração da direção permanece europeia por possuir o maior número de países filiados. A votação se dá por país cuja representação é feita pela organização profissional nacional filiada e em dia com a anuidade. Em 2014, pela primeira vez, nossa região apresentou candidatura à presidência da FITS com o nome do então presidente da Associação de Assistentes Sociais do Uruguai – ADASU, Rodolfo Martinez, perdendo apenas por 4 (quatro) votos.

O quinto aspecto a ser destacado e que considero uma vitória recente da articulação latino-americana no âmbito mundial foi a incidência junto à comissão organizadora e a realização do convite à Assistente Social e Profa. Dra. Marilda Vilella Iamamoto, docente aqui da UERJ, como conferencista principal na Conferência Mundial de Serviço Social de Melbourne – Austrália em 2014. Ter uma profissional latino-americana falando em português e ter sua conferência traduzida para cinco idiomas (inglês, espanhol, francês, mandarim e coreano) foi uma grande vitória tanto pelo reconhecimento e valorização de uma intelectual brasileira quanto pela publicização da con-

cepção de profissão que temos defendido ao longo destes anos. O restante do mundo pouco conhece o que temos construído como profissão e esta foi uma oportunidade significativa de nossa voz ser ouvida.

Penso que rapidamente estes marcos expressam os antecedentes históricos da participação do CFESS no âmbito as relações internacionais destacando a necessária persistência, capacidade de diálogo e trabalho coletivo neste âmbito que envolve diversidade cultural, diferentes concepções e trajetórias profissionais.

EP – Quais os principais legados do Comitê Mercosul para a articulação da região?

Considero que o grande legado do Comitê Mercosul foi a iniciativa de, a partir do cone sul e de um projeto comum de profissão, construir uma interlocução que fosse representativa da região e defendê-la no âmbito mundial estabelecendo o diálogo com todos os países. Este foi fundamental no apoio que o Brasil recebeu quando se propôs sediar a Conferência Mundial de 2008. Desta capacidade de articulação e construção coletiva o marco comum foi a aprovação, no ano de 2000, de princípios ético-políticos comuns entre Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, inaugurando uma base comum na concepção da profissão. De lá em diante a perspectiva foi ampliar o número de países da América Latina e Caribe.

EP – Você participou da organização do workshop da Definição de Serviço Social, que balanço você faz deste encontro realizado aqui na UERJ?

O workshop expressou o êxito do trabalho coletivo e articulado! Aqui no Brasil trabalhamos em um Grupo de Trabalho ampliado com a participação de representantes do CFESS, da ABEPSS, da ENESSO e de pesquisadoras da área na assessoria. O trabalho deste GT resultou em um documento preliminar que foi finalizado em 13 de agosto de 2011 com a participação da vice-presidente da FITS-ALC à época, Laura Acotto (Argentina). O CFESS traduziu este documento para o espanhol e o distribuiu entre os 11 (onze) países que participaram do II Encontro das Organizações Profissionais da FITS que ocorreu em Mendoza – Argentina no final de agosto de 2011. Lá deliberamos que cada país levaria o documento para ser apreciado nacionalmente, trazendo posição quanto ao seu conteúdo para ser discutido no *workshop* que seria realizado em 2012.

Este ocorreu dias 8 e 9 de março de 2012, aqui no Rio de Janeiro e contou com a representação de 8 países (Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Porto Rico, República Dominicana, Nicarágua e Uruguai). Também participaram como convidados internacionais o secretário executivo da FITS, o

coordenador da comissão mundial sobre a Definição de Serviço Social na FITS e o ex-presidente da Associação Internacional de Escolas de Trabalho Social - AIETS. Ao total, entre as representações internacionais e nacionais, participaram 83 pessoas incluindo representantes dos CRESS, programas de pós-graduação e estudantes de serviço social.

Foi um evento que teve tradução para o português, espanhol e inglês em um grande exercício de construção de unidade. Traduzimos num texto curto uma definição que pudesse expressar a unidade na diversidade. O resultado pode ser acessado na página do CFESS: <http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao-trabalho-social-fits-por-que-revisar.pdf>

Um dos maiores resultados foi a incorporação da Definição aprovada no *Workshop* no Estatuto do COLACATS em 2013.

EP – Como se deu o processo de construção do COLACATS?

O COLACATS não existiria se não fosse o processo construído no Comitê Mercosul. Este foi dissolvido enquanto nomenclatura, pois sua estrutura foi alterada e novos países foram integrados. Com o acúmulo do Comitê Mercosul, em 29 de maio de 2013 na cidade de Montevideo – Uruguai, foi criado o COLACATS composto naquele momento por 12 países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Nicarágua, Peru, Porto Rico, República Dominicana e Uruguai.

Todas as organizações discutiram antecipadamente a proposta em seus países e formalizaram a criação assinando a Ata Fundacional e propondo o respectivo Estatuto que foi homologado em 2014. Neste, definiu-se como critério para adesão dos países-membros tanto os princípios ético-políticos aprovados em 2000, quanto a definição de serviço social construída no *Workshop* sobre a Definição de Serviço Social ocorrido no Rio de Janeiro em 2012.

Atualmente o COLACATS conta com a participação de 15 países, além dos fundadores, integraram-se: El Salvador, Granada e Panamá. Na primeira gestão do COLACATS (2014 – 2017) o CFESS assumiu a coordenação juntamente com o Colégio de Profissionais de Trabalho Social de Porto Rico – CPTSPR.

EP – Neste breve tempo de COLACATS, quais os principais avanços que você identifica?

O primeiro deles foi integrar diferentes países do cone sul, centro américa e caribe construindo uma unidade na concepção e na ação estratégica como América Latina e Caribe, interagindo com as organizações da profissão no mundo. O trabalho coletivo foi fundamental, respeitando as diferenças e

construindo unidade para que a voz latino-americana fosse ouvida, conhecida e respeitada.

Realizamos 4 Seminários internacionais com a realização e fortalecimento das organizações nacionais: em Santiago – Chile em 2014, em San Juan - Porto Rico em 2015, na Cidade do Panamá – Panamá em 2016 e San José - Costa Rica em 2017. Todos eles com a representação dos países membros e convite para que demais países se integrassem. Identificar o fortalecimento das organizações nacionais e ao mesmo tempo a ampliação da articulação latino-americana e caribenha é um grande avanço.

Sem dúvida, no tempo mais recente, a realização do *workshop* sobre a definição de serviço social em 2012 foi determinante para construção desta unidade e inserção coletiva no debate internacional.

A capacidade de articulação consistente juntamente com uma ação política para além de nossa região permitiu que apresentássemos uma candidatura para presidência da FITS em 2014. Esta proposta ganhou a simpatia de demais países, incidindo sobre a hegemonia europeia na direção da FITS, quase ganhando a eleição.

O trabalho articulado com a vice-presidência da FITS para América Latina e Caribe tem sido fundamental na interlocução para além de nossa região. Em 2014 foi eleita a Assistente Social Silvana Martinez, representante da Federação Argentina das Associações Profissionais de Serviço Social – FAAPSS.

Outra direção em que atuamos foi a articulação com a Associação Latino-americana de Caribenha de Ensino e Investigação em Trabalho Social – ALAEITS. A nova direção eleita em 2015 em Mazatlan – México, presidida pela Professora Nilsa Burgos da Universidade de Porto Rico, tem participado das reuniões e seminários organizados pelo COLACATS, assinando pronunciamentos conjuntos objetivando uma concepção de profissão que não dissocia trabalho e formação profissionais. Avançamos na articulação entre nossas entidades na América Latina e Caribe.

EP – O que é a FITS e como o CFESS se insere neste espaço?

A Federação Internacional de Trabalhadores(as) Sociais – FITS, foi criada em 1956 em Munique – Alemanha (a segunda guerra mundial interrompeu a então organização criada em 1928) como organização representativa dos(as) assistentes sociais no âmbito mundial, com natureza privada sem fins lucrativos, mantida pelas organizações nacionais que se filiam livremente, esta se auto sustenta com a anuidade de seus membros. Naquele momento, 12 (doze) países a integraram: Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Grécia, Itália, Países Baixos, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos. A FITS atualmente é composta por 126 países e em processo de expansão.

No contexto internacional, a FITS é um organismo consultivo do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) da ONU e do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Ao mesmo tempo trabalha com a Organização Mundial de Saúde – OMS, Escritório do Alto Comissariado da ONU para Refugiados – ACNUR, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos – ACNUDH.

O CFESS se insere neste espaço a partir da articulação realizada no COLACATS. Os votos são por países e nas Assembleias Gerais da FITS sentamos perto e nos organizamos como região.

EP – O que o Serviço Social tem a contribuir no debate internacional?

Entendo que tem sido duas as direções nas quais as organizações profissionais tem atuado concomitantemente, tanto na estruturação como profissão, com a definição de serviço social e códigos de ética, quanto na incidência sobre governos e sociedades, especialmente através dos organismos da ONU nas temáticas de políticas para infância, mulheres, envelhecimento, família, população indígena, migrantes, saúde mental, drogas e direitos humanos. O Serviço Social não é uma profissão homogênea e participando da FITS identificamos a predominância de uma concepção conservadora e eurocêntrica. A ampliação e chegada de novos membros na FITS tem ampliado o debate e a disputa pela direção estratégica da forma e conteúdo destas contribuições.

O Serviço Social da América Latina e Caribe tem uma grande contribuição a partir do que temos realizado em nossos países no enfrentamento à barbárie gerada pelo capitalismo contemporâneo, nossa herança colonial e patriarcal. Na efetivação do projeto ético-político profissional, os/as assistentes sociais denunciam e ao mesmo tempo intervêm nas contradições que chegam como demandas pro Serviço Social, fruto das expressões da “questão social”. A crítica que temos construído nos respectivos países precisa ganhar as ruas e neste sentido as organizações nacionais podem promover intercâmbios na perspectiva de adensar as forças e dar visibilidade a elas.

EP – Em que o contato com a internacionalização pode contribuir com o Serviço Social brasileiro?

A internacionalização coloca novos desafios para o Serviço Social brasileiro, particularmente no intercâmbio da pesquisa. Podemos avançar coletivamente e internacionalmente na pesquisa sobre o próprio serviço social, colocando-o como objeto de estudo e sobre as determinações particulares do capitalismo contemporâneo. A conjuntura econômica regressiva, ao mesmo tempo em que não favorece a interlocução tendo

vista os custos e investimentos necessários para o financiamento da participação em atividades internacionais, também exige maior capacidade de articulação permitindo que ampliemos o diálogo com outras culturas e trajetórias profissionais.

DOI: 10.12957/rep.2017.32728



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

HOMENAGEM DE VIDA

Joaquina Barata Teixeira: legado intelectual e humano ao Serviço Social na Amazônia

Maria Elvira Rocha de Sá*
Nádia Socorro Fialho Nascimento**

Por ocasião dos 80 anos do Serviço Social no Brasil, completados em 2016, prestamos homenagem aos 80 anos de vida da assistente social *Joaquina Barata Teixeira*, professora aposentada da Universidade Federal do Pará (UFPA), que na sua trajetória profissional atuou como Pró-Reitora de Planejamento da mesma Universidade, foi Presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/PA – 1ª Região) e Vice-Presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), foi ainda membro do Comitê Executivo da *International Federation of Social Workers* (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais/FITS), com sede em Bern-Suíça em dois mandatos (2002 a 2005 e 2005 a 2008), representando a América Latina e Caribe, foi representante do CRESS/PA e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) no Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS, antigo Comitê Mercosul), foi Presidente da Associação de Docentes da UFPA - Seção Sindical do ANDES-SN – (ADUFPA) na gestão 1984-1985 e Vice-Presidente Norte do ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) na gestão 1986-1987 e integra o atual Conselho [Editorial] Ampliado da Revista Serviço Social & Sociedade, com quem mantém vínculo de estreita colaboração ao longo de sua história editorial.

Nascida em agosto de 1936 no município de Marapanim, nordeste do Pará, Joaquina fez o trajeto da maioria dos estudantes em busca de uma formação superior, à época inexistente no interior, na capital do estado, razão da sua vinda para Belém em 1945, onde concluiu o primeiro e segundo graus, ingressando na Escola de Serviço Social em 1959 – fundada em 1953

* Assistente Social e Professora Aposentada da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

** Assistente Social e Professora da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

como Escola Isolada, depois agregada ao Hospital Ophir Loyola. Em 1960, Joaquina já presidia o Diretório Acadêmico de Serviço Social, sendo protagonista da luta pela encampação dessa Escola pela UFPA¹, juntamente com suas colegas de turma e futuras assistentes sociais: Yolanda Shirley Cunha Martins e Barros, Almerinda Trindade Freire, Maria de Lourdes Couceiro Simões, Maria Dolores Pereira Bahia e Maria Elvira Rocha de Sá. Em 1963, Joaquina concluiu a graduação com o trabalho: *A Contribuição do Serviço Social para a Dinâmica das Bibliotecas dos Centros de Atividade*, no qual já indicava a preocupação com a formação intelectual dos usuários/as dos “Centros de Atividades” do Serviço Social do Comércio (SESC), que poderia ser viabilizada com a implantação e uso de bibliotecas incentivadas pelo Serviço Social.

Um de seus primeiros trabalhos acadêmicos foi o artigo *Técnicas de Grupo, contribuindo para maior rendimento qualitativo e quantitativo do Serviço Social em Sanatório*, em parceria com a colega de curso Potyara Amazoneida Pereira, publicado em 1965 nos Anais do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS). Neste momento, Joaquina vivenciava experiência profissional no atual Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUJBB/UFPA), instituição de referência regional no atendimento de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas, com destaque para a tuberculose conhecida como “doença da fome e da pobreza”, durante a qual inicia o processo de aprendizagem como pesquisadora social, propondo e elaborando pesquisas no próprio campo de trabalho.

Em 1972, ingressa na carreira docente no curso de Serviço Social da UFPA, onde atuou até aposentar-se em 1996. Nos primeiros anos de docência realizou atividades de pesquisa e extensão em projetos vinculados à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), cujos resultados voltavam-se ao planejamento regional, tema que marcou sua trajetória intelectual e profissional. Essa experiência no campo do planejamento subsidiou sua participação, na década de 1990, em programas de pós-graduação *lato sensu* e, posteriormente, ao assumir o cargo de Pró-Reitora de Planejamento da UFPA.

O seu legado intelectual abrange estudos e pesquisas nas grandes áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas. Na primeira, destaca-se não apenas na área do Serviço Social, sobretudo nos seus fundamentos, na problematização sobre a formação/exercício profissional e nas Políticas Públicas no Brasil e na Amazônia. Na segunda, transitou pela História, Filosofia, Ciência Política, Antropologia, especialmente na Etnologia Indígena, cuja produção destaca as relações sociais de produção das populações indígenas que sofrem consequências do saque de riquezas finitas

¹ Na elaboração deste texto contamos com a valiosa contribuição da Assistente Social e docente aposentada da UFPA, *Yolanda Shirley Cunha Martins e Barros* que, além de testemunha de sua trajetória de vida, da militância no movimento estudantil pela encampação da antiga Escola de Serviço Social pela UFPA, disponibilizou o próprio acervo documental sobre a história do Curso e da profissão de Serviço Social no estado do Pará.

(minérios, água, floresta) da Amazônia brasileira e seus rebatimentos nos países da Pan-Amazônia. Em Joaquina, estas duas grandes áreas de conhecimento relacionam-se dialeticamente; e no âmbito do Serviço Social, ela demonstra a importância dos determinantes políticos, econômicos e sociais para a formação e exercício profissional na particularidade do contexto amazônico.

Na coletânea de depoimentos publicada pelo CFESS em 2017, Joaquina relata, no capítulo “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura”, sobre a sua trajetória e nos revela suas reflexões relativas àquele período, em que:

[...] no Serviço Social da Amazônia, a reconceitualização entrou pelo movimento estudantil e não pelo movimento docente. Os estudantes protagonizaram as primeiras manifestações de contestação às teorias conservadoras que se ensinavam nas escolas de Serviço Social, cujas formulações expressavam, sem nenhum subterfúgio, o pensamento da classe dominante da época, para quem os pobres, os desempregados e os desvalidos eram ‘desajustados’, daí que propunham o trabalho social como ‘ajustamento’, com todas as suas variantes conceituais, desde as formuladas por Thomaz de Aquino até as emanadas dos EUA, de Gordon Hamilton. [...] Eu mesma fui expulsa de uma aula de Serviço Social de Grupo em 1961, porque contestei o conteúdo positivista da disciplina (CFESS, 2017, p. 47-48).

No lado pessoal, em 1962 nasce o seu filho Carlinhos, o que lhe exigiu determinação e coragem por “ter tido um filho e ser solteira”, superando o preconceito tão propagado na sociedade e na Escola de Serviço Social. Joaquina cuidou/cuida com dedicação deste filho, que viveu junto com ela o drama da prisão arbitrária e violenta em 1979, deixada no rastro da repressão policial-militar do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964 (“Dia da Mentira”, como ela destaca). Este episódio a faz refletir, incrédula e emocionada: “nunca saberei se esse fato influenciou para que meu filho, que conseguiu terminar o curso de engenharia, se tornasse mais tarde um paciente psiquiátrico, em cujos amargos delírios as lembranças da ditadura comparecem” (CFESS, 2017, p. 51).

Na década de 1970, marcada no Brasil pelos “planos de desenvolvimento” dos governos militares, em que a Amazônia figurava como *locus* privilegiado para extração de recursos naturais em prol da acumulação do capital monopolista, Joaquina voltou-se aos estudos sobre modos de vida e trabalho da população nativa diretamente afetada pelos Grandes Projetos econômicos e de infraestrutura implantados na região. Em 2008, na abertura da Conferência Mundial de Serviço Social, em Salvador/BA, Joaquina destaca os reflexos dessas políticas:

[...] Os efeitos da economia global destrutiva ao meio ambiente e aos povos indígenas no mundo, na América Latina, no Brasil e na Amazônia

vêm se dando, como sabemos, há 500 anos. É notória a destruição de algumas das mais importantes civilizações existentes na América, como a dos astecas, no México, e a dos incas, no Peru. No Brasil, mais de 1470 povos indígenas foram dizimados: Na Região Sul – temos registro de 33 etnias extintas, no Sudeste 143, no Nordeste 344, no Centro-oeste 137, na Amazônia 8202, entre as quais ganha estatura a heroica memória dos Nheengaíbas, uma etnia que lá viveu e para quem a liberdade era um supremo bem. Mais do que o pão, mais do que a água, mais do que o abrigo. E que lutou contra o colonizador até a morte. Heroicos como eles foram os bravos Ajuricaba e Anagaíba, bem como todos os índios que gravaram, com o sangue e com a vida, uma marca indelével na história da Amazônia (CFESS/FITS, 2008).

Em 1978, ingressou no curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFGA), com defesa da dissertação *O Processo de Produção na Forma Tribal*, sobre processos produtivos e relações de produção em território indígena. Ao aprofundar os estudos sobre a realidade indígena e suas reflexões pautadas na teoria social crítica, Joaquina já tratava do que hoje são chamadas demandas emergentes – caso de “populações tradicionais” em relação às Políticas Sociais. Durante o mestrado, além de trabalhos sobre a temática, Joaquina publicou os artigos *Política Social e Serviço Social* (1979) e *O Profissional na Política Social* (1980), o que mostra a centralidade do Serviço Social na sua produção acadêmica. Nos anos seguintes, intensifica a produção de textos e publicações sobre a questão indígena, como *Propriedade Comunitária e Trabalho Cooperativo nas Sociedades Tribais*, *O Impacto do Grande Capital na Amazônia: trajetória da posse comunitária à propriedade privada formal* e *A Organização Nacional dos Índios Enquanto Redefinição Histórica de Relações de Poder* (V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, CBAS/1985); os artigos *Política Indigenista e Reforma Agrária* (Revista Pará Desenvolvimento, 1986) e *Yanomami, um povo indivisível* (Revista Enfoque Amazônico, 1987).

Na conferência na Semana do Assistente Social de 2004 em Manaus, afirma que o conhecimento sobre a realidade amazônica permitiu-lhe constatar que:

[...] Na Amazônia, um quinto espaço de determinações de questões que se colocam como um âmbito de trabalho à intervenção e à investigação ao Serviço Social é o da questão indígena. Encontrei, em uma das minhas pesquisas no Alto Rio Içana, afluente do rio Negro, um grupo indígena cujo valor central era a socialização dos bens. Para eles, os missionários salesianos cometiam diariamente o grave pecado da usura – do ponto de vista de sua cultura –, que era o de estocar gêneros alimentícios nos armários, enquanto muitas comunidades passavam fome (CRESS-AM, 2004).

Quando o Pará foi palco da instalação de mais um megaprojeto de mineração – a Albras/Alunorte –, Joaquina e um grupo de pesquisadores

buscaram aprofundar os estudos sobre seus efeitos na sociedade local/regional, sobretudo no município de Barcarena onde aquele Grande Projeto se instalou. Em 1986, Joaquina coordenou o Projeto de Pesquisa *O Impacto da Modernização Econômica sobre uma Área de Economia Tradicional de Subsistência: o caso do Complexo Industrial de Barcarena*, apoiado pela FINEP/FADESP. Como resultados dessa pesquisa, Joaquina produziu o trabalho “Grupos de Produção: reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional”, apresentado no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS/1989) e o Relatório Final *Reprodução da força de trabalho em área de impacto de projeto transnacional – um estudo do processo de proletarianização em Barcarena/PA*.

No âmbito do Serviço Social, Joaquina publica com Marilda Villela Iamamoto o capítulo *Serviço Social na contradição entre capital e trabalho – concepção da dimensão política da prática profissional* na Revista Serviço Social & Sociedade, edição especial em tributo a Chico Mendes (1944-1988). Em 1988, orientou a dissertação *Perspectivas Hegemônicas e Ação do Intelectual: as metamorfoses do Serviço Social no desenvolvimento*, da assistente social/docente Edelweiss Falcão de Oliveira, em que desnuda os determinantes econômicos, políticos e sociais que impulsionaram a fundação da primeira Escola de Serviço Social no Pará. Esta perspectiva crítica contrapõe-se àquela que vincula esta fundação à “iniciativa individual” do jornalista, professor de ensino médio, bacharel em Direito e engenheiro rural, Paulo Eleutério Cavalcanti de Albuquerque Álvares da Silva (1914-1950), constituindo-se esta dissertação em referência teórica indispensável na abordagem histórica da profissão no estado do Pará.

Entre 1993 e 1997, então Pró-Reitora de Planejamento da UFPA, em 1995, Joaquina publicou *O planejamento estratégico nas universidades brasileiras*, pela EDUFPA. Ainda nos anos 1990, já aposentada, dedica-se à militância política no CRESS/PA – 1ª Região, que presidiu na gestão 1999-2000 e também integrou o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). Com sua colaboração o CRESS/PA continuou o lançamento da Revista *Po-lêmica – com os olhos no futuro do Serviço Social*, com reflexões sobre o Serviço Social e o projeto ético-político profissional, no Brasil e na Amazônia. Segundo Joaquina, a revista “é um espaço sem censura, para dar visibilidade ao vilipêndio real porque passam os direitos sociais sob a chancela neoliberal, mas também para gravar vitórias e conquistas resultantes da luta cotidiana empreendida pelas/os assistentes sociais na defesa das políticas sociais, da liberdade e da democracia” (CRESS/PA, 2001).

Joaquina não se furtou em contribuir nos debates regionais e entre as mais diversas participações em eventos destaca-se a Semana do Assistente Social de 2004, em Manaus/AM, quando na conferência *As tendências ocupacionais das/os assistentes sociais no contexto amazônico*, enfatiza as particularidades da profissão na Amazônia. A experiência profissional e o reconhecimento da categoria a credenciaram a integrar, em 2000, o projeto

de “Capacitação em Serviço Social e Política Social”, parceria entre CFESS/ABEPSS/UnB. Joaquina foi uma das autoras do Módulo IV sobre *O trabalho do assistente social e as políticas sociais*. Na Capacitação de 2009, centrada no “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais”, Joaquina produziu dois artigos, um deles em parceria com Marcelo Braz sobre “O Projeto Ético-Político do Serviço Social” e outro sobre “Formulação, Administração e Execução de Políticas Públicas”.

A vasta experiência em gestão universitária e o interesse pela questão regional lhe credenciaram para a coordenação do Programa de Pós-Graduação *Lato-Sensu*, à distância, em Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional (PLANEAR/UFPa), a partir de 2001, ao qual sucederam-se o PLANEAR I, II e III, com ênfase em Planejamento Ambiental, encerrados em 2004. Além destes, Joaquina coordenou o Primeiro Curso de Aperfeiçoamento financiado pela SUDAM, voltado à capacitação de técnicos para atuação no Pará, nos municípios de Altamira, Itaituba, Santarém, Marabá, Castanhal e Belém.

Após a militância nas lutas pela valorização do profissional em Serviço Social no CRESS/PA, Joaquina integrou o Comitê Executivo do *International Federation of Social Workers* (Federação Internacional de Trabalhadores Sociais/FITS), nos mandatos de 2002/2005 e 2005/2008. Tal experiência relatou no artigo *O Brasil na Federação Internacional de Assistentes Sociais*, publicado na Revista Serviço Social & Sociedade em 2008, que inclui outro artigo *A primeira Escola de Serviço Social do Pará*, retomando as reflexões suscitadas na dissertação de Edelweiss Falcão de Oliveira, sob a perspectiva dialética da história, pela qual se supera a visão endógena de criação das escolas de Serviço Social e da profissão no âmago da sociedade capitalista.

Ao final de seu segundo mandato na FITS Joaquina e Elizabete Borgianni submeteram ao Comitê a aprovação da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social no Brasil, no período de 16 a 19 de agosto de 2008, organizada pelo CFESS e a FITS em Salvador/BA, evento que contou com a participação de Assistentes Sociais de 47 países. No evento, cujo tema central foi “O Desafio de Concretizar Direitos numa Sociedade Globalizada e Desigual”, Joaquina participou da Plenária Simultânea com o tema “Economia Global Destrutiva e Ameaças ao Meio Ambiente: efeitos para os povos indígenas e os desafios para o Serviço Social”, ocasião em que apresenta reflexões críticas e provocativas:

[...] Parabenizamos esta Conferência Mundial que toma os indígenas como sujeitos de direitos e suas culturas como protagonistas da história de resistência no mundo. Das 04 Conferências mundiais que assistimos: uma na França, uma na Austrália, uma em Munique e uma no Chile, apenas a da Austrália e esta dão maior visibilidade a esta temática, que é mais que uma abordagem conceitual. É a defesa de uma causa, que muitos têm interesse em proclamar como perdida, mas que preferimos

concordar com os que a declaram subversiva. A temática indígena é aquela que testa, verdadeiramente, a sinceridade do discurso de compromisso com os direitos humanos. Que põe à prova a fidelidade das refinadas referências ético-políticas (CFESS/FITS, 2008).

Em maio de 1991 e maio de 1992, Joaquina recebeu *Medalha de Honra ao Mérito* do CRESS-1ª Região-PA. Em 1999 recebeu o *Mérito Serviço Social – Pará – 50 anos*, por ocasião do Cinquentenário do Curso de Serviço Social da UFPA. Em 08/05/2002, recebeu a placa *Dulce Aciolly* no dia Internacional da mulher. Em 28/11/2002 recebeu o título de *Honra ao mérito da Assembleia Legislativa do estado do Pará* por relevantes serviços prestados ao Estado.

Em 2011 foi agraciada com o Prêmio “Stela Menezes”, conferido pelo CRESS/PA aos/às Assistentes Sociais que protagonizaram feitos significativos, diante dos desafios na contemporaneidade, no âmbito do Serviço Social, regional e local. Entre outras homenagens foi agraciada, em 2016, com a Comenda Paulo Frota (1939-1991) de Direitos Humanos, outorgada pela Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA/PA).

Em 2009, Joaquina integrou a coletânea *Questão Social na Amazônia*, organizada por Elenise Scherer, com o capítulo *O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico*. Como intelectual ativa, Joaquina contribuiu disseminando ideias sob a forma de textos e palestras, sempre atenta aos debates (im)postos pela conjuntura, a exemplo do capítulo mencionado e da palestra *Desafios do Assistente Social no SUAS: o fator amazônico*, proferida em dezembro de 2014. Em outubro de 2015, no Iº Encontro Nacional de Políticas Sociais e IIº Encontro de Seguridade Social da Região dos Vales do Taquari, Rio Pardo e Centro-Serra (RS), Joaquina aborda o tema “Estado e Políticas Sociais: os desafios para a garantia dos direitos sociais com autonomia”. Nos eventos que participa após representar o CRESS-PA e o CFESS no Comitê Mercosul, Joaquina dissemina reflexões sobre a importância da organização da categoria neste Comitê que, àquela época, era formado somente pelos países do Cone Sul: Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil (depois o Chile)².

Em novembro de 2016 profere a conferência *80 anos de Serviço Social no Brasil* na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e em outubro de 2017 expõe o tema “Democracia, Políticas Públicas e Direitos Humanos: nenhum direito a menos” na Audiência Pública promovida pelo CRESS-11ª Região em Curitiba/PR.

Como testemunha do seu tempo, Joaquina faz parte do grupo de intelectuais/militantes que não se deixou seduzir pelos discursos do “fim da história”, nem se deixou levar para as fileiras da mediocridade, em troca de

² Atualmente, esta entidade constitui o Comitê Latino-americano e Caribenho de Organizações Profissionais de Trabalho Social/Serviço Social (COLACATS), e congrega 12 países (Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Porto Rico, Costa Rica, Peru, Colômbia, República Dominicana, Nicarágua, México e Cuba).

uma velhice tranquila. Em 2017, testemunha sua opção pela teoria social crítica quando participa das comemorações dos 100 anos da Revolução Russa (1917-2017) e 150 anos de *O Capital*, de Karl Marx (1867-1917). Em abril de 2017, participa do Seminário sobre “Marxismo na Contemporaneidade”, promovido por programas de pós-graduação e grupos de pesquisa da UFPA, com o apoio da Fundação Maurício Grabois e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Neste evento, Joaquina discute “O método marxista: um instrumento para a investigação científica e para a captura do movimento da história e para a transformação social” e, em maio do mesmo ano, profere Conferência abordando o tema da Semana do/a Assistente Social: “Na luta de classes não há empate”, realizada pelo CRESS – 25ª Região, em Palmas (TO).

O que, na sua forma fenomênica, pode parecer apenas o registro de uma vida, ainda que inconcluso, é nossa intenção fornecer pistas para compor as tramas da história de vida de uma Assistente Social, mulher, mãe, militante política, “guerreira amazônida” que, do alto dos seus 80 anos e inspirada em Pablo Neruda (1904-1973), disse: “O Serviço Social deixou para trás suas sombrias origens, olvidou a uterina treva e cresceu como a levedura, levantando para cima os braços...”. Joaquina não deixou de “crescer como a levedura” e ao “levantar os braços” aponta para o futuro do Serviço Social, sem deixar de reconhecer vitórias acumuladas no passado e no presente, conclamando os/as Assistentes Sociais a prosseguirem na resistência como protagonistas nas lutas cotidianas e permanentes por liberdade, justiça social e pelo direito à vida, especialmente de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores/as rurais, não apenas da Pan-Amazônia, mas de todos os continentes do planeta.

Referências

CFESS-Conselho Federal de Serviço Social. *Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura - Depoimentos*. Joaquina Barata Teixeira. Brasília-DF: CFESS, 2017. p. 46-52.

TEIXEIRA, J. B. *As tendências ocupacionais das(os) assistentes sociais no contexto amazônico*. In: SEMANA DO ASSISTENTE SOCIAL, 2004. Manaus. Conferência... Manaus: CRESS-AM, 2004.

_____. *Economia Global Destrutiva e Ameaças ao Meio Ambiente: efeitos para os povos indígenas e os desafios para o Serviço Social*. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19: O DESAFIO DE CONCRETIZAR DIREITOS NUMA SOCIEDADE GLOBALIZADA E DESIGUAL, 2008, Salvador. Anais... Salvador: CFESS/FITS, 2008.

DOI: 10.12957/rep.2017.32729



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESENHA



A experiência brasileira das fábricas recuperadas

PIRES, A. S. S. *As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

Mariana Costa Carvalho*

A obra, publicada em 2016, resulta de pesquisa de doutoramento em Sociologia, em 2014, na Universidade Federal de São Carlos. O livro, estruturado em 5 partes, apresenta os resultados de pesquisa de Aline Suelen Pires que possui trajetória acadêmica na área de Sociologia do Trabalho. O objeto da pesquisa é a apresentação da situação atual das fábricas recuperadas no Brasil, pensadas em articulação com a autogestão, cooperativismo, economia solidária e a percepção dos trabalhadores envolvidos.

A pesquisa abarcou visitas a nove empresas recuperadas no Brasil, com a realização de entrevistas e observações: Cooperminas, Bruscor, Coopermambrini, Coopersalto, Metalcoop, Copromem, Uniforja, Unimáquinas e Flaskô. Além de visitas às principais instituições de apoio às fábricas recuperadas, a ANTEAG (Associação Nacional de Trabalhadores e em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) e a UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários).

Realiza um comparativo entre a experiência brasileira e argentina, traz uma breve apresentação das experiências de fábricas recuperadas de outros países da América Latina e, ainda, notas sobre o cooperativismo e a economia solidária na Europa atual. Totalizando 12 visitas a empresas recuperadas.

* Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/FSS/Uerj). *Correspondência:* Rua Engenheiro José Carlos Moraes Sarmiento, 259, apt. 201, Santa Catarina, Juiz de Fora - MG. CEP: 36036-100. *Email:* <marianaccarvalho@yahoo.com.br>.

Como pressupostos principais para análise a autora parte, primeiro, da década de 1990 como marco histórico para análise do contexto de surgimento das experiências de autogestão no Brasil. Período marcado pela diminuição dos investimentos do Estado em políticas públicas, aumento do desemprego e precarização do trabalho, aumento das privatizações, abertura aos mercados, sob o viés das formas flexíveis de produção e reprodução trazidas pela reestruturação produtiva. Esse processo levou a falência de muitas empresas e perdas significativas de postos de trabalho. É diante desse contexto que os trabalhadores passam a se organizarem no intuito de assumirem o controle das fábricas. Algumas empresas se organizam sob o formato de cooperativas.

Segundo, esse contexto de “redescobrimento” do cooperativismo como possibilidade de geração de trabalho em momento de crise do emprego formal. O surgimento dessas experiências históricas datam do século XIX a partir dos socialistas utópicos que propunham a experiência de autogestão como enfrentamento ao desemprego e às precárias condições de vida dos trabalhadores industriais.

Terceiro, embasando-se em Castel, traz a discussão da “remercadorização do trabalho”, diante do esfacelamento da relação salarial, levando a substituição da antiga estabilidade pela precarização. Situação agravada pelo capital financeiro internacional e a continuidade das mudanças tecnológicas, que levam ao desaparecimento de certos postos de trabalho. Com esta reflexão, a autora discorda das teses de desaparecimento do assalariado e da perda da centralidade do trabalho, e defende que a mudança perpassa pelas garantias de futuro no trabalho assalariado, estando este cada vez mais reduzido.

Para a construção da perspectiva de análise sobre as empresas recuperadas no Brasil, a autora ressalta a ausência de unanimidade em relação ao conceito de economia solidária. Paul Singer, referência na discussão, defende que a economia solidária, é uma forma de organização da produção e distribuição que aplica como princípio a democracia na tomadas de decisões e a justiça na distribuição dos resultados. A concepção socialista do autor considera que a nova sociedade não seria alcançada através da conquista revolucionária do poder do Estado e sim através de uma transição pacífica por meio da economia.

Outros autores trazem novas teses para a definição da economia solidária, a exemplo de Santos e Rodríguez que defendem a existência de uma mobilização em prol da construção de uma globalização “alternativa”. Gaiger discorre sobre o aumento de movimentos em que a solidariedade é considerada princípio ético-político e como meio de propiciar uma “outra” mundialização que surge a partir da organização que baseia-se na democratização da economia e da cidadania.

Em contraposição, existem autores que problematizam a ideia da economia solidária. A exemplo de Sousa que realiza crítica a concepção

dominante do termo no Brasil, afirmando que esta concepção expressa um conteúdo eclético e polimorfo, necessitando de uma formulação saturada de realidade.

Um aspecto abordado na pesquisa refere-se à relação entre as fábricas recuperadas e os sindicatos. A autora sinaliza que esta relação tem um histórico de contradições e polêmicas, porém, importantes agências de apoio a empreendimentos autogestionários se originaram a partir das experiências de sindicalistas ou do movimento sindical.

A obra aponta as principais dificuldades enfrentadas pelas fábricas recuperadas, tais como: não aderência dos trabalhadores à proposta da autogestão, persistindo a dificuldade de entendimento do trabalho cooperado, não hierarquizado. A análise dessa questão, perpassa pela “cultura do assalariamento” que vincula-se a experiência da lógica do trabalho assalariado, fordista, com relação vertical entre patrão e empregado.

Soma-se a falta de capital de giro; dificuldade de obtenção financiamentos; ausência de formação constante para a autogestão; dificuldade de coletivização do saber pessoal; diferença de remuneração; retomada da antiga estrutura hierárquica a partir de avanços em situação de maior estabilidade; existência de terceirização; divisão entre o setor administrativo e os demais setores; acentuada hierarquia na tomada de decisões; desconfiança por parte dos clientes e fornecedores.

Além destes, muitos empreendimentos se desenvolvem impulsionados por iniciativas de órgãos públicos e organizações de apoio. Buscaram o cooperativismo como alternativa ao desemprego e não como resultado de um pensamento político com viés de contestação e transformação da realidade.

Além das empresas recuperadas no formato clássico, há o destaque do Movimento das Fábricas Ocupadas que, diferentemente da maioria das fábricas recuperadas que se tornaram cooperativas, lutaram pela estatização dos empreendimentos. A defesa perpassa pela compreensão da estatização como reivindicação histórica do movimento operário e, ainda, abarca a crítica do caráter precarizador e funcional ao capitalismo presente nas cooperativas.

O panorama apresentado remete à explicitação dos diversos fatores dificultadores da estabilidade econômica desses empreendimentos, assim como da própria manutenção do caráter autogestionário e cooperativo. Outro aspecto relevante é a distinta situação econômica do país na atualidade em comparação ao período anterior. Entre os anos de 1991 e 2000 houve um aumento no número de falências no país; e a partir de 2001 os indicadores apontavam para uma situação de maior equilíbrio da economia de forma que os processos de falência deixaram de ser constantes. Soma-se a nova lei de falências, em vigor a partir de 2005, que parece estar dificultando as possibilidades das iniciativas dos trabalhadores de assumirem o controle das empresas em situação falimentar.

Poucas fábricas parecem ter conseguido realizar mudanças substanciais na organização do trabalho em relação às empresas originárias, permanecendo o mesmo processo de trabalho, a mesma divisão do trabalho e adoção de tecnologias. O que sinaliza a inexistência de uma ruptura significativa com a antiga organização do trabalho.

A autora sinaliza a dificuldade de novos processos de recuperação na atualidade, apesar de não serem completamente inexistentes. O cenário atual é agravado pela concorrência internacional, sobretudo a chinesa e pela lógica da produtividade, do *“time is Money”*. Aponta ainda, como resultados das pesquisas, que a autogestão, em sentido “pleno” não se materializou nos empreendimentos. Da mesma maneira, a economia solidária não conseguiu cumprir o que vem se propondo, sobretudo através do discurso da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) e do próprio movimento, representado pelos ideais de Paul Singer e outros atores que seguem essa linha de pensamento.

Os empreendimentos solidários ou autogestionários teriam seu alcance numa dimensão simbólica importante, entretanto, não se constituem em experiências que possuem impacto significativo no conjunto da economia do país, realidade que não é específica do Brasil. A autonomia do empreendimento é limitada pelo mercado, os trabalhadores possuem histórico de insegurança e instabilidade no trabalho e a experiência das fábricas recuperadas brasileiras tem demonstrado que a resistência dos trabalhadores não está voltada para o sistema capitalista, e sim, para o desemprego.

As fábricas recuperadas no Brasil: o desafio da autogestão abarca os resultados de pesquisas da autora sobre as experiências brasileiras de autogestão no âmbito das Ciências Sociais. Constitui-se em importante leitura para aqueles que desejam conhecer as especificidades destas organizações no país, esclarecendo as diferenciações dos diversos conceitos do campo da denominada economia solidária e explicitando as divergências nas concepções.

Um aspecto inovador da obra refere-se a sua não vinculação a incubadoras ou instituições de apoio e fomento de cooperativas e empresas recuperadas, permitindo a realização de uma análise que difere das que, comumente, possuem uma visão militante ou mesmo messiânica destas experiências de caráter autogestionário. Possibilitando ao leitor ter a clareza do que se constitui como sendo os desafios para a materialização das experiências de autogestão no Brasil.

DOI: 10.12957/rep.2017.32730



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Carlos Nelson Coutinho em debate: interpretações, polêmicas e atualidade do seu pensamento

BRAZ, M.; RODRIGUES, M. (Orgs.). *Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*. – 1.ed. – Rio de Janeiro: Mórula, 2016. 248 p.

Pedro Claesen Dutra Silva*

Chega ao público mais uma obra que se debruça sobre o rico, instigante e polêmico pensamento de Carlos Nelson Coutinho (CNC). Filósofo, militante socialista, tradutor e professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), “Carlito”, como era carinhosamente tratado pelos mais íntimos, falecido há quatro anos, deixou um legado teórico-político que tem sido objeto de debates e estudos entre professores e ativistas de diversos países.

Lançado em 2016, *Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*, organizada pelos professores Marcelo Braz e Mavi Rodrigues, reúne textos e intervenções de autores do Brasil, Itália, França e Portugal que participaram do *Seminário Internacional Carlos Nelson Coutinho e a Renovação do Marxismo*, realizado no ano de 2013 na UFRJ.

Trata-se da segunda coletânea de artigos empenhada na discussão e divulgação das ideias do autor¹, que, para além de mais uma merecida homenagem, realiza um generoso balanço crítico e prospectivo em torno de suas principais teses e formulações desenvolvidas ao longo de décadas de um disciplinado, produtivo e multifacetado trabalho intelectual.

*Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Assistente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e militante da Consulta Popular. *Correspondência*: Rua do Catete, 123 - Casa 14, Catete, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 22220-000. Email: <pedro_dutras@yahoo.com.br>.

¹ Ainda no ano de 2012, semanas após a morte de Carlos Nelson Coutinho, foi publicado pela Editora Expressão Popular o livro *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*, organizado por Marcelo Braz.

Antes de voltar-se aos doze textos que compõem a referida obra (divididos em duas partes: *Marxismo, socialismo e democracia e Luta política e luta ideológica no Brasil*), é fundamental que o interessado leia atentamente a apresentação (feita pelos organizadores) e o prefácio (escrito por Ivete Simionatto), pois lhe permitirá ter uma visão geral e panorâmica do conjunto dos artigos, marcados pela densidade teórico-analítica e atravessados por calorosos debates políticos.

Apesar da diversidade de abordagens e questões que são trabalhadas pelos autores, um fio condutor atravessa praticamente a totalidade dos escritos, qual seja, a relação entre socialismo e democracia em CNC. Tema bastante caro ao marxismo e que possui em Coutinho uma centralidade absoluta, acompanhando-o desde a juventude, a exemplo de seu clássico *A democracia como valor universal*, publicado em 1979, até suas últimas reflexões.

Mesmo com sua erudição incontestável, o estilo literário e a postura intelectual de CNC não se enquadram nos modelos e padrões acadêmicos tradicionais, assumindo, inúmeras vezes, um caráter de combate e disputa, seja direcionada ao pensamento dominante ou mesmo no interior da própria esquerda brasileira e no campo do marxismo. Profundamente dialético e antidogmático, mais do que um estudioso exegético de Antonio Gramsci, Coutinho foi um mobilizador das categorias do comunista sardo, apropriando-se do método marxiano para interpretar a realidade brasileira e se posicionar diante dos dilemas e contradições da luta de classes.

É desse autor, portanto, inventor do *marxismo democrático-socialista brasileiro*, nas palavras de Michael Löwy, e referência para gramscianos de todo o mundo, segundo Guido Liguori, que a obra em tela se dedica e revela.

Identificamos em Francisco Louçã, Mauro Iasi e Antônio Carlos Mazzeo, as posições mais críticas às elaborações de CNC. O primeiro afirma que a formulação de “reformismo revolucionário”, cunhada por Coutinho nos anos 2000, é “uma coisa estranha” e paradoxal, que mais confunde do que contribui para a atualização da estratégia revolucionária. Para Iasi, Carlos Nelson acaba reproduzindo uma espécie de “gradualismo” em sua análise a respeito da relação entre sociedade política e sociedade civil no Brasil, uma vez que o fortalecimento da segunda, longe de favorecer as classes subalternas em seus processos de organização e luta (como previa Coutinho), acabou por consumir a hegemonia da burguesia e o caráter autocrático do Estado. Mazzeo, por outro ângulo, aponta para a impropriedade no uso da categoria “via prussiana” como chave de análise do desenvolvimento sócio-histórico do país, sinalizando lacunas do autor no que concerne ao estudo da particularidade histórica brasileira e da gestação do modo de produção capitalista no Brasil.

Já os textos de José Paulo Netto e Antonio Infranca expõem a sofisticação e autoria de Carlos Nelson Coutinho desde a mais tenra idade,

ao confrontar-se de forma aberta e leal com gigantes das ciências sociais e dialogar criticamente com um de seus grandes mestres e interlocutores, György Lukács.

De acordo com Rodrigues, Coutinho foi fruto e sujeito dos “longos anos 1960”, período de ouro do marxismo em nível internacional, e forjou-se intelectual orgânico das classes subalternas participando ativamente dos debates e processos organizativos daquele tempo histórico. A partir das discussões no interior da esquerda brasileira e mundial em torno das contradições do chamado socialismo real, vozes destoantes da “linha oficial” da URSS proliferam-se, impulsionando movimentos de revisão e contestação do stalinismo. Expressão maior desse processo foi a guinada vertiginosa que os Partidos Comunistas italiano, francês e espanhol deram à centralidade da luta democrática para a construção da transição socialista. Inflexão que se incia já no final da década de 1950 e ganha fôlego nas duas décadas seguintes, culminando com o que ficou conhecido por “eurocomunismo”, passando a influenciar diretamente os debates no âmbito do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do conjunto das forças de esquerda do país, como assevera Braz. Nessa linha, Marcos Del Roio demonstra e analisa a atuação de CNC durante a década de 1970 no mesário comunista *Voz Operária*, vinculado ao PCB e porta-voz oficial das orientações e definições políticas do partido, identificando Coutinho como referência destacada na difusão das teses “eurocomunistas” no Brasil.

Milton Temer e Lúcia Maria Wanderley Neves fecham o livro. O primeiro, inspirado no trato realista que Carlos Nelson Coutinho analisa a luta de classes, adentra no “olho do furacão” da conjuntura e nas divergências táticas e estratégicas dos partidos políticos da esquerda brasileira. Neves, por sua vez, destaca a presença das ideias de CNC na produção acadêmica do Coletivo de Estudos de Política Educacional (com núcleos em Alagoas, Campina Grande, Juiz de Fora e Rio de Janeiro), tendo corroborado diretamente com as diretrizes teórico-políticas adotadas pelo *Coletivo* nos últimos anos, em particular com a edificação do conceito de “nova pedagogia da hegemonia”.

Após a apreciação da obra é possível observarmos nitidamente a polissemia de abordagens e leituras das ideias de Coutinho, em especial àquelas relacionadas aos temas “mais quentes” do debate político. O que não poderia ser diferente, tendo em vista a originalidade e ousadia do autor ao lançar-se sobre a interpretação da realidade brasileira, ao exame da conjuntura política e no apontamento de cenários e desafios para a luta das classes subalternas e suas organizações. Não por acaso, o legado de CNC permanece atual e inspirador para as novas e velhas gerações de militantes e pesquisadores comprometidos com a análise criteriosa e radical da sociedade.

Em tempos de ofensiva conservadora, intensificação da barbárie e retrocessos de direitos dos trabalhadores em escala nacional e global, o

núcleo central do pensamento de Coutinho, mesmo não havendo um consenso entre os autores, mas abordado por quase todos os participantes desse trabalho coletivo, na nossa compreensão, mantêm uma vitalidade sem precedentes. A máxima “coutineana” de que uma democracia substantiva só é possível numa sociedade para além do capital e de que o socialismo deve levar até as últimas consequências os valores e bandeiras da democracia, fundando um regime de poder e um modo de produção qualitativamente superiores, parece estar na ordem do dia para as forças sociais em luta contra a exploração capitalista e as diversas formas de opressão reproduzidas pela sociabilidade burguesa.

A leitura do livro *Cultura, democracia e socialismo: as ideias de Carlos Nelson Coutinho em debate*, portanto, nos instiga não só a retomarmos a herança intelectual de um dos mais importantes e fecundos pensadores brasileiros, mas, sobretudo, nos interpela a seguirmos os caminhos trilhados por CNC no horizonte da atualização permanente do marxismo e na construção de uma nova hegemonia.

DOI: 10.12957/rep.2017.32731



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

PARECERISTAS AD HOC*

Adrianyce Angélica Silva de Sousa – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Ana Paula Ornellas Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Andréa de Sousa Gama – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Andreia Clapp Salvador – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ)

Angela Vieira Neves – Universidade de Brasília (UnB)

Cristina Maria Brites – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Daniela Neves de Sousa – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Daniela Xavier Haj Mussi – Universidade de São Paulo (USP)

Estela Willeman – Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam) / Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ)

Evilasio da Silva Salvador – Universidade de Brasília (UnB)

Francine Helfreich Coutinho dos Santos – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Gerson Galo Ledezma Meneses – Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Gracyelle Costa Ferreira – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Helena Lúcia Augusto Chaves – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Inez Terezinha Stampa – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ)

Janaína Bilate Martins – Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro (UNIRIO)

Javier Blank – Universidade Federal Fluminense (UFF)

* A partir da edição n. 30, v. 10, em 2012, a *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea* passou a publicar, ao final de cada ano, a relação nominal daqueles que contribuíram com a revista como pareceristas *ad hoc*. Nesse nº40 atualizamos essa nominata, com todos aqueles(as) que, ao lado de integrantes do Comitê Editorial Científico, desenvolveram essa essencial atividade, no período de maio de 2017 até o final deste volume 15, em janeiro de 2018.

Joana Valente Santana – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Kátia Regina de Souza Lima – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Larissa Dahmer Pereira – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Maria de Fátima Valentim Pessanha – Conselho Regional de Serviço Social – 7º Região

Maria Fernanda Escurra – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Maria Helena Elpídio Abreu – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Maria Luiza Campos da Silva Valente – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Puc-RJ)

Marina Barbosa Pinto – Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ney Luiz Teixeira de Almeida – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Nívia Cristiane Pereira da Silva – Universidade Federal da Paraíba (UFPA)

Norma Maria Bentes de Sousa – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Rita de Cassia Cavalcante Lima – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Rodriane de Oliveira Souza – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rodrigo Castelo Branco Santos – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Rosana Medeiros de Oliveira – Universidade de Brasília (UnB)

Silvana Mara de Moraes dos Santos – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Sueli Bulhões da Silva – Pontifícia Universidade Católica – RJ (Puc-RJ)

Tatiana Dahmer Pereira – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Vanessa Bezerra de Souza – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Vera Lúcia Batista Gomes – Universidade Federal do Pará (UFPA)



EM PAUTA:
ISSN:

TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA
2238-3786 (versão eletrônica)

Publicação científica, de periodicidade semestral, arbitrada por pares e produzida pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)/Brasil

NORMAS EDITORIAIS

1) A estrutura da Revista é aberta e composta fundamentalmente de artigos resultantes de monografias, dissertações, teses e pesquisas, bem como de ensaios, resenhas, entrevistas, resumos de palestra, relatórios adaptados de pesquisa científicas e registros significativos. Através das contribuições enviadas, das sugestões recebidas ou de análise de assuntos que assumam relevância na conjuntura profissional e social, a Equipe Editorial poderá organizar dossiês que enfatizem determinadas temáticas. Artigo oriundo de monografia de final de curso de graduação deverá ser submetido em coautoria com o professor/orientador responsável;

2) Será assegurado o anonimato para os autores no processo de avaliação e aos pareceristas sob sua avaliação (sistema duplo cego), em qualquer circunstância. Os artigos aprovados serão submetidos a apreciação da Equipe Editorial da revista para a composição final das edições de cada volume/ano, tendo em vista os critérios e normas dos indexadores e da política editorial da revista. Os artigos aprovados e não publicados poderão permanecer pelo prazo máximo de 18 (dezoito) meses no banco de artigos da revista para posterior publicação, ressalvados os casos de recusa formalizada pelo(a/s) autor(a/es);

3) A publicação de mais de um artigo, com a participação do mesmo autor, deverá obedecer o intervalo mínimo de 1 (um) ano, exceto quando convidado pela Equipe Editorial para elaborar conteúdos editoriais específicos;

4) É permitida a submissão de somente 1 (um) artigo por volume/ano;

5) Os artigos devem ser encaminhados à Equipe Editorial, por email e/ou pelo portal de publicações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na url <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>>, não sendo necessário enviar cópia impressa pelo Correio. Os artigos devem, necessariamente, conter entre 10 a 15 laudas, fonte Times Roman, tamanho 12, em espaço interlinear de 1,5 cm, todas as margens com 2,5 cm, em papel tamanho A4 e parágrafo a 1,25 cm da margem esquerda. Estas dimensões incluem as referências completas e possíveis ilustrações. As resenhas devem conter, precisamente, entre 3 (três) a 5 (cinco) laudas;

6) Os artigos não deverão conter dados de identificação dos(as) autores(as), mas devem ser acompanhados por outro arquivo, ou por folha separada do corpo do artigo, designado(a) como folha de rosto, e nesta deve conter o nome completo do(s) autor(es), sua formação profissional, titulação acadêmica com a respectiva instituição que conferiu o título, cargo principal ocupado atualmente, nome e endereço completos de correspondência, que pode ser pessoal ou da instituição a qual estão vinculados(as) e e-mail, dados estes que serão publicados, quando o artigo e/ou resenhas forem aceitos, atendendo a indicação de indexadores;

7) A primeira página do texto deverá conter:
– somente o título do artigo – sem (s) nome(s) do(s) autor(es) – constando, no máximo, 12 palavras.

– o Resumo, que deve ter até, no máximo, 150 palavras e ser redigido em fonte 10 e espaço simples;

– deve ter entre 3 a 5 palavras-chave, escolhidas entre aquelas que possam classificar com precisão o trabalho em pesquisa bibliográfica, para efeito de indexação;

– o título em inglês, *abstract* e *keywords*; isto é, a versão, em inglês do título, do resumo e das palavras-chave.

8) Serão aceitas contribuições em português, espanhol ou inglês. Em relação à língua dos Títulos, Resumos e palavras-chave, a orientação é a seguinte:

– quando o artigo for em português ou em inglês, o título, o resumo e as palavras-chave só deverão ser em português e inglês.

– quando o artigo for em espanhol, o título, o resumo e palavras-chave deverão ser em espanhol, português e inglês;

9) As notas de rodapé devem ser evitadas; quando indispensáveis, não deverão exceder quatro linhas. As ilustrações (figuras, tabelas, fotos e quadros) devem ser evitadas, mas quando indispensáveis ao conteúdo, devem ser indicadas e anexadas no corpo do texto, incluindo título e fonte de referência. Devem também ser enviadas em arquivos separados, atendendo aos seguintes requisitos: tabelas e gráficos em Excel, formatados, quadros e demais ilustrações devem estar em alta resolução (com pelo menos 300 dpi) em formato *JPG, *JPEG ou *TIF. Em todas as situações, será avaliada a qualidade e pertinência do material encaminhado, cabendo à Equipe Editorial a decisão sobre sua inclusão ou não, comunicando o fato ao(a/s) autor(es/as);

10) Para o envio do trabalho é necessário:

- 1) Declaração de Responsabilidade (assinada);
- 2) Transferência de Direitos Autorais (assinada);
- 3) Ficha de registro preenchida (assinada);
- 4) Arquivo com o trabalho.

Os documentos referidos acima deverão ser assinados, digitalizados e enviados para o correio eletrônico da revista (revistaempauta.uerj@gmail.com) ou anexados como documento suplementar, quando submetidos via plataforma SEER.

Ao enviar o trabalho para a Revista *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, os autores atestam: sua participação na concepção, elaboração e desenvolvimento (parcial ou integral) do artigo, assumindo publicamente seu conteúdo e reconhecendo sua autoria e ineditismo. Os autores atestam, também, o não envio simultâneo a outro(s) periódico(s), seja no formato eletrônico ou impresso, se comprometendo a não enviar o material para outra forma de publicação enquanto perdurar o processo de submissão e análise da Revista Em Pauta. Os autores reconhecem também a necessária menção de órgãos de fomento, financiamentos e/ou acordos com organizações diversas relacionadas e/ou interessadas pela publicação, se responsabilizando pelos créditos ou agradecimentos devidos, quando couber. A Revista Em Pauta reserva-se o direito de exclusividade na publicação de artigos e similares, cabendo à Equipe Editorial avaliar as exceções.

11) Uma vez submetido o artigo em coautoria, não será permitida a retificação de autoria do mesmo.

12) Todas as colaborações não encomendadas são encaminhadas à Equipe Editorial – que as submeterá ao processo de avaliação, no sistema duplo cego, a partir do parecer de dois membros do Conselho Editorial Científico, podendo ser realizado convite também a pareceristas *ad hoc*, a quem cabe recomendar a publicação, mantendo sigilo sobre o parecer emitido. Quando da não coincidência das avaliações, o artigo será enviado para um terceiro parecerista. A Equipe Editorial da Revista, de posse dos pareceres do Conselho Editorial Científico e/ou de parecerista *ad hoc*, reserva-se o direito de sugerir aos autores modificações, a fim de adequar os artigos e similares aos padrões da Revista Em Pauta.

13) Os originais enviados à Revista Em Pauta serão considerados definitivos; os não aprovados, a Equipe Editorial compromete-se a inutilizar o material, e se responsabiliza, ainda, em enviar sempre uma resposta, positiva ou negativa, por e-mail e/ou diretamente ao(s) autor(es).

14) Quando ocorrer aprovação de artigos e similares, um documento de autorização da publicação será encaminhado por e-mail aos autores que deverão remetê-lo, junto com os demais procedimentos cabíveis de revisão e versão final do material a ser publicado, devidamente preenchida, assinada e escaneada.

15) Réplicas e comentários sobre os artigos publicados são do interesse da Revista e, se aceitos para publicação, serão enviados aos autores para conhecimento prévio às publicações e para direito a réplicas, preferencialmente no mesmo número.

16) Ao enviar o material à Revista Em Pauta, os autores transferem todos os direitos autorais para a Revista Em Pauta, sendo vedada sua reprodução, parcial ou na íntegra, e em quaisquer meios de divulgação, seja no formato eletrônico ou impresso sem solicitação prévia. Para possível divulgação posterior à publicação na Revista Em Pauta, quando de sua autorização, os autores se comprometem a fazer constar os devidos créditos à primeira publicação na Revista "Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea". O *copyright* dos artigos publicados pertence a seus autores e os direitos autorais de cada edição pertencem à *Faculdade de Serviço Social da UERJ*, não envolvendo quaisquer pagamentos a autores.

17) Não serão publicados artigos que atentem contra a ética profissional, que emitam preconceitos de qualquer natureza ou pontos de vista incompatíveis com a Linha Editorial da Revista. Os artigos deverão também observar as resoluções nacionais da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/Conselho Nacional de Saúde, notadamente a Resolução 510 de 7 de abril de 2016 que normatiza a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.

Os artigos submetidos com conteúdo oriundo de pesquisas normatizadas pela Resolução 510 de abril de 2016 deverão explicitar metodologicamente, no corpo do texto, a observância aos referidos parâmetros normativos.

18) Os artigos e similares devem obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), aqui adaptadas, e devem ser entregues à Revista, revisados segundo as regras gramaticais vigentes, sendo os exemplos de citações e referências mais usuais apresentados a seguir.

19) A partir da edição do n.30, v.10 vem sendo publicada nominata com Pareceristas *ad hoc* que contribuíram com a revista no último ano, considerando-se o mês de emissão do parecer e tomando-se o mês de outubro de 2011 como o corte inicial.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

(Segundo NBR 6022, NBR 6023 e NBR 10520 da ABNT – aqui adaptadas)

As citações e referências constantes nos textos entregues pelos autores à Revista para publicação são de responsabilidade dos seus respectivos autores.

Citações:

- as citações devem seguir a orientação autor-data;
- citação de até 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas, fonte igual à do texto.
- citação de mais de 3 linhas: fora do corpo do texto, fonte 10, recuada para a linha do parágrafo, a 4cm da margem esquerda, sem aspas, ou qualquer outro destaque, espaçamento interlinear simples, margem direita igual à do texto. As aspas no interior de uma citação são simples.

- Nome do autor:

- a) no corpo do texto: grafia normal para nomes próprios; ano e página entre parênteses. Exemplo: Segundo Costa (2002, p. 39), "A sociedade civil [...]."

b) ao final do texto e nos dois casos acima: todos os elementos da referência entre parênteses e em caixa alta. Exemplo: “A sociedade civil [...]” (COSTA, 2002, p. 39).

– Quando se trata de citação indireta (quando não se utiliza as mesmas palavras do texto citado – paráfrase), devem ser referenciados o sobrenome do autor e o ano, sem necessidade das aspas e de página e tal como nos exemplos anteriores.

Referências

As referências bibliográficas e de demais fontes são obrigatórias e só devem ser feitas da bibliografia efetivamente citada no artigo ou similar.

Exemplos de Referências:

Livros (obra completa)

NETTO, J. P. *Didadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Capítulo de Livro

CHAUÍ, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periódicos – Revistas

FALEIROS, V. P. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertações/Teses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Jornais

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Meio Eletrônico

São necessárias as informações sobre o endereço eletrônico, entre < >, e a data de acesso (dia / mês / ano), sendo precedidos, respectivamente, das expressões “Disponível em:” e “Acesso em:”. Deve ser apresentado o *link* (URL) completo do documento consultado.

Exemplo: MOTA, Ana Elizabete. Os desafios da formação profissional na gestão 2005-2006. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.59-66, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

Obs.: Além dos documentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) mencionados, esclarecimentos adicionais sobre referências e citações podem ser obtidos, por exemplo, no seguinte documento: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Roteiro para apresentação das teses e dissertações da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2012. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Acesso em: 16 maio 2013.



EM PAUTA: TEORIA SOCIAL E REALIDADE CONTEMPORÂNEA

ISSN: 2238-3786 (electronic version)

Scientific publication, published biannually, arbitrated by peers and produced by the Faculdade de Serviço Social at the Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ)

**Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social**

EDITORIAL STANDARDS

1) The Magazine structure is opened and composed primarily of articles resulting from monographs, dissertations, theses and research, as well as essays, reviews, interviews, lecture summaries, adapted reports from scientific research and significant records. Through the received contributions, the suggestions sent or the analysis of matters whatsoever relevant in professional and social situation, the Editorial Staff can organize files that emphasize certain thematic. Article from an end-of-course monograph should be submitted in co-authoring with the responsible teacher / advisor;

2) Anonymity will be ensured for the authors in the evaluation process and for the reviewers under their evaluation (double blind system) under all circumstances. The approved articles will be submitted to the Editorial Staff of the journal for the final composition of the editions of each volume / year, in view of the criteria and norms of the journal's indexing and editorial policy. The approved and unpublished articles may remain for a maximum period of 18 (eighteen) months in the bank of articles of the journal for later publication, except in cases of refusal formalized by the author (s);

3) The publication of more than one article, with the participation of the same author, must obey the minimum interval of 1 (one) year, except when invited by the Editorial Team to elaborate specific editorial content;

4) Only one (1) article per volume / year is allowed;

5) Articles should be sent to the Editorial Staff, via email and/or by the (UERJ) Universidade do Estado do Rio de Janeiro publishing site, http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaem_pauta, being not necessary to send a print copy by mail. Articles must necessarily contain between 10 to 15 pages, with 25 lines of 70 ringtones each, Times Roman font, size 12, interlinear space of 1.5 cm, with 2.5 cm margins all in A4-size paper and paragraph 1.25 cm from the left margin. These dimensions include complete references and possible illustrations. The reviews must contain precisely from 3 (three) to 5 (five) pages.

6) The articles shall not have the author(s) identification, but must be accompanied by another file, or sheet separated from the body of the article, designated (a) to cover with the full name of the author (s), their training, academic degree, with the institution that conferred the title, main position occupied currently, full name and mailing address, which may be personal or of the institution to which they are related, phone and email; these data will be published when the article and / or reviews are accepted, given the indication crawlers;

7) The first page of the text should contain:

- Only the title of the article - without name (s) of author (s) - with a maximum of 12 words.
- The abstract should have up to 150 words maximum and be written in font size 10 and single spacing.

– Must have between 3 to 5 keywords, chosen among those that can accurately sort the work in bibliographical research, for indexing.

– The English title, abstract and keywords, ie the version in English of the title, abstract and keywords.

8) Contributions in Portuguese, Spanish or English will be accepted. As for the language of the Titles, abstracts and keywords, the guidance is as follows:

– When the article is in Portuguese or English, the title, the abstract and keywords should only be in Portuguese and English.

– When the article is in Spanish, the title, the abstract and keywords must be in Spanish, Portuguese and English.

9) Footnotes should be avoided; when indispensable, should not exceed four lines. The illustrations (figures, tables, photos and pictures) should be avoided, but when indispensable to the content, they must be indicated and attached in the body of the text, including title and reference source. They should also be sent in separate files, complying with the following requirements: Excel tables, graphs, formatted, tables and other illustrations must be in high resolution (with at least 300 dpi). In all situations, the quality and pertinence of the submitted material will be evaluated, being the responsibility of Editorial Staff the decision on its inclusion or not, communicating the fact to the author (s);

10) To send the work you must:

1) Declaration of Responsibility (signed);

2) Transfer of Copyrights (signed);

3) Registration form completed (signed);

4) File with work.

The documents mentioned above must be signed, scanned and sent to the magazine's electronic mail (revistaempauta.uerj@gmail.com) or attached as a supplementary document, when submitted via the SEER platform.

When mailing the work to the magazine "Em Pauta: Social theory and contemporary reality", the authors attest: their participation in the design, preparation and development (full or partial) of the article, assuming its contents publicly and acknowledging its authorship and originality. The authors also attest not submit simultaneous to other journal(s), whether in electronic or printed format, making a commitment not to send the material to another form of publication while continue the submission process and review of the Revista em Pauta. The authors also acknowledge the necessary mention of funding agencies, funding and/or agreements with several organizations related and/or interested by the publication, accepting full responsibility for credits or acknowledgements due, when applicable. The Revista em Pauta reserves the right of exclusivity in the publication of articles and alike, being the Editorial Staff responsible for evaluate the exceptions.

11) Once submitted the article in coautoria, will not be allowed the rectification of authorship of the same.

12) All non-commissioned collaborations are forwarded to the Editorial team – which shall submit to the evaluation process, in double-blind system, based on the opinion of two members of the Scientific Editorial Board; also can be invited ad hoc reviewers, who recommend the publication, maintaining secrecy about the opinion. When the non-coincidence of the evaluations, the article will be sent to a third reviewer. The Editorial Staff of the magazine, in possession of the opinions of the scientific Editorial Board and/or ad hoc reviewers, reserves the right to suggest to the authors modifications in order to adapt articles and similar to the magazine standards.

13) The originals sent to the Em Pauta Magazine will be considered definitive; the Editorial Staff undertakes to make the material unusable, and is also responsible for always sending a positive or negative response, by e-mail and / or directly to the author (s).

14) When approving articles and similar, a document authorizing the publication will be sent by email to the authors who will forward it, along with other applicable procedures for review and definitive version of the material to be published, duly completed, signed and scanned.

15) Replicas and comments on the articles published are of interest to the magazine and, if accepted for publication will be sent to authors for knowledge prior to publications and the right to rejoinders, preferably on the same number.

16) Sending the material to the Revista Em Pauta by mail, authors transfer all copyrights to the Revista Em Pauta, being prohibited its reproduction, partial or in full, and in any means of divulgation, whether in electronic or printed format without prior request. For possible disclosure after the publication in the magazine, when authorized, the authors undertake to set forth the proper credit to the first publication in the "Revista Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality". The copyright of published articles belongs to their authors and the copyright of each issue belongs to the Faculdade de Serviço Social from UERJ, not involving any payments to authors.

17) Will not be published articles that violate the professional ethics, emitting prejudices of any nature or incompatible views with the Editorial Policy of the magazine. The articles should also observe the national resolutions of the National Commission for Research Ethics / National Health Council, namely Resolution 510 of April 7, 2016, which regulates research in Human and Social Sciences.

Articles submitted with content derived from research normalized by Resolution 510 of April 2016 should explain methodologically, in the body of the text, compliance with said normative parameters.

18) Articles and alike shall conform to the standards of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), adopted here. The material will be delivered to the magazine, reviewed in accordance with the grammatical rules in force, the more usual examples of citations and references presented below.

19) From the issue 30, v. 10 has been published data with ad hoc Reviewers who have contributed to the magazine over the past year, considering the month of issuance of opinion and taking the month of October 2011 as the initial cut.

CITATIONS AND REFERENCES (According to ABNTs NBR 6023, NBR 6022 and NBR 10520- here adopted).

The citations and references contained in the texts delivered by the authors to the journal for publication are the responsibility of their respective authors.

Quoting:

- The citations should follow the author-date guidance;
- Quote from up to 3 lines: within the body of the text, enclosed in quotation marks, font equal to that of the source text.
- Quote from more than 3 lines: outside the body of the text, font 10, indented to the line of the paragraph, 4 cm from the left margin, no quotes, or any other featured, simple, interlinear spacing, right margin equal to that of the text. The quotation marks inside a quotation are simple.
- Author name
 - a) In the body of the text: normal for spelling proper names; year and page in parentheses. Example: "the civil society [...]." (COSTA, 2002, p. 39),
 - b) At the end of the text and in the two cases above: all the elements of the reference in parentheses and in uppercase. Example: "civil society [...]" (COSTA, 2002, p. 39).
- When it comes to indirect quote (when do not use the same words of the quoted text - paraphrase), refer the surname of the author and the year, no need of quotes and page, as in the previous examples.

References

The bibliographic references and other sources are mandatory and should be made of the bibliography cited in article effectively or similar.

Examples of references:

Books (complete works)

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

Chapter of Book

CHAUI, M. Neoliberalismo e universidade. In: OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. (Org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 27-51.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1998.

Periodicals – Magazines

FALEIROS, V. P. Reconceitualização do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 21-36, nov. 2005.

Dissertations/Theses

CARVALHO, L. *O uso do fundo público em organizações sem fins lucrativos*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UERJ, 2006, mimeo.

Newspapers

DAMOUS, D. E quem vai nos defender? *O Globo*, Rio de Janeiro, 10 de fev., 2007. Tema em debate, Caderno 1, seção Opinião, p. 7.

Electronic means

Information about e-mail address among < >, and access date (day / month / year), being preceded, respectively, of the expressions “available at:” and “accessed at:”. Link of the document consulted must be submitted (address/URL).

Example: MOTA, A.E. The challenges of vocational training in management 2005-2006. *Tem-poralis*, Brasília (DF), year 11, no. 22, p. 59-66, July/dez. 2011. Available in: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2145>=">. Accessed: 07 mai. 2012.

Note: in addition to the mentioned documents of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT), further information on references and citations can be obtained. Example, in the following document: DIB, S.F.; SILVA, N.C. (Org.) *Script for submission of theses and dissertations of the Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rev. current and ampl. Rio de Janeiro: UERJ, Sirius Network, 2012. Available in: <http://www.bdttd.uerj.br/roteiro_uerj_web.pdf?PHPSESSID=9pgdhs6qe51dd8e68htfni5kn3>. Accessed: May 16, 2013

ALEXANDRA APARECIDA L. F. SEABRA EIRAS
 MARIA CARMELITA YAZBEK
 CLÁUDIA MÔNICA DOS SANTOS
 ALEINA MARTINS
 VIRGÍNIA ALVES CARRARA
 MIGUEL ÁNGEL OLIVER PERELLÓ
 ROSÂNI MATOS-SILVEIRA
 MARINÊZ DE OLIVEIRA XAVIER
 RAFAELA DE SOUZA REIS AGUIAR
 DENISE BERGAMO
 ALEXANDER PANEZ PINTO
 KÁTIA MARRO
 MARIA LÚCIA DURIGUETTO
 PAULA VIDAL MOLINA
 VÍCTOR NEVES
 VÍCTOR ORELLANA BRAVO
 VICENTE DE PAULA FALEIROS
 LETÍCIA APARECIDA MARTÍNEZ
 CARINA BERTA MOLJO
 JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA
 ROBERTO ZAMPAN
 MARIA ROSÂNGELA BATISTONI

ISAURA GOMES DE CARVALHO AQUINO
 ALINE PEREIRA RIBEIRO SILVA
 PEDRO LEONARDO CEDROLA VIEIRA
 GILMAISA MACEDO DA COSTA
 SHEILA DE SOUZA BACKX
 NATÁLIA COELHO DE OLIVEIRA
 MELISSA FERREIRA PORTES
 LORENA FERREIRA PORTES
 CLAUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST
 REGINA CÉLIA TAMASSO MOUTO
 RACHEL GOUVEIA PASSOS
 JUAN GUILLERMO FIGUEROA PEREZ
 VANDA MICHELI BUARGINSKI
 VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO
 RAFAELA RIBEIRO SARAIVA DA COSTA
 DANIELA NEVES
 TÂNIA MARIA RAMOS DE GODOI DINIZ
 RAFAEL WERKEMA
 MAURÍLIO DE CASTRO MATOS
 MARIA ELVIRA ROCHA DE SÁ
 NÁDIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO
 MARIANA COSTA CARVALHO
 PEDRO CLESEN DUTRA SILVA



Revista em Pauta: teoria social e realidade contemporânea
 Faculdade de Serviço Social da UERJ
 Rua São Francisco Xavier, 524 Bloco D, sala 9001.
 Bairro Maracanã – 20.550-013 – Rio de Janeiro/RJ – Brasil
 URL: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta>
 Email: revistaempauta.uerj@gmail.com
 Telefones: (21) 2334-0299 ramal 221

Revista da Faculdade de Serviço Social
 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Rio de Janeiro – 2º Semestre de 2017 – n. 40, v. 15
 ISSN 2238-3786 (Versão online)